

COLEÇÃO **TESSITURAS DO CERRADO** TECCER/UEG

Visões do Cerrado

**DINÂMICAS TERRITORIAIS, SABERES
E EXPRESSÕES CULTURAIS**

Fernando Lobo Lemes
Janes Socorro da Luz
Maria de Fátima Oliveira
Organizadores



Visões do Cerrado

**DINÂMICAS TERRITORIAIS, SABERES
E EXPRESSÕES CULTURAIS**



**EDITORA UNIVERSIDADE
ESTADUAL DE GOIÁS**

Presidente

Ivano Alessandro Devilla (Reitor)

Vice-Presidente

Everton Tizo Pedroso (Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação)

Coordenadora Geral

Elisabete Tomomi Kowata

Revisão Técnica

Thalita Gabriele Lacerda Ribeiro

Projeto Gráfico e Capa

Adriana da Costa Almeida

Revisão Geral

Fernando Lobo Lemes

Conselho Editorial

Carla Conti de Freitas (UEG)

Elizete Beatriz Azambuja (UEG)

Francisco Ramos de Melo (UEG)

Glauber Lopes Xavier (UEG)

Joana D'arc Bardella Castro (UEG)

Joelma Abadia Marciano de Paula (UEG)

Léo Carrer Nogueira (UEG)

Luciana de S. Ondei (UEG)

Luciana Rebelo Guilherme (UEG)

Maria Aurora Neta (UEG)

Murilo Mendonça Oliveira de Souza (UEG)

Simone de Magalhães Vieira Barcelos (UEG)

Thatiana Salgado (UEG)

Vanessa Cristiane S. Amaral (UEG)

Vandervilson Alves Carneiro (UEG)

Fernando Lobo Lemes
Janes Socorro da Luz
Maria de Fátima Oliveira
Organizadores

Visões do Cerrado

**DINÂMICAS TERRITORIAIS, SABERES
E EXPRESSÕES CULTURAIS**



Anápolis | 2019

© Editora UEG – 2019
© Autoras e autores – 2019

A reprodução não autorizada desta publicação, por qualquer meio,
seja total ou parcial, constitui violação da Lei no 9.610/98.

Depósito legal na Biblioteca Nacional, conforme decreto no 1.825,
de 20 de dezembro de 1907.

Catalogação na Fonte
Comissão Técnica do Sistema Integrado de Bibliotecas Regionais (SIBRE),
Universidade Estadual de Goiás

V822 Visões do Cerrado: dinâmicas territoriais, saberes e expressões culturais /
Fernando Lobo Lemes; Janes Socorro da Luz; Maria de Fátima Oliveira
(Orgs.). _ Anápolis : Ed. UEG, 2019.

448 p. il.

ISBN: 978-85-5582-061-8 (Impresso)

1.Geografia de Goiás. 2.História de Goiás. 3.Meio Ambiente – Cerrado
Goiano. I. Título.

CDU 94+91(817.3)

Esta obra foi financiada com verba proveniente da CAPES/PROAP. A exatidão
das referências, a revisão gramatical e as ideias expressas e/ou defendidas nos
textos são de inteira responsabilidade dos autores.



Editora filiada a ABEU

EDITORA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS

BR-153 – Quadra Área – CEP 75.132-903 – Fone: (62) 3328-1181 – Anápolis – GO
www.editora.ueg.br / e-mail: revista.prp@ueg.br/editora@ueg.br

APRESENTAÇÃO

O livro que ora apresentamos é fruto do esforço dos docentes do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* Territórios e Expressões Culturais no Cerrado (TECCER) da Universidade Estadual de Goiás (UEG), juntamente com seus/suas orientados(as) e orientando(as), além de convidados.

A primeira parte do livro intitulada *Dinâmicas Territoriais no Cerrado*, é composta por 11 capítulos. O primeiro deles, *Geografia da Saúde em Goiás: a relação clima e dengue no ano de 2017*, de Adriana Aparecida Silva, aborda temas relacionados à associação entre questões ambientais e a saúde do ser humano, considerando a integração entre indagações sociais e econômicas que estejam correlacionadas com a distribuição regional das doenças. O estudo avalia a interface clima/saúde buscando correlacionar a distribuição da ocorrência de dengue em três municípios goianos (Anápolis, Goiânia e Goiás), com os dados relativos aos parâmetros climáticos temperatura e precipitação.

Em seguida, temos o texto *Abordagens conceituais e metodológicas da política de desenvolvimento territorial rural sustentável*, de Camila Vito Silva de Lima e Divina Aparecida Leonel Lunas, no qual as autoras analisam a política de desenvolvimento territorial rural implantada

desde 2003, que tem por objetivo a inserção competitiva nos mercados regionais de vasto número de municípios brasileiros rurais com baixo desempenho socioeconômico se comparados à média brasileira.

O terceiro capítulo, *Estrada de ferro Tocantins: uma história submersa em Tucuruí*, de Dulce Portilho Maciel e Fernando Lobo Lemes, consiste numa reconstituição fragmentária da história da Estrada de Ferro Tocantins (EFT), sob o recorte da atuação de seus dirigentes. A intenção dos autores é que o resultado da pesquisa possa ser útil ao movimento de resistência das populações atingidas pela barragem da Usina Hidrelétrica de Tucuruí, tomadas enquanto personagens atuantes na condução do processo de reconfiguração sócio-territorial da região do médio Tocantins.

A segregação do processo de produção do espaço urbano, de autoria de Érika Munique de Oliveira e Marcelo de Mello, é o quarto capítulo da Coletânea. Os autores destacam que as manifestações urbanas são percebidas, primariamente, por meio de suas formas. Contudo, as formas não são produzidas espontaneamente. Pensando a partir de debates centrados na segregação que afeta o lugar do homem no espaço urbano, os autores focam a discussão na questão da moradia. Um processo que evidencia contradições presentes nas relações travadas entre formas e conteúdos urbanos.

O quinto capítulo, *Garimpo e grande indústria da mineração: delimitando conceitos*, de autoria de Hamilton Matos Cardoso Júnior e Divina Aparecida Leonel Lunas, trata da atividade extrativa de minérios que teve importante contribuição no processo de formação histórica, social, econômica e territorial do Brasil e que desempenha atualmente papel fundamental para o equilíbrio da balança comercial brasileira e insere o país como estratégico no mapa da mina mundial.

Idelmar da Silva Ribeiro e Janes Socorro da Luz são autores do sexto capítulo, *Arranjo produtivo local farmacêutico de Goiás: as empresas do distrito agroindustrial de Anápolis (GO), 2000 a 2016*. O texto destaca a questão dos Arranjos Produtivos Locais (APL's) como ação estratégica que articula diferentes agentes na promoção do desenvolvimento local e regional. Em específico, envolve o exemplo do APL

Farmacêutico de Goiás que tem em Anápolis (GO) a maior concentração de indústrias deste segmento, entre elas as especializadas na produção de medicamentos genéricos.

No sétimo capítulo, *Habitação de interesse social em Anápolis (GO): a política urbana colocada em prática na dimensão local*, Janes Socorro da Luz destaca a importância do processo de urbanização e a questão do uso do solo na produção da Habitação de Interesse Social (HIS), a partir do estudo do município de Anápolis, estado de Goiás. Nessa perspectiva, envolve a discussão sobre a problemática habitacional e a apropriação dos espaços da cidade, bem como as iniciativas de intervenção estatal no processo.

O “Velho” porcimunt, “hodierno” porches e as narrativas de Lima de Freitas: territórios oleiros, arte algarvia e turismo é o oitavo capítulo, de autoria de Jean Carlos Vieira Santos. O texto aborda o contexto em que a tradicional atividade popular oleira se mantém viva em território luso, mantendo uma arte associada ao turismo e a seus negócios, buscando interpretar as narrativas do artigo de Lima de Freitas e seu aprofundado discernimento artístico regional, conforme publicação de 1978, abordando a “recuperação do artesanato” na aldeia de Porches, município de Lagoa. Tal obra é uma fonte de leituras geográficas do espaço, dos sujeitos e da existência da olaria na região do Algarve, sul de Portugal.

No nono capítulo, *Os caminhos da indústria em Goiás (2000 a 2010) – pelo prisma do valor adicionado do município*, os autores Joana D’arc Bardella Castro, Mario Cesar Gomes de Castro e Pedro Henrique Zuchi da Conceição, estudam o movimento de crescimento do setor industrial no estado de 2000 a 2010, buscando os municípios nos quais houve elevação da participação do setor industrial no Valor Agregado de suas economias. Segundo o estudo, esta nova realidade dos municípios, com crescimento do setor industrial, teve reflexos positivos na geração de empregos, no rendimento médio e no PIB per capita, porém, ainda apresenta pouco resultado nos indicadores do desenvolvimento humano.

Renovando o plano diretor: análise de uma metodologia desenvolvida no estado de Goiás é o título do décimo capítulo, escrito por Milena d’Ayala Valva, Pollyana Martins Santana Guimarães e Tiago José Duarte Rezio. O objetivo é apresentar a metodologia do Programa *Cidade pra Gente*, procurando identificar a sua abrangência e as particularidades do trabalho desenvolvido pela Superintendência de Programas Urbanos da Secretaria das Cidades do Estado de Goiás (SecCidades) entre os anos de 2005 e 2008, avaliando e qualificando a eficiência desse Programa que surgiu como tentativa de construção de um processo mais participativo de elaboração de Planos Diretores.

Fechamos esta primeira parte do livro com o décimo primeiro capítulo, *Subdesenvolvimento e capitalismo dependente no Brasil – fundamentos teóricos e seus processos históricos*, de Pedro Henrique Marques Cardoso e Glauber Lopes Xavier. O texto versa sobre o caráter subdesenvolvido e dependente do capitalismo brasileiro, os fundamentos teóricos que permitiram seu deslindamento, bem como os processos históricos com base nos quais ele assumiu esta condição. Em linhas gerais, sustenta-se o argumento de que as condições histórico-estruturais que levaram a efeito o fenômeno do imperialismo legou um modelo de sociedade e de economia sobre a qual os países desenvolvidos dirigiram seu domínio político e econômico e, ao encetarem uma aliança reprodutora de antagonismos e desigualdades, fez-se reverberado o subdesenvolvimento na América Latina.

A segunda parte do livro, *Saberes e Expressões Culturais no Cerrado* está dividida em 12 capítulos. O primeiro deles, “*Os batuqueiros do amor*” e *os carnavais de rua em Anápolis*, de autoria de Amanda Milanez Fenerick e Robson Mendonça Pereira, estuda o grupo “Batuqueiros do Amor” que, sob o comando de Dona Chica, foi responsável por reavivar o carnaval de rua em Anápolis, na década de 1940. Com características de um folguedo popular, serviu como contraponto aos suntuosos bailes realizados pela elite em espaços privados em período marcado por mudanças significativas no espaço urbano. Num universo carnavalesco conflituoso, os autores destacam a indumentária como elemento distintivo e agente revelador dos anseios e preceitos de uma época.

Em seguida, os dezoito anos de produção audiovisual da WebTV Magnífica Mundi, laboratório do curso de Jornalismo da Universidade Federal de Goiás, são revisitados, a partir da perspectiva dos sujeitos que por ali passaram, no capítulo *Imagens cerradenses: o audiovisual popular da Magnífica Mundi WebTv*. Nele, Ana Lúcia Nunes de Sousa e Nilton José dos Reis Rocha, retomam projetos e caminhos percorridos nestas quase duas décadas de atuação, associados à criação de uma imagem e narrativa típica do cerrado, desde a análise da metodologia de ensino-aprendizagem desenvolvida pelo laboratório até uma proposta de pensar a escrita e a re-escrita da noção que os autores nomearam “cerradania”.

Na sequência, Bruna Alves da Silva, Maria de Fátima Oliveira e Sandro Dutra e Silva discutem a formação do município de Aragarças no contexto da política de estado do governo Getúlio Vargas, denominada Marcha para Oeste. Em *Das promessas de glória da juventude à distinção do primeiro sequestro aéreo da humanidade: Aragarças na rota da construção identitária*, os autores indicam que a cidade foi erigida para abrigar a base de apoio de todo o projeto getulista, cuja direção coube a Fundação Brasil Central (FBC), de 1943 a 1967. Desse modo, Aragarças terá sua identidade atrelada às funções exercidas pela FBC, que visava promover a consolidação da Nação e ocupar seus espaços vazios. Com o desmantelamento da FBC em 1967, Aragarças vivenciará uma crise identitária que, de acordo com sua elite letrada, poderia ser remediada caso o primeiro sequestro aéreo da humanidade, que se deu na cidade em 1959, ganhasse reconhecimento e notoriedade do *Guinness Book*.

No capítulo seguinte, *Rio Araguaia: a “invenção” da praia no cerrado e a institucionalização do lazer*, Carla Edieni da Silva Alves e Maria de Fátima Oliveira analisam as ações governamentais que se apresentam como apoio ao turismo na região do rio Araguaia, levando em consideração fatores de atrativos naturais influenciados pela mídia. Nesta perspectiva, o estudo mostra os principais projetos econômicos e a conjuntura social, política e econômica de Goiás que levaram o rio Araguaia a ser utilizado como área de lazer. A pesquisa demonstra que, a partir de 1960, com a intervenção governamental, o espaço do rio

passou a ser apropriado sob a influência de publicações oficiais e leis que regulam a atividade turística no estado, que perduram até os dias atuais.

O décimo sexto capítulo, *Patrimônio museológico e um museu em trajetória*, Darlen Priscila Santana Rodrigues e Poliene Soares dos Santos Bicalho estudam o patrimônio museológico no Cerrado e a importância da trajetória do Museu Antropológico da Universidade Federal de Goiás (MA/UFG). O resultado da investigação mostra que o MA/UFG tem contribuído para a salvaguarda e a comunicação do patrimônio histórico-cultural dos povos tradicionais. Tendo em vista o tripé que alicerça a Universidade (Ensino, Pesquisa e Extensão), a instituição se faz necessária para o desenvolvimento de projetos específicos para a salvaguarda e a comunicação museológica.

O décimo sétimo capítulo, *Cartografias da morte no cerrado goiano: uma leitura de Dentes Negros, de André de Leones*, Ewerton de Freitas Ignácio e Bruna Messias de Oliveira propõem uma leitura de *Dentes Negros*, romance de autoria de André de Leones, que põe em evidência o retrato da experiência urbana de indivíduos que, cada vez mais, são menos senhores de si mesmos e de suas vidas. No ambiente citadino, cuja configuração abriga e, ao mesmo tempo, entedia seus habitantes, procuram compreender as peculiaridades de uma obra que tematiza questões caras à contemporaneidade, como a indagação sobre os rumos da cidade, da vida de seus habitantes e do próprio sentido (ou não sentido) que o espaço urbano tem assumido nos últimos tempos.

O reconhecimento artístico de Veiga Valle na imprensa nacional e a atribuição equivocada de suas obras, de Fernando Martins dos Santos e Eliézer Cardoso de Oliveira, compõe o décimo oitavo capítulo da coletânea. A proposta dos autores é demonstrar como ocorreu o reconhecimento de Veiga Valle como principal artista sacro de Goiás, a partir dos anos 1960 e 1970, quando inúmeras reportagens em âmbito nacional foram feitas sobre o artista e sua obra. Com isso, muitas obras passam a ser atribuídas equivocadamente ao artista, inclusive a imagem da Santíssima Trindade, principal referência de uma das romarias mais importantes do país.

Giuliana Muniz Vila Verde e Maxwell Moreira Martins assinam o capítulo seguinte: *A sucupira branca, uma guardiã do poder medicinal do cerrado*. O estudo consiste em uma abordagem das propriedades biológicas da espécie *Pterodonemarginatus Vogel*. Planta nativa do cerrado, o uso da sucupira branca é consagrado dentro da medicina popular por possuir propriedades anti-inflamatórias, antinociceptivas, analgésicas, antirreumáticas, antidiabéticas, antidermatogênicas, antimicrobianas, antioxidação, dentre outras. Utilizada na elaboração de chás, óleos e pomadas, se faz bastante conhecida nos mercados populares, evidenciando propriedades farmacológicas e medicinais em suas aplicações. Por possuir grande variedade de compostos químicos, a Sucupira branca possui um grande potencial no desenvolvimento de associações terapêuticas para a indústria farmacêutica, já que na medicina popular, se faz exitosa no tratamento de diversas patologias. De acordo com Vila Verde e Martins, este fitoterápico do Cerrado demonstra a riqueza química e farmacológica que o bioma possui, sendo parte da cultura do povo *cerraten*se.

O vigésimo capítulo, *O Mato Grosso de Goiás: reconhecendo espaço e natureza sob o olhar de viajantes naturalistas*, de Josana de Castro Peixoto, Fernando Gomes Barbosa, Josiel Araújo Lemes, Maria Gonçalves da Silva Barbalho e Vivian da Silva Braz, apresenta os relatos de viajantes naturalistas europeus que passaram pela província de Goiás no século XVIII e XIX, na Microrregião de Ceres, pertencente ao Mato Grosso de Goiás. A interessante metodologia consistiu em pesquisas nos herbários virtuais para levantamento das espécies da flora, bem como relato oral do pesquisador José Ângelo Rizzo, professor do Departamento de Botânica da Universidade Federal de Goiás. Além das descrições de vários viajantes naturalistas, foi a partir da obra de Saint-Hilaire, *Plantas usuais dos brasileiros*, que se constatou o uso de seis espécies para fins medicinais em Goiás. Os gêneros coletados pelos naturalistas foram listados, tendo a família *Fabaceae* a maior representatividade.

Em oposição ao litoral povoado, o sertão do Brasil permaneceria uma incógnita até o início do século XX, sobretudo em sua parte Norte e Centro-Oeste, terras “desconhecidas” que abrigariam os “selvagens” que precisavam ser integrados à nação. É dessa perspectiva que Keyde

Taisa da Silva, Poliene Soares dos Santos Bicalho e Fernando Lobo Lemes, interpretam o processo de integração nacional, absolutamente desastroso para os povos indígenas. Em que pese sua condição, contribuíram sobremaneira para a construção do Brasil, especialmente durante a República Velha, momento do grande movimento integrador do “sertão” ao restante do país. No capítulo intitulado *A conquista do sertão: os “rejeitados da História” e a identidade nacional*, os autores propõem uma discussão a respeito de algumas formas de contato entre indígenas e não indígenas, entre o final do século XIX e início do XX, dando ênfase à sua importância para a formação da identidade brasileira e à forma como foram invisibilizados pela história enaltecida dos feitos europeus em terras tupiniquins.

No penúltimo capítulo da coletânea, *Sentidos e experiências culturais: o território da catira e a produção de uma identidade territorial*, Maisa França Teixeira e Mary Anne Vieira Silva, na trilha das experiências culturais nas regiões do Cerrado, procuram descrever, por meio de uma construção teórico-conceitual, a possibilidade de intitular a catira como elemento da identidade territorial do estado de Goiás. Para as autoras, a identidade territorial ocorre por meio de uma construção de elementos simbólicos que se cumprem por relações de afetividade e de pertença. Reconhecem, nessa construção, que a forma espacial pode ser variável e os processos que os grupos constroem conferem ao território o sentido maior, que se liga ao pertencimento do sujeito a seu espaço. As manifestações culturais e a construção de suas identidades oferecem, portanto, subsídio a compreensão geográfica da participação, do lazer, das experiências culturais e dos saberes dos habitantes. Neste instigante estudo sobre a catira, o território e a formação das territorialidades são as bases que nortearão as formas espaciais para o entendimento das identidades culturais e sociais em Goiás em relação à manifestação da catira.

Finalmente, no último capítulo, Sílvia Zeferina de Faria examina o pensamento visual e literário de Octo Marques (1915-1988) e, por meio dele, explora as perspectivas de valorização da tradição na Cidade de Goiás, bem como sua relação com o antimudancismo, a modernização econômica e o contexto de modernismo nas artes durante as décadas de 1930 a 1950. Intitulada *Futuro e tradição em Octo Marques (1915-*

1988), a pesquisa confronta a obra de Octo Marques com os movimentos artísticos e historiográficos que a interpretam e (des)valorizam, pondo em evidência os traços de seu pensamento visual como a exaltação da tradição e o preservacionismo, ou mesmo a forte presença das temáticas sociais em suas obras.

Entre um capítulo e outro, é a dinâmica que impulsiona a leitura contínua do tempo e do espaço que motiva a apresentação desta coletânea. Ela acompanha a trajetória da *Coleção Tessituras do Cerrado* desenvolvida no âmbito do Programa de Pós-Graduação Territórios e Expressões Culturais no Cerrado (TECCER), constituindo o oitavo volume da coleção. Um programa de natureza interdisciplinar, aspecto que repercute, inclusive, na contribuição dos autores de diferentes áreas de formação que discutem a realidade e o mundo no qual estão cotidianamente inseridos.

PREFÁCIO

Um inventário do Futuro

Coordenada pelos professores Fernando Lobo Lemes, Janes Socorro da Luz e Maria de Fátima Oliveira, *Visões do Cerrado: dinâmicas territoriais, saberes e expressões culturais*, obra da qual o autor deste brevíssimo prefácio conhece pouco mais, ainda, do que as sínteses das grandes linhas de reflexão conquanto reconheça um pouco melhor o largo desenho científico dos enriquecedores programas que as animam – e que integram a própria dinâmica metodológica e de investigação empírica do TECCER, que conheci de perto em recente visita de trabalho à UEG, Anápolis e em inesquecível jornada de simpatia –, esta obra, leitor, situa-se e situa-nos *entre* a museologia, a cartografia e o inventário.

Desenvolvido no coração do Brasil, o projeto de investigação plural do TECCER, Programa de Pós-Graduação Territórios e Expressões Culturais no Cerrado (UEG), é já, por si mesmo, espaço de confluência e de *trans e interdisciplinaridade*. As palavras e as coisas. Penso conhecer bem estes termos, as práticas, as propostas. Esqueçam, se trago aqui uma biografia empírica da pesquisa: mas minhas investigações, tantas vezes solitárias, tiveram e têm de abraçar o desconforto científico de não ser o dono da verdade, o patrão da ciência. Muitas vezes tive de cruzar, inclusive, o que era então para mim o

desconhecido, quero dizer, o não reconhecido, e partir para fora das fronteiras estreitas, convencionadas, dos saberes em que me especializara, à procura de respostas e, sobretudo, à procura de novas perguntas. Ou, melhor, em busca de novas formulações para perguntas, da Antiguidade à Modernidade, há séculos não respondidas, quando outros e muito diversos outros «nós», material e mentalmente, antes de nós, as colocaram.

À arrogância epistemológica das épicas triunfalistas nas quais *os mortos governavam os vivos* na paralaxe oitocentista de Comte (de facto, são os vivos que gerem e governam a memória dos mortos), às correlatas sistematizações sociocráticas, aos sistemas do esmagamento dos indivíduos em nome do triunfo das massas, à tentação mitificante do absoluto científico, ao irracional endeusamento da Razão, à obsessão doentia pela verdade – a verdade assassina, que nos Holocaustos do século XX industrializou a morte e desapossou a *dignitas* dos Seres –, à sobrançeria própria dos saberes nos catálogos monodisciplinares, com os quais nesse século, ainda há trinta anos, se lacravam os livros definitivos da sabedoria feita, sucedeu finalmente a dúvida fecundante de *saber* criar campo de investigação e de saber semear nele a crítica sem o imobilizar num pensamento único nem no aleatório *diktat* dogmático dos mestres.

A inquietude sucedeu à quietação, na irresolúvel aporia socrática: o saber não é mais um doce tranquilizante para sociedades construídas sobre ruínas de tal modo assimétricas e violentas que delas, à superfície, no espelho de água do presente, onde se crispam as ondas, apenas se observa a exploração brutal, o abismo dos preconceitos, o império da ignorância. Os saberes não são soporíferos para adormecer governantes desgobernados, nem analgésicos para atenuar a dor, cívica e ética, física e mental, da massa dos pobres e dos excluídos. Saber é a margem descoberta do não-saber; e a sua consciência.

O investigador das ciências sociais (não digo “e humanas”, pois toda a ciência o é), qual seja a sua formação de base e a área de especialização, reconhece quanto é hoje limitado o *seu* saber, quão limitativo é o seu horizonte científico, e este é o primeiro passo para a construção de uma hermenêutica epistemológica, melhor, de uma *epistemologia hermenêutica*

ou compreensiva, e para instaurar o diálogo produtivo com os mais próximos e mais afastados vizinhos. O rancor ao desconhecido não engendra conhecimento, senão estranhamento e ódio. Só o *sym-pathos*, termo grego que exprime nas línguas latinas, nelas a língua portuguesa, a ideia de afinidade, permite o clima de desdramatização emocional e a atitude crítica de rigor conceptual propício ao saber, não a avaliar; ao olhar, não a ver; ao entender, não a julgar.

Desenvolvido no coração do Brasil, como referi, os programas de investigação plural do TECCER representam um projeto para o desenvolvimento do imenso continente que o Brasil abrange, em particular, para os territórios naturais e rurais do estado de Goiás, mas também para o seu enorme potencial industrial, urbano e humano. O território, o espaço físico, circunscreve a primeira parte deste livro e determina as suas análises. E marca o compasso ternário da edificação epistémica: *identificar* o lugar e saber de que é feito; saber *como* se faz; *fazer* saber. Por mais concreto, geo-física e bio-morfológicamente determinado, o “meio ambiental”, o espaço físico é, primeiro que tudo, como pressuposto analítico, uma terra-de-ninguém, território teórico inventado, à maneira de Espinosa, *constructo* epistémico, pois nada arranca do real e ingenuamente se desprende e voa até nós, sem por nós ser pensado o voo e sem pensarmos previamente (n)o real. Ícaro inventou o voo; as aves, não.

Mas aves e plantas já deslumbravam o território muito antes, dir-se-ia, de chegarem as primeiras *pessoas* e, com elas, as primeiras modalidades informais de pensar. Destinado pelos deuses ao paraíso, a vinda da mulher e do homem ao imenso espaço que é hoje o Brasil não deve contar mais de vinte mil anos, salvo erro, de acordo com estudos especializados mais recentes. O reconhecimento desse mundo natural, aqui, no Cerrado, através dos grandes pesquisadores botânicos e naturalistas oriundos do continente europeu e decerto “eurocêtricos”, no modo como se deixaram seduzir pelo “primitivo”, pelo “exótico” e, nalguns casos, pelo “selvagem”, sobretudo ao longo do século XIX, como Auguste de Saint-Hilarie (*Plantas usuais dos brasileiros*), Glaziou, J. Pohl, Ule, Weddel e Burchell, permitiu estruturar um conhecimento tipológico-classificativo detalhado, utilizado, sobretudo, em receitas de herbários e no estudo das suas qualidades farmacêuticas. Como não

articular esse saber “clássico” com hodiernas exigências da promoção do desenvolvimento local e regional, especificamente com a investigação científica e histórico-cultural que o APL Farmacêutico de Goiás (muito centrado ainda na produção de “genéricos”) bem poderá espoletar, o qual tem em Anápolis a maior concentração industrial do segmento?

Como não entender, no que toca ao seu dinamismo mais recente em diversos sectores industriais, que o crescimento em bruto dos municípios paradigmáticos apresenta fracos resultados nos indicadores do desenvolvimento humano, apesar de criar reflexos positivos na geração de empregos, no rendimento médio e no PIB *per capita*? Como fazer cidades e como foram historicamente feitas? Estudos sobre a importância do processo de urbanização e a questão da utilização do solo na produção da Habitação de Interesse Social (HIS), a partir do caso de estudo do município de Anápolis (GO), na década de 2000, é um específico contributo para se conhecer a “apropriação da cidade”, ou reapropriação, para ser exato, por parte daqueles que, após a terem construído, dela foram excluídos – gostaria de vos trazer, um dia, uma narrativa extraordinária cujo cenário é a minha pequena e velhíssima cidade, Coimbra, protagonizada por moradores e auto-construtores do Bairro da Relvinha: eles edificaram não só casas próprias, com ampla solidariedade de alguns sectores da cidade, mas solidariedades, urbanidade, laços, memórias das conquistas populares. *Não são de pedras estas casas feitas*, escreveu um poeta, *mas de mãos*. Compreender que o urbanismo é uma das mais nobres dimensões da política e que a política altruística e participativa é a única forma de a realizar – direis que sou, como o de Dostoiewski, um idiota sonhador – poderá ler-se num outro estudo de caso sobre o Programa *Cidade pra Gente* desenvolvido em articulação com os Planos diretores e a SecCidades do Estado de Goiás, se não estiver o processo embrulhado em caixotes de funcionários e subfuncionários e em resmas de regulamentações e subregulamentações burocráticas. Perceber a geografia da saúde, e indo mais longe, a geossociologia da saúde, no caso estudado do dengue, torna-se necessário para identificar os lugares onde não somos apenas moradores (como no século XVIII se escrevia), mas os atores e os habitantes plenos da nossa

própria cidadania. Por fim, andar memorialmente num comboio em vias de desaparecimento, como o de Tocantins, na vossa estrada de ferro que é o nosso caminho de ferro, é o explícito contributo dos investigadores para a construção de uma memória militante que possa engrossar o movimento de resistência das populações atingidas pela barragem da Usina Hidrelétrica de Tucuruí, “vítimas” do que sobre si e de si próprias ignoram.

Olhar o passado, interpretar o presente, saber esboçar expectativas prováveis, tendenciais, do futuro. Também por isso se torna relevante o percurso do programa desta obra coletiva, por, além do referido, inventariar o material teórico e bibliográfico para a leitura dos instrumentos utilizados pelas intervenções federal e estadual na arquitetura das políticas públicas do desenvolvimento territorial. Daí, para indagar até que ponto estratégias extrativistas não serão uma imposição da ordem mundial, no médio prazo, dum capitalismo voraz, e nesta discussão, o programa traçado permite entender a complexidade de atividades econômicas, tais como o garimpo e indústria mineira, capazes de equilibrar balanças desequilibradas, mas, no reverso, de desigualar, ainda mais, contextos sociais e económicos desgovernados e desregulamentados pelo *World System* do salve-se quem poder.

Capitalismo voraz, que tudo devora nas “periferias” dos grandes centros de decisão internacionais, salários e mão de obra, gerando desemprego e analfabetismo, fome e exclusão, mas também mastigando rios, montanhas, santuários naturais, triturando identidades; criando ou aprofundando novos mecanismos de subdesenvolvimento e dependência, com os quais mais pactuou o Estado Nacional, indica-se num estudo particular, ao aprofundar os elos e os ritmos da dependência aos centros do capitalismo no contexto da ditadura militar, pós-1964, tornando internamente mais expostas feridas nunca cicatrizadas, desde o escravatismo afro-atlântico e colonial, desde o aprisionamento dos nativos, rejeitados por uma história unilateral do “contacto civilizador”, por uma história dos vencedores, mais uma vez, continuando e por vezes aprofundando, a despeito de 1888, ao que penso, os violentos antagonismos sociais e a radical e racial diferenciação, no domínio da cidadania, entre direitos sem deveres e deveres sem direitos.

Ora, a ênfase conferida às culturas identitárias, sob múltiplas e complementares perspectivas, filosóficas, sociológicas, antropológicas, desde os *cultural studies* às culturas diferenciadas, das culturas oprimidas às culturas de elite etc., logo desencadeia em mim o sistema geral de alerta. Receio nesse embrulho-armadilha, sob o rótulo das palavras “cultura” e, pior ainda, “civilização”, o rastilho dos ismos da cultura, das lógicas culturais e da violência identitária (através de um sistema de integração e rejeição simultâneo, de factos, de memórias, de pertenças) pela qual e sob a qual definham os seres. Antes de mais, culturas são práticas comunitárias e as comunidades revêm-se no ser-comum, no ser em comum: particularismos, como a língua, a apropriação mnésica, a produção artística ou artesanal, individuam, individualizam práticas, emissões, recepções, não determinam em absoluto modos de ser e modalidades de fazer. É muito importante conhecer os trânsitos e os sistemas de trocas, influências e deflações, falsos e autênticos, primeiras e segundas edições, as origens (o *Verkunft*, a obsessão das origens, do tronco, denunciada por Foucault sobre Nietzsche) daquilo e daqueles que a si mesmos se originam nessas práticas.

O método histórico-filológico ou o método sistémico-comparativo, a semiologia ou a história da arte, a psicanálise, talvez, com o seu potencial metafórico, poderão contribuir para estabelecer o padrão, para perceber as diferenças – mas estamos sempre a aferir a partir de idealizações de comportamentos, de medianias, de modas, não sobre as condutas concretas que as práticas culturais representam e põem em marcha. Fazer cultura, como subjetivação, por exemplo, *tropicalista* (passe a imensa generosidade do projeto baiano), fazer artesanato, por exemplo, como objetivação *do rosto do Brasil*, fazer nação, numa palavra, é o que mais se objetiva nos discursos culturalistas. A prevenção, numa discussão que não se pode aqui fazer, naturalmente, aqui fica. E é com geral agrado que constato, pelo programa dos estudos deste livro, que é sobre as práticas e os discursos, que o discurso filosófico da cultura se estabelece. Não sobre o *dever-ser* programático, *pogrom* que, como é sabido, excluiu aqueles que quer precisamente reinventar para os seus programas.

No mais pequeno ser se encontra um universo. E no universo: um verso, só.

Escrevi de início, leitor, que esta obra situa-se e situa-nos *entre* a museologia, a cartografia e o inventário. Em primeiro lugar, a museologia, modalidade do impossível registo, pois “fixa” um passado nômade ou errante, é fundada na ilusão de podermos, algures algum dia, aprisionar o Tempo numa severa casa das musas ou derramá-lo ao ar livre onde a liberdade respira. Essa tentativa de “fixação”, perante a permanente instabilidade do devir, e das expectativas sobre nós próprios que nesse devir construímos, apenas se pode possibilitar a partir das múltiplas *re-constituições* memoriais e daquilo a que Paul Ricoeur designou, com grande felicidade teórica, a *operação historiográfica*. Permitam-me, aqui, reivindicar este *topos* epistémico: é a perspetiva histórica, a construção de uma perspetiva diacrónica sobre as sociedades, que permite confederar os diversos saberes sociais, se por “história” entendermos a *ciência dos homens no tempo* e, numa concepção reatualizada de Bloch, se por “homens” entendermos mulheres e homens, velhos e novos, intelectuais e analfabetos e se, enfim, na palavra “humanidade” percebermos que a cor da alma não é branca, nem negra a sua escrava condição solitária, pois cor da alma é ter nenhuma; e todas as cores com que a mãe natureza se enfeitou no alvor dos tempos e consentiu criar no seu regaço, são nossa alma.

Se a cartografia for a operação que permite analisar o terreno movediço e instável das temporalidades distintas que afloram e se entrecruzam no presente, e o inventário for o manancial com que preparamos a entrada da Arca, para escapar ao dilúvio, concluo que não sabemos ainda desenhar o futuro: e que este não se deixa aprisionar sob o nosso débil desenho. E quando o fazemos com demasiada precisão “científica”, o futuro, presente já, atraiçoa-nos com os mais despóticos ferros onde, um dia, fantasiando, sonhamos paraísos.

Paulo Archer de Carvalho

Investigador Integrado e membro do Conselho Científico

Ceis20. UC

Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX – Universidade de Coimbra

SUMÁRIO

Apresentação	5
Prefácio – Um inventário do Futuro.....	15

P A R T E 1

Dinâmicas territoriais no Cerrado

1	Geografia da Saúde em Goiás: a relação clima e dengue no ano de 2017	29
	Adriana Aparecida Silva	
2	Abordagens conceituais e metodológicas da política de desenvolvimento territorial rural sustentável	39
	Camila Vito Silva de Lima	
	Divina Aparecida Leonel Lunas	
3	Estrada de ferro Tocantins: uma história submersa em Tucuruí.	59
	Dulce Portilho Maciel	
	Fernando Lobo Lemes	
4	A segregação no processo de produção do espaço urbano .	79
	Érika Munique de Oliveira	
	Marcelo de Mello	

5	<p>Garimpo e grande indústria da mineração: delimitando conceitos. 91</p> <p>Hamilton Matos Cardoso Júnior Divina Aparecida Leonel Lunas</p>	91
6	<p>O arranjo produtivo local farmacêutico de Goiás: as empresas do distrito agroindustrial de Anápolis (GO), 2000 a 2016. 109</p> <p>Idelmar da Silva Ribeiro Janes Socorro da Luz</p>	109
7	<p>Habitação de interesse social em Anápolis (GO): a política urbana colocada em prática na dimensão local 129</p> <p>Janes Socorro da Luz</p>	129
8	<p>“Velho” porcimunt, “hodierno” porches e as narrativas de Lima de Freitas: territórios oleiros, arte algarvia e turismo. 147</p> <p>Jean Carlos Vieira Santos</p>	147
9	<p>Os caminhos da indústria em Goiás (2000 a 2010): pelo prisma do valor adicionado do município. 163</p> <p>Joana D’arc Bardella Castro Mario Cesar Gomes de Castro Pedro Henrique Zuchi da Conceição</p>	163
10	<p>Renovando o plano diretor: análise de uma metodologia desenvolvida no Estado de Goiás 189</p> <p>Milena d’Ayala Valva Pollyana Martins Santana Guimarães Tiago José Duarte Rezio</p>	189
11	<p>Subdesenvolvimento e capitalismo dependente no Brasil: fundamentos teóricos e seus processos históricos. 207</p> <p>Pedro Henrique Marques Cardoso Glauber Lopes Xavier</p>	207

PARTE 2

Saberes e expressões culturais no Cerrado

- 12 Os “batuqueiros do amor” e os carnavais de rua em Anápolis 229
Amanda Milanez Fenerick
Robson Mendonça Pereira
- 13 Imagens cerradenses: o audiovisual popular da Magnífica Mundi WebTV 247
Ana Lúcia Nunes de Sousa
Nilton José dos Reis Rocha
- 14 Das promessas de glória da juventude à distinção do primeiro sequestro aéreo da humanidade: Aragarças na rota da construção identitária. 265
Bruna Alves da Silva
Maria de Fátima Oliveira
Sandro Dutra e Silva
- 15 Rio Araguaia: a “invenção” da praia no cerrado e a institucionalização do lazer 285
Carla Edieni da Silva Alves
Maria de Fátima Oliveira
- 16 Patrimônio museológico e um museu em trajetória. 303
Darlen Priscila Santana Rodrigues
Poliene Soares dos Santos Bicalho
- 17 Cartografias da morte no cerrado goiano: uma leitura de *Dentes Negros*, de André de Leones 315
Ewerton de Freitas Ignácio
Bruna Messias de Oliveira
- 18 O reconhecimento artístico de Veiga Valle na imprensa nacional e atribuição equivocada de suas obras 331
Fernando Martins dos Santos
Eliézer Cardoso de Oliveira

19	A sucupira branca, uma guardiã do poder medicinal do cerrado	345
	Giuliana Muniz Vila Verde	
	Maxwell Moreira Martins	
20	O Mato Grosso de Goiás: a natureza sob o olhar de viajantes naturalistas	363
	Josana de Castro Peixoto	
	Fernando Gomes Barbosa	
	Josiel Araújo Lemes	
	Maria Gonçalves da Silva Barbalho	
	Vivian da Silva Braz	
21	A conquista do sertão: os “rejeitados da história” e a identidade nacional.	379
	Keyde Taisa da Silva	
	Poliene Soares dos Santos Bicalho	
	Fernando Lobo Lemes	
22	Sentidos e experiências culturais: o território da catira e a produção de uma identidade territorial	397
	Maisa França Teixeira	
	Mary Anne Vieira Silva	
23	Futuro e tradição em Octo Marques (1915-1988).	415
	Sílvia Zeferina de Faria	
	Sobre os autores	435

PARTE 1

*Dinâmicas territoriais
no Cerrado*

1.

Geografia da Saúde em Goiás: a relação clima e dengue no ano de 2017

Adriana Aparecida Silva

Geografia da Saúde

A Geografia da Saúde¹ é um ramo de estudo que aborda temas relacionados à associação entre questões ambientais e a saúde do ser humano, ou seja, entre a saúde do ambiente e a saúde do ser humano (RIBEIRO, 2010). Segundo Vieites e Freitas (2007), não se trata de uma defesa a égide do “determinismo ambiental”, mas, uma busca por correlacionar as alterações promovidas ao ambiente, ou mesmo as condições naturais extremas, à ocorrência de doenças, partindo de uma diversidade de possibilidades de correlação.

Tal abordagem, no entanto, não se apresenta restrita às causas ambientais, considera sim fatores naturais, mas, também integra questões sociais, econômicas, dentre outras, que estejam correlacionados a distribuição regional das doenças, ou seja, “amplia-se sua escala de análise para além do ambiente estritamente físico-natural, incorporando também a dimensão social das doenças” (BARBOSA, 2017, p. 3). Tal perspectiva foi descrita por Sorre, que considerou a relação homem-

1 Alguns autores denominam Geografia Médica, mas, a literatura indica se tratar de sinônimos.

natureza de difícil dissociação, pois segundo ele “os elementos do complexo geográfico são tão interligados entre si que, ao separá-los, devemos prestar atenção para não isolá-los arbitrariamente” (SORRE, 1984, p. 92 apud BARBOSA, 2017, p. 3).

Dentre os principais cientistas que contribuíram para o desenvolvimento desta temática de estudo, destaque para o parasitologista Evgeny Pavlovsky, que desenvolveu a “Teoria dos Focos Naturais de Doenças”, cuja ideia centrava nos conhecimentos da geografia e da ecologia, e preconizava que haviam ambientes naturalmente suscetíveis à manifestação de doenças, independente da presença ou não dos seres humanos. Já o geógrafo Maximilien Sorre, que desenvolveu a ideia dos “Complexos Patogênicos”, propôs que as alterações no meio, ou seja, o ambiente produzido pelo ser humano, podem atuar como agentes deflagradores nas ocorrências de doenças (VIEITES; FREITAS, 2007). Segundo Sorre,

[...] variedade de complexos patogênicos estaria relacionada diretamente com os gêneros de vida, ou seja, com o modo pelos quais os mais diferentes grupamentos humanos distribuídos pela face do planeta viviam, cada um com seus costumes, suas tradições, seu regime alimentar, tipos de moradia, enfim, o modo de vida dos povos constituía o seu próprio mundo (BARBOSA, 2017, p. 5).

Alterações introduzidas na natureza, quer sejam decorrentes de fatores naturais ou antrópicos, como, por exemplo, oscilação na temperatura ou umidade relativa do ar, poluição sonora ou do ar, alteração no regime de chuvas, contaminações no solo ou na água, dentre outros, provocam mudanças ambientais que podem criar um ambiente favorável a multiplicação de vetores ou mesmo a alterações fisiológicas no corpo, sendo que ambas podem ser consideradas como fatores de instalação de doenças. Para conhecer o ambiente de instalação da doença, temos então a necessidade de pensar sob a perspectiva da Geografia da Saúde e considerar o todo, desde as características constituidoras do ambiente, quer sejam físicas ou sociais, de modo integrado e diretamente associado.

A definição de saúde, apresentada pela Organização Mundial de Saúde, considera como sendo o “estado de completo bem-estar físico, psíquico e social e não meramente a ausência de afeções e enfermidades”. Neste sentido, a ausência deste bem estar físico, psíquico e social, deve ser considerado em estudos e, quando estão relacionados às alterações no ambiente e do espaço vivido, são preocupações próprias deste ramo de estudos que representa a Geografia da Saúde (GUIMARAES, 2015).

Ocorre que algumas destas alterações promovidas ao meio ambiente não podem ser paralisadas, ainda assim, temos que a contribuição da Geografia da Saúde também se dá por promover a localização, quantificação e previsão destas mudanças no ambiente e suas consequências para a saúde. Deste modo, estudos que abordem a temática da Geografia da Saúde podem contribuir indicando formas de prevenção ou a aplicação de medidas mitigadoras que contribuam, sobretudo, para a manutenção da qualidade de vida.

Segundo Junqueira (2009), quando a Geografia da Saúde passa a ser considerada como um ramo da geografia, observou-se uma revalorização deste conhecimento, pois até então a maior parte dos estudos eram realizados por pessoas da área da saúde, e com isso a interface de peso igualitário para as vertentes ambiente/humano ficava diminuída. De acordo com Barbosa (2017), ocorreu no Brasil na década de 1980 um aumento considerável no número de ocorrências de doenças em ambientes urbanos, tais como: malária, cólera, dengue, leishmaniose, as quais, anteriormente apresentavam maior incidência em ambientes rurais, o que fez com que estudos abordando a temática de Geografia da Saúde ganhassem grande fôlego.

No entanto, existem diversos estudos que apresentam temáticas relacionadas a distribuição geográfica de doenças, onde se busca fazer uma associação entre fatores naturais e causas de doenças, cujas características teóricas e principalmente metodológicas nos remetem a temática da Geografia da Saúde, ainda que, nem sempre, tal conceito se apresente nos trabalhos. São exemplos estudos como: “Estratégias de controle do *Aedes argypti*: uma revisão” (ZARA *et al.*, 2016), que

propõem, dentre outras técnicas o mapeamento de áreas de risco de ocorrência da dengue; ou “Pesquisa qualitativa, cartografia e saúde: conexões” (FERIGATO; CARVALHO, 2011) onde o uso de geotecnologias é utilizado para informar e localizar áreas de risco de abrigo para vetores; ou mesmo o estudo intitulado “Observatório nacional da dengue: sistema para monitoramento de casos de dengue” (BARROS *et al.*, 2010), que utiliza das geotecnologias para localização de áreas de risco.

Como dito anteriormente a Geografia da Saúde associa saúde do ambiente e saúde do ser humano, podendo com isso abordar diversas vertentes, como: clima e saúde; trabalho e saúde; saúde indígena; saúde da mulher; centros urbanos e saúde; distribuição do acesso a saúde; saúde ambiental, etc. Uma gama vasta de temas e de metodologias, pois trabalha com análise qualitativa, quantitativa e representação cartográfica. É, pois, um desafio identificar na literatura as diversas possibilidades de contribuição para esta temática.

Em Goiás poucas contribuições foram identificadas inicialmente, sendo exemplos: “A geografia da saúde e a força destrutiva do capital: trabalho e doença na percepção de ex-trabalhadores da mineração de amianto em Goiás” (BARBOSA, 2017), que relaciona o ambiente da mineração com o aparecimento de doenças pulmonares, inclusive o câncer; a tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Enfermagem, “Aspectos ambientais, sociais e a saúde em território Kalunga no estado de Goiás em 2012” (RANGEL, 2014), que faz a relação entre a baixa qualidade de vida e as doenças a que são acometidas aquela comunidade; e o artigo “Efeito da sazonalidade climática na ocorrência de sintomas respiratórios em uma cidade de clima tropical” (SILVA JUNIOR *et al.*, 2011), que demonstra uma relação entre redução da umidade relativa do ar e aumento no número de atendimentos por doenças respiratórias em unidades de saúde de Goiânia (GO). Este último trabalho aborda a questão clima e saúde, que iremos tratar neste estudo.

A relação clima e dengue em Goiás no ano de 2017

Segundo Mendonça (2003), existe uma relação muito evidente entre clima e doenças como a dengue, uma vez que alguns parâmetros climáticos são influentes sobre a dinâmica de proliferação do vetor *aedes aegypti*. Onde afirma que

A distribuição dos mosquitos, a frequência de suas picadas e o período de incubação do vírus são afetados pela temperatura, pluviosidade e velocidade do vento; por exemplo, com uma temperatura de 27°C, o período de incubação é de dez dias, no entanto a 37°C esse período passa a ser de sete dias. Além disso, a intermitência das chuvas no final da estação de verão e os ventos calmos acentuam a proliferação e atuação do vetor (2003, p. 210).

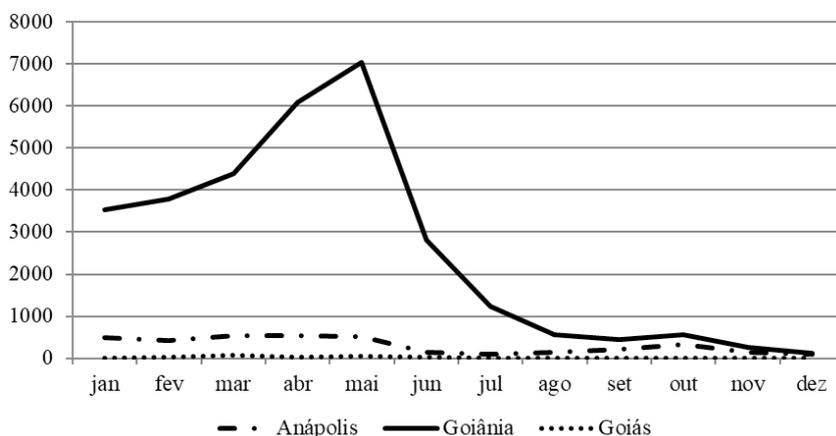
Tal entendimento nos remete à abordagem da Geografia da Saúde, que considera as características naturais ou alteradas pelo antropismo como promotoras de doenças, como no caso da dengue. Com nosso olhar sob esta perspectiva de análise, buscamos dados relativos ao número de casos de dengue em três municípios do estado de Goiás, a saber: Anápolis, Goiânia e Cidade de Goiás e correlacionamos com dados climáticos, especificamente os parâmetros temperatura e precipitação. Tal estudo teve como recorte temporal o ano de 2017, e os dados utilizados se encontram disponíveis nos *sites* da Secretaria de Estado da Saúde de Goiás (<http://mapadasaude.saude.go.gov.br>) e do Instituto Nacional de Meteorologia/ Ministério da Agricultura, Pecuária e abastecimento (<http://www.inmet.gov.br>).

Foram escolhidos três municípios com características distintas, a saber: Anápolis, localizado em altitude de 993 metros, com temperatura média 22,2°C e volume de precipitação 1441 mm; Goiânia a 764 metros de altitude, temperatura média de 23,1°C e precipitação de 1414 mm; Cidade de Goiás localizado a 474 metros de altitude, temperatura média de 24,9°C e precipitação de 1677 mm (CLIMATE-DATA.ORG, 2018).

Durante o ano de 2017 o número total de pessoas acometidas pela dengue e que foram devidamente registradas pela Secretaria de Saúde

do Estado, cujo dado comparamos com os relativos à população total de cada um dos municípios foi: Anápolis 3685 pessoas contaminadas, relativo a 1,08% da população; Goiânia total de 30.861 pessoas contaminadas, 2,37% da população; Cidade de Goiás 244 pessoas contaminadas relativo a 0,98% da população. O número de pessoas contaminadas por município e distribuídos ao longo dos meses do ano é apresentado na Figura 1.

Figura 1 – Gráfico de distribuição dos casos de dengue por município e por meses no ano de 2017.

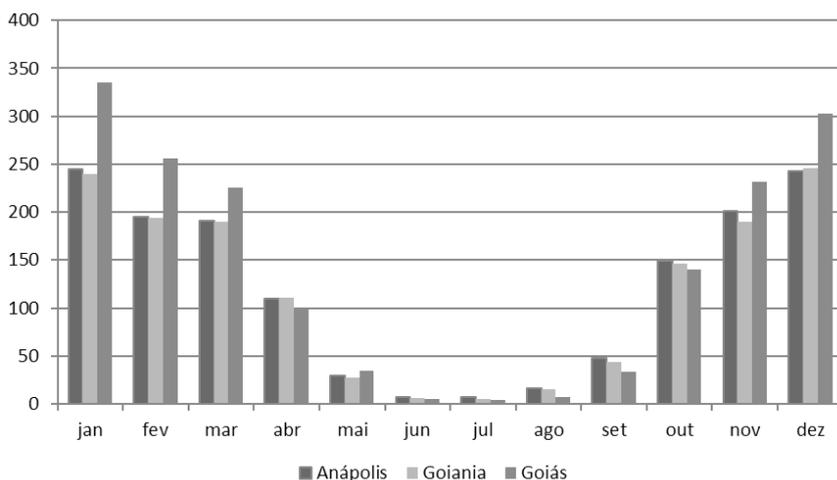


Goiânia apresenta o maior número de pessoas acometidas pela dengue em números reais e em percentual da população, sendo o valor relativo ao dobro em comparação com os outros municípios. Percebe-se uma concentração no número de casos de dengue nos primeiros meses do ano (de janeiro a maio), em todos os municípios, com maior concentração entre abril e maio, seguido de queda dos números a partir de junho até dezembro. Nota-se neste ano um pequeno aumento no número de casos no mês de outubro nos municípios de Anápolis e Goiânia.

Avaliando os parâmetros climáticos precipitação e temperatura, apontados pela literatura como os mais relevantes em termos de associação com a temática dengue (MAGALHÃES; ZANELLA, 2013;

MENDONÇA, 2003), temos que a precipitação nos municípios estudados se concentra entre novembro e março, com redução a partir de abril e menores valores em junho e julho (Figura 2). O aumento no número de casos registrados da doença ocorre após o início do período chuvoso e tem seu ápice no final do período de concentração das chuvas. Nos meses relativos ao período de menor volume de precipitação a redução no número de ocorrência da dengue é bastante expressiva, passando em Anápolis de 548 para 106 casos, em Goiânia de 7049 para 556 e na Cidade de Goiás de 46 para 6 casos registrados da doença.

Figura 2 – Gráfico de distribuição da precipitação em mm por município e por meses no ano de 2017.



A correlação possível entre precipitação e número de casos da doença, refere a condição para progressão reprodutiva do vetor, onde após o início e com a manutenção do período chuvoso, o mosquito atinge o máximo populacional, promovendo o aumento no número de transmissão da doença. Com o fim do período chuvoso este ambiente deixa de ser favorável a proliferação do mosquito e, a partir daí, o decréscimo na possibilidade reprodutiva e de contaminação.

No que se refere ao parâmetro climático temperatura, não foi observada uma relação direta com os números relativos à incidência da dengue nos municípios, sendo, contudo, que se observa a maior amplitude térmica nos meses de junho e julho, além se serem estes os meses com menor temperatura, o que é negativo para a reprodução do vetor. Em Goiânia, por exemplo, nos meses citados a amplitude chega a 14°C.

Entendemos que os parâmetros climáticos precipitação e temperatura, demonstraram estabelecer sim possibilidade de análise de correlação em relação com os casos registrados de dengue nos municípios considerados, sendo, contudo, que certamente estes não são os únicos fatores possíveis dentro da abordagem de estudos em Geografia da Saúde, devendo ser considerados outros temas como saúde pública, densidade populacional e infraestrutura urbana, dentre outros.

Considerações finais

Apresentamos aqui uma proposta inicial de pesquisa, que teve como motivação o interesse na temática geografia da saúde. A abordagem clima e saúde representa apenas o início destes estudos, uma vez que consideramos que os resultados aqui alcançados, demonstraram a relevância do tema.

Reiteramos a necessidade de ampliar a revisão bibliográfica sobre estudos que tratem do tema Geografia da Saúde em Goiás, ainda que a nomenclatura desta abordagem não esteja explícita, a fim de aplicar o conhecimento e incorporar novas possibilidades metodológicas e de análise. Dentre estas metodologias, destacamos nosso interesse no uso de recursos cartográficos, objetivando a representação/localização espacial dos fenômenos os quais facilitam a apresentação/representação dos dados e, por conseguinte, a possibilidade de análise, como já apresentado por Silveira e Jayme (2014), dentre outros.

Com o advento dos Sistemas de Informação Geográfica – SIGs e das diversas possibilidades de programas e ferramentas, o cruzamento de dados se tornou bastante facilitado e eficiente, promovendo inclusive a análise integrada de fenômenos, que é uma proposta da geografia da

saúde. Por fim, entendemos tal abordagem positiva também por promover uma possibilidade de estudo com perspectiva interdisciplinar, agregando além de temas ambientais e sociais, inclui a possibilidade do uso das geotecnologias, ferramentas tão relevantes na construção do conhecimento na atualidade.

Referências

- BARBOSA, F. M. T. A geografia da saúde e a força destrutiva do capital: trabalho e doença na percepção de ex-trabalhadores da mineração de amianto em Goiás. *Élisée*, Porangatu, v.6, n.1, p. 87-111, jan.-jun. 2017.
- BARROS, D. M. S.; MORAIS, P. S. G.; PAIVA, J. C.; LIMA, J. R. F.; SILVA, J. L. R. Observatório nacional da dengue: sistema para monitoramento de casos de dengue. *Revista Brasileira de Inovação Tecnológica em Saúde*, On-Line. 2010. Disponível em: <<https://periodicos.ufrn.br/reb/article/view/3534/4018>>. Acesso em: 10 mar. 2018.
- FERIGATO, S. H.; CARVALHO, S. R. Pesquisa qualitativa, cartografia e saúde: conexões. *Comunicação saúde e educação*, Presidente Prudente, v.15, n.38, p. 663-75, jul-set. 2011.
- GUIMARÃES, R. B. Geografia da saúde: categorias, conceitos e escalas. *Saúde: fundamentos de Geografia humana* [online], São Paulo: Editora UNESP, 2015, pp. 79-97. Disponível em <<http://books.scielo.org/id/4xpyq/pdf/guimaraes-9788568334386-05.pdf>>. Acesso em: 10 mar. 2018.
- INSTITUTO Nacional de Meteorologia. Dados de estações meteorológicas. Disponível em <http://www.inmet.gov.br/portal/index.php?r=estacoes/estacoesAutomaticas>. Acesso em: 10 jul. 2018.
- JUNQUEIRA, R. D. Geografia médica e geografia da saúde. *Hygeia*, Uberlândia, v. 5, n. 8, p. 57-91, 2009.
- MAGALHÃES, G. B.; ZANELLA, M. E. Comportamento espacial da dengue e sua relação com o clima na região metropolitana de Fortaleza. *Revista Brasileira de Climatologia*, Paraná, v. 12 n. 9 jan-jul, 2013.
- MENDONÇA, F. Aquecimento global e saúde: uma perspectiva geográfica — notas introdutórias. *Revista Terra Livre*, São Paulo, n. 20, p. 205-221, 2003.
- RANGEL, D. L. de O. Aspectos ambientais, sócias e a saúde em território Kalunga no estado de Goiás em 2012. 2014. Tese (Doutorado em Enfermagem) - Programa de Pós-Graduação em Enfermagem, Universidade de Brasília, Brasília.

2.

Abordagens conceituais e metodológicas da política de desenvolvimento territorial rural sustentável

Camila Vito Silva de Lima
Divina Aparecida Leonel Lunas

O termo desenvolvimento possui em sua raiz etimológica (do latim, *volvere*) a ideia de algo dinâmico, em movimento, que rumo a uma direção progressiva (FAVARETO, 2007). Ao longo do tempo, a ideia de desenvolvimento esteve entrelaçada à de evolução, num sentido positivo que denota uma trajetória de crescimento. Tal entendimento acarretou, inicialmente em âmbito acadêmico e, posteriormente, ao senso comum, a noção de desenvolvimento. É importante destacar que a conceituação acerca do que é desenvolvimento é complexa e controversa, sobretudo quando são acrescentados adjetivos ao termo como, por exemplo, desenvolvimento humano. No entanto, o sentido de desenvolvimento é mais profundo. Ao se retirar o prefixo “des”, têm-se a percepção de algo que estaria escondido, envolvido. Numa síntese com a concepção anterior, o desenvolvimento seria a descoberta de uma potencialidade escondida ou não aperfeiçoada.

De acordo com Amartya Sen, o desenvolvimento seria senão a descoberta e o aprimoramento das capacidades dos indivíduos. Deste modo, Sen (2010) afirma que tais capacidades são aperfeiçoadas por meio de um processo de expansão das liberdades individuais a partir de um comprometimento coletivo de toda a sociedade. Essas liberdades

envolvem não somente a capacidade de consumo, mas consideram as esferas econômica, social e política. Conforme Sen (2010):

Se a liberdade é o que o desenvolvimento promove, então existe um argumento fundamental em favor da concentração nesse objetivo abrangente, e não em algum meio específico ou em alguma lista de instrumentos especialmente escolhida. [...]. O desenvolvimento requer que se removam as principais fontes de privação de liberdade: pobreza e tirania, carência de oportunidades econômicas e destituição social sistemática, negligência dos serviços públicos e intolerância ou interferência excessiva de Estados repressivos (SEN, 2010, p. 16-17).

Deste modo, as liberdades individuais assumiriam dois papéis fundamentais: seriam o meio de obtenção e o alvo a ser atingido no modo de pensar e praticar o desenvolvimento. Favareto (2007) chama a atenção quando afirma que esta abordagem elimina a concepção de que o desenvolvimento é um estágio a ser alcançado pela sociedade e, em lugar disto, a importância passa a ser a maneira como o desenvolvimento acontece. Neste contexto, pondera que a ideia de desenvolvimento sofreu uma transformação a partir da década de 1970, ao deixar de ser considerado um conceito meramente econômico e assumir outros vieses, como o sustentável e o social, na busca por combater a degradação ambiental, a desigualdade e a pobreza, podendo ser conceituado como a

[...] evolução de uma configuração histórica determinada. Evolução que nada tem de linear, e que pode se dar em diferentes direções, aproximando-se ou distanciando-se do ideal contido no projeto normativo do desenvolvimento como melhoria dos indicadores econômicos, sociais e ambientais de um dado país, região ou grupo social (FAVARETO, 2007, p. 84).

Em relação ao desenvolvimento social, Timothy Keller (2013), um teólogo dedicado às questões da sociedade pós-moderna, afirma que a pobreza é um fenômeno complexo, de dimensão estrutural, que não pode ser sanado por medidas isoladas, mas sim por meio de uma concertação

social que envolva e transforme as esferas pública, privada, em âmbito individual e coletivo, relacionadas aos seus elementos materiais e imateriais, sobretudo a cultura, compreendida pelos aspectos morais, éticos e espirituais, bem como suas manifestações artísticas e religiosas.

Em sua cosmovisão, Keller (2013) defende que a pobreza é resultado do somatório entre opressão, calamidades naturais e falhas morais individuais. A opressão pode ocorrer entre as classes sociais (ricos e pobres), agravadas ou não pelo Estado, como é o caso de sistema judicial que favorece os mais abastados financeiramente ou alíquotas de impostos que, proporcionalmente, onerem mais os pobres em detrimento dos ricos, como os impostos regressivos (no caso brasileiro, ICMS, IPI, por exemplo). As calamidades naturais são acontecimentos que ocorrem além da capacidade de amplitude, previsão e combate pela ação humana, como as secas, as enchentes, o isolamento geográfico, e, até mesmo, individualmente, como as doenças, os acidentes, as deficiências. Já as falhas morais são aquelas que se referem ao caráter do indivíduo, como a negligência em relação ao uso dos recursos.

Deste modo, Keller (2013) defende que uma das formas concretas de promover a justiça social por meio de políticas públicas, e, de modo mais amplo, o desenvolvimento humano, é a criação de programas que, ao invés de produzirem dependência, como nos casos da transferência de renda, resultem em autossuficiência por meio do próprio esforço, do próprio trabalho, da expansão das capacidades. E que, ainda, tenham o como agentes do desenvolvimento o próprio público-alvo:

[...] se estamos falando de desenvolvimento comunitário, temos de ter em mente que os moradores da comunidade são ‘os agentes primários do crescimento’. Os próprios moradores da comunidade têm de ser os principais ‘*locus* de análise e planejamento’ e estar no controle do tipo e do ritmo de mudança que afetará suas famílias, vidas e situação econômica (KELLER, 2013, p. 126).

Por sustentável, compreende-se o modo de praticar o desenvolvimento de maneira a modificar as estruturas e os processos a longo prazo,

bem como corrigir inconformidades, para que os seus efeitos estejam disponíveis às gerações futuras (SEPÚLVEDA, 2005). Conforme Sepúlveda (2005), a compreensão do desenvolvimento sustentável inicialmente esteve restrita à esfera ambiental, em razão de uma conceituação elaborada pela Comissão Brundtland em 1987 – comissão responsável pelas diretrizes para o meio ambiente no âmbito da Organização das Nações Unidas (ONU) – a qual afirmou o desenvolvimento sustentável “como o processo capaz de satisfazer as necessidades das gerações presentes sem comprometer a capacidade das gerações futuras satisfazerem suas próprias necessidades” (NAÇÕES UNIDAS, 1987 *apud* SEPÚLVEDA, 2005, p. 34).

A evolução do conceito, entretanto, passou a integrar a vertente socioeconômica na qual o desenvolvimento sustentável abarca todas as dimensões da vida em sociedade e busca direcionar os investimentos financeiros e as inovações tecnológicas e de comunicação a fim de permitir o uso consciente da biodiversidade em favor do bem-estar social, em curto, médio e longo prazos. Sepúlveda (2005) considera o fator temporal como o de maior complexidade, pois além de ocorrer em escalas diferentes, é um elemento imaterial de difícil mensuração em políticas de desenvolvimento, uma vez que as necessidades futuras não são conhecidas. O autor considera necessária a constante capacitação do capital humano e social, uma vez que o desenvolvimento só acontece e somente se sustenta por meio da ação humana conscientizada.

Conforme Zylbersztajn, Nassar e Neves (2000), a primeira conceituação acerca do desenvolvimento rural sustentável foi cunhada pela Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO), em 1991. Assim, ao desenvolvimento rural sustentável estão relacionados:

O manejo e a conservação da base de recursos naturais e a orientação de mudança tecnológica e institucional, de maneira a assegurar a obtenção e a satisfação contínua das necessidades humanas para as gerações presentes e futuras. Tal desenvolvimento sustentável (na agricultura, na exploração florestal, na pesca) resulta na conservação do solo, da água e dos recursos genéticos

animais e vegetais, além de não degradar o ambiente, ser tecnicamente apropriado, economicamente viável e socialmente aceito (FAO, 1991 *apud* ZYLBERSZTAJN; NASSAR e NEVES, 2000, p. 264).

Observa-se que, a partir de então, as ações para o desenvolvimento rural sustentável devem incluir o uso correto dos recursos naturais e das novas tecnologias para resguardar o meio ambiente de ações danosas que levem ao desequilíbrio dos ecossistemas, e, por consequência, impeçam a continuidade da ação antrópica.

Assim, em consonância com a busca de garantir crescimento econômico atrelado à expansão das liberdades individuais, à melhoria da qualidade de vida e ao cuidado com o meio ambiente é estabelecida, no Brasil, em 2003, a Política de Desenvolvimento Territorial Rural Sustentável, como medida de valorização do agricultor familiar, de sua relação com o meio ambiente e, principalmente, como meio de superação da fome e da pobreza. Neste ano, o Estado brasileiro assume que o desenvolvimento rural acontece com a ampliação do potencial produtivo e social, a partir da união de estratégias do próprio poder público, do mercado e da população rural, com a utilização de mecanismos materiais e simbólicos.

Os três agentes detêm diferentes papéis no processo desenvolvimentista: o poder público, em conjunto com a iniciativa privada, deve promover a expansão e o amplo alcance às oportunidades e aos recursos necessários relacionados aos meios de produção (terra, capital), à infraestrutura (bens e serviços públicos, estradas, escolas, unidades de saúde, iluminação, saneamento básico), ao conhecimento (treinamento, informação, pesquisa, inovação), e, até mesmo, às competências mercadológicas de fomento de emprego e renda. A população rural tem como ofício a assimilação, o melhor aproveitamento e a transformação das oportunidades e dos meios oferecidos em crescimento socioeconômico, que resulte em elevação de bem-estar. Neste cenário, a sociedade civil – conselhos, universidades, acadêmicos – surge como um apoio abrangente em todas as iniciativas: atua na mediação das relações entre os agentes, como meio de controle e fiscalização, na

disseminação e orientação das políticas públicas e das ocasiões de mercado, como auxílio da tomada de decisão e na execução das estratégias adotadas. Portanto, trata-se de um processo de desenvolvimento que, em seu início, é induzido pelo Estado, e em segundo plano, pelo mercado, mas que, com o passar do tempo, se torna endógeno, por meio da ação do público-alvo.

O exemplo europeu: o Programa Leader

A atual política de desenvolvimento territorial rural no Brasil foi fortemente influenciada pelo Programa LEADER – Ligações entre Ações de Desenvolvimento das Economias Rurais, criado em 1991 pela Iniciativa Comunitária da União Europeia como forma de dirimir as desigualdades entre as nações que dela fazem parte, sobretudo, Portugal, Espanha e Grécia. De acordo com Ortega (2008), a primeira edição do Programa LEADER esteve direcionada especificamente aos países mencionados, uma vez que estes abrigavam as maiores “zonas desfavorecidas” da Europa, por possuírem maior quantidade de agricultores não integrados aos padrões tecnológicos intensivos da agricultura europeia.

O referido Programa propunha um modo alternativo de desenvolvimento rural que não sobrecarregasse o Estado, não intensificasse a degradação ambiental, não causasse o endividamento do agricultor em razão da necessidade de grandes investimentos e da tomada de crédito e que, acima de tudo, não acarretasse a perda de população rural em virtude da tecnificação agrícola. Assim, nova abordagem surge, conforme Favareto (2010), a partir de dois elementos essenciais:

- 1) a mudança no enfoque dos investimentos, que não mais ocorreriam em nível setorial, mas sim em abrangência territorial;
- 2) o estabelecimento de estratégias do tipo “*bottom-up*” ou “de baixo para cima”, expressão melhor compreendida no contexto do Programa LEADER como “de dentro para fora”, pois buscam envolver os atores e recursos locais em integração horizontal, mutissetorial, interligada à integração vertical já observada nas especializações de cada setor e na direção das

instâncias superiores de governo. Nesse sentido, a efetividade do Programa seria atestada pelo grau de interação entre todas as partes envolvidas, uma vez que é entendido como “um projeto de desenvolvimento territorial [que] surge como consequência do alinhamento de interesses” (FAVARETO, 2010, p. 24), os quais podem diferir de uma localidade em relação a outra, a depender da quantidade de recursos humanos e materiais disponíveis.

Apesar da necessidade de ajustes, o Programa LEADER apresenta resultados satisfatórios. Além da permanência ao longo de quase trinta anos¹ e a extensão das iniciativas a todos os países membros, conta, ainda, com a expressiva adesão dos atores sociais locais confirmada pelo número de 2.300 Grupos de Ação Local distribuídos em toda a Europa – espécies de conselhos municipais que formulam os projetos a serem custeados pelo governo de acordo com as necessidades específicas de cada território, bem como pelo envolvimento da população como um todo (RAMOS; GARRIDO, 2010 *apud* MOYANO-ESTRADA, 2015).

Um dos aspectos positivos do Programa LEADER, apresentado por Ortega (2008) relaciona-se à importância dada às atividades rurais, que extrapolam a concepção do que é especificamente agrícola, isto é, prevalece a valorização do turismo, da ampliação da gama de produtos, da disseminação da cultura, da troca de saberes e experiências. Como apontamento negativo, tem-se a observação feita por Favareto (2010) em citação a Ray (2001) e a Coelho *et al.* (2005) ao se referirem à escolha dos projetos que serão custeados no âmbito do Programa LEADER, que tendem a acentuar as disparidades entre as regiões uma vez que os territórios com maior número de recursos e melhor infraestrutura pré-existente tendem a possuir melhores condições de articulação dos atores e de elaboração de propostas e, portanto, de serem selecionados em detrimento dos apresentados pelas localidades mais carentes.

1 De acordo com Ortega (2008), a vigência inicial do Programa LEADER seria de 1991-1994. No entanto, atualmente, as ações estão planejadas até o ano de 2020 (MOYANO-ESTRADA, 2015).

Por fim, é válido evidenciar que a importação da iniciativa europeia ao contexto brasileiro necessita de análise profunda em virtude de serem encontradas diferenças substanciais entre uma realidade e outra. É preciso ter em mente que os fatores relacionados à infraestrutura, ao nível educacional, à coesão social, à transparência pública, às dimensões geográficas (em caso municipal), às diferenças culturais e ao modo de pensar e praticar o setor agropecuário têm impacto decisivo nos resultados alcançados e podem levar à frustração dos objetivos propostos para o caso do Brasil.

A abordagem brasileira: a Política de Desenvolvimento Territorial Rural Sustentável

A Política de Desenvolvimento Territorial Rural Sustentável, embora elaborada e executada no primeiro mandato do ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva, teve seus primórdios no governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC), quando da instituição do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), a partir do financiamento de projetos de infraestrutura em âmbito intermunicipal, fato que se configura como o embrião da abordagem transcendente à esfera municipal. Ademais, ainda no governo FHC foi criado o Ministério da Política Fundiária e do Desenvolvimento Agrário, pela Medida Provisória n. 1999-13 de 14 de dezembro de 1999, que possuía como uma de suas áreas de competência, conforme o inciso XV, parágrafo 14, a “promoção do desenvolvimento sustentável do segmento rural constituído pelos agricultores familiares” (BRASIL, 2018, [on-line]). Foi também no governo FHC que ocorreu a elaboração do 1º Plano Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (PNDRS), em 2002.

No governo Lula o pontapé inicial para a instituição da política de desenvolvimento territorial rural foi a constituição da Secretaria do Desenvolvimento Agrário (SDT) vinculada ao então Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), como resposta às ações definidas no 1º PNDRS. A política de desenvolvimento rural teve como referência as diretrizes nacionais para a redução da pobreza, da desigualdade e da exclusão social, sendo estes os eixos norteadores das ações para o desen-

volvimento. Nesse sentido, o MDA foi o responsável por criar programas direcionados ao meio rural, especialmente, com enfoque nas áreas com maior quantidade de agricultores familiares, comunidades tradicionais, pescadores artesanais, extrativistas, assentados da Reforma Agrária ou trabalhadores sem-terra².

Assim, para a consecução de seus objetivos, a Política busca romper com o distanciamento entre o Estado e a Sociedade quando da formulação e implementação da intervenção pública. Para tanto, objetiva integrar o poder público e os atores sociais em um pacto para combater as desigualdades regionais historicamente criadas por meio do direcionamento da atuação pública com vistas a superar deficiências locais específicas que se constituem como entraves a expansão e à equalização das oportunidades a toda a população. A integração ocorre em virtude do constante diálogo entre o arcabouço político, institucional e humano que baseia a referida política. Além da SDT, este arcabouço compõe-se das seguintes institucionalidades: Rede de Organismos Colegiados para o Desenvolvimento Rural Sustentável, órgãos da Administração Pública Federal que atuam na promoção do desenvolvimento humano, governos estaduais e municipais, organizações da sociedade civil, movimentos sociais e a população dos Territórios Rurais (BRASIL, 2003).

Como pressupostos fundamentais, a Política de Desenvolvimento Territorial Rural Sustentável entende que:

- 1) a diferenciação na intervenção governamental nos Territórios Rurais é vital, pois estes apresentam realidades e características distintas que impedem a aplicação de uma metodologia única a todos;
- 2) é estritamente necessária a promoção do acesso da população aos serviços e investimentos públicos (educação, saúde, moradia, segurança alimentar, saneamento básico, segurança etc.), ainda que os recursos econômicos não estejam disponíveis, a

2 Na formulação inicial da política pública, este grupo fora denominado como “demanda social”, pois a formalização da categoria só ocorreu em 2006, com a chamada Lei da Agricultura Familiar.

fim que as mesmas oportunidades sejam dadas a todos, sem distinção.

- 3) a gestão pública deve ser compartilhada por meio de instituições que dialoguem diretamente com os cidadãos a fim de proporcionar o atendimento da demanda específica e a solução de problemas locais.

Coube à SDT o papel de articuladora entre as diversas institucionalidades e os pressupostos básicos, uma vez que se constitui como instrumento-chave do Estado com a principal atribuição de conceber, planejar e executar o desenvolvimento rural sob duas ópticas: a econômica, relacionada à função produtiva do setor; e, a social, a partir da identificação dos municípios rurais “deprimidos”, em uma nova unidade de planejamento: o arranjo territorial. A SDT, além de dar continuidade à gestão do Pronaf Infraestrutura e Serviços e de instituir os Territórios Rurais, deveria buscar a integração entre a sociedade e o poder público (estadual e municipal) destas localidades. Caberia à SDT informar aos demais órgãos públicos no âmbito das três esferas os Territórios em atividade para que estes também se tornassem alvo principal das políticas públicas por eles implementadas.

Consoante Ortega (2015, p. 32), os municípios deprimidos são aqueles que possuem “níveis baixos de desenvolvimento, de ritmo de crescimento e de potencial desenvolvimento”, ou seja, formados por municípios carentes de serviços públicos básicos (água canalizada, energia elétrica, educação, saúde), que possuem indicadores sociais inferiores aos valores nacionais, que apresentam pouco dinamismo econômico e baixa capacidade institucional, a qual pode ser entendida, conforme Bucher *et al.* (2000), como a habilidade de tomar decisões e executá-las de modo eficaz, eficiente e sustentável, bem como gerir e manter o desempenho organizacional em bons patamares, assim como prepará-la para absorver o impacto de possíveis mudanças. Em muitos casos, estes municípios se localizam próximos a outros em situação semelhante, onde formam regiões extensas de pobreza.

De fato, a principal mudança ocorrida a partir da SDT foi o direcionamento da intervenção estatal a um aglomerado de municípios.

O texto de referência para o Desenvolvimento Rural Sustentável, elaborado pelo MDA, é, nesta direção, claro e expresso quando argumenta que “a coordenação das ações de responsabilidade do MDA somente encontrará significado e projetará uma nova maneira de governar e de interagir com a sociedade civil se for adotada, plenamente, a abordagem territorial” (BRASIL, 2003, p. 25, grifo nosso). Ortega (2008) afirma que a justificativa deste novo enfoque parte do reconhecimento de que a dimensão municipal é “muito restrita”, ou seja, pequena para a enormidade do planejamento e dos esforços necessários para a promoção do desenvolvimento. E, em contrapartida, a dimensão estadual é “excessivamente ampla”, em razão da diversidade e das peculiaridades interiores ao nível estadual, para o caso brasileiro.

Assim, os Territórios Rurais foram estabelecidos conforme a predominância de elementos rurais³, sem desconsiderar os pequenos e médios aglomerados urbanos. No âmbito da política de desenvolvimento territorial rural, a noção de Território considera os elementos materiais (espaço, recursos e pessoas), bem como os elementos imateriais (identidade, cultura, sociabilidade), pois trata-se de

[...] um espaço físico, geograficamente definido, geralmente contínuo, compreendendo cidades e campos, caracterizado por critérios multidimensionais, tais como o ambiente, a economia, a sociedade, a cultura, a política e as instituições, e uma população, com grupos sociais relativamente distintos, que se relacionam interna e externamente por meio de processos específicos, onde se pode distinguir um ou mais elementos que indicam identidade e coesão social, cultural e territorial (BRASIL, 2003, p. 34).

3 Os elementos rurais são caracterizados por: ambiente natural pouco modificado e/ou parcialmente convertido a atividades agro-silvo-pastoris; baixa densidade demográfica; população pequena; base na economia primária e seus encadeamentos secundários e terciários; hábitos culturais e tradições típicas do universo rural. (BRASIL, 2005, p. 28, nota de rodapé 21).

A definição operacional do Território pode ser complementada pela concepção formulada por Saquet (2007) quando afirma que o território é constituído a partir de relações materiais e imateriais de poder construídas historicamente, mas com significados diferentes para diferentes sociedades, que podem se alterar ou não ao longo do tempo de acordo com os novos comportamentos sociais incorporados. Nesse sentido, é preciso considerar as relações de dominação pré-existentes na delimitação do Território, tendo em vista que prováveis conflitos podem interferir na formulação e no controle social da indução estatal, sendo, portanto, um dos principais obstáculos à coesão social e ao sucesso da política. Ortega (2015) observa que “a assimetria de poder nos territórios, tanto inter como intraclasses, mantém-se presente [...] e precisa ser contornada para que se construam projetos de desenvolvimento virtuosos” (ORTEGA, 2015, p. 11).

É sob este entendimento, que a Política de Desenvolvimento Territorial Rural Sustentável afirma que, para que o desenvolvimento aconteça, é fundamental que existam a coesão social e a coesão territorial. A coesão social se refere à capacidade que uma sociedade possui de produzir e manter um sentimento de pertencimento e de inclusão por meio da demonstração de respeito à diversidade, de equidade e de justiça social. A coesão territorial está relacionada à integração multidimensional das institucionalidades e dos recursos humanos e ambientais existentes no Território (BRASIL, 2003).

Deste modo, pela complexidade dos inúmeros fatores envolvidos, as políticas públicas a serem implementadas nos Territórios devem, portanto, considerar as dimensões econômica, sociocultural, ambiental, política e institucional, a partir da integração territorial e multissetorial com a finalidade de solucionar as ameaças do presente com medidas eficazes também a longo prazo e que não comprometam o bem-estar das gerações futuras.

Os Territórios Rurais e os Territórios da Cidadania

A Política de Desenvolvimento Territorial Rural Sustentável é concebida, principalmente, por dois programas de abrangência nacional que são o reflexo da importância da abordagem territorial por parte do governo brasileiro. São eles: o Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais (Pronat), criado em 2003, e o Programa Territórios da Cidadania (PTC), criado em 2008.

No âmbito do Pronat, a ação governamental busca “promover e apoiar iniciativas das institucionalidades representativas dos territórios rurais que objetivem o incremento sustentável dos níveis de qualidade de vida da população rural” (BRASIL, 2005, p. 7). Deste modo, o Estado intervém de múltiplas formas:

- 1) na delimitação do campo de ação de projetos de melhoria das condições sociais da população rural, à medida que o Estado é quem define os territórios;
- 2) no fomento de programas específicos à demanda social do meio rural;
- 3) na legitimação de instituições locais que planejem e executem projetos autônomos que visem ao bem-estar da população;
- 4) no provimento dos meios necessários à realização dos programas e dos projetos locais.

Em 2008, com o aprofundamento da política territorial em municípios que já pertenciam aos Territórios Rurais e que apresentaram maior vulnerabilidade social, foram concebidos os Territórios da Cidadania. Alguns dos critérios utilizados para a definição destes Territórios foram: menor IDHM, maior concentração de agricultores familiares e assentados da reforma agrária, maior concentração de povos tradicionais, maior número de beneficiários do Programa Bolsa Família, menor renda, maior número de municípios com baixo dinamismo econômico, dentre outros. A respeito da finalidade dos Territórios da Cidadania, Ortega (2015) explica:

Os TCs, portanto, por sua concepção e gerenciamento, diferem de outros programas de enfoque territorial por não se limitarem a enfrentar problemas específicos com ações dirigidas. Pretendia, em seu lançamento, articular diferentes ações para promover o desenvolvimento, em que as ações governamentais tenham um papel mais intervencionista que aquele da criação dos Territórios Rurais, fundamentalmente de indução da constituição dos arranjos socioprodutivos territoriais (ORTEGA, 2015, p. 43).

O PTC fortaleceu os avanços alcançados pelo Pronat e buscou, além do incremento econômico-produtivo, a promoção da cidadania, como acesso à educação, à saúde, à moradia, à alimentação adequada, à assistência social, dentre outros serviços, com vistas, também, ao combate das desigualdades sociais. Assim sendo, a principal diferença entre os Territórios Rurais e os Territórios da Cidadania é o enfoque da atuação governamental: enquanto se buscava, nos Territórios Rurais, a inserção comercial da pequena produção rural, nos Territórios da Cidadania a intenção passa a ser, também, a inclusão e o aprimoramento social da população.

Para definir os Territórios Rurais (e, posteriormente, da Cidadania), a SDT, por meio da análise de dados do IBGE, identificou 4.500 municípios distribuídos em 450 microrregiões classificadas como “essencialmente rurais”, o que se traduz em 81,7% dos 5.056 municípios brasileiros à época e em um somatório de 50 milhões de habitantes (BRASIL, 2003, p. 21-22). Os critérios adotados para a definição das microrregiões “essencialmente rurais” foram a densidade demográfica inferior a 80 habitantes por quilômetro quadrado e a população municipal de até 50 mil habitantes.

É importante salientar que a decisão acerca da delimitação dos Territórios não se restringiu apenas ao MDA, mas se configurou num processo deliberativo amplo, no qual foram consultadas as instâncias estaduais – compostas por membros do poder público estadual e da sociedade civil – para avaliação e possível agregação ou refutação de critérios seletivos. Deste modo, a aprovação final somente ocorreu

mediante a anuência dos Conselhos Estadual e Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (CEDRS/CONDRAF).

Inicialmente, por questões de restrição orçamentária, ocorreu o ordenamento das microrregiões prioritárias, isto é, aquelas que apresentaram características rurais aliadas à maior demanda social em cada Unidade da Federação. Deste modo, o ordenamento das microrregiões, além de se constituir como uma forma de classificação, está intimamente ligado à execução da política de desenvolvimento territorial à medida em que se relaciona ao processo de direcionamento da ação governamental, que se trata de uma resposta às situações específicas de cada Território e, por isso, se configura em critério de seleção à medida em que o Estado detém os recursos necessários para prover os gargalos neles existentes. É nesse sentido que a política de desenvolvimento territorial rural deve ser entendida pela ótica da concertação social, pois deve ser construída coletivamente, por meio de um ciclo que possui duas etapas.

A primeira etapa caracteriza-se pela ação governamental de identificar os arranjos territoriais “deprimidos”, realizar um diagnóstico das precariedades e iniciar o processo de articulação e capacitação dos atores locais em relação ao conhecimento da política. A partir dessa articulação, é iniciada a fase de reação às propostas apresentadas pelo Estado, na forma de planejamento ascendente, no qual a sociedade civil organizada consolida a coesão social e inicia o processo de identificação das reais necessidades locais, a partir da elaboração de projetos a serem financiados com recursos públicos, com o objetivo de transformar as condições “deprimidas” existentes, sempre com o protagonismo dos atores envolvidos.

Em seguida, a segunda etapa parte da seleção, estruturação e organização dos projetos submetidos pela sociedade civil organizada, bem como a destinação dos recursos demandados, os quais dão início à fase de controle social e execução dos projetos e, posteriormente, a avaliação dos resultados, repassados, em última instância, para o Estado com a finalidade de revisão e aperfeiçoamento da política adotada. Deste modo, o desenvolvimento acontece de baixo para cima (“*bottom-up*”),

uma vez que os formuladores e executores da política são os atores locais e não o Estado, que apenas age como financiador e regulador, por meio de estratégias “*top-down*”.

Na estratégia de planejamento ascendente, o capital social é fundamental na elaboração dos projetos e na destinação do recurso público, pois quanto maior a qualificação, maior a tendência à efetividade da política. Um dos principais desafios para a abordagem territorial relaciona-se à ausência de um sólido capital social à medida em que o novo modo de pensar e fazer a política de desenvolvimento carece de autogestão a fim de que as medidas de indução resultem em desenvolvimento endógeno.

Por capital social entende-se o relacionamento de confiança, ajuda mútua e reciprocidade entre pessoas, coletividades e instituições em torno de um objetivo comum. A principal função do capital social é realizar a gestão social, que se refere, essencialmente, ao compartilhamento da responsabilidade acerca das diretrizes do planejamento ascendente do Território, isto é, o grau de envolvimento dos atores sociais em todas as fases de implantação da política (BRASIL, 2005). Assim, conceber o capital social como um ativo que estimula e executa o controle social num sistema de parcerias entre agentes públicos e privados, integrados horizontalmente e verticalmente, é essencial para que o desenvolvimento realmente aconteça.

Contudo, é consenso que o capital social existente nos Territórios Rurais é deficitário em razão de fatores de diversas origens (econômicas, sociais, geográficas, educacionais, políticas) decorrentes do patamar inferior na qual se encontram estes arranjos. Como medidas de aprimoramento do capital social, a Política de Desenvolvimento Territorial Rural Sustentável buscou, além de propiciar o acesso à educação, à saúde e ao emprego, bem como a revisão das práticas políticas e a apresentação de soluções inovadoras para a valorização dos recursos naturais, humanos e culturais existentes, agregar o aparato acadêmico e científico aos Colegiados Territoriais por meio dos Núcleos de Extensão em Desenvolvimento Territorial (NEDETs), criados em parceria com as universidades públicas. De acordo com Cardoso Júnior, Lunas e Gomes

(2017), o principal objetivo dos NEDETs é fornecer suporte aos Colegiados Territoriais

[...] em ações que promovam a gestão social e a inclusão produtiva, as quais englobam processo de planejamento, organização das atividades dos colegiados, elaboração de projetos técnico-produtivos, controle social e das políticas públicas, bem como possibilitar o acesso aos programas direcionados à agricultura familiar nos Territórios (CARDOSO JÚNIOR; LUNAS; GOMES, 2017, p. 40).

O Colegiado Territorial é o principal legado do Pronat, pois é em seu ajuntamento que a participação social efetivamente acontece. O Colegiado Territorial se trata de uma espécie de conselho deliberativo formado por instituições da sociedade civil e do poder público, que possuem poder equivalente na tomada de decisão e que realiza o planejamento, a tomada de decisão e o controle das medidas.

A participação no Colegiado Territorial deve ser ampla e favorecer à diversidade étnica, de gênero, racial e de faixa etária a fim de que todos os grupos estejam representados e tenham voz ativa. Além da diversidade de atores, é necessário considerar, também, a pluralidade de concepções e representação de interesses, de modo a fortalecer os mecanismos de gestão social e fornecer distintas concepções ou visões, complementares ou divergentes, para que se negocie entendimentos e acordos sobre os rumos do desenvolvimento do território e, consequentemente, sobre o meio rural.

Considerações finais

A Política de Desenvolvimento Territorial Rural Sustentável tem início a partir da implantação do Plano Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (PNDRS), estabelecido em 2002 por meio de deliberações do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (CNDRS), cuja principal decisão foi a mudança do enfoque das políticas públicas de desenvolvimento rural até então executadas: a adoção da

perspectiva territorial, com a abrangência de municípios com características semelhantes e geograficamente próximos.

A abordagem territorial foi o cerne dos três principais programas formulados pela SDT em seus primórdios, sendo elas: os Consórcios Intermunicipais de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local (CONSADs), o Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais (Pronat) e o Programa Territórios da Cidadania (PTC), este implantado em 2008 e os dois primeiros em 2003. Tais programas surgiram no contexto do governo Lula como medidas auxiliares na busca pela redução da pobreza, da erradicação da fome e do maior acesso aos serviços públicos básicos, no contexto do Programa Fome Zero.

O Pronat foi estabelecido como ferramenta de direcionamento da intervenção estatal e, por isso, tem a finalidade de reunir o máximo de programas públicos já existentes em municípios rurais com indicadores econômicos abaixo dos padrões estadual e nacional. Nos Territórios Rurais o governo é o responsável pelo fornecimento de recursos financeiros e materiais no âmbito de cada programa e, em contrapartida, a sociedade organizada e os atores envolvidos seriam os tomadores de decisões em relação ao uso dos recursos. A essência do Pronat é a inserção econômico-produtiva dos municípios.

O PTC surgiu como continuidade do Pronat e a manutenção de seu modo de funcionamento, porém com o aprofundamento da ação estatal em municípios rurais com elevada vulnerabilidade social, com falhas no atendimento de serviços básicos relacionados à saúde, infraestrutura domiciliar e educação, ou seja, além do foco econômico, buscou-se também a inclusão social, sendo este o elemento de diferenciação em relação ao Pronat.

Para ambos os Programas – Pronat e PTC – não foi encontrado arcabouço normativo definido, composto por leis, decretos e/ou resoluções, mas apenas Documentos de Referência e Manuais Orientativos, fato que dificulta a compreensão mais aprofundada dos objetivos fundamentais da intervenção governamental e confere instabilidade quanto à continuidade dos programas.

Enfim, o funcionamento da Política de Desenvolvimento Territorial Rural Sustentável baseia-se na combinação de estratégias “*top-down*” e “*bottom-up*”, partindo-se da indução do governo à prática do desenvolvimento endógeno pelos atores locais, o que confere singularidade à política uma vez possibilita aos indivíduos o papel de serem agentes de transformação de suas próprias realidades.

Referências

- BRASIL. *Medida Provisória n. 1999-13 de 14 de dezembro de 1999*. Altera dispositivos da Lei no 9.649, de 27 de maio de 1998, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/mpv/antigas/1999-13.htm>. Acesso em 25 mar. 2018.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. *Referências para o Desenvolvimento Territorial Sustentável*. Brasília: MDA, 2003. Disponível em: http://nead.mda.gov.br/download.php?file=publicacoes/fc_textos/referencias_para_o_desenvolvimento_territorial_sustentavel.pdf. Acesso em 25 out. 2016.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Secretaria de Desenvolvimento Territorial. *Marco referencial para apoio ao desenvolvimento de Territórios Rurais*. Brasília: MDA, 2005. Disponível em: <http://sge.mda.gov.br/bibli/documentos/tree/doc_214-28-11-2012-11-32-675117.pdf>. Acesso em 01 jun. 2016.
- BUCHER *et al.*. *Country capacity development needs and priorities: regional report for Latin America and the Caribbean*. [s. l.]: GEF-UNDP Strategic Partnership, 2000. Disponível em: <http://www.manuelrodriguezbecerra.org/bajar/policy_biodiversity.pdf>. Acesso em 25 mar. 2018.
- CARDOSO JÚNIOR, H. M.; LUNAS, D. A. L., GOMES, D. D. A abordagem territorial para o desenvolvimento rural sustentável no Brasil. In: LUNAS, D. A. L.; CARDOSO JUNIOR, H. M.; GIONGO, P. R. (Orgs.). *Estado e políticas públicas no Território Rural do Sudoeste Goiano*. Goiânia: Kelps, 2017, p. 15-47.
- FAVARETO, A. *Paradigmas do desenvolvimento rural em questão*. São Paulo: Iglu, 2007.
- _____. Tendências contemporâneas dos estudos e políticas sobre o desenvolvimento territorial. In: FAVARETO, A. *et al.*. *Políticas de Desenvolvimento Territorial Rural no Brasil: avanços e desafios*. v. 12, Brasília: IICA, 2010, p. 15-46.
- KELLER, T. *Justiça generosa: a graça de Deus e a justiça social*. São Paulo: Vida Nova, 2013.

MOYANO-ESTRADA, E. A nova política europeia de desenvolvimento territorial. In: ORTEGA, A. C; ESTRADA, E. M. *Desenvolvimento em territórios rurais: estudos comparados de Brasil e Espanha*. Campinas: Editora Alínea, 2015, p. 53-81.

ORTEGA, A. C. Políticas públicas territoriais rurais no Brasil. In: ORTEGA, A. C; ESTRADA, E. M. *Desenvolvimento em territórios rurais: estudos comparados de Brasil e Espanha*. Campinas: Editora Alínea, 2015, p. 27-51.

_____. *Territórios deprimidos: desafios para as políticas de desenvolvimento rural*. Campinas: Alínea, 2008.

SEN, A. *Desenvolvimento como liberdade*. Traduzido por Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SEPÚLVEDA, S. *Desenvolvimento sustentável microrregional: métodos para planejamento local*. Brasília: IICA, 2005.

ZYLBERSZTAJN, D.; NASSAR, A. M.; NEVES, M. F. *Economia e gestão de negócios agroalimentares: indústria de alimentos, indústria de insumos, produção agropecuária e distribuição*. São Paulo: Pioneira, 2000.

3.

Estrada de ferro Tocantins: uma história submersa em Tucuruí

Dulce Portilho Maciel
Fernando Lobo Lemes

Em 1959, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) editou, por iniciativa do seu Conselho Nacional de Geografia, uma obra intitulada *Geografia do Brasil– Grande Região Norte*. No capítulo desta obra dedicado aos transportes, lê-se:

A E. F. Tocantins é a menor e a menos conhecida das ferrovias da Amazônia. Construída exclusivamente com o objetivo de vencer os desníveis do leito do médio curso do rio Tocantins, entre Tucuruí e Marabá. Desta maneira as comunicações do alto Tocantins e do Araguaia, com o baixo Amazonas podem ser feitas ligando zonas férteis de regiões do interior de Mato Grosso, Goiás e Maranhão, ao porto de Belém do Pará. A ferrovia desenvolve-se pela margem esquerda do rio Tocantins, num percurso de 117,200 quilômetros de Tucuruí a Jatobal. É preciso ressaltar que na altura do quilômetro 14 *o leito da ferrovia fica inteiramente coberto de águas por ocasião das enchentes máximas* (IBGE, 1959, p. 341. Grifo dos autores).

Poucas palavras mais mereceu a Estrada de Ferro Tocantins (EFT) naquela obra. O desconhecimento e/ou descaso não era, entretanto,

exclusividade daquele órgão técnico federal. De fato, esta ferrovia, vital para a população e a economia de uma vasta área do território nacional, careceu, ao longo de sua existência (cerca de 80 anos), do interesse e atenção das autoridades brasileiras.

Sua construção decorreu de planos longamente acalentados, originados de estudos e empreendimentos em navegação fluvial, levados a efeito por José do Couto Magalhães (presidente da província de Goiás, entre 1863 e 1864), a partir de 1863. O projeto que levou à constituição da Companhia Araguaia-Tocantins (em 1890), empresa depois transformada na Companhia de Estradas de Ferro do Norte do Brasil, previa a implantação de uma ferrovia entre Alcobaça (denominada Tucuruí em 1943) e Praia da Rainha, margeando o trecho encachoeirado do médio Tocantins (cachoeiras Itaboca, Inferno e Capitariquera). Previa também a desobstrução do leito deste rio no trecho de 100 quilômetros entre Praia da Rainha e a confluência com o Araguaia. Estas medidas, uma vez efetivadas, possibilitariam a implantação de uma via regular de transportes entre Belém do Pará e o porto de Leopoldina (atual Aruanã), nas proximidades da cidade de Goiás.

As obras iniciaram-se em 1905, a partir de Tucuruí, na direção sul. Em 1922, a ferrovia foi arrematada pela União que, em 1944, delegou sua administração à Fundação Brasil Central (FBC). Durante a gestão da FBC, entre 1944 e 1968, a ferrovia atingiu uma extensão de 118 quilômetros e tornou-se o elo entre Belém e importantes localidades do Pará (Conceição do Araguaia, Marabá e Itupiranga), Maranhão (Imperatriz, Porto Franco, Carolina, Riachão e Balsas) e Goiás (Araguacema, Itaguatins e Porto Nacional). Desde 1984, aquela ferrovia acha-se submersa nas águas da represa Tucuruí. O presente trabalho refere-se ao período em que ela esteve sob a administração da FBC.

Criada para servir de instrumento da ação do Estado sobre o território, a FBC foi fundada em 1943, vinculada à Presidência da República. Em 1944, a Estrada de Ferro Tocantins foi-lhe transferida, mediante o regime de administração delegada. Seus bens patrimoniais pertenciam à União e suas despesas de custeio seriam consignadas no orçamento do Ministério da Viação e Obras Públicas (MVOP). Em

1968, a FBC foi extinta, ocasião em que a EFT foi transferida para o âmbito do Ministério dos Transportes. A documentação original que fundamenta este trabalho faz parte do acervo da FBC, atualmente sob a guarda do Arquivo Nacional – Seção Regional do Distrito Federal.

Este estudo consiste numa reconstituição fragmentária da história da EFT, sob o recorte, arbitrariamente definido, da atuação de seus dirigentes, exercício que teve em vista lançar luz sobre um ângulo particular da realidade configurada na evolução histórica da instituição. Na definição do recorte, o objetivo foi trazer à baila fatos que podem vir a enriquecer a memória daqueles que “necessitam saber”. Está-se aqui falando do conhecimento, construído mediante bases empíricas, que serve de alimento à ação, experiência a que se têm chamado de “memória voluntária e militante” (SORGENTINI, 2003, p. 122). Espera-se que o resultado do exercício exposto a seguir possa ser útil, de algum modo, ao movimento de resistência das populações atingidas pela barragem da Usina Hidrelétrica de Tucuruí. Populações às quais se têm oferecido o papel de meras vítimas deste empreendimento. Contudo, na perspectiva deste estudo, são tomadas enquanto personagens atuantes na condução do subseqüente processo de re-configuração sócio-territorial da região do médio Tocantins.

Sucessão de nomes e acusações: gestões da Estrada de Ferro Tocantins

Em março de 1957, o então diretor da EFT, José Marcos dos Santos, enviou ao Presidente da Fundação Brasil Central uma relação nominal dos ex-diretores da ferrovia, a partir da ocasião em que a FBC assumira a responsabilidade pela sua administração. A relação (indicada abaixo) continha os períodos de gestão de cada um dos antigos diretores e foi elaborada com base nas folhas de vencimentos do pessoal da ferrovia (OFÍCIO, 1957)¹.

1 Este documento faz parte do acervo documental da Fundação Brasil Central (FBC), sob a custódia do Arquivo Nacional (AN), Seção Regional do Distrito Federal (DF). Esta unidade será referida a partir de agora, neste trabalho, pelas iniciais AN-DF/FBC.

Nome	Data nomeação	Data exoneração
Dr. Carlos Telles	1-4-1945	30-9-1945
Dr. Antônio Carlos Jobim	1-10-1945	31-7-1946
Dr. Luis Raul Lambert	1-8-1946	31-10-1946
Dr. Armando Salusse Lussac	1-11-1946	31-1-1948
Dr. Adalberto Siqueira Menezes	1-2-1948	14-2-1952
Dr. José de Menezes Senna	15-2-1952	31-12-1954
Dr. Edgar Menezes Walter	1-1-1955	26-1-1955
Cel. Antonio Carlos Zamith	27-1-1955	9-4-1956
Dr. José Marcos dos Santos	10-4-1956	-

Observe-se que os períodos administrativos foram bem curtos, a exemplo dos casos de Edgar Menezes Walter (26 dias), Luis Raul Lambert (três meses), Carlos Telles (seis meses) e Antônio Carlos Jobim (nove meses). Foram curtos, mas, em alguns casos, nem por isto, pouco conturbados. Vejamos o caso de Carlos Telles, o primeiro a ocupar a função de diretor da EFT após sua vinculação à FBC.

Telles foi nomeado para o cargo pelo então presidente da FBC, João Alberto de Lins e Barros, detentor de poderes excepcionais no cenário político brasileiro. Ainda durante o Estado Novo, Lins e Barros exerceria também o cargo de Chefe de Polícia do Distrito Federal. Em seguida à extinção deste regime, além de permanecer na presidência da FBC e na do Conselho Nacional de Imigração e Colonização (CNIC), já experiente em assuntos diplomáticos junto ao governo dos Estados Unidos, veio a ocupar o cargo de ministro do Itamarati.

Em 1946, Carlos Telles, já afastado da direção da EFT, publicou um livro intitulado “História secreta da Fundação Brasil Central: retrato de João Alberto e de uma época”. No livro, além de denunciar numerosas irregularidades praticadas por João Alberto de Lins e Barros

e vários de seus auxiliares, Telles relata a circunstância em que se viu obrigado a afastar-se da direção da EFT. Segundo ele,

Em certa ocasião os salários do operariado da Estrada de Ferro Tocantins estavam atrasados de seis meses. Após muita luta consegui fosse liberada a Verba [...], no Ministério da Viação. No dia, porém, do recebimento do cheque de Cr\$ 1.300.000,00 [...] quem correu, celeremente, à tesouraria do Ministério, foi o Senhor João Alberto junto com o Secretário Geral e o Contador da Fundação. O cheque foi emitido no nome do primeiro. [...] Resumindo: somente após longo tempo é que remeteram o dinheiro da Estrada, mas castrado já de Cr\$ 500.000,00 [...]. Esta verba foi recebida [...] pelo próprio João Alberto, no mês de dezembro de 1945; cabe elucidar para facilitar o inquérito que anteviu para os criminosos (TELLES, 1946, p. 195).

No início do ano de 1946, época em que Antônio Carlos Jobim era diretor da EFT, o periódico paraense Folha Vespertina publicou uma longa matéria sob o título “O que se passa em Tucuruí”. Segundo o jornal,

Tucuruí continua a ser a mais infeliz cidade do Tocantins. Já há algum tempo graves ocorrências verificaram-se, *quando o dr. Telles, o caçador de índios, começou a fazer das suas*. Após sua substituição na direção da Estrada de Ferro Tocantins, aparentemente acalmaram-se as coisas. Pura ilusão! (FOLHA VESPERTINA, 1946, grifo dos autores).

Em maio daquele ano, Antônio Carlos Jobim dirigiu correspondência ao comandante Braz Dias de Aguiar, então superintendente do Setor Norte da FBC, para pedir o afastamento do engenheiro da EFT, Luiz Raul Lambert, seu substituto eventual na direção da Estrada. De acordo com Jobim,

O diretor da E.F.T. tem sobre os funcionários e sobre a população em geral de toda a sua zona uma autoridade de fato que excede em muito a que de direito deve caber a um chefe de

serviço de transportes. A rudeza da região; seu fraco povoamento; a ignorância e geral pobreza de seus poucos moradores; a dependência econômica a que, direta ou indiretamente, quase todos se acham em relação à Estrada; *uma longa e ininterrupta história de arbitrariedades e desordem administrativa*; tudo isso, cria condições propícias para que um homem, investido dos maiores poderes na região, seja levado a exceder-se e a invadir domínios de mando que, normalmente, devem pertencer ao poder político e, muitas vezes, até o mundo íntimo e inviolável de cada um (JOBIM, 1946, grifo dos autores).

A Lambert foi concedida oportunidade de defesa. Veja-se um trecho de sua resposta: “A anarquia estava implantada, através daquilo que o sr. Engenheiro (Antônio Carlos Jobim) tão bem chamou de “desordem administrativa”. O exemplo tinha que vir do alto, e o peticionário no rígido cumprimento de seu dever [...], procurou criar a disciplina, sem entretanto ir além do que lhe era permitido.” (LAMBERT, 1946). Seguiu-se a esta contenda a nomeação de Lambert para o cargo de diretor da EFT. Seria exíguo, no entanto, o período de sua gestão: cerca de três meses, como se viu atrás.

No decorrer deste tempo, Lambert protagonizou acontecimentos que o levaram às voltas com autoridades policiais. O delegado da cidade de Tucuruí noticiaria à Central de Polícia de Belém que “Tendo esta delegacia conhecimento que diretor estrada de ferro Tocantins vg criou xadrez particular onde prende e solta funcionários [...] officiei ao mesmo convidando-o comparecer nesta delegacia vg respondeu verbalmente que não vinha e quem respondia era chefe polícia pt” (FREITAS, 1946). Além disso, no início do mês de outubro, um grupo de funcionários da EFT encaminhara ao prefeito da cidade de Baião, Alexandre José Francês, um abaixo assinado pedindo que este tomasse providências em relação a arbitrariedades praticadas por Lambert, assim como a outros graves acontecimentos, envolvendo o uso de violência física e a aplicação de regime de cárcere privado, protagonizados tanto pelo diretor da Estrada, como pelo então chefe dos serviços de construção, Antônio Acioly (ABAIXO-ASSINADO, 1946).

Algum tempo depois, reuniu-se um grupo de cidadãos tidos como respeitáveis na região. Segundo a ata desta “Sessão Especial”, ficou ali firmado o seguinte acordo: “Os serviços policiais, em Tucuruí, serão desenvolvidos, exclusivamente, por meio da Delegacia Especial de Tucuruí, e os serviços policiais, nas dependências da Estrada de Ferro Tocantins, ficarão a cargo da Direção da referida Estrada, de acordo com o que determina o Regulamento dos Transportes.” (SESSÃO ESPECIAL DE TUCURUÍ, 1946). A reunião resultara, todavia, de diligências policiais, efetuadas por ordem direta do então interventor federal no Pará.

Luiz Raul Lambert, não obstante o desfecho aparentemente favorável à sua causa obtido naquela “Sessão Especial de Tucuruí”, foi substituído no cargo de diretor da EFT por Armando Salusse Lussac. Este, contudo, viria a ser exonerado quatorze meses depois, em janeiro de 1948, em razão do fato, segundo o ato de sua destituição, de que “nunca teve residência efetiva na sede da administração da Estrada de Ferro Tocantins” (ATO DE DESTITUIÇÃO, 1948).

A exoneração de Lussac fora sugerida ao então presidente da FBC, Viçoso Jardim, pelo presidente do Banco de Crédito da Borracha, Firmo Dutra (JARDIM, 1948), responsável também pela posterior indicação de um novo nome para a direção da EFT (DUTRA, 1948), Adalberto Siqueira Menezes – ao que parece, filho do General Dimas Siqueira Campos, então comandante do Quartel General do Exército, em Belém. Siqueira Menezes iria dirigir a EFT até fevereiro de 1952. Durante sua gestão reinou certa tranquilidade administrativa. Houve, todavia, alguma turbulência política no período, decorrente do fato de que funcionários do quadro técnico da EFT faziam oposição aberta ao prefeito do município (recém-criado) de Tucuruí, Alexandre Francês (ex-prefeito do município de Baião). Contudo, o principal problema com o qual se defrontou essa administração, parece ter sido a relação entre os trabalhadores da EFT e os índios Paracanás. O Serviço de Proteção ao Índio (SPI), por alguma razão, deixava de atuar com eficácia no sentido de exercer controle sobre a situação de conflito ao longo da linha férrea. Menezes relatou esta situação ao presidente da FBC, em junho de 1949 (MENEZES, 1949).

Em fevereiro de 1952, Aldalberto Menezes foi substituído pelo engenheiro José de Menezes Senna. Sua gestão encerrou-se em dezembro de 1954. Em setembro de 1955, todavia, dois periódicos de Belém, *Folha do Norte* e *Província do Pará*, publicaram matérias nas quais afirmavam que sua destituição devera-se a irregularidades por ele praticadas enquanto administrava a EFT. Na ocasião, o presidente da FBC determinou que fosse providenciada a publicação da seguinte nota, em jornais da cidade de Belém:

[...] declaro, a bem da verdade, que o engenheiro Menezes Senna, ao contrário do que noticiaram [...] alguns jornais desta Capital, não foi exonerado dos quadros desta entidade, menos ainda a bem do serviço público, senão apenas dispensado da comissão em que se encontrava, de Diretor da Estrada de Ferro Tocantins [...] (MEIRELLES, 1955).

Antônio Carlos Zamith esteve à frente da EFT entre janeiro de 1955 e abril de 1956. Antes disto, ele havia administrado a E. F. Central do Rio Grande do Norte e a Estrada de Ferro Goiás. Silo Meirelles, ex-integrante do movimento tenentista e, na década de 1930, ligado ao grupo comunista liderado por Luiz Carlos Prestes, publicou crônicas e artigos em diferentes periódicos brasileiros entre 1944 e 1950. Um dos trabalhos intitula-se “O Major da Goiás”, referindo-se à atuação de Zamith na ferrovia goiana (MEIRELLES, 1960, p. 77-78).

Pelo plano de trabalho encaminhado por Zamith ao presidente da FBC, em maio de 1955, percebe-se que tinha intenção de reprisar, em Tucuruí, algumas das experiências bem sucedidas alcançadas na Estrada de Ferro Goiás. Além de uma gama de medidas de natureza técnica, pretendia promover uma série de iniciativas com vistas à melhoria das condições de vida dos trabalhadores da Estrada, assim como dos demais habitantes da região.

Entre estas iniciativas, a constituição de “uma cooperativa de consumo, para ser oportunamente transformada em mista (consumo e produção), integrada por ferroviários, lavradores e criadores existentes ao longo da linha”, parecia-lhe de suma importância (ZAMITH, 1955). A

Cooperativa de Consumo dos Servidores da Estrada de Ferro Tocantins foi registrada na Junta Comercial do Estado do Pará, em 20 de maio de 1955 (JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO PARÁ, 1955). Antes disto, ele pedira ao presidente da FBC o “apoio e a aprovação dessa idéia, que é a pedra angular de tudo quanto vou exigir do pessoal para o futuro” (ZAMITH, 1955b). O modo autoritário como Zamith iria pretender implantar estas e outras medidas por ele planejadas, foi o principal motivo dos conflitos que sobreviriam na ocasião.

Zamith pretendia incluir, na cooperativa recém-fundada, os pequenos agricultores estabelecidos às margens da EFT. Pretendia também regularizar a situação das terras que ocupavam, mediante a demarcação de lotes, sobre os quais teriam direito de posse e uso. Os agricultores associados poderiam entregar seus produtos à cooperativa, que os compraria a preço justo. Na correspondência mencionada, Zamith descreve as condições sob as quais se desenvolviam as relações entre estes pequenos produtores e os comerciantes de Tucuruí: “São ao todo 207, e nenhum deles conseguiu ir além de 2 hectares. Na época da safra, eles vendem em Tucuruí o produto [...] [mediante o sistema de] troca, pura e simples. Uma quantidade ínfima de utilidades indispensáveis: querosene, sal, fósforos, etc. para mantê-los ainda vivos [...]. Dinheiro nunca.” (ZAMITH, 1955b). Zamith atribuía a estas relações a responsabilidade pelo estado de absoluta penúria em que se achavam aqueles agricultores.

Todavia, autor de planos tão generosos em relação à gente desvalida da região, Zamith atraiu para si a indignação de políticos de todos os naipes e escalas de poder. Em âmbito local, seu mais ferrenho opositor passou a ser Alexandre Francês, presidente da Câmara Municipal de Tucuruí. Da contenda entre os dois, acabou resultando o assassinato de um comerciante local (correligionário de Francês), em dezembro de 1955, ato praticado pelo delegado de polícia da cidade, um oficial de carreira da Polícia Militar do Estado, nomeado graças a gestões de Zamith (COSTA, S/D). Daí em diante, este passou a ser acusado, ora pela autoria intelectual do crime, ora por coparticipação na própria execução do ato criminoso.

Na ocasião, um grupo composto de funcionários da EFT e agricultores estabelecidos ao longo da linha férrea apresentou ao presidente da FBC, sob a forma de abaixo-assinado (ABAIXO-ASSINADO, 1955), uma série de argumentos em defesa de Zamith e a favor de sua conservação no cargo de diretor da Estrada. Em abril do ano seguinte (1956), achando-se já empossadas as principais autoridades do novo governo federal, sob a presidência de Juscelino Kubitschek, Antônio Carlos Zamith foi exonerado pelo então presidente da FBC, José de Paula Retto. Substituiu-o, na direção da EFT, José Marcos dos Santos. Em agosto de 1957, o presidente da FBC designou-o para também “responder pela Chefia do Setor Norte desta Fundação, em Belém do Pará, com a gratificação mensal de Cr\$ 8.000,00 [...]” (PORTARIA, 1957).

Em novembro daquele ano, o jornal carioca Tribuna da Imprensa publicou matéria sob o título: “Tornou-se milionário em poucos meses – Diretor da Estrada de Ferro Tocantins comprou uma casa por Cr\$ 1 milhão e 400 mil.” Segundo a matéria, ele comprara também um sítio, “situado no lugar denominado Uchiteua, distrito da Vila de Icoaraci, município de Belém.” Informa-se aí que sua nomeação para o cargo de diretor da EFT dera-se a pedido do governador do Pará, o general Magalhães Barata e que, ademais, José Carlos dos Santos era “amigo íntimo do superintendente da SPVEA, sr. Valdir Bouhid” (TRIBUNA DA IMPRENSA, 1957). Por intermédio desta instituição, somas elevadas de recursos financeiros do Plano de Valorização Econômica da Amazônia eram destinadas, anualmente, à Estrada de Ferro.

Ainda durante o mês junho de 1957, um funcionário da EFT (Edmée Corrêa Lima), encaminhara ao presidente da República uma correspondência, na qual começa por negar a veracidade de notícias veiculadas pelos jornais Gazeta Trabalhista e Diário Trabalhista, acerca da Estrada de Ferro Tocantins, as quais enalteciam as qualidades administrativas do seu atual diretor. Segundo ele, de 1953 até aquele momento, apenas dois ex-diretores da EFT haviam lutado pelo seu soerguimento, o cidadão José Menezes Senna e o “ilustre Coronel de aço”, Antonio Carlos Zamith (LIMA, 1957).

A carta relata os procedimentos adotados pelo então diretor da EFT, a fim de “promover o esfacelamento” da Cooperativa de Consumo dos Servidores da Estrada de Ferro Tocantins e, igualmente, da Sociedade Beneficente dos Ferroviários da Tocantins. Conta também que o novo diretor, já no primeiro dia de sua gestão, reunira todos os servidores, “para um comício político, alegando ser o seu cargo exclusivamente político, e, que quisessem ou não, estavam subordinados ao P.T.B. [...]” (LIMA, 1957).

Na correspondência, o autor também denuncia inúmeras irregularidades praticadas pela administração da Estrada de Ferro, na compra de equipamentos e outros materiais, alguns inservíveis, por preços majorados ao extremo. Denuncia também o fato de que, em sendo um diretor absentista – em um ano e dois meses de gestão, permanecera na sede da EFT, em Tucuruí, não mais que dois meses –, José Marcos dos Santos recebia diárias “[...] integrais mensalmente no valor de 9.000,00 (nove mil cruzeiros)”. Enquanto isto, as condições de funcionamento da Estrada de Ferro eram precárias, ocorrendo situações de completo colapso.

No mês de agosto, o presidente da FBC designou um funcionário da instituição para, “em caráter reservado, fazer sindicância na EFT, a fim de apurar os fatos denunciados por Edméé Lima.” (MEMORANDO, 1957). O relatório apresentado pelo encarregado da averiguação das denúncias (RELATÓRIO, 1957), nega ou justifica, uma a uma, as irregularidades denunciadas e finaliza assim: “Concluindo, sou de parecer, salvo melhor juízo, que o denunciante procedeu levianamente e que o Sr. Diretor da Estrada está isento das acusações que lhe foram imputadas.” O autor do relatório não pode negar, entretanto, o estado precário de conservação em que se achava a ferrovia.

Em 1958, Edméé Lima provocaria nova avalanche de denúncias dirigidas, desta vez, ao Ministério de Viação e Obras públicas. Novamente em vão. Logo em seguida, seria exonerado do quadro do funcionalismo público federal. Não obstante, fazendo eco às revelações de Lima, nova denúncia contra o diretor da EFT seria encaminhada ao presidente da República. Desta vez, pelo deputado estadual paraense

Moilton Dantas (DANTAS, 1959). Meses depois, as denúncias chegariam ao Congresso Nacional. Em fevereiro de 1960, o deputado Arno Arnt apresentou ali uma mensagem acerca do assunto:

Recebi dos funcionários da Estrada de Ferro Tocantins, no meu Estado, abandonada ferrovia perdida na ponta do rio Tocantins, uma série de denúncias sobre irregularidades lá ocorrentes. [...] As acusações são de tal gravidade que vou ler o documento na íntegra, para que conste do Diário do Congresso e dele tomem conhecimento não apenas o Sr. Presidente da república [...], mas também o Senhor Ministro da Viação [...] (ARNT, 1960).

No documento, os funcionários da EFT enumeram, em dezesseis itens, as irregularidades ocorridas na instituição, quase todas relacionadas com a compra de máquinas, equipamentos e outros materiais. Apesar disso, José Marcos dos Santos somente seria destituído da função de diretor em março de 1961, após o início de um novo mandato presidencial, sob o comando de Jânio Quadros.

Seguiu-se, então, um período de cinco meses, em que a EFT permaneceu acéfala, do ponto de vista formal. Responderam pela direção da Estrada, três indivíduos: o engenheiro Frederico Hoepken, o general Altino Dantas e o major Raimundo Cavalcanti. Em agosto, finalmente, Francisco Acioly Meireles foi nomeado para o cargo, pelo novo presidente da FBC, Jorge Ferreira. Nesta mesma ocasião, o diretor recém-empossado foi agraciado, pelo presidente dessa entidade, por procuração que o autorizava receber dos poderes públicos, inclusive da SPVEA, todo e qualquer recurso destinado à EFT (PROCURAÇÃO, 1961). Em fevereiro do ano seguinte (1962), a mesma atribuição ser-lhe-ia conferida pelo novo presidente da FBC, Francisco Gomes de Andrade Lima (PROCURAÇÃO, 1962). De acordo com depoimento oferecido a este presidente por um funcionário da Estrada, em abril seguinte, Acioly Meireles carecia do “controle emocional necessário ao desempenho de uma função civil que tenha que tratar com centenas de trabalhadores.” (DEUS E SILVA, 1962). Substituiu-o Humberto Fonteles Rios. Desconhecemos o motivo imediato da troca.

Em março de 1963, Humberto Rios propôs ao presidente da FBC um arranjo, a fim de se facilitar o pagamento de despesas de ambas as instituições (RIOS, 1963). Consistia no seguinte: a EFT pagaria, mensalmente, com seus próprios recursos, o pessoal da FBC lotado no escritório desta entidade em Belém; em seguida, a folha de pagamento quitada seria enviada à Representação da EFT em Brasília, que se encarregaria de receber, na tesouraria da FBC, a quantia correspondente à referida folha; isto feito, a importância recebida ficaria em poder da Representação, a fim de que esta fizesse face a suas despesas de rotina, em relação às quais, apresentaria prestação de contas mensal à direção da EFT.

Dois pontos chamam a atenção nesta correspondência. Primeiro, a mobilidade que o Diretor da EFT julgava possuir o dinheiro público: pretendia usar recursos de uma instituição para pagar despesas de outra e, bem assim, destinar recursos de pagamento de pessoal a finalidades diversas desta – no serviço público, em regra, principalmente as verbas de pessoal, não podem sofrer outra destinação. Segundo, a existência de uma Representação da EFT em Brasília. José Marcos, certa feita, fora acusado de remunerar um dado funcionário da FBC, para exercer tal função na então Capital Federal, a cidade do Rio de Janeiro.² Na ocasião, aquele diretor refutou a acusação sob o argumento de que isto não fazia sentido, uma vez que, achando-se a EFT sob a administração da FBC, esta entidade, em seu conjunto, teria, necessariamente, a atribuição de representar a primeira. Sendo assim, que motivo haveria agora para, transferida a sede da FBC para Brasília, a EFT instituir uma representação nesta cidade?

De um modo ou de outro, esta administração foi mais uma fadada ao insucesso. Em outubro de 1963, Humberto Rios seria destituído da direção substituído por Antenor Fernandes de Araújo, funcionário da FBC que desempenhava a função de Representante da EFT em Brasília.

2 Antenor Fernandes de Araújo, o mesmo que, nesta administração, respondia como “Representante da E. F. Tocantins, em Brasília”. Emílio Francês, Secretário da EFT, dirigiu-se a ele nesta condição, em carta de 18 de setembro de 1963 (FRANCÊS, 1963).

lia. Tão logo assumiu o cargo, escreveu ao presidente da Fundação, alegando ter se deparado “[...] com um quadro de profundas dificuldades, resultantes de desacertos, imprevistos e omissões de ordem administrativa, acumulados ao longo de vários anos e no curso de diversas administrações.” (ARAÚJO, 1964). Seu tempo de gestão, entretanto, seria bem curto: o advento, em março do ano seguinte, do regime militar produziria, como se sabe, profundas mudanças na ordem política e institucional brasileira.

Seguiu-se para a EFT um período de intervenção, sob a direção do capitão Ercy Borges de Campos. Na FBC, achava-se como interventor o General Bolívar Mascarenhas. Entre maio e junho de 1964, o capitão Borges de Campos ocupou-se em denunciar, ao interventor na FBC, irregularidades por ele identificadas na administração da EFT, durante as gestões de Humberto Rios e Antenor Araújo.³

Em agosto de 1964, a EFT achava-se sob a gestão do tenente-coronel Aldemar de Oliveira Barros – não mais na condição de interventor. Naquele mês, o novo diretor nomeou uma comissão de inquérito para “proceder ao levantamento da prova material dos fatos delituosos apontados” (PORTARIA, 1964). Este inquérito foi concluído, no âmbito da EFT, em dezembro de 1964. Não se confirmaram, em sua maior parte, as irregularidades apontadas pelo ex-interventor. Ainda assim, o diretor da Estrada declararia o acusado como passível de punições disciplinares por: “*Má administração e malversação de dinheiros públicos*” (PROCESSO, 1965, fl. 114). O processo seguiu tramitando por diferentes instâncias do governo federal, até que, em 1968, o ministro do Interior, a cuja pasta subordinava-se a FBC, determinou que seu andamento aguardasse a transferência da EFT ao Ministério dos Transportes (PROCESSO, 1965, fl. 171).

3 Dois documentos aos quais tivemos acesso são transcrições de tais denúncias: o primeiro, “Cópia autêntica das denúncias apresentadas pelo Interventor Militar, junto à EFT, em seu Relatório de 30 de maio de 1964, contra o ex-diretor Humberto Fonteles Rios” (transcrição sem data); o segundo documento, “Cópia autêntica das denúncias mencionadas no Relatório do Interventor Militar, sobre a administração Humberto Fonteles Rios” – transcrição com data de 28 de setembro de 1964 (AN-DF/FBC).

Antenor Fernandes de Araújo, o diretor da EFT que antecedeu a intervenção militar, também foi objeto de inquérito administrativo, em razão de acusações contra sua administração, pelo interventor da ferrovia. O processo foi arquivado em dezembro de 1965, por determinação do tenente-coronel Aldhemar Barros: “Nos presentes autos nada há que possa incriminar o indiciado, quer administrativamente, quer em sentido político de caráter subversivo.” (INQUÉRITO, 1964).

Esse militar implantou, na EFT, uma organização burocrática, à primeira vista, capaz de produzir alguma eficiência. Esta entidade padecera da absoluta ausência de rotinas administrativas, normas de procedimentos e ordem nos papéis. Contudo, já em fevereiro de 1965, Aldhemar de Oliveira Barros envolveu-se em uma querela, digladiando-se, publicamente, com um seu ex-colega de corporação – a Força Aérea Brasileira (ambos achavam-se inativos, à época). Pelo menos em duas ocasiões ocorreu violência física entre as partes.⁴ A imprensa de Belém divulgou, fartamente, notícias sobre tais episódios.

Em junho de 1965, o vereador de Tucuruí, José Muniz de Castro, dirigiu à mesa da Câmara Municipal um requerimento, no qual pedia que fossem expedidos ofícios ao presidente da República e a diversas outras autoridades,⁵ manifestando o repúdio do povo tucuruense à desastrosa administração do tenente-coronel Aldhemar de Oliveira Barros à frente da EFT. O vereador justificou seu requerimento, perante o plenário da Câmara, do seguinte modo:

[...] é contristados que assistimos a débâcle quase total da Estrada de Ferro Tocantins [...] outrora a esperança da região e por quem tantos brasileiros deram em holocausto a própria vida [...]. O

4 Os incidentes foram notificados ao então presidente da Fundação Brasil Central (FBC), tenente-coronel Aloysio Lontra Neto, mediante duas correspondências do também tenente-coronel Aldhemar de Oliveira Barros: um ofício da Estrada de Ferro Tocantins (EFT) com data de 9 de fevereiro de 1965 e uma carta pessoal, datada de 11 de fevereiro de 1965 (AN-DF/FBC).

5 Posteriormente, o secretário da Câmara Municipal de Tucuruí, Raimundo Mendes de Carvalho, encaminhou os documentos mencionados à Fundação Brasil Central (CÂMARA MUNICIPAL DE TUCURUÍ, 1965).

Diretor da E. F. Tocantins as poucas vezes que aqui esteve em vez de procurar solucionar os sérios problemas da repartição, preocupou-se tão somente em programa de festas dançantes ou de bacanais como se fora uma criança no alvorecer da juventude (CÂMARA MUNICIPAL DE TUCURUÍ, 1965).

Em julho seguinte, Aldhemar de Oliveira Barros foi substituído, interinamente, pelo engenheiro Pedro Paulo Miléo, até que, em novembro de 1966, foi nomeado o último diretor da EFT, durante o período objeto deste estudo, o major Oswaldo Koury. Pouco tempo depois, entretanto, chegou às mãos do novo presidente da FBC, Alberto C. Costa Fortunato, uma carta enviada de Tucuruí, em que se denunciava uma série de irregularidades praticadas durante a nova administração da EFT, entre elas, o fato de que o prefeito daquele município vinha concedendo autorização a particulares, para utilizarem-se da serraria de propriedade da Estrada (SANTOS, 1967).

Conclusão

Em junho de 1964, concluíram-se estudos, desde algum tempo em andamento no Departamento Nacional de Estradas de Ferro (Ministério da Viação e Obras Públicas), acerca de um plano, proposto pela própria FBC, de remodelação e ampliação da linha férrea (EFT), para o estabelecimento de ligação entre Cametá (foz do Tocantins) e São Félix (na região do Xingu). Na época, a FBC possuía já indicações seguras da ocorrência de carvão mineral nas proximidades dos rios Fresco, da bacia do Xingu, e Itacaúna, afluente do Tocantins. Outra justificativa para o empreendimento era a necessidade de aproveitamento do potencial hidrelétrico da cachoeira Itaboca, a fim de se promover o desenvolvimento das regiões amazônica e Centro-Oeste. O resultado dos estudos, contudo, negou existir, com referência ao empreendimento pretendido, as condições essenciais de viabilidade e oportunidade.

Em vista disto, a recomendação exarada pelo departamento foi pela “supressão da estrada de ferro e [sua] substituição por estrada de rodagem” (DNER, 1964). A notícia produziu grande impacto sobre a população e as autoridades paraenses. Entre as manifestações, achou-se

uma de autoria do então governador do Estado do Pará, Jarbas Passari-
nho: “A supressão imediata da [...] ferrovia”, diz ele, “sem a necessária
construção da rodovia para substituí-la, traria à região [...] verdadeiro
aniquilamento, já que essa estrada de ferro é o único meio de transporte
da mencionada área.” (OFÍCIO, 1964). A supressão da EFT viria a ser
determinada pelo presidente da República (Decreto n. 58.341/66), em
maio de 1966. Àquela altura, todavia, diversas pequenas rodovias,
municipais e particulares, achavam-se em funcionamento, dando vazão,
ainda que de modo precário à, já na época, importante produção regio-
nal, constituída, predominantemente, de castanha e madeira de lei.

Em 1976, iniciaram-se as obras para a implantação da Usina
Hidrelétrica de Tucuruí, começando-se pela instalação da vila provisó-
ria da Eletronorte, embrião da atual cidade empresarial de Tucuruí.
Esta usina foi concebida a partir de meados da década de 1960, pelo
governo federal. O objetivo era atender o mercado de energia elétrica
polarizado em Belém, bem como suprir, com elevadas cargas de ener-
gia, os empreendimentos, em vias de implantação na área do médio
Tocantins, referentes ao complexo alumínio-alumina. O barramento
completo do rio ocorreu em setembro de 1984. O lago formado inun-
dou uma área de 2.875 Km², sendo que nele afloram cerca de 1.600
ilhas, formadas por áreas de terras elevadas. A operação comercial da
usina iniciou-se ainda em 1984. A dimensão dos impactos produzidos
pelo empreendimento é incomensurável, tanto sob o aspecto ambiental,
quanto sócio-cultural.

Referências

ABAIXO-ASSINADO. Documento dos funcionários da EFT e agricultores
estabelecidos ao longo da linha férrea apresentado ao presidente da FBC, Borges
Fortes de Oliveira. Tucuruí, 28 de novembro de 1955. AN-DF/FBC.

ABAIXO-ASSINADO. Documento encaminhado ao prefeito da cidade de Baião,
Alexandre José Francês. Baião, 7 de outubro de 1946. AN-DF/FBC.

ANDREONI, A. *Relatório de uma viagem realizada ao Baixo e Médio Tocantins*.
São Paulo: Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo, 1948.

ARAÚJO, A. F. Carta à presidência da Fundação Brasil Central (FBC). Brasília, 7
de janeiro de 1964. AN-DF/FBC.

ARMT, A. Diário do Congresso Nacional (Sessão I). Brasília, 12 de fevereiro de 1960. AN-DF/FBC.

ATO DE DESTITUIÇÃO. Ato de destituição de Armando Salusse Lussac. Rio de Janeiro, 30 de janeiro de 1948. AN-DF/FBC.

CÂMARA MUNICIPAL DE TUCURUÍ. Requerimento do vereador José Muniz de Castro, dirigido à mesa da Câmara Municipal. Ofício n. 8. Tucuruí, 8 de junho de 1965. AN-DF/FBC.

COSTA, R. Telegrama dirigido ao diretor da Estrada de Ferro Tocantins, Antônio Carlos a Zamith. Tucuruí, s/d. AN-DF/FBC.

DANTAS, M. Telegrama transcrito no jornal Folha do Norte. Belém, 10 de julho de 1959. AN-DF/FBC.

DEUS E SILVA, O. Correspondência assinada pelo presidente da União dos Ferroviários do Brasil de Belém (Regional da EFT). Belém, 19 de abril de 1962. AN-DF/FBC.

DNER. Ofício do diretor geral do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem ao chefe de gabinete do Ministério da Viação e Obras Públicas. Ofício n.142/DG, de 25 de junho de 1964. AN-DF/FBC.

DUTRA, F. Carta a Viçoso Jardim. Rio de Janeiro, 6 de fevereiro de 1948. AN-DF/FBC.

FOLHA VESPERTINA. Arquivo Histórico Nacional (AHN-DF). Fundação Brasil Central (FBC). 12 de março de 1946.

FRANCÊS, E. Carta do secretário da Estrada de Ferro Tocantins (EFT) ao "Representante da E. F. Tocantins, em Brasília", Antenor Fernandes de Araújo. Brasília, 18 de setembro de 1963.

FREITAS, M. B. Telegrama encaminhado à Central de Polícia de Belém. Tucuruí, outubro de 1946. AN-DF/FBC.

IBGE/CONSELHO NACIONAL DE GEOGRAFIA. *Geografia do Brasil - Grande Região Norte*. Rio de Janeiro: Biblioteca Geográfica Brasileira, 1959.

INQUÉRITO. Inquérito administrativo contra Antenor Fernandes de Araújo. Brasília, 11 de dezembro de 1964. Protocolado na Fundação Brasil Central sob o n. 446. AN-DF/FBC.

JARDIM, V. Carta a Firmo Dutra. Rio de Janeiro, 31 de janeiro de 1948. AN-DF/FBC.

JOBIM, A. C. Correspondência ao Superintendente do Setor Norte da Fundação Brasil Central, Braz Dias de Aguiar. Belém, 24 de maio de 1946. AN-DF/FBC.

- JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO PARÁ. Certidão n. 139, de 20 de maio de 1955. AN-DF/FBC.
- LAMBERT, L. R. Documento encaminhado ao superintendente do Setor Norte da Fundação Brasil Central, Braz Dias de Aguiar. Belém, 28 de maio de 1946. AN-DF/FBC.
- LIMA, E. C. Correspondência à presidência da República. Tucuruí, 11 de junho de 1957. AN-DF/FBC.
- MEIRELLES, S. *Brasil Central: notas e impressões*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1960.
- MEIRELLES, S. Correspondência ao diretor da Estrada de Ferro Tocantins, Antônio Carlos Zamith. Rio de Janeiro, 14 de setembro de 1955. AN-DF/FBC.
- MELLO, N. A. *O Eixo Araguaia-Tocantins: uma nova possibilidade de ordenamento territorial?*In: GONÇALVES, M. F; BRANDÃO, C. A.; GALVÃO, A. C. (Org.). *Regiões e cidades, cidades nas regiões: um desafio urbano-regional*. São Paulo: Editora UNESP/ANPUR, 2003, p. 635-648.
- MEMORANDO. Documento assinado por Raul Soares da Silveira, Chefe do SCI (Serviço de Contabilidade da FBC), informando o servidor, Antenor Fernandes de Araújo, acerca do referido despacho. Memorando n. 66 de 9 de agosto de 1957. AN-DF/FBC.
- MENEZES, A. S. Relatório ao presidente da Fundação Brasil Central. Tucuruí, 27 de junho de 1949. AN-DF/FBC.
- OFÍCIO. Estrada de Ferro Tocantins (EFT). Documento n. 51 de 23 de março de 1957. AN-DF/FBC.
- OFÍCIO. Ofício do governador do Pará, Jarbas Passarinho, ao presidente da Fundação Brasil Central. Ofício n. 733/64-SEG, de 30 de novembro de 1964. AN-DF/FBC.
- PORTARIA. Comissão de Inquérito (Estrada de Ferro Tocantins – EFT). Documento n. 149. Brasília, 27 de agosto de 1964. AN-DF/FBC.
- PORTARIA. Presidência da Fundação Brasil Central. Portaria n. 74 de 7 de agosto de 1957. AN-DF/FBC.
- PREGO, Atahualpa S. da Silva. *Estrada de Ferro Tocantins*. Brasília: Ministério da Viação e Obras Públicas/Departamento Nacional de Estradas de Ferro, s/d. (Mimeo)
- PROCESSO. Estrada de Ferro Tocantins – EFT. Processo n. 90, fls.114. 1965. AN-DF/FBC.

PROCURAÇÃO. Documento registrado pelo Tabelião do 1o. Ofício de Notas de Brasília em 30 de agosto de 1961. AN-DF/FBC.

PROCURAÇÃO. Documento registrado pelo Tabelião do 1o. Ofício de Notas de Brasília em 2 de fevereiro de 1962. AN-DF/FBC.

RELATÓRIO. Relato “Reservado”. O autor relata situações em que o denunciante apresentara falhas de conduta, tanto na vida funcional quanto na pessoal, acusando-o, no final, do crime de bigamia. Rio de Janeiro, 10 de setembro de 1957. AN-DF/FBC.

RIOS, H. F. Correspondência ao presidente da Fundação Brasil Central (FBC), Francisco Gomes de Andrade Lima. Brasília, 15 de março de 1963. AN-DF/FBC.

RODRIGUES, P. C. *Penetração da Amazônia pelo Planalto Central Brasileiro*. Rio de Janeiro: Ministério da Viação e Obras Públicas/Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, 1943. (Mimeo)

SANTOS, J. J. Carta ao presidente da Fundação Brasil Central, Alberto C. Costa Fortunato. Tucuruí, 11 de agosto de 1967. AN-DF/FBC.

SESSÃO ESPECIAL DE TUCURUÍ. Ata de reunião de autoridades. Tucuruí, 20 de outubro de 1946. AN-DF/FBC.

SORGENTINI, H. *Reflexión sobre la memoria y autorreflexión de la historia*. Revista Brasileira de História. O ofício do Historiador, São Paulo, v. 23, n. 45, p. 103-128, 2003.

SUPERINTENDÊNCIA DO PLANO DE VALORIZAÇÃO ECONÔMICA DA AMAZÔNIA. *Política de desenvolvimento da Amazônia: SPVEA – 1954/1960*. Belém: SPVEA, 1960, v. I e II.

TELLES, C. *História secreta da Fundação Brasil Central: Retrato de João Alberto e de uma época*. S/L: Editora Chavante, 1946.

TRIBUNA DA IMPRENSA. Rio de Janeiro, edição de 14 de novembro de 1957. AN-DF/FBC.

VICENTINI, Y. *Cidade e história na Amazônia*. Curitiba: Editora UFPR, 2004.

ZAMITH, A. C. Carta dirigida ao então presidente da FBC. Tucuruí, 3 de março de 1955b, AN-DF.

ZAMITH, A. C. Ofício ao secretário-geral da Fundação Brasil Central, Silo Meirelles. Ofício n. 91. 1955a. AN-DF/FBC.

4.

A segregação no processo de produção do espaço urbano

Érika Munique de Oliveira
Marcelo de Mello

Considerações iniciais

A segregação¹ é um conceito presente na literatura especializada em estudos urbanos e representa fenômenos presentes nos mais distintos cenários produzidos no interior das relações cidadinas. Os processos segregadores são inscritos no território a partir do exercício assimétrico do poder manifestado entre distintos segmentos sociais. É importante ressaltar que as contradições e os conflitos inerentes em relações caracterizadas pela desigualdade de direitos estiveram presentes na organização espacial dos primeiros assentamentos humanos e permanecem, ainda hoje, nos complexos cenários urbanos (SOUZA, 2010).

Mais recentemente, com a consolidação do processo urbanizador-industrializador, o fenômeno da segregação urbana foi ampliado. Surgiram no interior do tecido urbano espaços segregados marcados por uma distribuição desigual de renda entre as classes sociais produzidas pela lógica capitalista. A partir desta realidade, alguns questionamentos são pertinentes para o entendimento de processos segregadores urbanos:

1 Até a década de 1990, havia pesquisadores que preferiam utilizar o termo exclusão social, ao invés de segregação social. Ver Dissertação de Aristeu Geovani de Oliveira, 1999.

quem produz a segregação? Como a segregação se manifesta no espaço urbano das cidades?

Em resposta às questões elaboradas, destacamos os agentes presentes no processo de produção do espaço urbano: Estado; proprietários fundiários; agentes imobiliários; proprietários dos meios de produção e agentes segregados. Estes agentes, especialmente aqueles hegemonicamente situados no interior das relações capitalistas, produzem estruturas e formas espaciais que capitalizaram o uso do solo urbano, no contexto das atividades por eles capitaneadas. Tais ações repercutem em desigualdades de acesso aos equipamentos e serviços urbanos que, por sua vez, reforçam as desigualdades sociais manifestadas espacialmente no espaço urbano.

Para Harvey (1980), as possibilidades e os limites existentes no mundo capitalista são definidos pela renda desigualmente distribuída. Nesta perspectiva, a definição do lugar e das condições de moradia, bem como do consumo, é ditada pela renda das famílias. Como expressão das possibilidades e das limitações definidas pela renda destaca-se, nos cenários urbanos, organizações socioespaciais marcadas pela seletividade de espaços de lazer, consumo e moradia.

A discussão aqui apresentada contemplou, de maneira privilegiada, as repercussões espaciais promovidas pela distribuição desigual da renda no espaço urbano. Mais especificamente, apresentamos duas dimensões pelas quais a segregação se manifesta na cidade – a socioespacial e a residencial.

A segregação sócio-espacial: reflexões a partir da cidade e do urbano

As pesquisas realizadas sobre o processo de segregação urbana, com destaque para Hughes (2004); Negri (2008) e Vasconcelos (2013) têm evidenciado a moradia como representante destacada na produção da desigualdade social territorializada. Contudo, a segregação não se limita a dimensão residencial. Nesse sentido, os argumentos foram produzidos com vistas à exposição de entendimentos que evidenciam o exercício de práticas sócio-espaciais em outras dimensões das relações urbanas.

Harvey (1980) indica caminhos para refletir sobre esta questão. Em seus *insights* sobre a renda real, ele argumenta que a renda do indivíduo é determinante para sua inserção no sistema urbano. A distribuição da renda (salário) e a redistribuição de renda (custos e “benefícios”) são contraditórias, uma vez que políticas sociais são elaboradas para assegurar a manutenção de uma redistribuição de renda desigual à população. Desse modo, haverá sempre grupos sociais com padrão de vida não adequado às exigências da cidade.

Nesse sentido, duas questões são fundamentais para entender como o processo de segregação sócio-espacial ocorre na cidade, considerando os mecanismos de acessibilidade e proximidade² no espaço urbano. A primeira pode ser representada pelo processo social de determinação do salário e pelo fracasso do emprego. A segunda diz respeito à distribuição desigual dos recursos à população urbana, que promove uma divisão espacial de camadas populares em frações do território.

Nas cidades brasileiras parques urbanos são construídos em áreas privilegiadas a partir da associação de agentes econômicos com o Estado. A Figura 1 apresenta um desses exemplos manifestados na cidade de Goiânia/GO.

Os parques em questão estão localizados em dois bairros valorizados de Goiânia. A população desses bairros é formada por segmentos com renda elevada. Como elemento destacado neste processo, evidenciamos a despreocupação da administração pública em garantir o acesso de todos os moradores da cidade a estes espaços públicos. Na realidade, o acesso é seletivo, por meio de um transporte público caro e ineficiente que pode ser considerado como um cordão sanitário que é a renda (RIBEIRO, 2004).

2 Com base no pensamento de David Harvey (1980) acessibilidade é a maneira como o indivíduo tem acesso aos bens públicos e privados na cidade, ou seja, o tipo de deslocamento: a pé, de carro particular ou transporte coletivo. Proximidade é a distância percorrida, que envolve tempo gasto para chegar a determinado lugar e os custos em renda real.

Figura 1 – Parques municipais no município de Goiânia.



(A) Parque Vaca Brava localizado no setor Bueno



(B) Parque Lago das Rosas está localizado no setor Oeste

Fonte: Prefeitura de Goiânia, 2018.

Neste caso, o que impede o acesso aos parques não é uma barreira linearmente erguida e vigiada por forças de segurança. A restrição ao acesso se dá pela via de uma renda que impossibilita que as famílias usufruam de espaços públicos específicos: seja por meio do elevado custo monetário exigido para acessar o transporte coletivo, que consome parte expressiva da renda das famílias de baixa renda; seja pelo consumo elevado do tempo das famílias que não dispõem de renda para adquirir veículos particulares para acessar o parque – graças ao ineficiente e caro transporte coletivo (RIBEIRO, 2004).

Desse modo, a segregação sócio-espacial compreende a acessibilidade aos diversos lugares da cidade, de acordo com a capacidade econômica de cada segmento social (PAULA, 2003). Assim, o direito à cidade é desigual, sendo a renda o fator limitador no acesso aos equipamentos e serviços urbanos. Entretanto, não se pode desconsiderar que no processo de segregação sócio-espacial existem peculiaridades que necessitam de atenção especial. As pesquisas de Villaça (1998) e Paula (2003) apontam que a concentração da população de renda elevada, em um determinado espaço da cidade, não impede de maneira absoluta a frequência da população de baixa renda. Isso ocorre porque existe demanda não só por espaço, mas por trabalho e produtos/mercadorias.

A segregação sócio-espacial, substanciada pelos mecanismos de mercado, percorre ainda outros espaços, como restaurantes, hotéis, cemitérios, academias de ginástica, salão de beleza, hospitais, choperias, enfim, uma infinidade de serviços. Para cada classe social há uma concentração de serviços em seus espaços de convivência e/ou nas proximidades de seus locais de emprego (VILLAÇA, 2011).

O que diferencia a oferta desses serviços para diferentes classes sociais é justamente a localização, que está associada ao preço dos serviços oferecidos. Neste contexto, é percebido com nitidez estruturas montadas para segmentos específicos. Para Gottidiener (1993), esse padrão de organização das atividades é marcado pela concentração da riqueza e especialização do trabalho; bem como pela efetiva penetração das relações sociais capitalistas em todas as esferas da vida cotidiana.

Desse modo, a desigualdade da renda adquirida no processo produtivo ampliou as distâncias sociais produzidas pelo consumo coletivo e individual de mercadorias. Assim, “um olhar lançado sobre o espaço urbano, ainda que este seja superficial, logo notará que a cidade aparece enquanto um mosaico, um quebra-cabeças, uma cidade dividida em várias” (PAULA, 2003, p. 55).

As palavras de Paula (2003) confirmam a existência de vários espaços de concentração social. Desde o local de residência e trabalho, até os espaços de lazer de segmentos particulares. Essa complexa gama de possibilidades e hierarquias define o espaço urbano da cidade capitalista.

Esses comportamentos perpassam o plano da moradia e caminham em direção a outros setores de convivência social. Nesse sentido, a segregação sócio-espacial compreende diferentes modos de usufruir o espaço urbano (PAULA, 2003) e as distintas benfeitorias nele introduzidas; seja na dimensão do consumo, na realização do trabalho ou de outras atividades relacionadas ao processo produtivo.

Esse entendimento solicita um olhar mais criterioso sobre a segregação, evitando confusões na abordagem e na compreensão de conceitos como segregação sócio-espacial e segregação residencial. O próximo tópico foi produzido a partir de exercícios dedicados a uma melhor compreensão dos processos produtores da segregação residencial.

Segregação residencial: caminhos para análise da cidade

Vários autores, dentre eles, Park (1916), Clark (1982), Villaça (1998), Castells (2014), Corrêa (2000) e Souza (2010) analisaram a organização dos espaços destinados à moradia. Em suas pesquisas verificaram que a renda é um dos elementos destacados que define e redefine o lugar dos sujeitos na cidade.

É importante, neste momento, destacar as reflexões referentes à segregação residencial realizada pela Escola de Chicago. Park (1916), um dos representantes desta escola, entende que segregação residencial é uma expressão dos gostos, da conveniência pessoal, dos interesses vocacionais e econômicos, que são mediados pela iniciativa privada.

Isso ocorre porque a organização espacial das residências fica sob a responsabilidade da iniciativa privada.

O campo de investigação inaugurado pela Escola de Chicago foi difundido e outros importantes pesquisadores se dedicaram a estudos relativos aos processos de fragmentação social no espaço urbano, tendo como eixo fundamental a moradia. Como vimos, para Harvey (1980) o local de moradia das distintas classes sociais é definido pela renda. No caso da população de baixa renda, mecanismos constituídos por diversos agentes sociais determinam que, via de regra, sua moradia esteja situada em lugares distantes de amenidades; bem como de locais que ofereçam trabalhos com boa remuneração.

Merece registro, também, o trabalho de David Clark (1982), que evidencia que a segregação residencial é um problema relativo ao crescimento demográfico em disputa com o capital incorporador. As atividades urbanas estariam concentradas nos locais em que o preço do solo é maior e, conseqüentemente, mais valorizado. Neste cenário, a população “pobre” seria forçada a ocupar locais distante das áreas de serviços mais destacados.

Na França, a pesquisa de Castells (2014, p. 250) contribuiu para o entendimento do conceito de segregação residencial. Para ele, a segregação residencial é uma “tendência à organização do espaço em zonas de forte homogeneidade social interna e com intensa disparidade social entre elas, sendo esta disparidade compreendida não só em termos de diferença, como também de hierarquia”.

No Brasil, Roberto Lobato Corrêa afirmou que a renda é uma variável que define os processos de segregação residencial. Segundo ele:

Segregação residencial é uma expressão espacial das classes sociais [...] verifica-se basicamente devido ao diferencial que cada grupo social tem de pagar pela residência que ocupa, a qual apresenta características diferentes no que se refere ao tipo e a localização (CORRÊA, 2000, p. 61).

Corrêa (2000) ainda argumenta que o problema da segregação residencial reside no fato da habitação ter se tornado uma mercadoria e possuir um valor troca; o que a inseriu em um mercado especulativo comandado por agentes que buscam a reprodução ampliada do capital.

Para Souza (2010), a segregação residencial é uma ocorrência muito geral no contexto da urbanização. Em todos os tempos existiram grupos que, pelo potencial de renda ou por questões étnicas, foram forçados a habitar áreas menos atraentes e bonitas, com pouca ou nenhuma infraestrutura.

Souza (2010) reforça, também, que a segregação residencial é um fenômeno que existe há muito tempo e se manifesta de maneira induzida ou espontânea. Induzida quando determinada população é compulsoriamente alocada em lugar específico: seja pelo preço do imóvel, por meio de políticas públicas destinadas à habitação popular, ou por situações de extrema pobreza, marcada pela remoção de áreas irregulares e/ou de risco, dentre outras possibilidades; espontânea, quando a população se auto-segrega. É o que geralmente acontece com populações de alta renda, que ocupam locais onde o preço do solo urbano é elevado: com áreas verdes e uma série de outros serviços e equipamentos. A Figura 2 representa tais manifestações.

A Figura 2 apresenta dois bairros residenciais marcados por processos segregadores. O Condomínio Aldeia do Vale é um exemplo de auto-segregação. O empreendimento é habitado por famílias de renda elevada que escolheram morar em um condomínio repleto de equipamentos e serviços. Já o residencial Vale dos Sonhos é habitado por segregados que se viram obrigados a conquistar sua moradia por meio da luta popular. Eles não puderam escolher o lugar de residência, pelo contrário, a única alternativa foi a conquista coletiva de um território em que suas casas pudessem ser erguidas, mesmo que distantes de espaços marcados pela oferta de serviços e equipamentos públicos.

Figura 2 – Bairros residenciais em Goiânia/GO – Condomínio Aldeia do Vale e Residencial Vale dos Sonhos, 2018.



Fonte: MUBDG v. 25; Google Imagens. Cartografia digital: Érika Munique de Oliveira. Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Territórios e Expressões Culturais no Cerrado - TECCER (Universidade Estadual de Goiás - UEG).

É importante ressaltar que a rodovia BR-153 separa esses dois bairros. Este exemplo demonstra que as classes sociais de maior e menor renda não são separadas por grandes distâncias, muito pelo contrário. Todavia, se a distância física é pequena a realidade socialmente manifestada em cada lugar é expressiva e evidencia os deslocamentos da classe de maior renda para a periferia da cidade.

Esta realidade revela a produção de novas periferias no tecido urbano, com vistas à alocação de famílias de alta renda. É evidente, portanto, a existência de uma nova face da segregação residencial. Certamente, a forma da nova face é delineada pela força pujante do mercado imobiliário, que determina novas formas de morar, viver e sobreviver na cidade (MARICATO, 2015).

Ao prosseguir nas análises relativas ao conceito de segregação residencial, temos a contribuição de autores sul-americanos sobre a temá-

tica. Luco e Vignoli (2003, p. 10), ao realizarem um estudo acerca da segregação residencial, contribuem ao esclarecer que:

[...] a segregação residencial é tipicamente associada à falta de mistura social em uma determinada área. No entanto, um bairro socialmente homogêneo terá uma segregação nula, porque não há quem separar (ou quem segregar) em seu interior. No entanto, se for modificada escala de análise e considerar o conjunto metropolitano, isso seria altamente segregado (o que segrega) se ali residirem todos os membros de grupo social.

Para Rodríguez e Arriagada (2004), a segregação residencial é uma forma de distribuição dos grupos sociais no território. Ela é percebida por meio da separação física entre as áreas residenciais de diferentes grupos sociais. Segundo os autores, isso ocorre em função de fatores étnicos, sócio-econômicos ou religiosos.

Diante das contribuições teóricas aqui consideradas, fica evidente que a análise das manifestações concretas do processo de segregação residencial exige certa sensibilidade. Isto porque a segregação residencial pode ser percebida no interior de um empreendimento que, em tese, foi produzido para um mesmo seguimento social. É possível perceber a segregação residencial presente no interior de um mesmo condomínio horizontal, que apresenta valores diferenciados de terrenos e imóveis a partir da maior ou menos proximidade de amenidades, como lagos e outros equipamentos. Essas evidências demonstram que a segregação residencial é dinâmica e percorre diversos contextos sociais.

Considerações finais

A cidade é o palco de movimentos, manifestações e conflitos sociais. O modo de produção que converteu tudo em mercadoria, inclusive a casa, redefiniu as condições de vida dos sujeitos na cidade. Nesse contexto, a renda resultante da participação dos indivíduos no processo produtivo determina quem tem direito à cidade.

É indubitável que as ações capitaneadas pelos atores sociais – Estado, mercado imobiliário, proprietários fundiários e os proprietários dos meios de produção – estabelecem a forma e o conteúdo expressos pelas cidades. A segregação não é obra do acaso, ela é produto das contradições promovidas pela assimetria das relações sociais territorializadas.

Neste contexto, a cidade, simultaneamente, reúne e separa as pessoas. Progressivamente, a heterogeneidade materializada nos espaços urbanos é intensificada. As diferenças territorializadas nas cidades são apresentadas a partir de manifestações que remetem à sutilidade e a agressividade. No bojo deste movimento ininterrupto, a moradia adquire, a cada dia, uma centralidade aumentada. Mas qual é o lugar das pessoas neste processo? Como os homens se reconhecem e desconhecem em um mundo cada vez mais complexo? Como processos densos como o de segregação podem ter sua carga política tão esvaziadas? Estas questões justificaram a produção deste pequeno texto. Mais do que oferecer respostas, os autores entendem que o importante, neste e em outros momentos, é problematizar.

Referências

- CASTELLS, M. *A questão urbana*. 6ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2014.
- CLARK, D. *Introdução à Geografia Urbana*. 2. ed. Rio Janeiro: Betrand Brasil S.A, 1982.
- CORRÊA, R. L. *O Espaço Urbano*. São Paulo: Ática, 2000.
- GOIÂNIA. *Mapa Urbanístico Digital de Goiânia* (MUBDG). Ortofotos, 1992.
- GOTTDIENER, M. *A produção social do espaço urbano*. São Paulo: Edusp, 1993.
- HARVEY, D. *A justiça social e a cidade*. São Paulo: Hucitec, 1980.
- HUGHES, P. J. A. Segregação socioespacial e violência na cidade de São Paulo: referencias para a formulação de políticas publicas. *Revista Scielo*, São Paulo, v.18, n.4 , 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88392004000400011>. Acesso em: 14 mai. 2017.
- LUCO, C. A; VIGNOLI, J. R. *Segregación residencial en áreas metropolitanas de América Latina: magnitud, características, evolución e implicaciones de política*.

Naciones unidas. Chile, 2003 Disponível em: <<http://www.cepal.org/publicaciones/xml/7/13877/lcl1997-P01.pdf>>. Acesso: 12 Jun. 2017.

MARICATO, E. *Para entender a crise urbana*. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

NEGRI, S. M. Segregação Sócio-Espacial: Alguns Conceitos e Análises. *Coletânea Nosso Tempo*, Rondonópolis, v. 2 n. 8, p. 129-153, 2008. Disponível em: <[file:///C:/Users/Erika/Downloads/108-99-1-PB%20\(7\).pdf](file:///C:/Users/Erika/Downloads/108-99-1-PB%20(7).pdf)>. Acesso em: 14 mai. 2017.

OLIVEIRA, A. G. de. A reprodução da exclusão social em áreas de expansão urbana: um estudo de caso em assentamentos urbanos na Região Noroeste de Goiânia (1980-1998). Dissertação (Mestrado em Geografia) Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 1999.

PARK, R. E. A cidade: sugestões para a investigação do comportamento humano no meio urbano, 1916. In: VELHO, O. G. *O fenômeno urbano*. Rio de Janeiro, 1967.

PAULA, F. M. A. Descentralização e segregação sócio-espacial em Goiânia: uma análise das centralidades dos setores Bueno, Oeste e Marista. 2003. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Ciências Socioambientais, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2003.

RIBEIRO, M. E.J. *Goiânia: os planos, a cidade e o sistema de áreas verdes*. Goiânia: UCG, 2004.

RODRÍGUEZ, J.; ARRIAGADA, C. “Segregación residencial en la ciudad latinoamericana”. *Revista Eure*, Santiago do Chile, n.89, 2004. Disponível em: <<https://repositorio.uc.cl/bitstream/handle/11534/8114/000358207.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 10 set. 2017.

SOUZA, M. L. de. *ABC do Desenvolvimento Urbano*. 5. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

VASCONCELOS, P. A. Contribuição para o debate sobre processos e formas socioespaciais nas cidades. In: CORRÊA, R. L; PINTAUDI, S. M. *A Cidade Contemporânea: segregação Espacial*. Rio de Janeiro: Contexto, 2013.

VILLAÇA, F. *Espaço intra-urbano no Brasil*. São Paulo: Studio Nobel; Fapesp; Lincoln Institute, 1998.

VILLAÇA, F. São Paulo: segregação urbana e desigualdade. *Revista Scielo*, São Paulo, v.25, n.71, 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142011000100004>. Acesso em: 19 out. 2017.

5.

Garimpo e grande indústria da mineração: delimitando conceitos

Hamilton Matos Cardoso Júnior
Divina Aparecida Leonel Lunas

A atividade mineral serve de base para diversos setores. Os recursos extraídos geralmente são utilizados como matéria-prima nas indústrias ou para o consumo imediato. O extrativismo varia de acordo com os conhecimentos e recursos tecnológicos empregados, podendo ser uma atividade realizada de forma individual, em grupos, de maneira artesanal ou industrial.

Assim, a mineração provoca mudanças no local onde é exercida. Essas mudanças são complexas e variam de acordo com a sofisticação dos processos produtivos e dos minérios extraídos. O texto faz parte das análises de uma dissertação desenvolvida no Programa de Mestrado em Territórios e Expressões Culturais no Cerrado na Universidade Estadual (TECCER/UEG), intitulada “O capital minerador e as mudanças socioespaciais e econômicas no Vale do Rio Crixás – Goiás”, defendida e aprovada no ano de 2017 e que teve como objeto de estudo um conjunto de municípios do norte do Estado de Goiás com expressiva representatividade na exploração de minérios.

A discussão trazida neste texto tem como objetivo realizar uma delimitação conceitual do garimpo e da grande indústria da mineração¹ (capital minerador), formas de organização da atividade mineral, entendendo suas especificidades com relação aos processos produtivos, históricas, de organização e gestão.

Metodologicamente, o texto foi produzido por meio da pesquisa bibliográfica, o que classifica esta pesquisa como básica e de caráter exploratório. O texto permite subsidiar conceitualmente futuras pesquisas relacionadas ao campo da extração mineral em Goiás e no Brasil.

O capítulo está organizado em quatro seções, a contar com esta introdução. Desse modo, a segunda seção traz a discussão a respeito do garimpo, analisando suas características e organização; a terceira seção realiza suas considerações a respeito das características e organização da indústria da mineração; por fim, a quarta e última seção traz as considerações finais do texto.

Garimpo e sua condição de (I)legalidade

O garimpo é uma das atividades econômicas mais antigas do Brasil. Segundo Costa (2007) os termos garimpo (local da extração) e garimpeiro (sujeito extrator) surgiram no período aurífero do Brasil Colonial em Minas Gerais no século XVIII. O autor afirma que:

O termo garimpeiro emergira na região das minas no início do século XVIII e designava aqueles que, desrespeitando a legislação da coroa portuguesa, mineravam as jazidas localizadas em pontos ermos do território, escondidas nas “grimpas” das serras. Neste sentido, a própria etimologia da palavra garimpeiro já denotava ilegalidade, marginalidade e repressão da força de trabalho (COSTA, 2007, p. 254).

1 Não são trabalhadas nas análises a pequena e média indústria da mineração, tendo em vista que o intuito do texto é abordar a existência de um capital minerador no setor de extração mineral responsável pela instalação de grandes projetos de extração de minérios nos municípios estudados na referida dissertação.

Portanto, o garimpeiro distingue-se do minerador. No período colonial o minerador era representado pelos senhores de escravos que vinham, em sua maioria, da metrópole portuguesa. Esses “respeitavam” as leis da mineração impostas pela Coroa Portuguesa e pagavam “regularmente” o quinto devido à majestade. Por outro lado, o garimpeiro era representado pelos indivíduos que possuíam poucos recursos para investir e não tinham força de trabalho escrava.

Por esse motivo, os denominados garimpeiros na colônia exerciam suas atividades de garimpagem em territórios distantes do controle da coroa, fugindo das leis de mineração e dos altos impostos cobrados, sendo, portanto, ilegais. Essa imagem permanece atrelada aos garimpos até hoje, que são vistos como atividades ilegais e à margem das leis do Estado². Entretanto, não se pode negar a importância dos garimpeiros no processo de formação do território brasileiro. Eles foram importantes sujeitos na tomada de posse do território pela coroa, desbravando e descobrindo novas jazidas de minérios que logo eram incorporadas ao território da metrópole e sujeitadas à administração geral.

Segundo Amade (2006), os garimpeiros ora eram tratados com humor, ora eram perseguidos incessantemente pelos capitães-do-mato. Em determinados momentos eram até tolerados como um minerador, podendo viver nas vilas. Para esse autor, o garimpeiro diferenciou-se do minerador não por sua capacidade tecnológica e conhecimento sobre a extração mineral, mas por sua condição de ilegalidade. Por outro lado, Santos (1924 *apud* SOUZA, 2011), afirma que, além de sua condição de ilegalidade, o garimpeiro também era aquele sujeito audaz, expatriado, ambicioso e aventureiro com o sonho de acumular fortunas em meio a uma vida cheia de riscos, perigos e emoções.

Com o declínio do período aurífero do século XVIII, os garimpos ocorreram com mais intensidade, no século XIX, na Bahia durante a corrida do ouro e diamantes. No século XX estiveram mais ativos nos

2 Todavia, Costa (2007) nos afirma que a história dos garimpeiros de ouro e diamantes no Brasil nos revela conflitos entre esses e a Coroa Portuguesa, já que se encontravam em situação de ilegalidade e burlavam as tentativas de controle da mineração impostas pelo Estado.

Estados de Mato Grosso e Goiás e, no século XXI, tem se feito mais presente nos Estados do Norte do Brasil, em especial no Pará e Amazonas (PASSOS, 2001).

Segundo Guanes (2001, p. 71), “a garimpagem é entendida como um setor informal, autônomo e menos atrelado às leis e normas que controlam a produção mineral no Brasil”. Um entendimento herdado da visão tida sobre os garimpeiros no período colonial, como observou-se anteriormente. Segundo Cunha (2013), a mineração artesanal (garimpo):

[...] caracterizada por operações a céu aberto ou próximas da superfície, mas confinadas às aberturas ou acessos para trabalhos subterrâneos. São atividades conduzidas de um modo geral em bases intemententes por indivíduos, famílias ou cooperativas e realizadas frequentemente em nível de subsistência (CUNHA, 2013, p. 25).

A atividade de garimpagem é permitida no Brasil, não sendo ilegal, desde que esteja autorizada pelo Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) e siga suas determinações. Entretanto, muitos campos de garimpagem não seguem as orientações desse órgão quanto ao meio ambiente, relações de trabalho e comercialização dos recursos extraídos.

O principal sujeito dessa atividade é o garimpeiro, o trabalhador dos campos de garimpo. Atualmente, define-se como garimpeiro “[...] todo trabalhador que presta serviços de extração mineral em cooperativas de garimpeiros ou que produza individualmente substâncias minerais” (TEIXEIRA; LIMA, 2004, p. 1).

Souza (2011), apoiada em outros autores, reitera que:

[...] comumente, os garimpeiros exploram um espaço físico que não é propriedade sua, que não lhes pertence, a partir de acordos tecidos com donos da terra, inexistindo por parte de ambos uma preocupação tácita com as questões sociais e ambientais que envolvem a localidade explorada, já que os custos posteriores à

exploração, à exceção dos relativos ao exercício imediato da atividade, são altos (SOUZA, 2011, p. 23).

Outra característica dos garimpos é que os garimpeiros permanecem no local até que os recursos minerais estejam exauridos por completo, ou até onde seus recursos tecnológicos permitam a exploração. Muitas das vezes o garimpo se encerra sem a exploração por completo do depósito mineral ou de pedras. Os depósitos que ainda restam tornam-se profundos e de difícil extração. Devido à falta de recursos apropriados para extraí-los e ao elevado custo para a manutenção do garimpo, os garimpeiros encerram as atividades e partem para outros locais.

O trabalho do garimpeiro é uma labuta incessante em busca do enriquecimento e de melhores condições de vida. Porém, estão sempre dependentes da sorte e envolvidos em um ambiente de desconfiança. Como apontam os autores citados anteriormente, as relações de trabalho dos garimpeiros são, na maioria das vezes, frágeis, tendo em vista a insegurança física e social que produzem. Os garimpeiros, na maior parte, não estão protegidos por leis trabalhistas e nem utilizam equipamentos de segurança. Portanto, a maioria dos garimpeiros são trabalhadores braçais e de baixa escolaridade que se sujeitam a relações de trabalho muitas vezes ilegais e informais.

Com o declínio do período aurífero, como aponta Souza (2011), a prática da garimpagem dá lugar à inserção das primeiras indústrias de extração mineral, em grande maioria inglesas, no século XIX. Durante todo o período das primeiras décadas do século posterior, século XX, a garimpagem ocorre em pontos isolados do país, ressurgindo com as ações do Governo Vargas e ganhando força após a década de 1950³. Entretanto, para Souza (2011):

3 Após esse período, surgem inúmeras descobertas de outros minérios, além do ouro, em território nacional. O período coincide com a organização estatal para a extração mineral e com a modernização dos processos produtivos e da pesquisa mineral (prospecção).

Nesse contexto, emergiu um novo padrão de garimpagem que se diferencia do antigo, extremamente baseado em métodos de extração rudimentar e na produção de pequena escala. Surgem garimpos bastante antenados com as inovações tecnológicas e com as novas formas de relação de produção (SOUZA, 2011, p. 31).

Nesse sentido, os garimpos atuais possuem organização de produção distintas dos ocorridos no passado. Os garimpos têm se mecanizado e se estruturado em novas bases de gestão e de produção. Novas formas de organização do garimpo surgiram ao final do século XX e início do século XXI, como cooperativas e associações de garimpeiros. Como traz Scliar (1996), a atividade de garimpagem ainda representa importante parcela na extração de ouro no Brasil. Na Tabela 1 observa-se a participação dos garimpos na exploração de ouro no país no período de 1968 a 1995.

Tabela 1 – Participação do garimpo na exploração de ouro no Brasil – 1961/1995.

Ano	Produção Total (T)	Participação dos Garimpos (%)
1968	8,8	31
1970	9	35,2
1975	12,5	69,2
1979	25	86,7
1985	29,5	22
1995	76	55,2

Fonte: Dados trabalhados por Azevedo e Delgado (2002).

A garimpagem em Goiás ressurgiu nas primeiras décadas do século XX. Durante todo o século XIX a extração de recursos minerais se fez de forma pontual, englobou recursos de pouco valor e eram destinados

ao consumo interno e imediato da população. No Estado de Goiás⁴, terceiro maior extrator de minérios do país atualmente (DNPM, 2015) e um dos Estados com expressiva concentração de garimpos de ouro na segunda metade do século XX (AZEVEDO; DELGADO, 2002), os garimpos mais visíveis em Goiás no século XX estão relacionados à extração de pedras preciosas e semipreciosas. A extração de ouro por garimpos ocorreu em todo o território goiano, mas não tomou grandes proporções quanto ao garimpo de pedras.

Segundo Barbosa *et al.* (2014) os principais garimpos do século XX em Goiás ocorreram nos municípios de: Aragarças, Baliza, Iporá, Israelândia, Cachoeira de Goiás, Aurilândia, Juapaci (diamante e ouro); Cristalina (cristal de rocha e pedras semipreciosas) e Campos Verdes/Santa Terezinha de Goiás (esmeralda). Azevedo e Delgado (2002) acrescentam os municípios de: Crixás, Guarinos, Pilar de Goiás (ouro); Pirenópolis (quartzito e rochas ornamentais); Monte Alegre de Goiás (Cassiterita); Jaraguá, Goianésia, Ceres e São Domingos.

Segundo Martins (1984), até 1983 havia 300 mil garimpeiros no país distribuídos em 30 frentes de exploração. Goiás concentrava 30 mil garimpeiros nesse período. Azevedo e Delgado (2002) afirmam que os anos de 1983 e 1984 representam o auge dos garimpos em Goiás, principalmente de ouro.

Nesse Estado, no século XX, os garimpos de ouro ocorrem em diferentes períodos. Concentravam-se nas mesorregiões centro e norte goiano. Entretanto, os municípios mais produtivos eram: Guarinos, Crixás e Pilar de Goiás. O ouro trouxe consequências drásticas ao meio ambiente, principalmente para a bacia do rio Crixás Açu⁵, no norte do Estado, devido ao derrame indiscriminado de mercúrio.

4 Analisadas algumas características do garimpo, o texto exemplifica a abrangência dessa atividade em Goiás devido ao estudo feito na referida dissertação que tem como objeto de estudo um conjunto de municípios desse Estado.

5 Em Crixás, no Estado de Goiás, recentemente foi instaurado inquérito civil público pelo Ministério Público, em conjunto com o Ministério Público Federal, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Minerais (Ibama), Agência Ambiental, Delegacia Estadual do Meio Ambiente, Delegacia Regional

Já os garimpos de diamantes concentraram-se na mesorregião noroeste. A principal produção provinha dos garimpos instalados em Baliza (Caiapônia) e Aragarças. O garimpo dessa pedra preciosa durou da década de 1930 a 1960 (CASTRO, 2004). As esmeraldas foram extraídas por garimpos nos municípios de Santa Terezinha de Goiás e Campos Verdes, atraindo para essa região 30 mil pessoas vindas principalmente da região Nordeste do Brasil (BRITO, 2012).

Os garimpos de cassiterita também foram responsáveis pela atração de grande contingente populacional para Goiás. O principal garimpo ocorreu no município de Monte Alegre de Goiás. Entretanto, também havia depósitos em Minaçu, Cavalcante e Nova Roma (RODRIGUES, 1997). Por fim, os quartzos e os cristais também foram explorados por garimpos nesse período, destacando-se Pirenópolis (quartzo) e Cristalina (cristais), sendo explorado em garimpos, também, nos vales dos rios Paranaíba, Claro e Araguaia, juntamente com os diamantes (SCLIAR, 1996).

Mineração industrial: capital e racionalização produtiva

Se por um lado o discurso governamental e da mídia coloca a garimpagem como uma atividade ilegal, desorganizada, produtora de relações de trabalho precárias e prejudicial ao meio ambiente, por outro, as grandes indústrias da extração mineral são vistas como uma atividade de extração organizada racionalmente, planejada, garantidora dos direitos trabalhistas e da compensação pelos danos causados ao meio ambiente por sua exploração.

Considera-se que a grande diferença entre a indústria da mineração, na qual estabelece-se aqui o conceito de capital minerador, e a

do Trabalho e Departamento Nacional de Produção Mineral. O inquérito visa apurar crimes ambientais com e tidos por garimpeiros clandestinos na região que atuam há mais de vinte anos. Os promotores de justiça informam que as atividades desenvolvidas pelos garimpos clandestinos em Crixás foram totalmente embargadas pelo Ibama e pela Delegacia do Meio Ambiente até a efetiva regularização junto ao órgão ambiental competente e ao DNPM (AZEVEDO; DELGADO, 2002, p. 15).

garimpagem não está na garantia aos direitos trabalhistas ou na compensação por danos causados ao meio ambiente. Essa diferença está no volume de capital aplicado, nos processos produtivos e na forma de organização da gestão dessas empresas.

Os grandes complexos de mineração começaram a se formar no Brasil a partir da segunda metade do século XX⁶. Inicialmente, a indústria da mineração estruturou-se por meio dos investimentos estatais. Após a abertura do setor ao capital externo, grandes empresas e conglomerados de capital privado e estrangeiro passaram a explorar os recursos do subsolo nacional. Esse processo tem se intensificado nos primeiros anos do século XXI.

Importantes minas de ouro, ferro, cobre, alumínio, dentre outros minerais metálicos de alto valor agregado, foram concedidas a essas empresas, principalmente, nos últimos anos, em Goiás, Minas Gerais, São Paulo, e nos Estados da região norte do país, em especial o Estado do Pará.

Quanto aos seus processos produtivos, diferentemente do garimpo, estes são baseados na automação da produção. O capital minerador é industrial. A extração mineral realizada por grandes empresas baseia-se na indústria. O conceito de capital industrial é bem exemplificado por Singer (1987).

Segundo o autor o sistema capitalista ganha impulso a partir da Revolução Industrial no século XVIII, que consistia essencialmente na invenção de máquinas que viriam a substituir a força humana, industrializando o processo de produção. Segundo o autor supracitado:

6 Entretanto, empresas mineradoras de capital estrangeiro já haviam se instalado no país. Inicialmente com o declínio da produção aurífera colonial, o Império do Brasil incentivou a instalação de mineradoras inglesas para explorar os recursos no século XIX, ações que não resultaram em grandes êxitos. Por fim, o país, no período da primeira e segunda Grande Guerra, abriu espaço para mineradoras estrangeiras que retiravam recursos minerais a serem utilizados na indústria bélica, principalmente norte-americana (SCLIAR, 1996).

A máquina é mais “produtiva” do que o homem porque supera facilmente os limites físicos do organismo humano. Movida por força hidráulica e pouco depois pela energia de vapor, a máquina pode dar conta de trabalhos para os quais o homem é fraco demais. O movimento da máquina é muito mais uniforme do que o do corpo humano, para o qual a monotonia aumenta a fadiga. Na produção, em grande escala, de objetos iguais, a máquina é muito superior ao homem. Além disso, ela pode ser acelerada, atingindo velocidades de movimento inalcançáveis para o homem (SINGER, 1987, p. 17).

Dessa forma, o capital industrial está ligado à automação da produção, a qual, devido à substituição do homem pela máquina, apresenta inegáveis vantagens ao processo de acumulação. A substituição dos métodos de produção artesanal pelo uso de máquinas e técnicas mais apuradas proporciona aumento na produção de bens de consumo. Assim, o processo de industrialização aponta para o sentido de que o homem não é a principal força no modo de produção capitalista e sim um acessório, ou um recurso humano.

A industrialização do setor mineral no Brasil contribuiu para a intensificação e diversificação (minérios metálico; minérios não-metálicos; água mineral; água termal) da exploração mineral em território nacional. Essa intensificação da produção, proporcionada pela industrialização do setor, é consequência da própria evolução do sistema capitalista mundial.

Nas últimas décadas, a extração de recursos minerais tem vivido um período de grande expansão devido ao aumento da demanda por esses recursos, principalmente, por economias “emergentes” como: Brasil, China, Índia, África do Sul, dentre outros (GEAL, 2011). Como resultado da necessidade de automação e intensificação da exploração dos recursos minerais, a grande indústria da extração mineral tem aplicado cada vez mais capital em seus processos produtivos.

Nesse sentido, a intensificação do uso da tecnologia, de máquinas e de mão de obra especializada resulta no aumento do capital a ser

empregado num campo de extração. As cifras comumente atingem a casa dos bilhões em investimentos no período de vida útil da mina. Outra característica é que a empresa mineradora é proprietária da terra onde se localizam os depósitos minerais, devendo imobilizar capital para garantir sua propriedade.

Todavia, o elevado grau de investimentos necessários não inviabiliza os lucros obtidos por essas empresas, pelo contrário. Quando se compara a evolução dos investimentos em capital numa mina e os valores de venda dos recursos extraídos percebe-se que os investimentos realizados não comprometem a acumulação capitalista. Nesse sentido, a viabilidade econômica das minas torna-se substancialmente importante.

Além do lucro dos recursos minerais extraídos pela grande indústria da extração mineral estarem garantidos pelo mercado internacional, a fusão de empresas que se tornam grandes conglomerados mineradores que aproveitam a matéria-prima, a mão de obra barata e, principalmente, os incentivos fiscais nos países subdesenvolvidos, também asseguram a lucratividade do setor (GEAL, 2011).

A dimensão tecnológica ocupa lugar de importância para a grande indústria da extração mineral, não apenas devido à automação de seus processos produtivos, mas, também, para a gestão de sua estrutura. Como aponta Benko (1996), é característica das grandes empresas da atualidade a desconcentração produtiva. Os centros de decisão, de produção e de consumo não necessitam estar próximos geograficamente. Essa dimensão é de suma importância para o setor mineral, tendo em vista que os campos de extração estão condicionados à rigidez locacional dos minérios (SCLIAR, 1996).

Portanto, o setor mineral tem se estruturado por meio de empresas organizadas por corporações que atuam em redes e realizam estratégias e criam mecanismos de controle no âmbito internacional para os ambientes em que atuam. A grande indústria da extração mineral além de estar assentada no capital industrial, ter a dimensão tecnológica como essencial em seu processo de acumulação e requerer grande investimento em capital, também se estrutura sobre o capital financeiro. Desse modo, o capital minerador também é capital financeiro.

Apresentam-se duas abordagens quanto ao conceito de capital financeiro. Hilferding (1985) concebeu importantes contribuições para o entendimento desse conceito. Para o autor, o capital financeiro representa uma das principais características do sistema capitalista moderno, que é constituído pelos processos de grande acumulação e eliminação da livre concorrência com a formação de conglomerados monopolistas. Para Hilferding (1985), o capital financeiro é resultado da “relação cada vez mais intrínseca entre capital bancário e capital industrial. É através dessa relação que o capital vai assumir a forma de capital financeiro, sua forma mais elevada e abstrata” (HILFERDING, 1985, p. 27).

Ainda segundo o autor: “O capital financeiro significa a uniformização do capital. Os setores de capital industrial, comercial e bancário antes separados encontram-se agora sob a direção comum das altas finanças, na qual estão reunidos, em estreita união pessoal, senhores da indústria e dos bancos” (HILFERDING, 1985, p. 283).

Portanto, como afirma o autor, o capital financeiro está intrinsecamente relacionado com a união do capital industrial e o capital bancário. Na grande indústria da mineração isso se faz necessário por dois motivos principais. Primeiro, devido ao elevado investimento em capital que esse tipo de indústria demanda, recorrendo aos bancos para o financiamento de sua estrutura produtiva (pesquisa, extração, beneficiamento, comercialização). Esse financiamento é realizado, em grande parte, por bancos públicos, principalmente nos países subdesenvolvidos e emergentes.

No Brasil o principal financiador é o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), no plano nacional, que destina linhas de crédito de financiamento para a instalação dessas indústrias, para o beneficiamento em usinas e para a exportação da matéria prima/recurso beneficiados. Nos Estados, esse financiamento se dá por meio dos órgãos de fomento criados para o setor ou para a indústria. Em Goiás, têm-se como exemplos o Fundo de Fomento à Mineração (Funmineral) e os Programas Produzir e Fomentar⁷.

7 Segundo Romanatto, Arriel e Lima (2012), em um estudo sobre as aplicações do Programa Produzir, as regiões que apresentam maior investimento fixo por

Segundo, a grande indústria da extração mineral é formada por Sociedades Anônimas (S.As) por meio da constituição de grandes grupos resultantes da fusão de diferentes empresas que se unem para dominar (monopolizar) determinados segmentos do setor e, dessa forma, tornam-se mais competitivas. O capital bancário é de importância nesse processo, tendo em vista que financia, apoia e intermedia o processo de transformação da empresa familiar em S.As.

A segunda visão sobre o conceito de capital financeiro é utilizada com base nas análises de Pinto (1997), que também se baseia nas primeiras considerações de Hilferding. Para o autor:

[...] o que há de essencial no capitalismo moderno: a transformação da riqueza privada – de haveres produtivos e títulos negociáveis – através da expansão da grande sociedade por ações em substituição à empresa familiar [...]. Nessa nova etapa não é a firma (enquanto unidade produtiva) que se deve buscar o centro decisório do processo de alocação dos recursos produtivos. É no mercado financeiro – onde se negociam os títulos/ações que compõem a maior parte da riqueza privada – que se situa o fulcro das decisões de investimentos e, portanto, de acumulação do capital (PINTO, 1997, p. 24).

Portanto, o capital financeiro se faz presente na indústria da mineração não apenas pelo financiamento de seus processos produtivos ou de suas fusões, mas, também, pela divisão dessa indústria em títulos de ações. Assim, as grandes corporações do setor (S.As) estão organizadas pelo sistema de ações. Seu patrimônio é dividido em parcelas e pulverizado no mercado financeiro (bolsas de valores). Essa prática torna instável a economia das regiões/municípios onde essas empresas estão instaladas, tendo em vista a imprevisibilidade das flutuações do mercado

emprego são as de áreas com títulos de lavra de minérios. Como a atividade mineral é altamente mecanizada não geram empregos na mesma proporção que outras atividades. Nesse sentido, o discurso da geração de empregos realizado pelo setor não condiz com a realidade, como nos mostram os números dos autores supracitados.

internacional que pode afetar diretamente investimentos dessas empresas em seus campos de extração.

Nesse sentido, o patrimônio dessas empresas não é representado apenas por sua imobilização física, mas, também pela emissão no mercado financeiro de ações, debentures e outros títulos que representam o chamado capital fictício (PINTO, 1997). Há, nesse sentido, uma elevada liquidez do patrimônio das empresas (representada pela venda de seus títulos nas bolsas de valores) e uma valorização de seu capital (representado por seus processos produtivos, que, nesse caso, são baseados na indústria).

A inserção dessas empresas no mercado de ações resulta na maximização da racionalidade em sua estrutura gerencial. Seus centros de comando, agora, não estarão mais restritos apenas aos seus centros administrativos, mas aos conselhos superiores de administração que são compostos por seus investidores e que detém o controle de toda a vida financeira, produtiva e gerencial dessas corporações.

Por fim, o capital minerador é resultante da evolução e aperfeiçoamento do sistema capitalista, sendo a forma de organização produtiva do setor mineral mais moderna. Engloba o capital industrial, o financeiro e o comercial. Esse capital é resultante do processo de monopolização produtiva representado pela fusão das empresas de mineração e da formação dos grandes conglomerados no setor mineral. O capital minerador é consequência da maximização da acumulação capitalista por meio da extração dos recursos minerais. O capital minerador é o capital em si, em sua forma racionalizada, organizada e maximizada.

Considerações Finais

Diante do exposto, definem-se dois conceitos nesta discussão: garimpo e grande indústria mineral. Ambos representam o modo de organização da produção do setor mineral no Brasil, bem como são responsáveis por complexas mudanças econômicas, sociais e ambientais nos lugares onde estão instalados, alterando a intensidade e a forma de acordo com os recursos financeiros, tecnológicos e de mão de obra utilizados.

Desse modo, conceitua-se o garimpo como sendo uma atividade de extração mineral realizada de forma individual ou coletiva por meio, na maior parte, de acordos firmados entre o proprietário da terra e o garimpeiro. Necessita de intensiva mão de obra e da aplicação de pequenas e médias quantias de capital. É organizado por diferentes formas de gestão como: cooperativas, associações, pequenas empresas ou registros de pessoas físicas. Possui processos produtivos mistos, sendo artesanais (uso de técnicas e equipamentos rústicos) ou modernos com o uso de recursos e ferramentas tecnológicas avançadas.

É uma atividade legalizada perante o Estado, entretanto também ocorre de forma clandestina. Atrai grande contingente populacional para a região de ocorrência dos recursos minerais e, por esse motivo, é fator de dinamização da economia local. Possui relações de trabalho complexas, que, muitas vezes, levam a condições de subemprego.

Por outro lado, a grande indústria mineral, estruturada sobre o capital minerador, é conceituada como sendo uma atividade produtiva organizada pelo capital minerador e dependente de elevados investimentos. A dimensão tecnológica é de suma importância para o sucesso dessa indústria, tanto para seus processos produtivos quanto para sua gestão. Seu capital resulta da união entre o capital industrial e financeiro.

Nesse sentido, é uma atividade produtiva que se estrutura por empresas organizadas em sociedades por ações. Sua gestão se dá de forma complexa e é realizada por seus investidores do mercado financeiro por meio de conselhos superiores de administração. Não necessita de mão de obra intensiva, mas de mão de obra qualificada. Seus processos produtivos são altamente mecanizados e automatizados. Essa indústria não atrai grande contingente populacional e, na maioria das vezes, não é fator de dinamização da economia local.

Referências

AMADE, Pedro. *Mineração e desenvolvimento sustentável – estudo de caso: o garimpo de ouro de Monsenhor Horta em Mariana, Minas Gerais*. 2006. 99 f. Dissertação (mestrado) – Programa de Pós-Graduação do Departamento de Engenharia de Minas – Universidade Federal de Ouro Preto. Ouro Preto (MG), 2006.

AZEVEDO, Adalberto Mantovani Martniano; DELGADO, Célio Cristiano. Mineração, Meio Ambiente e Mobilidade Populacional: um levantamento nos estados do Centro-Oeste expandido. In: *XIII Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais (ABEP)*, 2002, Caxambu (MG). Anais do XIII Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais (ABEP), p. 1-23, 2002. Disponível em: <http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/pdf/2002/GT_MA_PO30_Azevedo_texto.pdf>. Acesso em: mai. 2016.

BARBOSA, Altair Sales; SCHMITZ, Pedro Ignácio; TEIXEIRA NETO, Antônio; GOMES, Horieste. *O piar da Juriti Pepena: narrativa ecológica da ocupação humana do cerrado*. Goiânia: Editoria da PUC Goiás, 2014.

BENKO, Georges. *Economia e espaço na Globalização na aurora do século XXI*. Tradução Antônio de Pádua Danesi. São Paulo: Editora Hucitec, 1996.

BRITO, Ivanildes Bergamelli de. *Políticas Públicas de apoio às famílias impactadas pela crise mineradora em Santa Terezinha de Goiás*. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) – Faculdade Alves Farias (ALFA) Goiânia, 2012. Disponível em: <[file:///D:/Assistente/Downloads/politicas-publicas-de-apoio-as-familias-impactadas-pela-crise-mineradora-em-santa-terezinha-de-goias%20\(2\).pdf](file:///D:/Assistente/Downloads/politicas-publicas-de-apoio-as-familias-impactadas-pela-crise-mineradora-em-santa-terezinha-de-goias%20(2).pdf)>. Acesso em: mai. 2016.

CARDOSO JÚNIOR, Hamilton Matos. *O capital minerador e as mudanças socioespaciais e econômicas no Vale do Rio Crixás – Goiás*. 2017, 232 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais e Humanidades). Mestrado Interdisciplinar em Territórios e Expressões Culturais no Cerrado – Universidade Estadual de Goiás. Anápolis (GO), 2017.

CASTRO, Mário César Gomes. Mineração em pequenos municípios, compatibilidade possível para o desenvolvimento local: uma análise do Estado de Goiás. In: CASTRO, Joana D'arc Bardella (org.), et. al. *Ensaio sobre Economia Regional Goiana*. Anápolis: Editora da UEG, 2004, p. 59-102.

COSTA, Luciano Rodrigues. Os garimpos de ouro em minas gerais e no Brasil: tradição e mudança. In: *Histórias & Perspectivas*, Uberlândia – Minas Gerais, nº 36-37, p. 247-279, 2007. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/historiaperspectivas/article/viewFile/19115/10266>>. Acesso em: jun. 2016.

CUNHA, Livia Cristhina da Costa. Diagnóstico da percepção ambiental dos trabalhadores das olarias e ceramistas do polo cerâmico do Poti-Velho – Terezina - PI e o fim da atividade oleira. In: *IV Congresso Brasileiro de Gestão Ambiental*, 2013, Salvador (BA). Anais do IV Congresso Brasileiro de Gestão Ambiental, p. 1-8, 2013. Disponível em: <<http://www.ibeas.org.br/congresso/Trabalhos2013/XI-020.pdf>>. Acesso em: mai. 2016.

DNPM. Departamento Nacional da Produção Mineral (DNPM); Superintendência Goiás/Distrito Federal. *Desempenho do Setor Mineral de Goiás –*

2015(ano base 2014). Goiânia: DNPM, 2015. Disponível em: <<http://www.dnpm.gov.br/go/conteudo.asp?IDSecao=614>>. Acesso em: mar. 2016.

GEAL. *Grupo de estudos sobre a América Latina e Caribe*. Mineração transnacional e resistências sociais na África e na América Latina: experiências de resistência e de mobilização social frente às estratégias corporativas das companhias Vale (Brasil) e AngloGoldAshanti (África do Sul) na Argentina, Colômbia, Peru, Angola e Moçambique. IBASE, 2011. Disponível em: <http://www.dialogosdos povos.org/pdf/liv_ibase_mineracao_port_REV2.pdf>. Acesso em: fev. 2016.

GUANES, Senilde Alcântara. *Nas trilhas dos garimpeiros de serra: garimpo e turismo em áreas naturais da Chapada da Diamantina*. 2001. 213 f. Dissertação (mestrado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – Universidade Estadual de Campinas. Campinas (SP), 2001. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=vtls000412747>>. Acesso em: mai. 2016.

HILFERDING, Rudolf. *O capital financeiro*. Coleção os Economistas. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

MARTINS, Ana Luiza. Breve história dos garimpos de ouro no Brasil. In: ROCHA, Gerônimo. *Em busca do ouro: garimpos e garimpeiros no Brasil*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1984, p. 177-215.

PASSOS, Messias Modesto dos. O Mundo do Garimpo. In: *8º Encuentro de Geógrafos de América Latina*, 2001, Santiago. 8º Encuentro de Geógrafos de América Latina. Santiago: Universidad Católica de Chile, 2001. v. 1. p. 4-12. Disponível em: <<http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal8/Procesosambientales/Geomorfologia/02.pdf>>. Acesso em: maio de 2016.

PINTO, Nelson Prado Alves. O capitalismo financeiro. In: *Crítica Marxista*, vol. 1, tomo 5, p. 9-26, 1997. Disponível em: <http://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos_biblioteca/critica5parte1.pdf>. Acesso em: jun. 2016.

RODRIGUES, Antônio Fernando da Silva. *O boom estanífero brasileiro: fatores determinantes, efeitos e perspectivas*. 1997, 124 f. Dissertação (Mestrado em Geociências). Instituto de Geociências – Universidade de Campinas. Campinas (SP), 1997. Disponível em: <<file:///D:/Assistente/Downloads/RodriguesAntonioFernandodaSilva.pdf>>. Acesso em: jun. 2016.

ROMANATTO, Eduiges; ARRIEL, Marcos Fernando; LIMA, Wellington Matos de. O Programa FOMETAR/PRODUZIR: informações e análises para o estado de Goiás e suas microrregiões. In: *Conjuntura Econômica Goiana*, n. 22, p. 11-24, set. de 2012. Disponível em: <<http://www.imb.go.gov.br/pub/conj/conj22/artigo02.pdf>>. Acesso em: jul. 2016.

SCLIAR, Claudio. *Geopolítica das minas do Brasil: a importância da mineração para a sociedade*. Rio de Janeiro: Revan, 1996.

SINGER, Paul. *O Capitalismo: sua evolução, sua lógica e sua dinâmica*. 2º ed. –São Paulo: Editora Moderna, 1987.

SOUZA, Edivane Saraiva de. *Nos passos do garimpo: a manutenção da precariedade na extração de caulim em Junco do Seridó-PB*. 2011. 109 f. Dissertação (mestrado) – Centro de Ciências Humanas Letras e Artes/Programa de Pós-Graduação em Sociologia – Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2011.

TEIXEIRA, Nilo da Silva; LIMA, Maria Helena Rocha. Características e atuação das organizações de garimpeiros no Brasil. In: *Anais da XII Jornada de Iniciação Científica*, 2004, Centro de Tecnologia Mineral (CETEM): Rio de Janeiro (RJ). Disponível em: <http://www.cetem.gov.br/serie_anais_XII_jic.htm>. Acesso em: mai. 2016.

6.

O arranjo produtivo local farmacêutico de Goiás: as empresas do distrito agroindustrial de Anápolis (GO), 2000 a 2016

Idelmar da Silva Ribeiro
Janes Socorro da Luz

O Arranjo Produtivo Local Farmacêutico de Goiás foi concebido como parte da política de incentivos aos Arranjos Produtivos Locais (APL's) em agosto de 2000, através de uma reunião de diversos atores do poder público em nível municipal, estadual e federal, representantes classistas, e outras entidades da sociedade civil, com os representantes das indústrias do segmento, com o objetivo de fortalecer esse ramo de atividade no estado de Goiás.

A concepção de APL's foi desenvolvida pela Rede de Pesquisa em Arranjos e Sistemas Produtivos e Inovativos Locais (REDESIST), sob influência da escola estruturalista latino-americana e da visão Neoschumpeteriana, e tem como proposta a formação de redes que possibilitem maiores vantagens competitivas e sustentabilidade para as empresas, por meio da integração, cooperação, articulação e inovação (MATOS *et al.*, 2015). Essa concepção tem suas origens nos estudos de Marshall (1996), que ao discorrer sobre distritos industriais identificou que aglomerados que apresentavam atividades semelhantes, reunidas num mesmo espaço geográfico, pela simples dinâmica do grupo de empresas, produziam externalidades positivas.

Dessa forma, acredita-se que os APL's são alternativas que podem trazer bons resultados para o desenvolvimento local/regional e, nesse sentido, a formação do APL Farmacêutico de Goiás é considerada estratégica para o desenvolvimento da região ao permitir a inserção do Estado num segmento estratégico para o país. Portanto, esse estudo tem como objetivo geral, compreender os efeitos da implementação da estratégia de APL's para o desenvolvimento socioeconômico do Estado de Goiás, em especial o farmacêutico para a região de Anápolis, bem como identificar as principais necessidades para a consolidação do Arranjo.

Para tanto, os procedimentos metodológicos adotados para a pesquisa foram divididos em dois momentos: primeiro foi realizada uma pesquisa bibliográfica em livros, artigos, teses, dissertações; e levantamento de dados secundários junto aos órgãos de pesquisa Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), do Registro Anual de Informações Sociais (RAIS) do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). Em um segundo momento, foi realizada uma pesquisa de campo que, por envolver seres humanos, foi submetida e aprovada pelo Conselho de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade Estadual de Goiás (UEG).

Os pesquisados foram divididos em 2 extratos por amostragem, o primeiro extrato refere-se as empresas participantes do APL, sendo que do total de empresas participantes do APL Farmacêutico de Goiás (81 empresas) escolheu-se como recorte apenas as empresas instaladas no Distrito Agroindustrial de Anápolis (DAIA), que representam quase 50% do total empresas participantes do Arranjo (37 empresas), sendo que desse universo participaram da pesquisa apenas as empresas fabricantes de produtos farmacêuticos propriamente dito, classificadas de acordo com a Classificação Nacional de Atividade Econômica (CNAE), excluindo-se as empresas participantes do Arranjo que exercem outras atividades relacionadas, chegando a um total de 24 empresas, das quais foi retirada uma amostra de 20%; do segundo extrato, composto pelas organizações que dão suporte ao funcionamento do Arranjo, foi escolhido um representante de cada categoria que dá suporte a esse Arranjo, quais sejam: Organizações de Treinamento, ensino e pesquisa; Órgãos

de Financiamento; Organizações de Apoio e promoção; Poder Público e Organizações não Governamentais.

A análise dos dados coletados, realizou-se com base na técnica de análise de conteúdo (BARDIN, 2009), com o propósito de coletar informações sobre as características que compõe o APL, seus pontos fortes e principais desafios. E, por último, foram tecidas algumas considerações a respeito do APL procurando responder os objetivos propostos pelo trabalho.

Políticas territoriais no Brasil e na região Centro-Oeste

Em um Brasil com grande diversidade étnica e com uma população extremamente concentrada na faixa litorânea, o mote ideológico da construção do país se deu muito mais em relação ao espaço terrestre, do que propriamente a sua concepção como um povo, fato que legitimaria a ação do Estado, como construtor de um projeto nacional (MORAES, 2002). Ainda segundo Moraes (2002, p. 121), a modernização como “conceito, central do pensamento brasileiro do século XX, reveste-se também por densa espacialidade”, sendo que no caso do Brasil esta modernização passa necessariamente pela valorização do espaço. Nesse período, conforme Suzigan (2000), ganha força a ótica de que o Estado, por meio de uma política de proteção alfandegária e de concessão de subsídios e incentivos, teve papel fundamental na industrialização brasileira, que seria naquele momento um primeiro passo para um processo de interiorização do país.

É no período do Estado Novo (era Vargas), de cunho nacionalista, que são criados projetos e programas voltados especificamente a execução das políticas de ocupação do território, como a Marcha para o Oeste, que “induzia a ideia de uma segunda conquista” (MORAES, 2002, p. 122), sendo que a ocupação do Centro-Oeste, além da criação de uma nova fronteira agrícola, visava também a ser uma etapa preliminar à ocupação da Amazônia.

Na década de 1950, governo Juscelino, com o Plano de Metas, fica mais evidente a política de construção de um país baseado no território,

com a concretização do projeto de interiorização da capital e dos grandes investimentos viários (MORAES, 2002).

Com o golpe militar de 1964, a visão geopolítica de consolidação do país, reforça esta identificação do Brasil com o seu território principalmente através dos Planos Nacionais de Desenvolvimento (PND's), que objetivavam dotar o país de infraestrutura básica que permitisse o desenvolvimento da indústria nacional e, conseqüentemente, minimizar a dependência externa, em especial, com relação aos bens de capital. Esse plano serviu como base para que as políticas territoriais comesçassem a ganhar novo destaque.

Após a redemocratização do país (1985), o tema do desenvolvimento regional volta à tona apenas na Constituição de 1988, que apesar de não priorizar o desenvolvimento regional, criou mecanismos importantes de estímulo ao desenvolvimento como os fundos constitucionais de financiamento (no Norte, Nordeste e Centro-Oeste) que concedem créditos às empresas de suas regiões alvo com taxas de juros mais baixas, como forma de estímulo ao investimento produtivo. A criação desses fundos, de acordo com Araújo Júnior (2005), demonstrava naquele momento uma tendência de transferência da responsabilidade do desenvolvimento regional para as mãos da iniciativa privada.

Diante desse contexto histórico, cabe destacar as teorias de desenvolvimento industrial, que influenciaram as políticas de desenvolvimento adotadas pelo país, principalmente após a década de 1950, em especial as que tratam dos aglomerados tendo como destaque a formação dos aglomerados industriais.

Desenvolvimento industrial e formação de distritos, polos e arranjos produtivos

Não se pode falar sobre aglomerados industriais, sem considerar a contribuição de Marshall, tido como o precursor das discussões sobre “distritos industriais, clusters e aglomerações” (GOMES, 2014, p. 55). Pois, foi Marshall o primeiro a identificar os benefícios oriundos da concentração geográfica, o que proporcionaria benefícios para tais organizações.

Portanto, conclui-se que para Marshall “as vantagens naturais e locacionais somadas a uma demanda exigente e com recursos financeiros podem induzir a aglomeração de empresas de determinado setor” (ARAUJO, 2014, p. 43).

A ideias de Marshall influenciaram os estudos sobre aglomerações industriais, principalmente, por explicarem os motivos que levaram ao desenvolvimento de algumas regiões específicas, que permaneciam pujantes, mesmo em períodos de crise econômica (GOMES, 2014), e serviram de ponto de partida para o desenvolvimento de um extenso corpo teórico sobre as aglomerações industriais, principalmente por adiantar alguns conceitos como “cooperação, competição, cadeia de fornecedores, empreendedorismo, pequenas empresas, criação e difusão do conhecimento e infraestrutura” (GOMES, 2014, p. 59).

Outro teórico que pode ser considerado fundamental para o desenvolvimento recente dos estudos sobre aglomerados industriais foi Joseph Alois Schumpeter, que desenvolveu importantes estudos sobre os ciclos econômicos e a inovação, onde considerava que o capitalismo deveria ser estudado sob a ótica da produtividade e do crescimento, sendo essa a máxima expressão da inovação (SCHUMPETER, 1997). Dessa forma, os autores schumpeterianos defendem que o que determina o avanço de um país é a sua capacidade em aproveitar as janelas de oportunidades que se abrem em cada revolução. E que essas janelas se relacionam com a capacidade do país em se adaptar e aproveitar a fase da revolução em vigência, com base em sua trajetória tecnológica.

Com base nesses pressupostos da teoria econômica daremos aqui destaque as experiências que influenciaram a formação da política de desenvolvimento industrial brasileira, com destaque para a experiência europeia (distritos industriais italianos e os sistemas industriais localizados na França), mas principalmente a teoria de *Cluster's* industriais.

A teoria de *Clusters* industriais, conceito que surgiu na década de 1970 com o objetivo de caracterizar aglomerações que se mostravam exitosas e foi popularizado por Michael Porter (1999), tendo influenciado fortemente a formação das políticas de desenvolvimento no Brasil, principalmente, o desenvolvimento dos Arranjos Produtivos Locais (APL's).

Porter inicia sua análise ao indagar os motivos que levam uma nação a criar as condições favoráveis para o surgimento e o crescimento de grandes corporações de nível global. Araújo (2014) ressalta que na concepção de Porter, cooperação e competição são fatores decisivos para o sucesso de um *cluster*, sem os quais as empresas não conseguirão alcançar níveis excelentes de produtividade, sendo a competição o principal fator de estímulo para a melhoria do desempenho de uma organização.

Dessa forma, Porter (1999) defende que a produtividade das empresas é o fator mais relevante para a determinação dos níveis da prosperidade econômica de um país. Também defende que um país não pode ser competitivo em tudo, sendo necessário determinar segmentos a serem priorizados, para que se possa adquirir e manter uma vantagem competitiva.

As relações que Porter (1999) estabelece entre os determinantes da vantagem nacional configuram um modelo que se tornou conhecido como o “diamante competitivo”, uma consequência do funcionamento desse sistema, segundo Porter (1999), é que as indústrias competitivas de um país não se espalham de maneira uniforme por todo o território, elas tendem a estar ligadas em agrupamentos, os chamados *clusters*, constituídos de indústrias relacionadas por ligações de vários tipos.

A realização da revisão crítica da literatura internacional e o estudo de diversas experiências sobre aglomerados de empresas permitem concluir que a promoção de *cluster*, tanto nos países industrializados quanto nos países em desenvolvimento, tornou-se uma estratégia de vital importância devido ao seu potencial de criação de vantagens competitivas (GOMES, 2014).

A discussão sobre tais características serviram de base para a conceituação de um modelo de aglomeração produtivo baseado nas especificidades brasileiras discutido adiante.

Dinâmicas Territoriais e os Arranjos Produtivos Locais

A abordagem de APL's partiu da necessidade de adaptação das diversas teorias sobre aglomerações industriais à realidade brasileira, sendo uma de suas principais influências a teoria de *Cluster*.

Nesse sentido, a partir da década de 1990, o debate sobre o lugar ganha importante espaço nas discussões sobre o desenvolvimento, e de acordo com Matos *et al* (2015), a partir do final dos anos 1990, a REDE-SIT propôs um conceito de Arranjos Produtivos Locais (APL's) que teve difusão rápida no país, substituindo termos afins na grande maioria das agendas de políticas, esse conceito combinava “contribuições sobre desenvolvimento da escola estruturalista latino-americana¹ com a visão Neoschumperiana de sistemas de inovação” (MATOS *et al.*, 2015, p. 23), partindo da análise de que o território assume uma nova dinâmica sendo compreendido enquanto elemento ativo do processo de criação e difusão de inovação.

Dessa forma, a partir do final dos anos 1990, a abordagem de APL's teve difusão extremamente rápida no país, sendo este conceito resultado de uma adaptação do conceito de *clusters*, levando-se em conta as especificidades nacionais. Assim, Cassiolato e Lastres (2003, p. 3) definem os Arranjos Produtivos Locais (APL's) como:

Aglomerações territoriais de agentes econômicos e sociais – com um foco em conjunto específico de atividades econômicas – que apresentam vínculos mesmo que incipientes. Geralmente envolvem a participação e a interação de empresas que podem ser desde produtoras de bens e serviços finais até fornecedores de insumos e equipamentos, prestadores de consultoria e serviços, comercializadoras, clientes entre outros – e suas variadas formas de representação e associação. Incluem também diversas outras instituições públicas e privadas voltadas para formação e capacitação de recursos humanos (como escolas técnicas e universida-

1 Que segundo Silva; Marcatto (2013, p. 1) defende que “o subdesenvolvimento estaria atrelado à presença de problemas estruturais de diversas ordens – econômica, social, política e cultural”.

des); pesquisa, desenvolvimento e engenharia, política, promoção e financiamento.

Araújo (2014) destaca que a configuração de um APL tem como característica buscar inserir no aglomerado, além das empresas de um setor específico, outros atores como universidades, centros de pesquisa, órgãos governamentais, visando contribuir para o aumento da produtividade e da qualidade dos produtos. Portanto, um APL “tem como princípio estimular o aprendizado e, principalmente, a inovação tecnológica” (ARAÚJO, 2014, p. 54), o que irá proporcionar o fortalecimento da aglomeração local.

Para o Observatório Brasileiro de APL (OBAPL, 2011) duas características são primordiais para a identificação de um APL: a concentração de um número significativo de empreendimentos que atuem numa mesma atividade e a existência de mecanismos perceptíveis de colaboração. Nesse sentido, alguns autores como Villaschi Filho e Campos (2002, p. 14), apontam as relações de cooperação e aprendizado entre os diversos atores envolvidos no arranjo (empresas, universidades, poder público, dentre outros), como características fundamentais tanto para o Arranjo Produtivo Local quanto o Sistema Produtivo Local.

Posto a conceituação de Arranjos Produtivos Locais faz-se necessário identificar as características essenciais de um APL, as características até então apresentadas relativas à concentração territorial e cooperação, apesar de serem consideradas fundamentais no estabelecimento de aglomerações industriais, não são suficientes para caracterizá-las como APL's. De acordo com o estudo de Cabete e Dacol (2008, p. 10) que teve como objetivo identificar as principais características de aglomerações deste tipo, segundo as posições de alguns autores (Quadro 1), concluiu-se que algumas das características fundamentais para que determinada aglomeração industrial seja considerada como um APL são: “mesma localização geográfica, interdependência e cooperação, e em consequência destes processos há ainda as características competitividade, difusão do conhecimento, inovação e confiança”.

Quadro 1 – Características dos APLs na definição de alguns autores.

	Quirici (2006)	Gualda e Souza (2005)	Vasconcelos <i>et al.</i> (2005)	Santos, Diniz e Barbosa (2004)	Cassiolato e Lastres (2003)	Mytelka e Farinelli (2000)
Interdependência	X	X	X	X	X	X
Cooperação	X	X	X	X	X	X
Competição	X	X	X			
Difusão de conhecimento	X	X	X	X		
Inovação	X	X	X	X	X	X
Confiança		X	X	X		X
Pequenas e médias empresas		X				
Mesmo espaço geográfico	X	X	X			
Governança		X				X

Fonte: Cabete e Dacol (2008. p. 9), organizado pelo autor.

Dessa forma, para fins desse estudo e de acordo com diversos autores (GOMES, 2014; FERREIRA JUNIOR; SANTOS, 2006; GALVÃO, 2000; CABETE; DACOL, 2008; AMATO NETO, 2009), foram relacionadas sete características consideradas cruciais para caracterização de um APL, sendo estas: Localização Geográfica, Cooperação, Infraestrutura (local/tecnológica/Educacional), Inovação e Aprendizado, Governança, Fontes de Financiamento, interação com órgãos governamentais/sociedade.

Com base nas características acima apresentadas, Amato Neto (2009) propõe uma classificação dos arranjos produtivos em fases ou estágios de desenvolvimento, nesse sentido o APL poderia ser classificado como:

- 1) APL em estágio **embrionário**, nesse momento pode-se notar a concentração regional de uma mesma cadeia produtiva, e

um certo nível de interação entre indústrias e institutos locais, existe proximidade com fornecedores.

- 2) APL em estágio **emergente**, são arranjos que se encontram em um processo de desenvolvimento e já contam com ações públicas, no sentido de fortalecer as potencialidades regionais.
- 3) No APL em **expansão**, as necessidades básicas estão satisfeitas, iniciando-se um processo de crescimento e fortalecimento das empresas participantes do arranjo, nesse estágio percebe-se uma participação ativa de todos os agentes envolvidos.
- 4) O APL **maduro**, como o próprio nome indica, encontra-se numa fase de maturidade institucional onde as instituições de suporte necessárias as manutenções do arranjo já funcionam de forma satisfatória.

Diante disso, pode-se aqui verificar que a conceituação de um APL, não passa pela simples proximidade geográfica, fazendo-se necessária a existência de um conjunto de características, que podem até se dar inicialmente de forma natural, porém que necessitam do estabelecimento de políticas específicas para o seu crescimento e desenvolvimento. Agora passaremos a discussão da influência dessa política no aglomerado farmacêutico do DAIA.

Caracterização do APL Farmacêutico de Goiás: as indústrias farmacêuticas do DAIA

O desenvolvimento da região de Anápolis se inicia antes da construção de Goiânia e Brasília. Entretanto, foi impulsionado pela chegada da Estrada de Ferro Goyas em 1935, que consolidou a cidade como importante polo regional, fornecedora de produtos e serviços para a região, sendo que essa ferrovia exerceu importante papel ao promover a intensificação das relações com outras regiões.

Nos anos de 1950, a opção do governo federal de transferir a Capital Federal para a região central do país, próximo a Goiânia e Anápolis, deu um novo impulso ao crescimento da região e, em especial, a Anápo-

lis que funcionou como ponto de apoio para a construção da capital federal, fornecendo produtos e serviços para envolvidos no projeto.

Dessa forma, o município cresceu, ganhou força e importância econômica, sendo o 2º maior PIB do Estado de Goiás, com 7,7% do PIB estadual em 2015, com uma população de 374.142 habitantes de acordo com estimativa do IBGE, sendo o terceiro município em população do Estado, atrás apenas da capital e de Aparecida de Goiânia.

Nesse contexto, conforme visto anteriormente, a cidade de Anápolis apresenta importantes diferenciais competitivos, que contribuíram com a implantação de um importante polo farmacêutico. Para que possamos entender a dinâmica do crescimento da indústria farmacêutica no município de Anápolis é preciso entender que o setor caracteriza-se por ser altamente competitivo, que demanda altos investimentos em P&D de novas formulações, fato que justifica o domínio de grandes grupos internacionais.

Nesse sentido, com o objetivo de reduzir a dependência externa em relação aos medicamentos e torná-los mais acessíveis para a população, o governo federal sancionou a Lei 9.787 de 10 de fevereiro de 1.999, a chamada Lei dos Genéricos, que dentre outras coisas regulamentou os medicamentos genéricos no Brasil², sendo que em 2000, surgem os primeiros produtos do gênero no mercado (CAPANEMA, 2006). Essa estratégia trouxe benefícios, tanto para o governo federal, que passou a adquirir medicamento para o Sistema Único de saúde (SUS) a um custo menor, quanto para a indústria farmacêutica nacional, que viu nesse segmento uma janela de oportunidade.

A implementação da Lei dos Genéricos teve primordial importância para o desenvolvimento do aglomerado farmacêutico do DAIA, que até então tinha poucas indústrias, produzindo medicamentos similares (GOMES, 2014). Inclusive, de acordo Gomes (2014), o APL Farmacêu-

2 De acordo com Gomes (2014, p. 16), “os medicamentos genéricos são os equivalentes químicos e terapêuticos dos medicamentos sintéticos de marca”, permitindo que se produzam medicamentos com a mesma eficácia terapêutica que os de referência, porém com um custo substancialmente menor.

tico de Goiás ganha forma a partir de 1990, onde começam a se instalar no DAIA as primeiras indústrias do ramo: o Laboratório Neoquímica Comércio e Indústria LTDA que transferiu suas atividades para Anápolis em 1989 e o Laboratório Teuto Brasileiro S.A que se instalou em 1993.

Após a instalação dessas duas primeiras indústrias e da formação do polo, alavancados por uma agressiva política de incentivos fiscais e pela nova Lei dos Genéricos, outras empresas do ramo se instalaram no Distrito Agroindustrial de Anápolis, sendo que a partir da instalação da Plataforma Tecnológica do Setor Farmacêutico de Goiás, em agosto de 2000, tem início formalmente a instalação do Arranjo Produtivo Local Farmacêutico de Goiás.

No ano 2000, quando da elaboração do Plano de Desenvolvimento Produtivo do APL Farmacêutico Goiás, antes denominado APL Farmacêutico de Goiânia-Anápolis, o Estado de Goiás possuía 106 estabelecimentos industriais de produtos farmacêuticos/veterinários, sendo que o APL foi composto inicialmente por 21 empresas localizadas em Goiânia, Anápolis e Aparecida de Goiânia, dos quais 14 se localizavam no DAIA (MDIC, 2000). Em 2017, conforme levantamento realizado em pesquisa de campo, com base nos dados do SINDIFARGO³, participam do APL Farmacêutico de Goiás 81 empresas, sendo que 40 se localizam no DAIA.

Nesse primeiro momento, o plano de desenvolvimento produtivo do APL Farmacêutico Goiânia-Anápolis foi elaborado após um seminário realizado em agosto de 2000 e que contou com a participação de representantes do setor, de instituições de ensino, órgãos de classe bem como representantes dos governos federal, estadual e municipal, resultando no estabelecimento de 3 subprogramas, que deveriam ser executados, com vistas ao desenvolvimento do Arranjo: Subprograma de P&D e Qualidade; Subprograma de Capacitação de Recursos Humanos; e, Subprograma de Consolidação do Polo, sendo que todos contavam com apoio da FINEP, e propiciaram em um primeiro momento a

3 Sindicato das Indústrias Farmacêuticas do Estado de Goiás–SINDIFARGO. Disponível em: <http://www.sindicatodaindustria.com.br/sindifargogo/empresas/>.

criação de uma infraestrutura de pesquisa e investimentos na formação de profissionais (MDIC, 2000; BUSTAMANTE; LEITE, 2008).

A partir de então, após um momento de desarticulação do programa em nível estadual, as ações passaram a ocorrer sob a coordenação do SINDIFARGO, mas sem uma vinculação expressa a Política Estadual de APL's, definida nos Planos Plurianuais (PPA's) do governo estadual, pois esta vinculação só foi retomada no ano de 2017, após a rearticulação dessa política em nível estadual, conforme informações coletadas na pesquisa de campo.

Todavia, pode-se observar que o setor é bastante articulado e conta com uma coordenação forte exercida por seu sindicato de classe, que atua representando os interesses das indústrias farmacêuticas no diálogo com as instituições governamentais, em especial, na interlocução com a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), além de outras questões como as negociações de convenções coletivas de trabalho.

Também é importante destacar os números do setor atualmente, no contexto econômico do Estado, de acordo com Monteiro (2014), o Estado de Goiás era responsável por 32% da produção de medicamentos do país em 2014, sendo que contava com 10% do total de empresas do segmento farmacêutico instaladas no país, (SINDUSFARMA, 2016). E, a cidade de Anápolis, destacava nesse contexto, por possuir 48 empresas, ligadas ao segmento da saúde, em especial, o farmacêutico, conforme pesquisa de campo realizada em 2017.

O APL Farmacêutico de Goiás, em especial o aglomerado do DAIA, apresenta um caráter bem diferenciado dos segmentos tradicionais do Estado de Goiás (Agropecuária e Agroindústria), pois, configura-se como importante gerador de tecnologia e de emprego de alta qualificação e de melhor remuneração.

Diante do contexto apresentado passaremos para o estudo de caso das indústrias farmacêuticas do DAIA, objetivando principalmente identificar a percepção das indústrias farmacêuticas sobre os resultados da estratégia de formação do APL Farmacêutico.

Estudo de caso: as indústrias farmacêuticas do DAIA

A existência de um APL pressupõe a potencialização de uma vocação regional por meio da participação de vários segmentos da sociedade no sentido de fortalecer os vínculos entre as próprias empresas e entre essas e instituições públicas, privadas e não governamentais de suporte ao Arranjo (CASSIOLATO; LASTRES, 2003).

Dessa forma para Ferreira Junior e Santos (2006) os principais atributos de um APL são: densidade da estrutura produtiva local, existência de canais de comercialização, cooperação, estrutura de governança, fontes de informação e conhecimento, infraestrutura educacional e tecnológica, territorialização, forte associação e estratégia inovativa. Tais atributos são reforçados por Gomes (2014) que enumera como elementos caracterizadores de um *cluster*, que também podem ser aplicados a um APL os seguintes: cooperação, competição, infraestrutura, fornecedores, emergência, formação de novas empresas e instituições de apoio.

Cassiolato e Lastres (2005) também reforçam as características citadas para um APL ao definirem as seguintes dimensões pertinentes a um arranjo: Dimensão Territorial, Diversidade de Atividades e Atores Econômicos, Políticos e Sociais, Conhecimento Tácito, Inovação e Aprendizado Interativos, Governança e Grau de Enraizamento.

Com base nos autores citados e na literatura existente, concernente as principais características de um APL, foi desenvolvido um roteiro para a entrevista com as empresas participantes do Arranjo, que foram realizadas entre setembro de 2017 e janeiro de 2018, estruturado a partir de sete variáveis, consideradas fundamentais para a caracterização de um APL, sendo elas: a) Localização geográfica – territorialização; b) Cooperação; c) Infraestrutura local/tecnológica/educacional; d) Inovação e aprendizado; e) Governança (papel do coordenador do Arranjo); f) Fontes de financiamento; g) Interação com órgãos governamentais/sociedade. Com a finalidade de identificar a importância de cada uma dessas variáveis para a consolidação do Arranjo Farmacêutico.

No que se refere às Instituições de Apoio e Promoção; Órgão de Financiamento; Instituições de Treinamento, Ensino e Pesquisa e com

o Representante do Poder Público, as entrevistas tiveram por objetivo verificar a participação das mesmas no APL Farmacêutico, contribuindo de forma complementar com a análise das variáveis selecionada.

Discussão dos Resultados

Assim, após traçarmos uma contextualização histórica de implantação do APL, e de suas principais características foi realizada uma pesquisa de campo, onde pode-se identificar, que inicialmente houve, por assim dizer, um momento de “empolgação” com a política proposta, sendo que nesse primeiro momento, houve uma grande mobilização em torno do projeto inclusive com linhas de financiamento via FINEP para a instalação do IGTF, que atuou na formação de capital humano, porém, posteriormente a esse momento inicial observou-se um vácuo no sentido de uma ação coordenada de apoio ao Arranjo, sendo que a pesquisa de campo demonstrou uma retomada do projeto, mesmo que em estágios iniciais, com a rearticulação de uma rede em torno do Arranjo Farmacêutico.

Mesmo com esse vácuo, observa-se um grande engajamento dos empresários por meio do sindicato que representa o setor, no sentido de buscar de forma conjunta soluções para os problemas do setor junto aos órgãos públicos, em especial a Anvisa, na manutenção dos incentivos fiscais junto ao governo do Estado e na busca por melhorias estruturais como o que possibilitou a manutenção do Arranjo Produtivo mesmo sem uma formalização da governança, sendo que o SINDIFARGO acabou assumindo esse papel. Dessa forma, observa-se que houve avanços na formação de um Arranjo Farmacêutico na Região de Anápolis e em especial no DAIA, ficando comprovado a importância da localização geográfica na formação do pólo, a existência de vínculos relativamente consistentes entre as próprias organizações e entre estas e a sociedade organizada.

Também foi verificado durante as entrevistas a existência de avanços, no que se refere a infraestrutura tecnológica e educacional, com destaque para a implantação de cursos relacionados a área tanto em nível técnico, quanto em nível de graduação e pós graduação, o que

permitiu a criação de massa crítica altamente especializada na região, bem como, a existência de um ambiente propício ao aprendizado organizacional com um grande nível de interação informal entre os profissionais em várias áreas. Porém, ficou evidente a necessidade de criação de vários cursos em áreas afins com o objetivo de dar suporte as atividades do setor, principalmente relacionados as diversas áreas da engenharia, fato que já vem ocorrendo, e a necessidade de um maior diálogo do setor produtivo com a academia buscando uma aproximação dos currículos às necessidades da indústria.

Observa-se também, um grande desafio no que se refere à inovação e à produção de conhecimento através da pesquisa aplicada, fato destacado na maioria das entrevistas como primordial para que o Arranjo alcance um salto de crescimento, passando a investir em produtos de maior valor agregado, seja através de inovações incrementais, como a melhoria de produtos (novas formas de apresentação que permitam uma maior absorção do princípio ativo pelo organismo) ou processos (um processo produtivo mais eficiente, por exemplo), ou mesmo com um passo a mais, por meio do desenvolvimento das chamadas inovações radicais, que se referem ao desenvolvimento de novas formulações, seja na síntese química ou biológica⁴, que atualmente se apresenta como o futuro do setor farmacêutico.

Também, pode-se identificar a existência de uma consciência da sociedade organizada, capitaneada pela Associação Comercial e Industrial de Anápolis (ACIA), da importância do setor para a região, e da necessidade de se criar mecanismos para a consolidação do polo.

4 Medicamentos biológicos são medicamentos produzidos por biossíntese em células vivas, ao contrário dos medicamentos sintéticos que são produzidos por síntese química. Assim, a química orgânica dá lugar à biologia molecular e aos processos biotecnológicos. Sob o ponto de vista industrial, a maioria dos produtos farmacêuticos biológicos é produzida em cultura de células geneticamente modificadas. Sendo que os biológicos representam atualmente a maior fonte de inovação da indústria farmacêutica e soluções para inúmeras doenças, até então não tratadas eficazmente com as terapias tradicionais (INTERFARMA, 2012).

Outro ponto evidenciado na pesquisa de campo refere-se à necessidade de uma maior comunicação entre a rede de apoio ao Arranjo, formada por instituições financeiras, universidades e órgãos públicos, no sentido de tornar as ações mais efetivas e uniformes, pois foram identificadas várias ações no sentido de consolidação do Arranjo, porém em sua maioria são iniciativas esparsas e às vezes sobrepostas, sendo que uma maior interação entre os participantes do Arranjo permitiria uma potencialização e um maior direcionamentos das ações.

Considerações Finais

É importante ressaltar que a partir dos estudos conceituais propostos neste trabalho, pode-se observar que o polo farmacêutico de Anápolis, pode sim ser considerado um Arranjo Produtivo do ponto de vista conceitual e efetivo, podendo, apesar das dificuldades para se classificar um Arranjo Produtivo Local, dada as especificidades de cada um, ser classificado como um APL em estágio emergente de acordo com Amato Neto (2009). Pois, essa aglomeração representa hoje um fator de diferenciação competitiva na medida em que existem fatores que permitem a geração de economias externas e um ambiente propício ao aprendizado organizacional, carecendo ainda de uma participação mais ativa de todos os agentes envolvidos no arranjo (organizações de apoio).

Uma vez que identificamos a existência de uma experiência bastante exitosa nesse Arranjo, na medida em que possibilitou a diversificação econômica, com a formação de um aglomerado de indústrias de base tecnológica, contribuindo para o desenvolvimento de um polo de conhecimento na região de Anápolis.

Por fim, como destacamos, o crescimento e consolidação do Arranjo Farmacêutico de Goiás passa pela rearticulação das organizações de apoio e uma atuação coordenada de todas as esferas de governo na consolidação de um ambiente de inovação. Sendo importante ressaltar a necessidade de novos estudos para o aprofundamento da questão com vistas a proposição de ações efetivas que transformem o APL Farmacêutico de Goiás, em especial o polo farmacêutico de Anápolis, em um polo produtor de medicamentos de qualidade e alto valor agregado.

Referências

- AMATO NETO, João. *Gestão de sistemas locais de produção e inovação (clusters / APLs): um modelo de referência*. São Paulo: Atlas, 2009.
- ARAÚJO, Vanessa Marzano. *Arranjos Produtivos Locais da Indústria Automobilística no Estado de Goiás*. Tese (Doutorado em Economia) Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia:2014. Disponível em: <http://www.ppge.ie.ufu.br/node/284>. Acesso em 25 ago. 2017.
- BUSTAMANTE, Paula M. A. Cares; LEITE, Marta Aparecida de Silva. Análise da cadeia farmacêutica no estado de Goiás. *Revista de Economia da UEG*, Anápolis, v. 4, n. 1, jan-jun. 2008.
- CABETE, Nadja Polyana Felizola; DACOL, Silvana. Identificação das características dos Arranjos Produtivos locais. *Anais do XXVIII Encontro Nacional de Engenharia da Produção*. Rio de Janeiro, RJ, 13 a 16 de outubro de 2008. Disponível em: www.abepro.org.br/biblioteca/enegep2008_tn_sto_075_534_11508.pdf. Acesso em: 5 abr. 2017.
- CAPANEMA, Luciana X. de Lemos. *A indústria farmacêutica e a atuação do BNDES*. BNDES Setorial, n. 23, p. 193-216, mar. 2006.
- CASSIOLATO, José E.; LASTRES, Helena M. M. (Coord.). *Glossário de arranjos e sistemas produtivos e inovativos Locais*. Rio de Janeiro: IE/UFRJ/SEBRAE, 2003. Disponível em: www.ie.ufrj.br/redesist/P4/textos/Glossario.pdf. Acesso em: 10 out. 2017.
- FERREIRA JUNIOR, Hamilton de Moura; SANTOS, Luciano Damasceno. Sistemas e Arranjos Produtivos Locais: O caso do polo de informática de Ilhéus (BA). *Revista Economia Contemporânea*, Rio de Janeiro, v. 10, n. 2, p. 411-442, mai-ago. 2006.
- GALVÃO, O J.A. “Clusters” e Distritos Industriais: um estudo de caso em países selecionados e implicações de políticas. *Planejamento e Políticas Públicas*, n. 21, IPEA, p. 3-50, Brasília, 2000.
- GOMES, Eduardo Braz Pereira. Clusters e biotecnologia para a superação da imitação: estudo de caso da indústria farmacêutica brasileira. Tese (Doutorado). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014. Disponível em: http://www.ie.ufrj.br/images/pos-graduacao/pped/EDUARDO_BRAZ_PEREIRA_GOMES.pdf. Acesso em: 15 set. 2015.
- MARSHALL, Alfred. *Princípios de Economia* (Coleção Os Economistas). São Paulo: Nova Cultural, 1996.
- MATOS, Marcelo Gerson Pessoa de. *et al.* A evolução dos Arranjos Produtivos Locais em uma Década. In: *Políticas Estratégicas de inovação e mudança estrutural:*

uma década de evolução dos Arranjos Produtivos Locais [recurso Eletrônico]. Rio de Janeiro: E-papers, 2015.

MDIC. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. *Plano de Desenvolvimento do APL Farmacêutico de Goiânia-Anápolis*, 2000. Disponível em: www.sgc.goias.gov.br/upload/arquivos/2012-03/apl-farmacaceutico-de-goias.pdf. Acesso em: 20 out. 2017.

MORAES, Antônio Carlos Robert Moraes. *Território e História no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 2002.

OBSERVATÓRIO BRASILEIRO DE APL (OBAPL). *Como reconhecer um APL?* 2011. Disponível em: http://portalapl.ibict.br/menu/itens_menu/apls/reconhecer_apl.html. Acesso em: 23 out. 2017.

PORTER, Michael E. *A vantagem competitiva das nações*. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

SCHUMPETER, Joseph Alois. *Uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e o ciclo econômico* (Coleção Os Economistas). São Paulo: Nova Cultural, 1997.

SINDUSFARMA - Sindicato da Indústria de Produtos Farmacêuticos no Estado de São Paulo. *Relatório Anual de atividades, 2015*. São Paulo, 2016. Disponível em: http://sindusfarma.org.br/arquivos/raa_2015.pdf. Acesso em: 16 fev. 2018.

SUZIGAN, Wilson. *Industrialização Brasileira, Origens e Desenvolvimento*. São Paulo: HUCITEC, 2000.

VILLASCHI FILHO, A.; CAMPOS, R. R. Sistemas/arranjos produtivos localizados: conceitos históricos para novas abordagens. In: CASTILHOS, C.C (Org.). *Programa de apoio aos sistemas de produção e construção de uma política pública no RS*. Porto Alegre: FEE/Sedai, 2002.

7.

Habitação de interesse social em Anápolis (GO): a política urbana colocada em prática na dimensão local

Janes Socorro da Luz

Considerações iniciais sobre o processo de urbanização

A urbanização enquanto fenômeno social se destaca como um processo típico da sociedade moderna que encontra na cidade as melhores condições para se desenvolver. De acordo com Santos e Silveira (2001, p. 21), “a urbanização significa ao mesmo tempo uma maior divisão do trabalho e uma imobilização relativa e é, também, um resultado da fluidez aumentada do território”.

No Brasil, a partir da década de 1960, a urbanização passou a se caracterizar como um processo dinâmico que surgiu da interação indústria-modernização do campo, promovendo transformações econômicas e políticas que, continuamente, têm desenhando novas formas de organização do espaço urbano. De início as metrópoles representavam o principal destino dos fluxos oriundos do campo, depois, as demandas impostas pelo cenário econômico e político do país, redirecionaram os fluxos para outros locais, com destaque para as aglomerações urbanas não metropolitanas, especialmente as cidades médias. Fato que contribuiu, segundo Baeninger (2003, p. 285), “para amenizar o crescimento das metrópoles e, de outro, para o adensamento da rede urbana brasileira”.

Por sua vez, os antecedentes da urbanização nas áreas de Cerrado da região Centro-Oeste remetem para as políticas nacionais de colonização, década de 1930, quando o discurso estatal direcionava para a interiorização do povoamento e da economia simbolizado pela construção de Goiânia. Porém, apenas a partir da década de 1960, quando foram construídas as bases para a introdução das frentes modernas de ocupação e, a partir da década de 1970, com o desenvolvimento da produção agrícola moderna, a urbanização se destacou no território goiano. A tecnificação da produção e sua consequente mecanização contribuíram para a agroindustrialização e a formação dos sistemas produtivos locais que influenciaram no desenvolvimento dos principais centros urbanos de Goiás, exemplificados na parte central por Goiânia e Anápolis e no sul por Rio Verde.

Ainda na década de 1960, a construção de Brasília contribuiu para o incremento demográfico regional e criação de redes de infraestrutura importantes para a articulação do Estado de Goiás com os demais estados do país. Nas décadas posteriores, a concentração nas áreas urbanas continuou a ocorrer e as atividades econômicas se diversificam com atividades terciárias, comércio e serviços, além da indústria. Inclusive, na década de 1970 foi implantado o primeiro distrito industrial de Goiás na cidade de Anápolis, um marco para o desenvolvimento regional.

O desenvolvimento econômico propiciado pela modernização das estruturas locais influenciou na concentração da população nas cidades, cada vez mais atrativas para os fluxos migratórios em busca de melhores condições de vida que nem sempre são satisfeitas (Tabela 1).

Tabela 1 – População nos Censos Demográficos por situação do domicílio, 1960 e 2010.

Brasil, Grande Região e Unidade da Federação	1960			2010		
	Urbana (%)	Rural (%)	Total	Urbana (%)	Rural (%)	Total
Brasil	45,08	54,92	70.992.343	84,36	15,64	190.755.799
Centro -Oeste	37,16	62,84	2.678.380	88,80	11,20	14.058.094
Mato Grosso do Sul	41,76	58,24	579.652	85,64	14,36	2.449.024
Mato Grosso	36,88	63,12	330.610	81,80	18,20	3.035.122
Goiás	33,29	66,71	1.626.376	90,29	9,71	6.003.788
Distrito Federal	63,28	36,72	141.742	96,58	3,42	2.570.160

Fonte: IBGE, Censos Demográficos de 1960 e 2010. Disponível em: <http://sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/protabl.asp?c=1286&z=t&o=25&i=PA>. Acesso em: 20 out. 2015.

Assim, em Goiás e demais unidades federativas do Centro-Oeste, se por um lado, há esse processo de intensificação da urbanização, por outro, as cidades passaram a apresentar inúmeros problemas como, por exemplo, a demanda por moradia para comportar esses novos contingentes populacionais. Pois, as cidades se estruturam em função da dinâmica e dos interesses da sociedade e nos “oferece condições para que esse interesse e ações se realizem, contribuindo para determinar o próprio movimento oriundo desse conjunto de ações” (SPOSITO, 2008, p. 14). Com isso, os problemas urbanos oriundos do descompasso entre o rápido crescimento demográfico e as deficiências de infraestrutura se destacam no cenário goiano nos dias atuais.

O uso do solo urbano e a Habitação de Interesse Social

O uso do solo assume importância no contexto urbano com a socialização das condições gerais da produção e a capacidade de aglomerar, além de combinar meios de produção e de reprodução. Implica, portanto, na questão da segregação, quer como oposição entre centro e periferia ou separações crescentes entre as zonas de moradias reservadas para as camadas sociais mais privilegiadas e as zonas de moradia popular. E, também, no exercício do poder, considerando que “o poder não é apenas estar em condições de realizar por si mesmo as coisas, é também ser capaz de fazer com que sejam realizadas por outros” (CLAVAL, 1979, p. 11). Pois, o uso do solo urbano, não se refere apenas ao crescimento da população, mas, inclusive, como vivem esses moradores na cidade, em especial, fixados em Áreas de Interesse Social (AEIs).

Trata-se de um fenômeno que envolve, portanto, a dimensão espacial, pois, o uso do solo agrega a noção de um espaço possível de ser diferenciado pela forma como é apropriado, assim, transformado em território. A organização ou ordenamento territorial passa a ser uma característica inerente ao processo de uso e ocupação do solo e, com isso, está articulado às estratégias políticas de intervenção no espaço urbano.

Na discussão sobre Habitação de Interesse Social (HIS) é necessário contextualizar a questão na escala local, onde o lugar tem significado. Pois, conforme Carlos (1996, p. 15) “o lugar abre a perspectiva para pensar o viver e o habitar, o uso e o consumo [...] ao mesmo tempo em que expõe as pressões que se exercem em todos os níveis”. Também destaca:

Nas estratégias dos *planos* o uso é pensado na perspectiva de uma simplificação das necessidades e, desse modo aparece separadamente, na cidade, a partir do estabelecimento de funções bem delimitadas, coma aquela da moradia, do trabalho e do lazer. A partir daí se busca uma solução técnica aos problemas que emergem de cada uma dessas funções separadamente (CARLOS, 2011, p. 12, grifo da autora).

Nesse contexto, a cidade de Anápolis (GO), localizada entre os dois principais centros urbanos da região Centro-Oeste, Goiânia (capital estadual) e Brasília (capital federal), centraliza nosso interesse de estudo e caracteriza-se por ser uma cidade média que exerce a função de centro regional. A localização da cidade de Anápolis (GO) representa uma peculiaridade, ao mesmo tempo, um elemento estratégico para o seu desenvolvimento local, apresentando atividades econômicas diversificadas que a projetam, tanto na dimensão regional como na nacional.

Nesse contexto, a abertura de conjuntos habitacionais destinados à população de baixa renda, denominados de Habitação de Interesse Social (HIS), tornou-se expressiva nos últimos anos na cidade de Anápolis, em uma ação que promove deslocamentos de um número significativo de pessoas. Pois, ao considerarmos o número de quatro habitantes por domicílio, conforme emprega o IBGE para Goiás, os 17 novos conjuntos construídos entre o ano de 2000 e 2013, englobando 5.565 unidades, contariam com cerca de 22.260 habitantes, oriundos de diferentes partes da cidade.

Esses moradores impactariam a rede de serviços, infraestrutura e atividades nos novos locais. O que nos faz questionar se os locais onde são implantadas as HIS estão preparados para atender às novas demandas. Ademais, a abertura de novos conjuntos habitacionais nas franjas do perímetro urbano contribui para o espraiamento da mancha urbana e perifera, cada vez mais, a população de baixa renda que se estabelece nas franjas do perímetro urbano.

Por sinal, os problemas de infraestrutura atingem tanto as áreas localizadas nas franjas da mancha urbana, ou seja, nas áreas de expansão, como as situadas em áreas críticas ou de risco estabelecidas ao longo das últimas cinco décadas, destacando por exemplo as áreas: do Bairro Paraíso (Morro do Cachimbo) em terreno com declividade acentuada, encosta de morro; a área às margens do córrego Água Fria no Bairro Anápolis City, ocupando áreas sujeitas à enchentes e de preservação desde 1969; e a região do Vivian Park II, saída sul, um local com deficiência de infraestrutura e sujeita à erosão com uma ocupação crescente desde 1990.

Mais recentemente foram identificadas no município 41 áreas com imóveis em áreas de risco, conforme dados da Defesa Civil (2015). São locais que apresentam processos erosivos acelerados, áreas de risco de enchentes ocasionadas principalmente pela falta de drenagem pluvial (Quadro 1).

Quadro 1 – Áreas de risco em Anápolis, 2015.

Assentamento/Bairro	Delimitação	Número de imóveis
Srtª M. de Nazareth	Rua Pedro Martins	12
Srtª M. de Nazareth	Rua Padre Anchieta	15
Srtª M. de Nazareth	Rua Manoel Jacinto	04
Srtª M. de Nazareth	Rua Dona Elvira	10
Srtª M. de Nazareth	Rua José Canela	17
Srtª M. de Nazareth	Rua St. Antônio	10
Anápolis City	Av. Perimetral Oeste	75
Anápolis City	RUA S-94	04
São Carlos II Etapa	Rua 04	02
São Carlos II Etapa	Rua Aquiles Elias	21
São Carlos II Etapa	Av. Perimetral	12
Jd. Europa	Rua L-2	09
Jardim Ana Paula	Rua Dona Sônia	04
Vila Goiás	Rua Duque de Caxias	05
Vila São José	Rua Antônio Pascoal	09
Parque Michel	Av. GetulinoArtiaga	04
Residencial Morumbi	Rua 13, Rua 18 e Rua 20	05
São Joaquim	Rua “M”	02
São Joaquim	Rua “N”	02
São Joaquim	Rua “P”	21

Assentamento/Bairro	Delimitação	Número de imóveis
São Joaquim	Rua 06	02
São Joaquim	Rua 08	21
São Joaquim	Rua 09	02
São Joaquim	Rua 10	02
Novo Paraíso	Rua “M”	04
Novo Paraíso	Rua “6”	03
Parque das Nações	Av. Dr. Almeida Júnior	01
Parque das Nações	Rua Lisboa	03
Santa Cecília	Rua Janaina	03
Calixtopolis	Rua Inhumas	01
Frei Eustáquio	Rua Da Liberdade	01
Centro	Rua Amazílio Lino de Souza	23
Centro	Av. Miguel João	10
Centro	Travessa W. de Carvalho	15
Centro	Rua Conde Afonso Celso	10
Centro	Rua Barão do Rio Branco	02
Vila Moreira	Rua Benjamin Vieira	02
Dom Pedro II	Rua GetulinoArtiaga	09
Parque Michel	Rua GetulinoArtiaga	04
São Jorge	Rua do Oriente	06
Jd. Flor de Liz	Rua Jorvelino M. Alves	01
Total		350

Fonte: Prefeitura Municipal de Anápolis (2015).

A falta de drenagem pluvial agrava processos pré-existentes como as erosões. Por sinal, na área subnormal do Novo Paraíso destaca-se o relevo ondulado com declividade média de 15% a 20% (ver Fotografia 1). No entanto, a interferência antrópica contribuiu para alterar as

características da cobertura vegetal original e deixar o solo ainda mais suscetível a processos erosivos, além de acentuar o escoamento superficial, assim, interferindo na rede hidrológica local. De acordo com Souza (2010), há uma interação considerável entre problemas sociais e impactos ambientais negativos, inclusive, esses impactos podem causar tragédias sociais. Dessa forma, reafirma-se a instabilidade da área em relação aos aspectos físicos somados à precariedade da ocupação e irregularidade da posse.

Fotografia 1 – Declividade acentuada e processos erosivos acelerados no Novo Paraíso, em Anápolis (2014).



Fonte: Luz; Borges (2015).

Essa dinâmica implica na adoção de mecanismos capazes de organizar, planejar e gerir de forma eficiente o seu desenvolvimento, reduzindo as disparidades existentes e os desequilíbrios gerados pelo crescimento e apropriação desordenados do território no qual a cidade se estrutura.

O município tem uma área de 918,37 km² e densidade demográfica de 364,81 hab./km², sendo que a área urbana concentra 98,3% de seus habitantes, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e

Estatística (IBGE). Em específico, entre as décadas de 1950 e 2010 a população total do município cresceu 565,56%, com uma concentração predominante na área urbana. E, segundo dados da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano Sustentável para 2010, a cidade passou a contar com aproximadamente 305 bairros e loteamentos. A ocupação desses espaços com o crescimento populacional repercute no processo recente de urbanização de Anápolis que apresenta taxas significativas, conforme os dados preliminares do Censo Demográfico de 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no qual mais de 98% da população do município ocupa a área urbana, (Tabela 2):

Tabela 2 – Distribuição da população urbana e rural de Anápolis (GO), 1980 a 2010.

Popu- lação	1980		1991		2000		2010	
	Tot./ hab.	%	Tot./ hab.	%	Tot./ hab.	%	Tot./ hab.	%
Urbana	163.096	90,6	226.925	94,8	280.164	97,3	329.170	98,3
Rural	16.916	9,4	12.453	5,2	7.921	2,7	5.862	1,7
Total	180.012	100,0	239.378	100,0	288.085	100,0	335.032	100,0

Fonte: IBGE, Censos Demográficos de 1980/1991/2000 e 2010. Organização: Luz (2014).

No caso do município de Anápolis (GO) o crescimento populacional se caracteriza pelo elevado percentual de população na área urbana, agravando os problemas habitacionais, principalmente, na faixa de renda mais baixa até três salários mínimos, que engloba 56,9% dos residentes em domicílio na cidade, conforme dados do IBGE (2010). De modo geral, do universo de 104.258 domicílios existentes na cidade, apenas 69.637 são próprios, o que corresponde a 66,8 % dos domicílios, os demais são cedidos ou alugados. E, estima-se que exista no contexto local, conforme dados preliminares do Plano Local de Habitação Social de 2011 (PLHIS), um déficit habitacional de 18.900 domicílios. O que destaca a necessidade da administração municipal de promover o desen-

volvimento de projetos de Habitação de Interesse Social (HIS) no município.

Na esfera local, o Plano Diretor representa o principal instrumento de política urbana, tendo sido regulamentado por meio da Lei Complementar n. 128 de 10 de outubro de 2006, que preconiza:

Art. 2º - O Plano Diretor Participativo é o instrumento básico da política de desenvolvimento urbano da cidade e incorpora a sustentabilidade sócio-espacial no modelo de desenvolvimento do Município quando da definição de estratégias e diretrizes para a execução dos planos setoriais, programas e projetos.

Entretanto, no âmbito local, a execução de projetos para a construção de conjuntos de HIS, depende da disponibilidade de Áreas Especiais de Interesse (AEI) que atendem a diferentes finalidades: econômica; urbanística; estratégica; ambiental; e, social. No Município de Anápolis, segundo o Plano Diretor Participativo (PDP) no Artigo 34, são “consideradas áreas de interesse social – AEIS aquelas destinadas primordialmente à produção e à manutenção de habitação de interesse social [...]”. Sua delimitação ocorre por meio de lei específica que norteia o zoneamento urbano, neste caso em específico, salienta-se a importância de atentar para a inclusão de áreas vazias no interior das zonas de interesse social, sobre as quais poderão incidir os demais instrumentos regulamentados pelo Estatuto da Cidade para garantir função social do solo urbano, seu uso, posse e, conseqüentemente, possibilitar a realização de projetos futuros.

Nesse sentido, entre 1980 e 2000 foram construídos três conjuntos residenciais de interesse social na cidade: a Vila Esperança I e II; o Conjunto Filóstro Carneiro Machado I e II etapas; e, o Conjunto Morada Nova I e II. Entre 2000 e 2009, quando foi criado o PMCMV, foram contratados os seguintes empreendimentos (Quadro 2):

Quadro 2 – Empreendimentos contratados junto a Caixa Econômica Federal na cidade de Anápolis (GO) de 2003 a 2007.

Empreendimento	Data de Contratação	Nº de Unidades
Residencial Serra Dourada	18/09/2003	176
Residencial Maria Augusta	25/08/2006	101
Residencial Jibrán	22/12/2006	100
Residencial Itororó	30/03/2007	101
Residencial Reny Cury	25/06/2007	296
Residencial Calixtópolis	27/06/2007	98
Residencial Gabriela	31/12/2008	118

Fonte: Caixa Econômica Federal (2014).

A partir da de 2009, o PMCMV passou a financiar projetos na cidade para atender a demanda da faixa de renda até 1.600 reais, que se enquadram nas modalidades de financiamentos da Construção de Empreendimentos com Recursos do FAR e com Recursos FDS. Nesse sentido, foram contratados os seguintes empreendimentos (Quadro 3):

Quadro 3 – Empreendimentos contratados junto a Caixa Econômica Federal no PMCMV na cidade de Anápolis (GO) a partir de 2009.

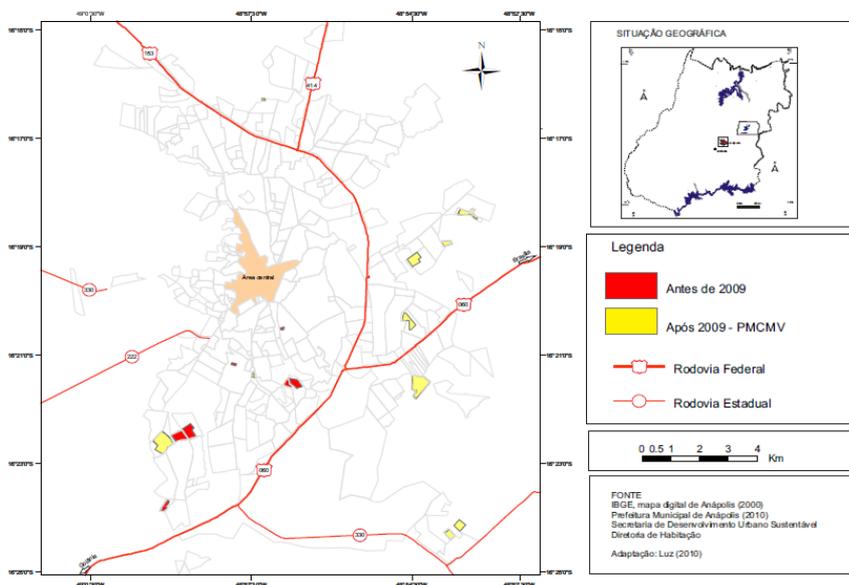
Empreendimento	Data de Contratação	Nº de Unidades	Modalidade
Residencial Santo Antônio	24/07/2009	122	PMCMV Recursos FAR
Residencial Copacabana	31/08/2009	1.125	PMCMV Recursos FAR
Residencial Summerville	11/12/2009	256	PMCMV Recursos FAR
Residencial Jardim Itália II	20/08/2010	200	PMCMV Recursos FDS
Residencial Leblon	24/12/2010	825	PMCMV Recursos FAR
Residencial do Servidor	27/12/2010	352	PMCMV Recursos FAR
Residencial Santo Expedito	29/12/2010	287	PMCMV Recursos FAR

Empreendimento	Data de Contratação	Nº de Unidades	Modalidade
Residencial Nova Aliança	30/11/2011	196	PMCMV Recursos FAR
Residencial Girassol	26/10/2012	200	PMCMV Recursos FDS
Residencial Colorado	29/05/2013	512	PMCMV Recursos FAR

Fonte: Caixa Econômica Federal (2014).

Os conjuntos de HIS estão distribuídos principalmente na parte sul e leste da cidade, exceto o Residencial Colorado na parte norte (Mapa 1).

Mapa 1 – Distribuição dos Conjuntos HIS na cidade de Anápolis de 2000 a 2015.



No processo de construção a opção mais utilizada foi a edificação de unidades unifamiliares, casas, sendo que apenas os conjuntos Serra Dourada, Servidor Público e Residencial Colorado foram verticalizados, em comum possuem a área que varia entre 36 m² e 42 m² (Fotografias 2 a 5).

Fotografias 2 a 5 – Conjuntos HIS, horizontais e verticais em Anápolis (GO), 2014.



Residencial Santo Antonio



Residencial Copacabana



Residencial do Servidor Público



Residencial Serra Dourada

Fontes: Fotografias 1 e 2 (LUZ, 2013), Fotografia 3, Prefeitura Municipal de Anápolis (2013) e Fotografia 4, disponível em www.enkontre.com.br. Acesso em: 21 set.2014.

Outra característica que se destaca na localização dos conjuntos de HIS é a ausência de equipamentos públicos comunitários (escolas, creches, segurança, entre outros), com exceção do Residencial Copacabana que recebeu um centro de educação infantil, enquanto os demais moradores dos outros conjuntos necessitam se deslocar para bairros vizinhos para utilizar os equipamentos públicos e serviços. Também não foram criados espaços comerciais que viabilizassem o contato cotidiano local. Com isso, a produção de espaços comuns e

que proporcionem a produção de comunidades sustentáveis nesses conjuntos é complicado.

É nesse sentido que destacamos a necessidade de ruptura com os modelos adotados para edificar os referidos conjuntos, bem como a sua localização em áreas cada vez mais distantes do centro, estabelecendo uma dependência em relação ao sistema de transporte público, realizado por uma empresa particular, que não atende aos moradores que residem na periferia com regularidade de horários e veículos.

Um caminho possível seria a produção de imóveis de forma fragmentada e que proporcionassem o adensamento das ocupações, especialmente nas áreas mais centrais. Porém essa possibilidade esbarra na questão do preço do solo nos bairros já consolidados, bem como no uso especulativo da propriedade do solo presente na cidade. E a adoção dos instrumentos do Estatuto da Cidade que poderiam amenizar este conflito está distante de serem empregados na realidade atual.

Considerações finais

Os princípios expostos antes destacam a importância do Estado no processo de ordenamento territorial e sua atuação no campo da moradia popular ou das HIS, sendo um aspecto relevante que destaca a necessidade de ações descentralizadas, reforçando o papel e a função do planejamento na escala local, pois, “trata-se da escala por excelência do planejamento e da gestão das cidades” (SOUZA, 2003, p. 106).

O ordenamento territorial está relacionado com o planejamento e gestão do espaço, com as ações e estratégias destinadas a regular e organizar o uso do solo e, na prática, o zoneamento da cidade com estabelecimentos de áreas com usos específicos. Ou seja, no processo de ordenamento e planejamento a existência do PLHIS não possui significado sem estar conectado com as normas que regulam o zoneamento e uso do solo no município. Assim, as ações voltadas para atender às demandas da HIS articulam, tanto com as metas contidas nos planos nacionais e locais, como com o Plano Diretor e as leis que o regulamentam.

Para Corrêa (1995), nessa perspectiva, a atuação do Estado como agente na produção do espaço urbano no processo de ordenamento, planejamento, intervenção/regulação e gestão do espaço, entre outras funções, oportuniza o desenvolvimento de ações e estratégias capazes de, pelo menos, reduzir as disparidades existentes e propiciar uma qualidade de vida adequada para seus moradores. Além de ações que articulem, necessariamente, as diferentes dimensões ou escalas espaciais, conforme destaca Souza (2003, p. 73):

Se a finalidade última do planejamento e da gestão é a superação de problemas, especialmente fatores de injustiça social, ambos deveriam ser vistos como pertencendo ao amplo domínio das estratégias de desenvolvimento, ao lado de estratégias de desenvolvimento regional, nacional, etc..

E, acrescenta sobre o desenvolvimento urbano:

Para sistematizar, pode-se assumir que o desenvolvimento urbano, o qual é o *objetivo fundamental* do planejamento e da gestão urbanas, deixa-se definir com a ajuda de dois objetivos derivados: *a melhoria da qualidade de vida e o aumento da justiça social*, (SOUZA, 2003, p. 75, grifos do autor).

Pensar o desenvolvimento de comunidades sustentáveis nessa perspectiva representa uma ruptura necessária com o modelo estabelecido pelo Estado nas diferentes esferas de poder, alicerçado na construção de conjuntos habitacionais para ampliar o acesso à moradia para as camadas mais pobres. Conjuntos que constituem um aglomerado de famílias que têm dificuldades de estabelecer redes que as articulem e, assim, desenvolver a vida em comunidade. Famílias que se isolam em suas unidades e não usufruem da vida em comunidade que poderiam obter por meio da interação que a proximidade lhes proporciona, conforme Fumega (2011, p. 61):

As grandes vantagens que se obtém de bairros bem definidos nos seus limites são várias sendo importante sublinhar a rede

social finita. Num local de dimensões não muito grandes as probabilidades das pessoas se conhecerem e interagirem é bastante maior do que num espaço sem limites definidos e sem um espaço próprio.

A partir do momento que a ênfase deixa de ser exclusiva na construção de unidades habitacionais para o estabelecimento de condições gerais que propiciem a integração do morador com a sua comunidade é possível desenvolver comunidades sustentáveis. Onde se valoriza a dimensão local e o bairro, mais que um conjunto, torna-se unidade de referência espacial, onde a interação, o contato e a troca se realizam cotidianamente, integrando diferentes camadas da sociedade.

No caso de Anápolis, a HIS não se caracteriza pela produção de comunidades sustentáveis, pelo contrário, os conjuntos localizados nas franjas do perímetro urbano contribuem para expulsar os mais pobres para a periferia. E, se por um lado o cidadão passa a ter direito ao imóvel, por outro lado, não lhes é concedido dispor de recursos que garantam sua qualidade de vida com sustentabilidade. Pois continuam a depender de equipamentos e serviços dos bairros adjacentes bem como da rede de transporte o que onera, ainda mais, o custo de vida dos moradores. Com isso, o Estado se caracteriza como o principal agente na produção da periferia e na manutenção da exclusão social.

Referências

BAENINGER, R. Redistribuição espacial da população e urbanização: mudanças e tendências recentes In GONÇALVES, M.F.; BRANDÃO, C.A.; GALVÃO, A.C. *Regiões e cidades, cidades nas regiões: o desafio urbano-regional*. São Paulo UNESP/ Anpur, 2003, p. 272-288.

BRASIL, Constituição, 1988. *Constituição*; República Federativa do Brasil. Brasília, Senado Federal, 1988.

_____. Instrução Normativa n. 4, de 15 de janeiro de 2010. Dispõe sobre novos prazos e condições para adesão ao Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social – SNHIS. *Diário Oficial da União*. Brasília, 18 de junho de 2010, Seção 1, p. 111 a 112.

_____. Lei n. 10.257, de 10 de julho de 2001. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal estabelecem as diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. *Diário Oficial da União*. Brasília, 11 de julho de 2001, Seção 1.

_____. Lei n. 11.124, de 16 de junho de 2005. Dispõe sobre o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social – SNHIS, cria o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social – FNHIS e institui o Conselho Gestor do FNHIS. *Diário Oficial da União*. Brasília, 17 de junho de 2002, p. 1-3.

BRASIL/Ministério das Cidades. *Cadernos de Habitação*. Brasília: MinCidades, 2008.

CARLOS, A. F. A. *O espaço urbano: novos escritos sobre a cidade*. São Paulo: Contexto, 2004

_____. *O lugar no/do Mundo*. São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. *A condição espacial*. São Paulo: Contexto, 2011.

CLAVAL, Paul. *Espaço e poder*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.

CORRÊA, R. L. *O espaço urbano*. São Paulo: Ática, 1995.

FUMEGA, João. *Comunidades sustentáveis como expressão social da sustentabilidade urbana*. Lisboa: CEG-Universidade de Lisboa/IGOT-UL, 2011.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Censo Demográfico*, 2000 e 2010.

LEFEBVRE, H. *O direito à cidade*. São Paulo: Centauro, 2001.

LOJKINE, Jean. *O Estado Capitalista e a Questão Urbana*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

OLIVEIRA, I.C.E. *Estatuto da Cidade: para compreender*. Rio de Janeiro: IBAM/DUMA, 2001.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANÁPOLIS. Lei Complementar n. 128, de 10 de outubro de 2006. Dispõe sobre o Plano Diretor Participativo de Anápolis. Mimeo, 2006.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANÁPOLIS/SECRETARIA DE MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO SUSTENTÁVEL. *Proposta preliminar do Plano Local de Habitação de Interesse Social do Município de Anápolis/GO*. Anápolis, mimeo, 2009.

_____. Lei Orgânica do Município de Anápolis, de 5 de abril de 1990, revista em 9 de junho de 2009 e promulgada em 15 de julho de 2010. Disponível em: <http://www.processo legislativo.anapolis.go.gov.br/>. Acesso em: 22 jul.2010.

_____. Contrato n. 12/2009. Mimeo, 2009.

_____. Ata 21, de 4 de fevereiro de 2010, audiência pública de apresentação do Plano Local de Habitação de Interesse Social. Mimeo, 2010.

ROSA, J.S; DENALDI, R. (orgs.). *Curso à Distância: Planos Locais de Habitação de Interesse Social*. Brasília: Ministério das Cidades, 2009.

SANTOS, M. *A urbanização brasileira*. 3ª. Ed. São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. *Metamorfoses do espaço habitado*. 5ª. Ed. São Paulo: Hucitec, 1997.

SILVEIRA, M. L. Globalização, trabalho e cidades Médias. *GeoUERJ*, Rio de Janeiro, n. 11, p. 11-17, 1º sem., 2001.

SOUZA, M. L. *ABC do desenvolvimento urbano*. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 2003.

_____. *Mudar a cidade*. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 2003.

_____. *A Prisão e a Ágora: Reflexões em Torno da Democratização da Planejamento e da Gestão das Cidades*. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 2006.

SPOSITO, M. E. B. *Cidades Médias: espaços em transição*. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

RUDIO, P. *Metodologia científica*. São Paulo: Atlas, 2007.

8.

“Velho” *porcimunt*, “hodierno” porches e as narrativas de Lima de Freitas: territórios oleiros, arte algarvia e turismo

Jean Carlos Vieira Santos

Este capítulo foi preparado com o objetivo de abordar um contexto em que a tradicional atividade popular oleira se mantém viva em território luso, mantendo uma arte associada ao turismo e a seus negócios. Assim, busca-se interpretar as narrativas do artigo de Lima de Freitas¹ e seu aprofundado discernimento artístico regional, conforme publicação de 1978, abordando a “recuperação do artesanato” na aldeia de Porches, município de Lagoa. Tal obra é uma fonte de leituras geográficas do espaço, dos sujeitos e da existência da olaria na região do Algarve, sul de Portugal.

No presente capítulo², parte-se da aproximação entre arte oleira e turismo, referenciada por pesquisadores como Freire (2013), Oliveira (1987), Ribeiro (1986), Santos e Lourenço (2012), Santos (2011) e Santos e Silva (2015). As investigações desenvolvidas por esses autores

-
- 1 O pintor português José Maria Lima de Freitas nasceu em 22 de junho de 1927, em Setúbal, e faleceu a 5 de outubro de 1998, em Lisboa. Fez o curso de Arquitetura da Escola de Belas Artes de Lisboa, é autor da obra “Pintura Incomoda (1965)” e foi docente do Instituto de Arte e Decoração de Lisboa (IADE).
 - 2 Este trabalho é resultado do projeto de pesquisa “Cerrado da Microrregião de Quirinópolis, uma Terra de Oleiros: história, tradição, memória e arte popular”, financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa de Goiás (FAPEG).

demonstram como vozes escritas e ações de artistas/artesãos enriquecem a ação científica que medeia a leitura do espaço. Esta se tornou, aliás, potencialmente a ideia central que incentivou a escolha do tema que expõe a olaria de Porches/Lagoa, a partir do texto de Lima de Freitas: uma paisagem de elementos e investimentos que define a região do Algarve como destino turístico maduro e internacional. Não se sabe ao certo a origem do nome Porches:

Chamava-se no antigo tempo Porcimunt o que atualmente se chama Porches. Caiu-lhe a última sílaba e a palavra Porci transformou-se com o temo em Porches. Outros afirmam que a palavra Porches é de origem lusitana, e como tal passou para a língua espanhola com a mesma redação e significação que tem na língua portuguesa. (OLIVEIRA, 1987, p. 101).

Quanto à escala de análise apresentada por Lima de Freitas, convém salientar Ribeiro (1986, p. 57), especialista dedicado ao estudo geográfico português que, ao caracterizar o sul de Portugal (Algarve), contexto regional em que está localizada a aldeia de Porches, lembra que “os árabes reforçaram o tom mediterrâneo que os romanos haviam começado”. Sem ignorar o pensamento regional, ele enfatiza também que os povos do sul historicamente foram mais educados.

Em outra concepção, Ribeiro (1986, p. 134-135) demarca a região ao considerar que aí se encontram os mais frequentes “vestígios de relações com os navegadores do Mediterrâneo, fenícios, gregos, cartagineses e indígenas de Tartessos. [...] e as principais cidades e estabelecimentos romanos, visigóticos e árabes”. Além disso, ele assevera que “o Algarve conservou no nome, justaposto a Portugal, a sua poderosa originalidade” (RIBEIRO, 1986, p. 166).

Com isso, proporciona um nexos referencial a essa região, encontrando no percurso hodierno uma convergência e apropriação para (e pelo) turismo. O município de Lagoa pertence ao distrito de Faro, com área de 88,25 km², limites geográficos com Silves, Portimão e Oceano Atlântico (SANTOS; SILVA, 2015). Desse modo, elegeram-se para apreciação a freguesia de Porches, principal centro oleiro regional, colo-

cando também esse território como ponto de partida para compreender a atual dimensão social e cultural das olarias no Algarve e o contexto apresentado pelo artigo de Lima de Freitas. O recorte da investigação está situado:

[...] atualmente junto s E. N. 125, a 5 Km de Lagoa (sede do Concelho), é uma pequena aldeia empoleirada no alto de um pequeno outeiro. O povoado (Pois antes existiu a Porches Velho, destruída pelo terremoto de 1755) surgiu à volta da Igreja Matriz, construída no século XVI, contudo foi quase completamente destruído pelo terremoto de 1755. Só em 1834, a Freguesia de Porches, até então pertencente ao concelho de Silves, passou ao concelho de Lagoa, o qual havia sido criado em 1773 (OLIVEIRA, 1987, p. 88).

Por sua vez, Oliveira (1987, p. 141) explica que “Porches Velho representa para nós o berço da freguesia e talvez do concelho. As civilizações paleolíticas e neolíticas percorreram a freguesia”. A Estrada Nacional 125, principal acesso a Porches, é a mais antiga via longitudinal do Algarve. As atuais olarias da região estão localizadas às margens dessa rodovia, caminho de mobilidade de turistas e moradores. Conjugase uma perspectiva espacial contemporânea que leva a arte tradicional oleira algarvia a outras partes do mundo, moldando valores e costumes do ponto de vista do desenvolvimento sustentável da atividade turística. Essa arte popular é utilizada como elemento essencial nos comércios espalhados ao longo da rodovia (SANTOS; SILVA, 2015).

Sendo assim, este capítulo pretende conhecer, dimensionar e analisar o contemporâneo contexto da arte popular criativa oleira regional, assunto pouco abordado cientificamente em pesquisas relacionadas à tradição na região Algarve. Nesse sentido, o texto de Lima de Freitas, embora livre das amarras e do compromisso com a verdade assentada no discurso científico, traz contributos relevantes para a interpretação do território e do mundo oleiro algarvio.

Diante da ideia central apresentada, este trabalho tem como ponto fulcral de análise o artigo de Lima de Freitas, produzido em 1978, que

traz elementos que caracterizam as olarias e os oleiros do município de Lagoa, colocando estes sujeitos e os artistas estrangeiros como centro do debate para compreender a internacionalização e a modernidade dos lugares. Apresenta-se, porquanto, uma discussão que compartilha vários temas comuns e possui temáticas tão abrangentes quanto divergentes não só nos campos da geografia, economia e turismo, como também em áreas afins.

Pretende-se ressaltar a articulação dos oleiros algarvios com os artistas estrangeiros. Isso traz possibilidades multidisciplinares de discussões e análises, pois se nota o cruzamento das relações socioculturais por meio do trabalho artesanal com o território e espaço regional. Este, de acordo com Santos (2006, p. 21), é “não apenas um ponto localizável em função de uma determinada ocorrência percebida como extraordinária, mas um lugar que nela teve a sua gênese”. Portanto, este capítulo foi desenvolvido a partir de uma pesquisa teórica que pretende revisitar e “aprimorar fundamentos teóricos” (DEMO, 2000, p. 20) sobre a olaria de Porches e as narrativas de Lima de Freitas.

Freguesia de Porches: tradição, trabalho artesanal oleiro e arte

Sob a ótica geográfica e histórica, a atividade artesanal oleira sempre esteve ligada à região onde se insere Lagoa no Algarve, especificamente entre a sede urbana do município e a Freguesia de Porches. É possível considerar que essa discussão possui uma dimensão científica, abordando as vertentes arte, trabalho artesanal e tradição. Como já salientado, no caso específico deste capítulo, será incorporada a obra de Lima de Freitas e sua relação com a arte criativa popular oleira.

Nessa reflexão sobre a olaria de Porches, Santos (2011) sublinha que o artesanato é a mais pura manifestação de arte popular conduzida por mãos hábeis, quase sempre desconhecidas, que operam em consonância com o gosto e a intuição do artista nato, cuja aprendizagem e maturidade vai-se colhendo na escola da vida, onde o aluno, regra geral e qual paradoxo, é o professor de si próprio. O artesão é o produto mais acabado de quando pode a imaginação humana no domínio do trabalho manual. Tudo o que é produzido pelo homem, neste campo, tem arte.

Desde tempos remotos que o ser humano se realiza espiritualmente na produção de objetos de uso pessoal exigidos pelo cotidiano. O homem, por natureza e “analisado em termos genéricos, é um artesão, um artista, dada a capacidade que possui de poder conciliar e adaptar o pensamento aos movimentos certos e harmoniosos das mãos. Possui imaginação, gosto e habilidade manual” (SANTOS, 2011, p. 471).

O reconhecimento da heterogeneidade cultural origina, do ponto de vista dos estudos geográficos, “a consideração de que formas particulares de cultura se relacionam com especificidades de tempo e de lugar que devem ser tidas em conta” (SANTOS, 2006, p. 143). Nesse sentido, Santos (2011, p. 471) arrazoia que a indústria, começando pelos materiais líticos e de madeira, a mais antiga do mundo,

[...] terminando nos metais, vidro, tecidos, etc., fora sempre artesanal, até o momento em que o homem, concebendo a máquina movida a vapor (1785) para produzir mais com menos mão-de-obra, entrou numa etapa nova e decisiva da vida, a que se convencionou chamar industrialismo.

No âmbito do trabalho artesanal após a Revolução Industrial, Santos (2011, p. 471) ainda destaca que os artesãos “desta data em diante, foram desaparecendo aos poucos, diluindo-se nas malhas de uma vida social e laboral que os ia engolfando”. No entanto, no que concerne aos obreiros artísticos, a situação mudou nas últimas décadas do século XX, pois “as populações foram aos poucos reconhecendo a utilidade e grande interesse postos nos trabalhos executados pelo artista popular, daí a sua preferência contínua pelo artesão moderno” (SANTOS, 2011, p. 471).

De acordo com Santos (2011), o artesanato passou a ter mais aceitação entre as pessoas, cientes de que o trabalho manual transporta o peso espiritual de quem o produz e a máquina não. Ademais, o artista que pretende sobreviver ou trabalhar como tal geralmente recorre a uma nova estrutura ou organização laboral, reunindo-se em centros que o acolhem com intenções comerciais e defendem uma arte esquecida. Isso ocorre, em muitos casos, em escolas acompanhadas e subsidiadas

por entidades oficiais, como ocorre no município de Lagoa em Portugal. Os novos sistemas de produção artesanal tentam defender uma arte e uma cultura regional nos

[...] vários sectores em que se manifesta, muito como propaganda turística, muito, também, para salvaguarda e lembranças de atividades artísticas populares que, durante séculos, preenchiam as delicias e as necessidades das gentes das terras, na altura como artigos de pura necessidade (SANTOS, 2011, p. 471).

Assim como as outras províncias portuguesas, o Algarve possui um artesanato próprio, característico das suas gentes, do tradicionalismo, da maneira de ser e pensar “e, para além de tudo, dos seus usos e costumes, que estão verdadeiramente em conjugação com os vários produtos originais desta mesma terra” (SANTOS, 2011, p. 471). Nesse contexto de valorização da arte, tradição e trabalho artesanal regional, vale destacar a olaria de Porches, em Lagoa, que

[...] foi durante centenas de anos, uma das atividades laborais mais distintas desta vila. Em 31 de janeiro de 1776, vamos deparar com a eleição do juiz do ofício oleiro, António Fernandes Cativo, a quem passaram a carta de mestre, segundo pedido feito pelos oficiais do mesmo ofício [...]. O sítio denominado Barros Brancos, a meio caminho de Lagoa a Porches, foi desde antigamente muito procurado para dali se extrair este tipo de barro destinado à fabricação de louça mais clara, possivelmente com outras consistências (SANTOS, 2011, p. 472).

De acordo com Oliveira (1987, p. 89), a freguesia de Porches se “assenta em terrenos de areia, tendo uma pequena parte de terrenos denominados barrocal. Tem seus limites com a freguesia de Alcantarilha, Silves, Lagoa e oceano Atlântico”. A manufatura do barro nessa terra é tão antiga quanto o seu passado, “essa mesma antiguidade acompanha-a desde o período neolítico, o que nos leva a considerar com alguma réstia de segurança ter sido a olaria a mais antiga se não a primeira indústria a florescer neste burgo milenário” (SANTOS, 2011, p. 472).

Conforme o autor supramencionado, a origem da cerâmica na região não é árabe, e sim de um passado mais remoto. No que se refere à olaria, outros povos mais antigos, nomeadamente os romanos, que várias marcas deixaram no Algarve de suas atividades nesse domínio, podem ser considerados os verdadeiros paladinos dessa indústria, sendo os autóctones influenciados pela arte de confecção de artigos de cerâmica produzidos pelos artífices dessa notável civilização. Nos tempos atuais, a indústria oleira,

[...] que tão prestigiada e necessária fora até um antigamente recente – deixou de ter o significado e o interesse que sempre se lhe atribuiu, contudo, transformou-se num trabalho artesanal, dirigido a um público próprio, que adquire as peças confeccionadas com intuítos turísticos ou até visando uma utilidade imediata (SANTOS, 2011, p. 473).

Nas palavras de Santos (2011), ao contrário do que possa imaginar, o século XIX foi muito mais importante na indústria de olaria do que o anterior. Essa informação está fundamentada no número substancialmente maior de oleiros laborando em Lagoa nesse período e até mesmo nos anteriores, o que demonstra uma grande quantidade de pessoas vivendo dessa função. Na segunda década do século XX, ainda existia um número razoável de artífices oleiros que, a partir dessa data, se diminuiu aos poucos – ao final dos anos 1940 e 1950, a arte quase desapareceu de fato.

Entretanto, a partir da década de 1960 e à mercê de circunstâncias favoráveis, entre elas o turismo e seus negócios, foi possível recuperar o passado artístico manufatureiro, a exemplo do artesanato, trazendo novamente ao conhecimento das pessoas o valor artístico, a qualidade e a utilidade de verdadeiras obras de arte que estavam no esquecimento. Santos (2011, p. 474) ainda ressalta que alguns produtos do artesanato

[...] trazem benefícios para o turismo, esses são, com algum destaque, a cerâmica de Lagoa, que se deseja possa manter, para sucesso e boa representação futura, os traços característicos de uma arte milenária, bem conhecida em todo o Algarve.

Nesse ínterim, a olaria em Porches recebeu novo impulso, surgindo barros artísticos que relacionam a técnica regional com a inspiração própria e original, especialmente a partir dos trabalhos desenvolvidos pelo português Lima de Freitas e pelo irlandês Patrick Swift.

Lima de Freitas: revelações de um determinado contexto espaço-temporal

Primeiramente, autor apresenta a própria história e contribuição para recuperar a olaria de Porches/Algarve. Assim, pela relevância teórica e histórica, o artigo de Lima de Freitas merece ser investigado, revisitado e contextualizado neste livro. Desse modo, Lima de Freitas (1978) pontua que uma definição cuidadosa da arte popular pode ocasionar problemas, pois as formas tradicionais do artesanato relacionam-se estreitamente às comunidades rurais, ao seu modo de vida e habitat, à economia familiar, às tradições religiosas e culturais – são formas transmitidas de geração em geração que variam pouco ao longo do tempo.

Esse cunho conservador da arte popular constitui um elemento relevante desse conceito. No seio das próprias tradições, muitos fatores introduzem variantes. Sob essa ótica, constata-se que “por vezes trata-se da aparição de artesãos de grande talento e imaginação criadora, que marcam com a sua dedada as formas de arte locais; outras vezes são influências exteriores que vêm modificar uma tradição” (FREITAS, 1978, p. 3-4). Entre as influências exteriores à comunidade é possível identificar as que procedem de uma origem culta e as que resultam de formas de arte degradadas ou espúrias. Sob esse prisma, Freitas (1978, p. 4) afirma que em uma época,

[...] como a nossa, que se caracteriza por modificações profundas de toda a economia; por uma influência crescente da cidade sobre os modos de vida rurais, hoje ampliada pela difusão da Imprensa, da Rádio e da Televisão e pelas migrações periódicas de turistas citadinos, que buscam a aldeia e o campo; pela facilidade dos transportes, que põe em contacto com o mundo comunidades até há pouco relativamente isoladas; pelo afluxo das populações rurais aos centros citadinos, onde a indústria

dissolve as tradições artesanais; pela política de descentralização das indústrias que inaugura, em pontos afastados do território, novas formas de produção e de remuneração – numa época, portanto, em que se uniformizam os padrões de vida e se cruzam apertadamente as influências mais contraditórias, torna-se difícil determinar com precisão o que constitui, ainda, a verdadeira arte popular.

Nesse entremeio, Freitas (1978, p. 4) discorre e acentua que a arte oleira regional “como expressão típica de culturas tradicionais, está em vias de desaparecer. Será possível salvar o que essa arte tinha de mais vivo e original? Por certo. Mas apenas aceitando realisticamente que não se pode voltar atrás nem reconstituir as bases em que tal arte assentava”. Diante dessa realidade, Freitas (1978) destaca que, em primeiro lugar, importa considerar uma modificação radical: o público da arte popular passou a ser o público culto das cidades.

As metas do objeto artesanal deram lugar a motivações de ordem cultural e estética; logo, a política de recuperação da arte popular regional algarvia deverá ser conduzida com discernimento artístico e autenticidade, separando as imitações do produto industrial e do *design*, investigando as origens e as características próprias de cada forma de artesanato. A reconversão da arte popular à nova clientela e aos critérios de exigência é traduzida por um trabalho culto, sem o qual

[...] O folclore rapidamente degenera em formas híbridas, confusas, de baixo nível, unicamente destinadas a um consumo turístico imediato e de vistas curtas. Em 1968 eu próprio e o meu amigo irlandês, o pintor Patrick Swift, resolvemos criar em Porches, povoação algarvia perto de Lagoa, um pequeno estúdio artesanal de cerâmica, movidos sobretudo pelo desejo de tentar salvar uma tradição local em vias de desaparecer. As olarias da zona algarvia, outrora numerosas, haviam entrada numa rápida decadência devida, em parte, à concorrência das vasilhas de plástico. Em Lagoa, por exemplo, contava-se mais de uma dezena de oleiros há uns quinze a vinte anos, onde hoje não

existe nenhum activo. A degenerescência econômica da olaria é acompanhada, naturalmente, por uma degenerescência das técnicas e do estilo (FREITAS, 1978, p. 5).

Nesse diapasão, Freitas (1978) narra que ele e Patrick Swift uniram os esforços e resolveram renovar a tradição oleira da região Algarve, recorrendo aos artesãos locais que ainda subsistiam. O trabalho deles apresenta várias facetas, entre elas: prospecção de barros, procura de artesãos recuperáveis, estudo das tradições remotas, elaboração de motivos e formas de inspiração tradicional, seleção de mulheres da aldeia de Porches para treiná-las e instruí-las, organização de uma base econômica capaz de garantir a rentabilidade e a subsistência da iniciativa.

O autor lembra que o Algarve foi, desde os tempos remotos do “lendário reino de Tartessos, uma área de tradições cerâmicas onde ainda hoje é possível encontrar restos de sigilatta da época da ocupação romana ou vestígios da olaria árabe” (FREITAS, 1978, p. 5). Ainda segundo o autor, “ele e Patrick Swift, empreenderam um estudo pormenorizado dos motivos e da temática decorativa do que se conhece da cerâmica de Tartessos e Celtibera”, a partir dos quais foi elaborado um repertório em que se sobressaíam “os antigos símbolos dos dois pássaros e da árvore sagrada, motivos vegetais ligados ao culto lunar agrário, a salutatio ibérica etc. (FREITAS, 1978, p. 5)”.

Após várias experiências e utilizando formas ainda usadas por alguns oleiros da região, idênticas às de tradição mais antiga,

[...] procurámos combinar essas formas com a temática estudada, criando peças simultaneamente fiéis às grandes constantes tradicionais e ao sabor rústico da olaria popular. Assim o estúdio de Porches, a que demos o nome de Olaria Algarve, se tornou conhecido por uma cerâmica que respeita o cunho tradicional da olaria rústica algarvia ao mesmo tempo que desenvolve, com livre criatividade, os valores artísticos da temática decorativa. Todas as peças são pintadas manualmente por um grupo de raparigas da aldeia de Porches, que receberam dos dois artistas um treino apropriado; não se fazem cópias do antigo,

mas criações livres, de cunho simultaneamente rústico e artístico, realizadas em barro vermelho da região e pintadas segundo a técnica da majólica, sobre vidrados brancos (FREITAS, 1978, p. 5-6).

A partir dos trabalhos desenvolvidos por Lima de Freitas e Patrick Swift, Porches tornou-se uma atração visitada anualmente por milhares de turistas nacionais e estrangeiros. Para essa promoção, foram organizadas exposições das peças de Porches em galerias de Lisboa e da província, com grande sucesso. De acordo com Freitas (1978, p. 6), no exterior, a cerâmica de Porches foi “objeto de comentários favoráveis em numerosas revistas e jornais; uma importante galeria de Copenhague apresentou, em 1969, uma mostra da olaria de Porches”.

Um grande número de peças foi vendido a colecionadores dos Estados Unidos, da Inglaterra, da Irlanda, da Bélgica, da Nova Zelândia e de outros países. Ao mesmo tempo em que orientam a produção do estúdio de Porches,

[...] os dois artistas têm realizado várias decorações e painéis murais de cerâmica. O êxito alcançado conduziu à procura de instalações mais amplas; em 1973, a Olaria Algarve abriu em novo local, a menos de um quilômetro de Porches, completamente reequipada. A velha casa onde começara foi posteriormente ocupada por uma outra oficina de cerâmica, imitando a que aí funcionara durante cerca de cinco anos. Os acontecimentos subsequentes ao 25 de Abril reflectiram-se de forma negativa no desenvolvimento de um empreendimento cuja sobrevivência está ligada ao turismo, sobretudo quando investimentos consideráveis (proporcionalmente à escala de uma pequena empresa artesanal) acabavam de ser feitos e estavam ainda em fase de amortização. Contudo, fundamentalmente graças à grande coragem e confiança do notável artista e ilustre amigo de Portugal que é o pintor Patrick Swift, a Olaria Algarve de Porches conseguiu sobreviver à crise (FREITAS, 1978, p. 6-7).

No artigo, Freitas (1978, p. 7) pondera que seu trabalho e o de Patrick Swift, no que tange à recuperação do artesanato cerâmico, têm sido citados por várias instituições e personalidades estrangeiras: “Numerosos artistas procuram Porches e aí têm realizado pesquisas: ceramistas, pintores, escultores, decoradores, das mais diversas nacionalidades (ingleses, americanos, espanhóis, etc.)”. Pode-se afirmar que essa olaria é investigada por áreas como geografia, turismo e economia, em que a experiência “que alcançamos, na revigoração de um artesanato em vias de extinção e na dinamização de um verdadeiro centro cultural tem atraído o interesse de várias instituições culturais e pedagógicas” (FREITAS, 1978, p. 7). Entre os exemplos citados no texto, o autor destaca

[...]a Universidade de North Carolina, nos Estados Unidos, que tem desenvolvido uma linha de estudos relativos a arte popular e folclore e suas relações com a arte culta, propôs-nos um plano de intercâmbio que inclui visitas a Porches dos seus estudantes e a realização de conferências e cursos nos Estados Unidos. O segundo exemplo é o convite que me foi endereçado, em 1975, para criar numa região da província francesa, mais exactamente no Château de Chardenoux, no Sul da Borgonha e não longe da fronteira suíça, um Centro de Arte e Cerâmica, que orientei e dirigi durante um ano (FREITAS, 1978, p. 7).

O artigo de Lima de Freitas (1978), com uma escrita suave e não menos científica, diante do conhecimento apresentado, traz um olhar sublime e único de quem se propôs a valorizar a arte oleira do sul de Portugal com uma sociabilidade de artistas e trabalhadores do barro inclusos num processo de criação e manutenção do saber regional. Assim, ele conflui as tramas da vida e do trabalho artesanal com o espaço-tempo de turistas, residentes e estruturas da sociedade algarvia concreta vivenciadas pelo autor, sem esquecer a parceria com Patrick Swift.

Nesse contexto, faz-se necessário também citar os estudos de Freire (2013), Santos e Lourenço (2012) e Santos e Silva (2015), que trazem grandes contributos para a discussão teórica aqui apresentada. De

acordo com Santos e Silva (2015), durante os trabalhos de campo desenvolvidos em Lagoa e Porches em 2014, foi possível conhecer a história que levou Patrick Swift ao Algarve, primeiramente a Carvoeiro. Segundo os autores, o artista irlandês estava à procura de um lugar com mais luz que Londres para pintar; então, foi informado que, em Portugal, a região do Algarve seria ideal para tal atividade.

Santos e Lourenço (2012, p. 22) datam a ida de Swift para o Algarve como o início da década de 1960, época em que o artista percebeu que as olarias, outrora numerosas,

[...] tinham entrado numa rápida decadência, prevendo-se o fim desta indústria e com ela a natural extinção das técnicas populares que retinham todas as qualidades da louça fabricada num passado tão longínquo. Por essa altura, Lagoa contava com apenas três oleiros em atividade, quando poucos anos antes ainda existiam várias olarias na vila. O último oleiro profissional de Lagoa chamava-se Gregório Rodrigues, pai do Mestre Fernando Rodrigues, de Lagoa, que trabalhou na Olaria Carlota até meados dos anos 70.

Assim que conheceu as peças de barro não decoradas em pequenas olarias e feiras locais, houve a necessidade de elaborar um novo negócio, mas com peças decorativas, voltadas a revitalizar a tradição. Tendo consciência da potencialidade oleira regional, Patrick Swift associou-se ao “pintor desenhador e escritor português Lima de Freitas e, por volta de 1968, criam o Centro de Artes e Ofício chamado de Olaria do Algarve, onde um grupo de habitantes de Porches aprendia as técnicas de modelar o barro e outras as de pintura de peças” (SANTOS; SILVA, 2015, p. 668-669).

Ao reconhecer que a olaria do Algarve se aproxima do fenômeno turístico, Santos e Lourenço (2012, p. 25-26) enfatizam que “as peças foram valorizadas por portugueses de norte a sul do País, e estrangeiros que vinham passar férias na região”. Os autores informam que, ao trazer de volta a arte popular oleira para o centro das atenções de moradores e turistas, Patrick Swift tornou-se referência no sul de

Portugal, mesmo provocando mudanças nas práticas sociais, culturais e econômicas da atividade artesanal, ao introduzir a lógica capitalista associada ao turismo.

É notório que a olaria do Algarve traduz valores, atitudes e comportamentos de uma região que se tornou internacional. Há o convívio com a modernidade, as influências do mercado e do espaço, e

[...] sem dúvida mutações e uma série de novos hábitos e costumes que chegam ao destino associado à presença de turistas e moradores estrangeiros. Trata-se, por um lado, de uma realidade comercial atual que, inserida num modo de vida contemporâneo vai estabelecendo outras relações, como a criação do “Café Bar Baco (Bar Bacchus)” junto à Olaria do Algarve, uma tradição do norte da Europa que se estabelece na vida do lugar, no lazer e na capacidade de coexistência entre o “*Pub*” e a arte criativa oleira (SANTOS; SILVA, 2015, p. 669-670, grifos dos autores).

Com base em Freire (2013), Santos e Lourenço (2012) e Santos e Silva (2015), há de se referir, ainda, que nas décadas de 1970 e 1980 chegaram à região o ceramista moçambicano Jorge Mealha e os escoceses Janet e Ian Fitzpatrick, esse último graduado pelo curso de Belas Artes da Universidade de Edimburgo. Pode-se dizer que os três casos apresentados foram influenciados por Lima de Freitas e Patrick Swift, que deixaram em Porches e em todo o Algarve uma enorme contribuição. Eles deram lugar às práticas da arte decorativa ligada à azulejaria e cerâmicas, com trabalhos singulares associando técnicas, tradições e cultura de uma olaria regional que tem se tornado um importante componente turístico.

Diante disso, Freire (2013, p. 1) assevera que “a arte tradicional portuguesa está a ser renovada por mãos estrangeiras”. Nesse contexto, o território mantém uma função de ordem cultural básica. Logo, o território oleiro permanece na região do Algarve mantido pelo reaparecimento de artistas preocupados com a cultura do barro, com respeito a uma arte que é do povo algarvio, mas que atualmente é consumida por turistas que chegam ao destino turístico internacional.

Sem se limitar à abordagem do artesanato em regiões e territórios turísticos, revisitar textos como de Lima de Freitas (1978) também abarca discussões e análises relevantes para outros campos do saber, a exemplo da interlocução entre geografia e arte, que “abre um continente de possibilidades para a efetivação de pesquisas” (CHAVEIRO, 2015, p. 40). Isso demonstra que a aproximação entre os dois campos pode contribuir para os geógrafos pensarem os territórios de sujeitos artesãos, suas relações de trabalho, seus comércios, modos de vida e substâncias culturais, algo essencial para os negócios e as atividades turísticas.

Considerações Finais

A discussão ora apresentada é também um estudo cultural associado ao desenvolvimento da atividade turística que se propôs a abarcar um território de inquietações, o qual definiu-se de “velho” *Porcimunt*, “hodierno” Porches, um objeto de pesquisa oportuno em uma base científica que se aporta na geografia do turismo, sabendo que é a partir do local, do plano territorial que se ergue e se define o pensar geográfico e suas conexões interdisciplinares. Nesse contexto, o manuscrito de Lima de Freitas, publicado em 1978 por intermédio do Grupo de Estudos Algarvios, abarca não somente o próprio relato de uma missão e sensibilidade para a arte e a olaria de Porches, como também a interação de fatores geográficos, históricos, turísticos, culturais e econômicos em um contexto regional.

Referências

CHAVEIRO, E. F. Dizibilidades literárias: a dramaticidade da existência nos espaços contemporâneos. *Geograficidade*, v. 5, n. 1, p. 27-43, 2015.

DEMO, P. *Pesquisa e construção do conhecimento: metodologia científica no caminho de Habermas*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1994.

_____. *Metodologia do conhecimento científico*. São Paulo: Atlas, 2000.

FREIRE, R. S. *O ceramista escocês*. Lagoa: Arquivo Público de Lagoa, 2013.

FREITAS, L. de. Porches e a recuperação do artesanato. *Grupo de Estudos Algarvios*, ano 1, n. 2, p. 3-7, 1978.

OLIVEIRA, A. *Monografia de Porches*. Faro: Algarve em Foco, 1987.

RIBEIRO, O. *Portugal – o Mediterrâneo e o Atlântico*. 4. ed. Lisboa: Livraria Sá da Costa, 1986.

SANTOS, J. B.; LOURENÇO, L. *Olaria do Concelho de Lagoa*. Sintra: Gényo Kriativo, 2012.

SANTOS, M. da G. M. P. *Espiritualidade, turismo e território*. Estoril: Principia, 2006.

SANTOS, R. M. *Histórico do Concelho de Lagoa*. Lisboa: Colibri Artes Gráficas, 2011.

SANTOS; J. C. V.; SILVA, J. A. A arte da olaria no turismo da região Algarve, Portugal. *Revista Turismo – Visão e Ação*, v. 17, n. 3, p. 658-690, set./dez. 2015.

9.

Os caminhos da indústria em Goiás (2000 a 2010): pelo prisma do valor adicionado do município

Joana D'arc Bardella Castro

Mario Cesar Gomes de Castro

Pedro Henrique Zuchi da Conceição

O avanço da indústria em terras goianas se deu lastreado pela agricultura, pela pecuária e por programas de incentivo fiscal; inicialmente pelas empresas agroindustriais, e após os anos oitenta, pela diversificação do parque industrial. Contudo, esta industrialização ocorreu com concentração (ver PASCHOAL, 2001; CHAVES, 2009; CUNHA, 2009; CASTRO, 2014; BORGES, 2014) em municípios como Anápolis, Aparecida de Goiânia, Catalão, Goiânia e Rio Verde, que foram responsáveis por aproximadamente 65% do Valor da Transformação Industrial (VTI) do estado, tendo o restante distribuído em 241 municípios em 2010. Situação singular, dado às forças de aglomeração como as condições físicas, a proximidade das fábricas e menor custo do frete (MARSHALL, 1996), que atraem empresas, capital e pessoas, podendo causar desigualdades entre regiões pelos efeitos acumulativos (MYRDAL, 1972).

Após o ano 2000, alguns municípios em Goiás apresentaram substancial elevação do setor industrial no Valor Adicionado (VA) local, como Alexânia e Palmeiras de Goiás; ocorrência que levou ao objetivo do presente texto: estudar este movimento de crescimento do setor industrial no VA dos municípios de 2000 a 2010, do tipo de indústria que promoveu tal fato e os impactos em indicadores de desenvolvimento

econômico e social. Os fatores que se consideram marcantes para a ocorrência deste evento são a mudança no instrumento da política industrial com a substituição do Programa Fomentar pelo Programa Produzir, no ano 2000, que modernizou o incentivo fiscal, passando a beneficiar efetivamente empresas de pequeno porte, e também, a ampliação dos mercados.

Para se compreender tal realidade, fez-se um estudo descritivo, com análise da estrutura do Valor Adicionado dos municípios goianos para se conhecer as cidades que tiveram em seu território a elevação da participação da indústria em sua economia, e como este fato impactou a localidade.

O texto a seguir, além da introdução e da conclusão, está assim dividido: primeiramente se faz uma aproximação entre teorias que ajudam a entender a industrialização ocorrida em Goiás e as ações tomadas pelo governo do estado. Na sequência, é apresentada, resumidamente, a indústria em solo goiano, sua condição de concentração, e, por fim, apresenta-se o estudo dos municípios nos quais a industrialização avançou.

A industrialização em Goiás e algumas justificativas teóricas

A industrialização que ocorreu em Goiás foi consequência de uma conjunção de fatores, tais como: a disponibilidade de recursos naturais, o crescimento da agricultura e da pecuária, a proximidade do estado com o centro econômico do país e os incentivos fiscais. A disponibilidade dos recursos naturais no estado facultou inicialmente a mineração de ouro e, no decorrer do tempo, o povoamento favoreceu o desenvolvimento da agricultura e da pecuária.

Concomitantemente, e não com o mesmo dinamismo, com o crescimento da economia do país, estes setores econômicos avançaram obedecendo à lógica da expansão da fronteira agrícola do Sudeste do país por Goiás estar na periferia com esta região (CHAUL, 1997; ESTEVAM, 1998; BORGES, 2000; SILVA, 2002) e possuir especialização no fornecimento de produtos agropastoris. Situação que começou a se modificar a partir de 1960/70, com a implantação de empresas de

maior porte, tanto na mineração quanto na agroindústria para beneficiamento da produção agropecuária (CASTRO; FONSECA, 1995), e com ações do governo de Goiás que implantou política industrial¹, empregando como principais instrumentos, o incentivo fiscal e doação de terrenos.

Um dos principais argumentos para se entender o começo da industrialização do estado, com a agroindústria, é dado por Alfred Weber (1969) ao citar como principais fatores que levam à localização industrial, o custo de transporte da matéria-prima, de produtos acabados (mercado consumidor) e o custo da mão-de-obra. Para este autor, a indústria será orientada a se instalar próxima das matérias-primas ou do mercado consumidor, onde o custo for menor (FERREIRA, 1989). No caso de Goiás, justificando a implantação das agroindústrias, como beneficiadoras de produtos agrícolas e os frigoríficos processadores de proteína animal.

A estes argumentos se associam as discussões sobre os fatores de aglomeração apresentados pelos que discutem os elementos que promovem o desenvolvimento regional como François Perroux (1967) Gunnar Myrdal (1972) e Albert Hirschman (1961), ao tratarem dos impactos que podem ser provocados pela instalação de empresas, dos efeitos para frente e para trás, e da atração de outras empresas para uma dada região ou local.

Pelos resultados da industrialização e com base nos apontamentos teóricos, pode-se afirmar que o avanço da indústria no estado foi um alargamento de sua fronteira, de Goiás para com a região Sudeste, com destaque para o estado de São Paulo. Secundariamente, tem-se o fenômeno interno de expansão da indústria, que vai das cidades polos de desenvolvimento para as cidades sob sua influência (ARRIEL, 2010), e/ou como será visto a seguir, o processo embora ainda tímido, está indo além. Pode-se perceber que há avanços da fronteira da industrialização no estado.

1 Ver Chang (1998); Castro (2002); Ferraz *et al* (2002); Fleury; Fleury (2004) e Suzigan; Furtado (2006).

Distribuição espacial da indústria em Goiás de 2000 a 2010

A participação do setor industrial cresceu no Produto Interno Bruto (PIB) goiano entre 1990 e 2000, de 24,7% para 32,5% (Tabela 1). Contudo, teve recuo para 26% em 2010; situação que difere da realidade brasileira que teve movimento inverso. Já a representatividade da indústria goiana no Valor da Transformação Industrial (VTI) nacional, foi de 1,08% em 2000 para 2,16% em 2010 (IBGE, 2012a). Este incremento da participação do VTI estadual no nacional foi devido aos seguintes setores: veículos automotores e derivados de biocombustíveis (alcooleiras).

Tabela 1 – Estrutura do Produto Interno Bruto (em %). Goiás. 1990 à 2010

Ano	Agropecuária		Indústria		Serviços	
	Goiás	Brasil	Goiás	Brasil	Goiás	Brasil
1990	14,5	6,9	24,7	33,0	60,8	60,0
1995	18,1	5,8	26,1	27,5	55,9	66,7
2000	17,2	5,6	32,5	27,7	50,3	66,7
2005	13,4	5,7	26,0	29,3	60,7	65,0
2010	14,1	5,3	26,6	28,1	59,3	66,6

Fonte: Adaptado de SEPLAN-GO (GOIÁS. 1999; 2000; 2002 e 2012a); IBGE, 2012.

A industrialização ocorrida no estado foi concentrada, conforme os dados do ‘Valor Adicionado’ (VA) da Indústria, onde se observa que os dez maiores municípios² geradores de VA em Goiás, representaram em 2010, 65,1% do total deste, e 58% do PIB estadual, sem variações significativas dos resultados no ano 2000, quando foi de 65,1% e 58,3% respectivamente. As geradoras do VA que estão na parte centro-sul³ do

2 Goiânia, Anápolis, São Simão, Catalão, Aparecida de Goiânia, Rio Verde, Luziânia, Itumbiara, Jataí e Minaçu.

3 Compreende as Regiões de Planejamento da Segplan (GO): Região Centro Goiano, Região Metropolitana de Goiânia, Região Sul Goiano, Região Sudeste Goiano, Região Sudoeste Goiano, e Entorno do Distrito Federal.

estado, entre o ano 2000 e 2010 ampliaram a participação de 60,8% para 62,1%. Destacando-se que na parte norte e nordeste, a cidade de Minaçu encolheu de 4,3 % para 3,0% sua participação, no mesmo período (GOIÁS, 2014).

Do ano 2000 até 2010, as cinco maiores cidades⁴ (Anápolis, Aparecida de Goiânia, Catalão, Luziânia e Rio Verde) geradoras do VA da indústria do Estado, saíram de 23,7% para 35,7%. Se considerada a capital (Goiânia), a participação destas no VA vai de 47,8% para 52% do Estado, e ainda se responsabilizam por 50,2% do PIB no ano 2000 e 51,2% em 2010 (GOIÁS, 2014). Tem-se, portanto, elevação da polarização em cinco cidades; situação também mostrada em estudo de Arriel (2010), que acrescenta que há uma redução do capital industrial de Goiânia, que se movimenta para os municípios mais dinâmicos do estado.

A parte centro-sul, além de concentrar o setor industrial, também é a responsável por mais de 50% do PIB estadual, bem como, do maior contingente populacional. Dentre os fatores que podem justificar tal fato, os principais são: ser a região mais próxima do sudeste brasileiro, maior mercado do país; ela foi o berço da agroindústria; tem duas importantes capitais (Goiânia e Brasília); parte que mais se beneficiou com infraestrutura de transporte ferroviário, rodoviário, fluvial e de energia (CASTRO, 2014).

Municípios goianos nos quais avança a industrialização

Para a seleção dos municípios, teve-se como parâmetro o crescimento da participação do setor industrial no Valor Adicionado do município. Para tanto, considerou-se os municípios (dentre os 246 do estado) que tiveram elevação da participação do setor industrial em índice superior a 100% entre 2000 e 2010, e que esta elevação tenha resultado em superação de um terço⁵ (33%) do Valor Adicionado local

4 Desconsiderou-se São Simão de Goiás por ter a produção de energia elétrica (hidrelétrica) como representante de mais 80% do VA industrial.

5 Tal índice tem por referência a media da participação do VA da indústria dos municípios polos, que em 2010 foi de 34,1%. Os municípios polos de desenvolvi-

em 2010. Os dados foram coletados do Instituto Mauro Borges e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Foram escolhidos os seguintes fatores para descarte:

- 1) Os municípios⁶ considerados ‘polos de desenvolvimento’ no estado, segundo estudo apresentado pela Secretaria de Estado de Gestão e Planejamento - Segplan (GOIÁS, 2011);
- 2) Municípios que têm em seu território atividade geradora de energia elétrica destacada em seu PIB, atividade classificada como “Serviço Industrial de Utilidade Pública”, e;
- 3) Municípios que já tivessem em seu VA total, em 2000, participação do VA da indústria em percentual superior a 33%.

Os que se enquadraram (selecionados) nestas especificações foram: Alexânia, Alto Horizonte, Americano do Brasil, Buriti Alegre e Palmeiras de Goiás (Tabela 2).

A industrialização que se registrou nestes municípios representou, em média, acréscimo de 277,4% entre 2000 e 2010 da participação do setor industrial na geração do VA local (Tabela 2). Neste mesmo tempo no estado, a variação da participação do setor industrial no VA foi de 10,7%.

O município que apresentou maior crescimento neste período foi Alto Horizonte, com variação de 1.018,9% de 2000 a 2010. O crescimento efetivo se deu a partir de 2007 com implantação da mineradora Maracá, do Grupo Yamana em 2006, explorando Sulfeto de Cobre, seguido pelo município de Palmeiras de Goiás que teve VA da indústria elevado de 11,55% em 2000 para 43,3% em 2010 (Tabela 2), com a instalação do Frigorífico Minerva em 2004; ambos com ênfase para exportação. Em Alexânia houve a instalação da Cervejaria Schincariol em 2003, em Americano do Brasil se implantou em 2006 a Prometélica Mineração Centro-Oeste (níquel, cobre e cobalto) e em Buriti Alegre em 2007 houve a instalação da Goiaves (avícola).

mento em Goiás são: Goiânia, Anápolis, Rio Verde, Jataí, Catalão e Itumbiara, segundo estudo apresentado pelo Instituto Mauro Borges (GOIAS, 2011).

6 Ou Cidades Polos, nomenclatura adotada pelo Instituto Mauro Borges.

Tabela 2 – Participação do Valor Adicionado (VA) do setor industrial no VA total do município a preços correntes. Estado de Goiás e municípios selecionados. 2000 a 2010.

Anos	Estado de Goiás	Alexânia	Alto Horizonte	Americano do Brasil	Buriti Alegre	Palmeiras de Goiás	Média
2000	24,0	14,2	7,1	11,2	18,1	11,6	12,4
2001	24,4	13,3	7,4	11,3	15,8	19,5	13,5
2002	23,9	12,4	5,9	13,7	16,3	10,2	11,7
2003	23,2	35,2	5,6	15,6	14,8	18,5	17,9
2004	25,0	42,5	6,7	11,3	15,3	21,0	19,3
2005	26,0	48,1	8,5	9,8	19,4	33,7	23,9
2006	26,5	50,1	18,2	14,9	21,6	49,3	30,8
2007	27,0	48,5	78,5	39,3	19,1	50,4	47,2
2008	26,2	40,6	76,6	38,6	30,1	46,1	46,4
2009	27,0	45,2	78,4	33,3	35,6	47,7	48,0
2010	26,6	40,7	79,1	34,2	36,9	43,3	46,8
Variação % (2000/2010)	10,7	187,2	1.018,9	205,0	104,6	274,6	277,4

Fonte: Goiás (IMB), 2016.

Do total do VA da indústria goiana (Tabela 3), as cidades polos foram responsáveis por 46,7% em 2000, e esta participação subiu para 49% em 2010, enquanto os municípios selecionados cresceram de 0,4% para 4% respectivamente no mesmo período. A variação da participação no PIB estadual das cidades polos retrariam de 49% para 48,2% e dos municípios selecionados foram de 0,67% para 1,87%.

Nos municípios selecionados se destaca a agroindústria, com empresas de alimentos e a mineração (água mineral, sulfeto de cobre, ouro, níquel, ouro, argila e calcário) e outras atividades tradicionais, como moveleira e confecção (Quadro 1).

Dos municípios selecionados, dois estão na Região Oeste, um no Entorno do Distrito Federal, outro no Norte e mais um no Sul. Nenhum dos cinco municípios possui Distritos Industriais criados pelo governo do estado. Observa-se nestes a repetição do histórico avanço da industrialização que ocorreu em Goiás a partir dos anos 60 e 70, tendo-se a agroindústria à frente na transformação dos produtos da agropecuária e a busca por minérios.

A indústria na economia dos municípios selecionados

O maior destaque no crescimento industrial dos municípios selecionados foi provocado pela implantação da unidade mineradora em Alto Horizonte e do frigorífico em Palmeiras de Goiás (Tabela 2). E, por extensão, este incremento industrial gerou melhorias substanciais no volume de exportação, que em 2000 totalizaram aproximadamente US\$ 19.754 (FOB) e chegaram em 2010 com US\$ 721.388.917. Fato que elevou a participação dos municípios selecionados a aproximadamente 18% em relação ao estado no ano 2010, resultado da exportação de carne bovina e derivados em Palmeiras, e de sulfetos de cobre em Alto Horizonte (GOIAS, 2011a).

Tabela 3 – Valor Adicionado (VA) da Indústria e Produto Interno Bruto (PIB) a preços correntes. Estado de Goiás, Cidades Polós e os Municípios Seleccionados - 2000 e 2010 (R\$ mil)

Áreas	Valor Adicionado				Produto Interno Bruto			
	2000		2010		2000		2010	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Estado de Goiás	5.551.667	100,00	22.536.481	100,00	26.249.031	100,00	97.575.930	100,00
Cidades Polos	2.593.094	46,71	10.994.427	48,79	12.864.473	49,01	47.038.485	48,21
Municípios Seleccionados	22.156	0,40	909.313	4,03	174.964	0,67	1.822.412	1,87

Fonte: Goiás (IMB), 2016.

Quadro 1 – Dados gerais dos municípios selecionados.

Informações	Alexânia	Alto Horizonte	Americano do Brasil	Buriti Alegre	Palmeiras de Goiás
Produção principal da Agropecuária no município (2010)	Banana, maracujá, criação de aves, produção de ovos.		Criação de bovinos; cana de açúcar	Criação de aves; produção de soja, cana de açúcar e tomate.	Tomate, borracha e coco da baía.
Principais atividades industriais no município	Fabricação de bebidas, indústria moveleira; produção de água mineral.	Indústria extrativa mineral – sulfeto de cobre, extração de ouro.	Extração de níquel e cobre	Indústria alimentícia (abate de aves e suínos); extração de argila.	Indústria alimentícia (frigoríf. Abate de bovinos e aves), indústria da confecção; extração de calcário.
Potencial turístico no município				Turismo rural, esportes náuticos, praia e pesca.	
Sede ou participante de Arranjo Produtivo Local Articulado ou em Articulação		Apicultura; Cerâmica Vermelha; e Látex do Norte.		Sede do APL Bananicultura Buriti Alegre.	
Região de Desenvolvimento (1)	Entorno do Distrito Federal	Norte	Oeste	Sul	Oeste

Informações	Alexânia	Alto Horizonte	Americano do Brasil	Buriti Alegre	Palmeiras de Goiás
Mesorregião	Leste Goiano	Norte Goiano	Centro Goiano	Sul Goiano	Sul Goiano
Ano de criação	1958	1991	1980	1920	1887
Área do município (km ²)	847,981	503,762	133,562	897,394	1.539,683
Aeroporto/ Aeródromo	Sim	Sim	Não	Sim	Não
Instituição de Ensino Superior	Não	Não	Não	Não	Universidade Estadual de Goiás
Distrito (Agro) Industrial instalado pelo estado	Não	Não	Não	Não	Não

Fonte: Goiás, 2012. (1) Goiás, 2013.

Quanto ao número de empregos gerados no período, os municípios selecionados mais que triplicaram a contratação, saindo de 3.114 no ano 2000, para 11.935 empregos em 2010. Na composição destes números a ‘Indústria de Transformação’ evoluiu de 503 para 4.054 pessoas trabalhando, seguido da ‘Extrativa Mineral’, que saltou de 32 empregos em 2000 para 939 em 2010 (GOIÁS 2016). Na estrutura da ‘Indústria de Transformação’, as de ‘Produtos Alimentícios, de Bebidas e Álcool Etilico’, cresceram de 266 para 3.395 empregos. Em relação à participação nos empregos gerados no estado, estes foram de 0,47% em 2000 para 0,91% em 2010, e se pode destacar a ‘Extrativa Mineral’ que foi de 0,77% para 12,2% em relação ao setor estadual no mesmo período. Essa participação dos municípios selecionados é ainda insignificante quando comparado com os das cidades polos que empregaram 57,11% em 2010 (BRASIL, 2016)

Na composição relativa do total de empregos gerados pelos municípios selecionados, a indústria de transformação passou de 16,15% para 33,97% de participação. E, dentre estas indústrias, as de produtos Alimentícios, Bebidas e Álcool Etilico, foram destaque, saindo de 8,54% para 28,45% do total de empregos gerados. O outro destaque fica por conta da ‘Extrativa Mineral’, que com a implantação da empresa em Alto Horizonte, teve sua contribuição elevada de 1,03% em 2000 para 7,87% no ano 2010 (Tabela 4).

Tabela 4 – Participação percentual dos setores produtivos no total de empregos gerados nos municípios selecionados (2000, 2005 e 2010).

Descrição	2000	2005	2010
Total	100,00	100,00	100,00
Extrativa Mineral	1,03	4,78	7,87
Indústria de Transformação	16,15	28,57	33,97
Indústria de Produtos Minerais não Metálicos	3,47	1,97	1,85
Indústria Metalúrgica	0,06	0,16	0,67
Indústria Mecânica	-	-	0,18

Descrição	2000	2005	2010
Indústria de Materiais Elétricos e de Comunicação	-	-	0,03
Indústria de Materiais de Transporte	-	-	0,02
Indústria da Madeira e do Mobiliário	1,06	0,44	0,21
Indústria do Papel, Papelão, Editorial e Gráfica	0,45	0,13	0,05
Indústria da Borracha, Fumo, Couros, Peles, Produtos Similares e Ind. Diversa	0,19	0,05	0,23
Indústria Química, Produtos Farmacêuticos, Veterinários, Perfumaria, Sabões, Velas e Matérias Plásticas	0,10	0,02	0,36
Indústria Têxtil, do Vestuário e Artefatos de Tecidos	2,28	1,63	1,93
Indústria de Calçados	-	-	-
Indústria de Produtos Alimentícios, de Bebida e Álcool Etilico	8,54	24,17	28,45
Serviços Industriais de Utilidade Pública	0,42	0,20	0,10
Construção Civil	2,54	2,59	4,33
Comércio	14,71	13,15	10,45
Serviços	11,66	9,18	11,15
Administração Pública Direta e Indireta	31,89	26,19	22,32
Agricultura, Silvicultura, Criação de Animais, Extração Vegetal e Pesca	21,61	15,34	9,81

Fonte: Goiás (IMB), 2016.

O trabalhador dos municípios selecionados teve elevação do rendimento médio em relação ao valor médio do estado, pois em 2000, correspondia a 55,2% do rendimento médio estadual, e em 2010 chegou à 99,2% (Tabela 5). Os municípios que mais contribuíram foram Alto Horizonte e Americano do Brasil, que superaram o valor médio estadual.

Tabela 5 – Rendimento médio. Goiás. Municípios Seleccionados. 2000, 2005 e 2010.

Anos	Estado de Goiás	Média dos Municípios Seleccionados	Alexânia	Alto Horizonte	Americano do Brasil	Buriti Alegre	Palmeiras de Goiás
2000 (R\$)	524,44	289,59	350,80	228,27	230,24	284,67	353,97
2005 (R\$)	845,25	721,34	550,34	1.261,81	754,02	487,27	553,27
2010 (R\$)	1.330,82	1.320,39	1.123,28	2.112,81	1.475,30	906,97	983,61
Variação % de 2000 até 2010 (nominal)	153,76	355,95	220,21	825,57	540,77	218,60	177,88

Fonte: Goiás (IMB), 2016.

Dentre os setores econômicos dos municípios selecionados a indústria de transformação em 2010 apresentava melhor desempenho com 91,2% do estadual, ou seja, o rendimento médio da indústria de transformação em 2010 era de R\$ 1.023,33 e do estado era de R\$ 1.121,55 (Tabela 6).

Tabela 6 – Rendimento médio. Goiás. Municípios Selecionados. Por setor produtivo. 2010.

Descrição	Estado de Goiás (R\$)	Média dos Municípios Selecionados (R\$)	Correspondência % - Municípios / Estado
Rendimento Médio	1.330,82	1.320,39	99,2
Extrativa Mineral	2.092,26	1.223,40	58,5
Indústria de Transformação	1.121,55	1.023,33	91,2
Serviços Industriais de Utilidade Pública	3.656,09	2.414,34	66,0
Construção Civil	1.203,32	1.070,36	88,9
Comércio	938,98	816,56	87,0
Serviços	1.223,68	1.059,22	86,6
Administração Pública	1.886,32	988,40	52,4
Agropecuária, Extração Vegetal, Caça e Pesca	1.001,80	776,52	77,5

Fonte: Goiás (IMB), 2016.

Observando pelo prisma do PIB *per capita* dos municípios selecionados, encontrou-se grande evolução no resultado de Alto Horizonte com a implantação da mineradora entre 2006 e 2007, quando o valor saltou de R\$ 2.457,00 em 2000 para R\$ 167.435,00 em 2010. Os demais municípios apesar da evolução, não superaram a média das cidades polos (Tabela 7).

Tabela 7 – Produto Interno Bruto a preços correntes (PIB) *per capita*, segundo municípios selecionados, estado de Goiás e médias das cidades polos – 2000, 2005 e 2010 (R\$ 1,00)

	Estado de Goiás	Média Cidades Polos	Média Cidades Seleccionadas	Alexânia	Alto Horizonte	Americano do Brasil	Buriti Alegre	Palmeiras de Goiás
2000	5.180	8.591	3.138	2.475	2.694	2.457	4.212	3.853
2005	8.992	16.822	7.828	10.984	5.864	4.599	6.784	10.907
2010	16.252	27.812	46.903	13.758	167.435	12.999	19.065	21.259

Fonte: Goiás (IMB), 2016.

Quanto ao tema dos benefícios fiscais, tão caro para o debate sobre a industrialização do estado, este teve pequeno impacto para a promoção da indústria dos municípios selecionados. Entre 2000 e 2010 foram aprovados para o estado 1.301 projetos, destes 27 foram para os municípios selecionados, sendo que Alto Horizonte não aparece como beneficiário de nenhum projeto. No mesmo período, os municípios polos foram receptores de 426 projetos, representando 32,7% do total (Tabela 8). Os municípios selecionados não receberam projetos na vigência do Programa Fomentar criado em 1984 e extinto em 2000.

Do montante de empregos previstos nos projetos aprovados pelo Programa Produzir, Palmeiras de Goiás, teve o maior número, seguido de Alexânia. Tal situação se repetiu para o Valor do Investimento. Situação que se inverteu de posição no quesito 'Valor do Crédito', tendo Alexânia em primeiro (Tabela 9).

Tabela 8 – Informações sobre Projetos aprovados pelo Produzir (2000 a 2010).

Locais	Projetos aprovados		Empregos projetados		Valor de investimento previsto		Valor do incentivo aprovado	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Valor (R\$)	%	Valor (R\$)	%
Total do Estado	1.301	100,0	188.104	100,0	41.875.560.050	100,0	211.280.114.527	100,0
Municípios Polos	426	32,7	46.354	24,6	8.709.455.380	20,8	66.975.695.620	31,7
Municípios selecionados	27	2,1	6.847	3,6	1.360.674.460	3,2	5.324.586.009	2,5

Fonte: Goiás, 2012b; 2017.

Tabela 9 – Resumo por município dos projetos aprovados pelo Produtor (2000 a 2010).

Locais	Número de Empregos	Valor do Investimento Fixo (R\$ 1,00)	Valor do Crédito (R\$ 1,00)
Total	6.847	1.360.674.460	5.324.586.009
Alexânia	1.966	413.686.969	2.665.050.162
Americano do Brasil	132	65.387.869	214.187.331
Buriti Alegre	522	7.275.520	4.961.917
Palmeiras de Goiás	4.227	874.324.102	2.440.386.599

Fonte: Goiás, 2012b; 2017.

Os ganhos sociais

As cidades selecionadas no período de estudo tiveram aumento de 21,7% da população. Comparando-se com o total do estado, a participação do grupo foi de 1,08% para 1,1% entre 2000 e 2010 (Tabela 10); resultado inferior aos das cidades polos. O município que apresentou maior crescimento proporcional foi Alto Horizonte, com variação de 73,8% e Buriti Alegre teve o menor avanço populacional, somente 3,9%.

Tabela 10 – População censitária. Goiás. Municípios selecionados (2000 e 2010).

Municípios	2000		2010	
	Quantidade	%	Quantidade	%
Estado de Goiás	5.003.228	100,00	6.003.788	100,00
Cidades Polos	1.718.872	34,36	2.080.465	34,65
Municípios Selecionados	54.084	1,08	66.219	1,10
- Alexânia	20.047		23.814	
- Alto Horizonte	2.564		4.505	

Municípios	2000		2010	
	Quantidade	%	Quantidade	%
- Americano do Brasil	4.933		5.508	
- Buriti Alegre	8.718		9.054	
- Palmeiras de Goiás	17.822		23.338	

Fonte: Goiás (IMB), 2016.

Dos municípios selecionados, o que apresentou maior evolução do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH-M) foi Alexânia (31,1%), seguido de Alto Horizonte (29,1%), Buriti Alegre (20,5%), Americano do Brasil (18,4%) e Palmeiras de Goiás (15,2%). Contudo, nenhum dos municípios apresentou indicador superior ao do estado entre o ano 2000 e 2010 (Tabela 11).

Quanto aos demais indicadores com compõem o IDH-M, tem-se que na 'Educação' nenhum dos municípios superou ao índice do estado. No indicador 'Longevidade', somente Americano do Brasil e Palmeiras apresentaram evolução inferior ao do estado, no caso da 'renda' o pior desempenho foi de Alexânia com 0,664 em 2010 (Tabela 11).

A taxa de não alfabetizados está superior à do estado em 2010. Contudo, em pior situação está Americano do Brasil, seguido de Alto Horizonte, com 14,12% e 11,4% respectivamente. Neste quesito, Buriti Alegre foi o que apresentou maior variação entre os anos analisados, caiu 36,4% enquanto no estado foi de 32,2%. Na taxa de mortalidade infantil, somente Palmeiras de Goiás e Americano do Brasil tiveram resultados piores que o estado em 2010, com 14,8% e 14,9% respectivamente, enquanto que o estado foi de 13,9%. Neste período, a maior queda do indicador foi de Alexânia com 57%. Já em relação ao índice de Gini, os municípios apresentaram resultados melhores que o do estado em 2010; situação não muito diferente do que ocorreu em 2000, quando o município de Americano do Brasil era o único superior ao indicador de Goiás, contudo, este foi o município que chegou, em 2010, com o melhor indicador entre todos, 0,42 enquanto no estado foi de 0,56 (Tabela 12).

Tabela 11 – Estado de Goiás. Municípios selecionados. Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) (2000 e 2010).

Locais	IDH-M		IDHM - Educação		IDHM - Longevidade		IDHM - Renda	
	2000	2010	2000	2010	2000	2010	2000	2010
Estado de Goiás	0,615	0,735	0,439	0,646	0,773	0,827	0,686	0,742
Alexânia	0,52	0,682	0,318	0,568	0,735	0,841	0,6	0,664
Alto Horizonte	0,557	0,719	0,371	0,624	0,795	0,841	0,585	0,709
Americano do Brasil	0,591	0,7	0,416	0,631	0,754	0,813	0,658	0,669
Buriti Alegre	0,589	0,71	0,414	0,614	0,769	0,831	0,642	0,7
Palmeiras de Goiás	0,606	0,698	0,457	0,598	0,793	0,815	0,613	0,698

Fonte: PNUD, 2013.

Tabela 12 – Estado de Goiás. Municípios selecionados. Taxa de não alfabetização (%). Taxa de Mortalidade infantil e Índice de Gini (2000 e 2010).

Descrição	Taxa de Não Alfabetizados (%)		Taxa de Mortalidade Infantil (por 1.000 nascidos vivos)		Índice de Gini	
	2000	2010	2000	2010	2000	2010
ESTADO DE GOIÁS	10,8	7,32	24,44	13,96	0,61	0,56
Alexânia	15,7	10,58	29,1	12,5	0,57	0,48
Alto Horizonte	13,9	11,4	21,3	12,5	0,58	0,5
Americano do Brasil	16,8	14,12	26,3	14,9	0,63	0,42
Buriti Alegre	14,6	9,28	24,4	13,3	0,54	0,45
Palmeiras de Goiás	12,3	8,98	21,5	14,8	0,53	0,45

Fonte: Goiás (IMB), 2016.

O avanço da industrialização nestes municípios já produziu efeitos na geração de emprego, na renda média dos trabalhadores e melhoria no indicador da distribuição de renda (Índice de Gini), contudo, apesar da melhora, mostra-se uma realidade muito ruim dos municípios (Tabela 12); situação para a qual, tem-se que o curto período de tempo da implantação das empresas, ainda não surtiu todos os efeitos esperados para o desenvolvimento local.

À guisa de conclusão

O processo de industrialização ocorrido em Goiás foi desigual e concentrador; realidade que se ajusta aos preceitos teóricos que mostram este processo como aglutinador de atividades em espaços que permitam o menor custo.

Esta concentração ainda subsiste a despeito das políticas industriais e de desenvolvimento para o estado. Contudo, como se observou, há alteração nesta lógica com crescimento industrial em municípios à margem da tendência de concentração. Nestes, a dinâmica observada mostra um processo natural de aproveitamento dos recursos disponíveis, numa perspectiva weberiana, na qual as indústrias buscam se localizar onde o custo de produção é menor. Neste caso, em particular, há prevalência das agroindústrias.

No período estudado, observou-se que alguns quesitos foram importantes para a mudança da situação do setor industrial nos municípios, sendo os principais: a mudança do incentivo fiscal, que passou a beneficiar empresa de pequeno porte; o acesso ao mercado externo para produtos minerais e derivados da carne, a existência de jazidas minerais economicamente viáveis.

Esta nova realidade dos municípios, com crescimento do setor industrial, teve reflexos positivos na geração de empregos, no rendimento médio e no PIB per capita, porém, ainda apresentam resultados baixos nos indicadores do desenvolvimento humano, a exemplo, a alfabetização e a mortalidade infantil.

Referências

ARRIEL, Marcos Fernando. *Perfil produtivo e dinâmica espacial da indústria goiana (1999-2007)*. 2010. 101 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Planejamento Territorial) - Pontifícia Universidade Católica de Goiás. Goiânia, 2010.

BORGES, Barsanufio Gomides. *Goiás nos quadros da economia nacional: 1930-1960*. Goiânia: Ed. UFG, 2000.

BORGES, Eduardo Batista. *Incentivos fiscais e desenvolvimento socioeconômico de Goiás: análise de impactos dos Programas Fomentar e Produzir (1995-2011)*. 2014. 285 f. Tese (Doutorado em Políticas Públicas, Estratégias e Desenvolvimento) – Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. *Relação anual de informações sociais - RAIS*. Disponível em: <http://portalfat.mte.gov.br/programas-e-acoas-2/relacao-anual-de-informacoes-sociais-rais/estatistica/>. Acesso em: 06 nov. 2016.

CASTRO, Ana Célia; FONSECA, Maria da Graça D. *A dinâmica agroindustrial do Centro-Oeste*. Brasília: IPEA, 1995.

- CASTRO, Antonio Barros. A rica fauna da política industrial e a sua nova fronteira. *Revista Brasileira de Inovação*, v. 1, n. 2, p. 253-274, jul.-dez, 2002.
- CASTRO, Mario Cesar Gomes. *Industrialização em Goiás: política industrial e desenvolvimento, 1970 a 2010*. 2014. 187 f. Tese (Doutorado em Políticas Públicas, Estratégias e Desenvolvimento) – Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.
- CHANG, Ha-Joon. *The Political Economy of Industrial Policy*. London: MacMillan Press, 1998.
- CHAUL, Nasr Nagib Fauad. *Caminhos de Goiás: da construção da decadência aos limites da modernidade*. Goiânia: Ed. UFG, 1997.
- CHAVES, Aurélio Ricardo Troncoso. *Políticas de incentivo e a localização industrial no sudoeste goiano*. 2009. 171 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional). Faculdades Alves Faria. Goiânia, 2009.
- CUNHA, João Paulo Brzezinski. *Os incentivos e benefícios fiscais como forma de desenvolvimento regional no Estado de Goiás*. 2009. 104 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional). Faculdades Alves Faria. Goiânia, 2009.
- ESTEVAM, Luís. *O tempo da transformação: estrutura e dinâmica da formação econômica de Goiás*. Goiânia: Ed. do Autor, 1998.
- FERRAZ, João Carlos; PAULA, Germano Mendes; KUPFER, David. Política industrial. In: KUPFER, David; HASENCLEVER, Lia. *Economia industrial: fundamentos teóricos e práticos no Brasil*. Rio de Janeiro: Campus, 2002, p. 545-567.
- FERREIRA, Carlos Maurício de C. As Teorias da Localização e a Organização Espacial da Economia. In: HADDAD, Paulo Roberto (Org.). *Economia regional: teorias e métodos de análise*. Fortaleza: BNB/Etene, 1989.
- FLEURY, Maria Tereza Leme; FLEURY, Afonso (Org.). *Política Industrial - I*. São Paulo: Publifolha, 2004. (Coleção Biblioteca Valor).
- GOIÁS. Instituto Mauro Borges de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos. *Banco de dados estatísticos de Goiás*. Goiânia: IMB, 2016.
- GOIÁS. Instituto Mauro Borges. *Estatísticas Básicas Quadrimestrais - 1º Quadrimestre de 2014*. Goiânia: Secretaria de Gestão e Planejamento do Estado de Goiás, Jun/2014. 49 p.
- GOIÁS. Instituto Mauro Borges de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos. *Perfil e potencial dos municípios goianos*. Goiânia: IMB, 2012.
- GOIÁS. Instituto Mauro Borges de Estatística e Estudos Socioeconômicos. Setor de Estatística. *Projetos aprovados pelo Produzir*. Goiânia: IMB, 2017.

- GOIÁS. Secretaria de Estado de Gestão e Planejamento. Superintendência de Estatísticas, Pesquisas e Informações Socioeconômicas. *Os polos econômicos do Estado de Goiás*. Goiânia: Segplan, 2011.
- GOIÁS. Secretaria do Planejamento e Desenvolvimento (Seplan). Economia e desenvolvimento. *Conjuntura socioeconômica de Goiás*. Goiânia: Seplan, ano I, n. 1, out/dez. 1999.
- GOIÁS. Secretaria do Planejamento e Desenvolvimento (Seplan). Economia e desenvolvimento. *Conjuntura socioeconômica de Goiás*. Goiânia: SEPLAN, 2000, ano I, n. 2, jan/mar. 2000.
- GOIÁS. Secretaria de Estado de Gestão e Planejamento. *Goiás em Dados 2012*. Goiânia: SEGPLAN, 2012a.
- GOIÁS. Secretaria de Estado de Gestão e Planejamento. *Goiás em Dados 2011*. Goiânia: SEGPLAN, 2011a.
- GOIÁS. Secretaria de Estado de Gestão e Planejamento. *Programa Fomentar/ Produzir - Informações e Análises para o Estado e Microrregiões de Goiás*. Goiânia: Segplan, 2012b. (Estudos do IMB)
- GOIÁS. Secretaria de Estado de Gestão e Planejamento (Segplan). *Regiões de planejamento. Estado de Goiás*. Goiânia: Segplan, 2013.
- GOIÁS. Secretaria do Planejamento e Desenvolvimento (Seplan). *Indicadores econômicos: séries estatísticas básicas*. Goiânia: SEPLAN, 2002.
- HIRSCHMAN, Albert O. *Estratégia do desenvolvimento econômico*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Contas Nacionais do Brasil*. Rio de Janeiro: IBGE, 2012. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/contasnacionais>. Acesso em: 03 nov. 2012.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Pesquisa Industrial Anual*. Rio de Janeiro: IBGE, 2012a. Disponível em: <http://www.sidra.ibge.gov.br/>. Acesso em: 10 nov. 2012.
- MARSHALL, Alfred. *Princípio de economia: tratado introdutório*. São Paulo: Nova Cultura, 1996. (Vol. 1. Coleção Os economistas)
- MYRDAL, Gunnar. *Teoria econômica e regiões subdesenvolvidas*. 3. ed. Rio de Janeiro: Saga, 1972.
- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). *Relatório do Desenvolvimento Humano 2013*. New York, NY, PNUD, 2012.

PASCHOAL, Júlio Alfredo Rosa. *O papel do Fomentar no processo de estruturação industrial em Goiás (1984 – 1999)*. 125f. Dissertação (Mestrado em Economia) – Instituto de Economia da Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2001.

PERROUX, François. *A economia do Século XX*. Lisboa: Moraes Editora, 1967.

SILVA, Eduardo Rodrigues da Silva. *A Economia Goiana no Contexto Nacional: 1970-2000*. 198p. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Econômico, Espaço e Meio Ambiente) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas. 2002.

SUZIGAN, Wilson; FURTADO, João. Política Industrial e Desenvolvimento. *Revista de Economia Política*, v. 26, n.2, p. 163-185, abr.-jun. 2006.

WEBER, Alfred. *Theory of the location of industries*. Chicago: Chicago University, 1969.

10.

Renovando o plano diretor: análise de uma metodologia desenvolvida no Estado de Goiás

Milena d'Ayala Valva

Pollyana Martins Santana Guimaraes

Tiago José Duarte Rezio

O Plano Diretor (PD) é um instrumento básico da política de desenvolvimento e expansão urbana, e pode ser definido como um conjunto de princípios e regras orientadoras da ação dos agentes que constroem e utilizam o espaço urbano (Lei 10.257, 2001). Esse termo foi utilizado pela primeira vez no Brasil no Plano Agache de 1930 para cidade do Rio de Janeiro, mas ele só se difundiu por aqui realmente a partir da década de 1940, tendo recebido outros nomes a partir da década de 1960. De acordo com Villaça (1999), foi no final da década de 1980 que esse termo foi ressuscitado pela Constituição Federal, porém “o conteúdo que esse vocábulo designa se alterou, como parte de muitas transmutações” (VILLAÇA, 1999, p. 187).

Por muito tempo os PD permaneceram em completa insignificância, não sendo utilizados nem mesmo para legitimar as ações do Estado, já que eram elaborados e desconsiderados pelos prefeitos. A ação se dava muito mais na esfera do discurso, configurando um planejamento mais teórico ou, como alerta Villaça (1999), ideológico, na verdade sem rebatimento prático.

Se os termos para denominar um PD mudaram ao longo dos tempos, vale lembrar que os conteúdos e as metodologias dos planos

também se modificaram e passaram de grandes volumes elaborados por equipes multidisciplinares, fartamente ilustrados por mapas, pesquisas e estatísticas para meros projetos de lei com descrições de diretrizes gerais e com um número muito reduzido de mapas, quando esses existiam, eliminando assim qualquer possibilidade de conflitos e debates. Na década de 1970, quando essa mudança acontece, esse novo tipo de plano facilitou a atuação da classe dominante na esfera urbana e contribuiu para excluir as medidas de interesse popular (SILVA JUNIOR, 2006).

Essas modificações, porém, não passaram despercebidas e, no final dos anos 1980, algumas entidades de movimentos populares construíram uma proposta que reinvidicava questões importantes das massas urbanas, consolidando o que ficou conhecido como Movimento Nacional pela Reforma Urbana, que exerceu importante papel nas decisões da Constituição de 1988. Essa organização popular foi fundamental, também, para a formatação e aprovação do Estatuto das Cidades em 2001 (Lei Federal 10.257, 2001) que significou, entre outras coisas, uma retomada da importância do papel do PD como instrumento fundamental de planejamento urbano.

A criação do Ministério das Cidades (MCidades) em 2003 foi um fator inovador no país, que colocou foco sobre a necessidade de planejar o futuro das cidades, e que foi reforçado pela campanha lançada pelo Governo Federal em maio de 2005 para apoiar os 1.684 municípios brasileiros com mais de 20 mil habitantes na elaboração de seus planos diretores, que deveriam ser aprovados até outubro do mesmo ano, fato amparado pela lei do Estatuto das Cidades. O objetivo naquele momento, lançado em ritmo de mutirão, era construir as bases para discutir uma cidade mais justa, cujo slogan se pautava na *Cidade de Todos*, colocando na esteira da discussão do crescimento econômico a necessidade de planejamento com participação popular.

A composição inicial do MCidades contava com pesquisadores do urbanismo ligados à academia, fato que alimentava um debate que durante muitos anos se via somente nos círculos de especialistas, e que muitas vezes parecia impossível de transpor os limites da teoria. Vale

lembrar que em 2003 a Secretária executiva do Ministério era a professora Ermínia Maricato (Faculdade de Arquitetura e Urbanismo de São Paulo- FAU-USP), a Secretária Nacional de Programas Urbanos, responsável pela discussão dos planos diretores, era a professora Raquel Rolnik (FAU-USP) e o Diretor de Planejamento Urbano era o professor Benny Schasberg (FAU-UnB).

Os objetivos do MCidades foram ambiciosos e alimentavam a expectativa de conseguir a descentralização e fortalecimento dos municípios defendida na Constituição Federal de 1988, que passou a prever que a quase totalidade das competências na área de desenvolvimento urbano fosse definida como comum à União, estados e municípios.

A Campanha do Plano Diretor Participativo (PD-P) do MCidades partia do pressuposto que a obrigatoriedade de elaboração do Plano Diretor, com a possibilidade de utilização do Estatuto da Cidade, ou seja, com a participação democrática e inclusão de instrumentos que garantam a função social da propriedade, seria a oportunidade para ampliar o debate político e para formar militantes para a luta por uma cidade mais justa. Para alcançar essa participação o MCidades investiu principalmente na capacitação, sensibilização e mobilização dos atores envolvidos na construção de planos. A equipe que coordenava essa campanha não desconhecia a fragilidade do planejamento do Brasil, mesmo porque por anos analisaram e criticaram as práticas vigentes no país, mas apostaram em uma mudança de paradigma, principalmente porque queriam que os próprios municípios se conscientizassem e se responsabilizassem pelo desenvolvimento dos PD-P (ROLNIK, 2006).

Essa tentativa de mudança na política urbana na instância federal coincidiu com a criação em Goiás da Secretaria das Cidades (SecCidades) em fevereiro de 2005, que deveria se ocupar do desenvolvimento e implantação de uma política pública para a realização dos planos diretores do Estado. Talvez pela urgência, e/ou pelas penalidades previstas por lei para o descumprimento do Estatuto das Cidades, o Estado de Goiás resolveu montar uma equipe com um perfil essencialmente técnico para desenvolver os trabalhos dos PD na SecCidades. A coordenação dos trabalhos ficou a cargo de Silmara Vieira, que possuía ampla

experiência em planejamento urbano através dos trabalhos desenvolvidos pelo escritório “Arte Urbana” sediado em Goiânia, premiado e reconhecido em trabalhos como, por exemplo, o desenvolvido no Rio de Janeiro no programa “Favela-Bairro” (1994) e na elaboração do Plano Diretor de Aparecida de Goiânia (2001).

Considerando a amplitude do Programa desenvolvido pela SecCidades vale questionar: Qual foi o mérito do programa Cidade “pra”-Gente? Quais os problemas detectados em sua concepção e implantação? Em que consiste a sua metodologia? Como garantiu a participação da sociedade no debate e formulação dos Planos Diretores? Quais foram os resultados de sua implantação? Essas são algumas das questões que nortearam o desenvolvimento dessa pesquisa, que quer, a partir dessa análise de estudo de caso, colocar em discussão a atuação do Estado de Goiás nas questões de planejamento urbano, um tema carente de uma política mais consciente e eficiente.

Acredita-se que, como o programa não foi publicado, muito da sua essência tem se perdido, e que a sua utilização parcial, que nem sempre reflete os objetivos que se quis alcançar, parece tomar o lugar de uma proposta que ainda tem muito a oferecer para o bom desenvolvimento do planejamento das cidades.

Por uma política estadual de desenvolvimento urbano

A Secretaria das Cidades foi criada no segundo mandato do governador Marconi Perillo (PSDB) e idealizada por Carlos Maranhão, geógrafo de formação e assistente influente de Perillo desde a sua primeira gestão. Se no primeiro mandato as intenções pareciam querer romper com o coronelismo no Estado, se pautando no slogan “a busca por um tempo novo”, no segundo, as colisões já estavam sendo construídas e o discurso do novo se dissolveu em meio a acordos e jogos de interesse. O secretário escolhido para administrar a pasta da SecCidades foi o ex-prefeito de Aparecida de Goiânia Ademir Menezes, que se destacou na condução do PD de seu município mas que também representava a aliança com um partido aliado (PFL) e seria lotado em uma Secretaria nova. Talvez, considerando o destaque que obteve com o

bom desenvolvimento do PD de seu município, Ademir Menezes apostou e apoiou a formatação de uma equipe essencialmente de caráter técnico e não político.

Para elaborar e implementar uma Política Estadual de desenvolvimento Urbano e Regional, a Superintendência de Programas Urbanos coordenada por Silmara Vieira estabeleceu 07 programas de ação, dentre eles, o “Programa Cidade pra Gente”:

- 1) Estatuto dos Municípios Goianos: com o objetivo de elaborar uma legislação estadual que ampliasse os princípios e diretrizes de planejamento e gestão urbana contidos no Estatuto da Cidade, levando em consideração as particularidades dos municípios goianos;
- 2) Fortalecimento da Gestão Municipal: através da (re)estruturação do Sistema de Gestão e Planejamento Urbano no Estado e nos municípios considerando três eixos: Definição e Implementação de Políticas Públicas; Desenvolvimento de Programas Urbanos; Gestão de Recursos para o Desenvolvimento;
- 3) Projetos Urbanos: com o objetivo de contribuir na qualificação da produção da arquitetura, engenharia, urbanismo e design dos espaços e edifícios públicos dos municípios goianos;
- 4) Espaço da Gente: com o objetivo de tratar a questão do espaço público como responsabilidade coletiva através de campanhas educativas; parceria com as Secretarias de Educação; requalificando, reciclando ou reestruturando espaços de uso comunitário com participação da sociedade e em parceria com a iniciativa privada;
- 5) Arquivo das Cidades: com o objetivo de implantar um centro de referência e informações sobre todos os municípios goianos auxiliando a definição de políticas públicas e as tomadas de decisão;
- 6) Cidade-escola: com o objetivo de aproximar o mundo acadêmico e a gestão pública, possibilitando que os avanços científicos e tecnológicos fossem aplicados concretamente nas práti-

cas de gestão das cidades como, por exemplo, apoio na revisão da matriz curricular do curso de arquitetura e urbanismo da Universidade Estadual de Goiás;

- 7) Programa Cidade pra Gente: com o objetivo de apoiar os municípios goianos na elaboração de seus Planos Diretores Democráticos, integrados à Agenda 21 e Zoneamento Ecológico Econômico.¹

Como a coordenadora do Programa já tinha vasta experiência na elaboração de PD e, portanto consciente das limitações e problemas que envolvem todo o processo, ela investiu no desenvolvimento de uma metodologia diferente, que tinha como meta aprofundar na proposta do “aprender fazendo” estruturando o conhecimento a partir da construção do “que fazer”, “por que fazer” e “como fazer” (SILVA, 2011). Silmara Vieira montou uma equipe com um perfil interdisciplinar (arquitetos, historiadores, agentes de saúde entre outros), escalando pessoas que desenvolviam pesquisas ou estavam vinculadas à Universidade para exercer os cargos de gerente, e uma equipe de jovens colaboradores recém-formados em arquitetura e urbanismo pela Universidade Estadual de Goiás para compor o apoio técnico da equipe.

O trabalho, que contou com ampla divulgação na mídia e conscientização dos prefeitos, alcançou num primeiro momento um número significativo de municípios interessados em participar do programa, que não fazia distinção ou restrição quanto ao número de habitantes do município, e conseguiu, no primeiro encontro, a adesão de mais de 80 municípios do Estado, que contava com 246 em seu total. Ao longo do percurso, alguns municípios não conseguiram cumprir as exigências e indicações da SecCidades, e esse número diminuiu consideravelmente. O Estado possuía na época 70 municípios que obrigatoriamente deveriam desenvolver seus planos, 42 fizeram parte do Programa “Cidade pra Gente”, e desses, 14 aprovaram o Plano até o ano de 2008.

A intenção desse programa foi de construir um processo pedagógico e estruturador de novas práticas participativas de gestão e a sua

1 Apresentação em slides fornecido pela SecCidades.

metodologia. Passados mais de quatro anos da finalização do Programa e da dissolução da equipe técnica da SecCidades, tem-se notícia que alguns pontos da metodologia continuam sendo utilizados, principalmente pela qualificação dos gestores públicos, participação de equipes técnicas contratadas pelos municípios que atuam na área do planejamento, e pela divulgação do material didático que circulou na época de mobilização do trabalho. O programa parece ter cumprido assim, também, uma continuidade através da sua vocação didática. Ao mesmo tempo que esse pode ser um ponto positivo, verifica-se que a dificuldade atual de compreender essa metodologia em sua totalidade, já que essa não foi publicada sequencialmente nem integralmente, e o que se vê é a circulação e utilização de fragmentos daquilo que foi pensado para compor um todo, pode também ter um lado negativo, já que corre-se o risco de distorções e limitações dos objetivos e das etapas do trabalho.

Os procedimentos metodológicos do programa “Cidade pra Gente”

A metodologia proposta para a produção dos Planos Diretores Participativos dentro do Programa “Cidade pra Gente” teve como ponto de partida a organização de informações gerais sobre os municípios e sobre o planejamento urbano à luz do Estatuto das Cidades de forma a garantir a participação popular em todo o processo de elaboração e implementação dos PD.

O primeiro desafio desse trabalho foi o grande número de municípios que aderiu ao Programa logo no início de seu lançamento (91 municípios inicialmente e 42 que iniciaram o processo da implantação da metodologia), e que colocou em discussão como enfrentar a diversidade de realidades e a necessidade de criar um método que pudesse ser utilizado por todos, mas que, ao mesmo tempo, considerasse as particularidades desses municípios.

Considerando a dinâmica urbana complexa do Estado, a equipe técnica desenvolveu uma análise tipológica, com o objetivo de promover um agrupamento, a partir da seleção de alguns indicadores que permitissem sintetizar as semelhanças entre os municípios. Além de enriquecer e facilitar o processo de elaboração dos PD pretendeu-se com

esse procedimento alcançar uma eficiência maior na elaboração das licitações e termos de referências para a contratação das equipes de assessoria de elaboração dos PD. Os indicadores utilizados nesse agrupamento tipológico foram os seguintes: (1) histórico do surgimento de cada município, (2) principais características do processo de ocupação urbana; (3) principais características físico-territoriais da área urbana; (4) características do comércio local; (5) relação que a população estabelece com o espaço urbano; (5) principais relações de apoio e de trocas que o município estabelece com outros municípios; (6) principais características físico-territoriais; (7) principais características geográficas da região onde o município se localiza; (8) identificação da atividade econômica principal; (9) caracterização do fluxo migratório e, por ultimo, (10) o quantitativo populacional do município (SECCIDADES, 2005).

As fontes utilizadas pela equipe para esse agrupamento tipológico foram: dados do IBGE, da Secretaria de Planejamento do Estado e bibliografia existente sobre os municípios e o território goiano. Foram identificadas 07 tipologias possíveis:

Quadro 1 – Tipologia das cidades.

TIPOLOGIA 01	
GRUPO A	Cidades com sítio histórico tombado
GRUPO B	Cidades com relevante patrimônio cultural ambiental urbano
TIPOLOGIA 02	
GRUPO A	Cidades com até 15.000 hab. Integrantes de Região Metropolitana (RMG), Região de Desenvolvimento Integrado de Goiânia(RDIG) e Região Integrada de Desenvolvimento Econômico (RIDE)
GRUPO B	Cidades com até 25.000 hab. Integrantes de RMG, RDIG e RIDE
TIPOLOGIA 03	
GRUPO A	Cidades com até 6.000 hab.
GRUPO B	Cidades de 6.000 hab à 15.000 hab.

TIPOLOGIA 04	
GRUPO A	Micro Pólos Regionais
GRUPO B	Pólos Médios Regionais
GRUPO C	Grandes Pólos Regionais
TIPOLOGIA 05	
Cidades do Entorno do Distrito Federal	
TIPOLOGIA 06	
GRUPO A	Pólos Mineiros
GRUPO B	Projeto Mineração Chapada
GRUPO C	Projeto Mineração Barro Alto
TIPOLOGIA 07	
Metrópole Regional	

Fonte: Elaboração dos autores.

Cada uma dessas tipologias foi detalhada, agrupando os 42 municípios e divulgada pela equipe técnica, através de um Caderno de Orientações, de circulação interna, que serviu de base para os trabalhos que foram desenvolvidos pela SecCidades.

O segundo desafio foi o de elaborar uma série de procedimentos para garantir a real participação da comunidade e dos técnicos dos municípios envolvidos em todo o processo de um PD. Partiu-se do princípio que um dos principais problemas na gestão pública referentes às questões de planejamento urbano no Brasil, e em Goiás não é diferente, é a alta rotatividade das pessoas que trabalham nas prefeituras, sejam técnicos ou não, e a falta de qualificação dessas pessoas que trabalham e decidem sobre o planejamento, além da distância sempre existente entre as equipes contratadas para a elaboração de PD e a realidade local. Nas palavras da coordenadora do Programa Cidade pra gente:

Em um processo de planejamento efetivamente participativo e democrático, devem ser estabelecidos métodos de interlocução, integração e transferência de conhecimento com os diversos

segmentos sociais. A arregimentação de sujeitos da sociedade para eventos expositivos onde a participação se resume ao papel passivo de observador, muitas vezes alheio ao significado e à dimensão dos conteúdos tratados, não pode se estabelecer como parâmetro. **A base para a participação ativa é o conhecimento.** Conhecer o objeto do trabalho (no caso, o município) e conhecer os objetivos, métodos e alcance desse trabalho (o P.D) é condição elementar para que os questionamentos, proposições, reflexões e capacidade de pactuação se estabeleçam de forma democrática e permanente em todas as etapas de elaboração do Plano (VIEIRA, 2012).²

Foi com esse espírito que a equipe organizou um amplo trabalho de capacitação para representantes do executivo, legislativo municipal e sociedade civil organizada. A intenção foi a de formar um Grupo de Trabalho Local (GTL) em cada município, com uma composição equilibrada dos segmentos acima citados, que estivessem nivelados conceitualmente para desenvolver o trabalho de elaboração do PD juntamente com a assessoria que seria contratada através de licitação.

Para essa etapa, o Programa utilizou um processo pedagógico estruturador de novas práticas na gestão pública. Com o objetivo de capacitar e nivelar conceitualmente os GTL, vários eventos e oficinas foram organizados em Goiânia, com ampla participação dos municípios. A aplicação dessa metodologia estava amparada por material didático (roteiros impressos, vídeos, cartilhas, dinâmicas de grupo), que contemplava as etapas e o passo a passo a serem seguidos, e a sua aplicação foi feita por facilitadores (arquitetos, psicólogos, assistentes sociais, geógrafos, historiadores entre outros) orientados e treinados por um Centro de Estudos Latino Americano. O trabalho possuía duas fases distintas, que deveriam ser aplicadas nos municípios e apresentadas em oficinas em Goiânia e foi desenvolvido durante os meses de agosto e dezembro de 2005 e agosto e dezembro de 2006, respectivamente.

2 Entrevista de Silmara Vieira concedida à arquiteta Milena d'Ayala Valva em dezembro de 2012.

Depois disso, os GTL receberam auxílio para o desenvolvimento do documento do Plano Diretor, que deveria contar, também, com a contratação de uma equipe técnica que, obrigatoriamente, teria que incorporar o GTL nas decisões e no desenvolvimento do trabalho (SUPUR-SECCIDADES, 2006).

A ideia do Programa era que a estrutura organizacional para a elaboração dos P.D deveria envolver três seguimentos obrigatoriamente:

- 1) Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento (Secretário e equipe). Atribuições: coordenação geral, cabendo acompanhar administrativa e gerencialmente o cumprimento do contrato de elaboração do PD; viabilizar a logística e promover interlocução com os demais órgãos setoriais e instâncias afins, durante as atividades;
- 2) Assessoria Técnica Contratada (AT). Atribuições: coordenação técnica responsável pela concepção e fundamentação técnica e teórica dos conteúdos que irão compor o PD; apresentação e pactuação junto ao Grupo de Trabalho Local (GTL), representantes institucionais e comunitários dos produtos elaborados.
- 3) Grupo de Trabalho Local (GTL). Atribuições: acompanhar, contribuir, analisar e promover interlocução com a comunidade sobre os conteúdos apresentados pela Assessoria Técnica durante a elaboração do PD. Deve ser composto por representantes dos diversos segmentos sociais, atuando como instância legítima e qualificada de controle social em todas as etapas previstas.

Com a definição desses três atores, o Programa visou consolidar uma rede de informações, reflexão crítica, mobilização e participação para possibilitar o reconhecimento das verdadeiras necessidades e demandas dos municípios, a partir da visão por segmentos e visão coletiva contextualizada, tornando assim, o Plano um instrumento legítimo de transformação social, territorial e econômica do município.

A obrigatoriedade de formação do GTL teve como objetivo fortalecer a interlocução com cada segmento social “estabelecendo com esses um diálogo franco e bem fundamentado para que se consolide, de forma democrática, o apoio e amplo desenvolvimento de todos na elaboração e implementação dos PD” (VIEIRA, 2011, p. 10).

Esperava-se que em cada um dos grupos fossem identificados os cidadãos que, representando comunidades ou instituições, tivessem condições especiais e estratégicas de contribuir na mobilização social, divulgação do processo, apresentação das informações, reflexões críticas e formulação de propostas e controle social sobre as políticas, planos, programas, projetos e ações públicas. Em geral, a indicação era a de que esses atores estratégicos deveriam se destacar por sua representatividade social, conhecimento da realidade municipal, apropriação de dados e informações específicas.

Estabelecido o agrupamento tipológico e a composição dos atores envolvidos no processo, o Programa estipulou as fases de desenvolvimento do trabalho e seus respectivos conteúdos e objetivos. Após uma primeira reunião de esclarecimento dessas etapas com todos os 42 municípios que aderiram ao Programa, o material de apoio foi distribuído, explicado, debatido e agendado um calendário de execução das etapas e respectivas apresentações em oficinas participativas gerais em Goiânia.

A primeira fase ocorreu entre os meses de agosto a dezembro de 2005, com a realização de quatro Oficinas de Capacitação dos integrantes do Grupo de Trabalho Local. Em cada oficina foi trabalhado um tema e, ao final das quatro oficinas, consolidou-se a “Leitura Comunitária”, resultado de um levantamento e reconhecimento de aspectos fundamentais à compreensão da realidade local. Os temas abordados foram (SUPUR- CIDADES, 2005-2006):

- 1) (Re) Conhecendo o Território: Histórico da Cidade. Elaboração de uma linha do tempo, como registro histórico de formação e desenvolvimento do município, associando fatos/tempos históricos que influenciaram o seu surgimento e desenvolvimento. A pesquisa deveria ser feita com base nos dados oficiais

(livros, jornais etc) mas também a partir do diálogo com os diversos segmentos da sociedade. A coleta de imagens, documentos, entrevistas com informantes-chaves foram considerados fundamentais para embasar a pesquisa. O produto deveria ser produzido de forma gráfica, destacando na linha do tempo e os marcos referenciais do processo.

- 2) Aspectos Físicos e Funcionais do Município. Levantamento de campo na área urbana e rural para registro e análise dos aspectos físicos e funcionais. Mapeamento dos bairros e regiões quanto à qualidade e necessidades dos aspectos físicos e funcionais. A ênfase deveria ser dada à distribuição de infraestrutura, às condições fundiárias e aos serviços disponíveis, assim como as relações de ocupação e uso desse território.
- 3) Serviços de Atendimento Público e Controle Social. Levantamento de dados junto aos setores responsáveis pela administração em cada unidade de serviço, de forma a contar com a participação dos trabalhadores, usuários do serviço e dos dirigentes e gestores públicos. O objetivo foi o de quantificar e qualificar a capacidade administrativa e a estrutura institucional do município, dando a máxima transparência sobre a atuação da prefeitura.
- 4) Potencialidade para o Desenvolvimento Sustentável do Município. Etapa de identificação das atividades econômicas destacando os principais desafios e as potencialidades para o desenvolvimento sustentável do município, reunindo informações sobre as atividades produtivas do município na área urbana e rural, evidenciando a espacialização e a logística dessas atividades no território.

A segunda fase do Programa ocorreu após oito meses de trabalho, no período entre agosto e dezembro de 2006. As Oficinas de Capacitação do GTL desenvolveu os seguintes temas que compuseram os Produtos Finais:

- Roteiro para a Elaboração da Leitura da realidade do Município (ProdutoI);
- Roteiro para a Elaboração do Macrozonemaneto e Propostas Gerais (ProdutoII);
- Roteiro para Elaboração das Propostas de Legislação do Plano Diretor Democrático (ProdutoIII).

Essa etapa foi marcada pela realização de várias reuniões e audiências públicas para discutir junto à comunidade as propostas e diretrizes desenvolvidas até essa etapa e para a socialização dos produtos elaborados. O mapa de definição de perímetro urbano deveria ser amplamente debatido e o seu resultado final validado por todos os atores e a comunidade.

Para a realização das audiências públicas, a equipe técnica da SecCidades desenvolveu um roteiro para ser aplicado e que deveria envolver a divulgação de cartazes, textos para serem transmitidos por carro de som, textos para serem veiculados em programas de rádios, além da confecção de convites institucionais. Foi elaborado um trabalho gráfico cuidadoso e atraente, adequado à comunicação popular, de fácil alcance a todos os moradores do município. O conteúdo das audiências públicas foi todo regimentado, com o objetivo de garantir que todos os municípios tivessem o mesmo nível de debate, participação popular e apoio técnico.

A mobilização pretendida pelo Programa “Cidade pra Gente” pode ser sintetizada no quadro a seguir:

Quadro 2 – Tipo de Mobilização por etapas do Programa “Cidade pra Gente”.

ETAPAS	TIPO DE MOBILIZAÇÃO
PRIMEIRA FASE: LEITURA COMUNITÁRIA	
TEMÁTICA I	Abordagem pessoal aos informantes-chave
TEMÁTICA II	Reuniões por regiões de forma a facilitar o acesso da população
TEMÁTICA II	Abordagem pessoal aos trabalhadores, usuários do serviço, dirigentes e/ou responsáveis pelo seu funcionamento e conselheiros
TEMÁTICA IV	Reuniões com representantes de segmentos comerciais, nasescolas, associações de bairro e Conselhos.
SEGUNDA FASE: LEIURA DA REALIDADE MUNICIPAL	
ROTEIRO I	Reuniões e/ou audiências públicas regionalizadas ou únicas
ROTEIRO II	Reuniões e/ou audiências públicas regionalizadas ou únicas
ROTEIRO III	Reuniões e/ou audiências públicas regionalizadas ou únicas

Fonte: SILVA, 2011.

A metodologia elaborada e implantada nos municípios envolveu uma grande quantidade de técnicos, facilitadores e participantes dos GTL, e no período de um ano colocou em prática o que foi elaborado em seis meses de trabalho, desde a criação da Secretaria de Cidades de Goiás.

Considerações Finais

Após a análise da metodologia desenvolvida pela equipe da Superintendência de Programas Urbanos da Secretaria das Cidades, foi possível perceber o esforço na busca pela consolidação de laços de cooperação entre o poder público e a sociedade. Sem dúvida foi o início de um exercício simultâneo de estratégia participativa e de planejamento, com potencial para alcançar projeções que se aproximam da realidade das populações atendidas, ao mesmo tempo em que fortalecem a gestão pública municipal.

Essa metodologia se inscreve na tentativa de mudança de paradigma de métodos *Top-down* (de cima para baixo) para práticas mais no estilo *tom-up* (de baixo para cima), como aponta Rainer Hehl (2011), e que deve ser considerada a inovação mais importante em planejamento urbano para a construção de uma cidade mais democrática e mais inclusiva. Participação, autoajuda assistida e transferência de poder a atores locais, têm sido amplamente reconhecidas como pré-requisitos para uma boa governança urbana e a para a inserção mais equilibrada dos diferentes grupos que habitam uma cidade e atuam no espaço urbano. Foi possível perceber, a partir dos relatos e documentos, o interesse dos técnicos da SecCidades envolvidos em transformar antigas práticas excludentes e abstratas para um novo entendimento de planejamento urbano.

O tema da participação popular no processo de planejamento começou a tomar corpo no Brasil com o Movimento da Reforma urbana e se consolidou legalmente com a aprovação do Estatuto das Cidades. Podemos afirmar que o Programa *Cidade pra Gente* foi uma primeira tentativa em Goiás de colocar em prática indicações, recomendações e exigências que, até os dias atuais, não saíram do papel. Uma visão muito instrumental do plano e fortemente pragmática tem impedido que ações como essas, iniciadas pelo Programa Cidade pra Gente, consigam continuidade. A qualidade específica do método analisado consiste na tentativa de interagir um processo de participação coletiva dentro de um contexto formalizado, que contém diversos olhares, diversas experiências de vida e de competências administrativas e urbanísticas.

Se o programa deu frutos, com a aprovação de 14 Planos Diretores que tiveram uma formatação e construção mais coletiva e consciente, é preciso alertar que sem a continuidade de uma política urbana para o Estado esse processo parece ter tido seu fim anunciado já em 2008, com a dissolução da equipe de Programas Urbanos. O que se constatou é que a Secretaria das Cidades, que surgiu como uma grande promessa no cenário do planejamento urbano se caracteriza hoje como uma secretaria sem identidade, com alta rotatividade de funcionários comissionados, que não possuem vínculos com os trabalhos do Estado nem formação adequada para o bom desenvolvimento de projetos, políticas e

programas que visem o desenvolvimento urbano. Recentemente, já passaram pela SecCidades mais de 4 Secretários de Estado em um curto espaço de tempo e o que se percebe é uma ausência de discurso e nas ações. Coincidentemente, o MCidades sofre também com a renovação constante dos técnicos especializados e se afirma atualmente com um caráter mais político, demonstrando uma falta de compromisso com a continuidade de conquistas antes alcançadas.

Referências

BRASIL. Lei n. 10.257, de 10 de julho de 2001.

HEHL, Rainer. A convergência de micro e macro atores rumo a redes multiescalares para intervenções urbanas. In: ROSA, Marcos Leite (org.). *MicroPlanejamento: práticas criativas*. São Paulo: Editora de Cultura, 2011.

ROLNIK, Raquel. A construção de uma política fundiária e de planejamento urbano para o país – avanços e desafios. Rio de Janeiro, *IPEAPolíticas sociais – acompanhamento e análise*, n. 12, p. 199-210, 2006.

SILVA JÚNIOR, Jeconias R; PASSOS, Luciana Andrade dos. *O negócio é participar: a importância do plano diretor para o desenvolvimento municipal*. Brasília-DF: CNM, SEBRAE, 2006.

SILVA, Priscila C. *Participação Popular no Planejamento das Cidades: o Programa Cidade pra Gente nos municípios de Goiatuba e Mineiros*. (Dissertação de Mestrado). Universidade de Brasília. Brasília, UnB, 2011.

SUPUR-SECIDADES. *Redefinição do Plano de Trabalho da segunda fase do Programa Cidade pra Gente*. Goiânia: Governo do Estado de Goiás, 2006.

SUPUR-SECIDADES. *Relatório de Gestão da Superintendência de Programas Urbanos da Secretaria de Estado de Goiás*. Goiânia: Governo do Estado de Goiás, 2005-2006.

VIEIRA, Silmara (Org.) *Caderno Metodológico plano diretor participativo de Chapadão do Céu*. Goiânia: Instituto Ercília, 2011.

VILLAÇA, Flávio. Uma contribuição pra a história do planejamento urbano no Brasil. In: SCHIFFER, Sueli Terezinha Ramos; DEÁK, Csaba. *O Processo de urbanização no Brasil* (Org). São Paulo: Edusp/Fupam, 1999.

Subdesenvolvimento e capitalismo dependente no Brasil: fundamentos teóricos e seus processos históricos

Pedro Henrique Marques Cardoso
Glauber Lopes Xavier

Dentre os vários desdobramentos sociopolíticos e econômicos do imperialismo, inclui-se o fato de ter sido o responsável pelas duas guerras mundiais. Neste sentido, defender a ideia de que o domínio colonial e o desejo expresso das potências centrais em controlar outros territórios se esgotaram no pós Primeira Guerra Mundial é, antes de tudo, anular uma das principais causas da Segunda Guerra Mundial. Por mais que o neocolonialismo tenha sido, em teoria, combatido após o desfecho de 1918, na prática, o que se percebeu foi um novo vulto de dominação econômica e territorial encabeçada pelas forças imperialistas vitoriosas na Primeira Guerra. Em outras palavras, “o domínio colonial, [...] continuou a ser praticado e inclusive exacerbaram-se as tentativas de redivisão do mundo” (SANTOS, 2015, p. 15).

A emergência dos EUA como potência no pós Primeira Guerra deflagrou um novo cenário na realidade hegemônica das nações capitalistas. A partir de então, a prática imperialista assumiu conotações contraditórias, sobretudo pela posição hegemônica dos EUA – país que passou a exercer o controle econômico, político e militar de muitas regiões do mundo, mesmo carregando o passado de ter sido até a segunda metade do século XVIII, uma colônia. No entanto, é evidente que com o fim da Segunda Guerra as nações imperialistas que dominaram o mundo

no final do século XIX acabaram entrando em processo de derrocada. Nações como Alemanha e Japão, por exemplo, perderam vastos territórios coloniais após serem derrotadas neste conflito.

O fim da Segunda Guerra inaugurou uma nova realidade no âmbito das relações de poder entre os agentes hegemônicos do globo. A chamada ‘bipolarização’ do mundo, no contexto da guerra fria, gerou um clima de instabilidade política muito grande entre as nações economicamente mais poderosas e, também, entre as nações de economia periférica. De um lado, a URSS com um extenso território alinhado ao regime socialista e, de outro lado, os EUA capitalista. Nessa perspectiva, a Guerra Fria revelou mais uma nova conotação ao imperialismo: a estratégia de dominação norte-americana de consolidar sua hegemonia no mundo recorrendo ao combate ao socialismo soviético. De acordo com Santos (2015, p. 16):

Esta era uma estratégia de confrontação global com a URSS e seus possíveis aliados, estabelecida pelos EUA e pela Inglaterra e baseada na doutrina da “contenção” de uma suposta expansão soviética. De fato, a guerra fria foi implantada pelos estadunidenses, para consolidar sua hegemonia sobre o chamado Mundo Ocidental.

Outra questão importante do pós Segunda Guerra foi o processo de descolonização iniciado, principalmente, nos continentes africano e asiático. A independência de muitas colônias situadas nestes continentes revelou não somente a ideia de libertação e busca por autonomia destes povos, mas também revelou que a dominação imperialista não se daria mais aos moldes do domínio colonial. Mesmo estando numa condição soberana do ponto de vista jurídico, os novos Estados independentes da África e Ásia (inclui-se também os Estados independentes da América Latina) continuariam a sofrer com a influência e dominação das grandes potências. Em suma, a dinâmica política da guerra fria evidenciou, com a crise do colonialismo, um novo parâmetro nas relações de poder no mundo. A dominação a partir de então passou a se dar entre nações independentes, isto é, entre as chamadas nações desenvolvidas e subdesenvolvidas.

As transformações na estrutura de dominação do modelo capitalista, advindas da guerra fria, não foram suficientes para frear as aspirações imperialistas das chamadas potências centrais, em ocupar e dominar territórios. Pelo contrário, o imperialismo não se extinguiu, apenas tomou novas configurações. Segundo Virgínia Fontes (2010, p. 111), “os formatos do controle imperialista sobre territórios foram modificados e, em muitos casos, atuam a partir de sanções econômicas (e não diretamente pela ocupação política), persistindo, porém, a clássica ocupação territorial”. Neste sentido, é importante esclarecer alguns pontos sobre a teoria da dependência a fim de que se possa compreender essa nova dinâmica assumida pelo imperialismo. No entanto, antes de refletir sobre esta teoria, algumas ponderações serão feitas sobre a teoria do desenvolvimento, com o objetivo de esclarecer determinados conceitos que envolvem ambas as teorias.

Ao clima de instabilidade política provocado pela Segunda Guerra Mundial, principalmente com a crise do colonialismo, acrescentou-se uma nova preocupação no campo das relações sociopolíticas e econômicas mundiais: o subdesenvolvimento. Desta maneira, os países considerados subdesenvolvidos – antigas colônias que conquistaram sua independência ao longo dos séculos XIX e XX – se orientaram no sentido de resolver os entraves políticos, econômicos e até mesmo culturais que obstaculizavam a consolidação de seu desenvolvimento. Vale destacar, como exemplo, a criação da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), fundada em 1948, com o objetivo de contribuir com o desenvolvimento da América Latina¹. Além disso, no campo das ciências humanas, sobretudo no âmbito das ciências sociais, irromperam várias reflexões acerca de um possível desenvolvimento das nações subdesenvolvidas. Destas reflexões despontou a chamada teoria do desenvolvimento, sobre a qual Theotonio Dos Santos afirma:

1 O estruturalismo histórico como explicação para o subdesenvolvimento, vertente teórica originada nos quadros da Cepal, encontrou na obra do economista argentino Raul Prebisch importante contribuição. Suas reflexões acerca da deterioração dos termos de troca suscitaram elaborações teóricas de grande fôlego, destacadamente aquelas oriundas das obras de Celso Furtado, Aníbal Pinto, Osvaldo Sunkel e Maria da Conceição Tavares.

A característica principal desta literatura era a de conceber o desenvolvimento como a adoção de normas de comportamento, atitudes e valores identificados com a racionalidade econômica moderna, caracterizada pela busca da produtividade máxima, a geração de poupança e a criação de investimentos que levassem à acumulação permanente da riqueza dos indivíduos e, em consequência, de cada sociedade nacional (SANTOS, 2015, p. 18).

Com base nestas premissas, os crentes na teoria do desenvolvimento acreditavam que o subdesenvolvimento era parte de um processo evolutivo que culminaria no desenvolvimento. Este desenvolvimento, por sua vez, identificado a partir da consolidação da chamada sociedade moderna, alinhada aos preceitos da racionalidade burguesa, ao modelo econômico capitalista, ao rompimento com os valores e as práticas tidas como tradicionais, dar-se-ia por meio de etapas tal qual teorizado por Rostow² (1978). Por este ângulo, a teoria do desenvolvimento passou a representar, enquanto método para vencer o subdesenvolvimento, um instrumento político para se alcançar um tipo de sociedade padrão. Em termos práticos, muitas nações utilizaram desta teoria para impor um modelo de Estado desenvolvimentista, pois, segundo esta teoria, “o atraso dos países subdesenvolvidos era explicado pelos obstáculos que neles existiam ao seu pleno desenvolvimento ou modernização” (SANTOS, 2015, p. 24).

A teoria da dependência nasce não somente enquanto contestação à teoria do desenvolvimento, mas, também, para expressar uma nova realidade no campo das reflexões acerca do desenvolvimento do capitalismo, sobretudo a respeito das características deste desenvolvimento na América Latina. Elucidada na década de 1960, a teoria da dependência

2 Sinteticamente, o modelo concebido por Rostow (1978) baseia-se em cinco etapas pelas quais os países subdesenvolvidos deveriam trilhar o desenvolvimento econômico. São elas: Sociedade tradicional; Precondições para o arranco; O arranco; Marcha para a maturidade e Era do consumo em massa. Uma boa argumentação crítica em relação ao modelo desenvolvido por Rostow pode ser encontrada em Gerschenkron (2015).

demonstrou, em sua análise, que o sistema capitalista era capaz de produzir, simultaneamente, o desenvolvimento e o subdesenvolvimento (SANTOS, 2015). Em outras palavras:

Se a teoria do desenvolvimento e do subdesenvolvimento eram o resultado da superação do domínio colonial e do aparecimento de burguesias locais desejosas de encontrar o seu caminho de participação na expansão do capitalismo mundial; a teoria da dependência, surgida na segunda metade da década de 1960, representou um esforço crítico para compreender as limitações de um desenvolvimento iniciado num período histórico em que a economia mundial estava já constituída sob a hegemonia de enormes grupos econômicos e poderosas forças imperialistas, mesmo quando uma parte delas entrava em crise e abria oportunidade para o processo de descolonização (SANTOS, 2015, p. 26).

Dentre as correntes marxistas que ao longo do século XX se expandiram pela América Latina destaca-se, em particular, a corrente neomarxista do Centro de Estudos Socioeconômicos da Universidade do Chile (CESO), tendo sido bastante influenciada pelos escritos de André Gunder Frank sobre o subdesenvolvimento³. Os teóricos do CESO buscaram refletir, de forma mais coesa, acerca das condições históricas da evolução política e econômica da América Latina, propondo uma análise destas condições identificada com a realidade prática desta região. Neste sentido, a teoria da dependência preconizada pela CESO procurou romper, no que concerne ao terreno do pensamento social, com os aspectos metodológicos e científicos trazidos das potências centrais (SANTOS, 2015). De acordo com esta

3 André Gunder Frank (1980) vai postular a tese do desenvolvimento do subdesenvolvimento. O autor contesta a ideia de um desenvolvimento independente nos países de economia periférica. Frank defendia a concepção de que o subdesenvolvimento é gerado, assim como o desenvolvimento, não por processos históricos distintos, mas pelo mesmo processo histórico que promove o desenvolvimento do capitalismo. Em suma, o capitalismo, segundo o autor, é capaz de produzir desenvolvimento e subdesenvolvimento simultaneamente.

corrente de pensamento, a expansão do capital internacional pela América Latina conduzia os países da região a um tipo de desenvolvimento (ou ilusão de desenvolvimento) dependente, sendo o marco deste processo, o momento histórico dos golpes militares financiados pelos EUA, durante a guerra fria.

O padrão de acumulação na América Latina a partir da década de 1930, especialmente o caso brasileiro, calcado no processo de industrialização via substituição de importações, tornou-se a saída para a crise econômica que se expandiu pelo mundo a partir da crise de 1929. Naquele momento, as burguesias nacionais dos países latino-americanos se propuseram a pensar um modelo de desenvolvimento para a região, fundamentado em ideias de caráter nacionalista. Vale lembrar, como exemplo, o traço nacionalista da economia brasileira, sobretudo durante os governos de Getúlio Vargas.

No entanto, o modelo de substituição de importações encontrou muitos obstáculos diante das condições para sua implementação. A respeito disso, Tavares (1983, p. 39) afirma que:

Em primeiro lugar, porque o processo de substituição não visa diminuir o quantum de importação global; essa diminuição, quando ocorre, é imposta pelas restrições do setor externo e não desejada. Dessas restrições (absolutas ou relativas) decorre a necessidade de produzir internamente alguns bens que antes se importavam. Por outro lado, no lugar desses bens substituídos aparecem outros e à medida que o processo avança isso acarreta um aumento da demanda derivada por importações (de produtos intermediários e bens de capital) que pode resultar numa maior dependência do exterior, em comparação com as primeiras fases do processo de substituição.

A ascensão do processo de industrialização carecia de um mercado interno estável, a fim de que pudesse sustentar, pela demanda, o crescimento econômico. Ou seja, que a dinâmica anteriormente voltada ao exterior passasse a ser paulatinamente internalizada, tendo o investimento como principal variável. A substituição de importações fora, até

certo ponto, bem sucedida, no entanto, limites estruturais inerentes à economia latino-americana levaram ao seu colapso.

Diante dessa questão, a proposta de desenvolvimento vislumbrada pelos governos nacionalistas da América Latina, entre os anos de 1930 e 1960, e alicerçada no modelo de substituição de importações, não foi capaz de suportar as pressões impostas pelo capital internacional. Desta maneira, couberam às burguesias nacionais da América Latina lançar mão de seus ideais nacionalistas, ao passo que se transformavam em interlocutoras entre os interesses do capital estrangeiro e os anseios internos de seus países. No entanto, é preciso entender que o vínculo entre as burguesias latino-americanas e o capital internacional, sobretudo a partir da década de 1960, não representou autonomia plena para estas burguesias e tampouco significou o desenvolvimento real da América Latina. Vale destacar, como exemplo, o processo de industrialização dos países latino-americanos que, além de acontecer sob os moldes de uma modernização tardia, as indústrias montadas na região carregavam o peso de uma tecnologia obsoleta. Segundo Santos (2015, p. 37), “a expansão industrial da América Latina não resultou na sua passagem para o campo dos países industriais desenvolvidos”. Deveu-se a isto, todavia, o alto nível de desigualdade social na região, o que comprova que a riqueza gerada com a modernização não foi convertida em melhores condições de vida para a população latino-americana.

Em síntese, a teoria da dependência expõe que o desenvolvimento econômico não acontece por intermédio de etapas, mas, ao contrário, induz que o desenvolvimento dos países centrais depende da existência do subdesenvolvimento dos chamados países periféricos. Desta forma, compreender esta teoria corresponde a um dos elementos fundamentais para o entendimento da análise aqui posta.

Além das questões apontadas, é importante ressaltar que o amadurecimento da teoria da dependência na América Latina está intimamente ligado ao contexto de luta e resistência da região em relação ao domínio imperialista das potências centrais, sobretudo em relação a forte influência dos EUA nos países latino-americanos. Neste sentido, a teoria da dependência revela seu caráter revolucionário, pois, além de

evidenciar o problema do subdesenvolvimento, da posição da América Latina (e do chamado Terceiro Mundo) na divisão internacional do trabalho, mostrou-se também, capaz de construir todo um universo crítico identificado com a luta de classes.

Esse comprometimento revolucionário engendrado por alguns teóricos da teoria da dependência – Ruy Mauro Marini, Theotônio dos Santos, Vânia Bambirra, por exemplo – exterioriza a necessidade de romper com a dependência para vencer a barreira do subdesenvolvimento. A partir desse raciocínio, a condição subalterna dos países periféricos só será superada com a interrupção da dominação imperialista. Assim sendo, fica claro o nível de complexidade da teoria da dependência quando esta passa a negar o desenvolvimento econômico mundial pela via da modernização e da industrialização, isto é, pela via capitalista. Diante dessa complexidade, a questão da dependência tem sido fortemente debatida por críticos políticos e intelectuais da América Latina, desde o fim da 2ª Guerra Mundial, especialmente pelos grupos de esquerda. Na visão de Ianni (1974, p. 116):

Por essas razões, convém examinar a problemática da dependência de um ponto de vista crítico. É necessário, por exemplo, analisar questões tais como as seguintes: A noção de dependência não substitui a de imperialismo; ao contrário, uma se desdobra na outra, integrando-se ambas tanto empírica como teoricamente. Além disso, a discussão das estruturas de dependência pode elucidar o caráter das contradições entre as classes sociais nos países da América Latina.

A respeito do Brasil, a noção de que a expansão das relações capitalistas pelo país se deu sob a égide da dependência encontra respaldo, acima de tudo, pelo modo de integração deste país ao mercado mundial, bem como pela posição que este assumiu na escala da divisão internacional do trabalho. Em outras palavras, é preciso compreender que o Brasil se insere ao contexto da economia mundial a partir de sua estreita relação com o capital internacional. Depreendem-se dessa análise as seguintes características: enquanto colônia, o Brasil esteve condicio-

nado à posição de fornecedor de matéria-prima à Europa; após sua independência, sobretudo durante o século XIX, além de manter a característica de país exportador de produtos primários, esteve conectado ao mercado mundial com a entrada de manufaturas inglesas; já no século XX, pela própria dinâmica da divisão internacional do trabalho, o desenvolvimento da economia nacional processou-se a partir da exportação de bens primários às nações com estágio de desenvolvimento mais avançado, sobretudo àquelas onde a industrialização se encontrava em escala ampliada (MARINI, 2000).

O enquadramento do Brasil nas relações capitalistas internacionais, verificado por sua atual posição na divisão internacional do trabalho, revela o ponto central de sua condição dependente. O atributo de país exportador de produtos primários – elemento colonial que permanece após sua independência – representou, ao mesmo tempo, o desestorvo e o entrave ao seu processo de inserção à economia mundial. Ou melhor, ao passo que a capacidade produtiva do setor agrícola brasileiro o integrava a dinâmica capitalista internacional, esta, por sua vez, o amarrava apenas nesta condição, tornando-o um país capaz de produzir riqueza, mas de desenvolvimento dependente.

A respeito disto podemos citar a questão da modernização agrícola que aqui ocorreu. Uma modernização tecnológica interna sob premissas externas, ou seja, financiada por capital estrangeiro para atender demandas internacionais que acabou, por seu turno, reelaborando e endossando a posição subalterna da economia brasileira diante das economias capitalistas classificadas como avançadas. Sendo assim:

Em outras palavras, é a partir desse momento [dessas características] que se configura a dependência, entendida como uma relação de subordinação entre nações formalmente independentes, em cujo âmbito as relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência (MARINI, 2000, p. 109).

Outra questão relevante é perceber como a dependência se consolida internamente nos países subalternos. Dentre vários aspectos, vale ressaltar, pela própria reflexão histórica acerca do tema, o aspecto relacionado à exploração do trabalhador. O fato é que a integração da América Latina ao desenvolvimento capitalista mundial intensificou, ainda mais, o grau de exploração do trabalho⁴. Desta maneira, incidiu sobre as nações subdesenvolvidas, de debilitado processo de industrialização, o peso de uma modernização tardia voltada para atender as demandas dos países industrializados. Isto é, na medida em que a exploração do trabalho nos países dependentes passou a garantir o abastecimento dos países desenvolvidos (principalmente o abastecimento de produtos primários, de subsistência), as nações industrializadas, desenvolvidas, usaram os países dependentes como receptáculo de seus produtos. Esta é mais uma via de integração entre nações economicamente díspares no contexto da economia mundial. Segundo Marini (2000), esta integração pode ser caracterizada como um “Intercâmbio desigual”.

Além disso, é importante esclarecer, mesmo que de forma condensada, que esta exploração do trabalho nos países dependentes se dá, também, pela dominação ideológica. Ou seja, no interior das relações de produção capitalista o discurso hegemônico das grandes potências se converte em instrumento de controle ideológico, do qual as instituições da sociedade civil utilizarão para frear a resistência do trabalhador, frente à exploração em que este está sendo submetido. Desta forma, mesmo estando em condição subalterna, as classes dominantes das nações dependentes procuram reproduzir, em consonância com o poder do Estado, as relações econômicas que garantem a exploração, bem como o controle do trabalhador, assunto de que trata o tópico seguinte, tomando por base o caso brasileiro.

4 Ao analisar a exploração da força de trabalho nas economias dependentes, Marini (2014) desenvolveu o conceito de superexploração. Grosso modo, esta se instaura no momento em que a remuneração da força de trabalho é inferior ao trabalho necessário médio despendido durante o processo de produção de mais-valia.

Estado nacional e capitalismo dependente no Brasil pós-1964

Segundo Gramsci (2011), o Estado, ao representar os interesses das classes dominantes, usa da coerção e do consenso, ou seja, da violência e da ideologia, para garantir a reprodução das relações de poder que, numa sociedade capitalista, caracteriza-se como relação de exploração. Neste contexto Gramsci explora o conceito de hegemonia. De acordo com ele, o Estado não domina apenas pelo aparato político-militar, mas usa como instrumento de dominação de classe os mecanismos do convencimento, da persuasão, do consentimento. Isto é, a classe dominante usa da ideologia para reproduzir sua hegemonia sobre o conjunto dos indivíduos. Diante disto, Gramsci pondera sobre a hegemonia e a ideologia afirmando que:

A proposição contida na introdução à *Crítica da economia política*, segundo a qual os homens tomam consciência dos conflitos de estrutura no terreno das ideologias, deve ser considerada como uma afirmação de valor gnosiológico e não puramente psicológico e moral. [...] A realização de um aparelho hegemônico, enquanto cria um novo terreno ideológico, determina uma reforma das consciências e dos métodos de conhecimento, é um fato de conhecimento, um fato filosófico (GRAMSCI, 2011, p. 194-195).

Já Althusser, ao definir o Estado enquanto instrumento de classe, compartilha da reflexão de que “o Estado é uma máquina de repressão que permite às classes dominantes [...] assegurar a sua dominação sobre a classe operária, para submetê-la ao processo de extorsão da mais-valia” (ALTHUSSER, 1985, p. 62). Outro ponto importante da teoria desenvolvida por este autor está na argumentação sobre a existência e o papel dos Aparelhos Ideológicos de Estado. Sendo estes, segundo o autor, “um certo número de realidades que apresentam-se ao observador imediato sob a forma de instituições distintas e especializadas” (Ibid., p. 68). As instituições nas quais o autor faz menção são as igrejas, os partidos políticos, as escolas, os jornais, a família, etc.. Em outras pala-

bras, instituições da sociedade civil que correspondem ao lugar do domínio ideológico, como também ao lugar da luta de classes.

A partir da perspectiva de Gramsci e Althusser podemos concluir que, no próprio curso da reprodução das relações capitalistas, os elementos que procuram subordinar o trabalhador, tal como as nações dependentes, ao contexto da produção, não se resumem exclusivamente ao uso da repressão política e militar – muito embora este tipo de repressão ainda se apresente como uma realidade. Como afirma Marini (2000, p. 119):

De fato, à medida que o mercado mundial alcança formas desenvolvidas, o uso da violência política e militar para explorar as nações fracas se torna supérfluo e a exploração internacional pode descansar progressivamente na reprodução de relações econômicas que perpetuam e ampliam o atraso e a debilidade dessas nações. [...] O uso da força para submeter a massa trabalhadora ao império do capital diminui à medida que passam a operar mecanismos econômicos que consagram essa subordinação.

Refletir sobre a influência da dominação imperialista no Brasil não significa, antes de tudo, compartilhar da ideia de um Brasil completamente imobilizado pelos interesses estrangeiros. No entanto, é inegável que estes interesses estejam diretamente ligados ao contexto de integração do Brasil na dinâmica sociopolítica mundial, sobretudo a partir da segunda metade do século XX. A própria relação de interdependência entre os países do mundo revela a grande influência das potências centrais em regiões com níveis de desenvolvimento inferior. Ou seja, por mais que os países periféricos tenham sua “autonomia” jurídica consolidada, aí envolvendo também uma questão de soberania nacional, estes não se blindaram o bastante para evitar as imposições imperialistas sobre seu território, principalmente as imposições de caráter econômico.

Nesse sentido é importante analisar o caso do Brasil, no contexto político que antecede o golpe de 1964. Naquele momento, o país sentia os reflexos de uma política nacionalista – iniciada por Vargas na primeira

etapa de seu governo (1930-1945) e reforçada durante sua segunda passagem pela presidência (1951-1954) –, que havia consolidado no âmbito das classes sociais, uma forte burguesia nacional alinhada aos projetos desenvolvimentistas preconizados pela ideia de nacionalismo econômico. Por outro lado, crescia no Brasil os movimentos sindicais e de lutas operárias como resultado do avanço na legislação trabalhista, também iniciada na Era Vargas. No entanto, por mais que essa realidade venha denotar mudança durante o Governo Juscelino Kubitschek, com a abertura do Brasil ao capital estrangeiro e a completa rendição da burguesia brasileira a este capital, nada imperou mais para esta rendição, que o temor da elite nacional diante das reformas populares⁵ propostas por João Goulart.

A expansão da influência estrangeira no Brasil, principalmente a partir do Governo JK, como já citado, fez com que a burguesia nacional se associasse aos interesses dos grupos econômicos internacionais. Nesta perspectiva, esta associação se dava, entre outros elementos, pela ideia de controle das massas trabalhadoras, tendo em vista o crescimento dos movimentos sociais no país, especialmente com a proposta reformista de João Goulart. Desta maneira, uma reforma na legislação trabalhista atingiria diretamente – e negativamente – os interesses econômicos tanto da burguesia nacional quanto dos grupos imperialistas, interessados no controle da economia brasileira. Como afirmou Marx (1974, p. 43), “a legislação sobre o trabalho assalariado, marcada desde a origem com o selo da exploração do trabalhador e desde sempre dirigida contra ele”. Eis o cenário histórico do golpe de 1964. Sobre este fato, Santos (2015, p. 34) afirma que “o golpe de Estado de 1964 cerrou a porta ao avanço nacional-democrático e colocou o país no caminho do desenvolvimento dependente, apoiado no capital internacional e num ajuste estratégico com o sistema de poder mundial”.

O golpe de 1964, como já se sabe, inaugurou no Brasil uma estrutura política marcada pelo domínio político dos militares, caracteri-

5 As chamadas Reformas de Base propostas pelo presidente João Goulart propunham uma série de transformações sociais e econômicas, objetivando mudanças radicais nos setores educacional, trabalhista e agrário do país.

zada, sobretudo, pela ausência absoluta de liberdades democráticas, pelo consentimento da burguesia nacional, e pela forte influência do capital estrangeiro, principalmente dos Estados Unidos da América. Esta influência, todavia, sinalizava a intervenção estadunidense nos assuntos políticos e militares do Brasil, situação que já vinha sendo uma constante desde a década de 1950, através de acordos militares entre os dois países. Vale lembrar, como exemplo, a consolidação do ‘Acordo de Assistência Militar entre a República dos Estados Unidos do Brasil e os Estados Unidos da América’, assinado em março de 1952. Este acordo, por sua vez, estabelecia um vínculo entre estes dois países, no qual coube aos EUA fornecer materiais – tecnologia militar – para o Exército brasileiro, enquanto o Brasil, em troca, forneceria matéria-prima (recursos minerais) à indústria norte-americana.

No entanto, é necessário salientar que a interpretação sobre o robustecimento da Ditadura Militar no Brasil não pode ser atribuída somente ao resultado de uma estratégia externa, isto é, tão somente arquitetada pela iniciativa imperialista norte-americana. É preciso refletir sobre o apoio que os militares receberam de vários setores da sociedade brasileira, particularmente dos grupos pequeno-burgueses e, sem dúvida, das classes dominantes, ambos os setores temerosos diante de uma suposta guinada do Brasil ao comunismo. Apesar disso, mesmo levando em consideração esse apoio interno destes grupos brasileiros, permanece a argumentação de que a intervenção norte-americana no contexto do golpe de 1964 reforça o papel subalterno do Brasil, perante as ações imperialistas das potências centrais.

Sob tal enfoque, a política externa brasileira sofreu notável mudança a partir de 1964. Desde então, o objetivo essencial desta política “parece ser obter uma perfeita adequação entre os interesses nacionais do país e a política de hegemonia mundial levada a cabo pelos Estados Unidos” (MARINI, 2014, p. 109). Contudo, por mais que esta adequação não tenha resultado numa integração igualitária entre os países desenvolvidos e os países de economia periférica, a integração do Brasil à dinâmica capitalista mundial, através do vínculo com os EUA, fez com que o Brasil se tornasse porta-voz dos interesses norte-americanos na América Latina. Isto é, mesmo exercendo relativo domínio econômico e político sobre os

demais países da América Latina, o Brasil seguiu – e segue – preso aos mandos imperialistas dos EUA. Sobre essa questão, e como reforço a nossa argumentação, é significativo observar que:

Em sua política interna e externa, o governo militar de Castelo Branco manifestou não apenas a decisão de acelerar a integração da economia brasileira à economia estadunidense, mas a intenção de se converter no centro de irradiação da expansão imperialista na América Latina, criando inclusive as premissas de um poderio militar próprio. Nisso se distingue a política externa brasileira aplicada após o golpe de 1964: não se trata de aceitar passivamente as decisões estadunidenses (ainda que a correlação real de forças leve muitas vezes a esse resultado), mas de colaborar ativamente com a expansão imperialista, assumindo nela a posição de país-chave (MARINI, 2014, p. 127).

Do ponto de vista de Marini (2014), a submissão das classes dominantes brasileiras – burguesia e latifundiários – ao processo de integração imperialista conduziu o Brasil ao contexto da modernização tecnológica. Por outro lado, esse avanço no campo tecnológico se deu através da absorção, pelo Brasil, de tecnologia obsoleta dos EUA, o que reforça a ideia de desenvolvimento dependente. A modernização da agricultura brasileira, por exemplo, ocorreu a partir desta absorção, ou seja, sob os padrões de uma integração imperialista que, na escala da divisão internacional do trabalho, amarrou o Brasil à condição de exportador de matérias-primas aos países desenvolvidos.

Em contrapartida, mesmo a partir da absorção de tecnologias obsoletas é preciso compreender que a evolução de determinados setores da indústria nacional, bem como a modernização que ocorre no campo, principalmente a partir da década de 1960, propiciou ao Brasil o status de economia dominante no que tange ao contexto da América Latina. Segundo Marini (2014, p. 130), esta realidade revela o papel do Brasil na prática imperialista: o de exercer, na conjuntura político-econômica da América Latina, um tipo de subimperialismo. Neste sentido, este autor esclarece que:

O que se propôs foi a expansão imperialista do Brasil na América Latina, que corresponde na realidade a um subimperialismo, ou a uma extensão indireta do imperialismo estadunidense (não nos esqueçamos de que o centro de um imperialismo desse tipo seria uma economia brasileira integrada à estadunidense). Essa tentativa de integrar a América Latina econômica e militarmente, sob o comando do imperialismo estadunidense e com o apoio do Brasil, sofreu posteriormente muitas vicissitudes e segue sendo hoje uma intenção.

Pelo exposto, percebe-se que o projeto desenvolvimentista de caráter nacionalista empreendido por Vargas nos anos 1930, não suportou as investidas imperialistas por muito tempo. Ironicamente, este projeto de política econômica acabou vivenciando uma de suas primeiras rupturas na segunda passagem de Vargas pelo governo – já nos anos 1950 –, momento no qual as tentativas de arranjo político entre o governo e as massas operárias fracassaram, sobretudo pelas ações do ministro do trabalho, João Goulart, que buscou atrelar os movimentos operários ao governo através da concessão de aumento no salário mínimo. Após forte pressão interna – burguesia nacional – e externa – forças imperialistas – Vargas optou pela demissão de Goulart (MARINI, 2014).

Outro ponto conflitante sobre o enfraquecimento dessa política econômica nacionalista foi, segundo Marini (2014), a chamada ‘Instrução 113’. Esta, por seu lado, assinada durante o governo de Café Filho e preservada pelo governo de Juscelino Kubitschek, representava a direta aliança entre a burguesia brasileira e os grupos econômicos estrangeiros a partir da penetração de capitais imperialistas, particularmente dos grupos norte-americanos. Dentro desta ótica, o derradeiro elemento que selou o domínio imperialista no Brasil, como já citado, foi a consolidação da ditadura militar, em 1964. De acordo com Marini (2014, p. 147):

Essa penetração da capital imperialista apresentou três características principais: dirigiu-se, quase em sua totalidade, à indústria manufatureira e de base; deu-se sob a forma da introdução no país de máquinas e equipamentos já obsoletos nos Estados

Unidos; e realizou-se em grande medida através da associação de companhias estadunidenses a empresas brasileiras.

A integração brasileira ao imperialismo exteriorizou, mais ainda, o aspecto contraditório do desenvolvimento capitalista em nações dependentes. Entre os elementos que reforçam esta ideia, dois em particular merecem destaque: o primeiro diz respeito à condição subimperialista do Brasil, pois, por mais que o país desempenhe relativo domínio em relação aos países da América Latina – exportando excedentes de sua produção –, este domínio não garantiu melhorias internas que o tenham colocado no mesmo patamar das nações imperialistas; o segundo, por sua vez, revela a real participação do Brasil na divisão internacional do trabalho, isto é, o de país exportador de produtos primários. Este último elemento, no que lhe concerne, se comprova pela modernização conservadora imposta ao setor agrícola brasileiro a partir dos anos 1950. “O desenvolvimento industrial capitalista foi, na realidade, o que prolongou a vida do velho sistema semicolonial de exportação no Brasil. [...] No lugar de libertar o país do imperialismo, vinculou-o ainda mais”. (MARINI, 2014, p. 158).

Considerações Finais

A compreensão do caráter subdesenvolvido e dependente da economia brasileira remete, em alguma medida, às teses sobre o imperialismo e seus efeitos sobre a América Latina. O fato de sua economia ter se baseado, durante muito tempo, na exportação de produtos primários e se ancorado numa sociedade de baixos salários e com alarmante concentração de riqueza impediu o engendramento de condições internas que propiciassem relativa autossuficiência na acumulação de capital. Tal cenário impingiu-lhe uma condição periférica tanto no plano da formação e apropriação da riqueza quanto na conformação de seu tecido social. Ou seja, correlato à dependência que viceja o processo de formação de valor e, por desiderato, de acumulação calcada na superexploração, fez-se emergir uma sociedade cindida em estratos sociais nitidamente desiguais. De um lado, uma burguesia nacional associada à burguesia estrangeira e, portanto, submetida aos ditames de um impe-

rialismo assentado noutras bases: financeira, tecnológica, etc.; as oligarquias agrárias cujo poder político e econômico advém mormente da concentração fundiária. De outro, uma classe trabalhadora que percebe baixos vencimentos, alijada do acesso às condições garantidoras do exercício de cidadania, a despeito dos avanços que se sucederam nas relações de trabalho após a década de 1940 com a consolidação da CLT.

Tal painel deslinda o cariz dependente e subdesenvolvido da economia brasileira, cuja estrutura impediu que, com o processo de industrialização, de cujo avanço fez-se valer uma ditadura militar deflagrada pelo golpe de 1964, se observasse a melhoria do padrão de vida de sua população. Não obstante o progresso material decorrido da produção de toda sorte de manufaturas até então importadas, o que fora possível graças à empresa de substituição de importações, parcela significativa dos trabalhadores não encontraram – dados os baixos salários – condições para seu consumo. Decorreu-se um processo de industrialização voltado sobremodo para os estratos superiores da camada média e para a elite nacional. Este processo, por seu turno, não consistiu numa distorção se se leva em conta que esta dinâmica foi produto de um dado modelo de associação entre o capital nacional e o capital estrangeiro, o que no limite impediu que a estrutura produtiva nacional observasse modificações consoante a expansão da demanda.

Referências

- ALTHUSSER, Louis. *Ideologia e Aparelhos ideológicos de Estado*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985.
- ANDERSON, Perry. *A política externa norte-americana e seus teóricos*. São Paulo: Boitempo, 2015. 223 p.
- FONTES, Virgínia. *O Brasil e o capital-imperialismo: teoria e história*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2010. 388 p.
- GERSCHENKRON, A. *O atraso econômico em perspectiva histórica e outros ensaios*. Rio de Janeiro: Ed. Contraponto, 2015.
- GRAMSCI, Antônio. *Maquiavel, a política e o Estado moderno*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976. 444 p.

- _____. *O leitor de Gramsci: escritos escolhidos 1916-1935*. Org.: Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011. 375 p.
- GUNDER FRANK, André. *Acumulação dependente e subdesenvolvimento: repensando a teoria da dependência*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1980.
- IANNI, Octavio. *Imperialismo na América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1974. 181 p.
- MARINI, Ruy Mauro. *Dialética da Dependência*. Petrópolis: Editora Vozes, 2000.
- _____. *Subdesenvolvimento e Revolução*. Florianópolis: Insular, 2014. 272 p.
- MARX, Karl. *A acumulação primitiva do capital*. Porto: Publicações Escorpião, 1974. 93 p. (Cadernos O Homem e a Sociedade).
- _____. *Contribuição à Crítica da Economia Política*. São Paulo: Expressão Popular, 2008. 283 p.
- _____. *O Capital: crítica da economia política (Livro I)*. São Paulo: Boitempo, 2013. 1493 p.
- ROSTOW, Walt Whitman. *Etapas do desenvolvimento econômico: um manifesto não comunista*. Rio de Janeiro: Zahar Editores. 6ª edição, 1978.
- SANTOS, Theotônio Dos. *Imperialismo e corporações multinacionais*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977. 111 p.
- _____. *Teoria da dependência – balanço e perspectivas*. Florianópolis: Insular, 2015. 232 p.
- TAVARES, Maria da Conceição. *Da Substituição de Importações ao Capitalismo Financeiro: ensaios sobre economia brasileira*. Rio de Janeiro: Zahar, 1983. 264 p.

PARTE 2

*Saberes e expressões
culturais no Cerrado*

12.

Os “batuqueiros do amor” e os carnavais de rua em Anápolis

Amanda Milanez Fenerick
Robson Mendonça Pereira

Que extraordinária força de atração possuía aquela mulher simples, pobre e mulata, capaz de atrair para junto de si as figuras mais respeitáveis de Anápolis, que lhe frequentavam a casa e muito prezavam a sua amizade? Waldemar Epaminondas Pereira
– A CINQUENTENÁRIA.

Foi na década de 1930 que o carnaval anapolino obteve seu grande apogeu. A cidade, inundada pelo espírito folião, esperava ansiosamente ano após ano pela chegada do grande soberano “Rei Momo”. Pelas ruas o brado de alerta ressoava ao som das mais populares canções de carnaval, marcando assim o despertar dessa epidemia avassaladora e contagiante. Lima (2001) destaca que as celebrações carnavalescas promovem uma espécie de suspensão da ordem cotidiana, um relaxamento do rigor moral e da liberdade dos costumes. Nesse espetáculo sem distinções os indivíduos expressavam por meio de músicas e vestimentas seus impulsos mais secretos.

Ferreira (2011) elenca em sua obra os principais carnavais da década de 1930, que a cada ano ganhavam mais força e brilho. Dos carnavais de rua aos bailes privados no Clube Lútero-Recreativo de

Anápolis (C.L.R.A.)¹, os tradicionais blocos percorriam a cidade com suas belas e tradicionais fantasias. De acordo com a autora, no ano de 1932 a cidade de Anápolis começou a sentir o gosto do carnaval. Já em 1934 bate o *record* com três bailes em três dias: “Os *Gererês* foram comandados por Orlando Motta, que foi o principal elemento da fuzarca carnavalesca” (FERREIRA, 2011, p. 280). Nas páginas do Annapolis² de 1936 os dias de festejo foram estampados contemplando os detalhes de cada acontecimento. Em 1937 os blocos de rua desfilaram pela cidade, pelos cinemas e pelos clubes animando a todos e revestindo os lugares de confetes e serpentinas. “O bloco dos casados deixou no chinelo o bloco dos solteiros” (FERREIRA, 2011, p. 282). No carnaval de 1938 o concurso de fantasias foi esplêndido, e os prêmios às moças ganhadoras das melhores fantasias foram de 20 e 10 entradas de cinema gentilmente cedidas pelo Cine Teatro Imperial. Nenhuma década foi tão animada quanto a década de 1930.

Na década de 1940, porém, Anápolis assiste a um carnaval que caminha a passos lentos, sem a animação e o brilhantismo de outrora. Logo no início do ano de 1941, no mês carnavalesco, as páginas do Annapolis na coluna “Música, Anápolis!”, salientam o sentimento de declínio com relação à música na cidade: “Não é prisca a época em que contávamos ótimos jaz [sic], mediana banda de música [...]. Hoje, entretanto, dos baluartes incentivantes da arte de Carlos Gomes em nossa terra, resta-nos o “Americano Jazz” [...]” (O ANNAPOLIS, nº 255, 2 de

-
- 1 O Club Lútero-Recreativo Annapolino (C.L.R.A) sofre mudanças em sua nomenclatura original ao longo dos anos, denominando-se Clube Recreativo Anapolino (CRA) em 1936. Em 1941 passa a se chamar Anápolis Tennis Club (ATC). Em 18 de maio de 1945 volta à sua denominação anterior por sugestão de seu presidente, Jonas Duarte. Mesmo durante o período em que se chamou Anápolis Tênis Club a sigla ATC não caiu nas graças do povo anapolino, que continuou a usar o título de CRA (FERREIRA, 2011, p. 214). Nos registros do *Anápolis* do início da década de 1940 é possível encontrar, agora em número reduzido, pequenas notas do clube com a denominação de Anápolis Tênis Club.
 - 2 Ao longo do artigo o nome do jornal sofrerá variações de acordo com as mudanças ortográficas do período, como Anápolis, e mudanças certamente próprias do jornal com relação à sua nomenclatura, como O Anápolis. Todavia, é importante salientar que se trata do mesmo jornal durante todo o trabalho.

fevereiro de 1941, anno VI). Os grupos de música da cidade eram fundamentais durante o período carnavalesco, pois eram os grandes responsáveis por manter a vibração dos foliões nos bailes e nas ruas. Na edição de 9 de fevereiro de 1941 o Annapolis estampa a apatia dos tempos de carnaval sob o título “... E o carnaval?”:

Nota-se uma frieza geral, em nossa terra, pelos folguedos carnavalescos que se aproximam.

Antigamente tínhamos o celebre grupo dos “Gererês” que, com suas alegres e festivas passeatas e conduzindo o tradicional bahuzinho caça-nikeis do respeitavel publico, alegrava as ruas da cidade, despertando na alma annapolina o desejo de pôr á margem, por alguns instantes, magoas e tristezas e cahir de cheio nessa especie de farra innocente e bastante brasileira.

[...]

Verdade é que o carnaval em Annapolis muitas vezes se tem revelado nos últimos momentos e, ao redigirmos esta nota, ainda temos esperança de que apareça algum *valiente* que ao roncar da cuica grite para os desanimados: *Quem foi que disse que não havia carnaval? ...e num passo de kangurú a gritar por todas as Helenas e Auroras procure dar sumiço no grande stock de lança-perfumes, confettis e serpentinas do Argemiro e Freitas.*

Que deus momo diga amen (O ANNAPOLIS, nº 257, 9 de fevereiro de 1941, anno VI).

Mesmo diante dessa aparente apatia carnavalesca, os foliões promovem um baile no Clube Recreativo Annapolino (CRA) como uma iniciativa de “restaurar o animo dos annapolinos nos festejos momisticos”. Entretanto, para muitos “o carnaval de salão, esse que o Zé-povinho fica espiando de fora, na ponta dos pés” não se configurava como o carnaval verdadeiro “que alegre, a alma popular, desopilando figados engurgitados e desenrugando physionomias acabrunhadas com o peso da vida [...]” (O ANNAPOLIS, nº 258, 13 de fevereiro de 1941,

anno VI). Segundo esta coluna sobre o carnaval, que não leva a assinatura de seu autor, o carnaval só seria diferente se “a turma bamba lá dos altos” descesse para junto das Antas e animasse o bairro aristocrático a entrar na folia. Tal colocação evidencia o afastamento entre aquele seletto grupo que podia participar dos bailes privados e o restante da população. “Do contrario nada teremos para o povo, nem mesmo uma bandazinha de musica para animar as nossas praças e jardins” (O ANNAPOLIS, nº 258, 13 de fevereiro de 1941, anno VI).

Mesmo diante de todos esses fatos contrários ao carnaval de 1941, a edição de 20 de fevereiro do Annapolis traz o alívio de que na “ultima hora o carnaval em Annapolis pegaria fogo”. O bloco dos “Pão Duro” iria percorrer as ruas da cidade intimando os inimigos da melancolia a participar da grande festança. O bloco “Batuqueiros do Amor”, com a notícia do aparecimento dos “Pão Duro”, também se juntaria à folia (O ANNAPOLIS, n. 260, 20 de fevereiro de 1941, anno VI). As súplicas para que algum “valiente” resgatasse os tempos áureos do carnaval anapolino certamente surtiu efeito no ano de 1941 e, nesse sentido, nada mais valoroso do que ressaltar a figura memorável de Dona Chica, mulher que detinha verdadeira fascinação pela música e por tudo que a ela se relacionava. Criadora do bloco “Batuqueiros do Amor”, Dona Chica foi uma das responsáveis pelos grandes momentos do carnaval de rua da cidade na década de 1940.

Batuqueiros do Amor

Esse bloco, já tradicional pela sua disciplina e ordem fará hoje a sua estreia em publico e abrindo alas desfilará pelas ruas de nossa cidade ao cadenciar de sambas e marchas que estão da pontinha.

Que o povo de Annapolis reconheça os esforços desses dedicados vassalos de S. M. o Rei Momo e não lhes resgatêm louvores e applausos (O ANNAPOLIS, nº 261, 23 de fevereiro de 1941, anno VI).

É interessante observar no registro anterior que esta foi a primeira vez que o bloco “Batuqueiros do Amor” se apresentou na cidade. Pouco se sabe sobre o passado de Francisca Fernandes de Oliveira, popularmente conhecida como Dona Chica. De acordo com a crônica de Waldemar Epaminondas Pereira para a revista *A Cinquentenária*, edição única de 1957, Dona Chica era natural da cidade de Goiás³ e nela passara grande parte de sua vida no labor do campo. Todavia, seu espírito sonhador a fez tomar a firme resolução de partir para um lugar do qual pudesse trabalhar ativamente e Anápolis era o lugar ideal. Chegando à cidade pouco antes dos trilhos em 1935, Dona Chica logo se pôs a trabalhar em prol dos outros, dos humilhados e ofendidos, e logo conquistou a simpatia e admiração de todos os anapolinos (Imagem 1).

Apreciadora da arte dos sons e dos batuques, Dona Chica estava sempre com as portas abertas de sua casa para receber a todos, em especial aqueles que fossem músicos. Atuando também no âmbito político, foi partidária daqueles que necessitavam de votos, sacrificando os próprios interesses particulares e até mesmo a saúde em campanhas eleitorais vigorosas: “Podia ter conseguido fortuna pelo muito que trabalhou. No entanto a morte a encontrou pobre. Pobre, mas honrada⁴”.

Pelas palavras do cronista e pela imagem (p. 237) observa-se que Dona Chica realmente gozou de uma vida simples e decerto ao chegar à cidade não fez parte do círculo de políticos e comerciantes de Anápolis. Todavia, por sua atuação, passa a se tornar uma pessoa importante e conseqüentemente se relaciona diretamente com tais figuras. Nos registros iconográficos do Museu Histórico Alderico Borges de Carvalho não se sabe se o homem ao lado de Dona Chica nesta imagem seria

3 Foi a capital da Capitania, Província e Estado de Goiás de sua fundação, no século XVIII, até 1933, quando da construção de Goiânia.

4 As palavras aqui descritas sobre Dona Chica constituem parte da edição única publicada pela revista *A Cinquentenária* em comemoração aos cinquenta anos da cidade de Anápolis, de 1907 a 1957. In: *A CINQUENTENÁRIA. Dona Chica. Uma crônica de Waldemar Epaminondas Pereira*. Edição única, 1957, s/nº.

seu primeiro marido ou um amigo próximo à família⁵. Todavia, pela análise da imagem, acredita-se que este possa ter sido sim seu primeiro marido quando esta residia ainda na Cidade de Goiás, devido à vestimenta e pose de ambos aparentemente salientando as alianças.

Provavelmente realizada na área externa da residência, devido às folhagens ao fundo e o chão batido, nota-se na imagem que foi montada uma espécie de cenário com cadeiras e uma mesinha com flores do lado direito. Dona Chica, trajada com um vestido de cor clara e com mangas até o punho parece segurar algo que não é possível ser identificado na imagem, talvez algumas flores do mesmo tom da roupa e em forma de buquê ou mesmo possa estar apenas apoiando a mão logo abaixo da barriga, orientada pelo fotógrafo para a pose do retrato. Os cabelos presos dão destaque aos brincos de argola e os sapatos bicolores com detalhe frontal aparentam possuir salto. Ao seu lado o homem está vestido com o que seria uma tradicional farda, com botões ao longo da sobrecasaca, cinto cinturado e botas até a metade da perna. É interessante notar que seu cabelo leva uma mecha de cor branca ao centro da cabeça. O retrato certamente data-se da década de 1920 quando os vestidos ganham um comprimento cada vez mais curto.

O trecho a seguir, salienta um pouco mais acerca da vida de Dona Chica e aponta pequenas controvérsias nos relatos de sua história:

Francisca Fernandes de Oliveira, a popularíssima D. Chica, goiana de Vianópolis, região rural de Goiás Velha chegou em Anápolis no início dos anos 30. Ela, seus 11 filhos e mais o seu segundo marido, Antônio, contratado por Rachid Curi, para chefiar o trabalho das obras que o árabe emigrante pretendia construir.

5 Não foi encontrada uma imagem em que Dona Chica estivesse sozinha nos registros do Museu Histórico Alderico Borges de Carvalho. A crônica de Walde-mar Epaminondas para a revista A Cinquentenária acompanha uma imagem de Dona Chica, todavia o registro fotográfico se encontra em qualidade ruim.

Imagem 1 – Dona Chica e homem desconhecido.



Fonte: Museu Histórico de Anápolis Alderico Borges de Carvalho, s/d.

A viagem foi penosa, demorada, feita em caminhão, através de estradas poeirentas e esburacadas.

Mas instalada em Anápolis, D. Chica, logo, logo se identificou com a terra e sua gente. E foi além: dinamizou a sociedade, traçou rumos, criou hábitos, fez política...

Virou figura importante, a quem todos ouviam, a quem todos respeitavam. Sua incultura e sua mulatice, não lhe causaram embaraços, não lhe torpedearam os propósitos. E ela virou conselheira, virou oráculo. Pontificava... (BATISTA; OLIVEIRA, 1993, p. 157).

É perceptível no trecho acima que há pequenas lacunas na história de Dona Chica se comparada à crônica de Waldemar Epaminondas, como o fato de esta mudar-se para Anápolis devido à contratação de seu segundo marido e não por seu “espírito sonhador”. Fica evidente que os pequenos detalhes da vida dessa personagem são de fato controversos. O que não há dúvidas sobre sua história é sua atuação carnavalesca na composição do bloco “Batuqueiros do Amor”. Ainda acerca do carnaval de 1941, Dona Chica é citada como referência do que foi esse estupendo carnaval: “Aos rapazes e às moças eu aconselharia que fossem aprender com dona Francisca Fernandes como se organiza um bloco, para que no outro carnaval não fiquem tão envergonhados e não apanhem dez a zero como aconteceu este ano” (O ANNAPOLIS, nº 262, 2 de março de 1941, anno VI).

O carnaval de 1941 figurou como uma tentativa de retorno à alegria carnavalesca despertada na década de 1930. Todavia, os esforços desse ano não permaneceram vivos até o ano de 1942, do qual não há registros sobre as folias dos blocos nas ruas da cidade ou mesmo de bailes privados nos clubes. A única nota acerca do carnaval lamenta seu desaparecimento.

... E o carnaval se foi
 Já houve quem disse que a vida é um Carnaval. Nele vivemos
 dominados pela alegria, e, será toda a vida sempre assim?

Durante êsses dias não manifestamos o que somos realmente.
Efêmero é o reinado de Momo.

Tudo passou ...

Parece ainda ouvir ao longe as marchas estonteantes...

Mas, esqueçamos o Carnaval, e deixemos que a vida continue...

Maria Protis

(O ANNAPOLIS, nº 338, 22 de fevereiro de 1942, ano VII).

Em 1943 não há notícias no Anápolis acerca das festividades carnavalescas e tal fato pode ser associado ao período de guerra. Já em 1944 o “Momo serve” novamente e, logo no início da coluna, comenta-se que o carnaval foi mais do que nunca atordoado pela guerra. Segundo o registro, poucos foliões tentaram animar a cidade e, apesar de tudo, os quatro bailes do Tênis Clube – Clube Recreativo Anapolino – deram certo entusiasmo aos foliões. “Mas bloco bom foi o da Chica. Os “*coloreds*” não descansaram da folia nem um ano. Até neste em que as cousas não seguem em nada no seu caminho” (O ANÁPOLIS, nº 440, 27 de fevereiro de 1944, ano IX). Nota-se que mesmo não havendo notas no Anápolis no ano de 1943, Dona Chica e os “Batuqueiros do Amor” não deixaram de comandar, ainda que tímida, alguma folia pela cidade.

De fato, os anos de guerra abalaram os festejos de carnaval e em 1945 a coluna “O Carnaval nas Ruas e nos Salões” indica que apesar da situação angustiante em que se encontra o mundo, o povo brasileiro não se esqueceu de prosseguir mais alegre nos dias de carnaval. “Em Anápolis alguns blocos animaram inesperadamente os festejos de “Momo” e “o folião dos “*coloreds*” não deixou de tomar parte na alegria do reinado de S. M. “sem distrito e sem reinado”” (O ANNAPOLIS, nº 489, 18 de fevereiro de 1945, ano X). Percebe-se que nos dois registros anteriores foi utilizado o termo “coloreds” para referenciar os foliões participantes do bloco de Dona Chica, logo os também integrantes do “Batuqueiros do Amor”. Leite (2004) aponta que a designação “coloreds” era utilizada para definir povos descendentes de africanos que possuíam a mistura de diferentes etnias entre si. Este termo possui conotações distintas em contextos diversos (p. 13). No

que tange sua associação ao bloco, acredita-se que este tinha como objetivo, de fato, salientar a característica física principal dos integrantes do “Batuqueiros do Amor”, um bloco fundado por uma negra e composto também por negros.

A Imagem 2, associada ao trecho que faz referência ao carnaval de 1946, que salienta o quanto o bloco “ensaiado pela Chica” foi se tornando tradicional na cidade, reforça mais uma vez tal intitulação dada aos integrantes. O trecho diz que “o rei Momo foi homenageado ostensivamente pelos inscritos naquele bloco, em maioria de “*coloreds*”” (O Anápolis, nº 567, 7 de março de 1946, ano XI).

É evidente na imagem que o bloco “Batuqueiros do Amor” era fundamentalmente composto por integrantes negros. Tal fato sofre a influência de diversos elementos. A própria origem de sua fundadora, Dona Chica, negra e pobre, revela o núcleo de onde nasceu o bloco. Partindo desse pressuposto, os integrantes do bloco também surgiram de seu próprio meio, ou seja, de familiares e amigos próximos que pertenciam ao mesmo nicho, como moradores do bairro onde ocorriam os ensaios na cidade de Anápolis⁶. Essa afirmação, porém, não anula a participação de integrantes de outras etnias e residentes em lugares distintos da cidade, em especial pela popularização e carisma que Dona Chica adquiriu, se relacionando com sujeitos que atuavam na política e no comércio.

6 Leite (2004) comenta que segundo os registros do Annapolis no ano de 1941, a cidade possuía uma linha divisória, imaginária, da qual determinadas localidades que abrangiam inclusive a hoje praça Bom Jesus – região central – seriam periféricas, sendo que os ilustres moradores habitavam a chamada “cidade baixa” (p. 25).

Imagem 2 – Bloco “Batuqueiros do Amor”.



Fonte: Museu Histórico de Anápolis Alderico Borges de Carvalho. Década de 1940.

Sentada ao lado do homem na ponta direita da imagem, provavelmente este era seu marido, Dona Chica, que devido à falta de registros não se sabe ao certo sua idade, aparenta estar feliz após o que deveria ter sido uma apresentação ou mesmo ensaio do “Batuqueiros do Amor”. Em pose característica para o retrato, com os instrumentos musicais à frente, como pandeiro e violão, homens e mulheres trajam roupas simples, do cotidiano, e que decerto eram suas melhores vestimentas para uma ocasião importante como o ato de registrar um momento por meio de fotos. Como relata o registro de Batista e Oliveira (1993), Dona Chica possuía uma família extensa, logo os principais integrantes do grupo eram seus filhos, noras, genros e até mesmo netos. É possível encontrar na imagem algumas crianças e moças que aparentam possuir idade entre 13 e 17 anos.

Nota-se que à frente, sentados, estão apenas homens, sendo a única mulher a própria Dona Chica. Todos devidamente trajando um terno clássico com duas peças, calça e paletó, e também camisa. Apenas dois dos homens que estão sentados não usam gravata social, assim como aqueles que se encontram em pé ao fundo. Nery (2014) expõe que o

homem da década de 1940 se apresenta mais à vontade, com gravatas coloridas e cabelo cortado bem curto. Mesmo a imagem sendo em preto e branco, vê-se que as gravatas apresentam quadriculados, listras, ondulações, e até mesmo elementos geométricos como círculos. Outro detalhe são os lenços ou flores nos bolsos dos paletós. Os sapatos fechados, acompanhados de meia até o tornozelo, seguem a linha usual da vestimenta e possuem ou não cadarço. Talvez algum deles usasse o tradicional “sapato *oxford* de sambista”, como o homem sentado no canto esquerdo, com bico arredondado, cadarço e salto baixo, entretanto não é exequível de fato realizar tal afirmação.

Quanto às mulheres da imagem, não é visível por completo suas vestimentas. Talvez utilizassem duas peças, composta por blusa e saia como Dona Chica, ou ainda um vestido. Observa-se que a fundadora do “Batuqueiros do Amor” usa saia abaixo do joelho, blusa com decote “V” e botões frontais. O comprimento das mangas se estende até os cotovelos e, pela fisionomia das mulheres, vê-se que as mais velhas trajam roupas com mangas mais longas e decotes um pouco mais fechados. Já as mulheres mais jovens, moças, vestem roupas com mangas mais curtas, abaixo dos ombros, e decotes arredondados. As golas são em “fichu”, “xale” ou “laço” (BENARUSH, 2014). Os cabelos de algumas mulheres aparentam estar presos, enquanto o de outras são simplesmente curtos. Variando entre tons claros e escuros, algumas das vestimentas femininas apresentam tecidos estampados. O único sapato feminino evidente é o de Dona Chica, que parece não possuir salto e apresentar cadarço e bico arredondado.

Ao fundo da imagem, feita em ambiente externo, talvez em frente a alguma casa ou estabelecimento comercial das ruas de Anápolis, visto que estão aparentes portas e/ou janelas do prédio, vê-se ao centro o estandarte do grupo com os escritos “bloco” e “é do amor”. A palavra “batuqueiros” não aparece, provavelmente por estar mais abaixo do estandarte. Com aproximadamente 37 pessoas nessa imagem, o bloco “Batuqueiros do Amor” recheava as ruas e praças da cidade de Anápolis, arrastando os súditos de “Momo” pelos cordões ao som das tradicionais marchinhas carnavalescas. Em edição do *O Annapolis* de 8 de fevereiro de 1948 o carnaval da cidade é intitulado como uma surpresa e chega a

ser comparado com os tempos áureos da década de 1930: “Em todo caso, a festividade de Momo neste ano vai ser qualquer coisa mais significativa. Talvez lembrará os idos de 1936, com cuicas, pandeiros temperados com o barulho das almas em ebulição” (O ANNAPOLIS, nº 755, 8 de fevereiro de 1948, ano XIII).

Entretanto, em edição posterior, o que seria uma surpresa se transforma em “Acabou-se o Carnaval de Rua!”, segundo a coluna do jornal. De acordo com o registro, haveria carnaval “nos clubes sim” e “nas ruas não”: “Como não houve blocos notáveis senão o já tradicional “Batuqueiros do Amor”, o Carnaval de rua não existiu. O tal bichinho sofreu indigestão” (O ANNAPOLIS, nº 756, 12 de fevereiro de 1948, ano XIII). Mais uma vez o fim de uma década começa a dar sinais também do fim dos grandes festejos carnavalescos. Por outro lado, a folia do Clube Recreativo Anapolino ganha força, com bailes a fantasia e premiações oferecidas pelas principais casas comerciais da cidade às melhores vestimentas, como belos vestidos da Casas Pernambucanas e cortes de seda do “Empório das Sedas”.

Em 1949 O Annapolis apresenta nas edições do mês de fevereiro diversos registros de como seriam as festanças de carnaval, promovidas pelo Clube Recreativo Anapolino, pela Associação dos Bancários e Comerciantes de Anápolis (ABCA) e outras agremiações. Apenas em um dos registros comenta-se a participação do já tradicional bloco “Batuqueiros do Amor”, “dos *coloreds*, que todos os anos marca o seu tento no carnaval de rua” (O ANNAPOLIS, nº 859, 24 de fevereiro de 1949, ano XIV). É aparente ao longo desses registros que marcam o final da década de 1940 que havia uma constante oscilação carnavalesca. A dúvida se haveria carnaval de rua pairava no ar e acredita-se também que existia uma espécie de disputa entre os carnavais privados e de rua. De todo modo, independente da magnitude dos festejos de carnaval, o bloco “Batuqueiros do Amor” sempre é citado como participação certa na folia.

Imagem 3 – Bloco “Batuqueiros do Amor” em vestimentas de carnaval.



Fonte: Museu Histórico de Anápolis Alderico Borges de Carvalho. Década de 1940.

Batista e Oliveira (1993) assinalam que o bloco, cada vez mais unido e presente na cidade, chegou a representar Anápolis nos festejos de 1º de maio na capital Goiânia. Diferente da imagem anterior, a Imagem 3 acima mostra os “Batuqueiros do Amor” com vestimentas de carnaval, tipicamente uniformizados para puxar os foliões por onde passassem.

Com estandartes que levam o nome do bloco e também de Anápolis, e instrumentos de percussão, sopro e cordas, os “Batuqueiros do Amor” na imagem acima se destacam em especial por sua indumentária carnavalesca. As mulheres vestem saias na altura da cintura, talvez em corte *semi-godê*, que as deixam levemente rodadas e com comprimento abaixo dos joelhos. As blusas com mangas pouco acima dos cotovelos são moderadamente bufantes e apresentam decote com drapeado. O tecido das duas peças aparenta ser liso, leve e fino, um tecido característico do verão. Não é possível afirmar se os elementos presentes nas

saias são do próprio tecido ou se foram confeccionados em outro material e costurados às roupas. Acredita-se que tais elementos, luas e estrelas, funcionavam como uma espécie de símbolo do bloco ou mesmo foram pensados para um carnaval específico.

Ainda com relação à composição da vestimenta feminina só é possível observar os sapatos das duas mulheres sentadas no chão quase ao centro da imagem. Um deles é fechado, de cor escura, bico arredondado e salto alto e grosso. Pela posição, evidenciando o solado, não é notável se há ou não cadarço. O outro modelo, de cor clara, parece ser uma sandália que deixa a parte frontal do pé descoberta e apresenta um pequeno orifício na ponta. Para somar à vestimenta algumas das mulheres usam colares, brincos e flores. É interessante notar que o chapéu de palha é o acessório que unifica homens e mulheres como pertencentes ao mesmo grupo. Com copa abaulada e abas ora grandes, ora médias, os chapéus juntamente com a vestimenta atribuem identidade aos integrantes do bloco “Batuqueiros do Amor”.

Quanto aos homens suas vestimentas variam entre duas composições básicas. A primeira trata-se de calça reta, camiseta listrada e suspensório, como o homem em pé no canto esquerdo da imagem. Alguns, todavia, não utilizam tal acessório que é formado por tiras elásticas presas ao cós das calças por meio de grampos ou botões. A segunda composição traz a junção entre calça reta e camisa social com botões, sendo que as mangas largas parecem ser em formato “bispo”, ou seja, ganham volume ao se aproximar do punho. Esse modelo pode ser observado na vestimenta do menino em pé também no lado esquerdo da imagem. O tecido leve e fino aparenta ser o mesmo que foi utilizado na confecção das blusas femininas. Como já exposto anteriormente, os integrantes do bloco eram em sua maioria filhos e netos de Dona Chica e a criança ao centro da foto, ainda bem pequena, é um exemplo de tal afirmação. Nota-se que ela está vestida como os integrantes do bloco. Logo, presume-se que o homem ao seu lado seja seu pai, não apenas pela proximidade entre os dois na imagem, como também pelo detalhe do laço que prende o chapéu ao pescoço de ambos. O homem parece ser o único a utilizar colete sobre a camisa, o que denota que talvez fosse ele o regente a conduzir o bloco pelas ruas.

Dona Chica, em meio aos integrantes do bloco, se encontra sorridente logo abaixo do estandarte do lado esquerdo da imagem. Não é possível fazer conjecturas sobre suas roupas, porém percebe-se que ela não usa as mesmas vestimentas das outras mulheres devido à cor clara da parte superior de sua veste, visível logo acima do chapéu do homem abaixado à sua frente. Entre os dois estandartes encontra-se um homem, que por sua aparência mais cansada e sua camisa abotoada até o colarinho, acredita tratar-se do marido de Dona Chica, que de certo ainda conservava os preceitos de uma indumentária tradicional. Rica em seus detalhes, a imagem ainda nos apresenta ao fundo um grupo de pessoas, aparentemente crianças, que ou faziam parte da família ou apenas acompanharam as apresentações do grupo neste dia. Com relação ao prédio, uma construção ainda deveras simples, os tijolos estão aparentes em toda a extensão da fachada e as portas e janelas são em madeira. Aparece tratar-se de um galpão, um tipo de construção que se torna característico na cidade de Anápolis em determinadas regiões com o desenvolvimento da indústria.

É interessante notar no “Batuqueiros do Amor” a participação de grande quantidade de mulheres como integrantes, certamente cantoras e musicistas do bloco. Tal questão está muito provavelmente associada ao fato da própria idealizadora do conjunto ser uma mulher, o que demonstra um protagonismo que vai além da exposição feminina em bailes e concursos de beleza que se espalharam pela cidade desde a década de 1930, em especial durante tais festividades. Outra questão curiosa a se pensar sobre as vestimentas analisadas é que estas foram certamente criadas, idealizadas para uma ocasião carnavalesca pontual, e podem ter sido até mesmo patrocinadas por algum dos inúmeros comércios de tecidos de Anápolis ou por algum benemérito, já que Dona Chica era uma pessoa tão estimada na cidade. O que não há dúvidas é que na década de 1940 os “Batuqueiros do Amor” foram os responsáveis por estimular o carnaval de rua deixando sua marca na história de Anápolis.

No início dos anos de 1950 as notas no O Annapolis restringem-se às diretivas dos carnavais nos clubes e associações da cidade. Não há nenhuma referência sobre o carnaval de rua e os “Batuqueiros do Amor”.

Duas notas do mesmo autor, Juvenal de Barros, chama atenção com relação ao que seria um espetáculo de “loucuras febris do paganismo”. Tal autor, em uma das notas em forma de poema, afirma que “empunhando a bandeira do cinismo” o carnaval é um período onde a população se entrega ao canalhismo (O ANNAPOLIS, s/nº, 19 de fevereiro de 1950, ano XV). Na nota seguinte, em forma de crônica, o autor relata que aqueles eram tempos de misérias, “com mulheres seminuas em irritante promiscuidade” e do qual não havia distinção de raças e nem de cores. “Tem-se a impressão de que o vício e a decadência vencerão e a humanidade sucumbirá” (O ANNAPOLIS, s/nº, 23 de fevereiro de 1950, ano XIV).

Nota-se pelos trechos acima que o carnaval de rua passa a simbolizar devassidão e “promiscuidade” dos costumes, e o colunista acrescenta que “não havia distinção de classes e nem de cores”, quando na verdade o bloco dos “Batuqueiros do Amor” era formado predominantemente por indivíduos de origem negra e pobre, e talvez aí estivesse a raiz do problema: o contraste com os grandiosos bailes de salão organizados pela elite local, branca e endinheirada.

Evidentemente, Juvenal de Barros não se identificava com os festejos de carnaval e suas ditas liberdades imorais. Mais uma vez o início de uma década parece não acompanhar o ritmo da década anterior e os festejos carnavalescos de rua novamente esmorecem. Em 1953 O Batalhador assinala que “apesar das múltiplas dificuldades [...], o carnaval continuará uma festa profana capaz de nos proporcionar momentos de intensa alegria e esquecimento total das angruras contidianas [sic]” (O BATALHADOR, nº 2, 1 de março de 1953, ano I). O reinado de “Momo”, de acordo com o registro, arrasta os foliões pela cidade, todavia o povo anapolino, pacato por natureza, permanece comedido até mesmo no carnaval. O desfile de cordões não se repete no carnaval desse ano e os foliões não apresentavam aquele ardor costumeiro tradicionalmente carnavalesco. O motivo do esfriamento entre os foliões era a perda irreparável de Dona Chica.

Não há registros no material viabilizado para a pesquisa sobre a data de morte da fundadora do bloco carnavalesco “Batuqueiros do

Amor”. O jornal termina sua nota acerca do “Carnaval que se passou” com um apelo aos sucessores de Dona Chica no sentido de restituir o bloco “em homenagem àquela que, em vida, tudo fez para nos alegrar”. A insuficiência de registros não permite afirmar que fim levou o bloco “Batuqueiros do Amor”, porém, abalados com a perda de sua progenitora e idealizadora, certamente os integrantes do bloco não tiveram forças para se reestruturar. Anápolis perdeu sua mais ilustre encorajadora do carnaval de rua. Nas palavras de Waldemar Epaminondas, “dorme no seio da terra generosa de Anápolis essa mulher” “em cujo coração as rosas não tinham espinhos” (A CINQUENTENÁRIA, 1957, s/nº).

Referências

A CINQUENTENÁRIA. Edição única em comemoração ao jubileu da cidade de Anápolis. Museu Histórico de Anápolis Alderico Borges de Carvalho, 31 de julho de 1907-1957.

BATISTA, Paulo Nunes; OLIVEIRA, Jarbas de. *Anápolis em tempo de música*. Anápolis-GO: Projeto “História de Ouro”, 1993.

BENARUSH, Michelle Kauffmann. *Termos básicos para a catalogação de vestuário*. Rio de Janeiro: Secretaria de Estado de Cultura – RJ/Casa da Marquesa de Santos, 2014.

FERREIRA, Haydée Jayme. *Anápolis, sua vida, seu povo*. 2ª ed. Goiânia: Kelps, 2011.

LEITE, Jairo Alves. *O bloco Batuqueiros do Amor e o Carnaval de Rua em Anápolis nas décadas de 1930 a 1950*. Centro Universitário de Anápolis – UniEvangélica. Trabalho de Conclusão de Curso, 2004.

LIMA, Cláudia. *EVOÉ: história do carnaval – das tradições mitológicas ao trio elétrico*. Recife: Editora Raízes Brasileiras, 2001.

NERY, Marie Louise. *A evolução da indumentária: subsídios para criação de figurino*. 7. reimp. Rio de Janeiro: Senac Nacional, 2014. 304 p.

O ANNAPOLIS. Museu Histórico de Anápolis Alderico Borges de Carvalho, 1935-1960.

O BATALHADOR. Museu Histórico de Anápolis Alderico Borges de Carvalho, 1953.

13.

Imagens cerradenses: o audiovisual popular da Magnífica Mundi WebTV

Ana Lúcia Nunes de Sousa
Nilton José dos Reis Rocha

As primeiras experiências de audiovisual popular conectadas com os movimentos sociais começaram a surgir, no Brasil, a partir de 1980. Neste momento surgiram as chamadas televisões de rua (*telestreet*), que eram “caracterizadas pela produção e exibição de vídeos educativo-culturais em praça pública ou lugares fechados” (PERUZZO, 2007, p. 10). A televisão comunitária brasileira “surgiu num contexto de efervescência dos movimentos sociais, que buscavam no vídeo um meio facilitador do processo de conscientização e mobilização de segmentos sociais excluídos” (PERUZZO, 2007, p. 22).

Dos anos 80 até a atualidade, surgiram várias experiências de televisão comunitária no país: TV Viva (Recife - PE, 1984 – em funcionamento), TV Mocaranga (Santarém-PA, 1987 – em funcionamento), TV Maxombamba (São Gonçalo-RJ, 1986 - 1998), TV Pinel (Rio de Janeiro-RJ, 1996 – em funcionamento), TV Sala de Espera (Belo-Horizonte-MG, 1993-1997), etc. (PERUZZO, 2007, p. 22).

Atualmente, de acordo com a Frente Nacional para a Valorização das TVs do Campo Público (Frenavetec), há 95 televisões comunitárias regulamentadas no país, sendo 65 em atividade, em 10 estados do país.

Outro levantamento realizado pela Agência Nacional de Cinema aponta 118 canais comunitários de TV.

Cabe ainda enfatizar que muitas das experiências de audiovisual popular e comunitário operam apenas *online*. Entre os anos 1990 e 2000, as emissoras que operavam sem licença foram perseguidas, criminalizadas e fechadas pela Agência Nacional de Telecomunicações do Brasil, fazendo com que muitas experiências fechassem suas portas e outras migrassem para a Internet como alternativa para continuar existindo. Segundo a Frenavetec, 29 das 90 emissoras filiadas à entidade transmitem apenas *online*.

No estado de Goiás, as primeiras iniciativas de comunicação popular e alternativa nasceram na luta contra a ditadura militar. Surgiram, neste período, os jornais impressos alternativos, com o objetivo de contrainformar e ser uma tribuna de luta contra o regime. Em 1979, a “União das Invasões”, um movimento popular de ocupações urbanas afincado na capital, Goiânia, criou a Rádio Alternativa, na Nova Esperança¹, e TV Ambulante. O objetivo destes meios, segundo Ronnie Barbosa, um dos criadores, era “falar para todo mundo e falar à nossa maneira” (MARINHO, 2009, p. 80).

Além do caráter de contrainformação eficaz e, por isto mesmo, de grande mobilização interna no movimento, estes meios também passaram a ser uma arma de defesa contra a polícia. Com a câmera de vídeo, a polícia pensava duas vezes antes de atuar de forma violenta contra os ocupantes. Nas palavras de Ronnie, “então a câmera de vídeo se tornou [...] quando as pessoas iam a ocupar um terreno, a primeira coisa que perguntavam era se a TV Ambulante tinha chegado” (MARINHO, 2009, p. 80).

1 No período de maior intensidade da luta posse e uso do solo urbano, o movimento de posseiras e posseiros urbanas/os chegou a ter, em funcionamento simultâneo, quadro transmissores de rádio livre (Nova Esperança, Santo Hilário, Jardim Europa e uma rádio móvel, que servia também a outros grupos e movimentos, na cidade e no campo). Ação fortalecida pelas parcerias com a ex-Cooperativa de Jornalistas Profissionais de Goiás e o então Departamento de Comunicação -UFG, pelos cursos de jornalismo e radicalismo.

A TV Ambulante não era mais do que uma câmera Panasonic, comprada clandestinamente no Paraguai, com o dinheiro articulado por simpatizantes e jornalistas implicados nos processos de luta pela posse da terra, naquele momento. Os vídeos produzidos eram projetados para ocupantes de terrenos urbanos e camponeses sem terra, que estavam em luta em diversas cidades do estado de Goiás. Alguns vídeos passavam por uma pequena edição, feita por militantes e/ou por estudantes da Universidade Federal de Goiás, que participaram ativamente da TV. A Rádio Ambulante, por sua vez, era o que se conhecia por “rádio poste”.

As “rádio poste” (no caso das/os posseiras/os, se chamava Rádio Popular) eram caixas de som, colocadas nos postes de luz do bairro ou conectadas a microfones em locais estratégicos, com grande circulação. A comunidade, então, se reunia de forma pública para fazer e escutar a Rádio e ver as projeções da TV Ambulante. Esta foi a primeira grande experiência de comunicação com traços comunitários, alternativos e populares realizada na província.

A Rádio e a TV Ambulante funcionaram até os anos 1990, quando por questões da própria dinâmica dos movimentos sociais, acabou se desarticulando, seus membros assumiram outras funções e não houve quem os substituísse. Ou, com mais segurança, o movimento acreditou, de forma equivocada, que com a eleição de um prefeito de esquerda, pelo PT, talvez estivessem resolvidas tanto a questão da democracia do uso do solo urbano como da comunicação popular.

Retornando à trajetória do núcleo de comunicação comunitária da Universidade Federal de Goiás, que viria, no futuro, se constituir no Laboratório Integrado em Jornalismo Compartilhado Magnífica Mundi, importante situar aí as experiências de Cinema na Ciclovía (ROLIM, 1995), da TV Che (ROCHA; GOUVEIA, 2002) e o premiado TV Criança Lambança (ROCHA *ET AL*, 2002), ocorridas na década de 1990.

A primeira, com moradores da ciclovía e que teriam casa no setor Goiânia Viva, da capital do estado, num processo inicial de compartilhamento na produção; a segunda, um embrião de TV comunitária

com crianças e adolescentes do assentamento Che, em Itaberaí; a última, de educomunicação, em parceria com a Escola Municipal Aristoclides Teixeira e o Circo Lahetto (ROCHA *et al*, 2004), no setor Pompéia, em Goiânia, que chegou a ser semifinalista do prêmio Itaú-Unicef.

Em 1998, foi fundada a Televisão Comunitária de Goiânia (Goiás), por 34 entidades, emitindo programação pelo canal 13, no sistema de TV a cabo. Mas a experiência não prosperou e, como muitas outras iniciativas semelhantes, se tornou mais um espaço religioso até o encerramento de suas atividades. Nos anos 2000, surgiram outras experiências também marcantes, ligadas aos grupos sociais no estado com destaque para o Movimento de Vídeo Popular que produziu e formou cineastas populares.

A WebTV Magnífica Mundi já nasceu, em 2000, como um laboratório ligado ao Curso de Jornalismo, da Universidade Federal de Goiás. Em 2001, surgiu o Centro de Meios Independentes (*Indymedia*) de Goiânia, que também acabou se desarticulando para dar início, em 2008, ao Movimento do Vídeo Popular. Atualmente, somente a WebTV Magnífica Mundi continua em funcionamento e se transformou numa das possibilidades de uma plataforma jornalística que será o Portal Berra Lobo.

Este capítulo analisa os dezoito anos de produção audiovisual da WebTV Magnífica Mundi, a partir da perspectiva dos sujeitos que por ali passaram, nos quais nos incluímos. Para isso, retomamos alguns dos projetos e caminhos percorridos nestas quase duas décadas de atuação e criação de uma imagem e narrativa tipicamente do cerrado.

Magnífica Mundi: uma longa trajetória

A Magnífica Mundi WebTV nasceu no ano 2000, na Faculdade de Comunicação em Biblioteconomia da Universidade Federal de Goiás, fruto da inquietação de alunos² e como consequência da trajetó-

2 A proposta objetiva de se abandonar os espaços convencionais no estúdio de TV e pensar na utilização da Web foi do ex-estudante Emmerson Kran, hoje servidor da Agência Brasil Central/Rádio Brasil Central.

ria de atuação e dos conflitos internos na Faculdade em relação às práticas em comunicação popular e comunitária que implicavam na permanência de representantes dos movimentos sociais nos espaços e/ou laboratórios do curso que algumas pessoas, de certo modo, acreditavam exclusivos de estudantes e professores.

A Magnífica iniciou seus trabalhos através da instalação de uma tecnologia básica de funcionamento, que possibilitava que professores, técnicos e estudantes utilizassem a estrutura oferecida pela Faculdade para criar e gerir uma rádio e uma televisão por internet, ao lado de uma rádio FM em ondas, baseada nos princípios de construção autônoma e participativa, não somente entre a comunidade acadêmica, mas com a contribuição dos movimentos populares. Na experiência, foi determinante o apoio de técnicos do setor de informática que garantiram, num complicado processo com o uso de quatro computadores, a primeira transmissão.

O início da Magnífica foi marcado também pela transmissão *online* da Magnífica FM 107,1, na passagem de 12 para 13 de maio de 2000. O intuito era comemorar o dia do jornalista, colocando no ar a Rádio, que já estava instalada em um dos laboratórios da faculdade desde 1997³. A transmissão, com 24h de programação, foi executada pelos alunos e pelos movimentos populares. Neste momento, o uso de uma *webcam* na transmissão de rádio, ampliava aí as possibilidades de uso popular neste tipo de transmissão.

A simples ideia de conectar uma câmera para registrar ou multiplicar as experiências mostrou que era possível fazer uma WebTV com pouco investimento e sem ter que enfrentar o processo burocrático que envolvia a liberação de um canal de televisão educativo ou cultural (LIMA; ROCHA, 2003). O que permite hoje, com muita facilidade, as práticas ou transmissões serem feitas no famoso três em um: WebTV, Web rádio e rádio comunitária.

3 A Rádio foi criada em 1997 como Trabalho Final de Curso do então estudante Emerson Kran, que é considerado um dos criadores da Magnífica Mundi.

Atualmente, a WebTV não transmite programação regular ou diária, como já ocorreu. Mas, não só se transformou num laboratório de práticas comunicacionais e culturais, com diversos projetos desenvolvidos nestes dezoito anos de história, como se prepara para retomar este fluxo cotidiano com várias parcerias na cidade e no campo, e no exterior, dentro do projeto “Casa das Palavras – uma escola popular de comunicação compartilhada”, bem como a nova frente laboratorial com a rádio “Comunitária Noroeste FM”, em Goiânia.

Fisicamente, a Magnífica Mundi tem seus laboratórios integrados⁴ na Faculdade de Comunicação da Universidade Federal de Goiás. Em termos acadêmicos, abriga disciplinas de audiovisual, projetos de extensão e projetos de pesquisa, no qual participam estudantes, professores, técnicos da Universidade, ex-alunos e colaboradores externos. A Magnífica também está vinculada a uma rede de várias entidades⁵, movimentos populares e grupos em constante contato e colaboração, visando a construção de uma sociedade mais democrática, baseada em princípios de liberdade e comunidade.

Assim, atua de forma diversificada, destacando-se as oficinas de comunicação realizadas em conjunto com movimentos populares e escolas públicas, transmissões e coberturas de eventos e as jornadas de transmissões 24h ininterruptas. Em 2000, quando projeto foi iniciado, foram realizadas duas transmissões de 24h e foi criado o “Circo da Comunicação”, atividade que unia comunicação e circo, com a participação do Circo Lahetto.

A partir de 2001, passou a realizar oficinas de comunicação durante o Festival Internacional de Cinema Ambiental (FICA). No ano seguinte,

4 Na atualidade, a Magnífica ou Mag, como é conhecida, tem os seguintes laboratórios: WebTV (estúdio), sala de transmissão em HD, edição de imagens, jornalismo cinematográfico, jornalismo do traço ou espaço Graúna, cine mundi com sala de projeção, teatro de gibeira e estúdio de rádio (Magnífica/Noroeste FM) e Web rádio.

5 E, agora, se prepara para ser núcleo da recém-criada Associação de Pesquisadores e Comunicadores em Comunicação Comunitária, Popular e Alternativa (ABPcom).

foi organizada uma cobertura da reunião anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), que durou sete dias. Em 2003, começa, anualmente, a realização do Projeto “Circo da Comunicação, Infância e Juventude”, inicialmente em Goiânia; depois, em Alto Paraíso, e, finalmente, Cidade de Goiás. (GO).

Em 2006 e 2007, além das transmissões 24h, a Magnífica deu início, em parceria com a *Escuela de Cine y Artes Audiovisuales de La Paz* (BO), ao Colóquio Brasil-Bolívia (BraBo) e o Projeto de Extensão Jornalismo e Culturas de Fronteira. O Colóquio é um espaço para troca e compartilhamento de experiências entre latino-americanos, principalmente brasileiros e bolivianos, realizado entre 2006 e 2010, em La Paz/ El Alto e no Brasil.

Em 2008, realizou a I Semana Magnífica Mundi, com debates, palestras e oficinas de comunicação, atividade contínua anualmente e que, este ano, completa dez anos. Também em 2008 deu início a um novo projeto, o *Taller Internacional de Cine Documental Sin Fronteras*, que durante quatro anos formou mais de 50 documentaristas populares latino-americanos. Das produções nos módulos de formação, destacam *Camino de Roger*, vencedor do II Perro Loco; e “Cowboy”, que abriu a mostra de cinema latino-americano em *Comilla*, Espanha.

Entre 2014 e 2015, publicou três edições da Revista “Becos Comunicantes”, com textos contemplando conteúdos de disciplinas, projetos de extensão ou encontros de comunicação popular, na própria universidade. Como laboratório para produção estudantil, a Becos, em 2017, teve uma edição impressa em disciplinas não vinculadas ao laboratório⁶, e, também, se prepara para, agora no segundo semestre, retomar seu fluxo via disciplinas do curso de Jornalismo.

No texto de abertura da primeira edição, Nilton Rocha, professor de jornalismo e coordenador da Magnífica, declara a profunda conexão entre as atividades da Magnífica Mundi e os povos e culturas do

6 Em disciplinas da Prof.^a Luciene Dias e do Prof. Sálvio Peixoto.

Cerrado, dentro de colóquio andante⁷, o II Brabo “[...] quase 5 mil quilômetros percorridos, no reencontro dos povos e línguas (esquecidos) dessa vigorosa civilização dos cerrados centrais. Com essa gente, compartilharam-se ideias, vivências e festas, ritos e rituais, comida, oficinas e, sobretudo, os mitos” (ROCHA, 2014, p. 3).

Ainda em 2015, realizou uma extensa cobertura da greve deflagrada na Universidade Federal de Goiás. Em 2016, ofereceu oficinas e transmissão compartilhada em web, pela Magnífica, do Congresso Nacional da população em situação de rua, na Praça do Trabalhador, Goiânia; além de coproduzir e apresentar trabalho teórico sobre o tema, na UnB, com participação de um dirigente do movimento, na construção e apresentação do texto.

Nos dois últimos anos, o laboratório, como parceiro efetivo, deu contribuições muito importantes em oficinas de rádio comunitária, Web rádio, WebTV (o famoso três em um) para grupos de jovens dos territórios Médio Araguaia, Vale do Araguaia e Norte. Também se destaca a atividade com a rádio Harmonia FM Comunitária, na Escola Família Agrícola de Uirapuru.

Nesta linha de práticas, o laboratório construiu uma experiência, muito importante do ponto de vista da articulação e da produção coletiva de conteúdos transmitidos, assim como da gestão da tecnologia de transmissão conjunta de rádio comunitária em ondas e na web, com o Sindicato dos Professores da Universidade de Catalão (em 2017). Nesta oportunidade, contou com a participação do Corpo em Cena, projeto de extensão local, e grupos populares como o Movimento dos Atingidos por Mineração (MAM), trabalhadoras e trabalhadores sem-terra e estudantes.

7 O colóquio Brabo, no Brasil, começou por Corumbá-MS, com as questões do Pantanal como sócio bioma (inter) dependente de outros biomas, ciclo de debates e visita à aldeia Marçal de Souza, em Campo Grande; vivências no assentamento Oziel, aldeia Bororo de Meruri e Xavante, em Sangradouro, além da Cidade de Goiás e ciclo de debate e participação no II Festival Latinoamericano de Cine Universitário Pero Loco, coincidentemente vencido por uma co-produção Brasil-Bolívia, Camino de Jorge.

Com financiamentos do Proext- MEC, dois projetos de extensão se destacam neste contexto, O Berra Lobo – comunicação e conhecimento compartilhados e o Terra Encantada – gente miúda, direitos integrais. Neles, também, se pensou e se articula o Casa das Palavras, com núcleos ou unidades no interior e na capital, além dos Laboratórios Magnífica Mundi, para a formação de jornalistas, comunicadoras/es, cineastas e produtoras/es culturais populares

O primeiro, em parceria com o MST, trabalhou, preferencialmente, no assentamento Oziel Pereira, em Baliza, com atividades de educomunicação nas escolas municipal e estadual do assentamento, além de uma escola na sede do município; e o acampamento Dom Tomás Balduino, em Corumbá. Processos narrados, por crianças e adolescentes destas escolas e estudantes da UFG no livro Berra Lobo – palavras andantes (LIMA, 2014).

Por sua vez, o Terra Encantada, que também continua ativo, na escola e comunidade Santo Antônio da Parida, no Sertão, em Alto Paraíso, vem redesenhando, em alguns aspectos, as práticas tanto da extensão como de processos comunitários. Além de ter um engajamento local decisivo, o projeto conta com a contribuição de professoras/es e estudantes de Jornalismo, Educação Física e ainda Biblioteconomia.

A continuidade do processo tem levado à construção, também, de um livro que leva o nome do projeto (no prelo), de estágios e trabalhos de final de curso, além de uma tese de doutorado, sobre educação no campo, defendida em março na UnB. E, mais recente, iniciou-se a construção de uma parceria com o Ciranda da Arte, da Secretaria Estadual de Educação, para fortalecer e ampliar as atividades na comunidade e escola da Parida.

Num salto pedagógico – e, portanto, político-cultural – o projeto vem avançando tanto a produção conjunta de documentário, dentro do subprojeto Cine Sereno – as estrelas de nosso caminhar, que é a exibição de filmes ao céu aberto, a exemplo do “Acolá o ser-tão”, de Amanda Oliveira e crianças da escola da Parida, financiado por um edital da TV Futura, e “Um dia na Escola”, com assinatura de três adolescentes como diretores.

No momento, o laboratório Magnífica Mundi, na reconstrução do seu núcleo de cinema, agora no formato do jornalismo cinematográfico, não só rearticula antigas parcerias, como abre uma cooperação com a Televisión Serrana, em Cuba, onde, no momento, estão três estudantes de jornalismo e três pesquisadores do Gwatá, da UEG-Cidade de Goiás, realizando uma formação intensiva em cinema compartilhado.

Depois de um compartilhamento na Rio+20, na Oca Tecnológica, onde se trabalharam oficinas com povos originários, na Colônia da Fiocruz, o laboratório aprofundou uma parceria também com o Centro de Estudos das Diversidades, Intolerâncias e Conflitos – Diversitas (USP), e prepara, atualmente, um seminário conjunto, no sentido de aprofundar os passos, também conjuntos, na compreensão e engajamento na construção do conhecimento compartilhado.

A lista de atividades é longa, e apesar de termos citado apenas algumas, cabe lembrar que durante esses dezoito anos de atuação, muitas atividades não foram catalogadas. As ações e projetos da Magnífica Mundi transitam na fronteira entre a academia e os movimentos sociais, e, arrisco dizer, vive muito mais da energia criadora deste segundo do que da pulsão egocêntrica e limitadora que o primeiro, muitas vezes, exerce.

Talvez seja o sopro de energia advindo da ligação com o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), os povos *Mâkrarè* (conhecidos como Krahô), Xavante, Bororo, Tapuia, o que explica que dentre todos os projetos e movimentos de audiovisual popular no Cerrado, a Magnífica Mundi seja o único que continua a atuar. Assim, ousamos aqui afirmar que a Magnífica é (quase) uma espécie de guardiã, anciã, *Wajakà* (KRAHÔ, 2017) das imagens do Cerrado.

Aprender a ser autônomo, ser autônomo para aprender

A autonomia foi um pilar construído aos poucos como resultado das práticas realizadas no laboratório, da postura dos membros, da influência dos movimentos populares, e se tornou um dos diferenciais da atuação na Magnífica.

O processo de aprendizagem na Magnífica Mundi passa pelo reconhecimento de si mesmo como sujeito, pela percepção da sua possibilidade de ser autônomo. Mas essa autonomia não é vista aqui como individualista ou solitária e sim como uma ferramenta para chegar a construir algo coletivamente. Essa foi a lição mais importante que poderia ter tido na Magnífica durante os 4 anos em que estive lá: a noção de que conhecer-se e afirmar-se enquanto indivíduo (prefiro sujeito, talvez) passa quase sempre pelo encontro com o coletivo (SOARES, 2010).

Mas de que autonomia falamos? Nos referimos a uma autonomia que permite com o que o estudante possa, acima de tudo, refletir sobre suas próprias práticas. Pensar a teoria, analisar a prática e, assim, reinventar tanto uma como a outra. Uma autonomia que nos permite decidir que, mesmo contrariando a instituição, não abriríamos mão de colocar no ar rádios livres, de utilizar a infraestrutura da universidade para realizar projetos comunitários, e colocar nosso conhecimento à serviço da comunidade, podendo também aprender com ela. Quando falamos em autonomia, nos referimos também a um processo que permite que o estudante se perceba enquanto comunicador, criador de significados e que possa, de alguma maneira, subverter a lógica de fazer comunicação sem, muitas vezes, entender o significado e as consequências desta prática de forma imediata.

Eu, dentro da magnífica consegui perceber o verdadeiro impacto de tudo que eu produzia enquanto comunicador social, jornalista e criador de significados ideológicos dentro de uma lógica midiática que era específica da minha profissão. Consequentemente, isso fez com que o entendimento do meu real papel enquanto ser humano e ser social. Aprendi, acima de tudo, a ser responsável com as minhas palavras e atos (VIEIRA, 2010).

Para além de pensar um sujeito puramente autônomo, construiu-se uma noção de autonomia que, todavia, não desconhece a própria dependência, como aponta Morin. Um sujeito autônomo provisório, incerto,

em constante aprendizagem e mudança. Um sujeito que é mescla de autonomia, liberdade e heteronomia (MORIN, 1994).

As transmissões 24h realizadas pela Magnífica Mundi desde sua “fundação”, são, sem dúvida, as atividades mais esperadas, que mais participantes mobiliza e, também, as mais caóticas. Mas é, neste processo de caos pedagógico que se desenvolve uma parte importante do processo de aprendizagem autônoma no laboratório.

Dias 8 e 9 de junho de 2001. Foram 28 (vinte e oito) horas consecutivas ao vivo no primeiro experimento. Ao final da experiência estávamos esgotados! Menos de um mês depois, nos dias 3 e 4 de julho, mais 24 (vinte e quatro) horas divididos em dois grandes blocos de 12 (doze) horas, para o mundo ver e ouvir. Problemas no áudio, problemas no vídeo, problemas nos cabos. Morde uma ponta, emenda na outra. Corre daqui, grita de lá. [...] Por um momento, o mundo pareceu pequeno. Pelos estúdios passaram crianças, deputados federais, entidades negras, professores, deficientes físicos, vereadores, lésbicas, grupos de hip-hop, violeiros, diretores de faculdades, grupos de rock, senadores, sindicalistas, reitores, secretários municipais e estaduais (faltou pouco para trazer o governador), loucos por RPG, e o MST fechou com chave de ouro. A luta continua. Transpor obstáculos tornou-se uma rotina para essa grande equipe[...] (ANÔNIMO, 2010).

É possível perceber, pelo relato, como a aprendizagem se dá pelo enfrentamento das condições reais de produção no laboratório. Estudantes e professores precisam dar respostas rápidas às demandas que surgem, seja um cabo que falta ou um/a entrevistado/a que não pode comparecer na última hora.

Enquanto participantes da Magnífica Mundi, denominamos este processo, muitas vezes de caos pedagógico. Entendíamos o caos, como um lugar do pensamento não pensado, um território infinito de velocidades infinitas e uma zona de possibilidades, de potencialidades (GIANINI, 2005). Não tínhamos, quase nunca, por mais que planejássemos, controle sobre as transmissões 24h.

Mas, sempre, ao final das 24h, o que ficava era a sensação de que tínhamos feito o impossível, ou seja, colocado no ar, com condições precárias de produção, uma WebTV. E uma WebTV popular, participativa e construída por nós, da montagem técnica à definição das pessoas entrevistadas. As funções eram, em sua maioria, rotativas e o importante era que cada aprendiz pudesse experimentar o que desejasse.

Também poderíamos denominar esse processo como um fenômeno complexo ou desorganizado. Para Morin, a complexidade trata de exercitar-se em um pensamento capaz de tratar, dialogar e negociar com o real; e a desordem é tudo aquilo que é irregularidade, desvio em relação a uma estrutura dada, imprevisível. Ordem e desordem estão em permanente interação. Enquanto várias organizações rechaçam o caos e a desordem, para nós, este era o grande momento, onde percebíamos de forma chocante como aprendíamos e construíamos conhecimento (MORIN, 1994).

Segundo Morin, a desordem é a resposta inevitável, necessária e inclusive, fecunda, ao caráter esclerotizado, esquemático, abstrato e simplificador da ordem (MORIN, 1994). Neste sentido, as transmissões 24h eram nossa resposta à suposta neutralidade jornalística, quando levávamos os movimentos populares para a Universidade sem nos preocupar em levar, no mesmo quadro, as instituições. Eram também nossa resposta ao jornalismo bem-comportado, e à tendência que existe na Universidade de afirmar que é impossível fazer comunicação com poucos recursos.

Mas as transmissões 24h não são apenas desorganização. São fruto de muita organização, desorganização e re-organização. Esse processo, para Morin, é importante para a produção de fenômenos organizados:

La complejidad de la relación orden/desorden/organización surge, entonces, cuando se constata empíricamente que fenómenos desordenados son necesarios en ciertas condiciones, en ciertos casos, para la producción de fenómenos organizados, los cuales contribuyen al incremento del orden (MORIN, 1994, p. 94).

Uma outra atividade importante, tanto do ponto de vista da aprendizagem dos estudantes quanto da ligação com os movimentos populares é a realização de oficinas. As oficinas ocorrem, geralmente, em escolas públicas, acampamentos e assentamentos de trabalhadores rurais sem terra, em eventos realizados pelos movimentos populares, e na própria universidade (tendo como foco a comunidade acadêmica) e obedecem a uma lógica de funcionamento baseada na formação, troca e autonomia.

A Magnífica Mundi, segmenta as atividades do coletivo, basicamente e de forma não sistemática, em três etapas que dialogam entre si: formação, troca e autonomia.

A etapa de formação se funda nas oficinas ministradas pelos membros do coletivo. Elas são ofertadas e elaboradas mediante as demandas de cada comunidade, mas sempre voltadas para o âmbito da comunicação. Normalmente, são estruturadas por uma parte teórica, mais dogmática, que apontam as crises, falhas, relevâncias e reflexões sobre as mídias e suas possibilidades enquanto ferramentas sociais. A outra parte, prática, se propõe o “fazer comunicação”, o qual provoca maior encantamento e satisfação aos que ali aprendem e ensinam.

A etapa de troca é o espaço de intercâmbio de conhecimentos que surge no decorrer das experiências vividas em coletivo. Ao adentrar em um universo novo, o aprendizado nunca é hierárquico e unilateral. A troca de experiências, de conhecimentos e de sentimentos que envolvem essa relação com movimentos e grupos sociais implica em uma dinâmica de trabalho de produção compartilhada e colaborativa, um dos princípios fundamentais da Magnífica Mundi.

O ciclo se fecha, porém não se acaba, com a etapa de autonomia. As oficinas se encerram, mas as produções continuam. A autonomia de produção e o caminhar com as próprias pernas possibilitam ao grupo ou comunidade o desenvolvimento e a continuidade de atividades e criação de conteúdos próprios de

seu contexto. A Magnífica assume nessa etapa o papel de articulação e consolidação de parceria com esses grupos e movimentos sociais.

A princípio, a intenção era de se fazer com que, após fases de formação e autonomia, houvesse uma permutação dos conteúdos produzidos tanto pela comunidade como pelo coletivo Magnífica Mundi, no entanto, falta ao projeto capacidade em infraestrutura (equipamentos, computadores, transmissores, etc) para viabilizar esse intercâmbio de produções (GONÇALVES; DOURADO; ROCHA, 2010, p. 4-5).

Palavras Finais

Uma coisa, talvez certa, é o atrevimento do Laboratório e Coletivo Magnífica Mundi em pensar o mundo e se implicar nos processos que acredita, política e metodologicamente, dedicados a transformá-lo de maneira radical. Ou seja, por um lado, por acreditar que somos herdeiros/as dos povos cerradeiros e de seus conhecimentos ancestrais, ainda que tenhamos perdido parte de suas pegadas; por outro, avançar numa ruptura conceitual com a ciência moderna e suas derivações e estabelecer como legítimos e eficazes os conhecimentos e saberes de uma gente simples, cerradeira.

Dezenas de povos, com também dezenas de línguas, construíram uma civilização da reciprocidade (RIBEIRO, 2005), com a natureza e tudo que ela comporta de seres vivos, humanas/os e não humanas/os. Mais que isto: gente que não esperou o Gênesis, um mundo pronto, que escolheu co-evoluir com ele (PORTO GONÇALVES, 2002) e permitiu o acúmulo de conhecimentos, específicos e profundos sobre este sócio bioma. O que, sem dúvida, faz o planeta, de certo modo, dependente deles caso deseje superar a crise a que foi mergulhado pelo capitalismo (PIKETTY, 2014).

Além de tudo isto, foram capazes, ao lado de seus movimentos populares posteriores, de fazer circular a informação e o conhecimento segundo seus interesses (NICOLAS, 1985; FERREIRA, 1987) e, sobre-

tudo, construíram e alimentaram uma ágil e eficiente rede de comunicação que deram fôlego às suas culturas e, de modo especial, aos seus projetos de rebelião (BRITO, 2008), no baixo e alto Tocantins. Falar de comunicação é, no caso, falar também da cultura popular onde ela se articula, revigora e ganha continuidade, além de revigorar um projeto popular de transição.

Assim, a reflexão sobre o audiovisual nos cerrados passa, obrigatoriamente, pela reescrita e atualização da trajetória popular, das/os andarilhos da claridade (BARBOSA, 2002), nos cerrados centrais. Do ponto de vista conceitual – e, portanto, político – é mister avançar na articulação e consolidação da “cerradania”⁸, onde seres vivos e a natureza tenham direitos plenos. É assim que Dom Pedro Casaldáliga, ao receber o título de doutor *honoris causa*, na Unicamp, simplesmente dedicou o título ao Rio Araguaia. Ao que Brandão acrescentou que, assim, seria o primeiro rio doutor⁹.

Referências

BARBOSA, A. S. *Andarilhos da claridade: os primeiros habitantes do cerrado*. Goiânia: UCG, 2002.

BRITO, A. I. *Viva a Liberté!: cultura política popular, revolução e sentimento patriótico na independência do Grão-Pará, 1790-1824*. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2008.

8 Um conceito a que o Laboratório e Coletivo *Magnífica Mundi* se apegam no esforço de aprofundá-lo, quando busca o reencontro e o diálogo com o passado coletivo, imbricado nos povos cerradeiros, de quem somos herdeiras/os. A exemplo dos povos da floresta, com o seu *florestania*. O que, para Nilton Rocha, revela que a cidadania convencional, muito abstrata, não comportaria as dimensões tão profundas do que compreende como direitos integrais as mulheres e homens livres nesta civilização insubmissa dos cerrados (Rocha, 2011).

9 Mais recente, o governo da Nova Zelândia fez a notável concessão de direitos humanos ao Rio Whanganui ou Te Awa Tupua, do povo Moari. Além do título, o povo e o rio receberam uma indenização de 80 milhões de dólares neozelandeses, pelos danos, e mais 1 milhão para estabelecer o quadro legal (do rio). Depois, foi a vez da montanha Taranaki ter personalidade jurídica e direitos humanos autônomos (Santos, 2018).

- COSTA, E. X e ROCHA, N. J. R. *Terra Encantada – gente miúda, direitos integrais*. Goiânia; CEFRAF. 2018 (no prelo)
- FERREIRA, M. N. *A teoria da comunicação como ciência*. Textos 21. UFBA, agosto, 1987.
- GONÇALVES, G.M; DOURADO, M.; ROCHA, N. J. R. Web TV Magnífica Mundi: Novas Tecnologias pelo Direito à Comunicação. *Anais do XII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Centro-Oeste*. Goiânia: Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, 2010.
- GIANINI, M. Processos de criação como prática pedagógica. *Anais do V Congresso da Associação Brasileira de Pesquisa e Pós-Graduação em Artes Cênicas*. Belo Horizonte: Abrace, 2008.
- KRAHÔ, C. P. Mulheres-cabaça. *Pise a grama*, Belo Horizonte, n.11, 2017.
- LIMA, A. P. et al (org.). *Berra Lobo – palavras andantes*. Goiânia: CEGRAF, 2014.
- LIMA, A. P.; ROCHA, N. J. R. A gente fala com o mundo - Magnífica Mundi, o webjornalismo na UFG. *Anais do 6º Fórum Nacional de Professores de Jornalismo*. Natal: FNPJ, 2003.
- MARINHO, Marcelo Benfica. *A Imprensa Alternativa e a Comunicação Comunitária em Goiás. Décadas 70/80: da Resistência à Cidadania*. Goiânia: Editora UCG, 2009.
- Magnífica radio web, un proyecto de Magnífica Mundi. Disponível em:* <<http://uruguay.indymedia.org/news/2005/05/35500.php?theme=1>>. Acesso em: 26 ago. 2010.
- MORIN, E. *Introducción al pensamiento complejo*. Barcelona: Gedisa, 1994.
- NICOLAS, J (Org.). *Les mouvements populaires et conscience sociale*. Colloque de l'Université Paris VII. Paris: Ed. Maloine, 1985.
- PERUZZO, Círcia M. Krohling (2009). Conceitos de comunicação popular, alternativa e comunitária revisitados e as reelaborações no setor. *Eco-Pós*, n.2, v. 12, p. 46-61.
- PIKETTY, T. *O Capital no Século XXI*. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.
- PORTO-GONÇALVES, C. W. O latifúndio genético e a re-existência indígena-camponesa. *GEOgrafia*, v. 4, n. 8, 2002.
- RIBEIRO, R. F. *As florestas anãs do Sertão - o cerrado na história de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Autêntica. 2005.

ROCHA, N. J. R. Por uma comunicação insubmissa - Movimentos sociais e redes populares na Web: Os grandes desafios do presente”. *Revista Electrónica dos Programas de Doutorado do CES/ FEUC/ FLUC*, v. 3, n. 5, 2011.

ROCHA, N. J. R. *et al.* TV Criança Lambança: sete anos depois, o espanto - *ou dia, de sol, em que foucault foi ao pompéia e viu que vida na periferia é fogo*”. *Anais do XXV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação*. Salvador: Intercom, 2002.

ROCHA, N. J. R. *et al.* O circo e seus sonhos andantes. In: Peruzzo, Cícilia. (org.). *Vozes Cidadãs . Aspectos Teóricos e análises de experiências de Comunicação Popular e sindical na América Latina*. São Paulo: Angellara, 2004.

ROCHA, N. J. R. e GOUVEIA, J. V. E a aranha teceu os fios compridos. A felicidade de ser um comum dos mortais nesse mundo mundializado. In: PERUZZO, Cecília et al (org) *Comunicación y Movimientos Sociales: cuáles redes?* São Leopoldo: Unisinos. 2002.

ROLIM, W. Construindo um Sonho. *Cadernos de Comunicação*, v.3, nº 3. 1995.

SANTOS, B. S. Da ilha de maré a outro mundo possível. *Outras Palavras*, São Paulo, 17 abril. 2018. Disponível em <<https://outraspalavras.net/brasil/boaventura-da-ilha-da-mare-a-outro-mundo-possivel/>>. Acesso em: 15 jul. 2018.

SOARES, L. R. *Depoimento sobre a Magnífica Mundi*. Goiânia, 2010. Entrevista concedida a Ana Lúcia Nunes de Sousa.

VIEIRA, P. I. *Depoimento sobre a Magnífica Mundi*. Goiânia, 2010. Entrevista concedida a Ana Lúcia Nunes de Sousa.

14.

Das promessas de glória da juventude à distinção do primeiro sequestro aéreo da humanidade: Aragarças na rota da construção identitária

Bruna Alves da Silva
Maria de Fátima Oliveira
Sandro Dutra e Silva

Neste artigo, discutimos a formação do município de Aragarças (GO) no contexto da política da Marcha para o Oeste, instituída pelo governo do presidente Getúlio Vargas durante o Estado Novo (1937-1945). A política da Marcha tinha como principal objetivo promover a integração territorial brasileira, utilizando de uma retórica nacionalista com a finalidade de consolidar o ideal de Nação, tendo como *locus* principal de atuação o Brasil Central (ESTERCI, 1972; LENHARO, 1986; DUTRA E SILVA, 2017).

A cidade de Aragarças foi erigida para abrigar a base de apoio de todo o projeto, cuja direção coube a Fundação Brasil Central (FBC), de 1943 a 1967. Desse modo, Aragarças teve a sua identidade atrelada às funções exercidas pela FBC, a saber: promover a consolidação da Nação e ocupar seus espaços vazios, tarefa que denotava prestígio e distinção social à instituição e a cidade em si. Com o desmantelamento da FBC em 1967 Aragarças vivenciou uma crise de identidade, descrito por Lima Filho (2001) como o “desencanto do Oeste”. Nesse artigo propomos abordar o desencantamento e a notoriedade fugaz decorrente do

caso do sequestro aéreo ocorrido na cidade em 1959 e a repercussão simbólica deste evento na memória do lugar.

O século XIX foi decisivo para a formulação dos ideais de Estado e de Nação para os países ocidentais. A ideia de que a ciência e a técnica poderiam fornecer embasamentos teóricos e práticos para a efetivação desse ideal era a máxima nos discursos oficiais. A jovem nação brasileira emancipada, com fortes ranços coloniais precisava, com urgência, forjar sua identidade nacional, unir os cidadãos em torno de um símbolo que consolidasse uma identidade e integralidade política, social e cultural. O gargalo estava posto. Como estabelecer uma unidade cultural, social e política em um país que nasceu no bojo dos desejos de além-mar? Os colonizadores que aqui aportaram nunca esconderam seu desejo de partir das terras de Santa Cruz *a la* Carlota Joaquina, batendo os tamanhos para, nem a poeira da terra, levar. Evidente que o ouro já estava bem guardado, mas não nos cofres portugueses. O fato é que não haviam referências identitárias que possibilitassem a consolidação do sentimento de nacionalidade no mais novo império das Américas.

No entanto, não demorou muito para que a elite percebesse que aquilo que daria unidade a intrépida nação estendia-se misteriosa e exuberante pelo território nacional: A natureza, pois, “neste momento, a afirmação da natureza como característica nacional serviu para dar identidade à nação que surgia” (ARRUDA, 2000, p. 63). Única, grandiosa, capaz de levar o observador do belo ao sublime, embebido em um jogo de luzes, pois as trevas e a luz, a barbárie e a civilização, são dualidades que permaneceram da observação da natureza brasileira, bem como de sua nação. O Brasil nasceu e se constituiu na dualidade, na rivalidade e na busca constante da superação dos duetos trevas/luz, selvagem/civilizado, sertão/litoral e campo/cidade.

É importante ressaltar que essa identidade, essa brasilidade, forjada a partir da natureza não foi uma criação autóctone, foi necessário que viajantes, literatos, cientistas europeus, movidos pelos mais diversos interesses, empreendessem suas expedições pelos rincões brasileiros, dando a conhecer as elites locais, os meios pelos quais puderam elevar a natureza como unificadora e mantenedora da identidade nacional. O

fato é que ainda no século XIX, de acordo com Arruda (2000), o litoral explorado era uma faixa bem estreita, logo o sertão, o distante e o desconhecido eram em proporções gigantescas, assim como a extensão territorial do país.

Aos viajantes do século XIX coube o papel de narrar, estabelecer os tipos e quadros locais, como também racionalizar as suas expedições por meio da classificação, ordenação e organização cartográfica e das coleções obtidas nas andanças e na descrição das paisagens, fornecendo um desenho do que julgavam ser o território brasileiro. E essas coleções acabaram por constituir um conjunto de notas descritivas, com registros de pranchas e mapas que apresentavam as paisagens brasileiras para as principais academias de ciências, ou compondo acervos de museus europeus, como uma transmutação das paisagens brasileiras (ARRUDA, 2000).

Desta forma, fica evidente que o estado nacional brasileiro foi criado tendo como referência o olhar europeu. A figura imagética que melhor representaria a nação seria, portanto, o índio. Não o índio em seu habitat natural, selvagem, inculto, bravio e defensor de sua cultura, mas o silvícola “aculturado”, um Peri de José de Alencar, que nega, amaldiçoa e mata seus “iguais” em defesa dos brancos, para proteger aqueles que lhe propiciaram a luz civilizatória. “O indígena comparece nessas visões, durante boa parte do século XIX, como representante das virtudes naturais de um povo ou pela necessidade dos mitos de origem” (ARRUDA, 2000, p. 75).

No entanto, essa construção romântica da identidade nacional, o “índio bom” como representante imagético nacional não suportou a virada do século. O cientificismo do século XX, a técnica e seus profissionais deram novo ritmo à construção da Nação. As palavras de ordem foram ditadas pelos valores capitalistas: progresso, ciência, ferrovias, telégrafos, integração, mapeamento e ordem. Não cabia mais a ideia da natureza indômita e do indígena em harmonia com o meio, pois o meio agora seria modificado, transformado e domado pela técnica.

A natureza agora é vista como empecilho ao progresso, só é bem quista se servir ao desenvolvimento capitalista, ao trabalho sistemático

e organizado, voltado para a produção de bens e lucro. E “Se no século passado o indígena aparecia mimeticamente colado à natureza, neste século, ele ainda continua indiferenciado, mas a mudança ocorreu [...]. Agora, a natureza é fonte de riquezas e potencialidades econômicas para o país e seus habitantes” (ARRUDA, 2000, p. 92). Na resolução dessa dicotomia uma equação científica fácil: trazia-se o índio para à civilização. Em caso de negativa ainda restavam duas saídas: a catequização ou a eliminação, o que não seria permitido era o atraso do progresso e da Nação, que não veio do indígena, facilmente eliminado no século XX, mas sim das distâncias; o sertão. “A natureza conseguiria sempre vencer e retornar ao seu estado anterior se não houvesse a intervenção da tecnologia” (ARRUDA, 2000, p. 94). Ainda restava um dueto dramático para a consolidação da Nação, sertão/ litoral, o momento era de promover esta integração e levar os auspícios do progresso. A luz civilizatória ainda não iluminava os rincões do Brasil.

Desta forma, nas primeiras três décadas no século XX, após um processo de transição de monarquia para república sem grandes embates teóricos e sociais, afinal trocara-se o modelo político, mas não seus dirigentes, o discurso corrente é que “o momento é de construção de um Brasil Novo, de um cidadão novo. O olhar é dirigido pela técnica e pela ciência para enquadrar o território numa perspectiva de utilização dos seus elementos para o progresso” (ARRUDA, 2000, p. 97). O novo era representado pela civilidade, pela capacidade de integração do território através das ferrovias, telégrafos, mapeamentos. A ideia geral é que cabia ao governo federal promover o desenvolvimento do país através de sua modernização, eliminando os buracos vazios e os sertões desabitados. Tudo aquilo que compreendia o domínio da natureza sobre os recursos humanos e técnicos deveriam ser submergidos ao rigor tecnológico. “O progresso era visto como o ‘novo’ na sociedade brasileira, e o novo seriam as estradas de ferro, as máquinas introduzidas na agricultura, a urbanização, a modernização dos portos, o mapeamento do território, a demarcação das fronteiras, a construção de telégrafos, etc.” (ARRUDA, 2000, p. 102).

Com ascensão de Getúlio Vargas ao poder em 1930, o projeto de integração e modernização nacional ganha corpo e vigor. Ademais, com

a eclosão da II Guerra Mundial as questões fronteiriças provaram ser de suma importância para a manutenção da soberania nacional que, no caso brasileiro, se mostrava frágil e desconhecida. O fato é que não havia mapeamentos concretos das linhas limítrofes brasileiras (LIMA, 2013). Para realizar empresa de tamanho vulto foi otimizada uma já existente comissão, desde fins do império e dos primeiros anos da república, responsável por mapear rios, limites geográficos do Planalto Central brasileiro e implementar uma linha telegráfica que ligasse o Rio de Janeiro à cidade de Cuiabá, em Mato Grosso, a Comissão Rondon (1892-1925), chefiada pelo sertanista Cândido Mariano da Silva Rondon. Conforme Oliveira (2008, p. 16):

A busca da conquista do Oeste é apresentada como realização de um destino: juntar o litoral e o sertão, juntar o corpo e a alma da nação. A conquista do território, a expansão para o interior, é o destino que as elites litorâneas devem assumir. É preciso integrar homem e território, realizar um tipo de “imperialismo interno”, cujo exemplo maior foi Rondon.

Tal comissão teve seus serviços alargados com a criação do Programa de Integração Nacional denominado pelo governo Vargas de Marcha para o Oeste. Para tanto, o governo criou a Expedição Roncador-Xingu (1938) e a Fundação Brasil Central (FBC) em 1943, anexando os serviços da expedição, tinham como objetivos mapear a região central do Brasil e abrir caminhos que a ligassem ao restante do País. A pretensão de Vargas era integrar o país, promover sua modernização e industrialização atrelando-os aos planos de efetivo povoamento dos espaços vazios, região Centro-Oeste e Norte, ocupando o Brasil e explorando suas riquezas.

O Oeste passa então a ser visto como o *locus* da riqueza nacional, onde o progresso e a civilização empreenderam empresas de grandes proporções humanas e econômicas, onde a população – migrantes - encontraria na abundância de terras e no emprego do rigor laboral as condições para construir uma vivência de abundância e felicidade. Vargas exorta a nação a este ideal em seu discurso de lançamento do programa,

O verdadeiro sentido de brasilidade é a Marcha para Oeste. No século XVIII de lá jorrou a caudal de ouro que transbordou na Europa e fez da América o continente das cobiças e tentativas aventurosas. E lá teremos de ir buscar: os vales férteis e vastos, o produto das culturas variadas e fartas; das estradas de terra, o metal com que forjara os instrumentos da nossa defesa e de nosso progresso industrial (VARGAS, 1937)¹.

O sentimento de nacionalidade mudou de paradigma com a integração do sertão com o litoral, maior prova de amor à pátria. Neste sentido, o Programa Marcha para o Oeste e a criação da Fundação Brasil Central, órgão responsável por estabelecer a infraestrutura básica para a efetiva doma do sertão como estradas, pontes, aeroportos e cidades, demonstraram um poder de representação de si e sobre o outro muito forte. O sentido de brasilidade, de nacionalidade passava por aqueles que se ligavam aos ideais de integração nacional que, por sua vez, estava atrelada ao de progresso e modernização do país.

Logo, aqueles que faziam parte dos programas, das entidades do governo que portavam tarefa de tal excelência para Nação eram bem quistos e vistos pelos demais. É nesse cenário que apresentamos a cidade de Aragarças, município do estado de Goiás, para que se perceba a sementeira semântica e simbólica à qual foi introduzida na fundação da cidade e no ideal de representação e imaginário que esta construirá de si.

1 No limiar do ano de 1938. Saudação aos brasileiros, pronunciada no Palácio Guanabara e irradiada para todo o país, à meia noite de 31 de dezembro de 1937. Presidência da República, Casa Civil, Secretaria de Administração, Diretoria de Gestão de Pessoas, Coordenação Geral de Documentos e Informação. Biblioteca da Presidência da República.

És estrela que ilumina o berço da Fundação Brasil Central²

As origens do município de Aragarças remontam a três narrativas sequenciais: ainda no Brasil Colônia fora criado o Presídio de Macedina, espécie de forte que tinha como função promover a segurança dos colonos que vinham ao Centro-Oeste à procura de ouro e diamantes, contra os ataques dos índios; e durante a Guerra do Paraguai, servia de apoio aos soldados que fugindo da guerra e a procura de um local para reconstruir a vida, fixaram-se nas proximidades; por fim, o garimpo que atraiu número significativo de migrantes para a margem direita do Rio Araguaia, sendo denominado então de Barra Goiana (futura cidade de Aragarças).

Assim, Barra Goiana em 1921, não passava de um aglomerado de garimpeiros, que sem traçado urbanístico ou organização, armavam casas de folhas de palmeira que poderiam abandonar com rapidez, visto que o lugarejo se situava dentro da fazenda do Sr. Pio Barros, ex-tropeiro, ex-garimpeiro, que se consolidara como rico comerciante de gado da região e que não permitia o assentamento garimpeiro em suas terras (DINIZ, 2016)³. No entanto, a descoberta de um diamante de nove quilates mudou a configuração de Barra Goiana, mesmo sem a autorização do Sr. Pio Barros, a localidade cresceu e o afluxo de garimpeiros para a região aumentou. Foi aberta uma estrada de rodagem, as custas dos próprios operadores do comércio de diamantes: Pedro Martins e Rafael Cardoso, ligando Barra Goiana ao município de Bom Jardim de Goiás e, em 1937, caminhões já chegavam carregados de mercadorias. A construção da Igreja, em homenagem ao Senhor Bom Jesus da Lapa, que se tornou o padroeiro do povoado, consolidou a ocupação da então fazenda Jaraguá, de Pio Barros, que em vão tentou expulsá-los (DINIZ, 2016).

2 Os subtítulos “2” e “3” são estrofes do Hino de Aragarças, composto por Expedith da Silva Luz. Disponível em: <https://www.letras.mus.br/hinos-de-cidades/1788247/>. Acesso em: 30 jul. 2018.

3 Zélia dos Santos Diniz é cearense radicada em Aragarças desde 1968, professora aposentada, membro da Academia de Letras, Culturas e Artes do Centro Oeste, autora de vários livros sobre a região.

A historiografia de Barra Goiana sofre uma reviravolta com a implementação do programa Marcha para o Oeste (1938) e com a instituição da Fundação Brasil Central (FBC) em 1943, autarquia de maior abrangência e funções - criar infraestruturas que viabilizassem a efetiva ocupação do território era a principal tarefa da FBC - Para tanto, a FBC instala sua base de apoio em Barra Goiana, que passa a categoria de vila (1936) e de município em 1953. Rebatizada pelo então presidente da Fundação Brasil Central, o ministro João Alberto de Lins e Barros, de Aragarças, combinação entre os nomes dos dois rios Garças e Araguaia, cuja confluência se dá no município. “Foi promovida intensa campanha de conscientização da necessidade de se ocupar todo o território brasileiro que tinha mais de dois terços abandonados e desconhecidos pelo Brasil civilizado [...] era o sertão inculto e rico” (DINIZ, 2016, p. 47-48).

Era o processo civilizatório do século XX adentrando o sertão, “os expedicionários chegam incorporando um espírito bandeirante, heróis civilizadores do sertão”, como bem mostra Lima Filho (2001, p. 22) no livro “O Desencanto do Oeste”. Aragarças constitui-se, então, sobre os auspícios do progresso, do desenvolvimento e da integração nacional. Logo, suas primeiras origens ligadas ao garimpo vão sendo suplantadas pelas relações ditas civilizadas e progressistas, “a feição de currutela garimpeira, com ranchos provisórios, desapareceu. Os moradores ribeirinhos subiram a barranca do rio e construíram novas moradas, casas de comércio e imprimiram mais organização à parte baixa da cidade” (DINIZ, 2016, p. 51). A ideologia que recriava o “neo-bandeirantismo do século XX” (DUTRA E SILVA, 2017), representada em Aragarças pela FBC, optou por menosprezar o contexto social e cultural da região garimpeira, trazendo consigo o ideal civilizador voltado para a organização do trabalho, das moradias, da cidade como um todo. Isso concorrerá para que os moradores de Aragarças construam sua identidade firmada nos novos modelos sociais e culturais disseminados pelos expedicionários da FBC, quais sejam, ordem, trabalho racional, gerenciado pela ciência e a técnica. Zélia dos Santos Diniz, assim expressa o novo ideal trazido pela Fundação Brasil Central,

Houve a instalação das indústrias como a cerâmica, serraria, carpintaria e marcenaria para a fabricação de móveis e equipamentos necessários. Todo o trabalho era executado pelos profissionais vindos com a expedição e repassavam as técnicas para os novos servidores, produzindo-se assim a mão-de-obra necessária à demanda local (DINIZ, 2016, p. 50-51).

É nesse sentido que Lima Filho (2001) coloca que “é interessante notar o caráter ritual dado à expedição, como se fosse uma revitalização do mito da conquista, pelos bandeirantes, do Oeste e do interior do Brasil” (p. 42), Aragarças e seus moradores, portanto, se fundamentam no discurso progressista e modernista pois, a partir de sua base que o país iria se integrar e civilizar-se por completo. A cidade sentia-se importante, dinâmica, valorizada. Corroborando tal sentimento, entre os anos de 44 e 45 a FBC constrói escolas, cinema, o Grande Hotel, que hospedou o ilustre presidente Vargas, Hospital Getúlio Vargas, máquina de beneficiar arroz, as pontes sobre os rios Garças e Araguaia e o Aeroporto, que recebia voos semanais do Correio Aéreo Nacional (CAN) da capital Rio de Janeiro, com as novidades ideológicas e mercadológicas do momento.

Como característica própria das narrativas históricas, a de Aragarças sofre abrupta mudança em 1967, ano de extinção da FBC. Sem os expedicionários, Aragarças passa a ser regida por recursos próprios, não havendo mais um ideal no qual se ancorar, não existe mais *Marcha* para apoiar, as relações diretas, bem como os voos semanais vindos da capital cessam. A cidade vê sua importância estratégica ser esquecida, transpassada. Vão-se os chefes da FBC e todo o aparato físico da fundação passa à gerência dos aragarcenses, que não tiveram uma fase de adaptação e transição, ora eram gerenciados pela FBC, com recursos federais ora dependiam de sua própria arrecadação. A cidade se viu “minguar”, desvalorizar, perder viço e poder.

Lima Filho (2001) analisa as consequências da extinção da FBC para a memória coletiva daqueles que trabalharam sobre o signo do progresso e do desenvolvimento. O tempo da FBC é guardado e protegido pela memória coletiva deste grupo que, segundo o autor, não

consegue se enxergar sem as características sociais, políticas e culturais que eram personificadas pela FBC. Desta forma, os ex-expedicionários e/ou seus descendentes organizaram uma festa, A Festa do Pioneiro, na cidade de Nova Xavantina, cujo objetivo é a revisitação do passado, num processo de identificação do passado, tendo como tema a Marcha para o Oeste. A Expedição Roncador-Xingu e a Fundação Brasil Central “são objetos de musealização como uma garantia simbólica de referência de identidade” (p. 34).

A extinção da Fundação Brasil Central marca uma mudança nos paradigmas de ocupação da região Centro-Oeste. A Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste (SUDECO) passara a atuar na região com um novo modelo de investimento que não tomou Aragarças como base, pois os expedicionários serão remanejados para outras funções, outros órgãos ou aposentados compulsoriamente. Fechava-se um ciclo e Aragarças se viu “parada no tempo”, as ondas migratórias sulistas passavam a ponte João Alberto, sobre os rios Garças e Araguaia, e fixavam-se em Barra do Garças, nas colônias agrícolas mais ao Norte, onde pesados investimentos do governo federal proporcionavam o desenvolvimento econômico, social e cultural (VARJÃO, 1985). Em contrapartida, Aragarças desenvolvera um discurso ressentido e saudosista dos tempos áureos da FBC, mantendo seu museu de memórias como única saída para evitar o esquecimento definitivo dos tempos de “glória” (LIMA FILHO, 2001). Esse discurso é proferido abertamente pelo escritor e advogado José Mario Miguez (2008), na introdução do seu livro “O Primeiro Sequestro Aéreo da História da Humanidade”.

A finalidade deste trabalho é mostrar que estes fatos tão relevantes, foram esquecidos por muitos brasileiros, que passaram por esta região e conheceram os problemas, quando deviam fazer parte do rol, do elenco de acontecimentos nacionais, ou Patrimônio Cultural do Brasil-Central. Refiro-me notadamente a Aragarças, que teve seu apogeu com a Fundação Brasil Central (MIGUEZ, 2008, p. 19).

És glória do nosso passado, de vultos nobres sem igual

Diante do exposto partimos para análise de dois elementos, um que reivindica a importância congênita de Aragarças: o livro “Primeiro Sequestro Aéreo da Humanidade-Aragarças-GO” de José Mario Miguez, e a análise de uma entrevista concedida pelo atual prefeito da cidade, José Elias. Esta entrevista ocorreu quando do embargo da construção de uma rampa náutica que daria acesso ao rio Araguaia via Aragarças - visto que a cidade vizinha de Barra do Garças-MT, já possuía tal rampa - em que o político profere um discurso que problematiza o imaginário atual sobre a cidade de Aragarças e sua importância.

Para compreensão da significância teórica e prática dos eventos citados dentro do contexto social e cultural de Aragarças levaremos em conta as considerações de Pierre Bourdieu (2007) no que tange aos conceitos de *habitus* e distinção,

Os estilos de vida são, assim, os produtos sistemáticos dos *habitus* que, percebidos em suas relações mutuas segundo os esquemas do *habitus*, tornam-se sistemas de sinais socialmente qualificados - como “distintos”, “vulgares”, etc. A dialética das condições e dos *habitus* e o fundamento *da* alquimia que transforma a distribuição do capital, balanço de uma relação de forças, em sistema de diferenças percebidas, de propriedades distintivas, ou seja, em distribuição de capital simbólico, capital legítimo, irreconhecível em sua verdade objetiva (BOURDIEU, 2007, p. 164).

Ou seja, as relações ditas naturais, consensuais, de defesa da importância da cidade de Aragarças e sua história deverão ser observadas dentro da construção do *habitus*, incluso nas relações de poder que vão se reformulando, ao longo do tempo, como sendo natural, congênicas, àquela comunidade, o que Bourdieu mostra serem, na verdade, construções sociais que denotam constantes disputas. Desta forma, destacamos a construção constante no discurso de Miguez, quanto à distinção, à diferenciação social, política e cultural, daqueles que estão inseridos na defesa da manutenção do *status*, do valor histórico, quiçá essencial da

cidade. Tanto é assim que aqueles que não partilham desta ótica tomam a alcunha de inimigos do progresso e da modernidade, não experimentados dos valores sociais atribuídos aqueles que defendem as propriedades distintas dos verdadeiros aragarcenses, personificado, em questão, pelo reconhecimento do primeiro sequestro aéreo ter se dado em Aragarças, sendo assim, mais uma monta de distinção, do elevado capital simbólico da urbe.

O livro “O Primeiro Sequestro Aéreo da Humanidade” foi editado pela primeira vez em 2007, tendo o prefácio feito por Ursulino Leão, escritor membro da Academia Goiana e Brasileira de Letras, que ocupou cargos de deputado estadual, vice-governador, governador interino e procurador geral de justiça de Goiás. Pessoa ilustre, que carrega nos elogios e na corroboração da veracidade dos fatos relatados por Miguez, “escolta sua atitude com documentos”, apostando que o autor alcançará êxito em sua peleja, qual seja, a de ter registrado no *Guinness Book* que o primeiro sequestro aéreo da humanidade se deu na cidade de Aragarças.

Já na segunda edição do livro, em 2008, o prefácio ficou por conta de José Mendonça Teles, notório escritor goiano, também membro da Academia Goiana de Letras. Teles adota um discurso mais modesto, “é lutar e esperar!”, mas não desmerece o caráter historiográfico do livro, “o autor junta documentos [...] prova tudo que tem que provar para conseguir seu objetivo”. José Mendonça Teles faz uma observação que será o guia para nossa análise teórica; “resta agora o entendimento...”, é justamente esse entendimento do significado do registro no *Guinness Book* que buscaremos elucidar.

Como exposto no decorrer do texto, Aragarças nasceu sobre o signo do progresso, da civilização do sertão, tarefa de monta e carregada de significados e símbolos para se consolidar em Nação brasileira. O ideal de integração via modernização das relações de comunicação e trabalho não passaram despercebidas das relações culturais e sociais construídas em Aragarças quando da administração da Fundação Brasil Central. A cidade e seus moradores gozavam de status social e cultural, afinal, não mais eram povoadas por garimpeiros, condição de fracassa-

dos por excelência (LIMA FILHO, 2001), mas sim guiados pela luz civilizatória das técnicas e dos inventos instalados na cidade pela FBC. Ainda segundo este autor, a própria ideia de pioneiro será carregada de significados, pois o passado garimpeiro será negado, suplantado, pelo do expedicionário que mesmo vindo de fora configurará o de “dentro”, o que representa o “novo brasileiro”, voltado para o trabalho sistemático, organizado, capitalista.

Desta forma, o discurso de Miguez ganha um ar de denúncia; do abandono dos bens que pertenciam a Fundação Brasil Central, que para ele são patrimônios históricos e arquitetônicos do município e que foram dispostos sem o menor respeito e amor pela administração pública. Restando apenas pedaços, partes, ruínas do que um dia foi a representação do progresso em Aragarças: a chaminé da olaria, Caixa d'Água, a Casa do motor, que abriga o motor do gerador de energia, o Grande Hotel, hoje casa de apoio ao índio, o Cruzeiro, marco zero, e o Aeroporto Cid Lana Batista, anteriormente Salgado Filho. Miguez, não contendo sua insatisfação pela atual situação de Aragarças expõe a justificativa para sua obra,

Passaram por aqui muitas outras expedições e não se sabe por quê, com tanta história e monumentos a cidade parou no tempo. Aqui em Aragarças houve até o primeiro sequestro aéreo da história da humanidade (embora esse fato tenha sido isolado, não aconteceu em função da Fundação). Ninguém fez nada, ninguém denunciou com veemência (MIGUEZ, 2008, p. 19).

Continua enfático, “tenho pra mim que a História não se limita só a São Paulo quatrocentão” (MIGUEZ, 2008, p. 19). Seria o ressentimento da dicotomia sertão/litoral, como adverte Nísia Trindade Lima (2013), pois o planejamento ocupacional, social e cultural do sertão se deu através do litoral, suas especificidades nunca foram levadas em consideração, suas gentes, relações culturais foram menosprezadas e Aragarças sentirá o peso de abrigar-se no sertão com o fim dos trabalhos da FBC.

O livro tem claro intuito de resgatar à Aragarças a sua importância e valor histórico que, na visão do autor, foram perdidos pela inabilidade

administrativa pós-Fundação, que não conseguem nem explorar com maior vigor os atrativos naturais da região que anualmente atraem grande número de turistas para as praias do Araguaia. Miguez atribui a má gestão à condição atual da cidade; “E Aragarças, como ficou? Não passa de um município pobre até no espírito de seus governantes [...]” (p. 25). O autor atesta sua indignação e sua certeza da importância estratégica de Aragarças ao situá-la no contexto histórico da construção de Goiânia e Brasília, e demonstrando como a memória aragarcense estava prenhe do ideal de modernidade e progresso.

Minha indignação é porque esses bens fizeram parte da História do Brasil, tratavam-se e tratam-se de verdadeiros Monumentos Históricos como disse, e, conseqüentemente também deram início ao povoamento do Centro-Oeste. Para se chegar a tais conclusões é muito simples: observa-se que Goiânia e Brasília foram construídas na mesma época (são basicamente contemporâneas) não tiveram o mesmo destino, a mesma sorte, se tornaram cidades pujantes, importantes, não só como metrópoles, turísticas e economicamente se desenvolveram (MIGUEZ, 2008, p. 25).

Respaldando sua defesa nas qualidades naturais de Aragarças e sua vitimização pela má administração, Miguez cita o caso da tentativa de desmantelamento do Aeroporto de Aragarças, na qual os vereadores aragarcenses tentaram por duas vezes transformar a área do aeroporto em loteamento urbano. A justificativa dos parlamentares era que o aeroporto ficava muito próximo do centro da cidade. Por sua vez, Miguez, autor da ação popular contra tal loteamento, argumentava que haveria muita praticidade em se ter um aeroporto nas proximidades do centro urbano. Tendo em vista que “[...] nos processos identitários os atores estabelecem relações de disputa por um bem ou objeto material ou simbólico. No caso das identidades, também está em disputa o poder de nomear, autonegar-se e aceitar ou resistir à nomeação imposta pelo outro” (ENNES; MARCON, 2014, p. 296). O discurso literário de Miguez evidencia a não aceitação da condição “de atrasada e parada no tempo”, conferida a Aragarças que teve seu embrião identitário gestado

no cenário da Marcha para o Oeste. Miguez personifica a resistência frente aos novos adjetivos infligidos a cidade e alçará o sequestro como marca do diferencial simbólico aragarcense, insistindo que acontecem em Aragarças eventos ímpares para a historiografia local e nacional, dando prova de sua significância e pondo por terra provável irrelevância histórica-social.

O primeiro sequestro aéreo da humanidade se deu no contexto da Revolta Veloso ou Revolta de Aragarças, que marcava o descontentamento das Forças Armadas desde a Revolta de Jacareacanga, em 1956 no estado do Pará, sendo logo sufocada. O líder desta revolta também foi o Major aviador Haroldo Veloso. Em nova demonstração de descontentamento em 1959, com a pífia duração de 48 horas, o avião da Panair do Brasil, *Constellation*, com 38 passageiros e 8 tripulantes, que fazia a rota Rio-Belém, foi desviado para Aragarças na noite do dia 02 de dezembro. O Major aviador Eder Teixeira Pinto, usando de suas prerrogativas de oficial, entrou na cabine do piloto e de arma em punho anunciou o sequestro, passando as novas coordenadas. Na manhã do dia 03 de dezembro, avistando o rio Araguaia e pressentindo a demora no pouso, os passageiros se viram desembarcando em Aragarças e informados do sequestro. Tudo sem muito alarde e violência. Todos foram transferidos para o hotel da cidade, o Grande Hotel.

Enquanto isso, o Major Veloso espera, em vão, a adesão de outros companheiros que deveriam aterrissar em Aragarças, fato que não se concretizou. Durante a madrugada 40 paraquedistas, armados com metralhadoras, desceram sobre o aeroporto, camuflando-se no mato, para não encontrar ninguém. O Major Haroldo Veloso e Eder Teixeira Pinto, a bordo do Panair *Constellation*, já haviam alçado voo e foram se asilar no Uruguai. Tinha fim a revolta e o primeiro sequestro aéreo da humanidade.

A rapidez no rapto não eximiu sua notoriedade. A bordo do *Constellation* estavam dois jornalistas da maior revista em circulação no momento, a *Revista Cruzeiro*, Leyla Castelo e o fotógrafo Campanella Neto. O sequestro teve uma série de manchetes publicadas na revista, na edição de 19 de dezembro de 1959: “A revolução levantou vôo”;

“Derradeira missão rebelde do “Constellation” teve final imprevisito: fuga para Buenos Aires”; “Exclusivo: Leyla Castello conta como foi a revolução”. Zélia dos Santos Diniz (2016) expressa bem o significado da revolta, afirmando que embora tenha durado apenas três dias, projetou o nome de Aragarças em todo o país.

Mas José Mario Miguez pretende, com a autoridade do *Guinness Book*, o reconhecimento mundial à Aragarças por ter sido o palco do primeiro sequestro aéreo da humanidade. Neste intuito, desde 2003 o autor trava verdadeira epopeia para conseguir junto à Força Aérea Brasileira (FAB) documentos que deem o aval da entidade para a importância do fato e o corrobore. Numa das cartas, destinadas ao Coronel aviador Paulo Gerarde Mattos Araújo, Miguez destaca que “Ninguém até agora deu importância a ele. Não se sabe o porquê disso. Entretanto, para nós residentes nesta região, trata-se de um episódio, que além do inusitado, histórico deve ser revisto, não sei se pela FAB ou pela Prefeitura Municipal de Aragarças, no Estado de Goiás, ou ainda pelos dois” (MIGUEZ, 2008, p. 86). E finaliza dizendo que alguém precisa fazer o encaminhamento do fato ao *Guinness Book Publishing of London*, para que ele seja lançado no contexto mundial (MIGUEZ, 2008, p. 86).

Chegando à Hollywood, sua obstinação torna-se mais evidente quando afirma que, “[...] como membro desta sociedade, não posso deixar passar em brancas nuvens um momento histórico desse porte, pior assistindo os norte-americanos fazendo filmes e mais filmes sobre o sequestro e ficamos aqui parados, inertes” (MIGUEZ, 2008, p. 87). Com seu discurso bairrista, ele usa de estratégias para inflar os egos aragarcenses, rememorando o atentado terrorista de 11 de setembro, lembrança dolorida aos norte-americanos, mas que não deixou de ser explorado pela indústria cultural daquele país, como é evocado pelo autor no intuito de atrair atenção para Aragarças. Dando notoriedade e cingindo de prestígio a cidade que teria sido palco da primeira “tragédia aérea” da humanidade.

Referenciando em uma análise teórica do evento a partir da Hermenêutica de Gadamer, que segundo Oliveira (2006, p. 142), “presupõe um jogo entre o singular e o geral: o estudo do geral aumenta a

possibilidade de compreensão do singular e vice-versa”, ou seja, quando discorreremos sobre a significância dada à cidade de Aragarças e seus moradores, tidos como pioneiros no sentido progressista, modernista da campanha Marcha para o Oeste, e tendo na Fundação Brasil Central a mantenedora desse status até sua extinção – a compreensão do todo – conseguimos assimilar as justificativas e prerrogativas utilizadas por José Mario Miguez para se ter um evento, no mínimo *suis generis*⁴, inscrito num livro de publicação de superlativos. Pois, “O sentido do texto não é aquele que o autor apresenta a seu público original, mas o sentido está sempre determinado pela situação histórica do intérprete. Um sentido do texto sempre supera o seu autor” (GADAMER, 1998, p. 444 *apud* OLIVEIRA, 2006, p. 153). Assim, o sentido da ação de José Mario Miguez de conseguir que o sequestro aéreo ocorrido em Aragarças seja reconhecido como sendo o primeiro da humanidade e inscrito no *Guinnes Book* não se finda no alcance de tais metas. O discurso de Miguez reflete os anseios da elite letrada de Aragarças que não calcificou na memória a perda de poder e prestígio da cidade com o fim das ações da FBC. Elencam outro fato, qual seja, o sequestro, na ânsia de receberem para si e para a cidade a cara atenção destinada àquilo que é novidade, inédito, singular e digno de nota, e nota internacional! Compreende-se que a realidade de esquecimento, abandono e má administração que relegou Aragarças ao ostracismo não é bem aceita por aqueles que configuram como mantenedores de suas memórias e tradições, em especial aqueles que vivenciaram o aparato da Fundação. Assim, a força empregada no reconhecimento do fato respingará naqueles que o defenderam e o orquestram para ser real: revestir-se-ão da couraça de signatários da modernidade e empreendedorismo cívico, coroando Aragarças com reconhecimento internacional.

No entanto, as relações políticas e culturais representadas na figura do atual prefeito de Aragarças não demonstra zelo pelo passado glorioso, cantado no hino da cidade, e nem compreende a interpretação do

4 José Mario Miguez não foge ao fato, “sei que o sequestro não é olhado com bons olhos por quem quer que seja, mas historicamente, não pode ser negado” (MIGUEZ, 2008, p. 101).

presente por meio de seu passado áureo. Diferentemente de Miguez, que a todo momento rememora e reivindica a compreensão do presente tendo como parâmetros o acontecido, no sentido de aquele ser novamente alcançado, José Elias escancara, sem maiores pudores pela historiografia aragarcense, finamente velada pelos seus memorialistas analisados no presente texto, o imaginário atual, imputado a Aragarças no tempo da pós-modernidade, pós-fundação.

Durante uma entrevista para elucidar sobre as ações que seriam tomadas pela prefeitura com relação ao embargo, emitido pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente (SEMA), a construção de uma rampa náutica as margens do rio Araguaia, o então prefeito saúda a população, em tom de galhofa, com os dizeres: - “Bom diaaa... Aragarças é uma cidade quente, parece que tem mais bicho do que gente!”

De acordo com a análise que nos propusemos a fazer a fala do prefeito José Elias vai de encontro às aspirações de José Mario Miguez. Visto que este procura exaustivamente atenção e entidades de destaque nacional e internacional que corroborem seus anseios de resgatar a importância da cidade, em destacar apenas aquilo que a faz singular, que inflará seu, amarelado, ego de cidade nascida dos sonhos progressistas e integradores da Nação.

Por sua vez, Elias expressa, sem meias palavras, as configurações imagéticas atuais da cidade; típica cidadezinha do interior, com grande número de caninos vivendo solto pelas ruas e com o clima tropical bem acentuado. Enfim, faz representar tudo aquilo que não caberia a uma cidade que teria um fato singular da humanidade inscrito em publicação internacional. Tornando Aragarças um lugar comum, semelhante dentre tantos interiores goianos, Elias a destituiu do verniz representativo pelo qual Miguez a fez mostrar na obra “O Primeiro Sequestro Aéreo da História da Humanidade”.

Por fim, inferimos que o discurso representativo identitário de José Mario Miguez sobre Aragarças e seus expoentes pensadores se firma na ideia de que a cidade não perdeu sua importância e prestígio de cidade-base, viabilizadora de todo um ideal de construção da Nação, de ocupação e integração via Centro-Oeste. Já José Elias representa o

discurso pós-moderno, no sentido de que as identidades não suportam mais o peso das incertezas e das incongruências dos ditames capitalistas que modificaram e transformaram as paragens da região pós-extinção da Fundação Brasil Central, o que, conforme Stuart Hall (2006) exemplificaria o discurso contemporâneo de identidades líquidas, diluídas, efêmeras diante das redes de intercomunicação planetária.

Referências

- ARRUDA, Gilmar. *Cidade e Sertões: entre a história e a memória*. Bauru (SP): EDUSC, 2000.
- BOURDIEU, Pierre. *A Distinção: crítica social do julgamento*. São Paulo: Edusp, 2007.
- _____. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Difel, 1989.
- CALONGA, Maurílio Dantielly. A Marcha para Oeste e os intelectuais em Mato Grosso: Política e identidade regional. *Anais XII Encontro da Associação Nacional de História*. Seção Mato Grosso do Sul. UFMS/CPAQ. Aquidauana, 2014.
- DINIZ, Zélia dos Santos. *Município de Aragarças*. 2º Ed. Aragarças: ALVCACO, 2016.
- DUTRA E SILVA, Sandro. *No Oeste, a terra e o céu: a expansão da fronteira agrícola no Brasil Central*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2017.
- ENNES, Marcelo Alario; MARCON, Franck. Das identidades aos processos identitários: repensando conexões entre cultura e poder. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 16, n. 35, jan/abr 2014, p. 274-305.
- ESTERCI, N. *O mito da democracia no país das bandeiras*. 1972. Dissertação de Mestrado (Mestrado em Antropologia) Universidade Federal do Rio de Janeiro, RJ, UFRJ, 1972.
- GALETTI, Lylia da Silva Guedes. *Sertão, fronteira, Brasil: imagens de Mato Grosso no mapa da civilização*. Cuiabá: Entrelinhas: EdUFMT, 2012.
- HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 11ª Ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.
- LENHARO, Alcir. *Sacralização da política*. Campinas: Papyrus, 1986.
- LIMA FILHO, Manuel Ferreira. Aragarças: a cidade encantada no sertão de Goiás. *Revista Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 6, n. 13, p. 65-87, 2000.

LIMA FILHO, Manuel Ferreira. *O desencanto do Oeste*. Goiânia: Editora UCG, 2001.

LIMA, Nísia Trindade. *Um sertão chamado Brasil*. São Paulo: HUCITEC, 2013.

MACIEL, Dulce Portilho. Estado e território no Centro-Oeste brasileiro (1943-1967). Fundação Brasil Central (FBC): a instituição e inserção regional no contexto sócio-cultural e econômico nacional. *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH*. São Paulo, julho 2011.

MIGUEZ, José Mario. *O primeiro sequestro aéreo da história da humanidade*. 2ª Ed. Goiânia: Kelps, 2008.

NAXARA, Márcia Regina Capelari. *Cientificismo e sensibilidade romântica: em busca de um sentido explicativo para o Brasil no século XIX*. Brasília: Editora UnB, 2004.

OLIVEIRA, Eliézer Cardoso. As representações do medo e das catástrofes em Goiás. Tese de Doutorado. Departamento de Sociologia -UNB, 2006.

VARGAS, Getúlio. No limiar do ano de 1938. Saudação aos brasileiros, pronunciada no Palácio Guanabara e irradiada para todo o país, à meia noite de 31 de dezembro de 1937. Presidência da República, Casa Civil, Secretaria de Administração, Diretoria de Gestão de Pessoas, Coordenação Geral de Documentos e Informação. Biblioteca da Presidência da República.

VARJÃO, Valdon. *Barra do Garças: Migalhas de sua História*. Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1985.

15.

Rio Araguaia: a “invenção” da praia no cerrado e a institucionalização do lazer

Carla Edieni da Silva Alves
Maria de Fátima Oliveira

Da sua beleza encantadora, que é que diremos senão que o Araguaia pode rivalizar com os rios mais formosos do mundo inteiro? (LACOMME, 1917, p. 20).

Os rios aparecem na historiografia como objetos de estudo capazes de suscitar discussões de aspectos fundamentais da sociedade contemporânea sobre questões referentes aos espaços geográfico, ambiental, histórico e cultural. O rio Araguaia – rio das Araras – já foi chamado também de Paraupava pelos bandeirantes que adentraram o território, mas para os indígenas da etnia Karajá – *Iny* – seu verdadeiro nome é *Berohoky* – o grande rio – principal referencial que delinea o espaço cósmico social deste grupo. O rio Araguaia é um rio genuinamente brasileiro, pertencente à bacia hidrográfica Araguaia-Tocantins e tem suas nascentes localizadas na Serra dos Caiapós na região Sudoeste de Goiás, na divisa com Mato Grosso, no município de Mineiros (GO). Sempre nessa sina de rio-fronteira, segue adiante rumo ao norte, marcando também os limites entre os estados de Tocantins e Pará. Bifurca-se, formando a maior ilha fluvial do mundo, a ilha do Bananal, e só então, depois de percorrer 2.115 km, é que ele deságua no rio Tocantins.

Variável na forma, esse rio tem seus contornos alterados durante o ano, esculpidos ora pela seca, ora pelas chuvas. Quando transborda, se alarga e inunda grandes áreas, e quando suas águas baixam, ele ganha praias belíssimas que a cada ano muda de aspecto e toma ares de balneário, comumente chamado de “praia dos goianos”. Mas antes de ser praia, o rio Araguaia foi palco de conflitos interétnicos, luta armada no período da ditadura militar, mas também palco de sonhos, músicas e poesias, e, atualmente, também de lazer.

Esse artigo analisa as ações governamentais que se apresentam como apoio ao turismo na região do rio Araguaia levando em consideração fatores de atrativos naturais influenciados pela mídia. Nesta perspectiva, o estudo mostra os principais projetos econômicos e a conjuntura social, política e econômica de Goiás que levaram o rio Araguaia a ser utilizado como área de lazer. Os acampamentos configuram as transformações da paisagem em invenção de praia, inicialmente por meio de expedições espontâneas de caça e pesca, uma espécie de aventura selvagem, e a partir de 1960, com a intervenção governamental, o espaço do rio foi apropriado por meio de publicações oficiais e leis que regulam a atividade turística no estado, que perduram até os dias atuais.

A “Invenção” da Praia e a Institucionalização do Lazer

*Chegou o mês, vai começar tudo outra vez
O bicho homem vem com sua traia
Voando pra sujar o nosso Araguaia
Não jogue lixo na nossa casa
Essa beleza é pra todo mundo
Oooo bicho homem
Vê se não arrasa (AUGUSTUS, 2011).*

A história de ocupação da região do vale do Araguaia segue o modelo de exploração das terras, riquezas naturais e criação de gado, assim como a ocupação do restante do estado de Goiás. Evidentemente com algumas peculiaridades, como a utilização do rio Araguaia para o lazer, cujo objetivo não deixa de ser econômico, mas também relevante,

por caracterizar uma singular trajetória cultural e identitária para o povo goiano.

Os projetos econômicos empreendidos nos primeiros anos do século XX para a região do Araguaia eram voltados para a mineração, agricultura e pecuária, sendo que esta última está ainda mais fortalecida na atualidade. O fator novo que envolve o Araguaia é a atividade do turismo que se fortaleceu a partir da década de 1960. Na gestão de Mauro Borges Teixeira (1961-1964), ocorreram os primeiros instrumentos legais que permitiram a regulamentação da atividade turística no estado, quando houve uma intervenção estatal ordenada por meio de um plano com objetivos e metas no documento intitulado Plano de Desenvolvimento Econômico¹ de Goiás (1961-1965). No entanto,

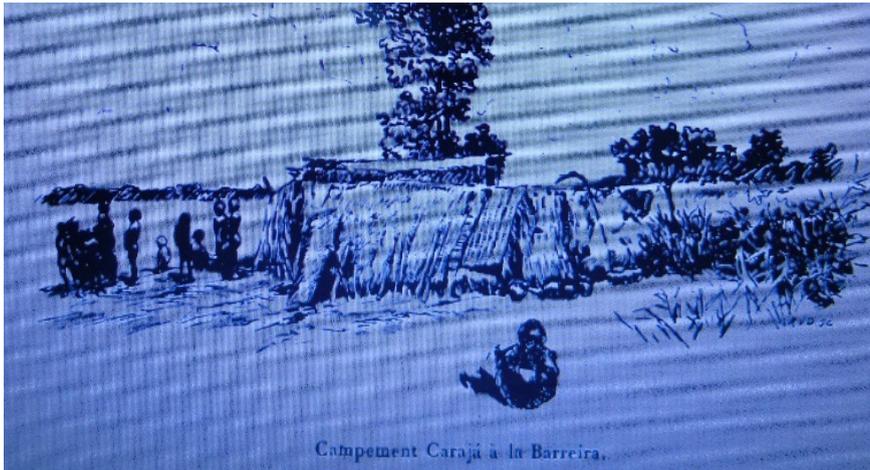
[...] dado sua prática estar diretamente vinculada a uma expressão cultural, a uma expressão socioespacial dos hábitos e idiosincrasias de uma tradição goiana, de início, os acampamentos vistos como manifestações culturais não eram diretamente percebidos pelas instituições de fomento ao turismo como potencialidade ou atrativo turístico, justamente por ser uma prática sociocultural local. A turistificação dos acampamentos como política pública, e como consequência inerente da própria dimensão existencial e simbólica da expressão cultural, só iria se concretizar em meados da década de 1970 e 1980, sobretudo (RAMOS, 2011, p. 69).

A autora ressalta que foram as expedições de caça e pesca que marcaram o início da prática dos acampamentos datados desde a década de 1940. Ao que tudo indica “[...] os registros e as menções sobre os acampamentos em documentos bibliográficos que discutem a atividade turística no rio Araguaia são praticamente inexistentes, com exceção das publicações oficiais sobre as potencialidades econômicas e turísticas do Estado [...]” (RAMOS, 2011, p. 68). De todo modo, a prática de

1 Lei nº 3.040, de 7 de novembro de 1960 (Secretaria do Estado de Goiás, 2017, p.1). Disponível em: <http://www.casacivil.go.gov.br/pagina/ver/13946/leis-ordinarias-1960>. Acesso em: 18 jul. 2018.

acampar no Araguaia, o maior símbolo de apropriação do rio como praia e lazer é anterior a invenção do turismo na região.

Figura 1 – Acampamento Karajá às margens do Araguaia.



Fonte: Coudreau (1897, p. 155).

A gravura de Coudreau retrata um dos momentos indispensáveis para se pensar a trajetória de ocupação do Araguaia como prática de acampar nas margens do *Berohoky*, na representação que mostra uma das feições culturais do grupo indígena Karajá no passado. Lima Filho (2006, p. 136) reitera que, acampar nas margens do Araguaia sempre foi um costume desses povos, pois, “nas maiores aldeias as famílias têm, ainda hoje, o costume de acampar nos melhores pontos de pesca de peixes e de tartarugas, onde, no passado, faziam aldeias temporárias, inclusive com realizações de festas, na época de estiagem do Araguaia”. De todo modo, essa memória da vivência Karajá se tornou o eixo do imaginário de natureza selvagem que levou aos primeiros acampamentos de pesca do não indígena, cujos objetivos e consequências são divergentes das necessidades de quem vivencia e se relaciona com o ambiente internamente, no âmbito de uma prática cultural tradicional, vista de uma forma pelos indígenas, e de outra, pelos frequentadores que vão ao rio em busca de lazer.

O processo de modernização da década de 1960 associou a cultura dos acampamentos nas praias do rio para fins de turismo na região do Araguaia, a partir da criação do Parque Nacional do Araguaia e a construção do Hotel JK² na Ilha do Bananal. Importante ressaltar que a princípio, a ideia era de turismo selvagem e relacionado à visão do exótico, de uma natureza intacta, útil para uma apropriação econômica do turismo, voltado para a caça e para a pesca. Nesse momento, a única cidade mencionada é Aruanã (GO), localidade indígena às margens do rio, apresentada desde cedo como “portão de acesso” ao Araguaia, e com melhores vias de transporte (GOIÁS, 1995, p. 371).

Para Susana Gastal (2003, p. 18), pesquisadora na área de turismo e doutora em comunicação social, o turismo “[...] faz parte de uma economia simbólica”, no entanto, entende e reconhece também a importância da cultura nestes fluxos, que dá “ênfase ao consumo simbólico”. Nesse sentido, uma ideologia político-econômica empreende ao Araguaia uma vocação turística, visando unicamente condições de ganho econômico, à semelhança dos “ciclos anteriores”, enaltecem os aspectos econômicos da atividade, em detrimento da importância afetiva e cultural que os goianos possuem com o rio. Para a autora, o turismo é a indústria da pós-modernidade e sua natureza demanda um acervo de signos e encantamentos permeado de cenários. O imaginário de natureza selvagem é, como veremos ao longo do estudo, o fundamento de apropriação do Araguaia para o turismo e área de lazer, um imaginário que foi capaz de atrair em especial goianos, mas também paulistas e mineiros.

Segundo Ramos (2011, p. 63), “[...] a visão do turismo como moeda de compensação econômica para os desafios impostos pelo aspecto natural do rio é de fato fantasiosa e reducionista, deixando de considerar a própria complexidade inerente à atividade turística [...]”. No entanto, as políticas públicas mostram um quadro geral de ação que tem um público-alvo (ou vários públicos) de representação e definição

2 O Hotel Turismo JK, projetado por Oscar Niemayer, foi construído na Ilha do Bananal, nas margens do rio Araguaia, na década de 1960, pelo presidente da república Juscelino Kubitschek, como um símbolo de modernização (LIMA FILHO, 2001, p. 101).

obrigatória de metas ou objetivos a serem atingidos em função de normas e de valores (CARVALHO, 2015, p. 37).

A trajetória do turismo em Goiás se comparada à política de turismo no Brasil, não é tão recente quanto parece, nem as medidas para estimulá-lo. No entanto, delinear a, é uma tarefa desafiadora em função da falta de uma memória institucional alimentada por arquivos, documentos e relatórios de atividades organizacionais do governo estadual que permitiram a regulamentação da atividade turística no estado. Como visto anteriormente, o Araguaia não obteve visibilidade na gestão de Mauro Borges Teixeira (1961-1964), pois foi somente no Plano de Ação do governo Otávio Lage de Siqueira (1968-1970), com orientação dada pelo governo central, que as diretrizes para uma política nacional de turismo, galgou um estado desenvolvimentista. Assim, a partir do amplo apoio à indústria e à agropecuária, estabeleceu-se uma sólida infraestrutura viária, com a pavimentação de rodovias estaduais e federais, distribuição de energia elétrica e ampliação do sistema de produção. Todas essas ações favoreceriam o acesso ao Araguaia em anos futuros.

As ações mais ousadas e estruturantes para o setor turístico goiano e particularmente para o Araguaia, na década de 1970, foram identificadas nas linhas de ação de Leonino de Ramos Caiado (1972-1974), com a implantação e ampliação do turismo no rio Araguaia, que em 1973, foi estabelecido por estratégias de *marketing* em um documento promocional chamado de “O Rio Praia” (CARVALHO, 2015, p. 78). Desse modo, o Departamento de Turismo (DETUR) elaboraria o ousado Plano de aproveitamento integrado do vale do Araguaia, que permitiria a prática de safári no Parque Nacional do Araguaia criado na gestão do governo federal de JK.

Na gestão seguinte, no governo de Irapuan Costa Júnior (1975-1979), foi assegurada uma política para o turismo estadual, por meio da criação do Fundo de Desenvolvimento ao Turismo (FUNDETUR) ao mesmo tempo em que o governo federal criou o Polocentro³, espécie de

3 Programa de Desenvolvimento dos Cerrados, criado em 1975. Seu maior impacto ocorreu no estado de Goiás e apesar de ter sido um programa voltado para abertura

programa para o desenvolvimento do Cerrado, no qual a região Geoeconômica de Brasília privilegiava o Centro-Oeste e em especial Goiás. Do ponto de vista da política do lazer, houve falta de clareza para o setor, se considerada a gestão anterior (CARVALHO, 2015, p. 83). Fato que ocorreu também na gestão de Ary Valadão (1980-1983), nas ações voltadas para a cultura e o meio ambiente, apresentando um pequeno diferencial, pois nesse governo, houve a tentativa de dinamização e estímulo para a iniciativa privada por meio de divulgação nacional e internacional dos destinos considerados estruturados, tais como: Goiás, Caldas Novas e Vale do Araguaia.

Em relação à gestão política de Iris Rezende (1983-1986), Carvalho (2015, p. 88) considera que as ações em prol do turismo foram um tanto contraditórias. Se por um lado, logo no início do seu governo ele autorizou mudanças no sistema administrativo do Poder Executivo, extinguindo a Goiastur e criando um órgão menor – a Superintendência do Turismo de Goiás – por outro, propôs alterações na conjuntura do turismo situando-o no plano da indústria e comércio lançado pelo “Plano Global de Trabalho” (CARVALHO, 2015, p. 88). Neste momento, a política pública de maior relevância para a região da bacia do rio Araguaia foi o – Plano de Desenvolvimento Integrado da Bacia Araguaia-Tocantins⁴ (PRODIAT), de 1985/1995. Este plano tomou como base um espaço geográfico distinto, e separou o estudo em dois tipos: centros de apoio e polos turísticos. Na ocasião, Goiânia e Brasília foram consideradas como pontos de apoio importantes, apesar de não estarem dentro da área de pesquisa. Neste caso, a prioridade era Goiânia, por apresentar condições razoáveis quanto à distância e a qualidade das rodovias de acesso (PRODIAT, 1985, p. 44).

da fronteira agrícola, acabou atingindo outros setores (CARVALHO 2015, p. 83).

- 4 Este projeto foi desenvolvido pelo Ministério do Interior e teve como objetivo realizar o diagnóstico geral das características físico-geográficas, econômicas, sociais e de infraestrutura, especificamente para os estados de Goiás e Mato Grosso, utilizando-se como unidade de planejamento os rios Araguaia e Tocantins (RAMOS, 2011, p. 71).

A ação governamental orientada para o desenvolvimento do turismo se organizou, do ponto de vista formal, através do Sistema Nacional de Turismo, instituído pelo decreto Nº 60.224, de 16 de fevereiro de 1967 (PRODIAT, 1985, p. 91). A configuração básica desse sistema de ações coordenadas foi constituída pelos seguintes componentes: Conselho Nacional de Turismo (CNTUR) e Empresa Brasileira de Turismo (EMBRATUR), órgão incumbido da execução das diretrizes e normas adotadas pela Confederação Nacional do Turismo (CNTur), bem como de fomento às atividades turísticas, através das missões diplomáticas e repartições consulares do Brasil, para tarefas de divulgação turística nacional (PRODIAT, 1985, p. 91). Estavam vinculados à equipe de pesquisa do PRODIAT, órgãos regionais de turismo, para execução de tarefas nos estados, territórios e municípios mapeados. Além disso, os estudos demonstravam que, na região, o espaço reservado à empresa privada vinha sendo convenientemente preenchido pela rede hoteleira implantada (com capacidade superior à demanda atual) e os serviços auxiliares existentes, notadamente nos centros de apoio (agências de viagens, transportadoras turísticas, restaurantes, locadoras de automóveis, empresas de taxi aéreo etc.), posto que mesmo deficientes, atendiam às necessidades (PRODIAT, 1985, p. 98). Esses fatos permitiram identificar, no caso de Goiás, “uma consulta sobre a possibilidade de financiamento para a construção de barcos, destinados a servir aos turistas que visitam a região do Araguaia” (PRODIAT, 1985, p. 99). Na ocasião, Goiás ainda não havia passado pela divisão que constituiu o estado do Tocantins, desse modo, o estudo considerou 1600 km de rio navegável (PRODIAT, 1985, p. 105).

Segundo o PRODIAT, a região do Rio Araguaia era vista “como fauna exótica de jacarés, botos e arraias, bem como grande variedade de aves coloridas: araras, papagaios, periquitos, garças. E espécimes terrestres, como onça pintada, capivaras etc.”, que embora de especial atração para caçadores, esses animais foram, pela primeira vez, defendidos por normas de proteção e preservação do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF), existente desde 1967. A área apta para o turismo é definida considerando as características,

[...] supramencionadas e relacionando-as a outras de ordem fisiográfica, como condições de navegabilidade; de infraestrutura direta e regional básica para o desenvolvimento turístico, como meios de hospedagem, rodovias, comunicações etc.; ou de forma de ocupação, como no caso da Ilha do Bananal. Seus 20.000 km² são cobertos pelo Parque Nacional do Araguaia, no Nordeste (IBDF), e pelo Parque Indígena do Araguaia, nas áreas restantes (FUNAI), que se estendem por 350 quilômetros de comprimento e 80 de largura, fica, pois, excluída a possibilidade de um aproveitamento turístico da ilha (PRODIAT, 1985, p. 106).

De acordo com o estudo, no que concerne à preservação e proteção dos recursos naturais, destacam-se as atuações da Secretária Especial de Meio Ambiente em Goiás (SEMAGO), Superintendência do Desenvolvimento da Pesca (SUDEPE) e Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF). A ação de órgãos públicos se apresenta como apoio ao turismo, contando que se preservem os atrativos naturais, bem como as populações indígenas residentes na área (PRODIAT, 1985, p. 126). É interessante ressaltar, nesta pesquisa, aquilo que afirmamos ao analisar as publicações sobre o rio Araguaia relativo às questões ambientais. Neste sentido, o Araguaia carecia de ser explorado como área de lazer numa perspectiva ambiental, como mostra o decreto nº 7.378 de 1º de dezembro de 2010⁵.

O estudo PRODIAT mostrou que ao longo do rio Araguaia, nas suas margens e ilhas entre Aragarças/Barra do Garças e a Ilha do Bananal, vinha se desenvolvendo um turismo espontâneo há mais de 20 anos. Suas principais manifestações foram percebidas por instalação de acampamentos durante a estação seca, especialmente em julho, para

5 No início dos anos 1980, foi instituída a Política Nacional de Meio Ambiente (Lei nº 6.938/1981), com o objetivo de promover a preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental propícia à vida, e que estabeleceu, entre seus instrumentos, o zoneamento ambiental, regulamentado pelo Decreto nº 4.297/2002, que o denominou de Zoneamento Ecológico-Econômico (Decreto nº 7378 de 1º de dezembro de 2010). (BRASIL, 2010).

aproveitar as praias e praticar a pesca. Esses acampamentos tornaram-se habituais entre as famílias de melhor nível econômico residentes na Cidade de Goiás e Goiânia, e geralmente proprietárias de fazendas de gado na região (PRODIAT, 1985, p. 111). De forma espontânea, a princípio, e motivados posteriormente por ações governamentais e influenciados pela mídia, os acampamentos vão se tornando um dos símbolos culturais de maior destaque nas praias do Araguaia como podemos perceber nos acampamentos de temporadas, nas férias de julho.

Ramos (2011, p. 73) observa que a pesquisa feita, no início dos anos de 1980, considerou questão de hospedagem apenas a rede hoteleira, enquanto os acampamentos por serem sazonais, e ocorrerem apenas em uma data específica do ano, não foram considerados, nesse quesito do estudo. Contudo, o PRODIAT consegue confirmar uma das hipóteses de nossa pesquisa, ao mostrar em parte que, o lazer, e o aumento do número de acampamentos, nas margens do Araguaia, decorreram das facilidades de acesso por Aruanã, “intensificado a partir de 1981, com a pavimentação da GO-530, que liga Araguapaz a Aruanã, por pouco mais de 50 km” (PRODIAT, 1985, p. 111). Os dados do Guia Turístico destacam as principais localidades de acesso ao rio, como exemplificados no quadro a seguir.

Quadro 1 – Distâncias de Brasília (DF) e Goiânia (GO) e as principais vias de acesso para Aragarças, Aruanã e Britânia.

Localidade	População	Distância de Goiânia	Distância de Brasília	Vias de acesso
Aragarças	18.205 hab.	401 km	685 km	BR- 070, GO-060, BR-158
Aruaná	8.000 hab.	310 km	505 km	GO-530, GO-070 e GO-060
Britânia	5.549 hab.	314 km	524 km	GO-060, GO-328, GO-173

Fonte: Guia turístico, histórico e cultural do Estado de Goiás (GOIÁS, 2000).

A partir de 1981, a GOIASTUR iniciou a chamada Operação Araguaia, entre Aruanã e Luiz Alves, realizando levantamento de dados e promovendo programas e eventos turísticos nas temporadas de 1982 e 1983. Pelo levantamento do PRODIAT (1985) o fluxo de turistas em julho de 1982 foi de 46.000 pessoas e em 1983, o número foi superior a 50.000 pessoas, registrando-se um crescimento da ordem de 10%, nesse mês de pico, entre a primeira e a segunda temporada. No ano seguinte, a GOIASTUR não teve condições de realizar a contagem por falta de verbas para promoção de eventos.

Segundo Ramos (2011, p. 74), foram os incrementos do governo estadual, na década de 1980, que favoreceram o aumento dos acampamentos nas margens do Araguaia. Os acampamentos constituem presentemente a característica principal do turismo na região durante as férias de julho. A partir dos acampamentos, começaram a surgir iniciativas no sentido de criar instalações fixas de recepção e a presença do Estado representado pelos postos fixos do corpo de bombeiros. E de maneira mais geral, surgiram os primeiros interessados em vender o 'produto turístico' oferecido pelo rio.

Inicialmente, o acampamento típico é constituído de um rancho feito de palha e madeiras locais. Abrange uma área coberta de aproximadamente 50 m², variável conforme o número de pessoas que ocupam as barracas de lona, usualmente instaladas à sua frente e mais próximas da margem do rio. Atualmente, devido às fiscalizações dos órgãos ambientais, existem normas para utilização das coberturas de palha, permitidas somente por meio de reflorestamento em locais determinados como alguns encontrados nas proximidades de Aruanã (GO).

De acordo com o PRODIAT (1985, p. 154) o programa turístico para a área do Araguaia não foi baseado no aumento no número de acampamentos naquele momento. Em primeiro lugar, porque "o efeito multiplicador do turismo - impacto das despesas dos turistas nas atividades econômicas locais e na criação de empregos - é, nesse caso, relativamente pequeno". Em segundo lugar, porque o acampamento, sobretudo com as características registradas na área pesquisada, refletiu uma demanda essencialmente regional, dependendo de ações promocionais

para a efetivação definitiva da região do Araguaia em local de turismo e lazer. Esse incremento promocional do lugar em atrativo de lazer se apresentou com mais clareza nos anos de 1990.

Se nos anos de 1980 as questões ambientais se apresentavam de forma ainda tímida, nos anos de 1990, mesmo com pouco ânimo para o setor de turismo, a tônica ambiental vivida no mundo pós Eco-92⁶, constituiu-se em missão, ao menos no plano do discurso, para conduzir e apreciar “o Zoneamento” ecológico e econômico do Estado de Goiás, regido pelo governo de Iris Resende (1991-1994).

Durante o governo seguinte, na gestão do governador Luiz Alberto Maguito Vilela (1995-1998), o entusiasmo na esfera estadual voltado para o turismo e lazer, na região do Araguaia, não se apresentou como um dos melhores. Havia um “descompasso na política estadual e ambiental entre os níveis federal e estadual” que emperravam o desenvolvimento turístico como as “[...] mudanças organizacionais administrativas, que depreciava ainda mais a função do órgão oficial de turismo: a Goiastur”, que deu lugar à Empresa Estadual de Eventos e Promoções, órgão máximo do turismo na ocasião (CARVALHO, 2015, p. 94).

O incremento veio pela proposta federal através do Programa Nacional de Turismo que viabilizou a apropriação das margens do Araguaia para fins de lazer, por meio da união SEBRAE/EMBRATUR, que passaram a dar atenção ao turismo, essencialmente nos municípios de maior visibilidade por meio de divulgação do rio como área de lazer:

A publicação empreendida pelo SEBRAE, intitulada *Anuário Turístico de Goiás*, em sua segunda edição lançada no ano de 1997, apresenta o rio Araguaia já como um destino turístico

6 A Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD), realizada em junho de 1992 no Rio de Janeiro, marcou a forma como a humanidade via sua relação com o planeta. Foi naquele momento que a comunidade política internacional admitiu claramente que era preciso conciliar o desenvolvimento socioeconômico com a utilização dos recursos da natureza (BRASIL, 2010).

formatado, divulgando sobretudo a rede de serviços para o turista que visite a região. No documento, entretanto, os acampamentos já são divulgados com maior ênfase, inclusive de forma detalhada, descrevendo os objetos necessários para a construção dos mesmos, as restrições a caça e a pesca, então mais rigorosas seguindo a legislação ambiental nacional, e as opções de lazer. O foco não é mais a dominação da fauna, mas o rio como opção de lazer, descanso e entretenimento, sobretudo os municípios de Aruanã, Nova Crixás, Aragarças, Britânia, São Miguel do Araguaia (em Goiás) e Cocalinho/MT (RAMOS, 2011, p. 75).

Nesse período, os acampamentos foram citados como uma opção ao visitante e como atrativo turístico, dada a programação festiva que eles desenvolviam. O *Anuário Turístico de Goiás* foi editado pelo SEBRAE pela primeira vez em 1995 e apresentou o rio Araguaia já como um destino turístico formatado, divulgando-o, sobretudo, como lugar de turismo ecológico, com rede de serviços para o turista que visitasse a região, com detalhamento de acessos, rodovias, rede hoteleira, principais atrativos de praias e pesca. Apesar das manchetes do Anuário dizer que o rio é um vício para goianos, mineiros e paulistas, o exemplar foi publicado em quatro idiomas: português, francês, inglês e espanhol, como se o convite a frequentar as praias do Cerrado fosse estendido para o mundo globalizado.

Uma das principais medidas do governador Marconi Ferreira Perillo Júnior (1999-2006) que afetou o turismo na região do Araguaia foi a criação da Agência Goiana de Turismo (AGETUR), entidade autárquica criada pela Lei nº 13.550, de 11 de novembro de 1999, e regulamentada pelo Decreto nº 5.090, de 20 de agosto de 1999 (GOIÁS, 2000). Tornou-se missão da AGETUR, propiciar o fortalecimento e crescimento do turismo do Estado de Goiás, visando intensificar sua contribuição para geração de renda, ampliação do mercado de trabalho, elevação dos padrões do bem-estar social, integração nacional e valorização do patrimônio natural, cultural e técnico-científico (GOIÁS, 2000).

A AGETUR destacou o vale do Araguaia como sendo o “caminho do sol”. Em sua publicação, a ênfase era para os atrativos oferecidos pelos municípios de Aragarças, Britânia, Aruanã e Luís Alves. Destacavam-se os mapas de acessos destinados ao público de Goiânia (GO), Brasília (DF), Belo Horizonte (MG), São Paulo (SP) e Rio de Janeiro (RJ), mas desde a publicação do “Anuário turístico de Goiás” em 1995, a cidade de Aruanã preserva o posto de portão de entrada para as praias do Araguaia. Segundo a divulgação do anuário, a cada temporada a localidade recebeu cerca de 150 mil visitantes, naquele período, e com a municipalização do turismo, a cidade aparece com bons resultados nos anos 2000 (GOIÁS, 1995, p. 371).

Com a chegada do século XXI, a palavra de ordem determinada pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA) é a conservação da natureza. Lembrando que as políticas públicas voltadas para o Araguaia, até os anos de 1980, autorizavam o uso desse espaço como palco de ações deliberadas e a natureza utilizada como objeto de atração. No tempo presente, o rio deve ser apreciado como objeto de atração e proteção e espaço de ações planejadas, com os novos paradigmas que alteraram as leis para adequação da nova forma de lazer na natureza. O MMA instituiu a Lei da taxa de controle e fiscalização ambiental, ou Lei nº 10.165, de 27 de dezembro de 2000 (PLANALTO, 2000), ou seja, um endurecimento da lei diante dos graves problemas ambientais que se estendem por todo o país. Diante disso, o ponto mais alto da discussão a respeito de investimento para o turismo ocorre em 2003, com a criação de um Ministério próprio. Neste sentido, Carvalho (2015, p. 65) afirma que a criação do Ministério do Turismo foi um marco, “sem desconsiderar a relevância da década de 1990, justo seria afirmar que o marco regulatório para a organização e o planejamento do turismo brasileiro” culminou com a constituição de uma política própria para o setor. A partir de então, o plano para desenvolver o turismo é descentralizado da esfera nacional e passa para a atuação regional distribuído da seguinte forma: nível federal, estadual e municipal, sendo o último “o *locus* onde o turismo acontece efetivamente” (CARVALHO, 2015, p. 66).

Ainda conforme o autor acima, a partir da gestão do governo Marconi Ferreira Perillo Junior (1999-2006), o turismo recebeu maior

atenção, devido a uma sequência de fatores que, combinados, favoreceram o aquecimento do turismo e lazer em Goiás. E juntos, planejamento, sequência de gestão e fortalecimento da Agetur, como órgão próprio e com função ampliada, e com a criação do Ministério do Turismo em 2003, foram determinantes para a melhoria do setor. No contexto do planejamento global e estratégico do governo estadual, foi lançado o “Plano Plurianual 2000/2003: Goiás século XXI”⁷, cujo orçamento próprio para investimento era de R\$ 117.649.920. Desse montante, foram destinados R\$ 19.416.320,00 como recursos para o desenvolvimento do Vale do Araguaia (CARVALHO, 2015, p. 102).

Na segunda gestão de Marconi Perillo, estava inserido o “Plano Plurianual 2004/2007: Plano Goiás, século XXI – Avançar Mais”. Assim, a sustentabilidade tornou-se a ênfase para o setor, e as áreas destinadas ao turismo foram transformadas em polos turísticos, inclusive, na região do Araguaia, foram contemplados pelo plano os municípios de Aruanã, Aragarças, São Miguel do Araguaia, Nova Crixás, Piranhas e Britânia. Com a participação dos municípios na elaboração e redefinição de prioridades de investimentos, a integração de Goiás no Plano Nacional de Desenvolvimento do Turismo (PRODETUR GOIÁS, 2012) e a criação do Instituto de Pesquisas Turísticas do Estado de Goiás – IPTUR⁸, o Estado deu um salto nos investimentos a partir de 2008, “quando os recursos estaduais destinados ao turismo mais que quadruplicaram e continuaram a crescer nos anos seguintes, chegando a ultrapassar 170 milhões em 2013 (CARVALHO, 2015, p. 107). Na região de Aruanã, os investimentos mais visíveis estão na promoção e divulgação de eventos.

7 Lei complementar nº 13.570, de 28 de dezembro de 1999 (GOIÁS, 2002).

8 Criado pela lei nº 16.828, de 11 de dezembro de 2009. Segundo a coordenadora do Observatório do Turismo do Estado de Goiás (IPTUR), fato novo na história do turismo goiano, contido nas diretrizes estaduais, foi o estímulo à pesquisa sobre o turismo que se seguiu à criação do IPTUR. Constituído por meio de parceria entre o órgão público estadual e os principais destinos turísticos do estado, com o apoio do Sebrae/GO, da Associação Goiana de Municípios (AGM) e das Instituições de Ensino Superior do Estado de Goiás (IPTUR, 2017).

Desde o crescimento dos investimentos no turismo em Goiás, de modo geral, e em particular, na região do Araguaia, o lazer nesses locais passou a ter uma relação com os *shows* artísticos e musicais, os eventos configuram uma das principais estratégias de promoção dos destinos. Mas,

As transferências desses recursos do governo do estado para os municípios não se deram por intermédio de convênios, ao que tudo indica, mas pelas chamadas “transferências discricionárias” ou “voluntárias”. Na busca feita no site da Casa Civil sobre os convênios estaduais disponibilizados entre 2011 e 2014, nada consta quanto à liberação de recursos para o turismo. Apenas Aruanã conseguiu estabelecer pacto sob forma de convênio com o governo estadual, em 2012, no valor de R\$ 110.000,00, o qual não diz respeito à atividade turística (CARVALHO, 2015, p. 143).

Esse tipo de evento passou a assumir um papel de destaque no desenvolvimento turístico nos últimos anos, configurando-se como uma das principais estratégias de promoção de destinos. Entretanto, Carvalho (2015, p. 111) adverte que é “demasiada a prioridade que o órgão passou a ter nos últimos anos, curvando-se para essa modalidade”. Para a especialista no assunto, isso reflete uma ausência de planejamento mais integral do turismo no estado, mesmo assim, os *shows* nas margens do rio representam bem o ambiente de praia que agrada o público em busca de lazer.

Considerações Finais

Por meio desta análise, fica evidente o peso das políticas públicas na apropriação do rio Araguaia como espaço de lazer, tal como conhecemos nos moldes atuais. Essa nova forma de apropriação se diferencia sobremaneira da expectativa que se tinha para o rio no século XIX, na qual a prioridade era o povoamento das margens desse rio, a “civilização” dos povos indígenas que habitavam a região e o desenvolvimento da navegação.

O rio passou a ser considerado pela sociedade e pelo poder público sob uma nova perspectiva, para seu aproveitamento “racional”, como prática de lazer, agora embasado em leis. E mesmo que as políticas públicas não sejam suficientes para explicar a conjuntura cultural de apropriação do rio para fins de lazer, elas contribuíram no sentido de legitimar o novo ideal de modernidade desvinculado daquele pensado no passado. A natureza do Araguaia, outrora vista como bela, mas melancólica, na contemporaneidade passa a ser vista também como lugar de lazer institucionalizado.

Portanto, o Araguaia é muito mais que um rio. Seu cenário de belas praias já foi palco de desapropriação de terras indígenas, ocupação agropastoril e também palco de violência no período da repressão militar. A industrialização e o modo de vida urbana do mundo globalizado deram ao rio um sentido de praia, tomando de empréstimo elementos do litoral. Na busca pela inserção no mundo globalizado, o rio se refez na base da identidade dos goianos e assumiu características ambíguas, na forma que os sujeitos se relacionam com seu espaço e a fragilidade de sua beleza. Pois, o mesmo rio que é praia, cercado de belas paisagens, divide-se em área de criação de gado, lavoura e cidades que crescem à sua margem.

Referências

AUGUSTUS, Ernesto. Guia Ecológico. Disponível em: <https://guiaecologico.wordpress.com/2011/08/03/propaganda-da-minha-infancia-que-ainda-hoje-marca/>. Acesso em 12 jul. 2018.

BRASIL. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7378.htm. Acesso em: 27 mar. 2017.

CARVALHO, Gisélia Lima. *A política de turismo no estado de Goiás: Um estudo sobre as escalas institucionais de intervenção*. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2015.

COUDREAU, Henri (1897). *Voyage au Tocantins-Araguaia*. Disponível em: http://etnolinguistica.org/biblio.etnolinguista.org/coudreau_araguaya. Acesso em: 01 set. 2016.

GASTAL, Susana. Turismo na pós-Modernidade: agregando imaginários. In: GASTAL, Susana; GIOVANNI, Antônio Carlos Casto. (Orgs.). *Turismo na pós-Modernidade (des)inquietações!*. Porto Alegre: EDPUCRS, 2003.

GOIÁS. *Anuário Turístico de Goiás*. Goiânia: Sebrae, 1995.

GOIÁS. *Guia Turístico, Histórico e Cultural do Estado de Goiás*. 1ª ed. Goiânia: Agetur, 2000.

_____. *Guia Turístico, Histórico do Estado de*. 2ª ed. Goiânia: Agetur, 2002.

GOMES, Laurentino. *1808: como uma rainha louca, um príncipe medroso e uma corte corrupta enganaram Napoleão e mudaram a história de Portugal e do Brasil*. 3. ed. São Paulo: Planeta do Brasil, 2009.

IPTUR. Instituto de Pesquisas Turísticas de Goiás. In: *Diretoria de Pesquisas turísticas e eventos do Estado de Goiás*. Disponível em: <<http://www.goiasturismo.go.gov.br/goias-turismo/iptur/>>. Acesso em: 11 jan. 2017.

LEI nº 3.040, de 7 de novembro de 1960. Disponível em: <<http://www.casacivil.go.gov.br/pagina/ver/13946/leis-ordinarias-1960>>. Acesso em 12 jul. 2018.

LEI COMPLEMENTAR. *Nº 13.570, de 28 de dezembro de 1999* (Goiás, 2002). Disponível em: <http://www.gabinetecivil.go.gov.br/pagina_leis.php?id=2318>. Acesso em: 02 fev. 2017.

LIMA FILHO. Karajá de Aruanã. In: MOURA, Marlene Castro Ossami (org). *Índios de Goiás*. Uma perspectiva histórico-cultural. Goiânia: ed. Da UCG/Ed. Vieira/ Ed. Kelps, 2006.

_____. *O (Des)encanto do Oeste: memória e identidade social no médio Araguaia*. Goiânia: Ed. da UCG, 2001.

OBSERVATÓRIO DO TURISMO. Boletim 2010 In: <http://www.observatoriodoturismo.tur.br/>. Acesso em: 19 jul. 2018.

PLANALTO. Lei nº 10.165, de 27 de dezembro de 2000. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L10165.htm. Acesso em 19 jul. 2018.

PRODETUR. Programa Nacional de Desenvolvimento do Turismo. In: *Elaboração do Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável (PDITS) do Polo Vale do Araguaia* 2012, p. 131. Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/sites/default/turismo/.../goias/pdits_polo_araguaia.pdf>. Acesso em 20 ago. 2016.

PRODIAT. *Projeto de Desenvolvimento Integrado da Bacia do Araguaia – Tocantins*. Programação do Turismo para Bacia do Araguaia – Tocantins. Brasília, 1985.

RAMOS, Laura Marina Jaime. *Romaria das Águas [manuscrito]: ambiente, afeto e representações nas praias do Rio Araguaia-GO*. Tese de doutorado. Instituto de Estudos Sócio-Ambientais - IESA). Goiânia: UFG, 2011.

16.

Patrimônio museológico e um museu em trajetória

Darlen Priscila Santana Rodrigues
Poliene Soares dos Santos Bicalho

O presente estudo propõe apresentar uma sinopse da Dissertação de Mestrado defendida junto ao Programa de Pós-graduação Territórios e Expressões Culturais do Cerrado, da Universidade Estadual de Goiás, em 2018, sob a orientação da Professora Dr^a. Poliene Soares dos Santos Bicalho, tendo como título TESSITURAS MUSEOLÓGICAS, SENTIDOS, PILARES E UTOPIAS: Estratégias de comunicação museológica e difusão no Museu Antropológico da UFG, que objetivou apresentar o panorama da trajetória da instituição e compreender a comunicação museológica, no período retrospectivo e corrente.

O estudo em pauta despertou interesse por três questões básicas. A primeira, pelo fato de a autora ser Museóloga e ter participado, na última década, de ações e contribuições acadêmicas junto a instituição; a segunda, por ainda não existir pesquisas equivalentes sobre a temática em Goiás; e a terceira surgiu a partir de uma inquietação pessoal: Quais ações do passado contribuíram para a edificação e estruturação do MA/UFG?

Nessa perspectiva, o objetivo desta pesquisa foi o patrimônio museológico, a partir do qual se analisou o museu e sua trajetória.

Essa investigação se justificou por, a título preliminar e para facilitar a compreensão dos temas que foram discutidos, salientar a abordagem e o tratamento da temática; e, assim, conduzir a um diversificado conjunto de situações.

Nesse sentido, este estudo considera a importância de se discutir sobre a trajetória e a contribuição de um museu universitário em Goiás, o Museu Antropológico da UFG, no momento em que se aproxima a quinta década de sua criação. De um modo geral, a pesquisa apresenta as abordagens feitas ao longo da investigação e evidencia a importância do MA/UFG para a comunidade interna e externa à Universidade, com oportunidade de qualificar e analisar os projetos, cursos e exposições, como uma maneira de valorizar o cenário da salvaguarda e difusão da cultura dos povos tradicionais do Cerrado, o que revela a importância da instituição ao cumprir o seu papel social.

Patrimônio museológico

Ao longo dos anos se tem observado o crescimento do número de instituições museológicas, esse demonstrativo se revela devido à preocupação com a guarda e preservação da cultura material. Nessa dimensão, o Brasil conta com aproximadamente 3.200¹ museus registrados no Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM), criado em 2009, que é a autarquia maior da federação nacional na área.

Em dimensão menor, na perspectiva do Cerrado, delimitando as capitais dos Estados de Goiás, Tocantins e Distrito Federal, há aproximadamente 131 instituições listadas na publicação “Museus em Números”, do ano de 2010, do IBRAM. Porém, a partir de 2010, ocorreu o aumento no número de instituições nesses três Estados. Goiânia possui cerca de 20 instituições museológicas com diversas temáticas. Brasília, por sua vez, possui cerca de 46 instituições, algumas públicas e privadas. Por fim, em Palmas, o mais novo Estado brasileiro, há divergências acerca do número das instituições que se encontram em funcionamento, mas, informações gerais pontuam para a existência de 05 instituições

1 Dados do Cadastro Nacional de Museus – IBRAM/MINC, 2010.

no município. Essas instituições comportam acervos dos séculos XX e XXI, que correspondem a uma diversidade de tipologias.

Cada instituição guarda um volumoso patrimônio material formado pelas populações tradicionais brasileiras, que acompanha a trajetória social, política e cultural de povos e grupos étnicos e sociais do Cerrado, e tantas outras manifestações. Tudo isso requer das instituições um maior zelo quanto a salvaguarda e difusão das culturas material e imaterial dos mesmos para gerações presentes e futuras.

Nas capitais listadas, anteriormente, o cenário evidencia acervos organizadas ou não. Estes, em maior número, não contam com profissionais capacitados para gerir as instituições e as coleções de acordo com à práxis da Museologia. Diante disso, boa parte do patrimônio museológico corre o risco de não ser preservado.

Quanto a tipologia, a pesquisa realizada apontou que, em Brasília (DF), 56% das instituições estão categorizados como Museu Histórico, assim classificadas: 7% Casas Históricas, 11% Artes Visuais, 6% Biográfico, 7% Antropologia/Etnografia, 13% Ciências Naturais. Em Goiânia as categorias atendem a 22% Histórico, 11% Antropologia/Etnologia, 22% Ciências Naturais, 11% Biográfico, 17% Artes Visuais, 17% Centro Culturais. Por último, em Palmas, as instituições se adequam em duas categorias: 60% Histórico e 40% Centros Culturais.

No que se refere às iniciativas de exposições, a maioria das instituições desenvolvem ações sem profissionais especializados, porém, algumas delas merecem destaque devido à iniciativa de propiciar discussões sobre as sociedades tradicionais do Cerrado, como o Museu Antropológico da UFG, com a exposição de longa duração “Lavras e Louvores”, entre outras, idealizada pelas antropólogas Nei Clara de Lima e Selma Sena; e o Centro Cultural Jesco Puttkamer da Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC-Go), com a exposição de longa duração “Diferentes e Iguais”, que contou com a contribuição de Rosângela Barbosa e Silva, especialista em Museologia. O Museu Antropológico tem por objetivo socializar e difundir pesquisas através da comunicação museológica *stricto sensu*, com o intuito de cumprir

seu papel junto a sociedade, além de promover a preservação e salvaguarda do acervo e da memória institucional.

Ainda dentro desta perspectiva das exposições, outras duas instituições possuem exposições com temática etnografia/antropologia: o Museu Goiano Zoroastro Artiaga, com exposições de longa duração e recortes expositivos sobre os povos tradicionais, incluindo os grupos indígenas; e o Memorial dos Povos Indígenas (DF), que, por sua vez, recebeu a exposição “A Arte do Povo Kayapó”, ainda aberta ao público neste ano de 2018.

À medida em que os anos passam, observa-se o crescente número de instituições que privilegiam a memória e a cultura de diferentes grupos sociais e étnicos. As exposições são elaboradas no processo de socialização, propiciando “a curiosidade pelos lugares onde a memória se cristaliza e se refugia, está ligada a este momento particular da nossa história” (NORA, 1981, p. 7).

Museu em trajetória: um museu de antropologia em Goiás

O Museu Antropológico (MA) nasceu em 1969, como legado dos professores do, então, Departamento de Antropologia e Sociologia (DAS), vinculados ao antigo Instituto de Ciências Humanas e Letras² (ICHL/UFG), da Universidade Federal de Goiás (UFG), professores estes que desenvolviam pesquisas e viagens de estudos ao Parque Nacional Indígena do Xingu³. Segundo Oliveira (1978):

Em junho de 1969, um grupo de professores universitários foi ao Parque Indígena do Xingu, com a finalidade de estudar as tribos indígenas ali sediadas. Eram eles os professores Acary de Passos Oliveira, atual Diretor do museu, Vivaldo Vieira da Silva, Antônio Theodoro da Silva Neiva, Pe. José Pereira de Maria e Pe. Xavier Enciso. Durante essa viagem surgiu a ideia de criação

2 Atual Faculdade de Ciências Sociais.

3 O Parque Indígena do Xingu-MT (Brasil), criado em 1961, pelo presidente Jânio Quadros.

do museu. Os investigadores entraram em contato com diversas tribos indígenas, onde distribuíram presentes, adquiriram objetos ou produtos culturais nativos, e principalmente observaram as características étnicas, linguísticas, comportamentais, econômicas, religiosas e sociais que diversificavam as populações xinguanas. Todavia, tais viagens resultaram em estudos e coletas de objetos da população Indígena do Xingu. Assim, esses objetos se tornaram acervo da primeira coleção etnográfica (OLIVEIRA, 1978, p. 10).

Essas viagens de observação e pesquisas surtiram o esperado para os estudos antropológicos da época, motivo de deleite para esses professores e pesquisadores, pois o contato com a população Xinguanana era recente, o que lhes propiciou um importante campo de pesquisas e conhecimentos sobre estas sociedades.

Por tudo que foi observado e principalmente pela influência que a cultura do homem civilizado tem sobre aquelas populações indígenas, que ali tem introduzido sua tecnologia, os seus hábitos alimentares, as suas concepções de vida e principalmente os seus vícios, em detrimento da cultura indígena, os pesquisadores sentiram a urgência de concretizar a ideia de criação de um Museu Antropológico em Goiânia, onde se abrigasse a cultura remanescente dos índios de Goiás e do Brasil Central (OLIVEIRA, 1978, p. 10).

Desse modo, com o interesse dos pesquisadores e as possibilidades ao alcance das mãos, tais viagens resultaram em estudos e coletas de objetos da população indígena do Xingu. Assim, esses objetos se tornaram acervo da primeira coleção etnográfica do Museu Antropológico da UFG. E, atendendo aos interesses de ambas as partes, foi entregue, à Direção do Instituto de Ciências Humanas e Letras da Universidade Federal de Goiás, a professora Lena Castelo Branco Ferreira Costa, um relatório das atividades desenvolvidas na viagem ao Xingu e um plano de pesquisa sobre a cultura dos grupos étnicos da região, além de uma

minuta de convênio entre a Universidade Federal de Goiás e a Administração do Parque Indígena do Xingu, que sugeriu a criação do Museu.

Em 1970 o Museu Antropológico iniciou as suas atividades e, entre os seus objetivos, o MA/UFG, sob a direção do professor Acary de Passos de Oliveira, buscou promover pesquisas antropológicas interdisciplinares. Sob a tutela do Gabinete do Reitor, o Museu foi criado pela Portaria 00464/71, assinada pelo Magnífico Reitor, o professor Farnese Dias Maciel Neto. Aprovado pelo Egrégio Conselho Universitário, logo, o Museu passou à subordinação da 1ª Sub-Reitoria, de acordo com a Portaria 0305/71, mas continuou ligado ao Departamento de Antropologia e Sociologia do ICHL.

Durante anos, esses e outros professores, ligados à Universidade, desenvolveram pesquisas em diferentes regiões do interior de Goiás, voltadas para os estudos antropológicos, arqueológicos, históricos e linguísticos dos mais diversos grupos étnicos e sociais do Centro-Oeste brasileiro. Sendo assim, a criação do Museu Antropológico contribuiu como laboratório de Ciências Humanas e Sociais da Universidade. Além disso, a recomendação do VII Congresso Indigenista Interamericano, de 1972, potencializou a criação do MA/UFG.

A recomendação feita pelo VII Congresso Indigenista Interamericano, realizado em Brasília no dia 7 de agosto de 1972, que sugeriu a criação de um museu antropológico ‘especializado em culturas indígenas, em cada país americano’ e nas Universidades, com a finalidade de conservar todo o material etnográfico relativo aos indígenas do Continente, veio fortalecer a ideia de criação de um Museu Antropológico na Universidade Federal de Goiás (OLIVEIRA, 1978, p. 10).

Após a concretização da ideia de um museu, o Museu Antropológico se institucionaliza sob a orientação dos professores do ICHL e o voluntariado dos alunos do Instituto. Como consequência, o MA/UFG passa a cumprir o seu papel na sociedade, se tornando referência no Brasil, especialmente em sua região central, de modo que “a existência do Museu estampou a Universidade Federal fora do cenário brasileiro,

estampou no cenário brasileiro também” (SÉRIE DOCUMENTOS, 2011, p. 35).

No ano de 1982 a etnóloga e museóloga Edna Luísa de Melo Taveira (*in memoriam*), passa a ser diretora do Museu Antropológico, desempenhando um papel importante, tanto no campo da Etnologia em Goiás quanto na prática museológica da instituição.

Em 1983 foi realizado o inventário e a implantação do sistema de documentação do acervo, quando se evidencia a ação centralizada na identificação dos objetos. O interesse estava em conferir os números de inventários dos objetos que estavam na exposição de longa duração ‘Museu Expressão de Vida’ e na reserva técnica.

Para Deesvallées e Mairesse (2013, p. 66), a função do museu é ser “um lugar em que as coisas e os valores que se ligam a elas são salvaguardados e estudados, bem como comunicados enquanto signos para interpretar fatos ausentes”. Assim, também os indivíduos sociais são responsáveis pela construção e função de um museu que alcança o cenário, lugar e espaço de discussão e difusão da cultura local.

Ao longo dos anos, a maneira de organização, classificação e seleção do Museu Antropológico foi se adequando ao sistema de registro documental. A documentação de acervos é um instrumento importante para o museu, este serve como mecanismo de identificação de cada objeto, podendo conter informações básicas e descrições como: Grupo étnico, Família/Tronco Linguístico, Matéria-Prima, Origem Geográfica e Procedência etc. Para Barbuy (2008, p. 39), a documentação deveria “registrar esta informação, que diz respeito não à tipologia genérica do objeto mas à sua história individual, tanto quanto, em outra instância, mais interpretativa, a um traço cultural de informalidade em seu contexto de uso”. Desse modo, o registro das informações sobre o acervo se torna acessível a pesquisadores e ao público externo.

Categoricamente, o acervo do Museu Antropológico é constituído por coleções arqueológicas, etnográficas e da documentação advinda das pesquisas e das atividades museológicas. Nesta perspectiva, ao longo das várias direções, o MA/UFG tem mantido uma política de ensino,

pesquisa e extensão, com as suas coleções a serem divulgadas, através de vários especialistas e atores sociais; enquanto a comunicação museológica se assenta numa vocação interdisciplinar e didática. A comunicação museológica tende a ser o mecanismo de difusão da cultura e das práticas de uma instituição, logo, na opinião de Marília Xavier Cury (2005), a denominação dada a comunicação museológica é genérica por se tratar das diversas formas “extroversas do conhecimento em museus, uma vez que há um trabalho de introversão” (CURY, 2005, p. 34).

Comunicação museológica em trajetória

A sistematização das funções práticas no museu é estabelecida a partir de pilares museológicos que correspondem à gestão, pesquisa, salvaguarda e comunicação/difusão. Neste sentido, o MA/UFG se constituiu considerando os fatos culturais, socioculturais e acadêmicos, se utilizando do caráter museológico para definir sua função básica e específica na sociedade.

É importante mencionar, neste contexto, que o museu é definido pelo Conselho Internacional de Museus (ICOM) como uma instituição a serviço da sociedade e do seu desenvolvimento, aberta ao público, que desenvolve suas práticas museológicas de adquirir, conservar, investigar e comunicar, além de envolver ações educativas, estudos, deleite e expor o património material e imaterial da humanidade. Para o Museólogo Mário Chagas, “os museus também são casas de comunicação e de investigação. Em meu entendimento, um museu só se completa quando desenvolve essas funções básicas” (CHAGAS, 2005, p. 59).

Assim, a comunicação museológica é um instrumento usado para promover diálogos, informações e conhecimentos em museus, assim como a estratégia que será utilizada na difusão das diversas ações desenvolvidas no museu. Neste aspecto, a comunicação permite que aconteçam adaptações de linguagem, critérios e público, a fim de que possa propiciar a comunicação com qualquer grupo, independente do contexto social no qual está inserido. No que diz respeito a comunicação museológica no MA/UFG, se caracteriza por contribuir com a comunicação *lato sensu* e a comunicação *stricto sensu*.

Comunicação *lato sensu* são os estudos de coleções, artigos científicos, material didático, vídeos, filmes, oficinas, palestras e catálogos; enquanto a comunicação *stricto sensu* se restringe à exposição. A comunicação museológica se faz importante ao tentar cumprir com o processo de musealização, que potencializa a valorização e interação entre o museu, objeto/acervo e o público. A comunicação *stricto sensu* delimita a exposição, que possibilita a construção de um sistema de linguagem em um nível de interação dinâmica com o museu, o objeto e o público, pois, segundo Cury (2005, p. 34), “é na exposição que se potencializa a relação profunda entre o Homem e o Objeto no cenário institucionalizado (à instituição) e no cenário expositivo (a exposição propriamente)”.

Portanto, ao longo da trajetória do MA/UFG, foram desenvolvidos projetos e diálogos interétnicos que se entrelaçaram ao tripé da Universidade, Ensino, Pesquisa e Extensão. Alguns desses projetos estiveram diretamente relacionados à cultura indígena, entre eles, o sobre o resgate da cultura pelo estudo das línguas, de 1982, desenvolvido em conjunto com o setor de Etnolinguística e Antropologia; além dos projetos de salvaguarda do patrimônio material e imaterial relacionados à cultura dos Povos *Iny*-Karajá, denominado “Bonecas Karajá: arte, memória e identidade indígena no Araguaia”. Segundo a antropóloga Nei Clara de Lima (2012), essas “pesquisas com o povo Karajá inauguram o que considero os primeiros movimentos no sentido de formar coleções baseadas na pesquisa etnográfica que, desde então, tem marcado a política de aquisição de acervo do Museu” (LIMA, 2012, p. 72).

Contudo, as exposições temáticas têm sido o meio de difusão de fácil acesso a comunidade interna e externa a Universidade, por ter o caráter didático e visual relativos aos objetos da cultura material dos povos tradicionais do Cerrado. Assim, as ações do museu podem contribuir para o desenvolvimento da inteligência e das capacidades crítica e cognitiva dos indivíduos/públicos diversos. Neste sentido, o processo de idealização das exposições no MA/UFG envolveram várias experiências, vivências e intercâmbio de conhecimentos e tradições culturais. Assim, o (re)conhecimento foi apreendido de diversas maneiras, pois, ao “aproximar da complexidade das situações sociais que interagem, esses grupos promovem projetos de caráter interdisciplinar” (THIOLLENT,

2000, p. 20 *apud* DINIZ, 2016, p. 28). Assim, as exposições de museus universitários recebem essa carga devido a estruturação institucional ligada a uma entidade de ensino, pesquisa e extensão.

Desse modo, pode-se dizer que as experiências das exposições se constituem em fator de interação e socialização das tradições culturais dos povos que se encontram no Centro-Oeste. É fato que, ao longo da trajetória do MA/UFG, diversas exposições de longa duração, curta duração e temporárias foram abertas ao público e se desenvolveram sob a ótica da educação não-formal, propiciando inúmeras experiências educativas, no sentido da formação do homem.

Considerações Finais

Os objetivos propostos para a referida pesquisa de mestrado foram contemplados, tendo em vista a metodologia adotada e a utilização de literaturas coerentes com a temática, que fundamentaram e deram subsídios teóricos para o desenvolvendo da investigação; e que foi elaborada pela via das abordagens qualitativa e descritiva, por ser tratar de um estudo de caso.

Quanto a questão problema, os resultados gerais são significativamente satisfatórios, pois, pode-se concluir que a trajetória do Museu Antropológico Goiás é importante devido à sua contribuição para a salvaguarda e a comunicação do patrimônio cultural dos povos tradicionais do Centro-Oeste. No tocante à existência dos acervos e seus respectivos grupos étnicos, o inventário realizado contabilizou cerca de 4.584 objetos etnográficos, pertencentes a 32 povos indígenas, dos quais, 23 pertencem à região do Cerrado brasileiro.

No que diz respeito ao perfil da comunicação museológica, 33 projetos estão relacionados a salvaguarda da cultura indígena, realizados pelos setores de Antropologia e Etnolinguística, além de 32 cursos em nível de extensão e pós-graduação (especialização). Sobre a contribuição da comunicação museológica *stricto sensu* no MA/UFG, foi possível identificar a importância das ações quanto a difusão e socialização das pesquisas.

Em decorrência da mudança do cenário museológico brasileiro, o MA/UFG expressa o caráter de preservação da cultura material e imaterial *Iny-Karajá*, entre outras, o que é um diferencial em relação aos demais Museus Universitários. Em razão disso, observa-se o impacto positivo em relação à salvaguarda e a difusão da cultura dos povos tradicionais do Centro-Oeste. Como forma de evidenciar sua perspectiva de instituição ligada a Universidade, suas ações e presença no campo das Ciências Humanas tem sido de significativa contribuição. Além disso, sua estrutura institucional é enaltecida por contribuir com a formação de profissionais na área da Antropologia e da Museologia, na tentativa de suprimir gradativamente a lacuna existente em todo o Estado de Goiás nestas áreas.

Por fim, os estudos e tendências sobre o patrimônio museológico revelam a importância do Museu Antropológico da UFG para a salvaguarda e a difusão da cultura material e imaterial de diferentes grupos étnicos e sociais do Cerrado brasileiro, assim como da memória e da identidade regional de Goiás.

Referências

BARBUY, H. Documentação museológica e a pesquisa em museus. Museu de Astronomia e Ciências Afins – MAST. *Documentação em Museus* / Museu de Astronomia e Ciências Afins- Organização de: Marcus Granato, Claudia Penha dos Santos e Maria Lucia N. M. Loureiro. Rio de Janeiro: MAST, 2008.

CURY, Marília Xavier. *Exposição: concepção, montagem e avaliação*. São Paulo Annablume, 2005.

CHAGAS, Mário. Pesquisa Museológica. MAST Colloquial, v. 7. Museu: *Instituição de Pesquisa*. Rio de Janeiro: MAST, 2005.

DESVALLÉES, A; MAIRESSE, F. *Conceitos-chave de Museologia*. Tradução e comentários: Bruno Brulon Soares e Marília Xavier Cury. São Paulo: Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus: Pinacoteca do Estado de São Paulo: Secretaria de Estado da Cultura, 2013.

DINIZ, Flávio P; RIBEIRO, Dinalva. D. Extensão Universitária: Metodologias participativas e contribuições do seminário para projetos de extensão (SEMPE). *Extensão Universitária: Metodologias e experiências*. Org: Murilo Medonça Oliveira de Souza, Guido de Oliveira Carvalho. Goiânia: Ed. da PUC Goiás, 2016.

Instituto Brasileiro de Museus. *Museus em Números*, vol.1, Instituto Brasileiro de Museus Brasília: Instituto Brasileiro de Museus, 2011.

_____. *Museus em Números*, v. 2, Instituto Brasileiro de Museus Brasília: Instituto Brasileiro de Museus, 2011.

LIMA, N.C. de. O Museu Antropológico da UFG e a interlocução com povos indígenas. *Questões indígenas e museus: debates e possibilidades*. Coordenação Marília Xavier Cury, Camilo de Mello Vasconcellos, Joana Monteiro Ortiz. Brodowski: ACAM. Portinari: Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo: Secretaria de Estado da Cultura (SEC), 2012. (Coleção Museu Aberto).

NORA, P. Entre Memória e História: A Problemática dos Lugares. Tradução Yara Aun Khoury. Projeto História. *Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP*. São Paulo, Brasil, 1981.

OLIVEIRA, A de P. *Exposições de Antropologia*. Goiânia: Universidade Federal de Goiás, 1978.

RODRIGUES, D. P. S. *Tessituras museológicas, sentidos, pilares e utopias: estratégias de comunicação museológica e difusão no Museu Antropológico da UFG*. (Dissertação de Mestrado). Anápolis, Universidade Estadual de Goiás (UEG), 2018.

RODRIGUES, D. P. S; BICALHO, P. S. dos S. INSTITUIÇÕES MUSEOLÓGICAS E CULTURAIS CERRATENSES. *Anais do Congresso de Ensino, Pesquisa e Extensão da UEG* (CEPE). Pirenópolis, Goiás. 2017.

SÉRIE DOCUMENTOS. *Memórias. Os 40 Anos do Museu Antropológico da UFG*. Série Documentos do Museu Antropológico da Universidade Federal de Goiás, n. 5, Goiânia, 2011.

17.

Cartografias da morte no cerrado goiano: uma leitura de *Dentes Negros*, de André de Leones

Ewerton de Freitas Ignácio
Bruna Messias de Oliveira

André de Leones e seu universo romanesco

André de Leones, um dos mais destacados escritores goianos da contemporaneidade, nasceu em 1980 em Goiânia, porém, foi criado em Silvânia, no interior do estado. Ganhador do Prêmio SESC Literatura em 2005, ao qual concorreu com o romance *Hoje o dia está morto*, cuja publicação se deu no ano seguinte, em 2006, tem, desde então, apresentado intenso labor literário, tanto que, após o interesse de editoras ter-se voltado para a divulgação dos frutos de seu trabalho literário, publicou vários romances, bem como uma coletânea de contos e uma novela intitulada *Paz na terra entre monstros* (2008), passando, com isso, a viver da escrita.

Além de romances, livros de contos e uma novela, o escritor também cultiva a escrita de resenhas literárias e de crônicas, as quais publica em jornais. Relativamente a suas obras ficcionais, ressalte-se ainda que, mesmo tendo se mudado para São Paulo em 2010, o estado de Goiás, com sua gente, seus amplos espaços cerratenses e sua cultura sertaneja e citadina continuam sendo caros à pena de Leones, sejam como tema, sejam como espaço e ambientação de suas várias narrativas.

Nesse aspecto, ainda que algumas narrativas do autor de *Abaixo do paraíso* sejam ambientadas em ambiente rural, é possível observar, no

conjunto de sua obra romanesca, uma cuidadosa representação das experiências urbanas vivenciadas por suas personagens. Desse modo é que, em seu romance *Como desaparecer completamente* (2010), tem-se uma linguagem vazada de modo claro, direto, que plasma uma história fragmentada, como cacos de experiências (urbanas) que vão se acumulando até formarem um aglutinado ficcional permeado de sexo e violência, ou que se tem, em *Hoje está um dia morto* (2006), o retrato de uma tragédia, movida pelo tédio e pela falta de perspectivas, vivenciada por um casal de adolescentes nas malhas urbanas de uma cidade pequena, onde imperam o marasmo e a falta de perspectivas.

No que diz respeito ao romance que neste trabalho nos propusemos analisar, qual seja *Dentes negros*, publicado em 2011, verifica-se a configuração de uma obra bem escrita, densa, que plasma um rico e profundo universo psicológico. A narrativa se desdobra de modo a criar uma distopia, evidenciando que este mundo, tal como o conhecemos, não existe mais, na medida em que foi assolado por uma doença desconhecida que não tem cura, matando as pessoas e deixando seus cadáveres com a boca aberta e os dentes enegrecidos à mostra, como em tipo de rictus macabro e assustador. As personagens da obra constituem os poucos sobreviventes dessa doença misteriosa que dizimou a população, que passa a viver – ou sobreviver – em meio a um cenário constituído por vazios e por cidades abandonadas, carentes de sentido.

Essas figurações da experiência urbana na prosa do goiano André de Leones, longe de aproximar os seres e o contexto citadino à sua volta, desvelam aspectos de várias vivências balizadas por questões como a solidão, a ausência de uma total comunicabilidade entre o homem e seus pares, o sentimento de desnoriteio, a ausência de sólidas referências familiares, questões que, em seu conjunto, conduzem a uma sensação de tédio e de desencanto, já que as cidades criadas por Leones constituem espaços amorfos, insossos, parados, em que não surge espaço para a plena realização individual. Trata-se de lugares urbanos parados como a morte e inóspitos como o deserto: as paisagens mesmas que se deixam cristalizar no enredo de *Dentes negros*.

Dessa maneira, objetivamos, neste trabalho, realizar uma leitura de *Dentes negros* buscando evidenciar que se tem, nesse romance, o retrato da experiência urbana de indivíduos que, cada vez mais, são menos senhores de si mesmos e de suas vidas em meio a um espaço citadino cuja configuração, paradoxalmente, abriga e entedia/irrita seus habitantes, bem como tentar compreender as peculiaridades de uma obra que tematiza questões caras à contemporaneidade, como a indagação dos rumos da cidade, dos rumos da vida de seus habitantes e do próprio sentido (ou não sentido) que o espaço urbano tem assumido nos últimos tempos. Analisaremos, também, os mecanismos pelos quais se dá a manutenção da ótica da violência, um aspecto que, principalmente nos dias atuais, permeia a realidade urbana – e também rural – de todo o país.

Dentes negros: a obra, a praga, a sina

Dentes Negros, em termos de elaboração de trama (TOMACHÉVSKI, 1978), constitui um romance plasmado por uma linguagem clara, objetiva e direta, o que confere leveza e agilidade ao material narrado e faz com que a fábula seja assimilada de modo muito fácil pelos leitores, que, imersos na leitura de uma narrativa dinâmica, sentem pesar quando, rapidamente, chegam à última página.

As personagens do romance são pessoas sobreviventes de uma praga, uma doença desconhecida que, se iniciando no centro do Brasil, assolou a população, que foi quase completamente dizimada. As pessoas acometidas por tal enfermidade mortal morriam com os dentes enegrecidos e à mostra, com um ricto diabólico, sinistro estampado na cara crispada. A história, portanto, tem como cenário um Brasil pós-apocalíptico com imensos espaços populacionalmente vazios, onde os que não sucumbiram ante a força da doença levam consigo a lembrança inolvidável e dura dos que pereceram.

Nesse contexto de desolação, alguns presenciaram a morte de todos os membros da família e de todos os amigos, e por isso alguns se isolam, outros caminham sem rumo, entregando-se à gratuidade de encontros fortuitos, mediante os quais o outro surge como apanágio de realização pessoal, embora se mostre uma realização impossível. Outros,

ainda, se entregam a uma vida de delitos, estuprando, matando e roubando os raros sobreviventes e desafiando, com isso, as forças especiais que o Exército disponibilizou para pacificar e prestar auxílio a quem sobreviveu à devastação.

Em meio a tudo isso, a narrativa incide sobre a vivência de Hugo, goiano que mora em São Paulo desde antes da eclosão da peste, e de Renata, baiana com quem ele trava contato na capital paulista e com quem passa a ter um relacionamento. Após se conhecerem, ambos empreendem uma viagem de carro para Goiás, onde Hugo ainda tem uma prima viva, Ana Maria – a única sobrevivente de toda sua família –, e a quem ele almeja conhecer. Acontece que, no percurso, seu carro é atacado por bandoleiros da estrada – uma reconfiguração contemporânea dos jagunços do cangaço – e Renata e ele são mortos.

O eixo da história gira, portanto, em termos espaciais, em um primeiro momento no contexto citadino de São Paulo e, em um segundo momento, nos espaços – agora vazios e, por isso mesmo, mais amplos – de Goiás, um estado que, após a peste, “foi arrasado. Não existe mais” (LEONES, 2011, p. 15).

Goiás, no plano narrativo do romance, constitui, ainda, o espaço que é entrevisto, por algumas personagens, pelo prisma do estereótipo e do preconceito, um local ainda permeado por lendas, repleto de exotismo, o local de um cerrado distante e, por extensão, ainda não civilizado:

Havia uma piada que circulava pelas mesas de botecos paulistanos anos antes sobre o estado do Acre, e nem era bem uma piada, mas o tipo de grosseria preconceituosa cometida por alguns paulistanos contra lugares distantes de São Paulo, contra lugares que não são e nunca serão (ou seriam) como São Paulo, e as pessoas falavam sobre coisas de cuja existência duvidavam, coisas que eles achavam que não existiam, lendas, e uma dessas coisas era o estado do Acre. Hugo se incomodava com isso porque às vezes se referiam dessa forma a Goiás. Ele se incomodava e prometia a si mesmo voltar para a terra natal tão logo

terminasse o mestrado, voltar para Goiás, para os pais, para os amigos, para casa.

Mas ele nunca terminou o mestrado, começou a escrever para a televisão, a ganhar um bom dinheiro, e então veio a Calamidade e Goiás, a exemplo do Acre, não existe mais, foi arrasado (LEONES, 2011, p. 17).

Apesar de discordar dessa visão estereotipada sobre Goiás, Hugo parece, considerando-se seu comportamento, concordar em certa medida com ela, na medida em que, mesmo antes de a peste eclodir, muda-se para São Paulo e nunca mais retorna para rever sua família. Não obstante isso, há, nele, um desejo, embora latente, de reencontrar seus familiares e, após a morte deles, um desejo de restabelecer algum tipo de contato com suas raízes e com o espaço cerratense de que é oriundo.

Em termos estruturais, *Dentes negros* é um romance dividido em três partes, e essa divisão permite perceber que, após a doença misteriosa que dizimou grande parte do país, houve tanto a separação de pessoas quanto uma maior separação/segregação de lugares, principalmente pela questão das cidades recém-desertas. Isso se comprova a partir das fotografias iniciais de cada capítulo, imagens que se configuram como paisagens do cerrado em suas diversas facetas: a urbana, a rural, os espaços amplos e vazios; são, sobretudo, imagens da solidão, paisagens que remetem a caminhos abandonados e que, caso fossem percorridos, conduziriam a lugares também desertos: as imagens que abrem cada capítulo constituem, sobretudo, miragens do nada, figurações do vazio que se instaurou nas áreas cerratenses pós-praga.

Ainda em relação à divisão estrutural do romance em três partes *versus* separação das pessoas *versus* segregação espacial, verifica-se que se trata de uma trama narrativa tecida de modo a metaforizar o vazio de perspectivas, o vazio que, irradiando-se do espaço, espraizou-se pela vida íntima das personagens, tornando-as seres insulados, desconfiados de tudo e de todos, como se o perigo de uma nova praga rondasse a todos. Nesse aspecto, verifica-se que a tragédia, longe de aproximar os seres, acabou por promover um maior distanciamento entre eles, de modo a

torná-los ainda mais anônimos e indiferentes uns em relação aos outros. Quanto à amplitude dos espaços vazios, bem como sua alusão/representação mediante as imagens que anunciam os capítulos da obra, cumprem a função de remeter à impessoalidade (IGNÁCIO, 2010) que, em decorrência da peste, foi maximizada a um grau inimaginável, posto que, agora, tal impessoalidade se reveste de uma preocupação e um receio quanto ao que o outro pode significar: pode tratar-se de alguém que quer matar e roubar, pode tratar-se de alguém que ainda não foi vacinado e que, portanto, pode ser o hospedeiro do vírus mortal.

Dentes negros: o problemático retorno ao lar devastado

Há um verso de Novalis segundo o qual “estamos sempre voltando para casa”. Pois bem, a verdade contida em tal verso se aplica ao contexto de vida de Hugo, o protagonista de *Dentes negros*: trata-se de um homem que, antes de a doença ter dizimado quase completamente sua família – restou viva apenas uma prima, Ana Maria – cultivava o desejo, embora tênue, de retornar para sua casa e sua família goianas, e que, após a peste, concretizou essa sua veleidade, retornando, num espaço pós-apocalíptico, a seu estado natal.

Ainda em São Paulo no momento pós-apocalipse, um pouco antes de Hugo começar a empreender a viagem que o levaria de volta a seu lar cerratense, o local de suas primeiras e mais contundentes memórias, verifica-se a configuração de um espaço urbano que, entrevisto pelas franjas do sonho, faz com que a urbe paulista se assemelhe se converta em outra cidade qualquer, tal como as cidades criadas por Ítalo Calvino em *As cidades invisíveis* (1991): trata-se, no fundo, de uma mesma cidade, de todas as cidades:

Hugo sonha que sobrevoa São Paulo. A cidade esvaziada, deserta, abandonada. Hugo sobrevoa São Paulo e nada acontece lá embaixo. Nada se mexe, nada queima. Então São Paulo se torna Goiânia, a Paulista dá lugar à Avenida Goiás. Hugo sobrevoa Goiânia e nada acontece lá embaixo. Então, Goiânia se torna Cuiabá, e depois Cuiabá se torna Belém, Belém se torna Palmas, e a imagem é sempre a mesma, mudam as ruas, mas as

ruas estão sempre desertas, nada se mexe, nada queima, nada acontece (LEONES, 2011, p. 35).

Se no sonho do protagonista – assim como nas páginas do clássico de Calvino – as cidades são variações de um mesmo modelo, no plano da narrativa há, apesar dessa homogeneidade urbana, variações profundas: se São Paulo ainda é um denso aglomerado urbano, embora mais caótico depois da praga, Goiânia, ou mesmo Cuiabá, Belém e Palmas plasmam espaços vazios, onde o fogo não existe mais. Isso, ainda mais se consideramos que, em épocas remotas, a importância de uma cidade também se media pela quantidade de fogos nela presentes – fogões, comida, moradores – e, nesse aspecto, a ausência de fogo, a ausência do que queima, é um fato que radicaliza o vazio e a solidude dos lugares.

Não só essas cidades, porém, surgem como espaços desérticos: em uma lembrança de Renata, baiana de Salvador, essa cidade desponta como lócus em que há espaços vazios: “Em seguida, estão em Salvador, entrando no Mercado Modelo, e o Mercado Modelo está vazio” (LEONES, 2011, p. 37).

Ressalta-se ainda que, em meio a lembranças de realidade vivida e lembrança de sonhos experienciados, as cidades – com seus amplos espaços esvaziados – continuam sempre a se fundir:

Horas antes, Hugo acordou com a própria voz dizendo: Goiânia. Mas já não era mais Goiânia. Era Silvânia, a cidade onde cresceu, onde moravam seus pais, parentes, amigos. Hugo sobrevoava Silvania e nada acontecia lá embaixo. Foi quando disse Goiânia e acordou.

Manteiga, presunto, ovo, dizia Renata no momento em que Hugo disse Goiânia e acordou (LEONES, 2011, p. 39).

No contexto narrativo pós-apocalíptico de *Dentes negros*, as cidades se fundem, sejam na memória ou no universo onírico das personagens, seja no âmbito da realidade representada, na medida em que, após a eclosão da praga, as cidades que não se converteram em espaços esvaziados e abandonados se tornaram cenários urbanos em que o conforto

e a conveniência deixaram de ser perceptíveis na vivência do cotidiano citadino, tal como a constante falta de água potável, como se verifica quando Hugo e Renata se encaminham a um restaurante, logo após terem se conhecido:

[...] um garçom se aproxima. É um rapaz albino.
Boa tarde diz. O que vão querer?
Eu quero uma macarronada. E uma Coca-Cola em lata.
E o senhor?
Peito de frango grelhado e salada, por favor.
E para beber, senhor?
Água sem gás.
Estamos sem água, senhor.
Refrigerante, então. Coca-Cola.
Sim, senhor.
Assim que o garçom sai para providenciar os pedidos, Renata comenta:
A água está acabando. De novo (LEONES, 2011, p. 42).

É desse contexto urbano quase caótico que Hugo e Renata partem em direção a um Goiás assolado pela doença, praticamente despovoado e vitimado por hordas de bandidos e salteadores que vitimizam o que restou da população ou quem se aventura a transitar pelas rodovias e estradas goianas, a despeito da presença do Exército em alguns postos avançados, construídos pelo governo para o restabelecimento da ordem na região e para prestar socorro aos desvalidos sobreviventes da hecatombe.

Acontece, porém, que não chegam ao seu destino: já em território goiano, são surpreendidos por um grupo de três jovens esfarrapados e fortemente armados, que metralham o carro em que o casal seguia viagem. Renata morre na hora, com um balaço que lhe estraçalhou a cabeça, e Hugo, que levava um tiro no peito, consegue dirigir mal e mal até se aproximar do posto do Exército, onde é socorrido, presencia o enterro singelo de Renata, mas morre depois de três dias.

Quando os soldados fazem uma varredura pelas redondezas, a fim de capturar o bando, não há laivos de justiça nem clemência: matam quatro dos cinco e obrigam o quinto assaltante a cavar a sepultura dos outros quatro, após o que lhe cortam a mão esquerda e lhe fornecem água para que ele possa percorrer os arrabaldes levando o recado de que os soldados não permitiriam latrocínios nas proximidades da base.

Trata-se, agora, agora, de um espaço sem lei, em que o braço do poder público atinge pouco e de modo ineficaz, estando os habitantes entregues à própria sorte ou ao que conseguem, por si sós, defender: o que não é muito, já que a grande maioria dos poucos que não sucumbiram à doença estão imersos em um contexto de horror, em que a violência é nova realidade cotidiana e certa.

Nesse contexto cerratense pós-apocalíptico, a nova palavra de ordem é a truculência da força (em um espaço, note-se, que já foi palco de violentas rixas armadas por disputa de território e reafirmação de poder). Desse modo, não há espaço para o curso dos órgãos do judiciário – que foi desmantelado pela doença, tal como o Estado –, e o que se tem é a violência combatendo a violência, como ocorre quando cinquenta homens são destacados pelo coronel para saírem ao encalço dos “Vinte e Três”, quantitativo que nomeia um grupo de assaltantes e estupradores da região:

Os Vinte e Três se sentiram importantes. Alvos prioritários, caçados por uma unidade inteira do exército. Coisa que, em vez de torna-los cautelosos, fez com que agissem com fúria redobrada. Invadiram uma fazenda a meros três quilômetros da base. Mataram o fazendeiro, estupraram mulher e filhas, uma delas de onze anos. Roubaram comida, roupas, uma arma. Passaram a noite. Obrigaram a mulher a cozinhar. Levaram a menina de onze anos. O líder disse que faria dela a sua esposa.

Isso foi poucos meses depois da Calamidade. Os mortos ainda muito vivos nas memórias com seus dentes negros em suas bocas escancaradas, suas mortes quase instantâneas. Ainda flutuando sobre tudo, presentes.

[...] O coronel destacou cinquenta homens para caçá-los. Três semanas após o ataque à fazenda, foram encontrados em uma chácara abandonada, nos arredores da capital.

Ninguém foi poupado (LEONES, 2011, p. 65).

Trata-se, como se pode constatar, do surgimento de um espaço em que o esforço civilizatório foi anulado. Trata-se de um espaço de morte das cidades, entendidas como constructo da vontade e da razão humanas (GOMES, 1994), para o nascimento da barbárie e de poderes paralelos que, embora caoticamente organizados, levam o horror e o desespero aos sobreviventes da mortal doença.

É ao encontro desse cenário cerratense que Hugo parte de São Paulo com o objetivo de encontrar sua prima, a única sobrevivente de sua família. Não alcança, porém, seu desígnio. Tanto ele quanto Renata morrem e são enterrados no território – tornado inóspito pela doença e sua consequente desarticulação da realidade – compreendido pelo cerrado goiano.

Dentes negros: o cerrado, a praga, a sobrevivente que nunca saiu do cerrado

Ana Maria é o nome da prima de Hugo, a mulher que sobreviveu à doença e que, mesmo tendo presenciado a morte de toda a sua família, não quis sair de seu espaço, nem abandonar a cidade e a fazenda em que, respectivamente, nasceu e fora criada.

Talvez o que impulse seu desejo de permanência espacial seja um sentimento de pertença, do qual deriva seu intento de continuar a viver no lugar de suas lembranças felizes. A respeito da memória da cidade, Renato Cordeiro Gomes assegura que “é, portanto, a memória que condiciona a leitura da cidade, uma busca de sentido explícito e reconhecível, que a sociedade moderna já não permite” (1994, p. 44). Nesse aspecto, Ana Maria quer conviver com suas memórias no lugar em que suas memórias foram plasmadas, e, mesmo que sua cidade tenha mudado, mesmo que ela mesma tenha mudado, principalmente depois de ter matado alguém, em legítima defesa, ainda parece vislumbrar o

campo como um “cenário de sossego, descanso, paz e tranquilidade” (IGNÁCIO, 2010, p. 46).

Já Hugo, sujeito do interior que vai para a cidade grande em busca de mudança de vida e realizações, mesmo tendo tentado fugir de seu passado, fugir de seu lugar original, dada a complexidade de sua caracterização, não consegue empreender tal feito de modo pleno, pois acaba sendo morto justamente por seguir o enalço de sua vontade de reatar seu passado ao seu presente. Desse modo, constata-se que o protagonista não logra êxito em seu intento de esquecer seu passado, sua cidade, sua gente. É note-se que ele tentou inclusive criar um passado para si mesmo, como se uma memória inventada fosse, para ele, algo mais fácil de se lidar. Nesse sentido, logo após Renata ter pedido para ele contar “alguma coisa da sua infância” (LEONES, 2011, p. 18), Hugo inventa uma história acontecida entre ele e sua irmã, focando em uma paisagem típica de alguns espaços urbanos cerratenses, como um grande quintal repleto de árvores frutíferas, tais como jabuticabeiras, mangueiras, jaqueiras, laranjeiras, elementos que fariam uma mulher de cidade grande acreditar naquela leitura do lugar e do acontecido, conferindo verossimilhança e credibilidade à sua memória inventada: fora nesse imenso e sombreado quintal que uma cena familiar cotidiana se desdobrava entre ele, a irmã e o pai de ambos.

Ao final da narrativa, porém, tem-se uma analepse (TOMACHÉVSKI, 1978), e o livro encerra com um fato já acontecido em relação ao presente da narrativa, ou seja, o leitor já sabe que o casal foi assassinado, mas, mesmo assim, o desfecho do romance ocorre com um diálogo entre Hugo e Renata, por meio do qual ele confessa a ela que havia inventado aquela memória e que nem tinha irmã, posto que era filho único. Ambos riem. Naquele momento, que, sem que eles soubessem, antecedia a morte de ambos, Hugo não precisa inventar uma memória: ele estava em paz com seu passado, estava, inclusive, percorrendo o cerrado goiano para que pudesse, finalmente, reatar, no presente de sua vida, o passado da história de sua vida.

Apesar da doença e das tragédias cotidianas que a sucediam, Ana Maria, mesmo morando sozinha na fazenda, e conquanto já tenha tido

que matar para se defender, não se via longe do espaço em que se criara. Isso denota uma resistência, movida por força de vontade, e um cuidado para com sua terra.

Desse modo, ainda que ao seu redor chácaras e fazendas tenham sido atacadas, hotéis invadidos, tudo isso depois de pessoas terem morrido ao redor uma da outra, com seus cadáveres formando verdadeiros monturos, a personagem permanece em sua casa, em sua fazenda, mesmo com “Os mortos e os vivos se acotovelando *dentro* do vazio” (LEONES, 2011, p. 66, *grifo do autor*). Ana Maria era imbuída de uma força que parecia emanar do cerrado para ela e, tal como as árvores cerratenses com seus troncos e galhos retorcidos, que suportam queimadas, a mulher permanece inabalável em sua propriedade, chegando ao término da narrativa viva, e recebendo a notícia da visita do primo, não ocorrida em razão de seu assassinato, das mãos de Alexandre, o soldado com quem o primo travara contato antes de morrer e com quem ela iniciou uma possível história de amor.

Ante esse cenário de morte e violência, nota-se que escuridão não existia apenas nos dentes das pessoas que morreram vitimadas pela praga, ou nas noites frias que sucediam ao ocorrido, mas passou a existir também no interior de muitos que encontraram na violência um meio para suportar o insuportável.

Nesse aspecto, na medida em que Silvânia – assim como a capital e as outras cidades – tornaram-se cidades mortas, pessoas como Ana Maria e mesmo a gangue dos Vinte e Três, migraram de vez para o campo, pois no mato era mais seguro para se estar, o que, de certo modo, configura os moldes de uma assertiva de Ignácio (2010), estudioso para o qual o campo, em muitos momentos literários, sinaliza força e esperança para as personagens.

Ana Maria, dessa maneira, passou a cuidar de bichos, da casa e de uma pequena horta, fazendo questão de se esquecer da vida antes da Calamidade, tanto que nem fotografias havia em sua casa, embora a marca dos porta-retratos ainda existisse na parede; as recordações já não eram mais permitidas, pois remetiam a dor da solidão. Estava sozinha

como em uma ilha deserta, sem lembranças, sem família, sem amigos e sem cidade.

As lembranças se tornaram mudas, porque nada mais mudaria, Goiás ainda era Goiás talvez pelo fato de alguns não terem percebido que o mundo havia acabado quando as pessoas morreram. Todos que saíam daquele lugar um dia voltavam de uma maneira ou de outra, mas com a morte não havia solução. Seja tratado pelo governo com nome de uma área afetada e inerte pela doença, Goiás ainda era triste, não muito diferente, porém, do que sempre fora (LEONES, 2011).

A solidão era tamanha que as pessoas pareciam viver cada uma em um mundo. Não havia nada de interessante nem mesmo a própria vida daquelas personagens. Mas elas ainda mantinham seus costumes, comer pão de queijo, tomar café, conversar de uma maneira mole, típica da cultura do lugar.

As estradas ficaram tranquilas, seja perto da base instalada pelo exército próxima a rodovia, ou no caminho para Goiânia e para Brasília, restara apenas a poeira, posto que não chovia a dias; e ainda assim as estradas ainda eram perigosas.

O que restou nas áreas mais afetadas pela doença na obra de Leones foram centros comunitários, um meio para ajudar aqueles que não quiseram sair de sua região; tratava-se de uma espécie de grande feira em Goiás dentro de um galpão onde um dia fora um pasto, mas em outras regiões parece-se mais com um *shopping center*. Essa é a paisagem depois do apocalipse, um vazio cheio de poeira no qual nada muda e onde nem mesmo as pessoas sabem o que são. Inclusive Ana Maria, que precisa se esquecer de quem fora para se reconfigurar e conseguir sobreviver no cotidiano de sua vida presente.

Considerações finais

Todas as personagens, e todos aqueles que sobreviveram, estavam infectados pela doença, embora, como é citado no decorrer da história, o governo tenha desenvolvido uma vacina. E viver nesse novo país é retomar sempre a memória da Calamidade, da infância, da família, dos

amigos, da cidade e da paisagem habitada. Mesmo após a praga ter sido debelada, sua memória e suas consequências acabaram por tornar as pessoas envenenadas até os ossos e suas vivências reconfiguradas, agora ainda mais individualistas, terminaram por contaminar o ambiente, radicalizando seu lado inóspito e vazio.

Hugo tinha medo de São Paulo se tornar como Silvânia, cidade na qual viveu juntamente com seus pais, completamente deserta e em cujas ruas e praças nada acontecia; seus sonhos são atormentados por tal possibilidade, e um alastramento disso por todo o país o faz perceber que seu futuro é a mesma estrada em que andou no passado, posto que viveu atormentado pelo ambiente em que crescera, pequeno e feio, segundo seu julgamento, sendo inclusive isso o que o fez querer sair de lá.

As cidades natais já não eram mais reconhecidas, porque as pessoas que fizeram tal cidade já não existem mais, e o vazio que esses mortos deixaram é o vazio que passou a formar cada um; os mortos são mais numerosos do que as pessoas vivas (CALVINO, 1990) que qualquer um conhece e é essa fisionomia que a mente aceita em um mundo pós-apocalíptico.

Silvânia, principal cidade retratada em *Dentes negros*, ainda era uma cidade, segundo a personagem Ana Maria, mas uma cidade vazia; possuía todos os prédios, as casas e os mercados, mas sem as pessoas, e isso fora melhor para ela. Ficar vazia a fez rir, pois a cidade vazia não emitia som algum, e até mesmo o seu riso era estranho, mas para a cidade esse era seu fim, um constante sorriso vazio.

As cidades mais afetadas pela doença na obra foram dizimadas e o que restou foram estradas fechadas, poeirentas, vazias e sem movimento, retomando a imagem e a concretude de um mundo vazio e deserto. O espaço citadino não é mais configurado pelas experiências urbanas (SANTOS, 2001), mas pela história da Calamidade e, sobretudo, pelo vazio. As pessoas já não sabem quem são, ou mesmo se viver pelas lembranças é algo realmente bom, posto que é preciso, agora, viver e lutar, e não rememorar.

Nesse sentido, se para os habitantes de uma grande cidade, que não sentiram os efeitos máximos da doença, tal como São Paulo, viver se resume a uma rotina de incompreensão e de desejo de fuga desse contexto urbano agora até assolado por contínua falta de água, os habitantes das cidades do interior goiano – e até da capital – se constituem em seres vazios dentro de espaços vazios, posto que se tornaram cidades inóspitas e repletas de uma violência desmedida. Seja tanto num quanto noutro contexto, as cidades se reconfiguram como negativa do que são na realidade contemporânea: não são mais as cidades que, a despeito de seus problemas de variada ordem, acolhem e possibilitam relações mediante as quais seus habitantes podem se realizar; são, sobretudo, lugares que repelem seus habitantes – os que sobreviveram – e que plasam o lócus do fim do mundo.

Dessa maneira, em meio à realidade pós-apocalíptica retratada no romance, as pessoas são apenas mais um ponto inerte em meio a paisagens urbanas igualmente inertes. São seres que fogem da paisagem urbana, ou que sobrevivem vazios em meio ao vazio urbano, ou que, no contexto do cerrado goiano, fogem da cidade e se encaminham a um universo rural que tanto pode ser um local de salvação e de continuidade da vida, quanto um espaço de morte. No mundo pós-apocalíptico de *Dentes negros*, seja nas cidades do sudeste, seja nas cidades e no campo compreendidos pelo cerrado goiano, a única certeza é a morte.

Referências

CALVINO, Ítalo. *As cidades invisíveis*. Tradução: Diogo Mainardi. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

GOMES, Renato Cordeiro. *Todas as cidades, a cidade: literatura e experiência urbana*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

IGNÁCIO, Ewerton de Freitas. *Do campo abandonado para a cidade suportada: campo e cidade na literatura brasileira*. Universidade Estadual de Goiás, 2010.

LEONES, André de. *Dentes negros*. Rio de Janeiro: Rocco, 2011.

PRYSTHON, Ângela e CARRERO, Rodrigo. Atalhos na pós-metrópole: acaso, incomunicabilidade e melancolia em três filmes americanos dos anos 90. *Contemporânea*, vol. 2 n., 2. p. 169-188. Dez. 2004.

SANTOS, Luís Alberto Brandão e OLIVEIRA, Silvana Pessoa. *Sujeito, tempo e espaços ficcionais*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

TOMACHÉVSKI, Boris et al. *Teoria da literatura: formalistas russos*. Trad. Ana M. R. Filipouski. 4. ed. Porto Alegre: Globo, 1978.

18.

O reconhecimento artístico de Veiga Valle na imprensa nacional e atribuição equivocada de suas obras

Fernando Martins dos Santos
Eliézer Cardoso de Oliveira

Joaquim José da VEIGA VALLE: o “genial santeiro goiano”, o “Aleijadinho goiano”, o “Fra Angelico brasileiro”, o “símbolo do barroco goiano”, a “referência artística goiana do século XIX”. Os efusivos adjetivos explicam o interesse por conhecer vida e obra deste que se tornou o principal artista sacro de Goiás.

Contudo, para o reconhecimento de Veiga Valle como o principal nome do barroco goiano, um longo processo foi percorrido, envolvendo mobilizações de grupos de intelectuais e a mudança de imagem da Cidade de Goiás. No século XIX, a maioria das igrejas na Cidade de Goiás prezava-se por obter uma peça de beleza estética, confeccionada por artesão talentoso, contribuindo para embelezar as celebrações ritualísticas. Sendo uma sociedade muito religiosa e com uma concepção de estética ainda vinculada ao sagrado, o belo pelo belo não era uma prática difundida em Goiás. Por isso, a maioria das obras de Veiga Valle estava nos templos católicos, o que reforça a ideia de que eram feitas para os ritos religiosos e não para apreciação estética.

A obra de Veiga Valle girou em torno da arte sacra. Por isso, ele é chamado por muitos de santeiro, expressão, que remete ao profissional da época colonial que só fazia cópias do que via nas igrejas ou em residências

particulares, copiando a prataria, o mobiliário, a escultura e a pintura. Defende-se que Veiga Valle era mais do que um confeccionador de cópias, pois, por mais que repetisse atitudes e atributos típicos da arte sacra, ele destacava-se pelo acabamento e pela policromia de suas criações. Suas obras não se reduzem ao serial, pois ele conseguiu articular soluções completamente pessoais sem perder o respeito à iconografia. Apesar disso, por mais que houvesse admiração pelas obras de Veiga Valle na época em que viveu, ele era mais lembrado como santeiro e não como um artista na concepção vigente no mundo contemporâneo. Aliás, ele só veio a ser concebido plenamente como artista no século XX.

O contexto cultural e artístico do século XIX era muito variado na Cidade de Goiás, que contava com inúmeras festas religiosas e populares, bandas de música, sarais de poesia e teatro. Desse modo, é interessante perceber como uma cidade que muito se vangloriou e se auto afirmou como berço da tradição goiana, por muito tempo teve o seu principal artista do século XIX “esquecido”, pois logo após a morte de Veiga Valle, não houve manifestações que expressavam o devido reconhecimento e a valorização de suas obras.

A obra de Veiga Valle é composta por uma variedade de santos, destacando as Madonas, representadas principalmente por Nossa Senhora d’Abadia, da Conceição, da Guia, do Bom Parto, do Rosário, da Penha, das Mercês, entre outras. Além das madonas, ele produziu imagens de São Sebastião, Cristo em Agonia, São Miguel Arcanjo, São José de Botas e São Joaquim. Outro destaque é a quantidade de esculturas de Meninos-Deus, elementos fundamentais da tradição vilaboense de se construir presépios.

Com a transferência da capital da Cidade de Goiás para Goiânia, o que provocou na sociedade vilaboense um ressentimento pelo fato ocorrido, a sociedade vilaboense efetuou um resgate de suas tradições, descobrindo o valor estético das obras de Veiga Valle depois de um longo silêncio.

A mudança da capital atingiu em cheio as pessoas da Cidade de Goiás, pois em razão da nova capital muitos dos seus símbolos estavam sendo desconsiderados e até mesmo destruídos. Durante todo o

período, elas passaram por um “cotidiano de espoliação”¹ (TAMASO, 2007, p. 99).

Com a transferência concluída, a elite intelectual não ficou passiva aguardando “morte” inevitável da cidade. Foi justamente neste ambiente de ressentimento que operou-se uma campanha de reerguimento da cidade, utilizando aquilo que os vilaboenses mais se orgulhavam: sua cultura e tradição. Para se valer dessa tradição, um intenso movimento de resgate histórico trouxe à tona personagens “silenciados” como foi o caso de Veiga Valle e suas obras.

Em 1940, chega à Cidade de Goiás, a serviço do SPHAN, o pintor e restaurador João José Rescala², para fazer um inventário dos bens artísticos da cidade, catalogando imóveis públicos e civis, possíveis candidatos a monumentos históricos.

Em depoimento para a *Revista Goiana de Artes*³, em dezembro 1982, João José Rescala narra que catalogou a “parte arquitetônica da cidade, anotando as mais antigas, as igrejas” e justamente nas igrejas passou observar que algumas esculturas eram muito semelhantes, “indicando ter sido feitas por um artista só”. Ele foi em busca de informações

1 O termo é usado pela autora para se referir aos bens e as repartições públicas no período da transferência. “Entendo que durante o período de transição, o vilaboense foi sendo testemunha de um cotidiano de espoliação, uma vez que viveu, dia após dia, os serviços públicos sendo *carregados* da Cidade de Goiás: o hospital, o Liceu de Goiás, o Grupo Escolar, as Faculdades de Direito, Farmácia, a Escola Técnica, a Delegacia Fiscal, a Administração dos Correios e Telégrafos, o Batalhão da Polícia Militar, a Banda da Polícia, etc. Sofreu o vilaboense com as ações políticas que os sobressaltava, transformando o cotidiano da cidade. Havia sempre a dúvida e o medo pairando no ar, o que mais será *carregado* daqui?” (TAMASO, 2007, p. 99).

2 João José Rescala nasceu no Rio de Janeiro em 1910, era pintor, restaurador e professor de Teoria, Conservação e Restauração da Pintura na Escola de Belas Artes da Universidade Federal da Bahia. Em busca de um melhor direcionamento à arte que vinha praticando, Rescala frequentou o Curso de Pintura da Escola Nacional de Belas Artes, aliou-se a um grupo de alunos que propuseram a formação de um movimento em prol ao modernismo carioca: O Núcleo Bernadelli (BALTIERI, 2014).

3 *Revista Goiana de Artes*, v. 3, n. 2, jul./dez. 1982.

sobre o artista e, por meio de um dos descendentes e do então prefeito, Dr. Edilberto Veiga, descobre que as imagens eram de autoria de Veiga Valle. Conversando com vários outros descendentes, descobriu um artista completamente desconhecido, “nem o povo do lugar sabia quem era Veiga Valle. No Brasil não havia conhecimento da existência deste artista goiano”. (RESCALA, 1982).

Para que os vilaboenses pudessem ter conhecimento das obras de Veiga Valle, João José Rescala, com o apoio do prefeito Edilberto Veiga, organizou a primeira exposição das obras de Veiga Valle na Sucursal do Liceu de Goiás em março de 1940. Para a exposição, algumas imagens foram retiradas das igrejas e outras foram cedidas por particulares.

A visita de Rescala à Cidade de Goiás foi de grande importância para reforçar e valorizar a tradição vilaboense. O seu grande feito foi ter quebrado o silêncio sobre Veiga Valle, apresentando-o como artista à sociedade, oferecendo aos vilaboenses um trunfo para reivindicarem o título de “berço da cultura goiana”. Com João José Rescala, Veiga Valle “renasce” como artista. Sua obra passa a ser imprescindível para as raízes vilaboenses.

Posteriormente os primeiros tombamentos da cidade pelo SPHAN e a primeira exposição das obras de Veiga Valle na Cidade de Goiás, em 1940, outras exposições sobre Veiga Valle foram realizadas, sendo elas: Inauguração da Escola Goiana de Belas Artes, em 1950; e no I Congresso Nacional de Intelectuais, em 1954.

A partir dos anos 1940 e 1950, as obras de Veiga Valle já eram reconhecidas e sua importância como artista regional inserido na tradição vilaboense era inquestionável e imprescindível. Nas décadas seguintes, um intenso trabalho foi feito por intelectuais e artistas da Cidade de Goiás para que suas imagens fossem reconhecidas regionalmente e nacionalmente. Nesse sentido, pretendiam-se que novas fronteiras fossem abertas, para que sua obra fosse divulgada como sendo a do principal artista barroco de Goiás.

Sendo assim, outro fator decisivo desse reconhecimento foi a criação do Museu de Arte Sacra da Boa Morte, onde se reuniu grande parte

de suas obras, e a mobilização feita pela Organização de Artes Tradições Vilaboenses (OVAT), que foi a principal responsável pela divulgação das obras de Veiga Valle, tendo como auge a exposição em São Paulo – SP, no MASP.

Os anos que vão do final da década de 1960 e até a de 1970 serão especiais para a divulgação das obras de Veiga Valle, pois, em um pequeno prazo de 9 nove anos, ocorreram cinco importantes exposições: 1º Festival do Barroco Luso brasileiro (1968); exposição de artistas goianos, realizada pela Faculdade de Educação, da Universidade Federal de Goiás (1972); Semana de Arte em Pirenópolis (1974); Centenário da morte de Veiga Valle (1974); e a exposição no MASP (1978), quando as obras de Veiga Valle atingem seu ápice de divulgação no país.

Com tais exposições, as obras de Veiga Valle foram sendo cada vez mais divulgadas na imprensa regional e nacional. Além destas mobilizações de caráter institucionalizado, é preciso destacar o poder de massificação decorrente do fato de uma das imagens sacras mais visitadas em Goiás e no Brasil, a imagem da Santíssima Trindade, em Trindade – GO, ser atribuída a Veiga Valle.

A divulgação do símbolo barroco goiano

Desde que foi resgatado na década de 1940 para ser peça fundamental da tradição vilaboense, Joaquim José da Veiga Valle foi tendo sua imagem associada e reafirmada como um grande artista barroco, o maior e melhor que Goiás teve durante toda a sua história.

Nos anos 1960 e 1970, essa ideia foi ainda mais divulgada, quando a OVAT se encarregou de incentivar o turismo na Cidade de Goiás, tendo as obras de Veiga Valle e a Semana Santa como um dos carros-chefes dessa divulgação.

Juntamente com as exposições do período, uma série de reportagens em revistas e jornais reafirmaram e divulgaram Veiga Valle como o “símbolo do barroco goiano”. Desse modo, inúmeras reportagens que reforçam a ideia de Veiga Valle como símbolo barroco foram publicadas em jornais de circulação nacional.

Uma das maiores revistas de circulação nacional, *O Cruzeiro*, em 1964, na sua edição de número 27 (11 de abril de 1964), trouxe em seu bojo uma matéria sobre a Cidade de Goiás intitulada *Vila Boa de Goiás: capital artística do Brasil Central*. A reportagem foi ilustrada com imagens representativas da arquitetura colonial, destacando os principais monumentos, as serestas em noites de lua-cheia no morro da Igreja Santa Bárbara, o cotidiano pacato da cidade e as obras de Veiga Valle, que foi comparado com o principal símbolo do barroco mineiro, o Aleijadinho.

[...] Nas igrejas da Abadia e da Boa Morte encontram-se as principais obras do escultor goiano José Joaquim da Veiga Vale, o “Aleijadinho” de Vila Boa. Veiga Vale, artista autodidata, deixou vastíssima obra, tôda talhada em madeira. (...). O Museu da Cúria de Goiás guarda algumas obras dêsse artista, orgulho do Estado, onde nasceu, na cidade de Pirenópolis, a 9 de setembro de 1806, tendo falecido em 27 de janeiro de 1874 (*O CRUZEIRO*, 11 de abril de 1964, p. 35).

A mesma revista, *O Cruzeiro*, publica mais duas reportagens sobre Veiga Valle e sua obra. Na edição 21 (19 de maio de 1970), uma reportagem intitulada *Goiás Velho: a Vila Boa de Goiás* informa sobre a história, o cotidiano e os principais monumentos da cidade, ressaltando o abandono pelo IPHAN, que direcionava suas verbas prioritariamente para Minas Gerais e Bahia. A matéria destaca a igreja da Boa Morte, com suas obras e entalhes ilustrativos da “arte excepcional de Veiga Valle”. Dez edições depois foi publicada uma reportagem sobre a cidade de Trindade e sua romaria intitulada *Trindade, Goiás: 100.000 pessoas* numa das maiores romarias religiosas do país, destacando que a imagem que os fiéis devotam foi esculpida por Veiga Valle, “o Aleijadinho de Goiás”.

Outra revista que destacou a Cidade de Goiás e Veiga Valle como um importante artista foi a *Revista Geográfica Universal*, na sua edição de agosto de 1978, com uma matéria muito ilustrada, intitulada *Vila Boa, Cidade de Goiás*. Sobre Veiga Valle, a reportagem reproduz uma foto da Nossa Senhora do Parto e de um São José de Botas, informando que “As imagens são de autoria de Veiga Vale, escultor goiano e um dos

mais importantes santeiros que o Brasil já possuiu” (REVISTA GEOGRÁFICA UNIVERSAL, agosto de 1978, p. 91).

O jornal Correio Brasiliense, nos anos 1960 e 1970, fez uma série de reportagens sobre a Cidade de Goiás e, em várias delas, Veiga Valle foi colocado como principal artista da cidade e símbolo da tradição vilaboense. Em 2 de dezembro de 1967, Zoroastro Artiaga assina uma matéria sobre a arte em Goiás, intitulada Da História das Artes em Goiás, priorizando arte sacra, sendo que Veiga Valle foi colocado como o principal e único representante: “a arte sacra, entretanto, só teve um gênio, que foi o ilustre goiano Veiga Vale, autor de toda as decorações dos templos do Centro-Oeste” (CORREIO BRASILIENSE, 2 de dezembro 1967, p. 3a). Apesar do exagero ao colocar Veiga Valle como decorador de “todas” as igrejas do centro-oeste, a matéria dá o recorrente destaque que o artista vinha recebendo.

Regina Lacerda, no Correio Brasiliense, em 3 de fevereiro de 1968, faz uma longa matéria intitulada Cidade de Goiás, berço da cultura goiana, concentrando-se na literatura, música e artes plásticas. Quando descreve as artes plásticas em Goiás, seu destaque é Veiga Valle que enriqueceu os altares das cidades com suas obras e afirmando que “Veiga Valle poderá ser mencionado em Goiás como o Aleijadinho em Minas Gerais e Frei Agostinho da Piedade na Bahia” (CORREIO BRASILIENSE, 3 de fevereiro 1968, p. 3a).

Em 1971, o Correio Brasiliense noticiou que o governo de Goiás, através do Departamento Estadual de Cultura, estaria estudando fazer um levantamento sobre o patrimônio artístico de Goiás e que um dos destaques seria Veiga Valle, como mostra a reportagem

Ressaltando o valor de muitos dos artistas plásticos residentes em Goiás, o estudo elaborado pelo Departamento Estadual de Cultura sugere a realização de um levantamento do patrimônio artístico estadual, como início das atividades que visam estimular a cultura, nesse setor. Principalmente, lembra-se a obra de Veiga Vale “o mais notável escultor barroco de Goiás, hoje reconhecido por todos os técnicos especializados em artes plásticas”,

além de vários outros artistas, anônimos ou não (CORREIO BRASILIENSE, 5 de setembro de 1971, p. 54) .

Em outra publicação fora de Goiás, o *Jornal do Brasil*, na sua edição de 6 de abril de 1972, trouxe uma matéria sugerindo que as pessoas que fossem a Brasília esticassem a viagem até a Cidade de Goiás, pois ali conheceriam realmente o Planalto Central e sua simplicidade. Informando sobre os principais pontos turísticos, destacando a visita ao Museu da Cúria, “onde estão algumas das imagens barrocas de Veiga Valle, o melhor escultor colonial de Goiás”⁴ (JORNAL DO BRASIL, 6 de abril de 1972, p. 64).

No ano do centenário da morte de Veiga Valle, em 1974, o jornal *Correio Brasiliense* fez três reportagens que divulgaram o artista goiano. No início do ano, destaca-se a reportagem (CORREIO BRASILIENSE, 26 de janeiro de 1974, p. 30) sobre a exposição do centenário de sua morte que aconteceria na Cidade de Goiás no Museu de Arte Sacra da Boa Morte, trazendo duas fotos de suas obras (São Joaquim e um nu artístico atribuído a Veiga Valle) e novamente o compara com Aleijadinho. Em 7 de julho do mesmo ano, o jornal aborda a festa de Trindade, fazendo um rápido resgate histórico da festa e informando que a imagem celebrada pelos romeiros foi feita pelo “celebre artista Joaquim José da Veiga Valle” (CORREIO BRASILIENSE, 7 de julho de 1974, p. 62). Uma outra reportagem destacou a I Semana de Arte de Vila Boa, homenageando Basílio Braga Serradourada e Veiga Valle. A reportagem traz uma biografia do artista goiano, destacando sua atuação política e artística, sua “genialidade” e autodidatismo (CORREIO BRASILIENSE, 18 de outubro de 1974, p. 34.).

A Editora Abril lançou em 1979 uma coleção sobre a arte brasileira em 48 fascículos publicados semanalmente. No seu 15º número, Goiás foi representado com o título *Encravado no sertão bruto*, onde o ouro reinou fugaz, um Barroco tosco e singelo vive seus dias de glória. O fascículo faz um panorama da história de Goiás, destacando a arquite-

4 Em 1972 o Museu de Arte Sacra da Boa Morte já tinha sido inaugurado e Veiga Valle não era do período colonial e sim do 2º Império.

tura em taipa de pilão e as janelas das igrejas, descrevendo sobre as igrejas das cidades de Pilar, Goiás, Pirenópolis, Luziânia, Ferreiro e Cidade de Goiás. Veiga Valle foi destacado, reproduzindo sua biografia, a técnica utilizada na produção das suas obras e reafirmando a ideia, formulada por Etzel, de que ele “poderia assinar quaisquer das imagens brasileiras ou portuguesas do século XVIII, que não diferem de suas magníficas peças” (ARTE NO BRASIL, 1979, p. 311). O fascículo é bastante ilustrado, contando com 14 fotos das obras de Veiga Valle, inclusive a capa traz a imagem de um São Miguel.

Mesmo com o aumento do número de publicações e exposições das obras de Veiga Valle, o que o tornou conhecido popularmente foi a romaria de Trindade. A tradição católica, desde 1905, quando foi editado o “Manual do Devoto da Santíssima Trindade, atribui a ele a confecção da imagem principal da romaria, sendo uma das poucas atribuídas ao santeiro que não perdeu seu caráter sacro.

De acordo com a tradição, Veiga Valle foi responsável por produzir a imagem para substituir a pequena medalha de barro que, desde 1843, era exposta em oratório. A substituição da medalha por uma escultura, de acordo com Almir Salomão Jacób, deu-se porque

[...] Naquela época, a minúscula medalha de barro que, desde 1843, estava exposta em oratório público, mostrou-se por demais desgastada com o toque e o beijamento de milhares de romeiros que procuravam a pequena Casa de Oração. As figuras ali esculpidas em alto relevo estavam perdendo os traços artísticos, pois alisaram-se com o esfregar de mãos e lábios. A medalha era tocada não só em mãos e lábios, mas em partes doentes do corpo de enfermos e centenas ou milhares outros objetos que os devotos apresentavam, crendo sendo abençoados pelo simples contato com a peça sagrada. Vale ainda lembrar que, muito antes da exposição pública, ela já era venerada no oratório doméstico da família Xavier onde, sem muitos cuidados, era manuseada por todos.

Foi no desgaste da medalha e a construção de uma nova capela que surgiu a ideia de retocar ou reformar aquele objeto de culto (JACOB, 2010, p. 269).

Já sendo Veiga Valle um artesão bastante conhecido na província, Constantino Xavier Maria (considerado o fundador da romaria juntamente com sua mulher Ana Rosa de Oliveira), em 1866, responsabilizou-se em levar a medalha até a cidade de Pirenópolis para que o já afamado artista a reformasse. Veiga Valle se compromete em esculpir em madeira uma nova imagem da Santíssima Trindade. No tempo marcado, Constantino Xavier volta a Pirenópolis para buscar a nova imagem, só que o dinheiro que ele levou não foi suficiente para pagar o artista, sendo obrigado a deixar seu cavalo e a antiga medalha como pagamento. Voltou para Trindade com a nova imagem e, sendo recebido por grande cortejo até chegar a nova capela⁵.

Com isso, uma das maiores festas religiosas do Brasil tem como principal peça de culto uma obra confeccionada pelo mais conhecido artista barroco goiano, Veiga Valle. Mas somente a partir dos anos 1960 que isso passou a ser mais divulgado, não coincidentemente na época que as suas obras receberam maior destaque. Contudo, os especialistas refutam que a imagem tenha sido realmente confeccionada por Veiga Valle.

Heliana Angotti Salgueiro, no seu estudo, mesmo alertando para falta de documentação, considera que “É discutível considerá-la uma de suas primeiras obras” (SALGUEIRO, 1983, p. 48).

Outro estudioso que se ateu a autoria da peça foi Almir Salomão Jacob, que no seu livro *A Santíssima Trindade do Barro Preto – A História da Romaria de Trindade* (2010), fez um estudo específico sobre o tema, a partir de comparações entre datas e locais, entrevistas e outras ponderações, levando o autor a afirmar que a peça não foi confeccionada por Veiga Valle.

5 Ainda hoje, cumprindo antiga tradição, centenas de milhares de romeiros deixam suas conduções a certa distância de Trindade, para chegarem a pé no Santuário do Divino Pai Eterno (JACÓB, 2010, p. 279).

Imagem 1 – Santíssima Trindade. Escultura em madeira dourada e policromada, 30 cm. Igreja Matriz de Trindade, Trindade-GO.



Foto: Fernando Santos (2018).

Um dos primeiros pontos questionados por Almir Salomão foram as datas que se costumam atribuir a confecção da imagem. Em 1966, o padre João Cardoso de Souza editou o livro “Romeiros do Pai Eterno”, no qual informa que o historiador Jarbas Jayme afirmara que a imagem foi confeccionada entre 1842 e 1844. Em outra parte, utilizou o que Elder de Camargo Passos escreveu no catálogo da Exposição de Veiga Valle no MASP, em 1978, quando o pesquisador afirmou que a imagem da Santíssima Trindade foi um dos primeiros trabalhos de Veiga Valle e que teria sido esculpida entre 1820 e 1830. Para Salomão, as informações são incorretas, pois a romaria da Santíssima Trindade só veio a se iniciar em 1843 e com a pequena medalha em relevo. Ainda sobre conflito de datas, é incoerente a viagem de Constantino Xavier a Pirenópolis em 1866 para encomendar a reforma da pequena medalha a Veiga Valle, pois o santeiro não mais morava na cidade desde de 1841, quando se mudou para a Cidade de Goiás para se casar com Joaquina Porfíria da Veiga Jardim. Até o momento, não há nenhum documento que comprove que Veiga Valle tenha voltado para a cidade onde nasceu e que lá continuou fazendo suas peças sacras.

Outra ideia refutada pelo estudioso foi a de que Veiga Valle teria ficado com a antiga medalha e com o cavalo de Constantino Xavier como pagamento pelo serviço. Para isso, o autor usa o lado social e religioso de Veiga Valle. Em 1866, os milagres em Barro Preto já eram conhecidos por toda a região e provavelmente também era de conhecimento do santeiro. Nos estudos feitos sobre o artista, sempre foi colocado que ele era um homem religioso e integrante da elite goiana; sendo assim, segundo o autor, seria inconcebível que o artista ficasse com os bens do pobre homem em troca de uma imagem, pois sendo ele, também, um religioso poderia ter feito a imagem gratuitamente como um ato de fé e como estratégia política que lhe poderia dar maior projeção.

Sobre a antiga medalha que, por muitos anos se pensava que teria ficado com Veiga Valle ou desaparecido, o autor traz a informação que, em 1992, ela foi entregue ao padre Benedito Campos, que se recusou a falar em que circunstâncias ela apareceu, encontrando-se depositada no cofre do Santuário. A hipótese do autor é que a medalha ficou desaparecida por decisão da igreja, já que era muito pequena e não servia aos

propósitos devocionais; diferente da nova imagem, bem maior, capaz de ser vista de vários ângulos.

Para confirmar sua hipótese, no ano de 2000, Almir Salomão vale-se da opinião de Heliana Angotti Salgueiro sobre autenticidade do antigo medalhão:

Não me detive mais na imagem, pois nesses casos nem é necessário ver a peça para refutar atribuições.

Observo que, se Veiga Valle, fez a imagem de Trindade, a que se apresentou como dele, não se enquadra nas qualidades escultóricas que revela sua obra, independentemente das “restaurações” que possam ter alterado a traço que caracterize – aliás **policromia é fundamental** qualquer trabalho de atribuição em imaginária, gênero **anônimo e codificado**.

Havia tanta atribuição infundada, e essa pareceu-me uma dessas – há imagens tão mais interessantes e não considere importante deter-me em uma cujo **modelado e proporções** estavam fora dos cânones de um escultor como Veiga Valle, mas, repito, com tanta massa e repintura, abstenho-me considerações mais aprofundadas, pois elas são impossíveis em tais casos (SALGUEIRO, 2010, p. 282 e 283).

Seja como for, para os frequentadores da Romaria, a imagem é uma autêntica produção de Veiga Valle, o que ajuda divulgar ainda mais o nome do artista goiano. É provável que a Igreja se aproveitou do prestígio do artista para angariar ganhos simbólicos para o novo objeto de devoção. Isso demonstra que o trabalho iniciado pelos vilaboenses, na década de 1940, para superar a frustração da perda da capital foi gradativamente consolidando, até que, a partir dos anos 1970, Veiga Valle se torne visto como um dos mais expressivos artistas nacionais, o “Fra Angelico brasileiro” o “Aleijadinho goiano”.

Referências

ARTE NO BRASIL. 1979.

BALTIERI, Rosana. José Rescala. In: FREIRE, Luiz Alberto Ribeiro; HERNANDEZ, Maria Herminia Oliveira (Orgs). *Dicionário Manuel Querino de arte na Bahia*. Salvador: EBA-UFBA, CAHL-UFRB, 2014. Disponível em: <<http://www.dicionario.belasartes.ufba.br>>. Acesso em: 20 jul. 2017.

CATÁLOGO. A Cidade de Goiás e o Escultor Goiano Veiga Valle, 1978.

CORREIO BRASILIENSE. Brasília, julho de 1974. (FECIGO)

JACÓB, Almir Salomão. *A Santíssima Trindade do Barro Preto: História da Romaria de Trindade*. Trindade: PUC Goiás, 2010.

JORNAL DO BRASIL. Abril de 1972. (FECIGO).

O CRUZEIRO. Abril de 1964. (FECIGO).

REVISTA GEOGRÁFICA UNIVERSAL. Agosto de 1978.

REVISTA GOIANA DE ARTES. 1982.

RESCALA, João José. João José Rescala: depoimento. In. *Revista Goiana de Artes*. Goiânia, v. 3, n. 2, p. 177-188, jul/dez, 1982.

SALGUEIRO, Heliana Angotti. *A singularidade da obra de Veiga Valle*. Goiânia: UCG, 1983.

TAMASO, Isabela. *Em nome do Patrimônio – Representações e apropriações da cultura na Cidade de Goiás*. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

WIGGERMANN, Padre Gebardo. *Manual do Devoto da SS. Trindade no Santuario de Barro Preto*. s.l. s.n. 1905.

19.

A sucupira branca, uma guardiã do poder medicinal do cerrado

Giuliana Muniz Vila Verde
Maxwell Moreira Martins

Eu já disse anteriormente que os habitantes do interior do Brasil, privados dos recursos da medicina, empregam diversas plantas para aliviar seus males [...] (AUGUSTE DE SAINT HILAIRE em *Viagens às Nascentes do Rio São Francisco*, 1824]

A utilização das plantas nativas das Américas, como alimento ou remédio é realmente muito antiga. E dentre as plantas medicinalmente importantes, a sucupira branca é uma planta de grande representatividade para os povos cerratenses, graças à sua proficuidade. Amplamente utilizada na medicina popular, as sementes e cascas são utilizadas na elaboração de diversos remédios, chás naturais e repelentes. Na construção civil e naval é preferência, graças à extrema dureza e resistência de sua madeira, facilitando o processo indiscriminado de extração da planta. A planta também é homenageada em romarias, ruas, plataformas educacionais, sobrenomes e nomes de cidades. A utilização de plantas para fins medicinais na região do Cerrado se inicia dentro das etnias indígenas e, no século XVII, através do contato com os bandeirantes e jesuítas, este conhecimento se articula e é incorporado no cotidiano dos primeiros povoados formados, fazendo parte da medicina popular regional:

A medicina popular é um sistema de cura utilizado pelo povo para o tratamento de seus diversos males. A sua prática é baseada no conhecimento tradicional, transmitido de geração em geração e no uso de diversos recursos, como: remédios caseiros, dietas alimentares, banhos, benzimentos, orações, aconselhamentos, aplicação de argila, entre outros (FARMACOPEIA POPULAR DO CERRADO 2009, p. 42).

O uso empírico da sucupira branca e o conhecimento relacionado às suas propriedades foram passados de geração para geração, que foi acumulado e transmitido através de raizeiras, parteiras, benzedeadas e curandeiros, sendo preservado pelos costumes locais, principalmente por comunidades tradicionais. Bariani Ortêncio¹ em distinto trabalho sobre a pluralidade de plantas medicinais e suas aplicações, em seu livro *Medicina Popular do Centro Oeste*, faz uma introdução elencando as dez plantas mais importantes e utilizadas pela medicina popular da região, e a sucupira, fica na oitava posição, graças a grande quantidade de enfermidades para as quais ela é indicada. O autor ressalta que o progresso tende a acabar com as tradições, e esta afirmativa corrobora o fato de que as garrafadas de sementes e cascas de sucupira branca, conhecimento mantido pelos mais velhos, estão cada vez mais difíceis de se encontrar. Por outro lado, o progresso também alavancou a medicina baseada na síntese de medicamentos, cujo foco por vezes está na patologia e secundariamente no paciente. Como uma amálgama restauradora, preferimos lançar nosso olhar à fitoterapia cuja base alopática é compartilhada com fármaco sintético, contudo possui uma resposta terapêutica ampla e curativa.

A fitoterapia é definida como a ciência que estuda as plantas medicinais e o uso das mesmas no tratamento de doenças. A palavra “fitoterapia” vem dos termos gregos *therapeia*, tratamento e *phyton*, vegetal e significa “terapia pelas plantas”. O autor Di Stasi (1996, p. 10) resume:

1 Folclorista, compositor e escritor. É um dos maiores pesquisadores da cultura goiana e ganhou notoriedade através do programa “Frutos da Terra”.

O uso de espécies vegetais com fins de tratamento e cura de doenças e sintomas, remonta ao início da civilização, desde o momento em que o homem despertou a consciência e começou um longo percurso de manuseio, adaptação e modificação dos recursos naturais para seu próprio benefício. Esta prática milenar, atividade humana por excelência ultrapassou todas as barreiras e obstáculos durante o processo evolutivo e chegou até os dias atuais, sendo amplamente utilizada por grande parte da população mundial como recurso terapêutico eficaz.

Como prática que se perpetuou na história da civilização humana, a fitoterapia que foi relegada ao segundo plano em virtude da difusão do rápido efeito terapêutico dos medicamentos sintéticos na década de 50, teve o seu resgate iniciado na década de 90 com o movimento ambientalista do período (BRANDÃO, 2017).

Assim, o conhecimento guardado por povos tradicionais de todos os biomas brasileiros são alvos de pesquisas históricas, farmacológicas, químicas e outras, no intuito de aprofundar cientificamente tal riqueza. Nesse contexto que ressalta as plantas como Magnífica ferramenta terapêutica, este texto traz estudos farmacêuticos realizados com a sucupira branca, ou *Pterodon emarginatus* Vogel.

Generalidades sobre *Pterodon* spp.

O gênero *Pterodon* spp. pertence à família botânica Fabaceae, também conhecida como Leguminosae (HANSEN et al., 2010). Esta é uma das maiores famílias entre as dicotiledôneas² no Brasil com 3200 espécies distribuídas em 3 subfamílias: Papilionoideae, Caesalpinoideae e Mimosoideae. Ela é bem representada nos biomas brasileiros, sendo a mais significativa no Cerrado com cerca de 777 espécies de 101 gêneros (ALVES et al., 2013; MENDONÇA et al., 1998).

O referido gênero é representado na flora brasileira por 4 espécies: *Pterodon abruptus* Benth., *Pterodon apparicioi* Pedersoli., *Pterodon poly-*

2 As dicotiledôneas possuem na sua semente dois cotilédones.

galaeflorus Benth. e *Pterodon emarginatus* Vogel (CARVALHO, 2004). *Pterodon pubescens* Benth., em 1862, foi classificada por Bentham como sendo uma nova espécie, entretanto Johannes Christian Vogel³ demonstrou posteriormente que, na verdade, se tratava da mesma espécie *Pterodon emarginatus* Vogel. Por isso que é ainda tão comum a ideia de que se trata de espécies distintas, quando na verdade são sinônimas da mesma espécie. *Pterodon emarginatus* Vogel. (Figura 3.1) é popularmente conhecida como “sucupira branca” ou “faveiro”. É chamada por suas flores rosadas apresentarem coloração esbranquiçadas em determinadas épocas do ano. É uma espécie arbórea e aromática medindo de 5 à 16 m de altura (LORENZI e MATOS, 2002; DUTRA et al., 2008 a; ALVES et al., 2013), facilmente encontrada no Cerrado, florescendo entre abril e maio, frutificando entre maio e junho e liberando seus frutos entre junho e agosto (MASCARO et al., 2004).

É amplamente distribuída na região central do Brasil como Goiás, Minas Gerais, São Paulo e Mato Grosso do Sul (LORENZI e MATOS, 2002). Essas árvores crescem frequentemente no Cerrado e áreas de transição da floresta semidecidual⁴ da bacia do Rio Paraná. Apesar do crescimento vagaroso, essa espécie é significativa em reflorestamentos destinados à recuperação de áreas degradadas (OLIVEIRA e PAIVA, 2005) por ser resistente à luz solar e a solos pouco férteis e pobres em minerais.

3 JC Vogel é um pesquisador botânico, taxonomista. Ele é uma autoridade em classificação botânica. Director General de Museu de Historia Natural de Berlin e professor na Universidade Humboldt de Berlin.

4 florestas semidecíduas são caracterizadas principalmente pela ocorrência de espécies arbóreas que perdem as folhas durante uma parte da estação seca do ano, em consequência do estresse hídrico do solo nesse período (VENTUROLI 2008, p. 18).

Figura 1 – Ramos floridos, frutos, flores e árvore da espécie *Pterodon emarginatus* Vogel.



Fonte: BUZATTI, 2011.

Seus frutos flutuam quando dispersos em água e o óleo que secretam é responsável por impedir a germinação da própria semente, que encontra-se então “dormente”. Nas sementes maduras desta espécie, uma característica peculiar é a presença de compostos fenólicos nos tegumentos. Ensaio feitos com esses compostos demonstraram sua contribuição para a dureza do órgão, baixa permeabilidade à água e grande resistência ao ataque de patógenos (SUÁREZ e ENGLEMAN,

1980). O embrião apresenta cotilédones carnudos com acúmulo de reservas de lipídeos e proteínas (HANSEN *et al.*, 2010).

A espécie *Pterodon emarginatus* Vogel e a medicina tradicional

Na medicina tradicional é comum a utilização dos infusos hidroalcoólicos das sementes de *P. emarginatus* como antirreumático, anti-inflamatório, problemas de coluna, depurativo e fortificante (SANTOS *et al.*, 2010b). Os frutos são direcionados para tratamento de dores musculares, torções, artrites e artrose devido à ação analgésica e anti-inflamatória (MORS *et al.*, 1967). No Centro-Oeste, há relatos do uso do chá das cascas do caule para infecções ginecológicas (ALMEIDA e GOTTLIEB, 1975).

Outra forma de aplicação das sementes da referida espécie na etnofarmacologia⁵ é como cataplasma⁶ a partir da maceração das mesmas para tratamento de dores reumáticas e queimaduras (CARVALHO, 2004). Entretanto, seu uso clássico a medicina tradicional refere-se ao tratamento às desordens na orofaringe e disfunções respiratórias, tais como: amigdalites e bronquites (DUTRA *et al.*, 2009 a). O óleo amargo quando misturado com água ou tônico hidroalcoólico é empregado na forma de gargarejo obtendo resultados positivos contra a amigdalite (RIZZO e FERREIRA, 1990; BRANDÃO *et al.*, 2002; SILVA *et al.*, 2005). Dessa forma compreende-se a alta demanda nos mercados populares pelas sementes dessa espécie como pontua Arriaga *et al.*, (2000). Santos e colaboradores (2010a) ressaltaram a importância da sucupira branca não apenas para as atividades acima mencionadas, mas também para tratamento da diabetes e afecções dermatológicas, como repelente e inseticida natural.

5 Segundo Callaway (2002, p. 226), a etnofarmacologia constitui o estudo do uso humano das drogas, seja com objetivos médicos, sociais, recreativos ou religiosos.

6 O cataplasma é uma pasta medicamentosa que é aplicada topicamente na área afetada.

As propriedades biológicas de *Pterodon emarginatus* Vogel – a atividade antinociceptiva

A nociceção é a capacidade que o organismo tem de recepção, percepção e transmissão dos estímulos agressivos, que são traduzidos pelo organismo como a percepção da dor. Assim, pesquisas foram realizadas com a sucupira branca no sentido de avaliar sua capacidade analgésica ou antinociceptiva.

Dutra e colaboradores (2008a) avaliaram a atividade antinociceptiva do óleo essencial das sementes de sucupira branca e nas frações⁷ hexânicas, butanólicas e metanólicas. Testes das contorções abdominais induzidas por ácido acético, da formalina e da placa quente foram realizados em camundongos *Swiss* albinos (n=8-10/grupo), por via oral nas doses de 100, 300 e 500 mg/kg. O óleo essencial, a fração hexânica e a butanólica reduziram significativamente as contorções abdominais respectivamente quando comparados com o grupo controle. Os resultados, então, demonstraram que a sucupira pode ser uma fonte de substâncias ativas para a atividade antinociceptiva, ou seja, que combatem a dor.

Os compostos geranilgeraniol e o 6,7 -dihidroxiouacapano-17 -ato de metila isolados a partir do extrato bruto das sementes de *Pterodon pubescens* Benth. foram avaliados. Ambos foram efetivos contra contorções induzidas via oral e intraperitoneal pelos testes da capsaicina (v.o. e v.p.), do glutamato (v.p.) e da placa quente (v.o.). A atividade observada desses compostos pode estar relacionada com os receptores vaniloides VR1 e/ou receptores de glutamato. No teste da placa quente, a atividade antinociceptiva foi mantida quando o cloridrato de naloxona (antagonista opioide) foi administrado primeiro do que os compostos do estudo (v.o.) sugerindo que estes não exercem atividade antinociceptiva via receptores opioides. Os autores sugeriram efeito sinérgico entre si já que, estatisticamente, obtiveram efeito similar quando administrados separadamente. Os resultados corrobo-

7 Refere-se ao resultado de uma extração de componentes ativos da planta por solventes específicos como álcool metílico, álcool etílico, hexano, diclorometano e outros.

raram o uso popular das sementes da sucupira para dores e inflamações (SPINDOLA et al., 2010).

Coelho e colaboradores (2005) utilizaram o extrato etanólico de sementes de *P. pubescens* Benth. O perfil obtido por cromatografia gasosa (CG/EM) obtido indicou a presença de furanos diterpênicos provenientes de compostos vouacapânicos ou não vouacapânicos. As propriedades antinociceptivas foram demonstradas para o teste das contorções induzidas por ácido acético no extrato etanólico e no teste da formalina. Assim, os autores sugeriram que as frações do extrato analisadas possuem mecanismos de ação diferentes, efeitos periféricos e/ou centrais, e demonstraram propriedades antinociceptivas máximas em baixas doses. Portanto, no uso popular há que se racionalizar a quantidade administrada de sementes de sucupira branca para o tratamento da dor com maior eficiência.

A atividade antinociceptiva também foi detectada em testes *in vivo* por Moraes e colaboradores (2009) em extrato etanólico das sementes de *Pterodon emarginatus* Vogel. nas concentrações de 0,1; 0,3 e 1 g/kg. Já em *P. polygalaeflorus* a referida atividade farmacêutica foi detectada em testes *in vivo* nas concentrações 200 $\mu\text{mol/kg}$ de 6 ,7 -dihidroxi-vouacapano-17 -ato de metila no trabalho de Nunan e colaboradores (1982). Já para Duarte e colaboradores (1992 e 1996), as concentrações foram respectivamente: 250, 500 e 125, 500 $\mu\text{mol/kg}$.

A Atividade anti-inflamatória

Uma fração hexânica obtida do extrato etanólico dos frutos de *Pterodon pubescens* Benth. foi utilizada para avaliação da atividade anti-inflamatória desse farmacógeno. A atividade anti-inflamatória foi medida com doses crescentes de sucupira em um teste de pleurisia induzida por carragenina e artrite com doses de 250 mg/kg por 21 dias. Os ensaios resultaram em atividade anti-inflamatória nos dois modelos estudados. Os resultados das análises bioquímicas, hematológicas e histológicas indicam uma diminuição significativa dos níveis de glicose, colesterol e triglicérides (18,32%; 34,20% e 41,70% respectivamente) e redução do número total de leucócitos e células mononucleares (HOSCHEID et al., 2013).

Outro estudo avaliou o efeito anti-artrite do extrato etanólico das sementes da sucupira branca utilizando camundongos com artrite induzida por colágeno tratados diariamente via oral em horários diferentes. O tratamento preventivo reduziu significativamente o índice artrítico e a incidência de artrite induzida por colágeno. Utilizando um protocolo terapêutico, apenas a menor dose do extrato hidroalcoólico que propiciou diminuição nos dois parâmetros avaliados (SABINO et al., 1999).

Carvalho e colaboradores (1999) constataram o efeito anti-inflamatório do extrato hexânico bruto dos frutos da sucupira branca por meio do teste de atividade por edema da pata induzido por carragenina e nistatina; peritonite causada por carragenina e o teste do granuloma.

Cardoso et al. (2008), Sabino et al. (1999) e Coelho et al. (2004) demonstraram em estudos *in vitro* e *in vivo* que administração de doses extremamente altas do óleo obtido das sementes de *P. pubescens* Benth. não são mutagênicos, tóxicos ou citotóxicos para células mononucleares de sangue periférico humano e em testes hematológicos, histopatológicos, clínicos e bioquímicos em ratos com artrite induzida de acordo com Coelho et al. (2001) e Hansen et al. (2010).

A Atividade antioxidante

Embora os exercícios físicos sejam conhecidos pelos inúmeros benefícios que trazem ao organismo, exercícios não habituais e extenuantes podem ocasionar danos ao miocárdio e à musculatura esquelética que estão diretamente envolvidos na atividade física, assim como para outros órgãos (LIU e NG, 2000). A lesão tecidual proveniente de exercícios agudos ou crônicos pode advir de um rompimento na fibra até de um dano subcelular. Este pode surgir de um stress oxidativo ocasionado por espécies reativas de oxigênio (ROS), que reagem de diferentes maneiras, a depender do órgão ou tecido lesionado e do nível de antioxidantes endógenos (PAULA et al., 2005).

Em resposta a esse fator externo, neutrófilos e macrófagos migram para o local da lesão, infiltrando no tecido muscular, ativando citocinas e mais espécies reativas de oxigênio (SACHECK e BLUMBERG, 2001). Isso também pode aumentar a formação de óxido nítrico e a atividade

da enzima óxido nítrico sintetase. Complementando com a função das espécies reativas de oxigênio, o Óxido Nítrico (NO) pode ter um papel relevante na musculatura esquelética e nos músculos envolvidos com contrações repetitivas por influenciar no equilíbrio de oxidante-antioxidante. NO controla o metabolismo do músculo por influenciar na irrigação sanguínea, aporte de glicose, oxidação fosforilativa, contratilidade e excitação-contração (REID, 1998). Exposição ao NO e ROS (RONS) pode causar peroxidação lipídica nas membranas celulares que em resposta podem gerar espécies que promovem dano às proteínas celulares e sua degradação (DAVIES e GOLDBERG, 1987).

Paula e colaboradores (2005) demonstraram o potencial dos frutos de sucupira branca como antioxidante em testes com camundongos. O tratamento com o extrato hexânico bruto diminuiu a infiltração de macrófago, peroxidação lipídica, produção de nitrito e nitrotirosina para os valores controle.

Dutra et al. (2008b) avaliou o potencial antioxidante das sementes da sucupira branca utilizando o óleo essencial e frações apolares e polares, como butanólica e metanólica. O forte poder antioxidante das frações polares foi atribuído aos flavonoides (MENSOR et al. 2001; HARBORNE e WILLIAMS, 2001). Eles apresentam propriedades redox, que permitem atuar como agentes redutores, doadores de hidrogênio e supressores de oxigênio singleto (Hansen et al., 2010).

A Atividade antimicrobiana

Um grande desafio para a saúde pública é o agravamento da resistência à antibióticos em cepas bacterianas, principalmente as de origem hospitalar (DUTRA et al., 2009; OLIVEIRA et al., 2006; COUTINHO et al., 2008). Assim, Dutra e colaboradores (2009) avaliaram o potencial antimicrobiano e leishmanicida das sementes de sucupira branca. O óleo essencial foi testado e apresentou resultados relevantes para *Staphylococcus aureus*, *Leishmania amazonensis* e *L. chagasi*. Bustamante e colaboradores (2010) testaram a atividade antimicrobiana do extrato etanólico das cascas de *P. emarginatus* Vogel. contra bactérias Gram-positivas, Gram-negativas e o fungo *Candida albicans*. A sucu-

pira apresentou resultados significativos contra bactérias Gram-positivas *Rhodococcus equi*, *Micrococcus luteus*, *Micrococcus roseus* e para as bactérias Gram-negativas *Serratia marcescens* e *Pseudomonas aeruginosa*, uma importante causadora de infecção hospitalar.

Silva e colaboradores (2005) avaliaram o efeito desse óleo sobre fungos e bactérias fitopatogênicas. Este foi ativo para as cepas testadas tendo eficácia um pouco inferior, em sua maioria, ao medicamento de escolha: Tebuconazole, um medicamento antifúngico sintético. Analisando-se os estudos mencionados anteriormente pode-se inferir que a sucupira branca é fonte de componentes potencialmente significativos para posteriores testes *in vitro* e *in vivo*, para que sejam desenvolvidos novos fármacos com propriedades antimicrobianas eficazes e eficientes contra bactérias multirresistentes.

Outras atividades da sucupira branca

Além das propriedades farmacêuticas da sucupira branca já conhecidas pela medicina popular e comprovadas por estudos como sendo anti-inflamatória, antinociceptiva, antimicrobiana e antioxidante, existem outras propriedades a serem avaliadas. Dutra e colaboradores (2012) testaram a atividade citotóxica do óleo essencial obtido das sementes em linhagens células tumorais C6 de glioma de ratos, melanoma humano, carcinoma no cólon de ratos, câncer de mama humano, carcinoma de pulmão humano, melanoma de rato, célula ovariana de hamster e células de rim de rato e obtiveram resultados expressivos. O óleo essencial apresentou ainda toxicidade em *Artemia salina*⁸ (LC₅₀ = 1,63 µg/mL).

Mors et al. (1966; 1967) e Fascio et al. (1975) determinaram a atividade quimioprolifática do óleo de sucupira branca contra esquistossomos. Ainda foi elucidado que o componente geranilgeraniol é capaz de impedir a proliferação das formas epi e tripomastigotas do *Trypano-*

8 Microcústaceo de água salgada e de vida sensível cuja letalidade implica em toxicidade em seu habitat. É utilizado para testar a toxicidade de compostos naturais e outros.

soma cruzi (MENNA-BARRETO et al., 2008). Analisando o aspecto de toxicidade, estudos realizados por Sabino et al. (1999) sobre a toxicidade aguda, atividade mutagênica e citotoxicidade do óleo de sucupira branca, este classificou as sementes como não citotóxicas, não mutagênicas e não tóxicas após administração aguda, já que as doses testadas foram significativamente maiores que as usadas pela população na medicina popular. Estudos genéticos demonstraram que o óleo de sucupira branca não aumenta a frequência de aberrações cromossômicas (HANSEN et al., 2010; DIAS et al., 1995).

Conclusão

A biodiversidade brasileira é uma fonte em potencial para obtenção de novas moléculas que podem ser candidatas a futuros fármacos. Biomas como o Cerrado podem oferecer metabólitos secundários com proeminente valor terapêutico. A caracterização química desses compostos, elucidação do mecanismo de ação, estudos pré-clínicos e clínicos permitirão um acervo desses produtos naturais e seus derivados.

Esta revisão apresentou artigos que abordaram as propriedades farmacêuticas da espécie *Pterodon emarginatus* Vogel. Esta espécie possui grande variedade de compostos químicos, o que justifica o interesse popular dessa planta para diversas patologias. Vários trabalhos ratificaram a aplicação dos frutos de sucupira branca na medicina tradicional. Como analgésico, estudos elucidaram mecanismos de ação diferentes, porém complementares aos analgésicos de escolha. Essa atividade, em regra sinérgica, pode ser interessante para o desenvolvimento de futuras associações terapêuticas para a indústria farmacêutica. Tanto no óleo essencial dos frutos, quanto nas frações hexânicas e de solventes polares apresentou a atividade antinociceptiva. Pelos constituintes químicos dos óleos voláteis dos frutos de sucupira branca serem fenóis, muito polares e com abundância de grupos hidroxila, a atividade antioxidante foi ratificada pelos estudos descritos. A maioria desses compostos atua como estabilizadores dos intermediários instáveis das reações radicalares responsáveis pelo estresse oxidativo e nitrosativo. Tanto o óleo essencial, quanto as frações pola-

res e apolares apresentaram atividade antioxidante, pode ser pela presença de flavonoides na espécie.

Em termos de atividade anti-inflamatória, os estudos comprovaram o uso na medicina popular dos frutos de sucupira branca para as afecções orofaríngeas e dermatológicas. Uma série de testes *in vivo* e *in vitro* foram feitos, entretanto, na literatura ainda não se explica o mecanismo de ação responsável por essa atividade, o que demonstra a necessidade de trabalhos posteriores nesse sentido. A propriedade antimicrobiana dos frutos de sucupira branca está relacionada com o perfil lipofílico de alguns hidrocarbonetos que constituem o óleo essencial. O mecanismo de ação pode estar relacionado com a capacidade de induzir apoptoses ao associar com a membrana celular desses patógenos, bem como de algumas organelas, a exemplo da mitocôndria, interferindo diretamente no sistema respiratório. Tanto o óleo essencial dos frutos, quanto frações polares e apolares apresentou atividade antibacteriana e antifúngica. Assim, conclui-se que a utilização dos frutos da sucupira branca na medicina tradicional do Cerrado, em sua maioria, foi ratificada pelos trabalhos científicos apresentados. Estes podem ser um excelente ponto de partida para a obtenção de compostos com significativa eficácia e segurança terapêutica. Esses estudos nos levam a refletir sobre a importância singular de cada espécie vegetal e cada ser vivo que habita o nosso bioma Cerrado. Assim, a conservação e manutenção da vida das sucupiras é uma responsabilidade dos povos daqui e uma garantia de que temos um laboratório vivo, guardião de valiosos compostos para a saúde.

Referências

- ALMEIDA, M. E. L.; GOTTLIEB, O. R. *The chemistry of Brazilian Leguminosae, further isoflavones from Pterodon apparicia*. Phytochemistry, v. 14, n. 12, 1975.
- ALVES, S. F.; BORGES, L. L.; PAULA, J. A. M.; VIEIRA, R. F.; FERRI, P. H.; COUTO, R. O.; PAULA, J. R.; BARA, M. T. F. Chemical variability of the essential oils from fruits of *Pterodon emarginatus* in the Brazilian Cerrado. *Revista Brasileira de Farmacognosia*, v. 23, n. 2, p. 224-229, 2013.
- ARRIAGA, A. M. C.; CASTRO, M. A. B.; SILVEIRA, E. R.; BRAZ-FILHO, R. *Further diterpenoids isolated from Pterodon polygalaeiflorus*. J Braz Chem Soc, v. 11, p. 187-190, 2000.

BRANDÃO, M.; LACA-BUENDIA, J. P.; MACEDO, J. F. *Árvores nativas e exóticas do Estado de Minas Gerais. Informe Agropecuário*. v. 23, n. 217, p. 264-265, 2002.

BRANDÃO, Maria das Graças Lins. Importância dos registros históricos na investigação e utilização de produtos naturais. In: Cláudia M. Oliveira Simões; Eloir Paulo Schenkel; João Carlos Palazzo de Melo; Lilian Auler Mentz; Pedro Ros Petrovick. (Org.). *Farmacognosia: do produto natural ao medicamento*. Porto Alegre: Artmed, 2017.

BUSTAMANTE, K. G. L.; LIMA, A. D. F.; SOARES, M. L.; FIUZA, T. S.; TRESVENZOL, L. M. F.; BARA, M. T. F.; PIMENTA, F. C.; PAULA, J. R. Avaliação da atividade microbiana do extrato etanólico bruto da casca de sucupira branca (*Pterodon emarginatus* Vogel) - Fabaceae. *Revista Brasileira de Plantas Mediciniais*, v. 12, n. 3, p. 341-345, 2010.

BUZATTI, I. A. 2011. Altura: 640 pixels. Largura: 640 pixels. Formato JPEG. Disponível em: <<https://www.flickr.com/photos/buzatti/5872994168/>>. Acesso em: 10 set. 2014.

CALLAWAY, Jace C. Fitoquímica e Neurofarmacologia da Ayahuasca. In: METZNER, Raph. (org.) *Ayahuasca - alucinógenos, consciência e espírito da natureza*. Tradução: Márcia Frazão, Rio de Janeiro: Gryphus, 2002.

CARDOSO, C. C.; PINTO, A. C.; MARQUES, P. R.; GAYER, C. R. M.; AFEL, M. I. R.; COELHO, M. G. P.; SABINO, K. C. C. Suppression of T and B cell responses by *Pterodon pubescens* seeds ethanolic extract. *Pak. J. Biol. Sci.*, v. 11, n. 19, p. 2308-2313, 2008.

CARVALHO, J. C. T. Sucupira, *Pterodon emarginatus* Vog., p. 383. In: CARVALHO, J. C. T. (Ed.), *Fitoterápicos anti-inflamatórios - aspectos químicos, farmacológicos e aplicações terapêuticas*. Ribeirão Preto, Tecmedd, 2004.

CARVALHO, J. C. T. et al. Anti inflammatory activity of the crude extract from the fruits of *Pterodon emarginatus* Vog. *J. Ethnopharmacol.*, v. 64, n. 2, p. 127- 133, 1999.

COELHO, M. G. P. et al. Subacute toxicity evaluation of a hydroalcoholic extract of *Pterodon pubescens* seeds in mice with collagen-induced arthritis. *J. Ethnopharmacol.*, v. 77, n. 2-3, p. 159-164, 2001.

COELHO, L. P. et al. Anti-nociceptive properties of ethanolic extract and fractions of *Pterodon pubescens* Benth. seeds. *J. Ethnopharmacol.*, v. 98, p. 109-116, 2005.

COELHO, M. G.; SABINO, K. C.; DALMAU, S. R. Immunomodulatory effects of sucupira (*Pterodon pubescens*) seed infusion on collagen-induced arthritis. *Clin. Exp. Rheumatol.*, v. 22, n. 2, p. 213-218, 2004.

- COUTINHO, H. D. M. et al. In vitro anti-staphylococcal activity of *Hyptis martiusii* Benth against methicillin resistant *Staphylococcus aureus*-MRSA strains. *Revista Brasileira de Farmacognosia*, v. 18, p. 670-675, 2008.
- DAVIES, K. J. A.; GOLDBERG, A. L. Proteins Damaged by Oxygen Radicals Are Rapidly Degraded in Extracts of Red Blood Cell. *The Journal of Biological Chemistry*, v. 262, n. 17, p. 8227-8234, 1987.
- DI STASI, Luís Cláudio. (Org.). *Plantas medicinais: arte e ciência - um guia de estudo interdisciplinar*. São Paulo: Editora da Unesp, 1996.
- DIAS, F. D. et al. Genotoxicity of the natural cercaricides “sucupira” oil and eremanthine in mammalian cells in vitro and in vivo. *Environ. Mol. Mutagen.*, v. 26, n. 4, p. 338-344, 1995.
- DUARTE, I. D. et al. Evidence of the involvement of biogenic amines in the anti-nociceptive effect of a vouacapan extracted from *Pterodon polygalaeiflorus* Benth. *J.Ethnopharmacol.*, v. 55, n. 1, p. 13-18, 1996.
- DUARTE, I. D. G.; NAKAMURA-CRAIG, M.; FERREIRA-ALVES, D. L. Possible participation of endogenous opioid peptides on the mechanism involved in analgesia induced by vouacapan. *Life Sci.*, v. 50, p. 891-897, 1992.
- DUTRA, R. C. et al. Atividades antimicrobiana e leishmanicida das sementes de *Pterodon emarginatus* Vogel. *Revista Brasileira de Farmacognosia*, v. 19, n. 2-A, p. 429-435, 2009 a.
- DUTRA, R. C.; LEITE, M. N.; BARBOSA, N. R. Quantification of phenolic constituents and Antioxidant Activity of *Pterodon emarginatus* Vogel seed. *International Journal of Molecular Sciences*, v. 9, p. 606-614, 2008a.
- DUTRA, R. C. et al. Chemical composition and cytotoxicity activity of the essential oil of *Pterodon emarginatus*. *Revista Brasileira de Farmacognosia*, v. 22, n. 5, p. 971-978, 2012.
- DUTRA, R. C. et al. Efeito Cicatrizante das Sementes de *Pterodon emarginatus* Vogel em Modelos de Úlceras Dérmicas Experimentais em Coelho. *Latin American Journal of Pharmacy*, v. 28, n. 3, p. 375-382, 2009b.
- DUTRA, R. C. et al. Antinociceptive Activity of the Essential Oil and Fractions of *Pterodon emarginatus* Vogel Seeds. *Latin American Journal of Pharmacy*, v. 27, n. 6, p. 865-870, 2008b.
- FARMACÓPEIA POPULAR DO CERRADO. Farmacopéia Popular do Cerrado. Goiás/GO: Articulação Pacari, 2009.
- FASCIO, M. et al. Diterpenoid furans from *Pterodon* species. *Phytochemistry*, v. 15, n. 1, p. 201-203, 1975.

HANSEN, D.; HARAGUCHI, M.; ALONSO, A. Pharmaceutical properties of “sucupira” (*Pterodon* spp.). *Brazilian Journal of Pharmaceutical Sciences*, v. 46, n. 4, 2010.

HARBORNE, J. B.; WILLIAMS, C. A. Anthocyanins and other flavonoids. *NAT PROD R.*, v. 18, n. 3, p. 310-333, 2001.

HOSCHEID, J. et al. Inhibitory Effect of the Hexane Fraction of the Ethanolic Extract of the Fruits of *Pterodon pubescens* Benth in Acute and Chronic Inflammation. *Hindawi Publishing Corporation*, 2013.

LIU, F.; NG, T. B. Antioxidative and free radical scavenging activities of selected medicinal herbs. *Life Sciences*, v. 66, n.8, p. 725-735, 2000.

LORENZI, H.; MATOS, F. J. A. *Plantas medicinais no Brasil: nativas e exóticas*. Nova Odessa, SP: Instituto Plantarum, 2002.

MASCARO, U. C. P.; TEIXEIRA, D. F.; GILBERT, B. Avaliação da sustentabilidade da coleta de frutos de “sucupira branca” (*Pterodon emarginatus* Vog.) após queda espontânea. *Revista Brasileira de Plantas Medicinais*, v. 7, n. 1, p. 23-25, 2004.

MENDONÇA, R. J.; FELFILI, B. et al. Flora vascular do Cerrado. In: SANO, S. & ALMEIDA, S. (Org.). *Cerrado. Ambiente e flora*. Planaltina: EMBRAPA, 1998. p. 288-556.

MENNA-BARRETO, R. F. S. et al. Anti-Trypanosoma cruzi activity of *Pterodon pubescens* seed oil: geranylgeraniol as the major bioactive component. *Parasitol. Res.*, v. 103, n. 1, p. 111- 117, 2008.

MENSOR, L. L. et al. Screening of Brazilian plant extracts for antioxidant activity by the use of DPPH free radical method. *Phytother Res.*, v. 15, p. 27–30, 2001.

MORAES, W. F. et al. Anti-inflammatory and anti-nociceptive effects of *Pterodon emarginatus* stem bark alcohol extract. *Pharm. Biol.*, v. 47, n. 2, p. 146-150, 2009.

MORS, W. B.; PELLEGRINO, J.; DOS SANTOS FILHO, M. F. Ação profilática do óleo dos frutos de Sucupira- Branca, *Pterodon pubescens* Benth, contra a infecção pelo *Schistosoma mansoni*. *An. Acad. Bras. Ciênc.*, p. 325-330, 1966.

MORS, W. B.; SANTOS, M. F.; MONTEIRO, H. B. Chemoprophylactic agent in schistosomiasis: 14,15-epoxygeranylgeraniol. *Science*, v. 157, p. 950-951, 1967.

NUNAN, E. A. et al. Furane diterpenes with anti- and pro-inflammatory activity. *Rev. Bras. Pesq. Med. Biol.*, v. 15, n. 6, p. 450-451, 1982.

OLIVEIRA, R. A. G. et al. Estudo da interferência de óleos essenciais sobre a atividade de alguns antibióticos usados na clínica. *Revista Brasileira de Farmacognosia*, v. 16, p. 77-82, 2006.

- OLIVEIRA, D. M. T.; PAIVA, E. A. S. Anatomy and ontogeny of *Pterodon emarginatus* (Fabaceae: Faboideae) seed. *Braz. J. Biol.*, v. 65, p. 483-494, 2005.
- ORTENCIO, Waldomiro Bariani. *Medicina popular do Centro-Oeste*. Brasília: Ed. Thesaurus, 1994. Brasília: 2 ed. Ed. Thesaurus, 1997.
- PAULA, F. B. A. et al. Protective action of a hexane crude extract of *Pterodon emarginatus* fruits against oxidative and nitrosative stress induced by acute exercise in rats. *BMC Complementary and Alternative Medicine*, v. 5, n. 12, p. 1-9, 2005.
- REID, M. B. Role of nitric oxide in skeletal muscle: synthesis, distribution and functional importance. *Acta Physiol Scand.*, v. 162, p. 401-409, 1998.
- RIZZO, J. A. e FERREIRA, H. D. Ferreira. *Hancornia* sp. no Estado de Goiás. p. 363-368. In Congresso Nacional de Botânica, 36. Curitiba, Paraná. 533 p. Resumos, 1990.
- SABINO, K. C. et al. Successful treatment of collagen-induced arthritis in mice with a hydroalcohol extract of seeds of *Pterodon pubescens*. *Phytother. Res.*, v. 13, n. 7, p. 613-615, 1999.
- SANTOS, A. P. et al. Composição química, atividade antimicrobiana do óleo essencial e ocorrência de esteróides nas folhas de *Pterodon emarginatus* Vogel, Fabaceae. *Revista Brasileira de Farmacognosia*, v. 20, n. 16, p. 891-896, 2010a.
- SANTOS, U. et al. Propriedade antibacteriana dos frutos de Sucupira branca (*Pterodon pubescens*). *Revista Eletrônica de Biologia*, v. 3, n. 4, p. 77-88, 2010b.
- SACHECK, J. M.; BLUMBERG, J. B. The role of vitamin E and oxidative stress in exercise. *Nutrition*, v. 17, p. 809-814, 2001.
- SILVA, I. D. et al. Efeito do extrato de sucupira (*Pterodon emarginatus* Voguel.) sobre o desenvolvimento de fungos e bactérias fitopatogênicos. *Pesquisa Agropecuária Tropical*, v. 35, n. 2, p. 109-115, 2005.
- SPINDOLA, H. M. et al. Antinociceptive effect of geranylgeraniol and 6a,7b dihydroxyvouacapan-17b-oate methyl ester isolated from *Pterodon pubescens* Benth. *BMC Pharmacology*, v. 10, n. 1, p. 1-10, 2010.
- SUÁREZ, G.R.; ENGLEMAN, E.M. Deposito de taninos en la testa de *Amaranthus hypochondriacus* L. (alegría). *Agrociencia*, v. 42, p. 35-50, 1980.
- VENTUROLI, Fábio. Manejo de floresta estacional semidecídua secundária em Pirenópolis, Goiás. Tese (Doutorado em Ciências Florestais) - Universidade de Brasília, Brasília, 2008.

20.

O Mato Grosso de Goiás: a natureza sob o olhar de viajantes naturalistas

Josana de Castro Peixoto
Fernando Gomes Barbosa
Josiel Araújo Lemes
Maria Gonçalves da Silva Barbalho
Vivian da Silva Braz

O final do século XVIII e início do século XIX foram marcados por um grande número de viagens exploratórias em território brasileiro, que tinham como objetivo apresentar ao mundo europeu as potencialidades territoriais do Brasil. Esses viajantes naturalistas que passaram pelo Cerrado, deixaram vários relatos sobre a fauna e a flora que ocorriam na região. Segundo Brandão (2015) esses cientistas fizeram observações minuciosas da vida do brasileiro na época, incluindo o uso de plantas medicinais. A contribuição para o conhecimento científico da flora brasileira foi incalculável.

O avançar das fronteiras, a ação dos colonizadores, a agricultura e a pecuária contribuíram para a mudança nas paisagens descritas pelos naturalistas que conseqüentemente levaram a um declínio da biodiversidade. A fronteira é utilizada para explicar a relação entre os seres humanos e o cenário natural, realizada principalmente à partir da disponibilidade de recursos naturais (TURNER, 2010; WEBB, 2003; NASH, 1982; McCREERY, 2006).

Haller (2000) coloca como um dos traços básicos da fronteira a capacidade de atrair e fixar grande número de pessoas, interessadas em explorar intensivamente fontes naturais de riquezas recentemente desco-

bertas. O Brasil é um rico acervo de ocupações de fronteira, alimentadas por diferentes ciclos de extração e produção, como por exemplo, a borracha e o cacau na região norte do país (SCHITTINI et al., 2012).

Estes processos de ocupação e exploração acabam alterando a composição da paisagem e as dinâmicas ecológicas do local. Em uma definição voltada para a geografia física, a paisagem pode ser indicada como uma estrutura morfológica determinada, que pode ser mensurada, quantificada e qualificada. Também pode ser alterada e modificada pelos interesses da sociedade (BERTRAND, 1972). Adentrando o campo da história ambiental, a paisagem vai ganhando uma definição mais interdisciplinar, sendo influenciada pelas relações humanas, cultura e uma série de particularidades locais (CORRÊA, 2012).

Dean (2013) afirma que a vegetação é considerada pelo homem apenas uma simples reserva de recursos naturais e econômicos. Diz ainda, no caso da devastação da Mata Atlântica, há um misto de exploração e desenvolvimento. No bioma Cerrado a ação de desflorestamento também pode ser correlacionada a esse misto de exploração e desenvolvimento, que causou ainda impactos negativos, muitas vezes irreversíveis, ao bioma Cerrado, os quais foram relatados e identificados nos trabalhos de Sano *et al.* (2008), Myers *et al.* (2000), Klink; Machado (2005) e Barbalho *et al.* (2015).

Dessa forma, o processo acelerado de destruição e substituição da vegetação nativa por culturas e pastagens tem resultado numa situação de ilhas de vegetação nativa em meio a um mosaico de cenários agropecuários, industriais e urbanos. Uma das áreas vítima deste processo de fragmentação é o Mato Grosso de Goiás (MGG), um tipo de formação florestal ocorrente no Estado de Goiás (SAINT-HILAIRE, 1975; FAISSOL; 1952; WAIBEL, 1958). A partir da década de 40, com a criação da Colônia Agrícola Nacional de Goiás (CANG), as marcas da fragmentação são ainda mais evidentes ocasionadas por um aumento do uso da agricultura mecanizada e pelo cultivo de cana de açúcar (BARBALHO et al., 2015; SILVA et al., 2013).

Estes fatores aliados ao desenvolvimento da região resultaram em uma modificação do cenário presente nos relatos dos viajantes natura-

listas, e na condição atual da paisagem. Na perspectiva de reproduzir o percurso realizado por Saint-Hilaire enquanto viajante na Província de Goiás, Rizzo (2005) reconstrói o caminho do naturalista, coletando várias espécies descritas e também coletadas pelo viajante.

Nem todos os naturalistas que passaram pela Província de Goiás chegaram a percorrer e coletar espécimes no MGG. De acordo com os roteiros de viagem propostos por Rizzo (2005), os relatos dos naturalistas, e a literatura do século XIX, o objetivo deste estudo foi o de apresentar a percepção dos viajantes naturalistas europeus que passaram pela província de Goiás no século XVIII e XIX, dando enfoque ao MGG que possuía fitofisionomia com predomínio de formações florestais. Foram selecionados os relatos dos seguintes naturalistas: Auguste de Saint-Hilarie (1779-1853), Auguste François Marie Glaziou (1833 – 1906), Johann Emmanuel Pohl (1782 – 1834), Ernst Heinrich George Ule (1854-1915), Hugh Algernon Weddell (1819-1877) e Willian John Burchell (1782-1863).

A metodologia constituiu de pesquisa no contexto biográfico dos viajantes naturalistas bem como relato oral e das publicações do professor pesquisador José Ângelo Rizzo do Departamento de Botânica da Universidade Federal de Goiás - UFG. Foi realizada uma leitura sistemática de suas obras que retratam as viagens dos naturalistas em solo brasileiro e leitura de textos sobre a historiografia da região da Província de Goiás.

Foram realizadas ainda pesquisas em herbários virtuais com o objetivo de verificar as coletas das espécies descritas pelos viajantes naturalistas citados anteriormente no estado de Goiás. Este levantamento foi feito nas páginas eletrônicas de herbários: Royal Botanic Gardens (KEW), o Muséum National d'histoire Naturelle de Paris (MNHN), Herbário Virtual A. de Saint-Hilaire, Herbário Virtual A. Glaziou e Herbário Virtual REFLOA que são bancos de dados contendo coleções de diversos herbários nacionais e internacionais.

Para a identificação de nomenclatura referente a autor e gênero das espécies vegetais foram consultados a base do Index Plant Names.

A área de estudo compreende a Microrregião de Ceres que está situada na porção central do estado de Goiás e está inserida na Mesor-

região central de Goiás. É formada atualmente por 22 municípios, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010). Corresponde a 0,38% da área total do Estado. Apesar da pouca representatividade territorial, atualmente, é grande produtora de grãos (soja e milho) e de cana de açúcar do Estado de Goiás, e foi sede da Colônia Agrícola Nacional de Goiás (CANG).

O município de Ceres que nomeia esta microrregião surgiu em 1941 a partir da criação da CANG. A Colônia constituiu-se a partir da imigração de colonos, que interessados nas áreas florestais, retiravam a cobertura vegetal nativa para plantio de arroz, milho ou café (FAISSOL, 1952). À medida que a CANG ia se desenvolvendo, a “Mata de São Patrício”, área que compunha a região norte do MGG, foi sendo substituída pela agricultura e pecuária.

Segundo Silva *et al.* (2013) na região do MGG predominava a formação florestal em áreas de Cerrado, que compunha com outras formações savânicas e campestres o mosaico de vegetação do bioma em Goiás:

O Mato Grosso de Goiás é uma extensa região florestal situada na parte centro-sul do Estado de Goiás. Ela começa nas proximidades da cidade de Anápolis e continua para oeste até a base da Serra Dourada, na região do Córrego do Ouro; no sentido norte-sul, vai das proximidades de Goiânia até um pouco ao norte de Itapaci. Abrange parte dos municípios de Anápolis, Pirenópolis, Jaraguá, Anicuns, Goiás, Mataúna, Itaberaí e Itapaci. Os municípios de Trindade e Inhumas estão inteiramente dentro da mata (FAISSOL, 1952).

Parte dos municípios da Microrregião de Ceres está vinculado ao MGG. Cabe mencionar que nas obras de Faissol (1952) e Waibel (1958) não há registros dos 22 municípios que compõem a microrregião, uma vez que, a data de criação desses municípios é posterior as publicações dos referidos autores.

Os solos apresentavam fertilidade natural, o que contribuiu para que grandes áreas fossem incorporadas ao processo produtivo, com a

substituição das formações florestais por lavouras e pastagem (FAISSOL, 1952). O referido autor classificou a vegetação em dois tipos: Mata de 1ª classe, muito presente na região da CANG, com características de floresta pluvial que ocorriam apenas em solos com boa fertilidade natural, grande quantidade de húmus e disponibilidade de água, mesmo na estação seca; Matas de 2ª classe, com predomínio de espécies vegetais semidecíduas, solo mais seco e vegetação mais baixa. As matas de 1ª classe foram as primeiras a serem devastadas.

Estes fatores, aliado ao movimento migratório espontâneo, levaram a devastação das formações florestais do MGG, o que levou a redução da biodiversidade, dentre outros impactos (SILVA, BARBALHO & FRANCO, 2013). Barbalho *et al.* (2015) usando técnica de métricas de paisagem, observou forte redução das formações florestais no período 1975 a 2012. Cobriam respectivamente 55,75% e 24%.

Os viajantes que percorreram o território brasileiro contribuíram, por meio de suas narrativas, para o conhecimento do Brasil do século XIX. Ao serem divulgadas no Velho Mundo, essas narrativas sobre as terras brasileiras, serviram para satisfazer a curiosidade de leitores ávidos por notícias de uma terra que por muito tempo permaneceu desconhecida e protegida pela Coroa portuguesa (SARNAGLIA, 2012).

Para Kury (2001) os naturalistas que vieram ao Brasil tomaram uma difícil decisão não apenas pelos perigos físicos que corriam durante a sua jornada, mas também porque a comunidade científica não valorizava o trabalho do viajante. No entanto, a autora eleva o papel do viajante, atribuindo-lhe a função de coletor, cujas coleções e informações são essenciais para o campo da história natural.

A partir do relato oral e dos roteiros de viagens propostos por Rizzo (2005), revela-se a importância histórica e científica do trabalho dos pioneiros naturalistas na Província de Goiás. Rizzo relata a presença de dez importantes botânicos em Goiás no século XIX, sendo eles: Auguste François Marie Glaziou, Augustin François Cesar Provençal (Saint-Hilaire), Johan Emmanuel Pohl, Ernest Heinrich George Ule, George Gardner, Hugh Algernon Weddell, Karl. F. P. Von Martius, Ludwing Riedel, Peter Wilhelm Lund e Willian John Burchell.

Para a construção deste artigo, considerou-se apenas os naturalistas que estiveram ou passaram pelas formações do MGG ou pelos municípios que compõem a Microrregião de Ceres, estado de Goiás.

O naturalista Auguste François Marie Glaziou (1833-1906) desembarcou no Brasil em 1858 e permaneceu até 1893. Sua vinda ao Brasil em 1855 se deu em razão do convite feito pelo imperador D. Pedro II para que assumisse a direção geral do serviço de matas e jardins do Rio de Janeiro (RIZZO, 2005). Glaziou era engenheiro e botânica formado no *Muséum d'Histoire Naturelle*, em Paris (DOURADO, 2008).

Coletou no Brasil espécimes botânicos nas matas e restingas de muitas províncias, dentre elas a de Goiás. Participou na condição de membro da 2ª Comissão Exploratória do Planalto Central do Brasil, que tinha por objetivo demarcar a área que poderia ser implantada a nova capital do Brasil (RIZZO, 2005).

Ainda segundo o referido autor, Glaziou teria visitado parte do MGG quando passou por Meia Ponte, atual capital do Estado de Goiás, nos limites da Serra Dourada. Como participante da Comissão Exploratória do Planalto Central, percorreu os arredores da atual capital Brasília que margeia o MGG. Publicou “*Plantae Brasiliae centralis a Glaziou lectae, Liste des Plantes du Bresil Central recueillies en 1861-1895*” em 1895. Nela, as espécies vegetais são apresentadas por pequenas descrições, notas biológicas e biogeográficas. Glaziou, na introdução de seu livro, “*Plantae Brasiliae centralis a Glaziou lectae*”, comenta que a estadia em Goiás possibilitou ele observar que “o clima de Goiás é quente e seco, no entanto, as noites são frescas e muito agradáveis; A vegetação florestal difere um pouco daquela da costa”.

Nota-se em seu relato, a caracterização das formações campestres e savânicas, com detalhe as pastagens naturais. Há também uma breve comparação entre as formações florestais da costa do Brasil com a vegetação encontrada em Goiás. O levantamento das coletas realizadas por Glaziou a partir da busca no herbário virtual A. Glaziou retorna 1415 espécies, sendo estas distribuídas em 116 famílias. Quando consultado o REFLORA, o herbário traz apenas 14 registros.

Segundo Stehmann *et al.* (2009) as famílias de maior ocorrência para o endemismo na Mata Atlântica são Orchidaceae, Fabaceae, Asteraceae, Bromeliaceae, Poaceae, Myrtaceae, Melastomataceae, Euphorbiaceae, Rubiaceae e Apocynaceae. Dentre as coletas realizadas por Glaziou, há um número expressivo de coletas de Melastomatáceas e Fabaceae Juntas somam 391 espécies, representando 27%.

Johann Emmanuel Pohl (1782-1834) chegou ao Brasil na comitiva da arquiduchessa Leopoldina da Austria. Participou como mineralogista, mas dedicou-se também aos estudos botânicos. Dentre as suas obras estão *Plantarum brasiliae icones et descriptiones* e *Viagem no Interior do Brasil*, relata seus estudos sobre a Província de Goiás (RIZZO, 2005). Descreve o MGG de forma harmoniosa, como fez Saint-Hilaire a se deparar com a formação florestal em uma região que predominava as formas campestres. Espécies arbóreas como acáceas são exaltadas pelas sombras que proporcionavam alívio e descansado nas longas caminhadas.

Segundo Rizzo (2005), Pohl efetivamente passou pelo MGG, quando em viagem se deslocou às margens do Rio das Almas, Jaraguá, Serra de Jaraguá e a Floresta Primitiva do MGG. Pohl (1976, apud SILVA, 2015) descreve o MMG como se segue:

As diversas e altas árvores desta floresta davam-nos sombra fresca. Acácias e loureiros da grossura de um homem e de 13 a 24 metros de altura, fetos disputando em tamanho com as palmeiras, em resumo, magníficas formas vegetais alternavam-se com altas árvores de curiosos formatos, densamente reunidas, cujos nomes, por faltarem as flores, ficam à espera de futuros naturalistas (POHL *apud* SILVA, 2015).

Ernest Heinrich George Ule (1854-1915) chegou ao Brasil em 1883. Iniciou seus trabalhos na seção de botânica do Museu Nacional e passou pela Província de Goiás. Participou da Comissão Exploradora do Planalto Central do Brasil. O primeiro relatório científico sobre o Planalto Central foi preparado pela chamada Comissão Cruis que foi enviada pelo Congresso para achar um local para a nova capital do país. Nesse relatório fez uma breve descrição da flora, dos vários

elementos topográficos do Planalto Central (WAIBEL, 1948). Adentrou na Província de Goiás por Catalão, chegando ao Meia Ponte, Goiás e a Serra Dourada (RIZZO, 2005).

O REFLORA informa 224 espécies coletadas por Pohl em Goiás. Estão distribuídas em 37 famílias, com maior destaque para Mimosaceae, Fabaceae, Melastomaceae e Asteraceae.

Algernon Weddel (1819-1877) nasceu na Inglaterra, cresceu na França, onde estudou medicina e botânica. Participou de expedições para coletar material de botânica. Em 1843 juntou-se a Francis de La Porte de Castelnau em sua expedição à América do Sul, mas deixou Castelnau em 1845 para prosseguir os seus estudos de botânica na Bolívia e no Peru. Depois de regressar a Paris, foi contratado pelo Museum d'Histoire Naturelle e empreendeu uma segunda viagem para o Peru e Bolívia, em 1851. Viajou pelo Brasil Central, principalmente com Castelnau, mas algumas vezes eles se separavam devido seus interesses pessoais (SILVA, 2013). Passou por Goiás, Serra Dourada e Meia Ponte conforme roteiro de viagem de Rizzo (2005). Dedicou-se a publicação de trabalhos oriundos principalmente das viagens a Bolívia, onde publicou *Histoire Naturelle des Quinquinas*. Coletou poucos exemplares em Goiás. Foram encontrados registros de 11 espécies, sem um ponto específico de coleta. Quase todos entre Cuiabá e Goiás.

Willian John Burchel (1782-1863) esteve no Brasil entre 1825 e 1830. Coletou materiais botânicos e realizou estudos geológicos. Viajou por Jaraguá e conheceu os limites da Serra de Jaraguá, onde teve contato com as formações florestais do MGG (RIZZO, 2005).

Burchell veio a Goiás e não deixou escritos (OLIVEIRA, 2006), mas fez desenhos que registraram a sua passagem por terras goianas. Belluzo (2000) descreve a ação do botânico como um observador das pessoas do mesmo modo que anotava a vegetação, o terreno, a arquitetura e os conjuntos urbanos.

Dentre estes naturalistas, destaca-se Auguste François César Prouvençal de Saint Hilaire. Nascido na França no ano de 1779, botânico-naturalista, que chega então ao Brasil em 1816. Em 1819 chega a Goiás,

passando 15 meses em meio a coletas de fauna, flora e minerais. Também descreveu costumes, etnografia, cultura e hábitos deste povo, escrevendo umas das principais obras sobre a fauna e flora do estado: “Visita à Província de Goiás”.

Saint Hilaire chegou ao Rio de Janeiro em julho de 1816, como membro da Embaixada da França e percorreu cerca de 2.500 léguas em um vasto itinerário, compreendendo as regiões sudeste e sul do Brasil, além do território do atual estado de Goiás (Neves et al. 2007). O naturalista chegou ao país integrando a comitiva do duque de Luxemburgo, embaixador francês designado para a corte portuguesa, sob o apoio financeiro do governo francês e do Museu de História Natural e Academia de Ciências de Paris. Coletou milhares de espécimes vegetais, minerais e animais para sua coleção, ajudando a identificar as características da flora de Goiás. Dean (1996) afirmou a importância dos estudos e coletas realizadas por Saint-Hilaire e considera como um reservatório de informações sobre os ecossistemas desse período.

Após percorrer o Estado de Minas Gerais, Saint-Hilaire chegou em Goiás. Ao se deparar com a vegetação castigada pelo clima, sua descrição em relação ao Cerrado não é tão otimista quanto a paisagem percorrida em sua viagem ao Rio de Janeiro. Descreveu a paisagem vista na Serra de Corumbá como:

[...] planalto imenso, deserto e bastante regular, coberto ora de pastagens naturais salpicadas de árvores raquíticas, ora exclusivamente de gramíneas, de algumas outras ervas e de subarbustos. Todas as plantas ressecadas pelo ardor do sol tinham uma coloração amarela ou cinza que afligia o olhar (SAINT-HILAIRE, 1975 p. 22).

Na saída do Arraial de Jaraguá encontrou o MGG, que segundo seu relato era uma mata fechada composta por grandes arbustos, árvores vigorosas com dosséis interligados, cipós entrelaçados, acantáceas e amarantáceas e em alguns trechos bambus formando uma espessa cobertura. Ainda em seus relatos, o MGG revela uma mata fechada composta por vastas clareiras abertas para o cultivo da terra e que foram

convertidas em áreas de pastagem com o capim gordura que se adaptara bem aquelas condições. Espécies como a Matomba (*Guazuma ulmifolia*) e o chichá (*Sterculia chichá*), foram avaliadas por Saint-Hilaire pertencentes apenas ao MGG não sendo encontradas em outras matas vizinhas (SAINT HILAIRE, 1975).

Por ser constituído de árvores de grande porte, o MGG trouxe alívio à caminhada de Saint-Hilaire, que viajava sob o forte ardor do sol e tédio. Ele mesmo chegou a caracterizar sua viagem à Província de Goiás como infrutífera para a História Natural por causa da seca. Vastos campos salpicados com árvores raquíticas e uma paisagem de seca total com nenhuma planta em flor constantemente aparecem em seu discurso.

As espécies botânicas descritas por Saint-Hilaire em Goiás no século XIX e registradas em sua obra “Plantas usuais dos brasileiros” podem ser verificadas no Quadro 1, que também apresenta os locais de coleta no século XIX e os usos de cada planta.

Ule, Glaziou e Burchell chegaram a coletar alguns dos espécimes conforme Quadro 1, que descreve as coletas realizadas pelos seis naturalistas em Goiás. Os locais de coleta, nos séculos XIX a XXI, foram identificados através de levantamento realizado na página do Herbário Virtual da Flora e dos Fungos (HVFF), Herbário virtual A. de Saint-Hilaire, Herbário virtual A. Glaziou e Herbário Virtual REFLORA (Quadro 1).

Nos respectivos herbários não há a localização geográfica das coletas. Os registros contam apenas com a descrição geral: Província de Goiás, Província de Goyaz, Goiás, Goyaz, Estado de Goiás, Estado de Goyaz ou alguma outra descrição relacionada ao Estado de Goiás.

De acordo com Stehmann *et al.* (2009) a família Fabaceae é a terceira maior das angiospermas, e a segunda em riqueza de espécies no Domínio Atlântico, onde ocorrem 133 gêneros e 945 espécies. Mimoso, com 105 espécies, representa mais de 10% de toda a diversidade encontrada na família. Para as coletas em Goiás, a família é a mais expressiva em diversidade de gêneros, tendo o gênero *Mimosa* coletado por Burchell, Pohl e Weddel.

Quadro 1 – Locais de coletas e usos descritos por Saint-Hilaire das espécies encontradas em Goiás no século XIX.

Espécie	Local de ocorrência citado em plantas usuais dos brasileiros	Coletor	Uso citado em plantas usuais dos brasileiros
<p><i>Strychnos pseudoquina</i> A.St.-Hil. -- Mém. Mus. Hist. Nat. 9: 340. 1822 (Quina do Campo)</p>	<p>Pastos semeados de árvores tortuosas e estioladas (tabuleiros cobertos). É encontrada em toda a parte oriental da província de Minas Gerais (o Certão ou deserto), no distrito de Minas Novas e no dos Diamantes, nos desertos de Goiás.</p>	<p>Ule</p>	<p>A casca do caule é usada como febrífuga</p>
<p><i>Ionidium poaya</i>A. St.-Hil. -- Mém. Mus. Hist. Nat. 11: 482. 1824(POA DO CAMPO)</p>	<p>oeste do Rio São Francisco, nos pastos naturais (campos) da província de Minas Gerais, e na parte meridional da província de Goiás, principalmente perto de Paracatu, de Santa Luzia de Goiás, de Meia Ponte, etc.</p>	<p>Glaziou</p>	<p>A raiz é usada como vomitivo e laxante.</p>
<p><i>Hortia brasiliana</i> Vand. ex DC. -- Prodr. [A. P. de Candolle] 1: 732. 1824 [mid Jan 1824] (QUINA)</p>	<p>comum nos pastos naturais da parte mais ocidental da província de Minas, e nas do sul da província de Goiás.</p>	<p>Glaziou</p>	<p>A casca é amarga e febrífuga</p>
<p><i>Cissampelos ovalifolia</i>DC. -- Syst. Nat. [Candolle] 1: 537. 1817 [1818 publ. 1-15 Nov 1817] (ORELHA DE ONÇA)</p>	<p>comuns nos pastos naturais do sul da província de Goiás, e nos do oeste da província de Minas, sobretudo perto da cidade de Paracatu.</p>	<p>Ule Burchell</p>	<p>As raízes são utilizadas como febrífugas.</p>
<p><i>Oxalis cordata</i> A. St.-Hil. -- Pl. Us. Bres. t. 45.</p>	<p>Essa espécie se acha num pequeno monte chamado de Morro do Tisão, não longe do vilarejo de Corumbá, na parte meridional da província de Goiás.</p>	<p>Burchell</p>	<p>As folhas são utilizadas como febrífugas.</p>

Para a espécie *Strychnos pseudoquina* foram encontradas coletas mais atuais realizadas na Microrregião de Ceres, no então Mato Grosso de Goiás, no município de Barro Alto em 1992 (REFLORA). Para as demais espécies não há registro nos herbários virtuais das cidades que compõem a Microrregião de Ceres, mas há registros nas proximidades como Jaraguá, Corumbá, Pirenópolis e Goiânia.

Em relação à utilização das plantas indicada por Saint-Hilaire em sua obra, algumas atividades foram confirmadas por estudos biológicos, e outras vem sendo alvo de estudos fitoquímicos. A espécie *Strychnos pseudoquina* apresentou ação anti-inflamatória (CÔRTEZ et al., 2013) e hipoglicemiante e cicatrizante (HONÓRIO et al., 2008).

A espécie *Hortia brasiliiana* apresentou ação antimicrobiana para patógeno da tuberculose (SEVERINO et al., 2015). É possível observar que a maioria das plantas nativas utilizadas no século XIX ainda carece de estudos que comprovem sua atividade terapêutica.

Os relatos dos viajantes naturalistas são alguns dos elementos fundamentais na construção da história ambiental e reconstrução da paisagem. Ao longo de suas viagens pela Província de Goiás, percorreram diversos tipos de formações fitofisionômicas do Cerrado, coletando e descrevendo várias espécies que compõem a flora de Goiás.

A metodologia utilizada na pesquisa revelou a importância dos trabalhos dos naturalistas para a reconstrução da história ambiental no MGG. Essas informações são importantes, uma vez que, vão subsidiar os trabalhos e pesquisas que estão sendo realizadas nos fragmentos florestais do MGG, avaliando a transformação da paisagem e fragmentação de habitats.

Rizzo (1996) ao finalizar o percurso feito por Saint Hilaire ressalta que qualquer ação para recompor ou restituir as características primitivas de uma área degradada implica em gastos elevados e grandes esforços. A exuberância das formações florestais descritas pelos relatos, já se encontram em estágio avançado de fragmentação e perda de biodiversidade.

Por meio das pesquisas em herbários virtuais foram encontrados registros de coletas, no século XIX, das espécies descritas pelos naturalis-

tas no estado de Goiás, incluídas na obra de Saint-Hilaire “Plantas usuais dos brasileiros”. Foram identificadas as coletas realizadas na Microrregião de Ceres e próximas ao Mato Grosso de Goiás e essas informações permitirão a verificação da ocorrência dessas espécies na atualidade.

Referências

- BARBALHO, M. G. da S; SILVA, S. D.; GIUSTINA, C.D. Avaliação Temporal do Perfil da Vegetação da Microrregião de Ceres Através do uso de Métricas de Paisagem. *Boletim Goiano de Geografia*, vol. 35, núm. 3, 2015.
- BELUZZO, Ana Maria de Moraes. *O Brasil dos viajantes*. 3. ed. São Paulo: Fundação Odebrecht; Metalivros; Ed. Objetiva, 2000.
- BERTRAND, Georges. Paisagem e geografia física global: esboço metodológico. *Caderno de Ciências da Terra*. Instituto de Geografia da Universidade de São Paulo, n.13, 1972.
- BOAVENTURA, D. M. R. *Urbanização em Goiás no século XVIII*. 2007. Tese (Doutorado em Urbanismo)- Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, 2007.
- BRANDÃO, Maria das Graças Lins. *Plantas Úteis de Minas Gerais e Goiás na Obra dos Naturalistas*. Belo Horizonte: Museu de História Natural e Jardim Botânico da UFMG, 2015.
- CORTES, M. A. et al. Immunomodulation of human blood phagocytes by Strychnos pseudoquina ST. HILL adsorbed to polyethylene glycol (PEG) *Polímeros*, v. 23, p. 402–409, 2013.
- DEAN, W. *A ferro e fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira*. 1. ed. São Paulo: Cia. das Letras, 2004.
- DOURADO, G. M. *Belle Époque dos Jardins – Da França ao Brasil do século XIX e início do XX*. Tese (Doutorado). 215 p. Escola de Engenharia de São Carlos da Universidade de São Paulo, 2008.
- DRUMMOND, Jose Augusto. A história ambiental: Temas, fontes e linhas de pesquisa. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 4, n. 8, 1991.
- FAISSOL, Speridião. O “Mato Grosso de Goiás”. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); Conselho Nacional de Geografia, 1952.
- GLAZIOU, A. *Plantae Brasiliae centralis a Glaziou lectae, Liste des Plantes du Bresil Central recueillies en 1861-1895* (Mem. Soc. Bot. France 3. 1905-1913). 1895. Disponível em: <http://biodiversitylibrary.org/page/3461395>. Acesso em: 03 jun. 2016.

HALLER, A. et al. *Os Níveis de Desenvolvimento Socioeconômico da População da Amazônia Brasileira*. História, Ciências, Saúde – Manguinhos, vol VI (suplemento), julho 2000. p. 941-973. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-59702000000500010> Acesso em: 10 dez. 2016.

HONORIO-FRANÇA, A.C. et al. Evaluation of hypoglycemic activity and healing of extract from amongst bark of “Quina do Cerrado” (*Strychnos pseudoquina* ST. HILL). *Acta Cir Bras.*, v. 23, n. 6, p. 504-510, 2008.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Senso Demográfico 2010. Disponível em: <http://censo2010.ibge.gov.br/>. Acesso em: 20 mar. 2018.

KLINK, Carlos A.; MACHADO, Ricardo B. A conservação do Cerrado brasileiro. *Megadiversidade*, v.1, n. 1, 2005.

KURY, Lorelai. Viajantes e Naturalistas do Século XIX. In: PEREIRA, Paulo Roberto (Org). *Brasíliana da Biblioteca Nacional – Guia de Fontes sobre o Brasil*. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional/Nova Fronteira, 2001.

LEANDRI, J. 1963 Un botaniste français pionnier de la floristique brésilienne: Auguste-François-Marie Glaziou (28 août 1828-30 mars 1906) et ses collections au Muséum Adansonia. Disponível em: http://www.bhl-europe.eu/static/a059zw6f/a059zw6f_full_pdf.pdf. Acesso em: 06 jun. 2016.

MCCEERY, D. *Frontier Goiás, 1822-1889*. Stanford: Stanford University Press, 2006.

MYERS, N. et al. Biodiversity hotspots for conservation priorities. *Nature*, London, v. 403, p. 853-858, 2000.

NASH, R. F. *Wilderness and the American mind*. New Haven/London: Yale University Press, 1982.

NEVES, G. R.; MARTINS, L. B.; RADTKE, M. P. *Mapa dos Itinerários de Saint-Hilaire; Viagem ao Rio Grande do Sul*, 2007. Disponível em: www.ihgrgs.com.br. Acesso em: 23 nov. 2015.

OLIVEIRA, A. M. V. de. *Representações do lugar: o espaço construído goiano*. IX SEMINÁRIO DE HISTÓRIA DA CIDADE E DO URBANISMO. São Paulo, 4 a 6 de setembro de 2006.

POHL, Johann Emanuel. *Viagem no Interior do Brasil*. São Paulo: Itatiaia, 1976.

RELATÓRIO MISSÃO CRULS. Rio de Janeiro, novembro de 2003. Disponível em: http://brasiliapoetica.blog.br/site/images/stories/relatorio_missao_cruls.pdf. Acesso em 08 dez. 2016.

RIZZO, José Ângelo. *Percurso de dez naturalistas*. Goiânia, Editora UFG, 2005.

- SAINT-HILAIRE, A. *Viagem à província de Goiás, 1779-1853*. Tradução: Regina Regis Junqueira; apresentação de Mário Guimarães Ferri. Belo Horizonte, Editora Itataia; São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, Coleção Reconquista do Brasil. 1975.
- SANO, Edson E. et al. Mapeamento semidetalhado do uso da terra do Bioma Cerrado. *Pesq. agropec. Bras.*, Brasília, v. 43, n. 1, p. 153-156, 2008.
- SARNAGLIA, M. O Brasil sob o olhar estrangeiro: um estudo da obra dois anos no Brasil de Auguste François Biard. Caderno de resumos e Anais do 6º Seminário Brasileiro de História da Historiografia. A historiografia: balanço e perspectivas. Ouro Preto: EdUFOP, 2012.
- SEVERINO, M.F.G.F. et al. activity of crude extracts and compounds isolated from *Hortia oreadica* (Rutaceae Determination of the antibacterial) against oral pathogens. *Microbiol.*, p. 535–540, v. 40, 2009.
- SILVA, V. L. da. *Herança de um Brasil Central: Aspectos do Patrimônio Indígena Brasileiro na Ótica dos Viajantes e Pesquisadores Não Brasileiros de Alexandre Rodrigues Ferreira a Claude Lévi-Strauss*. Dissertação (mestrado). Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande, 2013.
- SILVA, S. D; BARBALHO, M. G. da S; FRANCO, J. L.de A. Expansão sucroalcooleira e a devastação ambiental nas matas do São Patrício, microrregião de Ceres. *Histórias, Histórias*. Brasília, v. 1, n. 1, 2013.
- SILVA, S. D. Os estigmatizados: distinções urbanas às margens do rio das Almas em Goiás (1941-1959). Tese (Doutorado em História). Universidade de Brasília, 2008.
- SILVA, S. D; FRANCO, J. L. A; DRUMMOND, J. A. Devastação florestal no oeste brasileiro: colonização, migração e a expansão da fronteira agrícola em Goiás. *Revista de História Iberoamericana*, v. 8, n. 2, 2015.
- STEHMANN, J.R; FORZZA, R.C; SALINO, A; SOBRAL, M; COSTA, D. P.; KAMINO, L. H. Y. (Org.). *Plantas da Floresta Atlântica. Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa Jardim Botânico do Rio de Janeiro*, v. 1, 2009.
- TURNER, F. J. *The frontier in American history*. Mineola, New York: Dover Publicatons, 2010.
- WAIBEL, Leo. Vegetação e o Uso da Terra no Planalto Central. *Revista Brasileira de Geografia*, n. 3, Ano X, 1948.
- WAIBEL, Leo. *Capítulos de Geografia Tropical e do Brasil*. Rio de Janeiro: IBGE, 1958.
- WEBB, W. P. *The great frontier*. Las Vegas: University of Nevada Press, 2003.

21.

A conquista do sertão: os “rejeitados da história” e a identidade nacional

Keyde Taisa da Silva
Poliene Soares dos Santos Bicalho
Fernando Lobo Lemes

Para início de conversa...

O Brasil, por suas grandes dimensões territoriais, representou importante desafio quanto à sua ocupação e governabilidade, já que representou, até pouco tempo atrás, uma incógnita, especialmente em sua porção Norte e Centro-Oeste, que demandou quatro séculos para ser efetivamente conhecida. Tratava-se, aos olhos do Brasil ‘civilizado’ e oficial, de uma porção de terra que guardava riquezas e possibilidades, que precisava ser integrada ao país que se estendia a partir do litoral e adentrava o interior desconhecido. Já no final do século XVIII, esse Brasil já era conhecido através das lentes de estudiosos que buscavam, em incursões pela mata e pelos mistérios da vida indígena, captar a essência de um povo selvagem, que retomava o que de mais ‘primitivo’ poderia existir no mundo.

Porém, integrar o sertão – e aqui entenderemos o termo sertão como as áreas consideradas despovoadas ou ainda não acessadas pelo colonizador, em contraposição ao litoral, povoado e em pleno desenvolvimento – era uma missão a ser realizada em nome de uma brasilidade a ser construída.

Os missionários salesianos foram os primeiros que se lançaram à procura de indígenas a serem catequisados, aldeados e domesticados. Muitas foram as “vítimas” que receberam o catecismo e a religiosidade católica, mostrando uma resistência velada, como almas inconstantes (VIVEIROS DE CASTRO, 2002), pois mesmo com a introdução de símbolos de uma religião estranha e a insistência dos padres, teimavam em manter seus ritos e mitos, escandalizando religiosos impotentes frente à luta pela sobrevivência dos nativos.

Em seguida, a Comissão Rondon (1907-1915), com a construção das linhas telegráficas que ligariam o Mato Grosso à Amazônia, proporcionava uma comunicação rápida, útil na defesa das fronteiras nacionais e ferramenta para a integração definitiva do Norte e Centro-Oeste ao Brasil. Como nem tudo são flores, o processo de incursão da Comissão foi bastante invasivo para os índios, que tiveram um papel fundamental no progresso da região, com seu conhecimento sobre a natureza, aliados às técnicas e equipamentos de Rondon. Aliás, em que pese sua convivência próxima aos indígenas, não conseguiu levar toda a importância da contribuição dos nativos para a escrita da história brasileira.

O “sertão”

Durante a última década do século XIX, tem início no Brasil a Primeira República que, segundo Ferreira e Gomes, “emerge como um período estratégico para a articulação de interesses de um ator político relevante como a burguesia comercial e industrial, permitindo reflexões mais refinadas sobre as linhas de continuidade e descontinuidade do pré e do pós-1930” (1989, p. 263). Desencadeado através da proclamação da República em 1889, se estende até 1930, com a Era Vargas, trazendo uma carga de acontecimentos intensos com relação à temática indígena e o seu contato com a civilização, em especial daquelas populações que habitavam o “sertão” do Brasil.

A definição do termo “sertão” é uma tarefa bastante complexa, já que se trata de palavra carregada de significações ideológicas. De início, não pode ser definido geograficamente, como um lugar, uma vez que não se define por características relacionadas à sua composição ou

arranjo de elementos em uma paisagem. Os elementos do meio natural não são suficientes para lhe conferir originalidade.

O sertão também não se deixa qualificar pela intervenção humana no espaço. As obras humanas não conseguem imprimir no espaço a essência do sertão, pois em muitas citações inerentes a tal caracterização, os “vazios demográficos” (MACHADO, 1995) são evocados para definir a ausência ou invisibilidade da presença humana. Dessa forma, não podemos qualificá-lo como uma materialidade criada pelo convívio social em algum lugar físico. Não se trata do produto de processos naturais, tampouco de processos sociais.

Descrever o sertão tem sido uma problemática complexa para o campo da Geografia, já que ele pode assumir tantas configurações quanto há entendimentos. Moraes (2002, p. 95) diz que “descrever os sertões tem sido uma das metas mais praticadas pelo labor geográfico no Brasil, aparecendo mesmo como um elemento forte de legitimação desse campo disciplinar em diferentes conjunturas históricas do país”.

Diante de discussão tão complexa, podemos concluir que o sertão não é um lugar. O sertão é uma condição, que pode ser atribuída a vários lugares completamente diferentes entre si. É um símbolo associado a determinadas localidades, oferecendo-lhes qualidades valorativas. Se é um símbolo, então pode ser considerado como uma ideologia geográfica, mas não uma materialidade. Nesse sentido, “a adjetivação sertaneja expressa uma forma preliminar de apropriação simbólica de um dado lugar” (MORAES, 1988). Tomando por base a definição simbólica do sertão, consideremos a célebre afirmação de Guimarães Rosa, segundo a qual “o sertão está em toda parte” (ROSA, 1988), como escolha conceitual para fins do presente estudo.

Para Nísia Trindade Lima (LIMA, 1998, p. 22), sertão e litoral surgem no pensamento social brasileiro como imagens de grande força simbólica, expressando os contrastes das diversas formas de organização social e cultural. Neste sentido, sertão é um termo utilizado para se contrapor ao conceito de litoral nos estudos que buscam a compreensão do Brasil no período da Primeira República. Portanto, no contexto

deste artigo, será utilizado para identificar as fronteiras Norte e Centro-Oeste do país em tal recorte temporal.

Esse conceito remete a uma ideia de espaço vazio, de uma imensidão desértica que esperava ávida pela “conquista”. Essa parte do país era uma incógnita e se constituía em fonte de questionamentos tanto intelectuais quanto políticos. Além disso, era portadora de um dilema da formação do Brasil enquanto nação e território, carregando consigo o selo da brasilidade, já que era um espaço limpo, ermo e distante, onde poderiam estar aqueles que carregariam as características da originalidade do povo brasileiro. Ali poderia ser construída a alma e o corpo da pátria. Dessa maneira, eram terras amplamente cobiçadas, exploradas, temidas e começavam a atrair o interesse de agentes sociais, que vislumbravam estabelecer novas formas de ocupação e exploração.

Esse estigma construiu, para o sertão, uma imagem elaborada a partir de perspectivas e ideias que, do litoral, vislumbravam o interior com seus mistérios e possibilidades. Definir o Norte e o Centro-Oeste do país como “sertão” significou, naquela conjuntura, projetar sua valorização futura. Espaço propício para a expansão, passível de receber fluxos econômicos e fábricas de poder, se considerarmos que era uma vasta área de soberania incerta.

A dualidade do termo é forjada para enfatizar a diferença, tendo em vista que o sertanejo representa uma posição de negatividade, de subordinação ao litoral, que representava a positividade, a hegemonia. Assim, o sertão é definido em valores contrapostos (SOUZA, 1997, 101). Dessa forma, a denominação sertaneja – seja qualificando tipos sociais ou paisagens – recobre as áreas de fronteira da ocupação nacional em cada conjuntura considerada, nomeando os lugares de povoamento frágil e transitório como as frentes pioneiras e outros espaços de litígio patrimonial (MARTINS, 1998).

Para Souza (1997), o litoral foi a base de construção da nacionalidade brasileira recebida de além-mar. Neste sentido,

[...] a fórmula regenerativa para a nacionalidade imperfeita vai buscar nos lugares de sertão a matéria-prima para se fazer outro país. O palpite de que lá nos interiores se guarda o substrato do Brasil ideal se mostra com as constatações de que “além, muito longe daquelas alvas praias arenosas, existe um mundo ignoto mas cheio de excelências e outra gente, não polida mas sobremaneira varonil, inculta, mas generosa, necessário esta e imprescindível aquela à realidade brasileira (SOUZA, 1997, p. 100).

Assim, apreender o desbravamento do sertão, iniciado com as Bandeiras, se faz uma ação necessária para dar o acabamento fino à construção da nação brasileira. Desconstruir a imagem de lugar de barbárie atribuída no período imperial era fundamental. Para isso, uma apropriação legítima através de uma grande obra civilizadora seria a tacada de mestre. Conhecer, conectar, integrar, povoar, ocupar, são metas que contrapõem a modernidade ao sertão, qualificando-o como o espaço-alvo de projetos modernizantes, tendo como destaque o estabelecimento de comunicações, notadamente por meio do telégrafo e de ligação ferroviária (HARDMAN, 1988).

Nessa conjuntura, a população indígena que habitava os sertões representava o ingrediente perfeito para os feitos colonizadores, que poderiam em uma tela em branco colorir, à sua maneira, a brasilidade. Em especial, no período da Primeira República, muitos contatos foram travados com estas populações, deixando marcas mais ou menos intensas, havendo em todos, além de trocas importantes, violência e imposição cultural, mais fortemente destrutivas para os indígenas, considerados “selvagens” sem nenhuma humanidade.

Os índios sertanejos e a “civilização” – começando uma história

Os indígenas habitavam o território brasileiro muito antes de ele ser constituído enquanto tal. Por ocasião da chegada do homem branco europeu, o contato intensifica-se à medida que a ocupação avança pelo interior do Brasil. A aproximação mais intensa entre colonizadores e indígenas começa a acontecer ao final do século XIX, quando políticas de ocupação territorial passam a povoar as intenções do governo brasi-

leiro. Antes disso, a figuração da temática indígena nos registros históricos é bastante restrita. Luís Palacin discorre sobre a presença e a ausência do indígena na história goiana. Segundo o autor, a relação entre mineiros e indígenas foi marcada por choques constantes, já que “desde o início, o relacionamento entre mineiros e índios foi hostil, uma situação permanente de latente estado de guerra” (1992, p. 61). Para o estudo da presença indígena na memória, o autor lança mão de documentação oficial, como relatórios de presidentes da Província, relatos de viajantes e para reforçar a tese do esquecimento, interpreta trovas, contos populares, fábulas e o folclore regional, utilizando-se da memória coletiva para indicar a ausência da temática indígena.

Fernando de Tacca, corroborando com a tese de Palacin, diz que “o indígena tem uma representação muito pequena e quase imperceptível durante todo o século XIX”. A maioria dos escassos documentos encontra-se nos arquivos de países como França, Itália, Alemanha e Portugal, já que são oriundos de estudos encomendados, à época, pela Coroa ou feitos por estrangeiros. O objeto desses estudos também é bastante restrito, abstraindo da infinidade de etnias indígenas apenas algumas, como os Bororo e os Botocudos, talvez pela sua exuberância e aparência mais exótica.

Numa imagem dos índios Bororo do Mato Grosso, datada de 1880, Marc Ferrez registra, de forma domesticada, um grupo de indivíduos onde o “selvagem” aparece em meio ao aparato fotográfico, dando a impressão de que mesmo cercado pelo aparelho governamental, a tradicionalidade desses povos continua a existir. Neste aspecto, “A natureza e seu habitat deixam de ser importantes, são representações e pano de fundo para a imagem. Seus olhares diretos e nobres ignoram as agonias do contato” (TACCA, 2001, p. 8).

Segundo Tacca, em meados da década de 1850 algumas imagens foram realizadas na França por E. Thiesson tendo por objeto índios denominados Botocudos (pertencentes ao grupo linguístico Krenak), levados para aquele país para apresentação em eventos científicos e para serem expostos (TACCA, 2001, p. 84). Estes retratos de Marc Ferrez serviam também para estudos etnográficos, que buscavam imprimir

um caráter científico às buscas por selvagens brasileiros, transformando-os em cobaias para os mais diversos experimentos como, por exemplo, uma foto em que se pode observar uma mulher da etnia Botocudo, do Sul da Bahia, carregando uma criança, retratada ao lado de uma espécie de régua, caracterizando a sua medição.

Durante o século XIX, estudiosos e fotógrafos utilizaram a temática indígena como pano de fundo de seus trabalhos, apresentando o Brasil na Europa a partir de seus nativos, que expressavam a “brasiliidade” de um país selvagem. Para Tacca (2001), na visão de Andreas Valentin, a vasta produção presente em álbuns comparativos, em cartões postais (colorizados) e revistas científicas forjaram uma primeira e referente visão sobre a Amazônia e seus povos das florestas no imaginário europeu. A produção científica, especialmente do final do século, traz um caráter exótico dos nativos nos trópicos, atendendo à curiosidade do mundo europeu. Tacca (2001, p. 98) diz que as fotografias do período transitam entre o exótico distante e uma primeira tentativa de presença etnográfica como informação.

Os povos Botocudos do Espírito Santo, também foram alvos das câmeras do fotógrafo Walter Garbe, na década de 1900. Tacca (2001, p. 90) relata que os índios foram registrados em atividades diversas, “fazendo fogo, catando piolhos em cabeças, tocando flautas ou uma simulação de caça, além de retratos muito descontraídos, sem olhares medrosos perante a câmera, e mais de curiosidade sobre o evento fotográfico”.

Outro fotógrafo que se destaca nos registros etnográficos é o alemão Paul Ehrenreich. Segundo Tacca (2001, p. 92), ele participou de uma expedição ao Xingu entre os anos 1887 e 1889, registrando a vida indígena em poucas fotos, encontradas por Pedro Karp Vasquez em sua pesquisa sobre fotógrafos alemães no Brasil no século XIX.

Mesmo com muitos pesquisadores à procura dos melhores exemplos de vida indígena, acessada como meros exemplares do exótico e extraordinário, o contato ainda pode ser considerado incipiente nas fronteiras longínquas do Brasil, até meados do século XIX. Nas regiões Centro-Oeste e Norte – o sertão do país – muitas áreas ainda eram consideradas selvagens e desconhecidas.

Salve-se quem puder: as missões salesianas no sertão

No final do século XIX, quando da chegada de muitos destes pesquisadores, como os fotógrafos George Huebner, Walter Garbe entre outros tantos, boa parte das mais variadas etnias indígenas já estavam em contato com os salesianos europeus, que tinham a missão de catequisar os nativos. A relação entre os padres salesianos e os indígenas marcou o início dos contatos interculturais no sertão, caracterizada por tensões, conflitos, resistências, acomodações, negociações e trocas.

Muitas missões salesianas foram direcionadas ao Brasil com a finalidade de, segundo Montero,

1) oferecer uma boa educação para os filhos dessa elite modernizadora e uma profissão para os jovens migrantes urbanos; 2) assegurar, com a ajuda dos missionários, a “pacificação” dos “selvagens” para permitir a introdução de atividades econômicas produtivas nos territórios do interior do país (2007, p. 50).

A realidade do Brasil era de muitas alterações, provocadas por uma série de ideias progressistas que começavam a surgir entre os grandes plantadores de café, que ainda utilizavam o trabalho escravo em suas terras, mas que já ouviam notícias sobre o uso das máquinas na manufatura provenientes da Corte. As atividades econômicas no Brasil se desenvolviam e tomavam novas proporções, gerando demandas que a população trabalhadora já não conseguia atender, além de requerer novos espaços para produção, que vislumbrava, agora, os horizontes abertos pela introdução das máquinas no processo produtivo. Era indispensável tanto força de trabalho quanto o espaço para produzir, exigindo, assim, a abertura de novas fronteiras.

Nesse contexto, as missões salesianas seriam de grande utilidade, principalmente para atender aos objetivos da Coroa, pois poderiam ensinar os bons modos aos “brasileiros”, oferecendo-lhes a educação que os tornariam integrados às novas formas de civilidade urbana. Com esse modelo de civilidade e formação integral da juventude, a congregação chega ao Brasil e funda, em 1883, o Colégio Santa Rosa, em Niterói, no Rio de Janeiro, e, em seguida, mais quatro liceus em São Paulo

(MONTERO, 2007, p. 51). Estes institutos nascem com o intuito de ser instrumento de transformação dos filhos das classes pobres em “cidadãos úteis à pátria”, uma vez que a “escola do trabalho é uma das importantes virtudes civis” (AZZI, 2000, p. 108).

Porém, esses “filhos das classes pobres” eram, em sua maioria, os filhos dos indígenas, receptores, portanto, da educação salesiana que tinha por bandeira a universalidade da “civilização” como condição humana. Na década de 1890 a congregação se instala no Mato Grosso, a fim de se tornar um apoio da atividade missionária com os índios do sertão. A intenção era, se inspirando no trabalho feito em liceus de artes e ofícios, introduzi-los em uma escola agrícola ensinando o trabalho com a terra e, ao mesmo tempo, adestrando o corpo e o espírito dos indígenas. Apenas na década de 1900 o instituto consegue terras para se instalar e recursos financeiros provenientes do governo provincial.

No início do século XX ocorre a instalação de colônias agrícolas, como foram chamadas as missões salesianas, racionalizando o trabalho com base em princípios científicos e tecnológicos de produção. A tradição indígena, porém, tendo em vista sua sobrevivência provida através da caça e da pesca, estava baseada em costumes totalmente opostos. A forma de apropriação de bens, uso do tempo e do território, diferentes entre os dois povos, causa estranhamento entre os indígenas e os religiosos. Muitos fugiram das colônias, por não se adaptarem ao estilo de vida que lhes era imposto, outros permaneceram e foram incorporados ou “integrados” à sociedade da época. Muitos deles mostravam sua resistência de outros modos, como os Bororo que, mesmo sendo alvos de forte influência salesiana, mantiveram seus hábitos, como é registrado no Boletim Salesiano de 1907:

Embora os adultos não se opusessem à cristianização dos jovens e sua freqüência às missas, oficinas, escolas, catecismo, os resultados, a longo prazo, não foram considerados satisfatórios. Os Bororo continuavam a realizar as cerimônias de iniciação dos meninos quando estes atingiam a idade prescrita pelos costumes ancestrais. O padre Balzola relatou o caso da iniciação de quatro jovens batizados, que provocou uma certa tensão

entre os pais e ele. Ao opor-se ao ritual, justificava que estes jovens, por terem sido batizados, não precisavam mais ser iniciados nos rituais que os introduziam no mundo dos adultos. A apelação do religioso não teve efeito algum, “o Bari e os capitães desculpavam-se, dizendo que era preciso fazer assim, porém que seria a última vez e que os despachariam imediatamente. Que quer que faça? Era preciso ter paciência!” (BOLETIM SALESIANO, 1907, p. 402).

O ato de inserir os índios em atividades as quais eles não tinham familiaridade certamente atendia a propósitos maiores, especialmente à introdução de atividades econômicas produtivas nos territórios do interior do país, utilizando, para isso, mão de obra local, como ocorria desde o início do processo de colonização europeia na América. Segundo Rafael Chambouleyron (2010, p. 121), o envolvimento de indígenas em atividades econômicas, consideradas importantes pela Coroa portuguesa, como o plantio do tabaco, da cana-de-açúcar e do cacau, se constitui em estratégia de arregimentação de mão de obra local e ocupação produtiva das terras. Por essa via, fica evidente a intencionalidade do governo em integrar o índio à “civilidade brasileira”, uma vez que “o ato de colonizar está revestido da ideia de domínio sobre as terras e as populações” (LARANJEIRAS, 1983). No decorrer do século, a intencionalidade governamental para com os indígenas não se alterou significativamente e o histórico do contato continuou a ser de perversidade em relação às populações indígenas, especialmente aquelas situadas no sertão brasileiro.

Interligações: a comissão Rondon

O período da Primeira República, ou República Velha, como ficou mais conhecido, foi caracterizado por ampla tentativa republicana de integrar os sertões do noroeste à vida social e econômica do país. Porém, essa tarefa não era nada simples, pois não existiam caminhos por terra que ligassem essas regiões ao Rio de Janeiro, a capital federal. Outra preocupação republicana era a segurança da nação que, com territórios desprotegidos, sofria grandes riscos. Era preciso, portanto, promover a integração nacional.

A Guerra do Paraguai (1864-1870) foi o estopim para o governo brasileiro se dar conta da necessidade e urgência de um canal de comunicação eficaz entre a capital e as áreas mais isoladas, especialmente as áreas de invasão estrangeira durante o combate – áreas de fronteira. Esse conflito e seus reflexos suscitou a indispensabilidade de se expandir as linhas telegráficas para o interior do país. A esse respeito, Laura Maciel afirma que

A precariedade e a demora nas informações sobre o desenrolar do conflito mostrariam às populações urbanas e à administração do Império as inúmeras vantagens do telégrafo enquanto um meio de comunicação rápida. Nem mesmo na corte as notícias sobre a guerra poderiam ser acompanhadas com a rapidez que o conflito exigia (MACIEL, 1998, p. 48).

Nesse cenário, foi criada a Comissão Construtora da Linha Telegráfica em 1891, responsável pela ligação entre Goiás e Mato Grosso, sob o comando do Major Antônio Ernesto Gomes Carneiro, que finaliza as obras em 1898. Os interesses da comissão eram bem diversificados incluindo a instalação da rede telegráfica na parte norte do país, a integração do território nacional, o reconhecimento territorial de rios, levantamentos topográficos, correção de mapas, incremento de lavouras, inspeção de fronteiras, até a promoção de análises geológicas, botânicas e zoológicas.

Os anos se passavam, o isolamento regional persistia e a temática da integração era pauta da discussão entre intelectuais do país. Lado a lado com a integração, a modernização ganhava forças, impulsionada pelo cenário internacional que fervilhava. Assim, em 1907 é criada nova comissão de linhas telegráficas pelo então presidente Afonso Pena. Desta vez, a linha faria o contato entre o Mato Grosso e o Amazonas e o chefe da comissão seria Cândido Mariano da Silva Rondon. Essa linha era de importância estratégica e faria muito mais do que apenas ligar dois pontos distantes. Ela já tinha por objetivo, diferente das primeiras, promover o povoamento e defesa do território nacional. Neste sentido, ressalta Maciel (1998, p. 100):

Mais que uma racionalidade de ordem econômica ou uma ideia do telégrafo como “propulsor do progresso” e do desenvolvimento, eram razões estratégicas de povoamento e defesa do território as justificativas e alavancas para a construção de uma linha telegráfica entre Mato Grosso e Amazonas.

O telégrafo era a grande esperança da época, e tinha em si a ideia de ser o precursor da ‘civilização’, de levar o desenvolvimento ao sertão do Brasil, integrando e criando uma cultura nacional. Mas, além dessas expectativas, vinha carregado de intencionalidades, já que a preocupação do Estado não se limitava a apenas estabelecer meios de comunicação com o Norte. Além disso, facilitar o processo de vigilância das fronteiras era um dos objetivos da Comissão. Dessa forma, a Comissão de Linhas Telegráficas Estratégicas do Mato Grosso ao Amazonas (CLTEMTA) nasce, em 1907, com valor estratégico importante para a incorporação, ocupação e conhecimento do sertão brasileiro.

Além da instalação das linhas, a Comissão contou com atividades de exploração territorial, demarcação, proteção de fronteiras e estudos científicos, tornando-se importante espaço de produção de ciência no Brasil. No momento em que o país buscava forjar uma identidade nacional, o projeto chefiado por Rondon iniciava um redesenho do mapa nacional, permitindo incluir nele territórios e povos que, até o momento, eram ignorados. Desde o início a questão central era muito mais simbólica do que física, mais do que conectar dois pontos separados no espaço. A questão sempre foi a dominação de terras e de pessoas.

No tocante à questão indígena a Comissão Rondon foi única na tarefa de demarcar terras, estudar usos, costumes, línguas e, principalmente, diferenciar as dezenas de etnias, espalhadas pelo território brasileiro. Iniciava-se, assim, um processo de inclusão integracionista, criticado posteriormente, devido às grandes perdas humanas e culturais decorrentes dessa experiência. Além da conexão física entre o sertão e o Rio de Janeiro, a Comissão promoveu uma ligação identitária entre dois “Brasis” que não se conheciam.

Durante o trabalho da Comissão Rondon, o contato com as populações indígenas foi bastante intenso, considerando que as atividades eram realizadas em locais até então inexplorados. Na maioria das vezes, os indígenas foram vistos como entraves para a colonização e condenados ao extermínio. Porém, durante sua incursão Brasil adentro, a Comissão buscou criar nova visão a respeito desses brasileiros, através de uma rica imagética registrada pela equipe sob o comando do Tenente Luiz Thomaz Reis, cineasta e fotógrafo incumbido de registrar o processo de desbravamento e construir uma imagem de homem forte e destemido para o Marechal Rondon.

A imagética construída buscou imprimir ao indígena uma dimensão mais plural, inserindo-o nos quadros sociais do país como povos representativos da identidade nacional. A construção do índio romântico, genérico e primitivo, veiculada até então no cenário nacional e internacional, é desconstruída por Rondon, que dá ao índio características do “bom selvagem”¹ (TACCA, 2001), ou seja, de um selvagem que deixa-se pacificar, tornando-se útil no desbravamento do sertão, por ser exímio conhecedor daqueles lugares, mas também por ser a força de trabalho disponível.

A veiculação das informações e imagens produzidas por Rondon era parte importante da criação, no imaginário do país, de um sertão habitável, possível de ser ocupado e promissor. Dessa maneira, forjar uma imagem positiva era de suma importância e, conforme revela Tacca, a produção da Comissão “formava o imaginário das populações das cidades sobre o sertão e sobre os povos indígenas” (2001, p. 18).

Os índios brasileiros, desde o início da colonização, quando não se deixavam “civilizar”, opondo-se à catequese ou à conquista de seus terri-

1 A teoria do “bom selvagem” é amplamente trabalhada na obra de José de Alencar. O personagem Peri, do romance *O Guarani* tem sua origem inspirada na teoria do “bom selvagem” de Rousseau. Nesta teoria, o homem primitivo e selvagem é bom e puro por natureza – o oposto do homem civilizado, que é corrompido e cheio de mazelas. A obra de Alencar está voltada para a idealização heroica do índio, os valores como o bem, o belo, o justo e o verdadeiro são destacados no decorrer da narrativa levando o leitor à imaginação mítica.

tórios, sofreram com uma política de escravidão e extermínio. E assim foi até meados do século XVIII, quando o extermínio deixa de ser físico e passa a ser identitário, confinados em aldeamentos governados por não indígenas. No início do século XIX, a maneira de lidar com os indígenas se altera, em decorrência dos ideais de José Bonifácio de Andrada e Silva², e que, posteriormente, seria adotado por Rondon, baseados na ideia de que o meio social que circundava os índios não era correto para sua civilização (ERTHAL, 1992). Nessa perspectiva, se fossem apresentadas aos índios as vantagens da civilização ocidental, eles se aproximariam espontaneamente.

Para Lima, a civilização de Rondon para os índios ia além de uma exploração pura e simples. Trazia a ideia de povoação, de dar aos indígenas meios para se integrar ao novo Brasil moderno. Em suas palavras,

A civilização dos índios – assunção de valores básicos do conquistador pelos seus aliados nativos gerando auto-reconhecimento – dependeria apenas da presença de um Estado imaginado enquanto nacional: os passos básicos implícitos no ato de civilizar seriam tomar os nativos como mão de obra dentro de uma economia de mercado e a incorporação (no sentido de fazer corpo) da língua, vestuário, religião e outros costumes do povo conquistador (LIMA, 1995, p. 122).

Os índios, no processo de contato, absorvem elementos das culturas com as quais convivem, passam a se parecer mais com o colonizador, aprendem sua língua, adquirem costumes novos, porém, mesmo com uma situação de intenso contato, sofrem violências que não retiram

2 Sobre as ideias de José Bonifácio de Andrada e Silva a respeito dos os indígenas, Bicalho comenta que ele enxergava na miscigenação uma solução para o Brasil. “Por mais que o projeto de integração proposto seja considerado atualmente, como de fato o é, etnocêntrico, conservador e elitista, Bonifácio evidenciou temas sobre a política indigenista que foram retomados ao longo do século XIX e por todo o século XX. Educação, saúde e trabalho foram assuntos por ele tratados minuciosamente e, embora os meios apresentados sejam questionáveis, não se pode ignorar que algumas de suas ponderações o colocam à frente do seu tempo.” (BICALHO, 2010, p. 67)

deles a essência de ser índio. Sobre essa situação, lembra Walter Benjamin que “não há nunca um documento de cultura sem ser ao mesmo tempo um documento de barbárie” (BENJAMIN, 1985, p. 156). Segundo ele, os bens culturais não são produtos apenas de grandes gênios, são também produtos do trabalho de anônimos. Nessa perspectiva, toda cultura é baseada na opressão do outro.

Na parte do litoral, onde o índio já estava aldeado, não oferecendo mais resistência ao avanço da colonização, ele era tratado de forma conciliatória, integrando-se à ‘civilização’. Já nas áreas de sertão, onde, posteriormente, atuaria a Comissão Rondon, o índio que atrapalhava a expansão agrícola tinha suas terras tomadas e seus ocupantes, considerados bravos, expulsos (FREIRE, 2001). Porém, os trabalhos da comissão avançavam na construção da linha telegráfica e também na disseminação de sua imagem de herói e da imagem do índio, que, mesmo selvagem, poderia se integrar ao novo sistema de produção e ser componente da identidade do país.

O êxito da Comissão Rondon se deveu muito à “contribuição indígena, especialmente dos índios que serviam de guias àqueles que ousavam atravessar essas áreas” (KNAUSS; RICCI; CHIAVARI, 2010, p. 57). Porém, mesmo úteis aos desbravadores, não deixaram de sentir as consequências do contato, sobretudo, por meio de seu extermínio, seja por conflitos ou por aquisição de doenças para as quais não estavam preparados, sem mencionar o extermínio do ponto de vista cultural.

Para (não) concluir...

Para Hill (1996), embora já estivesse em curso muito antes da chegada dos colonizadores, a história indígena brasileira se entrelaça com a história europeia à partir da chegada do homem branco à América. Não é possível compreender o processo de formação e desenvolvimento social brasileiro sem considerarmos a presença e o protagonismo dos povos nativos do continente, que, para o autor, foram todos chamados de índios. A alocação do índio na história como mero coadjuvante e a neutralização da diversidade étnica se deu pela supervalori-

zação do trabalho dos colonizadores em relatos carregados de eurocentrismo e preconceito.

As narrativas sempre destacam os resistentes portugueses capazes de dominar povos guerreiros, disciplinando-os através da catequização, submetendo-os ao trabalho pesado nas lavouras ou nas grandes obras, forçando-os a permanecer no território como submissos e fiéis serviçais do Rei. Para Almeida, “com leis que oscilavam entre o apoio a práticas de violência e de proteção aos índios [...] teriam conseguido vencer, civilizar e/ou manipular inúmeros povos em proveito próprio, submetendo-os completamente, até fazê-los desaparecer sem deixar vestígios” (2017, p. 19).

De acordo com Carneiro da Cunha (1992), os nativos teriam sido duplamente violentados, quando enfrentaram as consequências dos processos históricos pelos quais passaram, tiveram que sofrer, e continuar sofrendo, os efeitos da História disciplina, onde figuram sempre em papéis de menor importância ou, até mesmo, depreciativos, como vítimas, bons selvagens ou bárbaros sanguinários. Historicídio, nas palavras de Hill (1996), que contribuiu para reforçar em nossa sociedade ideias preconceituosas e estereotipadas sobre eles.

Todo esse processo construiu a imagem do índio que prevalece ainda nos dias atuais, de coadjuvante na história do Brasil, onde os heróis são os europeus, que corajosamente encararam o desconhecido, adentraram matas e florestas e criaram o país que temos. Como, por outro lado, é muito comum encontrar pessoas que enxergam o indígena através dos olhos dos colonizadores, como empecilho ao progresso, desprovido de humanidade.

Entretanto, sabemos hoje que é possível reescrever a história com outro olhar, desmistificando situações, descortinando fatos, desapegando-se das versões eurocêntricas. Como acreditava Monteiro, há mais de uma década que “páginas inteiras da história do país são reescritas; e ao futuro dos índios reservar-se-á um espaço mais equilibrado e, quem sabe, otimista” (MONTEIRO, 1995, p. 228).

Referências

- AZZI, Riolando. *A obra de Dom Bosco no Brasil. Barbacena, MG*, Centro Salesiano de Documentação e Pesquisa. 2000.
- BENJAMIN, Walter. *Teses sobre filosofia da historia*. In: KOTHE, Flávio R. (Org.) e FERNANDES, Florestan (Coord.). Walter Benjamin. São Paulo: Ática, 1985.
- BOLETIM SALESIANO. São Paulo. ANNO III, Vol. I, Janeiro de 1907.
- CARNEIRO DA CUNHA, Manuela. *Introdução a uma história indígena*. In: _____. (Ed.) *História dos Índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. p. 9-24.
- CHAMBOULEYRON, Rafael e ALONSO, José Luiz Ruiz-Peinado (Org.). *T(r)ópicos de História: gente, espaço e tempo na Amazônia (séculos XVII a XXI)*. Belém: Ed. Açai/Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia (UFPA)/ Centro de Memória da Amazônia (UFPA), 2010.
- ERTHAL, Regina M. de C. *Atrair e pacificar: a estratégia da conquista*. Dissertação (Mestrado) PPGAS – Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 1992.
- FERREIRA, Marieta de Moraes; GOMES, Ângela de Castro. *Primeira República: um balanço historiográfico*. Revista Estudos Históricos. Rio de Janeiro: Vértice, v. 1, n. 4, p. 244-280, 1989.
- FREIRE, José R. Bessa. *Nheengatu: a outra língua brasileira*, In: Orlandi, Eni P. *História das ideias linguísticas*. Cáceres: Unemat, 2001.
- HARDMAN, Francisco Foot *Trem Fantasma. A modernidade na selva*. São Paulo, Companhia das Letras, 1988.
- HILL, Jonathan (Org.) *History, Power and Identity: ethnogenesis in the Americas, 1942- 1992*. Iowa City: University of Iowa Press, 1996.
- KNAUSS, Paulo; RICCI, Claudia e CHIAVARI, Maria Pace. *Brasil: uma cartografia*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2010.
- LARANJEIRA, Raymundo. *Colonização e reforma agrária no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983.
- LIMA, Antônio Carlos de Souza. *Um grande cerco de paz: poder tutelar e indianidade no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1995.
- MACIEL, Laura Antunes. *A Nação por um Fio. Caminhos, práticas e imagens da Comissão Rondon*. São Paulo: Educ/FAPESP, 1998.

MACHADO, Lia Osório. “*Origens do pensamento geográfico no Brasil: meio tropical, espaços vazios e a ideia de ordem (1870-1930)*”. In: CASTRO, Iná E. et alli (orgs.). Geografia: Conceitos e Temas. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1995.

MARTINS, José de Souza. “*A vida privada nas áreas de expansão da sociedade brasileira*”. In: História da Vida Privada no Brasil vol. 4. São Paulo, Companhia das Letras, 1998.

MONTEIRO, John Manuel. *O desafio da História Indígena no Brasil*. In: SILVA, Aracy Lopes da S.; GRUPIONI, Luís D. Benzi (Ed.) A temática indígena na escola: novos subsídios para professores de 1o e 2o graus. Brasília: MEC; Mari; Unesco, 1995. p. 221-228.

MONTERO, Paula. “*Antônio Clobacchini e a Etnografia Salesiana.*”. In: Revista Brasileira de Ciências Sociais, vol. 22. Nº 64, 2007.

MORAES, Antônio Carlos Robert. *Ideologias Geográficas. Espaço, cultura e política no Brasil*. São Paulo, Hucitec, 1988.

PALACIN, Luis. *A Ausência do Índio na Memória Goiana*. Ciências Humanas em Revista, 3 (1/2) 59-70, jan./dez. 1992.

_____. *Território e História no Brasil*. São Paulo, Hucitec / Annablume, 2002.

ROSA, João Guimarães. *Grande Sertão: Veredas*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1988.

SOUZA, Candice Vidal e. *A Pátria Geográfica. Sertão e litoral no pensamento social brasileiro*. Goiânia, Ed. Universidade Federal de Goiás, 1997.

TACCA, Fernando de. *A imagética da Comissão Rondon*. São Paulo: Papirus, 2001.

TREECE, David. *Exilados, aliados, rebeldes: O movimento indianista, a política indigenista e o Estado-nação imperial*. São Paulo: Nankin Editorial/Edusp, 2008.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. *A Inconstância da Alma Selvagem: e outros ensaios de antropologia*. São Paulo: Cosac Naify, 2002.

22.

Sentidos e experiências culturais: o território da catira e a produção de uma identidade territorial

Maisa França Teixeira
Mary Anne Vieira Silva

A catira, como possível promotora de uma identidade territorial, reporta-se à impossibilidade de arrazoá-la como algo estático, descontínuo e isolado, uma vez que estabelece uma interface entre o passado, o presente e o futuro. Atualmente, ela é apresentada de diversas formas e transita em um mundo de diversidade cultural — está presente no território brasileiro acentuadamente marcado por uma pluralidade de modos culturais. Os grupos tradicionais brasileiros que figuram essa diversidade, caracteristicamente ricos em uma tradição oral, são exemplificados: sertanejo, ribeirinho, seringueiro, quilombola, caipira, pantaneiro e, também, catireiro.

A discussão presente nos tópicos seguintes perpassa pelo exame da tradição catirana e dos pressupostos que dão lugar ao conhecimento da formação de uma identidade territorial. Abordaremos, ainda, a catira como produto da cultura inserida nos postulados teórico-metodológicos da Geografia Cultural, os seus sentidos de “festejar” e os rituais que completam a sequência dos temas.

Território e identidades territoriais: pressupostos conceituais

Diversos autores que versam sobre território, territorialidades, cultura e identidade ganharam campo dentro das ciências humanas. Semelhantes discussões têm suscitado um amplo cenário de investigações de geógrafos nacionais e internacionais, entre os quais se ressaltam Raffestin (1993), Haesbaert (2007), Saquet (2007), Muñoz (2006), Almeida (2009) e Bonnemaïson (2002). No bojo das contribuições desses autores para o estudo das manifestações culturais, analisa-se a identidade em seu elo com o território, destacando-se as chamadas identidades territoriais.

As catiras são acontecimentos coletivos voltados para a reunião de parentes e pessoas conhecidas ligados pela dança, sendo que a coletividade é expressa quando se observam os períodos de ensaios, as escolhas de repertórios e os encontros de confraternização, dentre outros. Ela é uma expressão cultural formada no tempo e no espaço simbólico por intermédio de relações mediadas por símbolos (as roupas, os passos, as músicas). Para os praticantes mais velhos, ela é parte da bagagem da vivência; torna-se um laço territorial. Dançar não é apenas se colocar em movimento, pois significa para os participantes o momento de vivenciar os laços identitários, o sentimento de pertença. Integrar-se às festas religiosas mediante a dança é produzir símbolos territoriais, logo, entendê-los perpassa a compreensão das categorias de identidade e território.

Para Haesbaert (2007), na contemporaneidade emerge a relevância dada à abordagem geográfica da identidade. Na perspectiva do autor, a identidade constitui-se de formas múltiplas que envolvem relações temporais ligadas ao passado e ao presente, além de relacionar-se diretamente com os sentidos da memória e da imaginação: ela estabelece-se numa dimensão geográfica, ou melhor, numa dimensão territorial. Ainda apoiada na reflexão do autor mencionado, a formação de identidade constitui-se por processos “múltiplos, híbridos e flexíveis” (HAESBAERT, 2007, p. 34). A ideia central é a de que tanto os territórios quanto as identidades — sejam elas as mais fechadas ou ressignificadas — espacializam-se por processos que dão formas também múltiplas e flexíveis à composição cultural presente nos lugares.

A gênese da catira em solo brasileiro ata-se a práticas culturais, como ditas anteriormente, indígenas, que se territorializaram. É importante salientar que, atualmente, os resquícios dessa origem são ressignificados em todo o País, como, por exemplo, nas danças do fandango e na dança de São Gonçalo.

Os conceitos de identidade e de território inseridos nos estudos das manifestações culturais — em especial da catira — autorizam-nos notar a criação de elementos constituintes da formação de uma identidade territorial. E o território, na análise proposta, passa a ser entendido não como elemento natural ou artificial, mas como produto de relações sociais organizadas tanto em nível político quanto espacial. Sob tal prisma, Almeida (2005) compreende o território como produto social, lugar de vida, de relações e de representações simbólicas. Território, na Geografia, esteve ligado ao sentido de poder, apropriação/dominação em termos econômicos e políticos, todavia, após a década de 1960, estudos passam a valorizar as dimensões sociais e simbólicas do território.

Os atores da catira, representados por trabalhadores rurais, comerciantes e donas de casa, marcam no território o “campo dos trunfos”. Pessoa (2005, p. 7) expõe que um longo dia de trabalho “roçando pasto, fazendo farinha ou capinando a roça tem que ser compensado por uma noitada de catira”. Esse campo de ações dos trunfos, designado por Raffestin (1993), é permeado por negociações entre os participantes e aqueles dos trunfos dominantes. Essa concepção de território na Geografia, em determinado aspecto, consente observar que, nesse domínio territorial, as formas culturais não-dominantes emergem também como elementos formadores de territórios.

O território, na perspectiva de Raffestin (1993), é considerado um elemento balizador das identidades. Por um lado, as identidades são partilhadas por meio de um conjunto de referenciais comum aos sujeitos sociais. Por outro, elas são construídas por representações mutáveis e flexíveis, evidenciadas nos símbolos e significados presentes nos territórios.

Outra concepção de território e identidade advém de Almeida (2009 p. 166) quando diz que o território é “relacional, no sentido de incluir pessoas sociais e espaço material, mas também é movimento e

fluidez”. A autora, em seu texto “*A captura do cerrado e a precarização dos territórios*” (2005, p. 109), retrata que “o território é, para aqueles que têm uma identidade territorial com ele, o resultado de uma apropriação simbólico-expressiva do espaço, sendo portador de significados e relações simbólicas”. Assim, o território pode ser considerado um espaço de ritos, expressando valores e confrontando crenças. Ela acrescenta que o território possui especificidade que garante a permanência e a reprodução dos grupos humanos. Tal concepção de território relacional é aplicada ao estudo da catira, como uma prática cultural e demarca, no espaço, a identidade daqueles (as) que a praticam.

Já Haesbaert (2007, p. 78) afirma que o território é constituído “[...] pelo conjunto de nossas experiências ou, em outras palavras, relações de domínio e apropriação, no/com/através do espaço”. Haesbaert (2007, p. 41) acrescenta que

[...] o território deve ser visto na perspectiva não apenas de um domínio ou controle politicamente estruturado, mas também de uma apropriação que incorpora uma dimensão simbólica, identitária e, porque não dizer, dependendo do grupo ou classe social a que estivermos nos referindo, afetiva.

Para Almeida (2005) e Haesbaert (2007), o território é relacionado com as questões voltadas para as apropriações do espaço de uma maneira simbólica, de significados. Almeida (2005) ressalta que as relações simbólico-expressiva resultam na formação de identidades territoriais e Haesbaert (2007) contribui com Almeida ao inserir a dimensão afetiva. Consequentemente, Almeida (2005) e Haesbaert (2007) percebem a importância de analisarem-se não somente as dimensões políticas e econômicas, mas também a dimensão cultural e natural (as relações homem/natureza) no processo de territorialização.

Nesse sentido, a catira pode ser considerada como produtora de uma dimensionalidade espacial que abrange as relações subjetivas representadas por paixões e poderes, além das relações que constituem e determinam as forças e as fraquezas da humanidade em suas práticas existenciais. Em virtude disso, os (as) dançadores (as) da catira — sobre-

tudo aqueles que a praticam no entendimento tradicional — demarcam no território valores e sentimentos que simbolizam as relações de pertença ao espaço. O território efetiva-se, então, numa abordagem que se desdobra para seu entendimento como *locus* das ações dos grupos político-simbólico. O território é o espaço de relações de indivíduos estabelecido pelas relações de poder e de pertencimento, além de ser uma dimensionalidade vivida e representada simbolicamente, tratando-se do espaço utilizado para experiência humana. Como base material e imaterial/simbólica das práticas humanas, o território é formado e partilhado por ações que conformam os desejos, os sonhos, a imaginação e as manifestações que se incorporam ao espaço, constituindo referenciais territorializados por meio de símbolos, ritos, expressões e outros. O território, em sua fragmentação simbólica, é de usos efetivados por grupos, em que se evidencia a formação de territorialidades.

Ferracini (2006, p. 28), em seu estudo sobre “O espetáculo na praça: territorialidades, identidade e rituais negros na Cidade de Goiás”, oferece subsídios para a concepção de que “a territorialidade, particularmente, é constituída pelos diversos segmentos que dividem o mesmo espaço na cidade, seja nas avenidas, ruas ou praças, nos mesmos ou diferentes horários”. Isso se aplica também às catiras que formam, no território goiano, diversas territorialidades decorrentes de processos que garantem suas dimensões simbólicas e culturais.

De acordo com Souza (1995, p. 99), a territorialidade é “aquilo que se faz de qualquer território um território”. Para o autor, a territorialidade relaciona-se entre os territórios e essa ligação existente é o que ele conceitua como territorialidade. Ainda na mesma temática, Saquet (2009, p. 88) assevera que

[...] a territorialidade é um fenômeno social que envolve indivíduos que fazem parte do mesmo grupo social e de grupos distintos. Nas territorialidades, há continuidades e descontinuidades no tempo e no espaço; as territorialidades estão intimamente ligadas a cada lugar: elas são-lhe identidade e são influenciadas pelas condições históricas e geográficas de cada lugar.

O autor salienta não apenas a relação território-território como Souza (1995), mas igualmente o envolvimento dos indivíduos em seus diversos grupos, bem como o fato de constituírem identidades e ligarem-se aos diversos aspectos das localidades em suas práticas sociais, políticas e culturais, sendo que esta admite apreensões do espaço no contexto histórico. A cada período, o grupo organiza e ressignifica as marcas que são reveladoras de tradição, de modo que o uso que o grupo estabelece no espaço demarca a formação da territorialidade.

Bonnemaison (2002, p. 99) atesta que “a territorialidade engloba, simultaneamente, aquilo que é fixação e aquilo que é mobilidade — dito de outra maneira, os itinerários e os lugares”. De acordo com o autor, entende-se que a territorialidade é dada por relações sociais e culturais estabelecidas por grupos, em uma trama espacial que envolve diversos lugares, constituindo, assim, aquilo que se estabelece por território. A análise do autor é de grande importância para este estudo, porque relaciona a mobilidade existente nos estudos sobre as territorialidades, o que se associa à dança da catira e à flexibilidade existente em seus aspectos territoriais. A catira, em sua essencialidade, é híbrida. É uma combinação de diversas origens, conhecimentos populares, músicas de estilo caipira e, também, *country*, danças herdadas da Europa e outros ritmos. Além de ser uma manifestação existente em várias localidades, seus estilos são plurais, promovendo várias composições vistas durante as apresentações. E as territorialidades da catira no estado de Goiás são representadas pela dinâmica dos diversos grupos existentes. Essas territorialidades podem ser contempladas nas festas já estudadas e citadas brevemente. Pode-se dizer, então, que, por conta desse hibridismo, a catira diversifica-se e, ao mesmo tempo, relaciona-se com festas de padroeiros, de entorno e outras (eventos, festivais e encontros).

A dança promove, por intermédio de sua prática tradicional, a obtenção pela transmissão familiar e espacialização agregada a uma multiplicidade de ritmos e formas culturais. A catira, com sua pluralidade, comparte-se como uma dança que perpassa a tradição e permite os movimentos do que se conhece por moderno. Os catireiros promovem, pela dança, a formação de uma teia de lugares. Por um lado, essa

teia é dada pelos locais dos festivais e dos encontros; por outro lado, a dança demarca os espaços familiares, afetivos e tradicionais.

A territorialidade é fruto das relações econômicas, políticas e culturais, por isso, figura de diferentes formas, imprimindo heterogeneidade espacial, paisagística e cultural. Para o autor acima, a territorialidade é uma expressão geográfica do exercício do poder em uma determinada área, a qual é o território. E a dinâmica socioespacial estabelecida pelo indivíduo e/ou grupos sociais atribui ao território uma identidade.

Territorialidade e identidade são conceitos que, ligados aos símbolos, imagens e aspectos culturais, conectam-se com o sentido de pertencimento aos lugares. As heranças do passado e suas ressignificações no presente criam identidades incorporadas não somente por processos cotidianos, mas aos territórios, gerando laços de pertença e de valores pessoais e grupais. A ligação é possível dadas as relações de parentesco, amizade e irmandade entre os praticantes da catira. Nas conversas com os catireiros, ocorrem exposições de que são esses laços que ainda sustentam suas ligações com o lugar e o grupo.

A tradição presente demarca a identidade, que é construída socialmente e desenha escolhas políticas de grupos humanos. Hall (2001) diz que a identidade é formada na interação entre o eu e a sociedade. Para tanto, o sujeito ainda tem um núcleo ou uma essência interior que é o que ele diz ser o “eu real”, porém modifica-se e forma-se no diálogo contínuo entre os mundos culturais e as identidades que os mundos oferecem. Esse ponto de vista abordado por Hall relembra a questão do poder e do domínio em um espaço geográfico. Assim, decorre a necessidade de se conhecer esse território, um espaço territorializado, apropriado e simbolicamente construído, formador de identidades. Gomes (2002, p. 118-119) frisa que

[...] a identidade é simultaneamente uma forma de relação social e uma forma de representação espacial que resulta num certo tipo de territorialidade. Em outros termos, essa identidade não é um dado irredutível da realizada, mas sim uma construção, que associa de maneira vital e orgânica os vínculos entre o grupo e seu território.

Podem-se vincular as identidades como representações marcadas pelo indivíduo ou pelo coletivo, por meio do confronto, do contato, da dominação, enfim, da liberdade. Elas demarcam-se no espaço, territorializam-se de forma a definir as pessoas pertencentes àquele território.

A Identidade Territorial desse grupo é demarcada pelo território do município de Anápolis, conhecido pelos catireiros por constituir-se em um dos locais com o maior número de duplas de moda de viola e catira. Inclusive, para eles, a dança do centro goiano disseminou-se também para outros estados brasileiros. Os grupos de catira associam-se e demarcam os seus territórios por via dos seus símbolos e significados ao longo dos tempos. Brandão (1986, p. 42) enfatiza isso ao dizer que “o poder é das pessoas de construir o seu próprio mundo, os seus próprios símbolos e significados”. Essas construções conduzem-nos, segundo o autor, ao entendimento de que a identidade não é apenas o produto inevitável da oposição por contraste, mas o próprio reconhecimento social da diferença.

Ainda de acordo com Brandão, uma das características mais importantes das identidades é a sua dimensão histórica do imaginário social. Aliás, a identidade serve de referência para a memória do grupo que ali se encontra no território: elas são coletivas na perspectiva territorial. Haesbaert (1999, p. 172) exprime que

[...] toda identidade territorial é uma identidade social definida fundamentalmente através do território, ou seja, dentro de uma relação de apropriação que se dá tanto no campo das ideias quanto no da realidade concreta, o espaço geográfico constituindo assim parte fundamental dos processos de identificação social. [...] De forma muito genérica, podemos afirmar que não há território sem algum tipo de identificação e valoração simbólica (positiva ou negativa) do espaço pelos seus habitantes.

A construção das identidades ligadas aos grupos de catira ampara-se nas abordagens históricas, geográficas, sociológicas, antropológicas, nos estudos sobre memória e nos saberes individuais que se concretizam em identidades grupais, coletivas. O significado e a experiência de um

povo dão origem à sua identidade. Os catireiros, mediante seus simbolismos e significados demarcados nos próximos capítulos, compõem-se nesse território apropriado pelas festas profanas, pelas sagradas e pelas concentrações de manifestações culturais e territorialidades que garantem sua identidade, sendo que a identidade cultural é uma identidade social e territorial. Desta feita, as práticas da catira autorizam a constituição de um território festeiro goiano, que é constituído na relação entre identidade, território e festa. Este último termo ganha aportes teóricos no campo da sociologia, antropologia, história e geografia. Citam-se os trabalhos de Amaral (1998), Brandão (1989), Del Priore (1994), Di Méo (2001), Maia (1999) e Pessoa (2007).

Segundo Pessoa (2007), a festa é um momento de aprendizagem, é o texto escrito pela memória, constituída pelos valores, é transmissão oral do conhecimento. Festa não é só uma ocasião de descanso, é um momento de aprendizado, de reconstituição ou fortalecimento de laços sociais.

A catira, quando associada a uma festa, estabelece-se dentro de um território festeiro. Para o momento da dança, existe um conjunto de ações que vai desde o ensaio dos passos, das trocas de conhecimento até os encontros entre amigos. Esses momentos geralmente se fazem numa atmosfera de festa, já que são encontros cheios de alegria e prazer. A afirmação é destacada quando a dança é considerada, nesse momento, uma festa e ainda promove ações, tais como ensaios e coreografias, corporeidades e sons da música. Em tese, a dança assume a síntese do envolvimento entre o ator e o som por via de seu corpo.

Para Brandão (1989), as festividades esboçam a constituição do sentido da vida e da ordem do mundo, vivenciada mediante festejos e símbolos, o que se liga à catira ao revelar a possibilidade de ser ela demarcadora de um território em seus símbolos, compondo o que se designa como território identitário. Nesse contexto, essa festa é a mediadora dos anseios individuais e dos coletivos, visto que revela as contradições impostas à vida humana pela dicotomia natureza/cultura e pelas formas festivas que surgem devido aos encontros culturais.

A dança é uma festa dentro da festa, uma vez que se torna uma possibilidade de explicação de valores individuais e coletivos. Sob esse

aspecto, Maia (1999) ressalta que a festa é uma concepção de mundo, uma possibilidade de estar copresente fundada na tradição e na compreensão do mundo festivo. Assim, analisa-se a festa como identidade, território e tradição.

A catira forma uma identidade territorial?

A cultura catirana edificada historicamente foi transformada no tempo e no espaço e atrela-se à história particular de cada família, grupo ou indivíduo. A cultura também se relaciona com os aspectos econômicos, políticos e sociais, originando diversidades no seio da sociedade. As identidades disputam seu lugar no espaço e necessitam de se territorializar, definindo as pessoas pelo seu pertencimento àquele grupo e àquele território.

A valorização das identidades relacionadas aos saberes e às práticas dos grupos de catira associa-se diretamente à construção de uma identidade territorial. Destacam-se alguns estudos a respeito das identidades territoriais: Almeida (2008), DaMatta (2000), Claval (1999) e Haesbaert (2007).

Penna (1992) revela a identidade pela evidência multiplicada e pela flexibilidade das identidades territoriais não alteradas pelo indivíduo ou pelo grupo no tempo e espaço, concebendo a identidade como representação, construção simbólica e imaginária. Hall (2001) coloca que a identidade é caracterizada por sua formação ao longo do tempo e por processos inconscientes. Aplicada à festa, a concepção do autor contribui, em parte, para pensar-se a identidade territorial pelos processos inconscientes de formação das identidades.

Estudar as identidades criadas pela catira é procurar entender que tal manifestação, estabelece um campo de valores identitários associados à cultura que origina um espaço a partir de uma dança: a catira. De forma geral, a manifestação da catira carrega, por via de suas formas, identidades específicas e estabelece relações territoriais distintas com outras manifestações.

Como dito anteriormente, os elementos da manifestação da catira floresceram e expandiram-se, inicialmente, no meio rural e, posteriormente, no urbano. Caracterizada pela diferenciação em suas palmas e bate-pés, a catira tornou-se uma espécie de sinalização para os festejos profanos, ressignificando parte da tradição e da cultura que marcam essa manifestação. Os grupos de catira demonstram diferenciações nos passos e ritmos, como o “recortado”¹ presente na dança, os uniformes que se relacionam com o estilo “caipira” e suas modas de viola que retomam suas especificidades do cotidiano e também da vida antiga, dos momentos rurais.

A espacialização da catira favorece o reconhecimento das tradições e das histórias dos sujeitos sociais que a praticam e a organizam, estabelecendo os elementos simbólicos nos territórios onde ela encontra-se presente. Destarte, as singularidades do território, aliadas às especificidades geográficas, constroem um importante elemento cultural de desenvolvimento das tradições locais, regionais e nacionais.

A modernidade traz em seu bojo certo desenraizamento dos indivíduos, o que conduz a um processo de deslocamento e distanciamento ou revalorização cultural. Bauman (2003) observa que o processo de construção identitária obedece a uma dinâmica contínua, de modo que tal processo pode significar uma sinalização de constante movimento da cultura individual e do grupo.

Nesse aspecto, nota-se que, a despeito de tais modificações, os vínculos de pertencimento, de vivência, os símbolos e significados ali construídos, ali permanecem mesmo em constante dinâmica. Esses, sim, são possíveis elementos formadores da identidade territorial acerca da manifestação cultural da catira.

Os símbolos que se fazem presentes na dança da catira são inseridos em sua tradição: vestimentas (chapéus, lenços, botas), sapateado,

1 De acordo com Andrade (1989), o *recortado* é o conjunto musical da viola, do coro, dos palmeados e, também, dos sapateados. Ortencio (2004, p. 53) ainda contribui com a temática ao dizer que “o *recortado* são versos alegres que acompanham a dança”.

palmas e modas de viola. Como supramencionado, os simbolismos que representam essa manifestação estabelecem-se por meio da influência de outras manifestações culturais, como as folias, a curraleira, a música *country*, a sertaneja, dentre outras. As apresentações da catira são realizadas durante todo o ano, com datas moveis, e em diversos locais, sendo que, no dia da apresentação, os catireiros e os observadores demarcam a área festiva da manifestação e os símbolos supracitados demarcam a dança. São símbolos assim, como o canto da dupla, os ensaios e as apresentações, que se fazem presentes nos rituais da “festa da catira”.

É possível notar que tais símbolos sempre estiveram atuantes na história dos grupos, na sociedade e no município que formam o espaço ao redor dos locais de origem dos grupos. A análise dos ritos e símbolos, associados à corporeidade, é um dos campos mais férteis da manifestação cultural da catira, principalmente no estudo relacionado à tradição e à constituição do território goiano. A abordagem neste estudo estabelece, além do exame dos simbolismos, a relação do corpo com a dança e a música.

Percebe-se que a manifestação da catira vem ganhando importância e projeção nas últimas décadas, garantindo a estruturação de elementos da identidade: os encontros, as apresentações, os ritmos, as cantorias, os ensaios e os uniformes. Almeida (2003, p. 77), em seus trabalhos sobre a identidade sertaneja, discerne que os elementos da identidade são “os traços culturais de uma identidade territorial”.

Os traços dos elementos característicos na dança da catira são fundamentais para a possibilidade de reconhecerem-se as identidades territoriais. Os registros obtidos com a pesquisa de campo autorizam arrolar os elementos que subsidiam o entendimento de que as identidades catiranas não são somente relações entre os indivíduos com os seus territórios, mas igualmente relações de diferenças que a caracterizam no território goiano em relação aos outros estados onde a manifestação é encontrada, tais como Minas Gerais e São Paulo.

Tais diferenciações, no âmbito estadual, são verificadas em Goiás e imprimem uma pluralidade de estilos e ritos, como por exemplo, o que

há na catira do município de São Miguel do Araguaia, onde, ao invés de palmas, batem-se pandeiros.

Esses apontamentos esclarecem-se pela análise de Bosse (2004, p. 175) ao propor que um dos méritos principais do modelo de identidade institucionalizada é o caráter construído e contextual das identidades territoriais. Para o autor, essa identidade territorial é “construída e, por conseguinte, contingente e variável”. Conseqüentemente, as identidades territoriais criadas pela manifestação da catira no território goiano refletem-se nas paisagens, no modo de vida, nos símbolos e significados criados por semelhante manifestação.

As folias presentes em grande parte do território goiano distinguem-se por não existir uma maneira única de apresentação, assim como as inúmeras danças do estado evidentes nas festas populares que simbolizam as riquezas oferecidas ao homem. Com influências do norte do estado de Goiás, a curraleira surge com a agropecuária, com o gado goiano na cultura brasileira, ressaltando-se sobretudo nas festividades das comunidades quilombolas e associando-se diretamente com a catira em seus aspectos espaciais. Vale salientar que a apropriação desse território pela manifestação da catira é simbólica, compondo uma territorialidade cultural específica e identitária.

Os elementos que evidenciam a identidade territorial são formados a partir de um conjunto de expressões que conferem sentidos às narrativas orais, às observações e ao manejo apropriado por aqueles que ali estão inseridos: os participantes e os observadores associados às transformações. Almeida (2008, p. 70) assevera que as identidades são “dinâmicas e, pode-se dizer, aliam-se a um contexto socioespacial”. Por intermédio dessa conceituação, a identidade territorial catirana pode ser formada de elementos relacionados às temporalidades passadas e que são reproduzidas e constantemente transformadas no estado de Goiás. Para o estado goiano, as temporalidades estão assinaladas pela ruralidade, pela vida no campo e pelas atividades de sobrevivência. As festas e as manifestações culturais demarcavam e demarcam o território de divertimento e de alegria, bem como seus simbolismos: o roçado, os currais, os galpões, as casas pequenas. Esses elementos

identitários caracterizam um mundo imaginário simbólico que se associa aos goianos.

A catira é parte da formação do território goiano e, por meio dela, identificam-se uma sociedade distinguida pelos elementos da ruralidade do sertanejo, uma vez que também é parte dos vínculos que aproximam o sujeito ao seu território. Esses vínculos são oriundos de identidades e a identidade territorial é retratada por Penna (1992, p. 55), constatando que “os referenciais territoriais instituídos podem ser diferentemente apropriados na construção de identidades, em que se evidencia a multiplicidade e flexibilidade”.

Já Haesbaert (2007, p. 44) diz que as identidades territoriais

[...] escolhem-se (ou, concomitantemente, reconstroem-se) espaços e tempo, geografias e histórias para moldar uma identidade, de modo que os habitantes de um determinado território se reconhecem, de alguma forma, como participantes de um espaço e de uma sociedade comuns.

Assim, as identidades territoriais não poderiam ser construídas sem sua valorização e preservação. Portanto, a identidade territorial é uma apropriação além do simbolismo, também concreta no espaço, daqueles que nele/dele vivem, ou seja, ao qual pertencem. A catira detém esse vínculo de identidade. Quando circunscrita no meio rural ou no urbano, ela é uma representação da cultura, valorizando o conhecimento adquirido pelas experiências e vivências dos mais velhos. Eis os conhecimentos adquiridos na convivência dos que praticam, dos que exercem. Dessa maneira, a manifestação da catira confirma sua identidade com base na conservação da tradição, dos costumes e dos saberes: elementos essenciais para identificar-se e relacionar-se a catira com o estado de Goiás. A identidade territorial goiana da catira pode ser associada aos símbolos que delimitam o território da festa. Para essa composição simbólica, destacam-se as modas de viola — as quais remontam tanto aos tempos passados quanto aos modernos que caracterizam a vida dos goianos —, os sapateados, as palmas, as vestimentas e a diversidade na maneira de dançar.

A flexibilidade presente nas diversas formas de se dançar a catira favorece alterações que diferenciam os significados da dança para quem a pratica. Ela possui uma carga simbólica formada por uma teia de subjetividade que é socializada pelos praticantes. Pode-se falar em uma aproximação dos sujeitos festivos aos eventos e sua construção simbólica da participação e inserção na festa, o que levaria ao “gosto” pela festa como um processo psicológico adequado à formação do sentimento de pertencimento.

Para Almeida (2008, p. 61), a identidade aduz-se dinâmica, imbricada e diversa, manifestando-se por percepções múltiplas e pelos laços de convivência pelo território. Essa identidade é, antes de tudo, uma identidade cultural que “dá sentido ao território e delinea as territorialidades”. Para tanto, organiza-se dentro da ação coletiva e de pertencimento em um dado território identitário por uma “apropriação simbólico-expressiva do espaço”. Esse entendimento ligado à catira reforça a ideia de que a prática — por ser coletiva e socializada e, ainda, por ser ensinada, numa lógica de transmissão oral de pai para filho — estreita os valores familiares e de grupo, promovendo, conseqüentemente, um ambiente carregado de subjetividade que é socializado pelos catireiros. Em face dessa tradição, a identidade territorial criada pela dança demarca a espacialização da catira associada ao território de festividades no País, porquanto ela integra festas sagradas e profanas nas mais diversas regiões brasileiras, atribuindo sentido aos festejos da dança.

Referências

- ALMEIDA, M. G. de. O sonho da conquista do Velho Mundo: a experiência de imigrantes brasileiros do vive entre territórios. In: ALMEIDA, M. G. de.; CRUZ, B. N (org.). *Território e cultura: inclusão e exclusão nas dinâmicas socioespaciais*. Goiânia, Universidade Federal de Goiás/FUNAPE; Manizales: Universidad de Caldas, 2009, p. 163-174.
- ALMEIDA, M. G. de. Diversidades paisagísticas e identidades territoriais e culturais no Brasil sertanejo. In: ALMEIDA, M.; CHAVEIRO, E.; BRAGA, H. (Org.). *Geografia e Cultura: a vida dos lugares e os lugares da vida*. Goiânia, 2008, p. 57-75.

- ALMEIDA, M. G. de. Novas Territorialidades ou Múltiplas Territorialidades? Trabalhador Migrante Brasileiro em Barcelona. In: *Scripta Nova – Revista Eletrônica de Geografia y Ciências Sociales*. Universidade de Barcelona, v. XII, n. 270, ago/2005, p. 1-17. Disponível em: www.ub.es/geocrit/sn/sn-270/n-270-131.htm. Acesso em: 23 out. 2011.
- ALMEIDA, M. G. de. Em busca do poético do sertão: um estudo de representações. In: ALMEIDA, M. G. de.; RATTS, A. (org.). *Geografia: leituras culturais*. Goiânia: Alternativa, 2003, p. 71-88.
- AMARAL, R. de C. *Festa à Brasileira: Significado do festejar, no país que “não é sério”*. 1998. Tese (Doutorado em Antropologia) . Departamento de Antropologia da FFLCH/USP, 1998.
- ANDRADE, M. A. *Dicionário Musical de Mário de Andrade*. São Paulo: Editora Itaitaia, 1989.
- BAUMAN, Z. *Modernidade Líquida*. Tradução: Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003.
- BONNEMAISON, J. Viagem em torno do território. In: CORREA, R. L.; ROSENDAHL, Z. *Geografia Cultural: um século*. Rio de Janeiro, EdUERJ, 2002.
- BRANDÃO, C. R. Folia, festa, procissão e romaria. In: *A cultura na rua*. Campinas: Papirus, 1989.
- BRANDÃO, C. R. *Educação Popular*. 3ª ed. SP, Brasiliense, 1986.
- CLAVAL, P. *A Geografia Cultural*. Tradução: Luiz Fugazzola Pimenta; Margareth Afeche Pimenta. Florianópolis: Editora da UFSC, 1999.
- DA MATTA, R. *A Casa e a Rua*. Rio de Janeiro: Rocco, 2000.
- DEL PRIORE, M. *Corpo a corpo com a mulher: pequena história da transformação do corpo feminino no Brasil*. São Paulo: Senac, 2000.
- DI MÉO, G (Org). *La Geographie en fêtes*. Editora Ophrys, 2001.
- FERACINI, R. *O Espetáculo na Praça Territorialidade, Identidade e Rituais Negros na Cidade de Goiás*. 2006. 281f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2006.
- GOMES, P. C. da C. *A condição urbana: ensaios de geopolíticas da cidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.
- HAESBAERT, R. *O Mito da Desterritorialização: do “fim dos territórios” a multiterritorialidade*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2007.
- HALL, S. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva. 5 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

- LEFEBVRE, H. *O direito à cidade*. São Paulo: Editora Documentos, 1969.
- MAIA, C. E. Ensaio interpretativo da dimensão espacial das festas populares: proposições sobre festas brasileiras. In: ROSENDAHL, Z. e CORRÊA, R. (Orgs.). *Manifestações da cultura no espaço*. Rio de Janeiro: UERJ, 1999, p. 191-218.
- MUÑOZ, F. El tiempo Del território, los territorios Del tiempo. In: NOGUÉ, J.; ROMERO, J. (org.). *Las Otras Geografías*. Valencia, 2006.
- ORTÊNCIO, B. *Cartilha do Folclore Brasileiro*. 2.ed. rev. Goiânia: Editora da UFG, 2004
- PESSOA, J. M.; FELIX, M. *As viagens dos Reis Magos*. Goiânia: Editora da UCG, 2007.
- PESSOA, J. M. *Saberes em festa: Gesto de ensinar e aprender na cultura popular*. Goiânia: Kelps, 2005.
- RAFFESTIN, C. *Por uma Geografia do poder*. São Paulo: Editora Ática, 1993.
- SAQUET, M. A. Por uma abordagem territorial. In: SAQUER, M. A.; SPOSITO, E. S. *Território e Territorialidades: Teorias, Processos e Conflitos*. São Paulo. Editora Epressão Popular, 2009.
- SOUZA, M. J. L. de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, I. E. et al. *Geografia: conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

23.

Futuro e tradição em Octo Marques (1915-1988)

Sílvia Zeferina de Faria

Para que se possa compreender o pensamento do artista plástico e escritor vilaboense Octo Marques (1915-1988) em sua abrangência, é necessário passar por sua concepção de história, especialmente na maneira como compreende a trajetória de Vila Boa (atual Cidade de Goiás), com foco nas tradições, e a forma como essa base construiu um horizonte de expectativas para a cidade e o Estado de Goiás. Como alguém que desejava se considerar incluído e conhecedor dos pilares originários da tradição ou mesmo um defensor da preservação de monumentos, Octo Marques ficará atento aos ventos de modernidade e fará defesas explícitas ao projeto de modernização para a Cidade de Goiás em textos literários e jornalísticos. Tal projeto se apresentará como um contraste com o contexto da mudança da Capital para Goiânia e a perda do *status* cultural e histórico da Cidade de Goiás, lançando seus habitantes em uma melancolia que só poderia ser rompida com a urgência da modernização.

Ao investigar a concepção de história para Octo Marques, dois traços se impõem na interpretação de seus textos: primeiro, sua ideia de tempo histórico como perspectiva da dinâmica vivida como experiência do passado que prepara a base para um horizonte de modernização e segundo, uma concepção de história que se articula a partir de elemen-

tos populares, história feita de baixo por figuras que desfilam em seus textos e telas e se apresentam em atividades cotidianas que envolvem trabalho e religiosidade. Assim, dividimos este capítulo em três partes. Na primeira, com base na concepção de história de Octo Marques, vamos tentar captar sua percepção do passado como esteio que evoca sensibilidades melancólicas. Feito isto, tentaremos evidenciar sua defesa da tradição por meio de sua apresentação dos monumentos históricos entrelaçados à crítica social e, por último, discutiremos seu flerte com as perspectivas de modernização.

Ecossaudos de um passado-presente: a concepção de história em Octo Marques

O historiador alemão Reinhardt Koselleck questiona a noção de tempo histórico ao explicar que a cronologia, como ciência auxiliar, não responde a todas as inquietações da história. Na experiência histórica, considera, há a justaposição de espaços de experiência diversos, bem como o entrelaçamento de “diferentes perspectivas de futuro” (KOSELLECK, 2006, p. 14).

Ao investigar a relação entre homem, tempo e história, Koselleck chega a algumas reflexões importantes. Uma delas é que o tempo histórico se abre em pluralidades que mostram sutilezas da experiência humana e da convivência dos homens em sociedade. Portanto, o tempo histórico não se forja por meio dos fenômenos naturais, mas sim por fenômenos sociais: o homem e sua temporalidade, o homem e sua busca pelo futuro por possibilidades, a qual se confunde com sua vivência do hoje e as experiências que trás do ontem, o que o autor chama de futuro-passado. Para Koselleck, portanto, o presente reconstrói o passado a partir de questionamentos gerados na atualidade. É por essa razão que a expectativa constitui-se em um futuro presente e a experiência uma espécie de passado presente. Conforme o autor afirma, essas duas categorias não se opõem uma a outra, mas se completam, entrelaçam, visto que a experiência abre espaços para certo horizonte de expectativas (KOSELLECK, 2006, p. 145).

Em Octo Marques a relação passado presente é uma constante. Sua relação com a história é explícita e o passado em sua obra é idílico e provoca sentimentos de saudosismo. Como nos explica Silva, essa relação fica evidente em sua obra pictórica e escrita:

[...] pode-se dizer que Octo Marques, ao pintar e escrever remonta a um passado saudosista. Lembra-se, por exemplo, em seu texto escrito, das brincadeiras de quando era criança [...], do vexame que passou certa vez quando deixou o despertador acionar-se em plena apresentação de seu pai no Teatro São Joaquim [...], lembre-se de casos e lendas de Vila Boa contados pelos antigos [...]. Por tais características, Octo mescla, em suas linguagens, a anacronia e a sincronia, ou seja, ora rememora um tempo passado que viveu e experienciou, ora pinta o presente, ou seja, aquilo que faz parte de seu cotidiano (SILVA, 2002, p. 142).

Para reforçar a ideia, o autor apresenta a pintura de Octo Marques de 1978 em que ele apresenta, na mesma tela, essa mistura de tempos: a antiga Igreja do Rosário e a Cruz do Anhanguera, construções que embora fossem da mesma época passada, quando o artista a pintou a Igreja do Rosário não mais existia (Figura 1). Todavia, em uma época sincrônica à que Octo Viveu, ele pinta a mesma paisagem, só que com elementos da então atual Igreja do Rosário (Figura 2). Essa busca do passado-presente marca a trajetória do artista e parece definir o que para ele é fundamental: que as tradições sejam valorizadas sem imobilismos, mas de forma dinâmica, preparando um futuro potencial que foi solapado pelo descaso, por decisões políticas e, especialmente, pela perda do *status* de capital pela Cidade de Goiás.

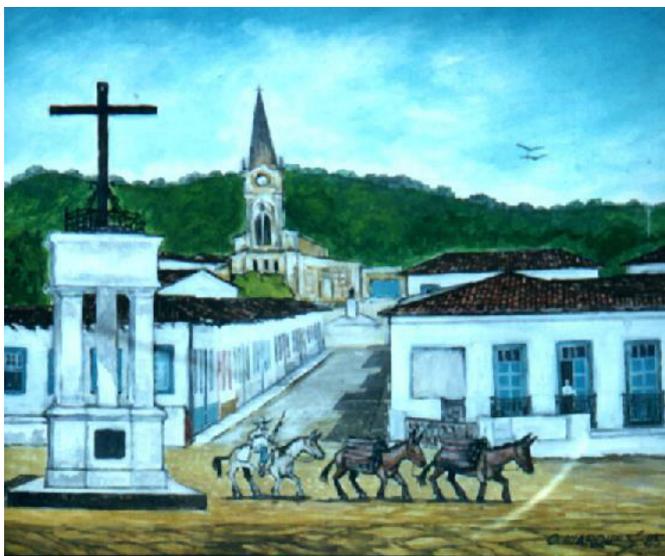
Ao escrever sobre uma visita à Cidade de Goiás, José Mendonça Teles se refere ao artista como um “sonhador inveterado que teima em buscar o passado da cidade e jogá-lo em suas telas, marcadas com dois pequenos urubus”, que para o autor seriam “símbolo de uma infância mística e bucólica ou prenúncio de uma catástrofe ecológica” (TELES, 2003, p. 56). Tais imagens são, geralmente, paisagens urbanas nas quais os homens comparecem. São, na verdade, paisagens humanas nas quais se associa algum monumento com a temática social do conto e a cidade.

Figura 1 – MARQUES, Octo. Sem título, Óleo sobre Tela, 60x50.



Fonte: SILVA, 2002, p. 143 (Acervo Ana Maria da Silva Peres)

Figura 2 – MARQUES, Octo. Sem Título, 1985. Óleo sobre Tela, 50x40.

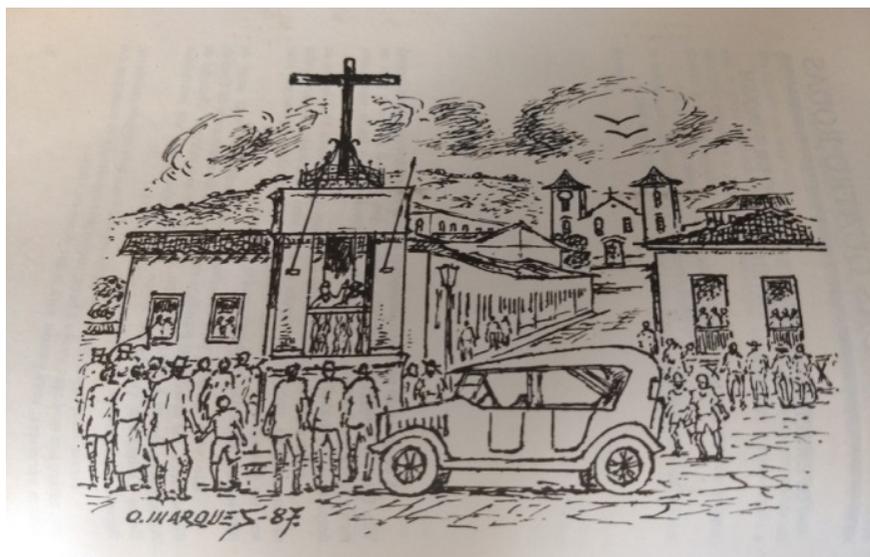


Fonte: SILVA, 2002, p. 143

Na figura 03, por exemplo, é fácil identificar o tema do progresso com a presença do automóvel, a Igreja dos Pretos que foi derrubada e a Cruz do Anhanguera. A imagem ilustra o texto *No Ciclo das Quatro Rodas*, no qual o autor narra quando tinha oito anos, a chegada em Goiás do automóvel da marca *Studebaker* que estaciona à sombra do monumento da Cruz do Anhanguera, junto à Ponte da Lapa “sob estrepitoso foguetório, aplausos populares e uma banda de música” (MARQUES, 1994, p. 67).

Passado, presente e futuro se fundem em um só tempo com a paisagem humana da Cidade de Goiás que, entretanto, apresenta um céu com dois urubus. Octo Marques parecia valorizar o futuro, mas de forma paradoxal, anunciando que o passado não poderia ser esquecido, pois havia um mau presságio pairando sobre a cidade e sua gente.

Figura 3 – MARQUES, Octo. Ilustração do texto *No Ciclo das Quatro Rodas*. Colchas e Retalhos (contos e crônicas), 1994.



O passado de Octo Marques não é apenas um passado como berço de uma tradição, mas um tempo anterior desprezado e modificado, época que evoca saudosismo. Muitos sentimentos análogos à saudade de um tempo distante estão ligados ao impacto da mudança da Capital para Goiânia entre as décadas de 1930 e 1940. Esse ato deixará marcas na população vilaboense, um traumatismo melancólico difícil de superar. Em artigo de opinião escrito no Jornal Goiás, de 1945, Octo Marques exalta o processo de canalização de água, ao mesmo tempo em que expõe o sofrimento da população da cidade, seus “padecimentos por catorze anos de mudancismo” (MARQUES, 1945, p. 3).

Dez anos mais tarde, no Jornal Cidade de Goiás, Octo Marques escreve um artigo de opinião denominado *Um monumento Histórico*, no qual exalta a Ponte do Bacalhau e faz desfilar sobre ela, quase que em busca de uma metáfora, a passagem entre presente e futuro, com o registro enfático do “pranto saudoso de quem ficou em Goiás” (MARQUES, 1954, p. 1) Esse saudosismo se mantém como traço em seus textos mais de vinte anos após a mudança da Capital. Em 1965, em um artigo para o Jornal O Popular, Octo Marques rememora o processo que leva à mudança da Capital e o esvaziamento da paisagem humana da cidade, “afogada no choro de seus antigos moradores” (MARQUES, 1965, p. 10). Essa mistura de tempos confere ao autor uma expressão singular, na qual o passado e a história são elementos fundantes que preparam o futuro. Com um olhar que se pretende historiográfico, Octo Marques quer valorizar a Cidade de Goiás como berço cultural. Cidade que ao mesmo tempo em que chora um passado glorioso e desgastado pelo processo de mudança da Capital para Goiânia na década de 1930, possui marcos fundamentais, locais de memória na qual desfilam personagens populares, em uma concepção de história dos que vem de baixo como veremos a seguir.

A defesa dos monumentos entrelaçada à crítica social: uma história “dos de baixo”

A concepção de história de Octo Marques passa, também, por outro lado, pela concepção conhecida como “história vista de baixo”. Tal corrente historiográfica originou-se na Inglaterra e teve como expoente, o historiador E. P. Thompson. A perspectiva seria recuperar a voz “dos que vem de baixo”, a “massa esquecida” pela história predominantemente política que havia sido protagonizada por historiadores no século XIX e boa parte do século XX na Europa. A massa dos trabalhadores e camponeses, bem como diversos tipos populares comparecem na obra de Octo Marques. Segundo apresentação da obra *Cidade Mãe*, em um artigo escrito em 1946 na *Folha de Goiaz*, há uma citação que comenta a base social da obra de Octo durante a exposição realizada pela Sociedade Pró-Arte, na qual ele apresentou oito quadros:

Iniciamos assim pelos trabalhos do Sr. Octo Marques, artista ainda moço, com um auspicioso futuro pela frente nas artes plásticas, e que se ainda não faz mais é porque nosso meio é excessivamente acanhado e pouco animador para aventuras desse gênero. Ali encontramos desse jovem artista oito quadros, que reproduzem cenas de nossa natureza na região do Araguaia. Seis sesses trabalhos que são respectivamente “Pescadores”, Barreiras, Praia, Remanso, Chavantes e Catequeses estão trabalhados a óleo e dois outros, isto é, Cargueiro e Lavadeiras estão em aquarela. [...]. Nos demais trabalhos Octo Marques nos apresenta interessantes aspectos sociais de nossa região (FOLHA DE GOIAZ *apud* MARQUES, 1985, p.19).

Nessa crítica, o autor, então, considera que havia um artista promissor que pintava “paisagens melancólicas”, ao mesmo tempo em que nos apresentava “aspectos sociais da região”. Todavia, o autor da introdução biográfica do artista não para por aí. Relembra, também, uma crítica feita por Alexandre Konder¹ na revista *Ilustração Brasileira* em 1932, na qual

1 Jornalista, redator de jornais e revistas. Redator da *Gazeta de Notícias*.

o redator comparou Octo Marques a um “Ruskin nacional”. Considera, ainda, que ele seria o “sucessor de Batista da Costa” (Folha de Goiaz, 1º de Novembro de 1946 *apud* MARQUES, 1985, p. 7).

Ora, sabe-se que João Baptista da Costa foi um pintor paisagista que veio de origem pobre e se destacou por associar figuras humanas à paisagem de maneira mais realista e menos idealizada.² Octo Marques faz o mesmo. Por outro lado, a associação da pintura de Octo Marques à de um “Ruskin nacional” se justifica por sua associação da crítica social aos monumentos, iniciativa que marcou a trajetória de Jon Ruskin (1819-1900), poeta, desenhista e crítico de arte na era vitoriana. Ruskin é considerado o precursor do pensamento preservacionista na Inglaterra de meados do século XIX, um defensor da preservação das obras do passado.³

Octo Marques fará críticas ao processo de tombamento, mas será um árduo defensor dos monumentos de sua Cidade-Mãe, identificando-se como um preservacionista. No artigo “Nossa Terra”, publicado no *Jornal Cidade de Goiaz*, Ano I, n. III, p. III, de 06 de julho de 1938, Octo Marques faz a defesa de alguns monumentos que considera importantes. Dentre eles, a Igreja de Santa Bárbara, “sentinela avançada do fervor” (MARQUES, 1938, p. 111).

O artista ainda vai destacar elementos da história para reforçar o que chama de tradicionalismo puro: “nessa terra, os bandeirantes iniciaram a formação de uma raça expansiva, nela plantou-se a semente

2 *João Baptista da Costa* (1865-1926). Pintor, desenhista, professor. Em 1906, torna-se professor da Escola Nacional de Belas Artes - Enba, substituindo Rodolfo Amoedo na cadeira de pintura. Disponível em <https://www.escriptoriodearte.com/artista/joao-baptista-da-costa> acesso em 12 de fevereiro de 2018.

3 “Na Inglaterra de meados do século XIX, os movimentos intelectuais em prol da conservação dos monumentos históricos ganharam força a partir do protagonismo de *John Ruskin* (1819-1900). Seu importante papel como um dos precursores na preservação das obras do passado enriqueceu o conceito de patrimônio histórico, sendo possível afirmar que suas idéias já faziam referências ao que hoje classificamos como patrimônio material e imaterial”. OLIVEIRA, José Rogério Pinto Dias de. *John Ruskin*. Biografia. Disponível em: <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/resenhasonline/07.074/3087>. Acesso em: 12 de fev. 2018.

de um tradicionalismo puro” (MARQUES, 1938, p. 3). Na década de 1940, no mesmo jornal, o autor vai defender o nativismo e afirmar que não vê oposição entre desenvolvimento e tradição. Para o artista, as duas coisas podem ser combinadas. Como afirma: “não foi o evoluir de nosso povo quem destruiu nossas tradições” (MARQUES, 1941, p. 3). Em outro texto publicado no *Jornal Cidade de Goiás* (Ano XVI, n. 591, p. 1-4) de 21 de março de 1954, inicia sua argumentação exaltando o valor do tradicionalismo: “A Cidade de Goiás, graças ao milagre operado pelo seu inquebrantável tradicionalismo, continua ereta, calma e sonhadora, à margens do lendário Rio Vermelho”. Esse “inquebrantável tradicionalismo”, entretanto, não é suficiente para que explorem todas as potencialidades da cidade. A única coisa que permanece explorada é o povo, “submisso, amarrado a um comodismo oficial” (MARQUES, 1954, p. 1).

O autor reclama do processo de emancipação de algumas localidades vizinhas com a consequente perda da Pedra Goiana. Suas análises são sempre uma mistura de indignação pelas injustiças e defesa do passado tradicional que considera “puro”. Nesse processo há sugestões de uma série de medidas para minimizar as desigualdades sociais, especialmente as que possam contribuir para uma distribuição mais igualitária da terra com impostos mais produtivos, que muitas terras “inúteis” não geram. Terras que contém a marca da tradição dessa cidade ereta e seus arredores, mas que não acolhe coerentemente a paisagem humana que a habita. Considera o autor: “estranho paradoxo: a terra explorando o homem, e este, sem meios para explorá-la” (Idem, p. 1-4).

As questões sociais serão também tratadas por Octo Marques em suas obras literárias. Em *Cidade Mãe* (1985), seu livro de casos e contos, o artista mescla dados da localidade com tramas sociais. Na maioria dos textos, ora defende a história da cidade, ora apresenta as circunstâncias que misturam realidade e ficção, esta última sempre em defesa da população mais humilde, a massa esquecida de que nos falamos os teóricos da história dos que vêm de baixo: são lavadeiras, operários, trabalhadores pobres da cidade sem acesso à justiça. Os contos que se autoproclamam ficcionais são, em última instância, metáforas de seu pensamento social, a defesa do preservacionismo que se perde aos poucos pelo descaso, a

indignação pelos desvalidos, a dor pela agonia de uma cidade que foi solapada pelo processo mudancista, mas que apresenta um enorme potencial modernizador. É o que veremos no próximo item.

Ventos de renovação e expectativas: o futuro como potência modernizadora

Neste item discutiremos qual a visão de futuro de Octo Marques. É importante anotar que o artista não vê o futuro de maneira estanque. A partir de sua experiência e vivência com o passado e tradicionalismo presentes em sua época, o artista projetará expectativas que possuem como base o futuro potencial que dorme na Cidade Mãe, a Cidade de Goiás. Essa visão em potencial relaciona-se aos ventos de modernidade que Octo Marques entra em contato, tanto nas artes quanto na modernização das cidades ao final da primeira metade do século XX. Ao se mudar para o Rio de Janeiro, o autor toma contato com os movimentos de renovação nas artes e nas cidades, o que faz com que reconheça os benefícios de tal movimento. Entretanto, os ventos de modernização foram melancólicos para a Cidade de Goiás, pois retiraram do núcleo urbano o posto de Capital do Estado, trazendo para Goiânia os investimentos que Octo projetava para a antiga capital.

O tema da modernidade é bastante controverso, mas existe um consenso de que sua discussão se inicia com a visão eurocêntrica de que há uma maneira mais racional de conceber o mundo, a que teria se iniciado com Descartes e sua forma singular de pensamento. Sabe-se que essa é uma perspectiva questionada pela perspectiva intercultural/decolonial com a ideia de que a modernidade não teria se espalhado a partir da Europa de maneira homogênea para todos os países considerados periféricos⁴. É nesse contexto, de valorização da modernidade, que surge a temática da modernização tão cara ao nosso autor/artista. Aqui, trata-se de considerar a modernidade como um projeto geopolítico geral no qual se insere a perspectiva de modificar tecnicamente as sociedades e as culturas. A modernização é, portanto, de maneira mais

4 É a perspectiva defendida pelo filósofo Enrique Dussel que ultrapassa os estudos pós-coloniais (DUSSEL, 2009, p. 238).

direta, considerada aqui como a reunião de processos para atualizar formas de produção e exploração no campo e nas cidades, movimentos que ocorreram no Brasil e que terão impacto na sociedade e na economia de Goiás, especialmente a partir da década de 1950.

Feitas as distinções conceituais, é importante considerar como diversos autores que escrevem sobre o modernismo⁵ em Goiás consideraram o movimento em termos regionais. A participação de Octo Marques se deu na Sociedade Pró-Arte. Mas em que consistiu a Sociedade? Sabe-se que as Sociedades Pró-Arte estiveram organizadas em vários estados em torno de iniciativas que prefiguravam a renovação que se pretendia com o movimento modernista de 1922. Em Goiás, o movimento ocorreu com a liderança do intelectual e arquiteto José Amaral Neddermeyer em 1945 e a Sociedade funcionou por dois anos. Para Amaury Menezes, havia certa carência de artistas em Goiás e até aquele momento, excetuando-se a arte do Santeiro Veiga Valle, predominava, na Cidade de Goiás, obras figurativas de paisagem, nas quais o autor inclui, no mesmo patamar, Goiandira do Couto e Octo Marques (MENEZES, 1998, p. 41). Em Goiás, a Sociedade Pró-Arte esteve mais ligada à música, mas incluiu artistas com o objetivo de incentivar a pintura, como aponta Edna Goya:

Além da música, a associação colaborou com a literatura e incentivou as artes plásticas durante todo o período de sua existência. O objetivo era favorecer e unir os artistas, para divulgar a arte. Entre os associados estavam Octo Marques, Goiandira do Couto, Antônio Henrique Péclat, Jorge Félix de Souza, Regina Lacerda, Edilberto da Veiga, Brasil Grassini, Amália Hermano, Professor Crunwald Costa (Costinha) e Érick Pipper, regente da orquestra (GOYA, 2010, p. 2022).

5 Considera-se aqui modernismo como o movimento artístico iniciado no Brasil em 1922.

A autora ainda destaca que a Sociedade funcionou até 1947, quando entrou em declínio por problemas financeiros (GOYA, 2010). Considera, entretanto, que a iniciativa foi importante para dar os primeiros passos rumo a uma estética que rompesse com a “forma neorromântica” que predominou em Goiás até a década de 1950. Essa ruptura só se dará mais tarde, portanto. Os artistas que estiveram na Pró-Arte goiana estavam lá mais para fortalecer a intenção de estímulo e alinhamento com os movimentos nacionais, todavia, não se pode dizer que realizaram rompimentos com a estética que se praticava formalmente, de maneira tímida, nas artes plásticas em Goiás. Octo Marques se insere nessa necessidade, a de mostrar que em Goiás era possível reunir, também, pintores dignos de nota.

Octo Marques participou da exposição de 1946 com oito obras. Entretanto, tal participação não alterou de maneira significativa sua maneira de pintar. É interessante, contudo, que nesse momento, Octo Marques seja considerado pelo grupo como um representante legítimo da arte que se fazia na Cidade de Goiás ao lado de nomes ligados às famílias tradicionais como Goiandira do Couto. Em que pese as diferenças estéticas entre Goiandira do Couto e Octo Marques, havia entre eles certa afinidade geral na intencionalidade representativa da paisagem, especialmente a paisagem urbana. Ambos eram da antiga Capital, ambos valorizavam a cidade e procuravam apresentá-la com seus monumentos tradicionais. O distanciamento do artista do grupo de Goiandira do Couto se fará gradualmente com a criação da O.V.A.T. (Organização Vilaboense de Artes e Tradições) na década de 1960 até sua completa exclusão.

Ao discutir o modernismo em Goiás, a autora Márcia Metran de Mello avalia implacavelmente que “nada de significativo aconteceu nas artes plásticas em Goiás de Veiga Valle à fundação de Goiânia” (MELLO, 2012, p. 284). É forçoso admitir que a obra de Octo Marques não tenha se afastado da maneira como se fazia pintura em Goiás. Não há pistas de que Octo Marques tenha pintado com aspirações que rompessem com a estética figurativa de uma pintura tradicional. Octo pintava com o objetivo de representar de forma direta a cidade, uma cidade em que ele percebia pessoas e monumentos. Todavia, isso não

minimiza a importância de sua obra para a história da arte sob a perspectiva das sensibilidades e sociabilidades. Sabe-se que os preconceitos sobre a arte figurativa foram criados pelo próprio movimento modernista que excluiu, a partir da década de 1920, tudo aquilo que se produziu antes.

Na década de 1970 na apresentação do livro *Casos e Lendas de Vila Boa* (1977), três autores escreveram sobre a pintura de Octo Marques. Para o jornalista Goiás do Couto, o artista era “bom e simples, desambicioso e culto” cuja influência era dada por sua terra, a que comparecia em textos e quadros. Nelas, a paisagem colonial era retratada de modo mais “puro e primitivista possível” (COUTO *apud* MARQUES, 1977, p. 4). Na mesma apresentação, o também jornalista Aluísio Sá Peixoto opinou: “verdadeiro naive (naïf), há em sua obra muito de ex-voto popular”. Avalia ainda que as viagens do artista não fizeram com que se desvencilhasse de seus “impulsos primitivos e ingênuos” vindos de sua cidade, com sentimentos que se apresentavam como impulsos de uma espécie de “pathos expressionista” (PEIXOTO *apud* MARQUES, 1977, p. 4). A apresentação do autor é encerrada com o professor da Escola de Belas Artes da Universidade Federal de Goiás, Ático Vilas Boas da Motta. Para ele, Octo Marques era “simples, ingênuo e autêntico”, com “estímulos que lhe vem do povo e para o povo” (MOTTA *apud* MARQUES, 1977, p. 4). Independente de classificações de gênero, Aline Figueiredo é enfática quando escreve sobre artes plásticas em Goiás e, ao contrário da arquiteta Márcia Metran de Mello, afirma que até 1950, apenas a pintura de Octo Marques merecia destaque (FIGUEIREDO, 1979, p. 96).

Não podemos esquecer que o pensamento do artista se deu, também na literatura. A despeito dos critérios convencionais estabelecidos para se definir o modernismo em Goiás, Santana (2017) nos informa que o modernismo literário não está apenas na vertente paulista, cujo marco é a Semana de 22. O modernismo literário tem aspectos diversos no Brasil. Assim, baseado nas leituras de Antônio Cândido, Santana destaca a forte presença do mundo rural no modernismo brasileiro e questiona a desvalorização do que se considera como regional, mas que é literatura brasileira produzida fora do eixo. Em terras goianas, o

moderno e o tradicional se mesclaram e produziram singularidades (SANTANA, 2017, p. 121).

Em que pesem tais distinções e adendos, é forçoso admitir que Octo Marques não produziu intensas modificações em sua forma de expressão literária se comparado a muitos de seus contemporâneos. Seus textos, embora escritos com linguagem formal, possuíam algumas limitações na opinião de Elder Rocha Lima. Ele faz também a comparação da pintura com a literatura de Octo Marques e, à exceção da coincidência dos temas, avalia que o artista tinha uma escrita próxima ao estilo jornalístico (LIMA, 2009, p. 30-31).

O escritor e jornalista Anatole Ramos avalia, porém, que Octo Marques flertou com o modernismo em dois contos do livro *Cidade Mãe*. Um deles é o conto “Estória sem Título” (MARQUES, 1985, p. 223-224). No Prefácio, o jornalista escreve que em tal amostra, o autor teria realizado um anacronismo, pois linguagem e tempo não estariam coordenados. A grafia do conto *Estórias* está deslocada, não tem sintonia com o contexto, mas relação com a atualidade. Ele avalia a forma como um exemplo de prosa moderna (MARQUES, 1985, p. 11). Em discordância com a crítica de Elder Rocha Lima, Anatole Ramos ainda completa que Octo “escreve como quem pinta ou desenha”. “Preocupa-se com os mínimos detalhes da narrativa”, emprega expressões da “velha contística” (como exemplo “o nosso herói”, “nosso retratado”), mas nada disso cansa, pois, segundo o escritor, são histórias bem selecionadas, quando autênticas, ou bem boladas quando recorre à invenção (MARQUES, 1985, p. 12).

O que se encontra nos documentos é uma referência concreta de Octo Marques ao processo de modernização da Cidade de Goiás. Especialmente na década de 1950 serão abundantes os textos escritos no *Jornal Cidade de Goiás*, nos quais o artista vai se posicionar a favor da modernização das cidades, em especial, da Cidade de Goiás. É interessante, observar, entretanto, que a escalada para o progresso deve se dar, em sua perspectiva, assentada em locais com forte base tradicional.

Octo Marques escreve sobre o potencial de Vila Boa, tecendo críticas ao povo que espera pacificamente por mudanças e que não

sabe votar. O autor pretende, “como cidadão e filho da tradicional e tão querida Vila Boa”, sugerir ações de caráter político administrativo em prol do desenvolvimento material, econômico e financeiro da Cidade de Goiás⁶. O autor confere ao artigo o título de “Os Inimigos de Vila Boa”, material produzido para alimentar a esperança de ver “nossa velha cidade, restabelecida de inúmeras moléstias sociais e políticas que lhe vergam o organismo outrora forte e varonil”. Nele defende o desenvolvimento do município com verbas do Governo Federal, o que implicaria em uma ação mais consciente do voto da população, ainda muito ligada à política dos coronéis e que deveria votar em candidatos da localidade (MARQUES, 1954, p. 1). Esse povo, que não sabia votar, era, também, por outro lado um povo que deveria ser honrado com um monumento, por seus esforços em contribuir como “obreiros do progresso”. O autor defendia uma homenagem aos primeiros motoristas, choferes de automóveis e caminhões que desbravaram as terras goianas, figuras importantes que participaram desse “marco civilizatório”. O artigo de 1956 intitula-se “*Marco da Civilização*”. Dentre essas figuras, “verdadeiros bandeirantes contemporâneos”, o jornalista Octo Marques cita o nome de um motorista, “herói modesto” que merecia uma pensão do governo por seu pioneirismo e serviços prestados: “trata-se do Sr. Crescêncio Hermógenes Correia, que foi o primeiro az do volante a guiar com automóvel em terras goianas” (MARQUES, 1956, p. 1-3).

Em 1957, um ano depois, no mesmo jornal Cidade de Goiás, o escritor se posiciona frente ao potencial de financiamento, pelo Banco do Estado de Goiás (BEG), para o incremento de vinícolas na Cidade de Goiás, pois as vinhas produziam duas vezes ao ano, graças à prodigalidade da região. Essa seria uma ação política importante, atenta à conjuntura da construção de Brasília e que seria realizada pelo Governador José Ludovico de Almeida, “fincando-se a estaca zero do desen-

6 Que o autor insiste em chamar de Vila Boa, evocando seu passado glorioso. Elevado à categoria de vila com a denominação de Boa Vista de Goiás, por Carta Régia, de 11-02-1736. Foi Instalado em 25-07-1739. Elevado à condição de cidade com a denominação de Goiás, por Carta de lei de 17-09 1818 (Dados IBGE).

volvimento” e “oferecendo um roteiro seguro para a inversão de capitais e o incremento lisonjeiro da industrialização de alguns de seus produtos extrativos” (MARQUES, 1957, p. 4).

Se tomarmos em conjunto os artigos de opinião de Octo Marques sobre o assunto na década de 1950 no jornal *Cidade de Goiás*, poderemos observar que o anseio pela modernização não excluía seu senso de justiça social e o desejo de incremento do progresso, sem macular a feição tradicional da cidade, que Octo Marques reconhece ser dinâmica, mas importante para estabelecer bases sólidas de uma cidade com tanto potencial de desenvolvimento e esquecida pelo poder público.

Em 1958, Octo Marques escreve dois artigos em que é possível vislumbrar sua perspectiva social atrelada à defesa do tradicionalismo como base para a modernização. No primeiro deles, Octo destaca as injustiças sociais. E pela primeira vez, escreve de maneira implacável contra os políticos locais, reacionários que não se preocupavam com os trabalhadores do município e ainda se inspiravam em práticas coronelísticas (MARQUES, 1958, p. 1-2).

O autor então continua sua análise, reclamando que a Previdência Social havia sido dada a poucos e que a população ligada às obras públicas e construções, um agrupamento numeroso, estava completamente esquecido. Octo escreve que o governo municipal descontava dessa população e de seus minguados salários, uma quantidade significativa de contribuições ao I.A.P.I.⁷ e não lhes promovia meios para que pudessem garantir sua aposentadoria. Além disso, quando havia necessidade de realizar alguma obra nos arredores, contratava-se trabalhadores de fora, agravando ainda mais a situação do trabalhador local. O sindicato Profissional dos Trabalhadores da Construção Civil não funcionava corretamente por falta de recursos, deixando a situação de trabalhadores como pedreiros, serventes e carpinteiros da localidade ainda mais difícil. Por não se encontrarem amparados por organizações coletivas, o

7 Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Industriários. O Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários (IAPI) foi criado em 1936, durante o Estado Novo.

operariado da Cidade de Goiás ficava impossibilitado de comprovar sua atividade profissional e usufruir da lei federal de aposentadoria (MARQUES, 1958, p. 1).

No mesmo ano, de 1958, o artista escreve mais um artigo de opinião no *Jornal Cidade de Goiás*⁸ com o objetivo de sugerir medidas para o planejamento da Cidade de Goiás em ano eleitoral, pois, segundo o autor, Goiás nunca esteve tão preparada, a partir de 1930, para receber melhorias como nessa época, em plena “era Brasília”. Octo Marques faz críticas à transferência do 2º Batalhão da Polícia Militar para a cidade de Rio Verde, à falta de manifestações locais da população contra essa medida. Além disso, propõe a construção de uma estação rodoviária na Praça Monsenhor Confúcio e a venda e exportação das lages do morro desse nome nos moldes do comércio que se pratica no município de Pirenópolis. Além disso, propõe ainda a construção de um Parque de Diversões Públicas no fundo dos quintais de Arnnitto Caiado e Dona Cassemira de Jesus. E todas essas ações seriam possíveis sem prejudicar o tradicionalismo do núcleo urbano: “como vêem, caríssimos leitores, muitas coisas se poderá fazer nessa cidade, sem macular a feição tradicional que ela tão honrosamente ostenta, desde que haja um roteiro a seguir” (MARQUES, 1958, p. 4). Portanto, consciente do contexto histórico e político brasileiro e das potencialidades do desenvolvimento econômico do Estado, Octo Marques vai se posicionar a favor da modernização da Cidade de Goiás, contanto que não houvesse alteração nas feições tradicionais de Vila Boa, núcleo urbano que fazia parte de uma terra esquecida pela política estadual, cujos habitantes sofriam com o descaso e as injustiças. Assim, seus artigos auxiliam a compreensão de um pensamento pictórico e literário que privilegiava a paisagem urbana e seus monumentos, palco no qual desfilavam figuras populares em suas atividades cotidianas.

8 MARQUES, Octo. Prefeito e Planejamento. *Jornal Cidade de Goiás*. Ano XX, n. 658, p. 1-4, maio de 1958.

Referências

DUSSEL, Enrique. Meditações Anti-Cartesianas sobre a origem do Anti-Discurso Fisófico da Modernidade. In. SANTOS, Boaventura; MENESES, Maria Paula. *Epistemologias do Sul*. Edições Almedina: 2009, p. 238-336.

FIGUEIREDO, Alice. *Artes plásticas no Centro-oeste*. Cuiabá: UFMT/MACP, 1979.

GOYA, Edna de Jesus. O Ensino Superior de Artes Plásticas em Goiás. A Escola Goiana de Belas Artes – EGBA. Bahia, 2010. *Anais*. Disponível em: . Acesso em: 23 ago 2017.

KOSELLECK, Reinhardt. *Futuro Passado. A Contribuição Semântica dos Tempos Históricos*. Rio de Janeiro: Ed. Contraponto; Ed. PUC-RIO, 2006.

MARQUES, Octo. Nossa Terra. *Jornal Cidade de Goiás*. Cidade de Goiás, Ano I, n. III, p. 3, 6 Jul., 1938.

MARQUES, Octo. O Nativismo. *Jornal Cidade de Goiás*, 1941.

MARQUES, Octo. A Cobra está com Sede! *Jornal Goiás*, Ano IX, n. 285, 1945.

MARQUES, Octo. Um Monumento Histórico. *Jornal Cidade de Goiás*, Goiás, Ano XVI, n.689, p. 1 e 4, fev. 1954.

MARQUES, Octo. Os Justos Pagam pelos Pecadores. *Jornal Cidade de Goiás*. Ano XVI, n. 591, p. 1-4, 21 de março de 1954.

MARQUES, Octo. Marco de uma Civilização. *Jornal Cidade de Goiás*. Goiás, Ano XIX, n. 647, p. 1 e 3, 25 de novembro de 1956.

MARQUES, Octo. A Estaca Zero. *Jornal Cidade de Goiás*, Ano XIX, n.659, p. 4, 12 de maio de 1957.

MARQUES, Octo. Injustiças Sociais. *Jornal Cidade de Goiás*. Goiás, Ano XIX, n. 695, 7 de setembro de 1958.

MARQUES, Octo. Aconteceu em Goiás. Terra distante. Goiânia: *Jornal O Popular*. Suplemento Literário, n.18, p. 10, 28 fevereiro 1965.

MARQUES, Octo. *Casos e lendas de Vila Boa*. Goiânia. Goiânia: Gráfica O Popular, 1977.

MARQUES, Octo. Os Inimigos de Vila Boa. *Jornal Cidade de Goiás*, Ano XIX, n. 654, p. 1, 10 de março de 1954.

MARQUES, Octo. *Cidade mãe: casos e contos*. Goiânia: Gráfica de Goiás – CERNE, Fundação Legionárias do Bem-Estar Social, 1985.

MARQUES, Octo. *Colcha de retalhos: casos e crônicas*. Goiânia: UFG, 1994.

MELLO, Márcia Metran. Modernismo em Goiás. *Anais*. Seminário de Cultura Visual, p. 281-290, 2012.

SANTANA, Rogério. Aspectos do Modernismo Literário em Goiás. *Revista Nós: Cultura, Estética e Linguagens*, v. 2, n. 2, 2017. Disponível em: http://www.revistanos.com/resources/NUMERO_4/11art%20asp%C3%A9ctos%20rog%C3%A9rio.pdf. Acesso em: 15 fev. 2018.

SILVA, Leosmar Aparecido. Os Tons e Entretons das Linguagens Verbal e Não-verbal em Octo Marques. *Temporis(ação)*, Goiás, v. 1, n.5/6, p. 139-166, 2002.

TELES, José Mendonça. *No Santuário de Cora Coralina*. 1ª Edição, 1991; 3ª Edição, Goiânia: Ed. Kelps, 2003.

S O B R E O S A U T O R E S

ADRIANA APARECIDA SILVA – Doutora em Geografia pela Universidade Federal de Goiás. Docente permanente do Programa de Pós-Graduação em Territórios e Expressões Culturais no Cerrado (TECCER/UEG) e do curso de Licenciatura da Universidade Estadual de Goiás. Realiza atividades de ensino e pesquisa nas áreas de Geografia Física e Cartografia. E-mail: ueg.adriana@gmail.com.

AMANDA MILANEZ FENERICK – Mestre em Ciências Sociais e Humanidades pelo Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Territórios e Expressões Culturais no Cerrado (TECCER/UEG), especialista em Políticas Públicas e Dinâmicas Territoriais e licenciada em História pela Universidade Estadual de Goiás. E-mail: amandamilanez07@gmail.com.

ANA LÚCIA NUNES DE SOUSA – Doutora em Comunicação e Jornalismo e Comunicação e Cultura. Mestre em Comunicação e Cultura, especialista em Comunicação Hipermissão e Documentário Criativo e graduada em Comunicação Social/Jornalismo pela Universidade Federal de Goiás. Seus interesses estão relacionados aos estudos de comunicação, principalmente comunicação comunitária, popular e alternativa, audiovisual, Internet, movimentos sociais, feminismos,

estudos de negritude e anti-negritude. Realiza estágio pós-doutoral no Programa de Pós-Graduação em Territórios e Expressões Culturais no Cerrado (TECCER/UEG). E-mail: anabetune@gmail.com.

BRUNA ALVES DA SILVA – Mestranda em Ciências Sociais e Humanidades no Programa de Pós-Graduação em Territórios e Expressões Culturais no Cerrado (TECCER/UEG). Especialista em História e Literatura: Interface Regional, pela Universidade Federal de Mato Grosso. Licenciada em História pela Universidade Estadual de Goiás. Servidora na Secretaria Municipal de Educação de Goiânia. E-mail: brunalvesilva1@gmail.com.

BRUNA MESSIAS DE OLIVEIRA – Graduanda do curso de Letras da Universidade Estadual de Goiás e bolsista de Iniciação Científica (PBIC/UEG). E-mail: bruna_messias96@hotmail.com.

CARLA EDIENI DA SILVA ALVES – Mestre em Ciências Sociais e Humanidades pelo Programa de Pós-Graduação Territórios e Expressões Culturais no Cerrado (TECCER/UEG) e graduada em História pela Universidade Estadual de Goiás. É tutora presencial no curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar da Universidade de Brasília/EAD e professora na rede pública estadual de Goiás no município de Anápolis onde ministra as disciplinas de História de Goiás, História, Sociologia e Arte. E-mail: carlaedieni@hotmail.com.

CAMILA VITO SILVA DE LIMA – Mestre em Ciências Sociais e Humanidades pelo Programa de Pós-graduação em Territórios e Expressões Culturais no Cerrado (TECCER/UEG) e graduada em Ciências Econômicas pela Universidade Estadual de Goiás. Atua como Analista de Gestão Governamental na Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação da UEG. Tem experiência em pesquisas relacionadas à economia, com enfoque em economia rural, desenvolvimento regional e economia brasileira contemporânea. E-mail: camilavito@yahoo.com.br.

DARLEN PRISCILA SANTANA RODRIGUES – Mestre em Ciências Sociais e Humanidades pelo Programa de Pós-Graduação Territórios e Expressões Culturais no Cerrado (TECCER/UEG) e

especialista em Processos e Produtos Criativos pela Universidade Federal de Goiás. Museóloga. Membro das comissões temáticas especiais COREM 4R (Comissão Formação em Museologia). E-mail: darlenrodrigues.museo@gmail.com.

DIVINA APARECIDA LEONEL LUNAS – Doutora em Desenvolvimento Econômico pela Universidade Estadual de Campinas. Professora permanente do Programa de Pós-Graduação Territórios e Expressões Culturais no Cerrado (TECCER/UEG). Tem experiência na área de economia, com ênfase em crescimento e desenvolvimento econômico, atuando principalmente nos seguintes temas: cotonicultura, viabilidade econômica, agricultura familiar, logística de transporte, sojicultura, agroindústria canavieira e desenvolvimento territorial. E-mail: divalunas@yahoo.com.br.

DULCE PORTILHO MACIEL – Doutora e mestre em História pela Universidade Federal Fluminense. Licenciada em História pela Universidade Federal de Goiás. Professora permanente do Programa de Pós-Graduação Territórios e Expressões Culturais no Cerrado (TECCER/UEG). Realizou estágio pós-doutoral em História pela Universidade de Brasília. Tem experiência na área de História, com ênfase em História do Brasil República, atuando principalmente nos seguintes temas: Goiânia, Estado, Centro-Oeste, Fundação Brasil Central, regime militar, Superintendência do Desenvolvimento da Região Centro-Oeste, integração de mercados e sistemas de transportes no Brasil, História do cerrado brasileiro, Políticas de desenvolvimento econômico da região da bacia Araguaia-Tocantins, Políticas territoriais e de povoamento no Brasil. E-mail: dportilho@uol.com.br.

ELIÉZER CARDOSO DE OLIVEIRA – Doutor em Sociologia pela Universidade de Brasília, mestre e graduado em História pela Universidade Federal de Goiás. Professor do Programa de Pós-Graduação Territórios e Expressões Culturais no Cerrado (TECCER/UEG). Realizou o estágio pós-doutoral no Programa de Ciências da Religião da Pontifícia Universidade Católica de Goiás. O campo de atuação abrange uma interface entre História e Sociologia, abordando os seguintes temas: estética da catástrofe, história cultural, sociologia da valentia,

saberes e expressões culturais do cerrado, teoria da história. E-mail: ezi@uol.com.br.

ÉRIKA MUNIQUE DE OLIVEIRA – Mestre em Ciências Sociais e Humanidades pelo Programa de Pós-Graduação Territórios e Expressões Culturais no Cerrado (TECCER/UEG) e graduada em Geografia pela Universidade Estadual de Goiás. É professora substituta no Curso de Licenciatura em Geografia na Universidade Estadual de Goiás/Campus Cora Coralina. Dedicar-se a pesquisas envolvendo os seguintes temas: Geografia Urbana e Regional, Planejamento e Gestão Urbana. E-mail: rika.munique@gmail.com.

EWERTON DE FREITAS IGNÁCIO – Doutor em Literaturas em Língua Portuguesa com estágio pós-doutoral em Literatura Brasileira pela UNESP. Professor do curso de Letras da Universidade Estadual de Goiás e do Programa de Pós-Graduação em Territórios e Expressões Culturais no Cerrado (TECCER/UEG). Diretor do Campus Anápolis de Ciências Socioeconômicas e Humanas. Bolsista do Programa de Incentivo ao Pesquisador (PROBIP) da UEG. E-mail: ewertondefreitas@uol.com.br.

FERNANDO GOMES BARBOSA – Mestre em Sociedade, Tecnologia e Meio Ambiente (Ciências Ambientais) pelo Centro Universitário de Anápolis. Biólogo e coordenador do Curso de Ciências Biológicas da Faculdade Metropolitana de Anápolis. Professor de nível fundamental e médio da rede de ensino particular de Anápolis. E-mail: fernandogbio@hotmail.com.

FERNANDO LOBO LEMES – Doutor em História pela Université de la Sorbonne Nouvelle - Paris 3 (École Doctorale 122), associada ao Centre de Recherche et de Documentation sur les Amériques (CREDA), unidade de pesquisa ligada ao CNRS e ao Institut des Hautes Études de l'Amérique Latine (IHEAL). É professor no Programa de Pós-Graduação em Territórios e Expressões Culturais no Cerrado (TECCER) da Universidade Estadual de Goiás (UEG) e trabalha com temas voltados para a História Regional e História do Brasil. Atua no ensino de metodologias e práticas voltadas à formação de professores de história e em áreas de pesquisa associadas às relações de força e poder,

desde a invenção territorial e a constituição das redes urbanas às competições políticas no mundo moderno e contemporâneo. A especificidade do olhar é uma atenção aos debates jurídicos no campo urbano e aos elementos constitutivos das instituições e dos poderes na cidade.

FERNANDO MARTINS DOS SANTOS – Graduado em História (Bacharelado e Licenciatura) pela PUC (GO). Especialização em História Cultural e Regional pela PUC (GO), e especialização em Docência Universitária pela Universidade Estadual de Goiás (UEG). Mestrado em Ciências Sociais e Humanidades pelo Programa Territórios e Expressões Culturais no Cerrado (TECCER/UEG). Professor de História e História da Arte na rede particular de ensino de Goiânia. E-mail: prof. fernandosantos@globo.com.

GIULIANA MUNIZ VILA VERDE – Doutora e mestre em Biologia Molecular e especialista em Homeopatia pela Universidade Federal de Goiás. Atualmente é professora titular de Farmacognosia na Universidade Estadual de Goiás (UEG). Docente permanente no Programa de Pós-Graduação em Territórios e Expressões Culturais no Cerrado (TECCER/UEG) e no Programa de Pós-Graduação em Química/Ciências Moleculares (UEG). Orienta e desenvolve projetos de pesquisa relacionados à fitoterapia na saúde humana e animal, obtenção e desenvolvimento de bioprodutos, plantas do Cerrado e sustentabilidade. Coordena o LPbioS/UEG, que congrega pesquisas em etnobotânica, fitoquímica, tecnologia de extração de compostos por irradiação de micro-ondas, ensaios biológicos com plantas do Cerrado e síntese de compostos orgânicos. Membro da Sociedade Brasileira de Farmacognosia e Sociedade Brasileira de Química. E-mail: giuliana.muniz@ueg.br.

GLAUBER LOPES XAVIER – Doutor e mestre em Sociologia pela Universidade Federal de Goiás e graduado em Ciências Econômicas pela Universidade Estadual de Goiás. Realizou estágio pós-doutoral em Ciências Sociais, Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (CPDA/UFRRJ). Professor efetivo da Universidade Estadual de Goiás, atuando no curso de Ciências Econômicas e no Programa de Pós-Graduação em Territórios e Expressões Culturais no Cerrado (TECCER/UEG). Realiza pesqui-

sas a partir das seguintes temáticas: crítica da economia política; marxismo; Estado, classes sociais, capitalismo dependente e formação do capitalismo brasileiro. E-mail: glauber.xavier@ueg.br.

HAMILTON MATOS CARDOSO JÚNIOR – Mestre em Ciências Sociais e Humanidades pelo Programa de Pós-Graduação em Territórios e Expressões Culturais no Cerrado (TECCER/UEG). Graduado em Geografia pela Universidade Estadual de Goiás e técnico em Assuntos Educacionais na Universidade Federal da Paraíba. E-mail: hjuniorgo@hotmail.com.

IDELMAR DA SILVA RIBEIRO – Mestre em Ciências Sociais e Humanidades pelo Programa de Pós-Graduação em Territórios e Expressões Culturais no Cerrado (TECCER/UEG), especialista em Gestão Universitária pela Universidade Estadual de Goiás e MBA executivo em Administração: Qualidade e Processos pela Fundação Getúlio Vargas. É Gestor Fazendário na Secretaria de Estado da Fazenda de Goiás. Tem experiência na área de Administração, com ênfase em Gestão da Qualidade e Produtividade e docência, atuando nos seguintes temas: qualidade no serviço público, administração pública, gestão de processos (BPM), educação e planejamento territorial. E-mail: Idelmarribeiro5@gmail.com.

JANES SOCORRO DA LUZ – Doutora em Geografia pela Universidade Federal de Uberlândia, mestre em Geografia pela Universidade de Brasília e graduada em Geografia pela Universidade Estadual de Goiás. Professora da Universidade Estadual de Goiás e no Programa de Pós-Graduação em Territórios e Expressões Culturais no Cerrado (TECCER/UEG). Tem experiência na área de Geografia, com ênfase na Gestão do Território e Análise Regional. E-mail: jnsluz@hotmail.com.

JEAN CARLOS VIEIRA SANTOS – Doutor em Geografia pela Universidade Federal de Uberlândia com estágio PDEE/Capes na Universidade do Algarve/Portugal. Mestre pelo Instituto de Geografia da Universidade Federal de Uberlândia, especialista em Geografia pela Faculdade de Educação São Luiz/SP e graduado em Geografia pela Universidade Federal de Uberlândia. Realizou estágio pós-doutoral em Turismo pela Faculdade de Economia da Universidade do Algarve/

Portugal. Membro da Associação de Defesa do Patrimônio Cultural e Ambiental do Algarve (ALMARGEM). Professor na Universidade Estadual de Goiás e no Programa de Pós-Graduação em Territórios e Expressões Culturais no Cerrado (TECCER/UEG). Bolsista do Programa de Bolsas de Incentivo a Pesquisa e Produção Científica (PROBIP/UEG). Possui experiência nos seguintes temas: Geografia do Turismo, Olarias e Artesanato Popular em Destinos Turísticos, Estratégias Territoriais e Espaciais do Lazer, Turismo, Hotelaria e Gastronomia em Cidades Turísticas. E-mail: Jean.vieira@ueg.br.

JOANA D'ARC BARDELLA CASTRO – Doutora em Economia pela Universidade de Brasília, mestre em Economia de Empresas pela Universidade Católica de Brasília e graduada em Ciências Econômicas pela Universidade Estadual de Goiás. Realizou estágio pós-doutoral na Universidade de Brasília. Atualmente é professora titular da Universidade Estadual de Goiás e professora colaboradora no Programa de Pós-Graduação em Territórios e Expressões Culturais no Cerrado (TECCER/UEG). Atua nas áreas: Economia do Meio Ambiente, Estatística, Microeconomia e Metodologia. Escreve sobre os temas: valoração ambiental, água, meio ambiente, ecoturismo, impacto industrial, agentes poluidores, custos ambientais, crescimento e desenvolvimento regional. E-mail: joanabardella@brturbo.com.br.

JOSANA DE CASTRO PEIXOTO – Doutora e mestre em Biologia pela Universidade Federal de Goiás, onde também realizou estágio pós-doutoral em parceria com o Programa en Biología y Ecología Aplicada na Universidade de La Serena, no Chile. Realizou estágio pós-doutoral no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista. Graduada em Ciências Biológicas pela Universidade Federal de Goiás e licenciada pela Universidade Estadual de Goiás. Docente titular do Centro de Ciências Exatas e Tecnológicas e professora colaboradora do Programa de Pós-Graduação em Territórios e Expressões Culturais no Cerrado (TECCER/UEG). Diretora do curso de Agronomia e professora no curso de graduação em Ciências Biológicas do Centro Universitário de Anápolis e no Programa de Pós-Graduação em Sociedade, Tecnologia e Meio Ambiente (PPSTMA). Tem experiência na área de plantas nativas

do Cerrado e bioprospecção de produtos naturais e participa de pesquisas voltadas à conservação e proteção à natureza. E-mail: josana.peixoto@gmail.com

JOSIEL ARAÚJO LEMES – Bacharel em Ciências Biológicas e auxiliar administrativo no Núcleo de Apoio ao Discente/UniATENDER no Centro Universitário de Anápolis. Desenvolve projetos na área de ocorrência e distribuição de plantas do cerrado e realização de preparo de dados para construção de modelos computacionais na área de Aprendizado de Máquina. E-mail: josielpo@hotmail.com.

KEYDE TAISA DE SILVA – Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Territórios e Expressões Culturais no Cerrado (TECCER/UEG), especialista em Gestão Escolar e Coordenação Pedagógica pela Faculdade Integrada da Grande Fortaleza e em Mídias na Educação pela Universidade Federal de Goiás. Professora de Geografia na Universidade Estadual de Goiás e professora efetiva da rede estadual de educação em Goiás. Tutora Educacional em escolas públicas. E-mail: keyde.silva@seduc.go.gov.br.

MAÍSA FRANÇA TEIXEIRA – Doutora, mestre e graduada em Geografia. Realiza estágio pós-doutoral em Ciências Sociais e Humanidades no Programa de Pós-Graduação em Territórios e Expressões Culturais no Cerrado (TECCER/UEG). Professora adjunta da Faculdade Evangélica de Goianésia e professora substituta da Universidade Estadual de Goiás. Tem experiência na área de Geografia, com ênfase em Cultura, Território, Representação e Direitos Humanos. E-mail: maisafteixeira@gmail.com.

MARCELO DE MELLO – Doutor, mestre e licenciado em Geografia pelo Instituto de Estudos Socioambientais da Universidade Federal de Goiás, onde realizou estágio pós-doutoral. É professor dos cursos de Geografia (UEG/CCSEH) e Arquitetura e Urbanismo (UEG/CCET) e do Programa de Pós-Graduação em Territórios e Expressões Culturais no Cerrado (TECCER/UEG). Dedicar-se a trabalhos e estudos com ênfase nos seguintes temas: Planejamento Urbano e Regional, Geografia Urbana e Teoria do Conhecimento. E-mail: ueg.marcelo@gmail.com.

MARIA DE FÁTIMA OLIVEIRA – Doutora e mestre em História pela Universidade Federal de Goiás, onde realizou estágio pós-doutoral e graduada em Ciências Sociais (Licenciatura Plena) pela Faculdade de Filosofia Bernardo Sayão (FFBS). Professora do Curso de História da Universidade Estadual de Goiás e do Programa de Pós-graduação em Territórios e Expressões Culturais no Cerrado (TECCER/UEG). Bolsista do Programa de Incentivo à Pesquisa e Produção Científica (PROBIP/UEG). E-mail: proffatima@hotmail.com.

MARIA GONÇALVES DA SILVA BARBALHO – Doutora em Ciências Ambientais, mestre e licenciada em Geografia pela Universidade Federal de Goiás. Professora Titular do Programa de Pós-Graduação em Sociedade, Tecnologia e Meio Ambiente (PPSTMA) do Centro Universitário de Anápolis e Assessora especial da Coordenação do Agronegócio da Secretaria de Estado da Fazenda de Goiás. Tem experiência na área de Geografia, atuando nos seguintes temas: uso e ocupação da terra, impactos ambientais, solos e paisagem, solos e meio ambiente com ênfase em erosão e geocartografia multiescalar. E-mail: mariabarbalho2505@gmail.com.

MARIO CESAR GOMES DE CASTRO – Doutor em Desarrollo Local y Planificación Territorial pela Universidad Complutense de Madrid e em Políticas Públicas, Estratégias e Desenvolvimento pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Mestre em Geociências pela Universidade Estadual de Campinas, graduado em Ciências Econômicas pela Faculdade de Ciências Econômicas de Anápolis e em Ciências Contábeis pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás. Tem experiência na área de Economia, com ênfase em Economia dos Recursos Naturais e Política Industrial, atuando principalmente nos seguintes temas: desenvolvimento regional, agronegócios, análise socioeconômica, análise econômica, indústria mineral e política industrial. E-mail: mariocastro@brturbo.com.br.

MARY ANNE VIEIRA SILVA – Doutora, mestre e graduada em Geografia. Professora da Universidade Estadual de Goiás. Coordenadora do Centro Interdisciplinar de Estudos África-Américas (CieAA). Professora do Programa de Pós-Graduação em Territórios e Expressões

Culturais no Cerrado (TECCER/UEG). Desenvolve pesquisas no âmbito da Geografia Cultural numa perspectiva pós-colonial. E-mail: maryanne.vieirasilva@gmail.com.

MAXWELL MOREIRA MARTINS – Possui graduação em Pedagogia pela Faculdade de Ciências de Wenceslau Braz e graduação em História pela Universidade Estadual de Goiás. Professor da Escola Municipal Professora Esther de Campos Amaral. E-mail: maxwellmm@hotmail.com.

MILENA D'ÁYALA VALVA – Doutora em Projeto, Espaço e Cultura pela Universidade de São Paulo, com estágio no IUAV-Veneza, mestre em Arquitetura pela Universidade Federal de Minas Gerais e graduada em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Católica de Goiás. Professora da Universidade Estadual de Goiás no curso de Arquitetura e Urbanismo e no Programa de Pós-Graduação em Territórios e Expressões Culturais no Cerrado (TECCER/UEG). E-mail: midayala@gmail.com.

NILTON JOSÉ DOS REIS ROCHA – Doutorando no Programa Pós-colonialismos e Cidadania Global, no Centro de Estudos Sociais/Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra e graduado em Jornalismo pela Universidade Federal de Goiás, onde é professor adjunto. Trabalha com Comunicação, com ênfase em práticas populares de comunicação, atuando nos seguintes temas: comunidade, movimentos sociais e comunicação, novas tecnologias e ciberespaço, redes populares de conhecimento. É co-coordenador do Projeto BRABO, Brasil-Bolívia, com o Curso Internacional de Cine Documental Sin Fronteras. É um dos criadores da Magnífica Mundi, Webtv laboratorial da Universidade Federal de Goiás. E-mail: niltin.rocha@gmail.com,

PEDRO HENRIQUE MARQUES CARDOSO – Mestre em Ciências Sociais e Humanidades pelo Programa de Pós-Graduação em Territórios e Expressões Culturais no Cerrado (TECCER/UEG) e professor efetivo da Secretaria de Estado e Educação, Esporte e Lazer do Estado do Mato Grosso (SEDUC-MT). E-mail: henrihist@hotmail.com.

PEDRO HENRIQUE ZUCHI DA CONCEIÇÃO – Doutor em Economia Aplicada pela Universidade de São Paulo/Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz-ESALQ/USP e graduado em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Juiz de Fora. Tem experiência na área de Economia, com ênfase em Economia Aplicada, atuando nos seguintes temas: produtividade total dos fatores, capital humano na agricultura brasileira, economia regional e urbana e economia agrícola e do meio ambiente. E-mail: pedro.zuchi@gmail.com.

POLIENE SOARES DOS SANTOS BICALHO – Doutora em História Social pela Universidade de Brasília, docente da Universidade Estadual de Goiás e do Programa de Pós-Graduação em Territórios e Expressões Culturais no Cerrado (TECCER/UEG). Bolsista do Programa de Bolsas de Incentivo a Pesquisa e Produção Científica (PROBIP/UEG). E-mail: poliene.soares@gmail.com.

POLLYANA MARTINS SANTANA GUIMARAES – Mestre em Ciências Sociais e Humanidades pelo Programa de Pós-Graduação em Territórios e Expressões Culturais no Cerrado (TECCER/UEG), especialista em Docência do Ensino Superior pelo Centro Universitário de Anápolis e graduada em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Estadual de Goiás. Professora no Centro Universitário de Anápolis e arquiteta efetiva da Prefeitura Municipal de Anápolis. Tem experiência na área de Arquitetura e Urbanismo, com ênfase em Projeto de Arquitetura, Projeto de Arquitetura de Interiores e Representação Gráfica. E-mail: arq_pollymartins@hotmail.com.

ROBSON MENDONÇA PEREIRA – Doutor em História pela Universidade Estadual Paulista (Unesp). Realizou estágio pós-doutoral em História Social pela Universidade de São Paulo. Docente do curso de Licenciatura em História e do Programa de Pós-Graduação em Territórios e Expressões Culturais no Cerrado (TECCER/UEG). Bolsista do Programa de Bolsas de Incentivo à Pesquisa e Produção Científica (PROBIP/UEG). E-mail: robsonmenper@hotmail.com.

SANDRO DUTRA E SILVA – Doutor em História Social pela Universidade de Brasília, mestre em Sociologia pela Universidade Federal de Goiás e graduado em História pela Universidade Estadual de

Goiás. Realizou estágio pós-doutoral em História na Universidade de Brasília e na University of California, Los Angeles. Professor titular da Universidade Estadual de Goiás, do Programa de Pós-graduação em Recursos Naturais do Cerrado e do Programa de Pós-Graduação em Sociedade, Tecnologia e Meio Ambiente (PPSTMA), do Centro Universitário de Anápolis. Visiting Researcher na University of California, Los Angeles. Desenvolve pesquisas no campo da História Ambiental, com destaque para os processos envolvendo história da agricultura, pecuária, colonização, migração e desflorestamento em Goiás. É um dos editores da Revista *Fronteiras: Journal of Social, Technological and Environmental Science*. Membro da American Society for Environmental History (ASEH), da Sociedad Latinoamericana y Caribena de Historia Ambiental (SOLCHA) e da Associação Nacional de História (ANPUH). Pró-Reitor de Pós-Graduação, Pesquisa, Extensão e Ação Comunitária do Centro Universitário de Anápolis. Bolsista de Produtividade em Pesquisa CNPQ 2. E-mail: sandrodutr@@hotmail.com.

SÍLVIA ZEFERINA DE FARIA – Mestre em Ciências Sociais e Humanidades pelo Programa de Pós-Graduação em Territórios e Expressões Culturais no Cerrado (TECCER/UEG). Professora da SEE/GO. Integra o Grupo de Estudos de História e Imagem–GEHIM/UFG/CNPq. E-mail: silviazefa@gmail.com.

TIAGO JOSÉ DUARTE REZIO – Mestre em Ciências Sociais e Humanidades pelo Programa de Pós-Graduação em Territórios e Expressões Culturais no Cerrado (TECCER/UEG). Arquiteto e Urbanista. Professor na Faculdade Metropolitana de Anápolis no curso de Arquitetura e Urbanismo e Engenharia Ambiental. E-mail: tiago.rezio@faculdadefama.edu.br.

VIVIAN DA SILVA BRAZ – Doutora e mestre em Ecologia e graduada em Ciências Biológicas pela Universidade de Brasília. Professora no curso de Ciências Biológicas e no Programa de Pós-Graduação em Sociedade, Tecnologia e Meio Ambiente (PPSTMA), do Centro Universitário de Anápolis, onde exerce também a função de vice-coordenadora. Coordena o Núcleo de Educação Ambiental (NEA/UniE-VANGÉLICA) e é membro do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) e

da Comissão de Ética no Uso de Animais (CEUA). Tem experiência na área de Ecologia, com ênfase em Conservação da Biodiversidade, atuando nos seguintes temas: Ecologia, cerrado, avifauna, conservação da biodiversidade, espécies ameaçadas e áreas protegidas. E-mail: vsbraz@gmail.com.

SOBRE O LIVRO

Formato: 16x22,5cm
Tipologia: Minion Pro
Papel de Miolo: Off-Set 90g
Papel de Capa: Triplex 250g
Número de Páginas: 448
Suporte do livro: Impresso

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
BR-153 – Quadra Área, Km 99 – 75.132-903 – Anápolis-GO
www.ueg.br / Fone: (62) 3328-1181

2018
Impresso no Brasil / Printed in Brazil

Este livro é fruto do esforço de docentes, discentes e convidados do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* Territórios e Expressões Culturais no Cerrado (TECCER) da Universidade Estadual de Goiás (UEG). Desenvolvido no coração do Brasil, o programa de investigação plural do TECCER representa um projeto para o desenvolvimento do imenso continente, em particular, para os territórios que dão forma ao Cerrado, mas também para o seu enorme potencial industrial, urbano e humano. Entre um capítulo e outro, é a dinâmica que impulsiona a leitura contínua do tempo e do espaço que motiva a apresentação desta coletânea que constitui o oitavo volume da *Coleção Tessituras do Cerrado*.



ISBN: 978-85-5582-061-8